PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 8ª REGIÃO

www.trt8.jus.br
e-mail: revista@trt8.jus.br

Travessa Dom Pedro I, nº 746
66050-100 - Belém - Pará - Brasil

NOME _____

NAME _____

ENDEREÇO _____

ADDRESS _____

REMESSA

Recebemos:
Nous avons reçu:
Wir haben empfangen:
We have received:

NOVO ENDEREÇO _____

NEW ADDRESS _____

No caso de mudança de endereço, solicitamos o favor de consignar neste, para as próximas remessas - Change of address must be communicated once.

NOTA: Rogamos acusar o recebimento da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, a fim de não interrompermos as remessas - Please acknowledge receipt.

SOLICITAMOS PERMUTA - EXCHANGE DESIRED

ISSN 0100-1736

DOUTRINA
REGISTRO
JURISPRUDÊNCIA
NOTICIÁRIO

REVISTA DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA OITAVA REGIÃO

www.trt8.jus.br
e-mail: revista@trt8.jus.br

R. TRT 8ª Região	Belém	v. 42	n. 83	p. 1-432	jul./dez./2009

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL
Correspondência: Travessa Dom Pedro I, nº 746
66050-100
Belém - Pará
www.trt8.jus.br
e-mail: revista@trt8.jus.br

COMISSÃO DA REVISTA:

Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

Juíza Titular MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA

Juíza Substituta ÉRIKA MOREIRA BECHARA

Assistente da Revista do Tribunal e Publicações em Geral:
Nara Maria Santos de Souza

CAPA:

Aquarela: “Sede Antiga do TRT”, do artista plástico George Venturieri
Acervo: TRT 8ª Região
Foto da obra: Luiz Eduardo Pereira dos Santos
Arte gráfica: Lais Veloso

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. Belém: Tribunal Regional do Trabalho, 1968 --
Semestral

ISSN 0100-1736

1. DIREITO – Periódico. I. PARÁ. Tribunal Regional do Trabalho.

CDD 340.05
CDU 34 (05)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Sede: Belém (PA)
Jurisdição: Estados do Pará e Amapá

Tribunal Pleno

Presidente: Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA

Vice-Presidente: Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES
Corregedor
Regional: Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2008 a 31.12.2009 (Res. 470/2007)
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
Des. MÁRIO LEITE SOARES
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO
Des. MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO
VAGO
VAGO

Seção Especializada I

Presidente: Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN

Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Des. MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO
VAGO

Seção Especializada II

Presidente: Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS

Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2008 a 31.12.2009 (Res. 470/2007)
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
Des. MÁRIO LEITE SOARES
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO
VAGO

1ª Turma

Presidente: Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA

Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
VAGO

2ª Turma

Presidente: Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
VAGO

3ª Turma

Presidente: Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. MÁRIO LEITE SOARES
Des. MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO

4ª Turma

Presidente: Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2008 a 31.12.2009 (Res. 470/2007)
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL

VARAS DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ESTADO DO PARÁ

1ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO
2ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza VANILZA DE SOUZA MALCHER - a partir de 28/09/2009
3ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz JULIANES MORAES DAS CHAGAS
4ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza CLAUDINE TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES
5ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA
6ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA MARTINS
7ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA DE NAZARÉ MEDEIROS ROCHA
8ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO
9ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz WALTER ROBERTO PARO
10ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR
11ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza GEORGIA LIMA PITMAN
12ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO
13ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza IDA SELENE DUARTE SIROTHEAU CORRÊA BRAGA

14ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz ANTONIO OLDEMAR COÊLHO DOS SANTOS
15ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza PAULA MARIA PEREIRA SOARES
16ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz RAIMUNDO ITAMAR LEMOS FERNANDES JÚNIOR
1ª Vara do Trabalho de Abaetetuba
Juiz FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR - até 27/09/2009. Removido p/ a VT de Santa Izabel do Pará (Ato nº 130/2009)
Juíza RENATA PLATON ANJOS - a partir de 28/09/2009
2ª Vara do Trabalho de Abaetetuba
Juíza CASSANDRA MARLY JUCÁ FLEXA
Vara do Trabalho de Altamira
Juiz LUIS ANTONIO NOBRE DE BRITO
1ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza VANILZA DE SOUZA MALCHER - até 27/09/2009. Removida p/ a 2ª VT de Belém (Ato nº 130/2009)
Juiz JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA - a partir de 28/09/2009
2ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza CRISTIANE SIQUEIRA REBELO
3ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza MELINA RUSSELAKIS CARNEIRO
4ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza AMANACI GIANNACCINI
Vara do Trabalho de Breves
Juíza MARINEIDE DO SOCORRO LIMA OLIVEIRA
Vara do Trabalho de Capanema
Juiz OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS
Vara do Trabalho de Castanhal
Juiz PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR
Vara do Trabalho de Itaituba
Juíza ANNA LAURA COELHO PEREIRA KOENING - até 27/09/2009. Removida p/ a 1ª VT de Santarém (Ato nº 130/2009)
VAGO
1ª Vara do Trabalho de Marabá
Juiz JOÃO CARLOS TRAVASSOS TEIXEIRA PINTO
2ª Vara do Trabalho de Marabá
Juiz FRANCISCO MILTON ARAÚJO JÚNIOR
Vara do Trabalho de Óbidos
Juiz JÁDER RABELO DE SOUZA
Vara do Trabalho de Paragominas
Juíza RENATA PLATON ANJOS - até 27/09/2009. Removida p/ a 1ª VT de Abaetetuba (Ato nº 130/2009)
Juiz PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE - a partir de 28/09/2009
1ª Vara do Trabalho de Parauapebas

Juiz JÔNATAS DOS SANTOS ANDRADE
2ª Vara do Trabalho de Parauapebas
Juíza SUZANA MARIA DE MORAES AFFONSO BORGES
Vara do Trabalho de Redenção
Juíza NATASHA SCHNEIDER GURJÃO SAMPAIO
Vara do Trabalho de Santa Izabel do Pará
Juiz JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA - até 27/09/2009. Removido p/ a 1ª VT de Ananindeua (Ato nº 130/2009)
Juiz FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR - a partir de 28/09/2009
1ª Vara do Trabalho de Santarém
Juíza ERIKA VASCONCELOS DE LIMA DACIER LOBATO - até 27/09/2009. Removida p/ a 2ª VT de Santarém (Ato nº 130/2009)
Juíza ANNA LAURA COELHO PEREIRA KOENING - a partir de 28/09/2009
2ª Vara do Trabalho de Santarém
Juiz PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE - até 27/09/2009. Removido p/ a VT de Paragominas (Ato nº 130/2009)
Juíza ERIKA VASCONCELOS DE LIMA DACIER LOBATO - a partir de 28/09/2009
1ª Vara do Trabalho de Tucuruí
Juíza LEA HELENA PESSÔA DOS SANTOS SARMENTO
2ª Vara do Trabalho de Tucuruí
Juiz RICARDO ANDRÉ MARANHÃO SANTIAGO
Vara do Trabalho de Xinguara
Juiz PEDRO TOURINHO TUPINAMBÁ - Posse em 20/11/2009

ESTADO DO AMAPÁ

1ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza FLÁVIA JOSEANE KURODA
2ª Vara do Trabalho de Macapá
Juiz MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
3ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA CAVALCANTE ARANHA
4ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza ANGELA MARIA MAUÉS
Vara do Trabalho de Laranjal do Jari - Monte Dourado
Juíza CAMILA AFONSO DE NÓVOA CAVALCANTI - Possem em 20/11/2009

JUÍZES FEDERAIS DO TRABALHO SUBSTITUTOS

Juíza ANA ANGÉLICA PINTO BENTES
Juiz PEDRO TOURINHO TUPINAMBÁ - até 19/11/2009. Promovido p/ titular

da VT de Xinguara (Ato nº 178/2009)
Juíza ODAISE CRISTINA PICANÇO BENJAMIM MARTINS
Juíza MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA MEDEIROS
Juiz HARLEY WANZELLER COUTO DA ROCHA
Juíza CAMILA AFONSO DE NÓVOA CAVALCANTI - até 19/11/2009. Promovida p/ titular da VT de Laranjal do Jari-Monte Dourado (Ato nº 177/2009)
Juiz NEY STANY MORAIS MARANHÃO
Juiz MARCOS CEZAR MOUTINHO DA CRUZ
Juíza TATYANNE RODRIGUES DE ARAÚJO ALVES
Juíza ANELISE HAASE DE MIRANDA - até 22/09/2009. Removida p/ a 1ª Região (Ato nº 125/2009)
Juiz DENNIS JORGE VIEIRA JENNINGS
Juiz ANDREY JOSÉ DA SILVA GOUVEIA
Juíza GIOVANNA CORRÊA MORGADO DOURADO
Juíza DANIELLE VIANNA SOARES - até 28/10/2009. Removida p/ a 2ª Região (Ato nº 156/2009)
Juíza KARLA MARTINS FROTA
Juíza ÉRIKA MOREIRA BECHARA
Juíza MEISE OLIVEIRA VERA
Juíza MILENE DA CONCEIÇÃO MOUTINHO DA CRUZ
Juiz SAULO MARINHO MOTA
Juíza BIANCA LIBONATI GALÚCIO
Juiz WELLINGTON MOACIR BORGES DE PAULA
Juíza NÚBIA SORAYA DA SILVA GUEDES
Juiz FÁBIO MELO FEIJÃO
Juíza ALESSANDRA MARIA PEREIRA CRUZ
Juíza AMANDA CRISTHIAN MILÉO GOMES MENDONÇA
Juiz EDUARDO EZON NUNES DOS SANTOS FERRAZ
Juíza RAFAELA QUEIROZ DE SÁ E BENEVIDES
Juíza GINNA ISABEL RODRIGUES VERAS
Juíza FRANCISCA BRENNA VIEIRA NEPOMUCENO
Juiz FERNANDO MOREIRA BESSA
Juiz RODRIGO DA COSTA CLAZER
Juiz CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
Juíza MARIA GIZÉLIA LIMA DE BARROS
Juíza SILVANA BRAGA MATTOS
Juíza ANA PAULA BARROSO SOBREIRA
Juiz IGOR CARDOSO GARCIA
Juíza ELINAY ALMEIDA FERREIRA DE MELO
Juiz DILSO AMARAL MATAR
Juiz XERXES GUSMÃO - Posse em 25/09/2009
Juíza LECIR MARIA SCALASSARA - Posse em 25/09/2009
Juiz ABEILAR DOS SANTOS SOARES JUNIOR - Posse em 25/09/2009
Juíza NÁGILA DE JESUS DE OLIVEIRA QUARESMA - Posse em 25/09/2009
Juiz GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA - Posse em 25/09/2009
Juíza ROBERTA DE OLIVEIRA SANTOS - Posse em 25/09/2009
Juíza ADRIANA LIMA DE QUEIROZ - Posse em 25/09/2009
Juiz MARCELO SOARES VIÉGAS - Posse em 25/09/2009
Juiz DANIEL AUGUSTO MOREIRA - Posse em 20/11/2009

S U M Á R I O

DOUTRINA

TEORIA DA DEMOCRACIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO
Tarso Genro 15
A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA SOCIAL COMO GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
Vicente José Malheiros da Fonseca 29
DAS IMUNIDADES DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO NAS QUESTÕES TRABALHISTAS
Georgenor de Sousa Franco Filho 47
DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS. OS PRINCÍPIOS DA PROGRESSIVIDADE, DA IRREVERSIBILIDADE E DA NÃO REGRESSIVIDADE SOCIAL EM UM CONTEXTO DE CRISE
Cláudio Armando Couce de Menezes / Glaucia Gomes Vergara Lopes / Otavio Amaral Calvet / Roberta Ferme Sivolella 57
ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SOBRE A PERCEPÇÃO DE SOBREAVISO DECORRENTE DA UTILIZAÇÃO DE CELULAR/BIP A PARTIR DA TEORIA DE HANS KELSEN E RONALD DWORKIN
Francisco Milton Araújo Júnior 77
TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO: POSSIBILIDADES E LIMITES
Rafael Dias Marques 101
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO EXTERIOR E NORMA JURÍDICA APLICÁVEL: NOVOS CONTORNOS DECORRENTES DA LEI 11.962/2009
Gustavo Filipe Barbosa Garcia 123
ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO AJUIZADA PELOS HERDEIROS DA VÍTIMA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Raimundo Simão de Melo 129
O FUTURO DO DIREITO
Atahualpa Fernandez / Marly Fernandez 137
OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E O NOVO PROCESSO DO TRABALHO
Ophir Cavalcante Junior 161

REGISTRO

ORAÇÃO-POEMA PARA OS NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL
Vicente José Malheiros da Fonseca 175
SAUDAÇÃO AOS NOVOS DIRIGENTES DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 8ª REGIÃO
Francisca Oliveira Formigosa 183
DISCURSO DE TRANSMISSÃO DE CARGO
Suzy Elizabeth Cavalcante Koury 185
SAUDAÇÃO AOS NOVOS DIRIGENTES DA EMATRA-8
Vicente José Malheiros da Fonseca 189
DISCURSO DE POSSE NA DIREÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 8ª REGIÃO
Sulamir Palmeira Monassa de Almeida 197

JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 205
JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO..... 207
PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 207

ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
Acidente de Trabalho - Dano Moral - Responsabilidade do Empregador 209
Acidente de Trabalho. Dano Moral, Estético e Material. Responsabilidade do Empregador..... 213
Acordo Judicial. Violação ao Princípio da Boa-Fé. Responsabilidade do Violador da Conduta. 218
Agravo de Petição. Reintegração. Coisa Julgada. Modificação na Execução. Impossibilidade. 224
Competência da Justiça do Trabalho. Cobrança de Honorários Advocatícios..... 226
Contrato de Distribuição. Responsabilidade Subsidiária ao Distribuidor. Inexistência. 229
Contrato de Emprego. Prova. Inexistência..... 231
Contribuição Previdenciária. Aviso Prévio Indenizado. Incidência. 235
Dano Causado pelo Trabalhador. Indenização Postulada pelo Empregador em Ação de Cobrança 238
Dano Moral. Acidente de Trabalho. Comprovação. Nexo Causal. Responsabilidade Objetiva 253
Dano Moral. Ocorrência. Perda Auditiva 257
Danos Morais e Materiais. Acidente de Trabalho 262
Doença do Trabalho. Existência dos Requisitos Configuradores do Ilícito. 268
Empregado Doméstico. Inclusão no FGTS. Opção do Empregador Mediante Requerimento Escrito 275
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Progressão Funcional. Plano de Cargos e Salários. 279
I - Enquadramento Sindical. Atividade Preponderante. II - Terceirização. Responsabilidade Subsidiária 283
Enquadramento Sindical - Terceirização - Vinculação à Atividade Preponderante do Empregador Real. 297
Gerente. Assalto à Agência Bancária. Dano Moral. 302
Habeas Corpus. Depositário Infiel. Prisão Civil. / Natureza do Crédito Trabalhista. Norma Supralegal 308
Hora Extra - Turno Ininterrupto de Revezamento..... 312
Imposto de Renda na Fonte. Responsabilidade pelo Pagamento. Reclamante que Recebeu a Totalidade do Crédito Antes da Tributação na Fonte. Inexistência de Culpa da Reclamada. 319
Indenização Dano Moral - Acidente do Trabalho..... 323
Indenização por Dano Moral - Dever de Indenizar - Valor da Indenização - Critérios Legais para Fixá-La. 327
Indenização por Dano Moral. Quantificação. Considerações a Serem Observadas. 330
I - Justiça do Trabalho. Contribuições Compulsórias para Terceiros. Competência. II - Danos Morais. Assédio Moral..... 336
Lucros Cessantes..... 345

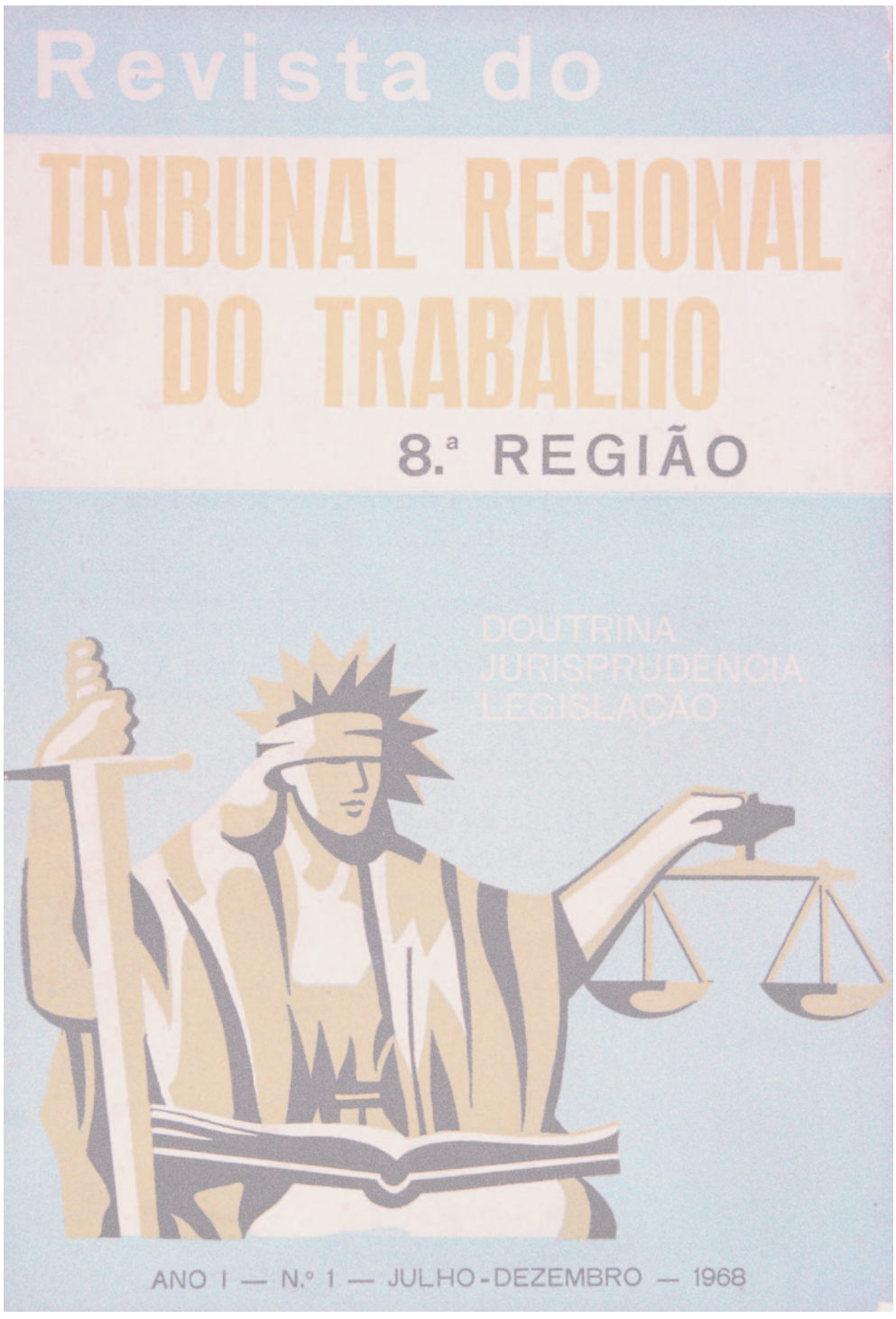
Plano de Demissão Voluntária. Cláusula que Veda a Contratação do Trabalhador pela Empresa que Promoveu o Plano, bem como por suas Terceirizadas. Nulidade. 359
Recurso Ordinário - Superveniência do Auxílio-Doença no Curso do Período do Aviso Prévio Indenizado. Estabilidade Provisória 365
Servidor Público. Ação Declaratória de Vínculo de Emprego. Competência da Justiça do Trabalho. 367
Vínculo de Emprego. Ônus da Prova. 372

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRT DA 8ª REGIÃO 379

NOTICIÁRIO

Campus Virtual 397
Conciliação 397
AMATRA 8 promove Cursos 398
Justiça Itinerante Fluvial no Amapá 398
Novos Tutores em EaD do TRT-8ª 399
Justiça Solidária Marabá 399
TRT doa bens à comunidade 400
Vara Itinerante 400
Lançamento de Livros 401
1º Curso de Formação de Formadores em Gestão de Escolas Judiciais 401
Desenvolvendo a Cidadania Corporativa 402
Campanha pela Valorização da Magistratura 402
Academia Artística e Literária de Óbidos 402
2ª Semana do Meio Ambiente do TRT-8ª 403
Honrarias 404
Atualização Jurídica em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho 405
Aposentadoria do Ministro Rider Nogueira de Brito 405
Ouvidoria 406
Novos Vídeos da TRTV8 na CN 406
Trabalho Forçado em Entrevista 407
Espaço Cultural 407
Canção da Escola da Magistratura 407
Manual de Procedimentos das Fases de Conhecimento e Execução Trabalhista 408
Cirene Alba morre aos 98 Anos 408
Videoconferência nos Julgamentos de Recursos Trabalhistas 408
TRT-8ª Pioneiro no Alinhamento do Planejamento Estratégico 409
EMATRA VIII / Escola Judicial do TRT-8ª 411
Fórum de Marabá lança “Processo Verde” 412
CREDIJUSTRA promove Palestra sobre Planejamento Financeiro 413
Preservar a Memória também é uma Questão de Justiça 413
Selo Memória 413
Justiça Solidária 2009 414
Atualização em Execução Trabalhista 414
Nova Diretoria da Escola Judicial do TRT da 8ª Região 415
Gestão de Pessoas 415
TRT-8ª lança Gibi Educativo sobre Direitos Trabalhistas 416
I Encontro de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho 416

Imagem Peregrina 417
Certidão Negativa On-Line 417
Ordem do Mérito Jus et Labor e Medalha do Mérito Funcional 418
Doença Ocupacional e Acidente de Trabalho 419
Novos Juízes Substitutos 419
A Inclusão Social do Trabalhador pela via Previdenciária 420
Excelência no Atendimento ao Público 420
Seminário Latino-Americano de Direito Eleitoral Comparado 420
Encontro Nacional da Memória da JT 420
Banco do Brasil e TRT-8ª assinam Convênio e Contrato 420
ECAISS promove novos Cursos 421
Trabalho Infantil e Conciliação 421
Semana do Servidor 421
Servidor Destaque Setorial 2009 423
Concurso e Exposição de Fotos 424
5º Curso de Formação Inicial 425
XII Encontro Regional da AMATRA 8 427
8ª Mídia 428
Licença Maternidade na TV 428
Encontro Nacional dos Assessores de Gestão Estratégica do Poder Judiciário 428
4ª Turma realiza Sessão em Macapá 428
Novos Titulares de Vara 429
Atividades do Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca 429
Atividades do Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho 431


Revista do
TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO
8.ª REGIÃO
DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO
ANO I — N.º 1 — JULHO-DEZEMBRO — 1968

DOUTRINA

TEORIA DA DEMOCRACIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO*

*Tarso Genro***

A partir da ruptura dos regimes autoritários e o retorno da construção democrática (que é avessa a qualquer tipo de arbítrio) uma das grandes tarefas republicanas foi iniciar a implementação de uma "Justiça de Transição". Trata-se - através dela - menos de **punir** e mais de **sinalizar**, a idéia da "não-repetição". E também de criar mecanismos, na democratização política, para o fortalecimento de um ethos renovador e de um sentido libertário ao Estado de Direito.

Conceituada pela ONU como o conjunto de mecanismos para tratar o legado histórico da violência, seus elementos centrais são a **verdade e a memória** (conhecimento dos fatos e resgate da história); a **reparação** (tanto econômica, pelo imperativo dever do estado de indenizar os perseguidos, quanto moral, pelo dever de registrar na história); o **restabelecimento pleno do preceito de justiça e do devido processo** legal (direito da sociedade de responsabilizar judicialmente os que violaram os direitos humanos e cometeram crimes contra a humanidade); e a **reforma das instituições** (vocacionar os órgãos de segurança e de justiça para a vida democrática permanente).

No cumprimento de seu dever constitucional, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça tem procurado implementar um efetivo programa de Justiça de Transição para o Brasil. É um conceito onde a Justiça, o Direito e a Política marcam encontro e reciprocamente interagem através de ações do Estado e de um discurso público fundado na razão comunicativa.

O projeto das "Caravanas da Anistia", com julgamentos nos locais onde as perseguições ocorreram, promove transparência e publicidade aos trabalhos e critérios da Comissão, que é um foro específico da Justiça de Transição. As atividades permitem, sobretudo aos jovens, conhecer a história e imbuir-se da relevância da defesa do Estado de Direito e das liberdades públicas.

Em dois anos - 2007 e 2008 - cerca de 20 mil pedidos de anistia foram apreciados. É um número similar à totalidade dos processos julgados nos **seis primeiros anos** da Comissão, criada em 2001. A média das remunerações mensais, que chegou a ser próxima a R$ 6 mil, hoje está em torno de R$ 2,3 mil, em harmonia com os valores pagos na previdência social, reduzindo a inaceitável diferença de valores entre os beneficiados de diversas origens sociais e profissionais.

---

* Aula Magna na UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, em 13/8/2009. A presente conferência contém excertos de outros textos do autor, além dos mencionados nas notas do rodapé. O texto teve a imprescindível colaboração do Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão Pires Júnior.

** Ministro da Justiça.

Esta maior celeridade dos pedidos de reparação permite aos cidadãos, atingidos pelos atos de violência da repressão, receber o **pedido de desculpas do Estado**, em vida, estimulando a reconciliação da nação. Mas, observe-se: para o atual governo, somos nós, o Estado, que pede desculpas. Não é o Estado que está perdoando os que "erraram" ou foram "criminosos". Invertemos, assim, o conceito tradicional de anistia, cristalizado na transição controlada, através do qual a anistia era um "perdão" oferecido aos vencidos.

A audiência pública sobre o alcance das normas de anistia realizada em 17/06/2009 - para debater se ela atingia ou não os que cometeram o crime de tortura - promoveu saudável discussão na sociedade e colaborou para a superação da aparentemente ingênua leitura de que a anistia é também um instrumento da "amnésia" histórica.

O princípio da dignidade da pessoa humana, - que está inscrito em todas as normas jurídicas que rejeitam a tortura como meio de prova medieval - como assevera Canotilho, é uma "**derivação política"** dos direitos sociais. É uma derivação orientadora da agenda da democracia substancial, que, no nosso país, encontra-se em processo de construção.[1] **A Justiça de transição é um dos elementos fundamentais do devir desta nova substancialidade**, que se reporta hoje à radicalização da democracia. Ela significa aproximar os direitos fundamentais da vida cotidiana de todos os cidadãos.

Rompeu-se a cultura do medo. Reafirmou-se que na democracia não podem existir temas proibidos e a sociedade, politicamente livre - através de uma ação judicial da OAB - pôde levar, através de uma ação de descumprimento de preceito constitucional, a questão da tortura ao STF. A Suprema Corte definirá se o Brasil enfrentará seu passado, a exemplo de tantas outras nações e segundo as exigências da ONU e da OEA, ou tentará cobri-lo com o manto vergonhoso do olvido, em nome de um artifício jurídico manipulatório.

Outro fato lapidar foi a 1º Encontro das Comissões de Reparação e Verdade da América Latina, ocorrido em 19/11/2008, no Rio de Janeiro, que permitiu efetiva integração de políticas comuns na América Latina e trocas de experiências entre os diversos países.

Por fim, sem dúvida alguma, em 2008 o fato marcante foi o ato de anistia ao presidente João Goulart, deposto pelo golpe de 64. Restava pendente a demanda de uma condenação simbólica integral do regime autoritário por parte do Estado Brasileiro, algo que ainda não se havia produzido oficialmente. Anistiando o Presidente deposto foi reparada a indignidade da sua deposição ilegítima.

Nossa democracia saiu mais forte no ano que se passou. Ganhou a democracia e a sociedade brasileira[2]. Elemento central deste fortalecimento é também a compreensão de que não se trata de tornar "vilões" da História os

---

1 CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra (Portugal): Edições Almedina, 7ª edição, 2003.

2 GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Anistia e democracia. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.7, 23 fev. 2009.

que, à época, julgavam por convicção que o golpe era necessário e patriótico, nem tornar heróis em massa os que se opuseram a ele. Trata-se, isto sim, de fazer emergir na claridade da vida toda a desumanidade que vem do arbítrio e da violência desmedida e ilegítima.

O paradigma argentino relativo à Justiça de Transição, numa **primeira etapa**, caracterizou-se por buscar a aplicação do Direito Penal Comum, numa modalidade de persecução penal praticamente "minimalista". Numa **segunda etapa**, cessaram as persecuções criminais, com exceção de alguns delitos como os de sequestro de crianças, período que foi ordenado pela vergonhosa "anistia ao inverso" dos principais crimes cometidos pelos agentes do regime: a lei do "punto final".

Numa **terceira etapa**, a partir de 1999, apoiado numa forte pressão política, o movimento para acabar com a impunidade propiciou uma histórica decisão da Suprema Corte daquele país irmão: em 2005, ela declarou a inconstitucionalidade da lei do "punto final". A partir desta corajosa decisão do seu Poder Judiciário, o Estado argentino passou para uma posição de "persecução maximalista", ampliando o espectro da busca de responsabilização de todos os autores das barbáries cometidas naquele país.

A referência ao paradigma argentino é importante, pois este foi um dos países no qual os direitos humanos foram mais vilipendiados na América Latina, ao lado do Chile e do Uruguai. Nestes países o Estado comprometeu-se de forma homogênea com a violência ilegal e criminosa, apoiado num sistema "legal" que permitia a expedição de ordens de "aniquilamento" de dissidentes e insurgentes.

No Brasil, a violência foi menos massiva, a resistência armada foi pequena e não chegou ao nível de ameaçar a estabilidade do regime excepcional. Aliás, a força política e o apoio político civil que o regime ainda detinha em 1979, foi a origem da "relativização" da anistia no Brasil.

Aqui, portanto, o desenvolvimento de uma Justiça de Transição foi travado, politicamente, pelos compromissos firmados na migração "suave" da ditadura para a democracia política, o que proporcionou que ela evoluísse lentamente. Até hoje, em todas as instituições do Estado permanecem os que eram, à época, jovens apoiadores do regime de força e inclusive se serviram dele para ascenderem na burocracia estatal ou nas carreiras políticas, o que é normal numa transição conciliada como a nossa.

Esta é a causa maior, portanto, de que tenhamos ainda hoje uma forte corrente que interpreta a Constituição a partir das cláusulas daquele contrato político "ficto", pelo qual quem rompeu a ordem democrática da Constituição de 46 também **absolve a si mesmo**. Ensejou-se, a partir daí, na abordagem da Constituição de 88, um "constitucionalismo sem hermenêutica", que recusa a construção de um constitucionalismo interpretativo e normativo[3] capaz de

---

[3] BONAVIDES, Paulo. Prefácio ao livro de Carlos Roberto Siqueira Castro. A Constituição Aberta e os Direitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2005: "(...) a passagem de um constitucionalismo formal, de textos, a um constitucionalismo material, de realidade, ou o transcurso de um constitucionalismo

elevar o Estado de Direito a um patamar superior de civilidade democrática.

A "brilhante" tese do "não olhar para trás", por isso, é um convite para não olhar para frente com olhos abertos. É um convite à cegueira, que quer fazer esquecer que a "autoanistia" não pode abranger a tortura, mesmo porque ela foi ilegal dentro do próprio regime militar brasileiro, o que lhe tira qualquer resíduo de "ato político", ao contrário da tortura legalizada pela doutrina Bush, durante um certo período da democracia americana.

Esta cegueira deliberada está flagrada na doutrina constitucional mais lúcida, bem expressa por Luigi Ferrajoli: "*O Estado constitucional de Direito não é outra coisa que esta dupla sujeição do Direito ao Direito gerada pela dissociação entre vigência e validade, entre forma e substância, entre legitimação formal e legitimação substancial ou, se quiser, entre a weberiana racionalidade formal e racionalidade material. Graças ao reconhecimento desta dissociação se desvanece a presunção de legitimidade associada ao Direito existente pelo positivismo dogmático e, nos ordenamentos politicamente democráticos, pela concepção jacobina e puramente política da democracia. Precisamente a possibilidade do Direito substancialmente ilegítimo, ou seja, da divergência entre normatividade e efetividade do dever ser constitucional do Direito positivo, representa, em efeito, com paradoxo apenas aparente, a condição prévia da democracia substancial. Disso se deriva um papel central da jurisdição e sua independência como instrumento de controle da legalidade do poder e de garantia diante de seus desvios: da jurisdição constitucional sobre a validade das leis, da administrativa sobre a validade dos atos da administração, da penal diante dos abusos e arbitrariedades delituosas dos titulares dos poderes públicos"*[4].

A compreensão majoritária nos meios jurídicos, até agora, foi que: **primeiro**, houve "anistia recíproca"; **segundo**, que esta foi sustentada por um contrato político inscrito na Constituição Federal de 1988, orientado pela Lei de Anistia de 1979; e **terceiro**, que o Estado Democrático de Direito assimila, sem pudor, tal compreensão da anistia - ou seja, os que deram sustentação à violação dos Direitos Humanos poderão "anistiar a si mesmos" - mesmo que isso implique o ingresso, na ordem jurídica democrática nova, **de um traço essencial do regime de exceção**: a designação autoritária de **quem perdoa** e de **quem é perdoado.**

---

sem hermenêutica para o constitucionalismo interpretativo e normativo ou, em outras palavras, de um constitucionalismo programático a um constitucionalismo positivo. Em suma, a trajetória do constitucionalismo político ao constitucionalismo jurídico nem por isso - advirta-se, de necessidade, faz este perder a substância ou a natureza política que em última análise lhe é ínsita. Com efeito, a Nova Hermenêutica levou a cabo a revolução do constitucionalismo contemporâneo. Nem todos os juristas - designadamente os mais conservadores - percebem o sentido e a extensão das transformações por derradeiro havidas".

4 FERRAJOLI, Luigi. El Estado Constitucional de Derecho Hoy. In: Corrupción y Estado de Derecho - El papel de la jurisdicción. Madrid: Editorial Trotta, 1996, pp. 23/24.

Com esta visão da História é possível acolher a versão da suposta "igualdade", em valor e responsabilidade, entre vencedores e vencidos, no contexto da ruptura com a democracia. As conseqüências são graves, pois isso implica em concluir que a ordem democrática pode ser rompida tranquilamente, a partir da força, com a expectativa de que já estão dados os critérios políticos do perdão.

Que hoje todos sejamos considerados formalmente "iguais" no compromisso democrático parece razoável. Mas que os golpeadores da ordem democrática e os que resistiram à ruptura constitucional em 64 sejam identificados pelos mesmos valores para avaliar o passado "é colocar no mesmo saco" os que golpearam e os que foram golpeados, o que não é jurídica nem moralmente aceitável.

Os mecanismos estatais de busca da verdade tanto podem se processar através de procedimentos judiciais como de mecanismos não judiciais - é o caso de comissões parlamentares e comissões instituídas legalmente para a busca da verdade - que se aperfeiçoam abrindo um amplo acesso aos arquivos e à informação[5].

O florescimento de "Comissões da Verdade e da Reconciliação", como ocorreu na África do Sul, foi um "meio termo" humanista para conformar, dentro do Direito, uma solução política e normativa capaz de, ao mesmo tempo, **punir** e **não permitir** o esquecimento.

A **punição,** aqui, está no reconhecimento público das responsabilidades assumidas pelos agentes da ordem; a **memória** afirma-se, a partir do reconhecimento por parte de quem torturou e matou, com o desvelamento formal e material dos fatos.

Trata-se de um rico processo de interação do Direito Internacional, dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, com solução capaz de trazer, para dentro do processo de conciliação democrática, o conteúdo mais geral dos principais diplomas originários do iluminismo democrático: a **Declaração** Universal dos Direitos Humanos, o **Pacto** Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a **Convenção** Americana sobre Direitos Humanos, a **Convenção** contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Inumanas ou Degradantes e a **Convenção** Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, combinando, desta forma, a **dimensão ética**, a **dimensão jurídico-técnica** e a **dimensão política** da Justiça de Transição. O elemento central desta forma adquirida pela Justiça transicional, está voltado para o **direito à verdade**, que é direito das vítimas e da sociedade e é dever do Estado Democrático de Direito.

Democracia e Estado de Direito, assim como república e democracia, não são pares absolutos. Pode-se ter mais ou menos democracia, assim como a república pode ser mais ou menos democrática; o Estado "de fato" é sempre nada ou pouco democrático, mas um Estado de Direito pode ser democrático ou autoritário. A república pode ser mais, ou menos autoritária e

---

[5] CIURLIZZA, Javier. **Introducción a La Justicia Transicional**. Preparado para la Comisión de Amnistía. Brasília: Ministério de Justicia de Brasil, 2009. 85 slides, color.

assim mais, ou menos democrática[6]. A construção da democracia substancial dentro do Estado de Direito, nunca terminada, é ela mesma uma revolução: aceita sobressaltos radicais, mas aceita-os na medida em que não conduzam à concentração absoluta de poder numa autoridade suprema.

As formas através das quais a democracia se realiza, combinadas ao longo da história, produzem significativas transformações na sociedade que, quando sonegadas, podem gerar revoluções que se legitimam[7]. A revolução só é possível se a democracia sonega-se radicalmente ou sonega, de forma reiterada, direitos básicos necessários a uma coesão social mínima. Aí a revolução pode ser legítima.

A democracia suporta, portanto, **conservação** e **revolução**. Mas é a recorrente exigência de mais liberdade e mais emancipação, que impede a conversão do conservadorismo em **reação** e impede que a democracia regrida, desastradamente, para o autoritarismo e o absolutismo. O direito de resistência está contido na gênese e na essência da democracia.

A democracia moderna contém nos seus extremos, tanto a "ágora" grega como o assembleísmo libertário dos "soviets". Através de formas

---

6 RIBEIRO, Renato Janine. A república. São Paulo: Publifolha, 2001. p.77. "A tese principal destes dois livros é que a república funciona pela vontade e a democracia, pelo desejo. A democracia expressa o desejo por mais. Bem orientado, esse desejo se converte em direito à igualdade, de bens, de oportunidades ou perante a lei. Já a república consiste na necessidade ou obrigação de refrear o próprio desejo, a fim de respeitar um bem comum que não é o patrimônio de uma sociedade por ações, mas o cerne do convívio social. Não há política digna desse nome, hoje, que não seja republicana e democrática. O problema é que as duas vertentes não se conciliam facilmente. Se tendermos à democracia, o desejo de igualdade, e o desejo em geral, poderá inviabilizar o investimento de longo prazo, o respeito ao outro, a contenção. A própria conversão do desejo em direito é um elemento republicano. Contudo, se enfatizarmos a república, poderá ser que o respeito à coisa pública se torne fim em si, e deixe de lado a igualdade: teremos uma república de juízes (ou promotores), sem o aquecimento que está na democracia".

7 CATTANEO, Mario A. **El concepto de revolución en la ciencia del derecho**. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1968, pp. 154-155: "Para Kelsen, como se viu, a revolução tem a função particular de mostrar claramente, ao vivo, o significado da norma fundamental: com a revolução produz-se a mudança da norma fundamental. Empregando as próprias palavras de Kelsen, 'se se pergunta sobre qual coisa regula o conteúdo da norma fundamental que está na base de determinado ordenamento jurídico, uma análise que examina os juízos jurídicos nas suas últimas conseqüências demonstra que o conteúdo da norma fundamental descansa sobre aqueles elementos de fato que produziram o ordenamento a que corresponde, até certo ponto, o comportamento efetivo desses homens aos quais refere-se o ordenamento mesmo'. Isso significa que a eficácia de todo o ordenamento jurídico é uma condição necessária para a validez de cada norma do ordenamento. A eficácia do ordenamento não é fundamento, mas condição da validez das normas. Estas últimas 'deixam de ser válidas não somente quando são abolidas de um modo constitucional, mas também, quando o ordenamento total deixa de ser eficaz... O princípio da legitimidade, portanto, está limitado pelo princípio da efetividade".

mediadas pelo Direito, ela suporta ambos - “ágora” e “soviets” - e ao mesmo tempo não é nenhum deles completamente, assim como jamais os realiza completamente. A desigualdade social e política entre as classes na formação da deliberação e a força direta do povo, na pressão sobre o Estado, modelam a democracia e, ao mesmo tempo em que a instabilizam, legitimam-na.

O “pequeno detalhe” de que a “ágora” ateniense incluía um número reduzido de cidadãos, que democraticamente (entre si) decidiam os destinos da “polis”, não só não é um “detalhe” (para compreender mais profundamente a democracia), muito menos é um detalhe “pequeno”.

As relações de força e poder que existiam na sociedade grega, atenuadas, encontram-se em geral projetadas nas diferenciações sociais e econômicas da sociedade atual, gerando limitações para a fruição dos direitos fundamentais. Não é irrelevante, porém, que pela atenuação daquelas diferenças temos o grande avanço que o reconhecimento dos direitos fundamentais hoje refletem. O “povo empírico”* da “ágora” era muito mais restrito do que o “povo empírico” das democracias modernas, por isso a expansão do povo concreto, que promove a democracia, orienta o próprio curso da evolução do Estado Moderno.[8]

O debate sobre a anistia no Brasil reveste-se, no contexto de conciliação política que presidiu a nossa transição, de características normativas também singulares. A lei nº 6683/1979, que estabeleceu a anistia penal aos perseguidos políticos (excetuando os que cometeram delitos “de sangue”) também regulamentou medidas de reingresso, para aqueles que tivessem sido afastados de funções públicas, em razão de convicções políticas. Se a efetividade da anistia penal foi se impondo, gradualmente, até a ampliação do seu alcance pelos Tribunais, o mesmo não pode ser dito sobre o direito ao reingresso no serviço público.

Primeiramente, porque muitas das condições requeridas pela lei não se viabilizavam na prática. Ainda: muitas demissões nos setores públicos e privados ocorreram no período 1979-1988, época, por exemplo, das grandes greves do ABC, cuja prova mínima de participação e da demissão, como revide político, não é fácil.

A matéria voltou a ser regulamentada na Emenda Constitucional n° 25/1985 e no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - onde estabeleceu-se o direito à reparação aos perseguidos civis e militares, dos setores público e privado, a ser regulamentada pelo Congresso Nacional.

O Congresso só viria a regulamentar a matéria em 2002, após a edição de Medida provisória pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em

---

* A expressão aqui usada, “povo empírico” - extraída de Friedrich Müller - refere-se àquela parte concreta da sociedade que se expressa na formação dos processos deliberativos, tanto através do voto como da abstenção consciente e das pressões coletivas, políticas ou corporativas, que concorrem para as decisões públicas advindas do governo.

8 GENRO, Tarso, et. al. **Tratado de direito constitucional**. **Fundamentos da Constituição**. São Paulo: Saraiva. A ser publicado em 2009. (Os cinco parágrafos anteriores compreendem a citação.)

2001. Os debates sobre o tema conduziram à aprovação, por unanimidade, da Lei n° 10559/2002.

Como no período 1979-2002 haviam sido criadas diversas estruturas, algumas mais funcionais, outras menos, para responder à pretensão do direito à anistia e demais direitos econômicos, a Lei 10559/2002 determinou fossem remetidos ao Ministério da Justiça todos os procedimentos iniciados, conclusos ou não, para que eles fossem enquadrados nas disposições da nova lei e apreciados aqueles que pendiam de decisão.

Como nas legislações anteriores, a atual Lei da Anistia trabalha com dois tipos bastante distintos de casos: (I) lida com os **perseguidos políticos** em geral, que sofreram restrições ou violações de direitos em razão de sua militância política no Estado de Exceção; (II) lida com **servidores públicos,** em particular, demitidos em razão de mobilização de trabalhadores.[9]

Face à correlação de forças na transição política do país, porém, o ponto de partida da anistia no Brasil foi tomado pela elite política que compôs o acordo (nos acordos sucessivos sobre as normas de anistia) como **um perdão dos vencedores em relação os vencidos de 1964**.

Foram considerados como "vencedores" os que instauraram o regime de força, em 1964. Não me reporto, aqui, aos militares, mas especialmente às elites políticas da transição. Eles é que deram **forma jurídica**, **apoio social e político** e ainda **sustentação econômica** ao regime, que conciliou os agentes políticos da transição - da oposição consentida e do governo - mas **não reconciliou** a totalidade dos que foram derrotados na defesa da constituinte livre, soberana e originária, da anistia ampla geral e irrestrita, e que exigiam a democracia sem relativismos, com a punição dos que cometeram delitos de tortura e assassinatos.

Foi assim, mantida sob controle a extinção progressiva do regime de exceção, o que jamais suscitou, como ocorreu na Grécia dos generais, qualquer tentativa de punição dos próprios ditadores ou mandantes do autoritarismo. Até mesmo porque aqui, de uma parte isso era politicamente impossível (já que o regime teve significativo apoio civil, da imprensa e também legitimação intencional no âmbito da guerra fria) e, de outra, na esfera da política, os generais tinham forte apoio político e respaldo de um projeto econômico bem articulado.

É preciso acabar, aliás, com a versão simplória de que tanto o regime de força como a anistia, no Brasil, foram obra exclusiva de "grupos militares". E mesmo que o regime não teve apoio civil nem criou sua própria elite dirigente, burocrática civil. **Tanto criou que esta elite teve importância decisiva não só para a implementação do regime, como também comandou a transição e hegemonizou o seu controle.**

---

[9] MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Nota Técnica**: esclarecimentos sobre o funcionamento da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e as assimetrias jurídicas da Lei Nº 10.559/2002: qual o papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça? Brasília, 2009. 6 p. (Resumos)

Ao contrário, portanto, do que ocorreu na Revolução Portuguesa de 1975, que derrubou o Salazarismo e **na qual os militares foram a "vanguarda" da extinção do regime porque não eram a vanguarda do regime**. Aqui os militares apenas "aceitaram" a transição "lenta, segura e gradual", **a partir de uma posição de retaguarda no regime**, delegando aos políticos que defendiam a "revolução" a sua legitimação. Assim valorizada, a elite burocrática e política que **emergiu do regime orientou a conciliação com a maior parte da oposição legal.**

A "transição sob controle", de uma parte, trouxe uma vantagem extraordinária, pois não jogou brasileiros contra brasileiros, na possibilidade de uma luta armada fratricida. De outra parte, porém, trouxe desvantagens gritantes: impôs burocraticamente um conceito de perdão, que é o perdão através do qual os ofensores "perdoam" os ofendidos, o que limita a adesão subjetiva à reconciliação e transforma-a principalmente num jogo de reparações materiais. Por isso mesmo o debate, tanto sobre a tortura como sobre a violência do regime, é atual, como é atual a luta pelo prosseguimento da implementação de uma Justiça de Transição.

Toda a tipologia da evolução democrática e da conciliação, feita, aliás, com o apoio da maioria da sociedade, veio desta "ideologia do perdão" invertida. E esta "ideologia do perdão", ao contrário do que ocorreu em processos análogos (Itália, pós-guerra, por exemplo), foi um perdão **de cima para baixo**, como aliás insinua o termo, não um perdão de quem foi ofendido e agredido.

É suposto, **portanto**, neste mecanismo, um "perdão" que os torturadores teoricamente concederiam aos seus torturados, que os expurgadores do serviço público concederiam aos seus expurgados, que os perseguidores políticos de todas as origens concederiam em relação a seus perseguidos.

Um perdão, que aceito, encerra uma reverência e uma legitimação política do regime de exceção. A partir destes valores, que induzem a conseqüências jurídicas e políticas amplas, abriu-se a democracia para "indenizar" os que foram perdoados, ou seja: **um prêmio por terem "aceito" o perdão de quem humilhou e violou a Constituição, através de um golpe de Estado.**

Isto supõe, como conseqüência, um compromisso recíproco de esquecimento, mas um esquecimento também desigual. Por quê? Ora, à medida que se pretende obrigar a sociedade a esquecer os agentes das violações aos direitos humanos e das liberdades públicas e, ainda, lembrar os atos de resistência radical como "excessos" que justificaram a exceção, não há reconciliação. Há adesão forçada a um padrão de esquecimento que só beneficia os que impuseram o regime de força.

Este processo, então, torna os que resistiram praticamente clandestinos da sua própria história esquecida e, como legítimos, os que comandaram as repressões e as **violências ilegais dentro do próprio regime de força.** Quando os governos e os seus representantes "usurpam do direito exclusivo das vitimas de perdoar o seus opressores" deixam de

respeitar plenamente os que sofreram.[10]

Todas estas fórmulas, engendradas pela conciliação sem memória, rejeitam inclusive uma conciliação mais democrática e mais avançada, como foi aquela da África do Sul. Estas fórmulas estão fundamentadas na seguinte tese muito bem sintetizada pelo Ministro Nelson Jobim, publicada em matéria do jornal "O Estado de São Paulo" em 12/6/2009: "O ministro da Defesa, Nelson Jobim, reacendeu um tema explosivo ao classificar ontem como "revanchismo" a idéia, defendida por setores do governo, de punir militares e agentes de Estado que praticaram tortura durante o regime militar (1964-1985). Em entrevista à Agência Brasil, ele disse que a Lei da Anistia, de 1979, promoveu ampla reconciliação nacional e perdoou os excessos cometidos dos dois lados. "A questão hoje não é discutir se é a favor ou contra torturadores, mas se podemos ou devemos rever um acordo que foi feito pela classe política", afirmou".

Está correto o Min. Jobim. Houve, sim, um acordo feito pela classe política. Mas também houve um acordo político, feito pelos líderes civis e militares, para a implantação de um regime de exceção que rasgou a Constituição. E nem por isso este pacto deixou, mais tarde, de ser considerado ilegítimo.

O que nós devemos nos perguntar é se ambos os acordos impõem cláusulas pétreas, não somente àqueles que foram excluídos do diálogo, nos acordos, mas também aos que sofreram os seus efeitos. Se as cláusulas dos pactos políticos de contingência são "pétreas", o regime militar também não poderia ser substituído por um regime civil.

Prossegue o ex-Ministro do Supremo: (...) Se o Supremo decidir que a Lei de Anistia não é bilateral, o que eu não acredito, terá de enfrentar outro assunto: a prescrição. Ele reconheceu que tratados internacionais consideram alguns crimes imprescritíveis, mas disse que isso não vale no Brasil. "Tratados internacionais aqui não valem mais que a Constituição brasileira, que dá imprescritibilidade para um crime só: o de racismo". Na "Folha de São Paulo", afirma o Ministro em 13/6/2009: "A idéia de punir militares por atos de tortura cometidos durante a ditadura militar é 'revanchismo'", afirmou ontem o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Embora tenha organizado um grupo de trabalho para procurar e identificar corpos de militares e guerrilheiros mortos na Guerrilha do Araguaia (1972-1975), ele diz que a busca visa contemplar o direito à memória. "Uma coisa é o direito à memória, outra é revanchismo e, para o revanchismo, não contem comigo", disse, em entrevista à Agência Brasil. (...).

Respondendo aos que se apressam em se identificar como "não-revanchistas", quero dizer bem claro: **não contem comigo também para revanchismo**. Só que a recuperação da memória e a outorga de responsabilidade jurídica através do devido processo legal a quem - por exemplo - torturou (independentemente da aplicação, ou não, de normas de

[10] ROMERO, Mauricio. **Verdad, memória y reconstrucción**: estúdios de caso y análisis comparado. Colombia: Canadá, 2008. 154 p.

prescrição) **não é revanchismo**. Até porque eventuais processos sobre a tortura, por exemplo, atingem um grupo muito específico que inclusive violou as leis do próprio regime e que assumiu ter feito coisas muito diferentes do que "matar em combate".

Através de uma revista de circulação nacional, ao se deparar com a acusação de uma torturada, um torturador arrogante pela impunidade previamente anunciada, chegou a afirmar publicamente que "não torturava mulher feia". E isso não gerou nenhum escândalo e nenhum revide do Estado, na defesa da dignidade da pessoa humana mais uma vez humilhada.

É esse o legado da transição?

Quem estabelece um vínculo artificial entre "memória" e "revanchismo" quer, na verdade, dizer que é preciso sacrificar a memória no universo da impunidade. O direito à memória, que desenterra o passado e o põe sob luzes públicas, não pode ser considerado como revanche, sob pena de se defender implicitamente o "direito a torturar" sem a expectativa de punir. O direito à memória também pode ser considerado, oportunisticamente, um ataque às corporações militares, que aliás, no Brasil, não participaram como ***instituição*** dos crimes cometidos nos porões da tortura, ao contrário do que ocorreu na Argentina.

A anistia de 1979, sucedida por outros instrumentos normativos, inclusive de natureza constitucional contém, então, o mais grave obstáculo para a consolidação de uma Justiça de Transição no Brasil: é uma política de "perdão ao inverso", de "esquecimento", de uma parte, e, de outra, é uma política de "equivalência de responsabilidades." Se a política do "esquecimento" já é uma violência em si, a política da "equivalência de responsabilidades", em relação ao golpe militar, é uma política que atenta contra a cultura política do Estado Democrático, pois a "equivalência" supõe que são iguais em valor, **os que defendem uma ordem democrática e os que se arvoram em seus juízes absolutos para derrubá-la pela violência**.

O instituto da anistia, nesses casos e a partir desse enfoque, reproduz aquele vício de origem que está no desvirtuamento essencial da democracia moderna: o **de substituir a justiça pelo chamamento a uma igualdade formal linear**, reforçando, assim, o apelo para uma sociedade amnésica, pois a quem atentou contra a dignidade da pessoa humana atribui-se o mesmo valor daquele que foi violentado pelo arbítrio. **Ambos têm a sua história dissolvida. Conveniência de quem torturou, depreciação humana e política de quem foi torturado**.

A concepção que vê a anistia como um exercício de esquecimento, infelizmente, ainda é preponderante nas experiências de transição vivenciadas pelos Estados latino-americanos ao longo dos anos. É possível, porém, como se verá, firmar uma outra tradição para o instituto da anistia política, que esteja voltada para um exercício de memória, tida como condição indispensável para a reconciliação da sociedade. Nessa acepção, o que deve ser esquecido é o interdito das narrativas sufocadas e dos crimes acobertados. O esquecimento das dores e violências só pode acontecer como o resultado de um exercício

terapêutico de luto e de memória.[11]

Erich Auerbach, no seu *Ensaios de Literatura Ocidental*[12], no capítulo dedicado a "*Vico e o historicismo estético",* surpreende-se que um homem no começo do século XVIII "possa ter criado uma história do mundo baseada no caráter mágico da civilização primitiva", dizendo que "há poucos exemplos semelhantes na história do pensamento humano de uma criação tão isolada; devida a uma mente tão peculiar". Ele combinava uma fé quase mística, prossegue Auerbach, na ordem eterna da história humana com um tremendo poder de imaginação produtiva na interpretação do mito da poesia antiga e do direito.

Para Vico "os homens primitivos eram originalmente 'nômades solitários', vivendo em promiscuidade desordenada em meio ao caos de uma natureza misteriosa e, por isso mesmo horrível". Eram "seres sem faculdade de raciocínio; tinham apenas sensações intensas e um poder de imaginação tão grande que os homens civilizados teriam dificuldades em concebê-lo".

Em "Depois de Babel"(10), conta-nos Joaquim Herrera Flores, o grande mestre George Steiner afirmava o seguinte: "em quase todas as línguas e ciclos lendários encontramos um mito do enfrentamento de rivais; duelo, luta corpo a corpo, confronto de enigmas, cujo prêmio é a vida do perdedor".

Temos "nômades solitários", "seres sem faculdade do raciocínio", diz Vico, e luta onde o prêmio é "a vida do perdedor", diz George Steiner. Assim, o que separa a formulação de Vico da teoria do mestre Steiner é o "contrato". Na primeira hipótese, os nômades solitários somente "sentem" o caos de uma "natureza misteriosa". Na segunda hipótese, a luta revela um prêmio, em um pacto onde o limite é a eliminação consciente do outro. Neste pacto de eliminação consciente do outro para a obtenção do prêmio está toda a essência da violência na sociedade repartida.

Se tomarmos os dois exemplos como lapidares de dois períodos históricos da humanidade, poderíamos concluir que um máximo de consciência e racionalidade separa qualitativamente o homem primitivo do homem moderno (em termos eminentemente antropológicos). É o fato de que o segundo promoveu uma "compensação" para a sua separação da naturalidade, que foi precisamente aquela que o conscientizou da violência. E depois organizou-a, para pactuar sucessivos níveis de convívio que, em nenhuma época da história, suprimiram a compulsão da morte do seu semelhante, reconhecendo-o, portanto, como *indiferente a si mesmo* ou *diferente de si mesmo*, por isso eliminável.

A sucessão de regimes repressivos e autoritários, ditatoriais e/ou totalitários que avassalaram a América Latina, entre meados dos anos

---

[11] FILHO, José Carlos Moreira da Silva**. Dever de memória e a construção da história viva**: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e a Verdade. SI: 2009 (apresentação de Trabalho/Conferência) Rio Grande do Sul.

[12] AUERBACH, Erich. **Ensaios de literatura ocidental**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 347-348.

60 e 80, ainda não foi tratada de forma sistemática por nenhum regime democrático em processo de afirmação do continente. Isso se justifica, de uma parte, porque todas as transições políticas para a democracia foram feitas sob compromisso. De outra, porque a democracia expandiu-se mais como "forma" do que como "substância".

Na verdade, nenhum dos regimes *de fato* foi derrotado ou derrubado por movimentos revolucionários de caráter popular, o que certamente nos poupou de outras violências irracionais. Mas isso trouxe o demérito de que os valores que sustentaram a "guerra fria" e que sustentaram as ditaduras ainda são aceitos como "razoáveis".

Ao lado destas condições históricas concretas há todo um manto ideológico, promovido por uma parte da academia e também por intelectuais que têm acesso privilegiado aos grandes meios de comunicação que, sob certos aspectos, substituíram a defesa do caminho único do neoliberalismo pela promoção de um trabalho persistente de desmoralização dos ideais democráticos da esquerda, a partir de uma avaliação de anistia como "revanche".

No Brasil, o tratamento dado recentemente ao caso de Cesare Battisti, um militante radical, que combateu na luta armada da Itália e que se encontra preso no Brasil, aguardando a posição do Supremo Tribunal Federal, é exemplar. O questionamento do refúgio político que o governo brasileiro lhe concedeu é emblemático: não estamos tratando de um militante esquerdista radical, que lutou contra um regime democrático em crise, mas, "a priori", de um assassino julgado corretamente por um "Estado de Direito"; mais: não se trata de um "criminoso" político, mas sim, "a priori", de um assassino comum; e, mais ainda: sua luta armada era a "priori" a luta do "mal", representado pelos proletários armados pelo comunismo, contra "o bem", representado pelo Estado de Direito italiano.

É exatamente a mesma mecânica subjetiva que operou no Brasil, na transição da ditadura para a democracia política, quando o Congresso aprovou a anistia restrita, retirando dela os que cometeram "crimes de sangue". Esta ideologização direitista da memória, na verdade, impede um pacto de conciliação, porque o impõe a partir dos valores que são aceitos exclusivamente pelos que eram beneficiários do autoritarismo e das ditaduras.[13]

Isso ocorre, também, na narrativa que justifica o Golpe de 1964, como simples reação a um suposto estado de "caos e desgoverno político" vigente, ameaçador da propriedade privada, das liberdades públicas, dos valores da família, sintetizando tudo no combate à "ameaça comunista".

Como salientei em artigo recente, publicado no jornal "O Povo" de Fortaleza: **nesta visão, a história somente pode ser contada de uma única maneira, a de que o regime ditatorial foi uma etapa de paz civil e avanços econômicos, nos quais se localiza as bases da ordem e da**

[13] Conferência de abertura do Seminário Luso-Brasileiro sobre Regime e Memória Política proferida pelo Ministro da Justiça do Brasil em 20/abril/2009 no Centro de Estudos Sociais - CES da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

democracia atual. Tenta fixar-se um pacto de silêncio, sob a falácia de que olhar para o passado é abrir as suas feridas.

Há, assim, um uso político da memória para coincidi-la com a hermenêutica dos dominadores da época. Isto, em verdade, constitui-se em uma ***não-memória***, pois nos impede de desvelar o tipo de ordem jurídica e política que instrumentalizou alguns homens para transformá-los em máquinas de destruição dos seus semelhantes. Estes, retrocederam ao estágio de uma sociedade sem contrato, transformando o monopólio estatal do uso legítimo da força (conquista da modernidade democrática) em uma repressão instrumental (de dominação pela pura coerção). **A história dominante**, já dizia Walter Benjamin[14], **fecha-se em uma lógica linear que pisoteia os perseguidos, que os ignora sob o cortejo triunfante do progresso.**

É preciso uma ação política que permita emergir a dor e as injustiças esquecidas. A experiência traumática só se supera a partir de um exercício do luto, como lembra Paul Ricoeur[15]. É o mesmo exercício da memória: paciente, afetivo, destemido e perigoso, pois revela que nossa sociedade hoje se estrutura sobre os cadáveres dos "esquecidos".

Somente no trabalho de rememoração é que podemos construir uma identidade que tenha lugar na história e não uma fabricada mecanicamente a partir de impulsos superficiais. Trata-se, de fato, de um dever de memória, um dever que exige disposição e vontade: uma vontade política imprescindível para que haja um abrangente apaziguamento social e também por (...) justiça às vítimas que caíram pelo caminho[16].

Para atingir estes objetivos, muitas nações utilizam-se das políticas de *Justiça de Transição*, na qual um dos eixos é a intervenção educativa, desde e para os direitos humanos, bem como a criação de memoriais.

O Governo Lula acaba de lançar o "**Memórias Reveladas"** e o "**Memorial da Anistia Política"**, promovidos pela Casa Civil, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Justiça, este último em parceria com a UFMG. Um, retratando os arquivos oficiais da ditadura, e o outro o arquivo com as histórias relatadas por parte dos perseguidos políticos. São medidas capazes de ressignificar a história do país e aumentar a consciência moral sobre os abusos do passado, com o fim de construir e invocar a idéia da "não-repetição".

---

14 BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história**. In: Magia e técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura - Obras escolhidas I. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

15 RICOEUR, Paul. **História, memória e esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.

16 MATE, Reyes. **Memórias de Auschwitz - atualidade e política**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005.

A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA SOCIAL COMO GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO*

*Vicente José Malheiros da Fonseca***

Inicialmente, agradeço à Exmª. Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, Diretora da Escola Judicial da Justiça do Trabalho da 8ª Região, o honroso convite que me foi formulado para proferir a palestra de encerramento deste Ciclo de Palestras sobre o tema "*Acesso à Justiça - A busca da efetividade do Direito*", promovido pela EMATRA-8.

Estou muito feliz por mais esta oportunidade de conversar um pouco com os ilustres colegas magistrados trabalhistas.

Ao meditar sobre o que eu poderia discorrer a respeito do tema que me foi confiado, lembrei-me de Orlando Teixeira da Costa - Presidente de nosso Tribunal, depois Presidente do Tribunal Superior do Trabalho -, cujo nome emprestou ao conjunto arquitetônico de nossa Casa de Justiça.

Orlando Costa, mais do que ninguém, ensinou-nos a *amar* a Justiça do Trabalho. Ensinou-nos a ter *fé* no direito. Ensinou-nos os padrões de dignidade e nos transmitiu as tradições do Oitavo Regional, legados de Raymundo de Souza Moura e Aloysio da Costa Chaves. Enfim, deu-nos o exemplo apurado da conduta ideal de como deve se comportar um autêntico magistrado.

Não foram poucas as vezes que ele insistiu sobre a necessidade de resgatar as características do processo trabalhista, simples, informal, enxuto, econômico e, sobretudo, célere, causa maior de sua própria razão de ser. Entusiasmado com as raízes autênticas do processo do trabalho, o paraense, que brilhava no TST, fez uma verdadeira peregrinação pelo Brasil afora para conclamar os juízes do trabalho, especialmente os magistrados do 1º grau, a voltarem a adotar o rito processual estabelecido na velha CLT, ainda bastante adequado e eficaz para atender as necessidades daqueles que se socorrem deste Judiciário Especializado, em busca de seus direitos, muitas vezes a última esperança dos que têm sede de justiça.

A obra de Orlando Costa está, portanto, no *espírito* que conseguiu irradiar e manter, mesmo quando teve que assumir o cargo de Ministro do TST, em Brasília, fisicamente afastado de Belém. Aqui permaneceram Roberto Araújo de Oliveira Santos, Semíramis Arnaud Ferreira, Pedro Thaumaturgo

---

* Palestra de encerramento proferida no Ciclo de Palestras "Acesso à Justiça - A busca da efetividade do Direito", promovido pela Escola Judicial da Justiça do Trabalho da 8ª Região, no período de 1º a 4 de setembro de 2009, na Sala de Aula da EMATRA-8 (Belém-PA).

** Desembargador Federal do Trabalho, Decano do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, membro do Conselho Consultivo e de Programas da EMATRA-8 (biênio 2009-2011).

Soriano de Mello, Lygia Simão Luiz Oliveira, Rider Nogueira Brito (mais um paraense que chegou à Presidência do TST) e tantos outros, plasmados no mesmo perfil, afinados no mesmo diapasão, sintonizados nos mesmos princípios.

Conforme dizia Orlando Costa - a personificação do magistrado sereno, sábio e justo -, a obra da justiça é a paz. A paz, que se traduz na convivência pacífica e respeitosa, mesmo nas divergências no campo das idéias.

Ingressei na magistratura trabalhista muito jovem, com 25 anos de idade e menos de dois anos de minha graduação em Direito.

Mas desde aquela época, em 1973, no estudo mais refletido do direito - seja no exercício da atividade jurisdicional ou no magistério universitário -, busquei a construção de idéias e sugestões sem muita preocupação de repetir conceitos, definições e classificações que tradicionalmente são enfocados em obras clássicas sobre temas jurídicos.

Nessa linha de raciocínio, tentei adotar, não raro, uma postura *crítica* ou menos convencional, fugindo de interpretações ortodoxas, a fim de melhor compreender a realidade social, para além dos livros e da burocracia.

Em algumas situações tive que enfrentar a resistência de forte concorrente jurisprudencial contrária às minhas convicções. Mantive, porém, com firmeza, a minha posição, para além da simples interpretação do texto da lei. Entendo que sempre e sempre deve prevalecer o ideal de justiça.

Não posso deixar de destacar a minha permanente preocupação com o sério problema da execução no processo trabalhista, cujo procedimento, a meu ver, não satisfaz uma das principais características deste ramo especializado do direito, a *celeridade* na tramitação das causas de interesse do trabalhador - repito -, razão de ser da existência da própria Justiça do Trabalho. Falo em celeridade; não em precipitação.

É com esse objetivo que venho propondo, há 30 anos, a criação do *Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas*.

Finalmente, a Emenda Constitucional 45/2004, que dispõe sobre a Reforma do Judiciário, aprovou esse importante mecanismo para tornar o processo trabalhista mais eficiente e célere.

Segundo o art. 3º da EC 45, “a lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas”.

A sociedade brasileira e os magistrados trabalhistas, em especial, alimentam a esperança de que a regulamentação do FUNGET, por via de lei ordinária, seja implementada com as cautelas necessárias para não se desviar dos propósitos que justificam a criação do novo modelo processual trabalhista.

Tramitam no Congresso Nacional três Projetos de Leis para regulamentar a matéria (PL 4597/2004, PLS 246/2005 e PL 6541/2006), daí a necessidade de conciliar divergências no sentido de encontrar a fórmula capaz de efetivar o comando constitucional, tal como foi concebido.

Como disse, o processo trabalhista foi criado para ser simples, oral e célere. Mas se a sentença ou a conciliação não for cumprida, segue-se a fase de execução, um dos "calcanhares de Aquiles" na Justiça do Trabalho. O que fazer?

Desde o momento histórico em que o devedor deixou de responder com o seu próprio corpo pelas dívidas civis (salvo ação de alimentos e depositário infiel, nas obrigações de natureza alimentar), essa responsabilidade transferiu-se para o seu patrimônio, em caso de execução. Daí a penhora e a venda judicial. Acontece que esse sistema complexo de execução, desde o direito romano, já não atende às expectativas do credor trabalhista, geralmente hipossuficiente e desempregado.

Na Espanha, adota-se, com sucesso, o "*Fondo de Garantía Salarial*". O precedente espanhol funciona assim: se houver recurso da empresa contra condenação a título de salários, pode, o trabalhador, levantar de imediato o valor correspondente, perante o *Fondo*. Improvido o apelo, o obreiro já teve antecipado o seu pagamento. Provido o recurso patronal, o *Fondo* se incumbe de cobrar do trabalhador e ressarcir o empregador.

A fim de adaptar à realidade nacional, o **Fundo** somente poderá ser movimentado após o trânsito em julgado da decisão. Se houver recurso, a execução poderá estar garantida com o depósito recursal. Não havendo pagamento, o juiz determinará a movimentação do FUNGET - que se destina a assegurar qualquer crédito trabalhista, e não apenas os salários, como na Espanha -, para pagamento imediato ao credor, que terá satisfeito, de modo rápido, o seu direito. Em seguida, o **Fundo**, sub-rogando-se no crédito do trabalhador, passa a executar o devedor, perante a Justiça do Trabalho, mediante sanções severas, inclusive as *astreintes* (dia-multa), para evitar a sua movimentação constante e inevitável descapitalização.

Conforme o art. 2º do PLS 246/2005 "o FUNGET é constituído pelos depósitos a que se refere esta lei, pelas multas impostas por sentenças ou ajustadas em acordos nos processos trabalhistas, e ainda pelas multas administrativas resultantes da fiscalização do trabalho, além de outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações".

A Justiça do Trabalho proporciona expressiva arrecadação de custas, contribuições previdenciárias e imposto de renda, além dos depósitos recursais efetuados na conta vinculada do FGTS. Há sentenças que determinam o recolhimento de multas e indenizações - como é o caso de dano moral coletivo resultante do trabalho escravo ou degradante - para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que poderão doravante reverter para o FUNGET.

Haverá uma pequena contribuição patronal para o Fundo, cujo custeio não decorre de verbas públicas. Em compensação, as empresas poderão utilizar-se, eventualmente, do **Fundo**, para aplicação em programas que tragam benefícios diretos ou indiretos aos trabalhadores e seus familiares (creches, escolas, qualificação profissional, lazer etc.), desde que não causem a movimentação dos depósitos durante certo tempo. Os empregadores adimplentes com o **Fundo** ainda receberão incentivos fiscais.

A idéia, fundada nos princípios da seguridade e que tem como premissa a função social da empresa, nas relações trabalhistas, atende aos pressupostos jurídicos da responsabilidade civil objetiva. A mesma tese que justifica o instituto do seguro prévio para garantir os infortúnios humanos, que não se limitam aos eventos da morte, do acidente, do incêndio, da doença e da aposentadoria, para os quais existem fundos que asseguram a cobertura de compensações para dependentes e segurados. Merecem ainda atenção os riscos decorrentes das relações de emprego, especialmente em favor dos desempregados e seus familiares, excluídos de uma vida mais digna, vítimas da crueldade que a sociedade vem se acostumando a assistir, quase insensível, senão indiferente.

Trata-se de autêntica reforma da execução trabalhista. Não é tudo. O passo seguinte é o enxugamento do sistema recursal, sem o que o processo trabalhista continuará sujeito a delongas, longe de atender os seus objetivos jurídicos e sociais. Mas isso é assunto para outro momento.

Por ora, é imperioso demonstrar que, na verdade, o ***Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas*** salva o processo trabalhista de um de seus pontos mais frágeis: a execução, sem o que de nada vale a prestação jurisdicional efetiva e célere, como exigem a sociedade e a Lei Fundamental.

É a Constituição Federal que estabelece, no tópico dos princípios fundamentais, em seu art. 1º, que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a *dignidade da pessoa humana*; IV - *os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa*; e V - o pluralismo político.

A Carta Magna, em seu art. 3º, dispõe que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No discurso de saudação aos membros da nova administração da EMATRA-8, em 28 de agosto último, eu dizia que o 1º Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que funcionou em Belém (PA) desde 1984, em nível de especialização, mediante convênio do TRT-8ª Região (então presidido pelo Juiz Roberto Araújo de Oliveira Santos) com a Universidade Federal do Pará, coordenado pelo Juiz Rider Nogueira de Brito, foi seguramente o melhor curso que já realizei em toda a minha vida, eis que me despertou, ainda mais, a *reflexão crítica* do estudo da ciência jurídica.

Aquele curso constituiu, na verdade, um autêntico *embrião* da Escola da Magistratura, cuja concepção, idealizada por seu criador - Juiz Roberto Santos -, já tinha por modelo a tradição da *Escola Nacional da Magistratura da França*, paradigma ainda hoje respeitada no mundo inteiro e que certamente inspirou o legislador brasileiro na aprovação da Emenda Constitucional nº 45/2004, que dispõe sobre a “Reforma do Poder Judiciário”.

Pois bem. Dentre os notáveis professores do curso, lembro-me de Ovídio Baptista da Silva, advogado e professor gaúcho, de saudosa memória.

São dele, em brilhante palestra no encerramento do 3º Encontro Internacional de Professores do Direito e do Processo do Trabalho, realizado em Porto Alegre (RS), em março de 2009, estas sábias palavras[1]:

> "Nós não temos cultura. Basta que tenhamos algum parâmetro, para sabermos o que é isso. Quando a França derrubou o regime absolutista, a Inglaterra tinha 400 anos de experiência parlamentar. Depois, os outros países europeus, puxados pela França, também praticaram a modernidade. O Brasil foi obrigado a **saltar** essa importante e decisiva fase de desenvolvimento estrutural e de preparação para uma sociedade complexa e tolerante. Com uma democracia pluralista como a nossa, exige-se tolerância, respeito ao valor do outro. Essa **queima** de uma etapa histórica pesa profundamente na nossa formação".
>
> "... nós temos uma justiça universal e exacerbadamente **burocrática**".
>
> "A cada reforma, fazem congressos e publicam livros. É a única utilidade da reforma. O grave é que dificilmente poderemos transformar isso, porque não temos formação cultural capaz de sustentar uma transformação que seria uma exigência básica, que é a **valorização do Juiz de primeiro grau**".
>
> "O Juiz só declara quais são as injustiças praticadas pelo poder Legislativo, não cabe a ele fazer justiça, ele tem que aplicar a lei. Portanto, é um Juiz que apenas verbaliza o que o legislador disse".
>
> "O Juiz explica como descobriu a vontade da lei: lendo autores, investigando a jurisprudência. Mas não se envolve eticamente com a decisão. (...) "Aquela jurisdição com que os romanos sonhavam, na qual o direito buscava ser a expressão da justiça, há muito tempo se foi".
>
> "Hoje, a jurisdição serve a interesses administrativos, interesses mercantis, mas não à justiça. E há autores que dizem que justiça é conversa fiada. E eu entendo que a justiça está na **alma humana**, pela nossa revolta contra a injustiça".
>
> "Nós trabalhamos com os valores que nos formaram desde o berço, mas a verdade é que esse indivíduo está se prestando para uma coisa notável, porque ele passou a ser um número **estatístico**".
>
> "Chegaremos ao ponto em que nós iremos saber se temos ou não direito, digitando no computador. Não teremos mais acesso. As ações são repetitivas".

Nem a propósito, reporto-me à síntese da palestra que proferi na abertura do XIV Encontro Regional dos Magistrados do Trabalho do Rio

---

[1] Cadernos da AMATRA IV - 10º Caderno de Estudos sobre Processo e Direito do Trabalho, 2009, p. 188-191.

Grande do Sul, promovido pela AMATRA IV e pelo Departamento de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, no período de 6 a 8.04.2000, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), editada em *Trabalho em Revista*, de abril/2000, publicação nacional da Editora Decisório Trabalhista Ltda., no Caderno Doutrina - O Trabalho - Encarte, no fascículo 38, p. 890-904; como também na Revista LTr (agosto/2000, ano 64, nº 08, seção *Doutrina*, p. 977-990); na Revista do TRT da 3ª Região (MG), nº 61 (jan/jun/2000), na seção *Doutrina*, p. 141-165; e no site dos *Juízes Free*[2], sob o título "**PARA ONDE CAMINHAM OS DIREITOS SOCIAIS BRASILEIROS**", de onde extraio os seguintes trechos, que considero ainda oportunos:

> "Constituem ***fundamentos*** do Estado Democrático de Direito, no Brasil, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, *os valores sociais do trabalho* e da livre iniciativa e o pluralismo político, até porque 'todo o poder emana do povo', como diz a nossa Constituição, ao dispor sobre os princípios fundamentais da República Federativa.
>
> São ***objetivos*** fundamentais do regime republicano construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
>
> Por isso mesmo, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos da Carta Magna. Esse preceito isonômico é a base dos ***direitos e deveres individuais coletivos*** assegurados na Lei Fundamental.
>
> As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm ***aplicação imediata***, diz o § 1º do art. 5º, da Lei Fundamental. Também sabemos que os direitos e garantias expressos na Constituição '***não excluem outros*** decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte' (§ 2º do art. 5º).
>
> É nesse contexto, dentre os direitos e garantias fundamentais, que se incluem os ***DIREITOS SOCIAIS***.
>
> O art. 6º da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 14.02.2000, define que são ***direitos sociais*** 'a educação, a saúde, o **trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados'.
>
> O art. 7º constitucional relaciona os ***direitos dos trabalhadores*** urbanos e rurais, sem prejuízo de *outros* que visem à melhoria de sua condição social:

[2] Fonte:http://www.juizesfree.hpg.com.br/governo_e_politica/93/index_int_vicentemalheiros.html

Também integram os direitos sociais as regras que tratam sobre a ***liberdade de associação profissional ou sindical***, com observância do preceito estabelecido no art. 8º da Constituição:

Além disso, é assegurado o ***direito de greve***, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. A lei definirá os *serviços ou atividades essenciais* e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei (art. 9º e §§ 1º e 2º).

É da competência privativa da União legislar sobre ***direito do trabalho***, diz o art. 22 da Constituição.

Por outro lado, o inciso IV do § 4º do art. 60 da Carta Magna dispõe que 'não será objeto de deliberação a proposta de ***emenda*** tendente a abolir '***os direitos e garantias individuais***'. E já vimos que os *direitos sociais* incluem-se dentre estes direitos.

Logo, os *direitos sociais brasileiros* constituem cláusulas pétreas, insuscetíveis de redução por força de emenda constitucional. Por isso, não podem ser tangenciados por simples lei infraconstitucional, salvo quando estabelecer norma mais benéfica.

Para onde vamos? (conclusões)

I - O inadequado processo de *urbanização* provoca cinturões de pobreza nas grandes cidades, que carecem de serviços de infra-estrutura e de moradias adequadas. Por isso, o acesso das classes menos favorecidas à saúde, à educação, ao transporte e ao mercado de trabalho também é deficitário.

II - É grave a situação de menores abandonados à própria sorte, vítimas frágeis da violência, da doença, dos vícios e da fome, em que pesem as boas intenções do Estatuto da Criança e do Adolescente, nem sempre eficazes.

III - Já existem normas jurídicas válidas de proteção do trabalho do menor, no Brasil. Contudo, a *efetividade*, a eficácia ou o melhor resultado dessas normas depende da eficiente fiscalização estatal e de medidas criativas capazes de tornar realidade a tutela jurídica que preserve a *dignidade* do trabalhador, sem distinção de sexo ou idade.

IV - O trabalho infantil e a aprendizagem metódica não devem comprometer a formação *escolar*, o *lazer* e o convívio *familiar* da criança e do adolescente. O trabalho precoce, quando prejudicial, deve ser erradicado.

V - A prática de horário de trabalho *flexível* e a possibilidade de emprego em *tempo parcial*, o *trabalho temporário* e o *trabalho a domicílio* são *procedimentos* compatíveis com o propósito de tornar menos discriminatória a participação do menor no mercado de trabalho.

VI - A *real proteção jurídica* ao trabalho do menor está no respeito que todos devemos às *conquistas da civilização*, pela luta constante na busca e na construção de um mundo sem violências, sem fome, menos desigual, mais livre e mais fraterno.

VII - As petições iniciais e as decisões deveriam ser líquidas; o sistema recursal deveria ser drasticamente enxugado; e o processo executório deveria ser radicalmente modernizado (neste sentido, tenho proposto, há mais de 20 anos, a criação de um Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, finalmente aproveitado nas últimas propostas de Reforma do Poder Judiciário, que tramita no Congresso Nacional).

VIII - Faz-se necessário o desenvolvimento de uma cultura motivada para conduzir as partes aos mecanismos alternativos de pacificação das questões entre o trabalho e o capital, o que não se consegue sem que os interessados, sobretudo os trabalhadores, tenham a necessária ***confiança*** na atuação desses órgãos, tal como hoje confiam na Justiça do Trabalho.

IX - O excesso de ações trabalhistas resulta do panorama vivido pela sociedade brasileira, cujo 'pano de fundo' não pode esconder a cena da política neo-liberal, principal responsável pela precarização da mão-de-obra nacional, desde o valor ridículo do salário mínimo, a falta de garantia de emprego, a organização sindical enfraquecida e outros fatores que, na prática, negam os princípios e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, escritos em nossa Carta Magna (arts. 1º e 3º): a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, sem os quais não será possível construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

X - É desaconselhável a extinção imediata do *poder normativo* da Justiça do Trabalho, justamente porque as condições dos trabalhadores ainda não permitem, salvo exceções, o exercício da livre negociação.

XI - A globalização da economia e o conseqüente desemprego é o grande desafio da atualidade.

XII - A economia de mercado, que se baseia apenas na produtividade, não pode se sobrepor à substituição do trabalho humano por máquinas, gerando um caos, ao invés de um avanço social, ao qual deve se subordinar o setor econômico.

XIII - O Brasil tem de intervir em favor de seus trabalhadores, contra políticas econômicas que, em nome de um liberalismo falso, queiram explorar a mão-de-obra de forma mais barata, já enfraquecida pelo elevado desemprego.

XIV - É preciso reconhecer a existência da globalização, usar dela, mas limitá-la ao bem estar social do trabalhador nacional.

XV - Os sindicatos devem adotar uma nova política social, que não seja baseada na greve para defender direitos ultrapassados, mas sim na criação de mais postos de trabalho, de qualificação de mão-de-obra, de colocação nos empregos, e, em especial, no estudo do lazer e da transformação do esforço físico em intelectual.

XVI - Não deve o Brasil admitir que os direitos sociais sejam reduzidos em favor de uma mão-de-obra mais barata e precária.

XVII - Acima da globalização, do interesse em aumentar a produção reduzindo custos, está a ***dignidade*** do trabalhador.

XVIII - Antes de se falar em redução de direitos trabalhistas, ou mesmo em desregulamentação, ou flexibilização, é necessário que a globalização da economia, com a conseqüente baixa de custos e aumento de produção, procure seus objetivos na própria economia, em custos, taxas e impostos que possam ser reduzidos, sem reflexos diretos no salário do trabalhador.

XIX - É preciso ter consciência de que o desafio não se limita apenas a *salvar* o emprego, mas também a proporcionar as ***condições*** de manter a *dignidade* do trabalhador, razão de ser do Direito do Trabalho.

XX - O processo trabalhista, como recurso alternativo, concebido para ser **simples, informal, concentrado, oral e célere**, vem se tornando complexo, formal, seccionado na colheita da prova, escrito e lento, o que tem sido motivo de preocupação por todos aqueles que desejamos uma justiça mais efetiva, mediante um processo que seja instrumental, e jamais um fim em si mesmo.

XXI - Na fase de **execução**, um dos calcanhares de Aquiles na Justiça do Trabalho, a efetividade é quase nenhuma, porque nada ali obedece aos princípios basilares do processo verdadeiramente simples, informal, concentrado, oral e célere.

XXII - Numa época de grandes e rápidas transformações sociais, tecnológicas e dos costumes, na virada do milênio, parece natural que o direito, justamente porque não é ciência pura, deve adequar-se à realidade. Nunca, porém, a ponto de perder o seu papel ético-cultural de referência às **conquistas históricas** da humanidade, centradas nas idéias de liberdade, de igualdade, de dignidade, de democracia e de justiça.

XXIII - A proposta de **extinção pura e simples da Justiça do Trabalho** constitui a eliminação da cidadania do trabalhador, que deixará de ter acesso a uma justiça especializada, altamente confiável, como revelam os dados estatísticos do movimento judiciário trabalhista brasileiro, que, longe de demonstrar simples números frios, representam uma amostragem do descumprimento das normas jurídicas e da insatisfação da classe operária, bem como o elevadíssimo volume de processos judiciais submetidos à apreciação de uma quantidade insuficiente de juízes, quase incapazes de manter o mínimo de qualidade no serviço e de celeridade no julgamento dos feitos, especialmente em grau de recurso e na fase de execução, pontos de estrangulamento na Justiça do Trabalho.

XXIV - O **grande volume de demandas trabalhistas**, embora possa inviabilizar o cumprimento da necessária ***celeridade*** dos processos, principal razão da existência deste ramo especializado do Judiciário Federal, demonstra o crescente

exercício da cidadania, o relevante papel social desta Instituição e a credibilidade do jurisdicionado na Justiça do Trabalho.

XXV - No que diz ao **direito material do trabalho**, se conseguirmos ultrapassar o momento crítico em que nos encontramos, mantendo, porém, os seus **princípios fundamentais**, conquistados ao longo da história, embora com as adaptações necessárias, já teremos vencido boa parte dos desafios que ao mundo todo preocupa, o desemprego, a miséria, a marginalidade, o analfabetismo, a fome, a violência, em suma, os males do cotidiano, que a cada dia mais se agravam.

XXVI - O **princípio da** '**proteção**', que bem caracteriza o direito do trabalho, não deve ser dirigido à pessoa do empregado, individualmente considerado. A proteção deve destinar-se à sociedade e, por via reflexa, ao trabalhador, tal como as garantias da magistratura, cujos destinatários primordiais são os jurisdicionados.

XXVII - O trabalhador estará muito bem protegido se fizer jus a **cinco benefícios que considero fundamentais**: um salário justo; uma garantia de emprego moderna; uma participação nos lucros, nos resultados e na gestão da empresa; um sindicato livre, autêntico e forte; e, uma empresa realmente democrática.

XXVIII - No Brasil existe uma regulamentação trabalhista apenas *formal*, porque, na realidade, verifica-se uma *inefetividade* da norma jurídica, em síntese, uma desregulamentação de fato, uma flexibilidade real, em desfavor da classe operária.

XXIX - São os trabalhadores os mais prejudicados enquanto houver um sistema recursal complexo e um processo de liquidação ou de execução lerdo e ineficaz, que não atendem aos ideais de uma justiça gratuita, informal e célere, tal como foi concebida, e deveria ser, mas já não o é. Não basta *dizer o direito*; impõe-se a efetiva e real entrega da prestação jurisdicional, sobretudo com a rápida execução do julgado. Caso contrário, não haverá nenhuma justiça, porém flagrante injustiça!

XXX - Os ***direitos sociais brasileiros*** constituem *cláusulas pétreas*, insuscetíveis de redução por força de emenda constitucional. Por isso, não podem ser tangenciados por simples lei infraconstitucional, salvo quando estabelecer norma mais benéfica.

Inconstitucionalidade do PL 5483/2001

Aproveito o ensejo para **concluir** que é manifestamente *inconstitucional* o Projeto de Lei nº 5483/2001, em trâmite no Congresso Nacional, que altera o art. 618 da CLT, pelo qual se pretende estabelecer a prevalência de acordo ou convenção coletiva de trabalho sobre a legislação (salvo quando mais benéficos), até porque os direitos e garantias expressos na Constituição 'não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados' (art. 5º, § 2º) e, ainda, porque os direitos dos trabalhadores, assegurados na Carta Magna, também não eliminam 'outros que visem à melhoria de sua condição social' (art.7º), normas que, enfim, consagram os princípios da predominância das garantias mínimas e da norma

> mais favorável, fundamentos essenciais do Direito do Trabalho, conquistados arduamente ao longo da história, para a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária."
>
> (...)

Na mesma linha do entendimento de Ovídio Baptista da Silva, também destaco, em artigos que escrevi, o papel do juiz de 1º grau, como naquele intitulado "**Recursos Trabalhistas - Efeito Suspensivo**", publicado na Revista nº 80 do TRT da 8ª da Região, volume 41 (Janeiro/Junho/2008), p. 31-58, onde faço um estudo sobre o direito comparado, com apoio em ***Ricardo Hoffmann***[3], que nos ensina o seguinte:

> "... a visão atual do processo civil, aplicada também ao processo de execução, já não se contenta com uma justiça inerte, distante da realidade social. Busca-se, incessantemente, mudança de mentalidade nos estudiosos e nos operadores do direito, uma aproximação entre o direito material e o processo, tudo para os fins de se assegurar a sua efetividade, por meio de tutela jurisdicional adequada, qualificada e tempestiva.
>
> .....
>
> **4.2. A melhor adequação às modernas legislações estrangeiras analisadas**
>
> Como vimos alhures, diversos sistemas jurídicos estrangeiros - inclusive o da Itália, cuja influência no direito brasileiro é antiga - demonstram efetiva preocupação com o momento em que a sentença de primeiro grau se torna executiva, procurando viabilizar, seja *ope legis*, seja *ope iudicis*, a realização de uma tutela jurisdicional tempestiva e adequada.
>
> No **sistema italiano** a execução provisória atua *ope legis*. Prestigia-se o primeiro grau de jurisdição e faz-se uma opção política em favor da efetividade do processo, estabelecendo-se, de maneira genérica, a possibilidade de execução provisória de todas as sentenças, independentemente de prestação de caução, e a ausência de efeito suspensivo aos recursos, sem inviabilizar, porém, que a eficácia da sentença possa ser eventualmente suspensa, normalmente, em grau de recursos, quando se vislumbrar a possibilidade de danos graves ou irreparáveis ao vencido.
>
> O **sistema jurídico alemão** é considerado *ope iudicis* e também possibilita a execução provisória da sentença como regra, podendo, em certos casos, ser admitida até mesmo de ofício pelo juiz, independentemente de caução; em outras hipóteses, depende de pedido da parte ou mesmo de prestação de caução, que pode vir a ser dispensada se o exeqüente estiver impossibilitado de prestá-la ou se a suspensão da execução puder causar-lhe um prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

---

[3] HOFFMANN, Ricardo. *Execução Provisória*. - Capítulo 5: *O efeito suspensivo da apelação e sua influência na execução provisória das sentenças condenatórias*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 155 e segs.

Na **nova lei espanhola**, também se optou por atribuir maior confiança aos julgados de primeira instância, sendo regra a possibilidade de execução imediata das sentenças condenatórias, sem a necessidade de prestação de caução. O novo sistema pode ser considerado *ope iudicis*, pois a parte deve solicitar perante o Tribunal a execução provisória da sentença, podendo o executado opor-se a ela, salvo quando se trate de condenação por quantia certa.

Em linhas gerais, o **sistema português** valoriza o instituto da execução provisória, atribuindo-lhe maior efetividade do que se dá no nosso sistema, pois, quanto aos processos de rito sumário e especial, atribui efeito meramente devolutivo ao recurso de apelação; quanto às causas ordinárias, embora ainda seja mantido, como regra, o duplo efeito dos recursos, há, dentre outros casos especificamente enumerados, uma hipótese aberta de exceção - quando o exeqüente demonstrar que possa experimentar prejuízo considerável -, o que poderá inverter o ônus de caucionar, que passará ao executado, caso pretenda evitar a execução imediata da sentença.

Na **Inglaterra**, por sua vez, a regra vigente é da execução imediata da sentença, que somente poderá ser suspensa em situações especiais, reconhecidas no próprio momento do julgamento ou, eventualmente, em instância superior.

Ora, está claro que, de formas mais ou menos ousadas, todos os países estrangeiros verificados buscam favorecer a execução imediata da sentença, providência essa que também poderia ser adotada pela legislação brasileira, até porque não se mostra impossível ou impraticável a inserção dessa prática em nosso sistema jurídico, haja vista a semelhança da finalidade perseguida com a execução provisória no nosso e nos outros países visitados, especialmente quanto à necessidade de aceleração do processo executivo".

(...)

No Acórdão nº TRT/SE I/ MS 00459-2008-000-08-00-5, de minha lavra, julgado em 04/09/2008, publicado em 10/09/2008, está escrito:

"**EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENHORA *ON-LINE*.**

Por força do art. 475-O, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 - que adotou idêntico critério antes previsto no art. 588, do CPC, com a redação preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002 -, a penhora sobre dinheiro, em sede de execução provisória, não viola direito líquido e certo quando não implementados atos de alienação de domínio, além de que a pretensão de substituir a penhora de dinheiro por outros bens contraria a ordem de gradação prevista no art. 655 do CPC, conforme art. 822, da CLT. Esse entendimento não viola o princípio da execução menos gravosa, de que trata o art. 620 do CPC, ou o item III da Súmula nº 417, do Colendo TST. No direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo

mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo. Segurança denegada" (ementa).

(...)

"É verdade que a Súmula nº 417, do C. TST, dispõe:

'**MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM DINHEIRO** (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 60, 61 e 62 da SBDI-2) - Res. 137/2005, DJ 22, 23 e 24.08.2005

I - Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exeqüendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC. (ex-OJ nº 60 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)

II - Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC. (ex-OJ nº 61 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)

III - Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC. (ex-OJ nº 62 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)'

Todavia, cumpre assinalar que a Orientação Jurisprudencial nº 62, da SBDI-2 do C. TST, foi inserida, conforme já vimos, em 20.09.2000, **antes**, portanto, da **Lei nº 10.444, de 7.5.2002**, que imprimiu profunda alteração no sistema de execução provisória no direito brasileiro.

Do mesmo modo, é relevante consignar que a Súmula nº 417, do C. TST, foi publicada no Diário da Justiça nas datas de 22, 23 e 24.08.2005, também **antes** da **Lei nº 11.232, de 22.12.2005,** que introduziu outras alterações relevantes no sistema de execução provisória em nosso país.

Aliás, a chamada penhora *on-line*, tão bem sucedida na Justiça do Trabalho, já não constitui exclusividade do processo do trabalho, pois atualmente esse procedimento foi introduzido, de modo expresso, no Código de Processo Civil, por força da **Lei nº 11.382, de 6.12.2006**, como se vê, por exemplo, dos seguintes dispositivos do CPC, perfeitamente aplicáveis ao processo trabalhista (**arts. 769 e 882, da CLT**):

(...)

No artigo "**Execução Provisória Trabalhista**", publicado na Revista nº 82 do TRT da 8ª da Região, volume 42 (Janeiro/Junho/2009), p. 27-50, reportei-me, uma vez mais, a ***Ricardo Hoffmann***[4], que preleciona:

"Atribuir ao juiz de primeira instância, principalmente, maior responsabilidade e maior dinamismo à condução do processo

[4] HOFFMANN, Ricardo. *Execução Provisória*. - Capítulo 1, item 4: *O papel do juiz diante da visão moderna do processo*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 37-41.

significa homenagear o **princípio da efetividade** e colaborar para que sejam minimizados os problemas nefastos causados pelo **tempo do processo**, valorizando os pronunciamentos de **primeiro grau** e o próprio papel do juiz.

É por isso que, ao analisarmos, oportunamente, a questão do duplo grau de jurisdição, anotaremos tratar-se de instituto ao qual não se pode sempre reconhecer maior amplitude e maior aplicação do que ao princípio que assegura a todos o acesso à justiça. Nessas condições, ampliando-se a possibilidade de a parte iniciar a execução provisória de sentença que lhe favorece, estar-se-á **revalorizando o papel do juiz de primeiro grau e também combatendo a morosidade do processo**".

(...)

E mais adiante, assinalei, ainda:

"A legislação ordinária já estabelece que "os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo *andamento rápido das causas*, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas" (art. 765, da CLT).

Todavia, constitui garantia constitucional "a *razoável duração do processo* e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação" (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, com a redação da EC nº 45/2004).

Portanto, conforme afirmei em outra ocasião, a real eficácia dos Direitos Humanos na Justiça do Trabalho somente estará concretizada quando o cumprimento ou a execução da sentença judicial ou da conciliação puder contar com mecanismos de acesso e efetividade à prestação jurisdicional rápida e justa.

Conclusões:

1. A execução provisória, no processo trabalhista, não se restringe à realização da penhora, pois muitos atos, inclusive decisões e recursos, ainda podem ser realizados depois da lavratura daquele gravame judicial.

2. O processo trabalhista carece da aplicação subsidiária e atualizada do direito processo comum, a fim de implementar a execução provisória, haja vista que a Consolidação das Leis do Trabalho, no particular, é bastante precária quanto aos procedimentos a serem adotados nesse momento processual.

3. Em princípio, a execução provisória, prevista do no art. 899, da CLT, estaria jungida a atos que não importem em expropriação de bens do devedor.

4. Todavia, esse entendimento sofreu evolução legislativa, doutrinária e jurisprudencial que merece bastante atenção do aplicador do direito.

5. A jurisprudência uniformizada pelo Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema, em exame (sobretudo o item III da Súmula nº 417), ainda depende de **atualização** à luz do novo modelo processual normativo brasileiro, em face das profundas alterações no procedimento da execução provisória, que, por evidente, se aplicam ao processo trabalhista, por omissão ontológica e compatibilidade (art. 769, da CLT).

> 6. Por força da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, autorizada pelo art. 769, da CLT, o novo modelo legal para o cumprimento da sentença, inclusive no âmbito da Justiça do Trabalho, *embora em caráter provisório*, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento *de créditos de natureza alimentar* - como é da essência do crédito trabalhista, cujo titular é quase sempre hipossuficiente e sem condições de prestar caução -, bem como, em *regra geral*, nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Tribunal Superior do Trabalho, *salvo* quando da dispensa da caução possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação, o que será examinado em cada caso concreto (art. 475-O, § 2º, II, do CPC)".
>
> (...)

Ovídio Baptista da Silva, antes de nos deixar em 22 de junho de 2009, demonstrou - na palestra proferida na capital gaúcha - preocupação quanto à necessidade do juiz fundamentar adequadamente a sua decisão, sob pena de incorrer em arbítrio, na medida em que o magistrado "oculta para si os fundamentos", pois ele "até pode proferir uma sentença justa, mas o trabalho não é de fundamentação, é de explicação" (da vontade do legislador...).

Pegando o gancho das brilhantes e oportunas idéias de Ovídio Baptista da Silva, eu diria que não são apenas a decisões que correm o risco de serem produzidas em série, num simples digitar no computador.

Preocupa-me o atual sistema de recrutamento dos magistrados, muito particularmente a chamada prova objetiva, de múltipla escolha, que impõe ao candidato a quase inútil tarefa de decorar textos de leis e da jurisprudência sumulada, sem maiores reflexões.

E preocupam-me, muito mais, os chamados "critérios objetivos" para promoção dos magistrados, por merecimento, como se existe escolha sem qualquer carga de subjetividade, como se o ato de escolha não fosse praticado por um "sujeito".

Do jeito como a coisa caminha, não me surpreenderei se, em breve, a elaboração da lista de merecimento resultar meramente de dados estatísticos frios, resultantes da produção quantitativa de decisões judiciais, sem qualquer preocupação com a qualidade da instrução processual, da sentença e da condução e firmeza do juiz na fase executória, além da conduta do magistrado, enquanto cidadão e profissional, seu aperfeiçoamento intelectual, técnico e ético.

Para assegurar o acesso à Justiça, na busca da efetividade do Direito, não basta observar o princípio constitucional da "razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação" (art. 5º, LXXVIII, da CF).

O mundo capitalista já consagrou o dogma de que “tempo é dinheiro”.

Será que é apenas isso que a sociedade exige do magistrado?

Qual é, enfim, o perfil do magistrado que queremos?

O papel do magistrado trabalhista, na missão de imprimir efetividade da justiça social como verdadeira garantia do estado democrático de direito, é muito mais do que isso. Requer a adoção de uma postura crítica e sensível aos anseios da sociedade, e não um comportamento *neutro* e afastado da realidade social, como se a jurisdição se reduzisse a quantitativos estatísticos; como se o juiz fosse uma simples máquina de julgar, sem alma.

Em certa ocasião, eu dizia que uma sociedade livre e democrática deve ter profundo apreço pelo Poder Judiciário, muito pouco compreendido pelos demais Poderes da República, pela mídia e por alguns segmentos sociais, talvez porque os magistrados, envolvidos com o enorme volume de processos e levados pelo senso da imparcialidade - que provoca um certo distanciamento da vida comunitária - precisem sair dos bastidores e vir para a cena, sem receios de demonstrar as mazelas que impedem o melhor funcionamento da instituição, que todos queremos eficiente.

É óbvio que a mudança passa pela reforma da legislação processual, da estrutura organizacional, do recrutamento e da qualificação dos juízes e servidores, além de outros aspectos, em síntese: uma verdadeira *reforma do Poder Judiciário*, sobretudo para imprimir às demandas soluções mais eficazes e rápidas, não apenas técnicas, porém (e sobretudo) justas.

O Juiz Roberto Santos já advertia:

> “O Judiciário, como tantas vezes foi repetido de modo romântico, é realmente um poder desarmado: toda a sua força tem natureza essencialmente moral. É uma instituição, sim, mas é antes de tudo um espírito - o espírito trágico da humanidade em busca de justiça, um espírito de liberdade e de razão, de investigação disciplinada pela lei mas livre do convencimento pessoal.
>
> O espírito do Judiciário é, inclusive, indispensável para manter a chama de sua espiritualidade como algo real e de efeitos concretos. Quando houvesse um órgão doente no Judiciário, um ou mais magistrados que não se alimentassem daquela chama, mas de alheios e baixos interesses, ainda sem a apuração e o julgamento de sua culpabilidade deverão ser livres - e a força do espírito haverá de prevalecer. O erro e a maldade não têm essência própria; são parasitários da verdade e do bem, já ensinava MARITAIN, o grande humanista que a França e o mundo perderam recentemente.
>
> Violar pois este espírito é ferir o Judiciário em seu próprio coração. Quem quiser decretar-lhe a morte, não pense que baste mais: mesmo que a instituição permaneça de pé, com seus órgãos e audiências em funcionamento, o Judiciário será um morto-vivo, uma horrível e sinistra contrafação do ideal que a humanidade sonhou desde tempos imemoriais.

> O espírito é capaz de atravessar séculos. Mas o mal humano, o mal histórico, está sempre a conspirar contra as energias e pode sufocá-las por longos períodos. Todos os homens têm o dever de lutar, na comunidade e principalmente dentro de si mesmos, contra as potências do mal em ação. Se não o fazem, se por exemplo mobilizam força e apoio contra os raros núcleos de poderio espiritual, correm o gravíssimo risco histórico de colaborar para a deterioração e o apodrecimento da civilização.
>
> Tenhamos vigilante nossa inteligência, mas limpo o coração e calma a nossa esperança quando um interesse nosso for entregue a órgãos judiciais de tradicional probidade. *Omnia munda mundis*: para os limpos, tudo é limpo. E lembremos, principalmente se advogados, a advertência do ardente advogado que foi CALAMANDREI, em seu belo *Elogio dos Juízes*:
>
> '*Para encontrar a pureza dos Tribunais, é preciso penetrar em seu recinto com o espírito puro*'"[5].

Tal como lembrou Ovídio Baptista da Silva[6]: "Sartre dizia que para agir não precisa haver esperança, porque a alternativa para não agir é fugir. O homem é um ser concebido para a ação".

Vou além. É concebido para a composição. Não só jurídica, mas também musical, quando é momento de concluir e deixar que fale a voz do coração, na mensagem que ofereço ao cabo destas mal traçadas linhas:

> "Sempre em busca de um grande ideal
> No caminho do justo e da lei
> Seja a meta atingir, afinal,
> Tudo aquilo que um dia sonhei!
> Salve, ó deusa da nossa esperança,
> Apanágio do trabalhador
> Quem confia em ti não se cansa,
> Vê na paz toda a chama do amor"[7].

---

5 Trechos do voto convergente do juiz *Roberto Araújo de Oliveira Santos,* no julgamento, ocorrido há mais de trinta anos, do Processo TRT RO 81/76 - Acórdão nº 7.849, publicado na Revista nº 17 (julho/dezembro de 1976) do TRT-8ª Região, p. 283/284.

6 Cadernos da AMATRA IV - 10º Caderno de Estudos sobre Processo e Direito do Trabalho, 2009, p. 188-191.

7 Trecho do "Hino da Justiça do Trabalho" (letra e música: Vicente José Malheiros da Fonseca), 1998.

DAS IMUNIDADES DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO NAS QUESTÕES TRABALHISTAS

*Georgenor de Sousa Franco Filho**

SUMÁRIO: I. Introdução. II. A competência judiciária. III. As duas imunidades. IV. Esclarecimento necessário do STF. V. Missões diplomáticas e repartições consulares. VI. Conclusão.

RESUMO: O autor cuida das imunidades de jurisdição e de execução em matéria trabalhista, entendendo serem delas detentoras os entes de Direito Internacional Público, especialmente os Consulados. Acentua, inclusive, a possibilidade de revisão de entendimento do STF quanto à imunidade dos organismos internacionais, e demonstra as dificuldades em tornar a efeito o julgado com relação às missões diplomáticas e repartições consulares.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça do Trabalho; imunidades de jurisdição e de execução; entes de Direito Internacional Público.

I. INTRODUÇÃO

Abordarei, neste estudo, um aspecto relevante das relações de trabalho e do acesso à Justiça. Cuidarei das imunidades de jurisdição e de execução em questões trabalhistas envolvendo os entes de Direito Internacional Público ou externo, especialmente quanto às atividades em consulados que são os casos mais freqüentes na Justiça do Trabalho, porquanto as ações movidas contra as Missões Diplomáticas acreditadas no Brasil são normalmente ajuizadas em Brasília, perante as Varas do Trabalho vinculadas ao TRT da 10ª Região. As demais 23 Regiões Trabalhistas brasileiras recebem ações em que são partes Consulados ou Organismos Internacionais, especialmente.

Como tenho insistido, ao longo de mais de três décadas, não pode o Judiciário criar, ao jurisdicionado, expectativa de vitória, se, ao cabo, não poderá executar a sentença que vier a ser proferida. É o que tentarei demonstrar ao final.

---

* Juiz Togado do TRT da 8ª Região, Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Professor de Direito Internacional e do Trabalho da Universidade da Amazônia, Presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Membro da Academia Paraense de Letras, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da International Law Association e do Centro per la Cooperazione Giuridica Internazionale.

II. A COMPETÊNCIA JUDICIÁRIA

O primeiro ponto que deve ser imediatamente esclarecido ao exame de ações que envolvam ente de Direito Internacional Público é o que refere à competência, que, como sabido, continua sendo classicamente definida como *limite da jurisdição.* Assim, dentro dessa linha, tem sido feita grande confusão entre competência e imunidade, coisas completamente distintas.

Recentemente, ao exame de uma demanda dessa natureza, rejeitei preliminar oposta pelo recorrente Consulado da República Bolivariana da Venezuela, nos seguintes termos:

> "[O Consulado] *entende que a Justiça do Trabalho não tem competência para julgar o presente feito, nos termos do art. 43 do Decreto n. 61.078/67, que incorporou a Convenção de Viena ao direito interno, aplicando-a nas relações jurídicas do Consulado em todo o território nacional.*
>
> *Sustenta que a admissão e relação havida entre o reclamante e o Consulado da Venezuela são atos de império, que afastam a competência da Justiça do Trabalho para julgar o processo, devendo ser extinto sem resolução do mérito, ex vi do art. 267, IV e VI, do CPC.*
>
> *Sem razão.*
>
> *Data venia, labora em equívoco a República Bolivariana da Venezuela. Não se trata de incompetência da Justiça do Trabalho. É ela competente para apreciar este feito. E o é desde 1988, quando o art. 114 da Carta em vigor ampliou a competência desta Justiça para abranger os entes de direito público externo. Inalterou-se a situação com a Emenda n. 45/2004, e o inciso I atual, manteve a mesmíssima regra anterior.*
>
> *No caso destes autos, trata-se de empregado consular (auxiliar de serviços gerais), e, sendo assim, é induvidosa a competência trabalhista.*
>
> *Diferente seria se fosse funcionário consular, categoria especial, na qual se inclui o próprio Cônsul Geral e os demais de carreira ou, o que não é o caso, os electi (honorários). Se fosse esse caso - não é -, por aplicação analógica da interpretação que o Excelso Pretório deu à competência quanto aos servidores do Estado brasileiro (ADIN-3.395-6-DF, Rel.: Min. Cezar Peluso) a competência seria da Justiça Federal brasileira.*
>
> *Assim, rejeito a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar este feito."* [1]

---

[1] Razões da minha justificativa de voto vencido no Acórdão TRT-1ªT.-RO 00383-2008-015-08-00-7, de 26.5.2009 - Recorrente: Consulado Geral da República Bolivariana da Venezuela *vs.* Recorrido: Michel Tobias Barbosa. Prolatou o acórdão a Juíza Revisora, Dra. Rosita Nassar, ementando-o assim: *"Imunidade de jurisdição. Ação trabalhista. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal conferem caráter relativo à imunidade de jurisdição às demandas que envolvam atos de gestão, como nesta hipótese, em que se debate o reconhecimento de direitos oriundos de uma relação empregatícia."*

Ninguém duvide, então, que, quando se tratar de demanda contra ente de Direito internacional Público a competência, salvo se for hipótese de funcionário do ente estrangeiro ou internacional, será da Justiça do Trabalho (art. 114, n. I, da Constituição).

III. AS DUAS IMUNIDADES

Fixada, então, a competência, passemos às duas imunidades, de jurisdição e de execução, em matéria trabalhista.

O tema é antigo. Tem sido questionado e discutido amplamente em todos os *fori* jurídicos brasileiros. Boa parte da doutrina, e praticamente a totalidade da jurisprudência do país, têm se encaminhado no sentido de que os atos praticados com a contratação de empregados pelos entes públicos internacionais não são de império (*jus imperii)*, mas de gestão (*jus gestionis*), por cuidar de atividade gerencial da entidade consular. Insistem em afirmar que os procedimentos para contratação e direção da relação empregatícia não estão relacionados com a soberania do Estado estrangeiro.

O fundamento é sempre o mesmo: a decisão da Suprema Corte proferida na AC 9.696-3-SP (Relator: Min. Sydney Sanches), em que Genny de Oliveira, viúva de um antigo empregado do escritório de representação comercial da extinta República Democrática da Alemanha em São Paulo, reclamou haveres do *de cujus*. Usa-se esse aresto do Excelso Pretório, que trata especificamente de *Estado estrangeiro* para decidir questões que envolvem Missões Diplomáticas, Repartições Consulares, Organismos Internacionais, Missões Especiais, tudo enfim ligado à representação internacional e/ou estrangeira, o que, do ponto de vista técnico-jurídico, não é correto, eis que as personalidades jurídicas desses entes são absolutamente diferentes.

Escrevi inúmeras vezes a esse respeito [2]. Momentos existiram em que fiquei praticamente isolado na doutrina brasileira. Mas, pouco a pouco, começaram a ver que a razão estava aqui. Wagner D. Giglio [3] e Arnaldo Lopes Süssekind [4], no Direito do Trabalho especificamente, Celso de Albuquerque Mello [5] e Luiz Ivani Amorim Araújo [6], no Direito Internacional, foram - e são - alguns dos juristas que, de projeção internacional, entendem de modo semelhante ao meu.

---

2 Por todos, *Competência internacional da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1998. pp. 38-53.

3 GIGLIO, Wagner D.. *Direito processual do trabalho.* São Paulo: LTr, 1993. pp. 66-72.

4 SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Curso de direito do Trabalho.* 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. pp. 184-7.

5 MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Constitucional Internacional.* Rio de Janeiro: Renovar, 1994. pp. 329-42.

6 ARAÚJO, Luiz Ivani de Amorim. *Direito Internacional Público.* Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 273.

A Constituição do Brasil não *revogou* a imunidade de jurisdição, até porque tratado internacional não se revoga, se denuncia. Nem é verdade que o costume internacional tenha sido alterado. Nem é correto afirmar que a maioria dos Estados não aceita a imunidade trabalhista. A regra inserta no art. 114 da Carta Magna teve por fundamento um livro de minha autoria, *Imunidade de jurisdição trabalhista dos entes de Direito Internacional Público*[7], que houvera sido ganhador do Prêmio *Oscar Saraiva*, de Direito Processual do Trabalho, do C. Tribunal Superior do Trabalho.

Imunidade não decorre de ato soberano do Brasil, mas de princípio assente no Direito Internacional e também nas Convenções de Viena de 1961 e 1963, tratando, respectivamente das representações diplomáticas e das repartições consulares, e que o Brasil ratificou.

Não se trata mais de invocar o princípio da extraterritorialidade, como fizeram Hugo de Grócio [8] e Montesquieu [9], como já assinalei, no passado, perante o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sediado em Belém do Pará, no julgamento do Proc. TRT-AR 6.371/96 (Ac. 214/96-SE - Consulado da Venezuela *vs*. Jacira da Silva Souza), tendo assim ementado a justificativa de voto vencido:

> *I. O exercício da jurisdição arrima-se em dois princípios: o da efetividade e o da submissão. O princípio da efetividade significa que o juiz é incompetente para proferir sentença que não tenha possibilidade de executar (Amilcar de Castro).*
>
> *II. As leis políticas ordenam que todo homem esteja sujeito aos tribunais criminais e civis do país onde se acha, e à animadversão do soberano.*
>
> *O direito das gentes quis que os princípios enviassem uns aos outros embaixadores; e a razão, tirada da natureza da coisa, não permitiu que esses embaixadores dependessem dos soberanos, junto aos quais eles fossem enviados nem de seus tribunais. Eles representam a palavra do príncipe que os envia e essa palavra deve ser livre. Nenhum obstáculo deve impedir que eles possam agir. Eles poderão muitas vezes desagradar, porque falam para um homem livre. Poder-lhes-iam ser atribuídas dúvidas, se pudessem ser presos pelas dívidas. Um príncipe que possuísse um orgulho natural falaria pela boca de um homem que tem tudo a temer. É preciso portanto seguir, quanto aos embaixadores, as razões originadas do direito das gentes, e não as que derivam do direito político. Porque, se eles abusarem da sua pessoa representativa, far-se-á cessar esse abuso, reenviando-os para o seu país. Poder-se-á mesmo acusá-los perante o seu senhor, o qual se tornará assim o seu*

---

7 V. o meu *Imunidade de jurisdição trabalhista dos entes de Direito Internacional Público*. São Paulo: LTr, 1986.

8 GRÓCIO, Hugo de. *Del derecho de la guerra y de la paz.* Trad. Jaime Torrubiano Ripoll. Madrid: Reus, 1923. v. III. p. 29.

9 MONTESQUIEU. *Do espírito das leis,* L. XXVI, Cap. XXI. Trad. Gabriela de Andrade Dias Barbosa. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.p.. pp. 344-5.

juiz ou seu cúmplice (Montesquieu. O espírito das leis, L. XXVI, Cap. XXI).

III. Continua existindo a imunidade de jurisdição que só pode ser afastada mediante expressa renúncia do ente de direito internacional público, por força do princípio par in parem non habet imperium.

IV. Da mesma forma está presente a imunidade de execução, e, sem renúncia a ela, fica inviabilizado qualquer procedimento visando tornar a efeito o julgado contra ente de Direito Internacional Público.

V. Em nome da boa convivência entre o Estado brasileiro e os demais integrantes da Comunidade Internacional, a notificação inicial para um ente de Direito Internacional Público comparecer à Justiça do Trabalho deve ser pessoal, observando a regra constante do art. 222, alínea c, do CPC. [10]

O costume internacional é uma prática comum na maioria dos Estados. O princípio *par in parem non habet imperium* não foi suprimido, mas, ao revés, continua sendo adotado por todos os Estados, e está expresso nos *consideranda* das Convenção de Viena de 1961 e 1963. Ressalto, ademais, que, quanto às repartições consulares, 1) a Convenção de Viena de 1963 alerta expressamente para a vigência do costume internacional, para os Estados estrangeiros, e 2) não se trata de aplicar regra costumeira alguma, mas norma expressa em tratado internacional que o Brasil ratificou, porque se trata de Consulado, Repartição Consular, órgão de representação do Estado estrangeiro.

IV. ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO DO STF

Penso que é esse o ponto crucial, quando se pretende tomar por fundamento para tudo resolver o já mencionado aresto da Suprema Corte do Brasil (AC 9.696-3-SP). Exato porque não se trata de Estado estrangeiro, mas de Consulado, e o julgado do STF trata de Estado estrangeiro, não sendo a Convenção de Viena de 1963, específica para repartição consular, um costume, mas um tratado internacional, regularmente ratificado pelo Brasil, em pleno vigor no nosso ordenamento jurídico internacional, sendo fonte do Direito, não tendo sofrido qualquer reserva, interpretativa ou excludente, aquando da nossa ratificação, impossível não se aplicar a regra nele contida.

Há pouco, o Excelso Pretório iniciou o julgamento de dois recursos extraordinários, da relatoria do Ministra Ellen Gracie, suspenso em decorrência de pedido de vista da Ministra Carmen Lúcia. Tratam-se dos REs 578.543/MT e 597.368/MT, examinando julgado do E. TRT da 23ª Região (sediado em Cuiabá), cuidando de imunidade de jurisdição e de execução de organismo internacional, especificamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Pois bem! O entendimento da Relatora é o mesmo que venho sustentando anos a fio. Assinala, com efeito, em determinado trecho de seu voto:

---

[10] Cf. Revista do TRT da 8ª Região, Belém, 57(29): 239-45, Dez/1996.

> *É preciso que se diga, categoricamente, que em nenhuma passagem de qualquer dos relevantes precedentes anteriormente citados foi abordada a questão da imunidade jurisdicional das organizações internacionais. Não foram poucos os pronunciamentos judiciais que encontrei, de todas as instâncias judiciárias, que, invocando o precedente firmado na Apelação Cível 9.696, declararam, equivocadamente, ter esta Suprema Corte enfrentado a questão da imunidade dando aos Estados estrangeiros e aos organismos internacionais idêntica solução.*

E, adiante, ressalta:

> *É de ser reconhecer, portanto, diante de tudo que aqui foi exposto, que a Justiça do Trabalho, interpretando de forma equivocada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da relativização da imunidade jurisdicional dos Estados estrangeiros e o texto do art. 114 da Constituição, tem afrontado, como parte do Estado brasileiro que é, relevantes acordos internacionais celebrados pelo País e que garantem a imunidade de jurisdição e de execução de organizações internacionais de importância mundial.*
>
> *Trata-se de assunto da maior gravidade, pois seria ilusão pensar que essas entidades, chamando o País à sua responsabilidade internacional, não reagirão de forma veemente contra tal inadimplência, em patente prejuízo ao desenvolvimento social e econômico do Brasil, em tão grande parte incentivados pela essencial cooperação técnica promovida por tais organismos.*
>
> *Não é demais lembrar que o Brasil tem como princípio basilar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (CF, art. 4º, IX). Conforme lição de Luiz Olavo Baptista, "o Estado brasileiro deve criar as condições para a execução de atividades de cooperação internacional, ativa e passiva. Está obrigado a adotar as medidas legislativas e administrativas necessárias para atender a esse objetivo constitucional, e seus órgãos devem agir de modo a facilitar a execução dessas atividades". (Imunidade de Jurisdição na Execução dos Projetos de Cooperação entre o PNUD e o Governo Brasileiro, in Lições de Direito Internacional - Estudos e Pareceres de Luiz Olavo Baptista. Organização de Maristela Basso e Patrícia Luciane de Carvalho. Curitiba, Juruá Editora, 2008, p. 294.)*
>
> *Acrescente-se, a tudo isso, que as contratações temporárias de pessoas dotadas de determinada expertise (consultores), realizadas pelo PNUD no âmbito dos projetos de cooperação técnica desenvolvidos no Brasil, tal como a que foi firmada com o ora recorrido, estão inseridas em realidade completamente distinta daquela lamentavelmente vivida pelos ex-empregados brasileiros de embaixadas e consulados que, após anos de trabalho como motoristas, secretários, jardineiros ou cozinheiros, eram sumariamente dispensados sem o mínimo respeito às garantias trabalhistas locais.*

Os referidos contratos temporários, firmados de acordo com as normas de pessoal estabelecidas nos regulamentos internos do PNUD e nos documentos de cooperação, prevêem, além da remuneração, diárias de viagem, licença anual, licença em caso de doença, licença-maternidade e outros benefícios complementares.

Além disso, os contratos firmados por intermédio do PNUD atendem ao que disposto na Seção 29, a, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, que determina, à ONU, o estabelecimento de processos adequados de solução para "as controvérsias em matéria de contratos ou outras de direito privado nas quais a Organização seja parte". Prevêem, nesse sentido, que qualquer disputa relacionada à sua interpretação ou à sua execução que não puder ser dirimida de forma amigável será resolvida por corpo de arbitragem composto por um representante da agência nacional executora e outro do próprio PNUD.

Vê-se, portanto, que os técnicos contratados nessas circunstâncias não estão desprovidos, em razão da imunidade de jurisdição gozada pela ONU, de mecanismo de solução de controvérsias eventualmente surgidas durante a vigência do contrato de prestação de serviço celebrado. Em último caso, numa hipótese extremada em que o PNUD viesse a dar as costas a uma eventual reivindicação, estaria ele mesmo descumprindo a referida Seção 29 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, abrindo aí a possibilidade de o Governo brasileiro reclamar internacionalmente desse fato perante a Organização das Nações Unidas.

Registro, por fim, que esse regime de contratação de pessoal especializado é tão alheio ao ordenamento jurídico brasileiro que nos contracheques do recorrido, juntados às fls. 87-92, não há sequer os descontos usuais de imposto de renda e de previdência oficial.

A Justiça Trabalhista brasileira, ao deixar de reconhecer, nas reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-contratados da ONU/PNUD, a imunidade de jurisdição dessa organização internacional beneficiada por acordos e convenções regularmente assinados pelo Governo brasileiro, presta enorme desserviço ao País, pondo em risco a continuidade da cooperação técnica recebida desse ente de direito público internacional. [11]

O que a Ministra Ellen Gracie observa nos julgados acima é o que tem ocorrido em todos os casos que se julga no Brasil. Tanto a regra de imunidade para o PNUD como aquela destinada a Missões Diplomáticas e a Repartições Consulares não decorrem de costume, mas de convenções internacionais específicas. Aquela, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das

[11] Disponível em: http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo545.htm#Reclamação%20Trabalhista%20contra%20a%20ONU/PNUD:%20Imunidade%20de%20Jurisdição%20e%20Execução%20-%201. Acesso em 20.5.2009.

Nações Unidas. As demais, das Convenções de Viena de 1961 e 1963, respectivamente, conquanto entenda que seria diversa a situação desses empregados, o que, *data venia*, não me conformo em adotar.

V. MISSÕES DIPLOMÁTICAS E REPARTIÇÕES CONSULARES

Como ficam, afinal, as Missões Diplomáticas e as Repartições Consulares, que não são Estado estrangeiro, mas seus órgãos de representação?

Poderão os menos avisados alertar que não há qualquer dispositivo nas Convenções de 1961 e 1963, tratando de *imunidade de jurisdição trabalhista*. É necessário a exegese do art. 43 da Convenção de 1963. Geralmente, a contratação do trabalhador nacional opera-se por ato realizado pela autoridade diplomática ou consular, esta no exercício de sua função. A mencionada Convenção de 1963 expressamente prevê que atos dessa natureza *não estão sujeitos à jurisdição das autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor* (artigo 43, 1). Essa regra não se aplica quando a autoridade consular contratante *não tiver realizado* [o ato]*, implícita ou explicitamente como agente do Estado que envia* (artigo 43, 2, *a*).

Impende assinalar que a Convenção de Viena de 1961 (sobre missões diplomáticas), aponta os tipos de imunidade de jurisdição existentes: penal, civil, administrativa (artigo 31). Para que não se duvide da intenção do legislador internacional, recorde-se que aquela (a penal) é absoluta, sendo impossível deter para qualquer fim um funcionário diplomático. A terceira, administrativa, diz respeito à atividade do Estado acreditante junto ao Estado acreditado, com as restrições cabíveis. A segunda é a civil, que interessa a este caso, porque se trata de interpretação analógica. Quando o legislador internacional de 1961 cuidou de imunidade de jurisdição civil, nela abrangeu também a trabalhista, porque, em muitos países, não há, como no Brasil, Justiça Especializada do Trabalho, senão um segmento da Justiça comum. Veja-se a respeito os comentários escritos pelo representante do Brasil à Conferência de 1961, o sempre lembrado Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.[12]

Ora, imunidade de jurisdição civil refere-se a ações civis, e, ai se incluem as trabalhistas. No caso de Repartição Consular, as duas exceções, tratadas na Convenção de 1963 (artigo 43, 2, *a* e *b*), não se referem a atos oficiais, mas a atos de natureza privada que o agente consular ou o empregado consular pratique. Contratação de empregado para trabalhar na repartição, nem de longe se trata de ato privado. É, sim, ato oficial.

A totalidade dos Estados aceita a imunidade de jurisdição trabalhista, induvidosamente, e a própria execução (a parte que realmente interessa ao obreiro) não será efetuada a não ser com a expressa concordância do Estado estrangeiro e não há na jurisprudência brasileira e estrangeira nenhum caso de submissão forçada à execução da autoridade judiciária brasileira.

---

[12] NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do. *A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.* 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. pp. 143-4.

Transitada em julgada a sentença em qualquer ação trabalhista, deverá ser ela executada. No território nacional, impossível. Não há bens penhoráveis. A sentença brasileira terá que ser versada para o idioma do Estado estrangeiro. Se for um dos membros do Mercosul, a execução poderá se dar por carta rogatória (Protocolo de Las Leñas, art. 19), dependendo de *exequatur* do órgão competente do Judiciário rogado. Se for por execução de sentença haverá necessidade de ser homologada pela Suprema Corte do país de destino.

A meu juízo, nem será concedido *exequatur*, nem será homologada a sentença, porque o juiz que a proferiu não acolheu a imunidade, e esta é renunciável apenas pelo Estado estrangeiro, não podendo, *data venia*, ser afastada apenas porque o magistrado nacional *achou* que se trata de ato de gestão.

É importante que não esqueçam os que julgarem, futuramente, feitos dessa natureza: a pior negação da justiça é não cumprir a decisão que se profere. Como ensinou Amilcar de Castro, o juiz não deve proferir sentença quando não estiverem presentes dois princípios: o da submissão, pelo qual as partes aceitam sua jurisdição, e o da efetividade, que significa que poderá tornar a efeito o julgado.[13]

Assim sendo, e sem outras considerações além das que já expus em inúmeras obras que tenho escrito em mais de trinta anos de estudo deste tema no Brasil, insisto que, em demandas na Justiça do Trabalho, deve, em não havendo renúncia expressa, ser proclamada a imunidade de jurisdição e extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV e VI, do CPC.

VI. CONCLUSÃO

Essas, em boa parte, foram as razões que consignei na minha justificativa em meu voto vencido, devidamente justificado nos autos, e que ementei como segue:

> "*JUSTIÇA DO TRABALHO. CONSULADO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. A imunidade de jurisdição não decorre de ato soberano do Brasil, mas de princípio assente no Direito Internacional e também na Convenção de Viena de 1963, invocada pelo Estado estrangeiro nestes autos, e que o Brasil ratificou. O costume internacional é uma prática comum na maioria dos Estados. O princípio par in parem non habet imperium não foi suprimido, mas, ao revés, continua sendo adotado por todos os Estados, e está expresso nos considerandа da Convenção de Viena de 1963. No caso presente, não se trata de aplicar regra costumeira, mas norma expressa em tratado, ratificado pelo Brasil e incorporado à ordem jurídica interna. O não reconhecimento da imunidade de jurisdição e, por corolário,*

[13] CASTRO, Amilcar de. *Direito internacional privado.* Rio de Janeiro: Forense, 1987. pp. 540-2.

a de execução, importa em clara ofensa à Convenção de Viena de 1963". [14]

Um aspecto, em toda essa temática altamente complexa, começa a ser sinalizado pelo STF, e isso é bom para elucidar dúvidas, qual o verdadeiro alcance do que foi decidido na AC 9.696-3-SP. As luzes que a Suprema Corte lançará, por certo, farão muitos julgadores inferiores não mais decidirem equivocadamente como apontado pela Relatora, Min. Ellen Gracie, nesse tema pouco conhecido e altamente relevante e importante para o Brasil, ainda que tratando apenas de organismos internacionais. Já é uma *luz no fim do túnel...*

Afinal, ninguém esqueça que os arts. 5º, da Lei de Introdução ao Código Civil, e 8º, da CLT, ainda estão em pleno vigor, e o interesse comum sempre será superior ao individual. Em outros termos, o interesse do Estado brasileiro é muito acima do interesse de qualquer brasileiro.

Não se trata de negar acesso à Justiça. É falácia dizer isso. Não se tem é o direito de dar a jurisdição mas não fazê-la cumprir.

O que devem fazer os trabalhadores brasileiros em circunstâncias que tal? Recorrer à Justiça do Estado estrangeiro. Mas, dirão alguns, é complicado. Proceda-se com a indispensável cooperação do Ministério das Relações Exteriores e dos órgãos brasileiros de representação de nosso Estado no país que foi empregador. É o caminho tortuoso, sim, mas que, apesar disso, poderá ser mais exitoso que pretender acionar o ente internacional no próprio Brasil.

Belém, 30.junho.2009

[14] Ementa da justificativa de voto vencido no Acórdão TRT-1ª T.-RO 00383-2008-015-08-00-7, de 26.5.2009 (Recorrente: Consulado Geral da República Bolivariana da Venezuela vs. Recorrido: Michel Tobias Barbosa).

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS. OS PRINCÍPIOS DA PROGRESSIVIDADE, DA IRREVERSIBILIDADE E DA NÃO REGRESSIVIDADE SOCIAL EM UM CONTEXTO DE CRISE.

Cláudio Armando Couce de Menezes[*]
Glaucia Gomes Vergara Lopes[**]
Otavio Amaral Calvet[***]
Roberta Ferme Sivolella[****]

1. Direitos Humanos - cultura e ideologia

Discute-se na doutrina se os chamados direitos humanos ou direitos do homem são efetivamente direitos ou meros critérios morais indispensáveis à convivência humana. Para algumas vozes, a natureza de direito é afastada quando não há a integração no direito positivo. Ao contrário, quando positivados, passariam a ser denominados direitos fundamentais.

Apenas nos ocuparemos desta distinção no item seguinte. Interessa-nos, no momento, refletir se as diferentes culturas e ideologias dos povos podem ser equalizadas de modo a defender uma possível universalidade dos direitos humanos, através de uma postura crítica que persiga novos paradigmas.

Historicamente, trata a doutrina pátria e estrangeira das três dimensões dos direitos humanos em que a primeira é a dos Direitos Civis individuais[1] e encerram direitos de abstenção do Estado perante o indivíduo (direitos negativos); a segunda é dos Direitos Políticos[2] e tratam de direitos de prestação do Estado ao indivíduo (direitos positivos); e, por fim, a terceira dimensão que é a de Direitos Sociais[3] em que o indivíduo tem participação ativa na esfera pública de decisões do Estado.

A partir da Declaração dos Direitos do Homem de 1948, começa a estruturar-se uma quarta dimensão dos direitos humanos que é a dos Direitos de Solidariedade em que os indivíduos, tanto nas esferas privadas como

* Desembargador Federal do Trabalho (17ª Região-ES), mestre em Direito, autor de obras sobre processo do trabalho e professor.
** Juíza do Trabalho (1ª Região-RJ), professora e autora de obras jurídicas e mestre em Direito.
*** Juiz do Trabalho (1ª Região-RJ), professor, mestre em Direito e autor de obras jurídicas.
**** Juíza do Trabalho (1ª Região-RJ).

1 Nascida a partir das Declarações de Virgínia de 1776 e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
2 A partir do século XIX com o advento da Revolução Industrial.
3 A partir do início do século XX, com o advento da Revolução Russa, Constituição Mexicana de 1917 e Constituição de Weimar de 1919.

públicas, atuam em regime de cooperação. É a primeira vez que se consolida a universalidade dos direitos humanos.[4]

Inicialmente, o debate acerca da universalidade deu-se no eixo ideológico comunismo-capitalismo e na diversidade religiosa e cultural entre os países participantes. Atualmente, há discussões múltiplas, cabendo especial destaque àquelas realizadas entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Como adverte Herrera Flores[5], cabe rever o panorama que norteou a declaração dos Direitos Humanos de 1948, e as suas mudanças, que, decerto, culminaram na atual dialética e postura crítica ante a dita universalização dos direitos chamados "de essência".

Em 1948, os objetivos para a declaração dos direitos "do homem" eram dois: (i)a descolonização dos países e regiões submetidos ao poder e ao saqueio imperialista das grandes metrópoles; e (ii) a consolidação de um regime internacional ajustado à nova configuração de poder surgida depois da terrível experiência das duas guerras mundiais, a qual culminou na Guerra Fria entre dois sistemas contrapostos. Neste contexto, a declaração apresentava uma visão "ideal" e "metafísica" da pessoa humana, com definição universal, ante as múltiplas resistências da época.[6]

Em verdade, o conceito de direitos humanos que se impôs neste momento baseou-se em dois fundamentos: a universalidade *absoluta* dos direitos humanos e o fato de fazerem parte inata do ser humano. Apresentavam-se como essências imutáveis e não como produtos de hábitos e culturas surgidas de contextos históricos específicos.[7]

Destarte, ninguém poderia contrariar tais conceitos, sob pena de contrariar as características da natureza e os mistérios de um conceito de dignidade da pessoa humana vago e genérico. [8]

Este conceito surgiu como uma forma de proteção do ser humano contra a as atrocidades históricas praticadas (escravidão, os campos de concentração, os genocídios).

---

4 De se ressaltar que, apesar do projeto de universalização, o grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, encarregado da redação do Projeto da Declaração Universal de Direitos Humanos, incluía nacionais dos seguintes países: Bielorússia, Estados Unidos, Filipinas, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, França e Panamá. Durante a aprovação do texto final, dos cinqüenta e oito Estados membros das Nações Unidas no ano de 1948, quarenta e oito votaram a favor, nenhum contra, oito se abstiveram e dois estavam ausentes. Os países que se abstiveram foram: Bielorússia, Checoslováqia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Polônia, Ucrânia, África do Sul, Iugoslávia e Arábia Saudita, como nota Flavia Piovesan em obra sobre o tema. PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 145, nota 181.

5 FLORES, Joaquin Herrera: Los Derechos Humanos como Productos Culturales-Crítica Del Humanismo Abstracto, Los Libros de La catarata, Madrid, 2005, p. 69.

6 FLORES, Joaquin Herrera, ob.cit. p. 70.

7 FLORES, Joaquin Herrera, ob.cit. p. 71.

8 FLORES, Joaquin Herrera, ob.cit. p. 71.

O fundamento de validade dos direitos humanos, aqui, é o próprio homem em sua dignidade substancial de pessoa, diante da qual as especificações individuais e grupais são sempre secundárias.[9]

A abstração e a "universalização absoluta" dos direitos essenciais, em busca da "proteção do ser humano" e sua individualização contra o próprio homem opressor, na época, foram defendidas e textualizadas em vários documentos normativos. Pode-se citar, como exemplos, a afirmação primeira da Declaração Universal dos Direitos do Homem, através da afirmação de que "todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos" (art. 1º). A Constituição da República Italiana, de 27 de dezembro de 1947, declara que "todos os cidadãos têm a mesma dignidade social" (art. 3º). A Constituição da República Federal Alemã, de 1949, proclama solenemente em seu art. 1º que "a dignidade do homem é inviolável. Respeitá-la e protegê-la é dever de todos os Poderes do Estado". Analogamente, a Constituição Portuguesa de 1976 se inaugura com a proclamação de que "Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária". Para a Constituição Espanhola de 1978, "a dignidade da pessoa, os direitos invioláveis que lhe são inerentes, o livre desenvolvimento da personalidade, o respeito à lei e aos direitos alheios são o fundamento da ordem política e da paz social" (art. 10). A Constituição Brasileira de 1988, por sua vez, põe como um dos fundamentos da República "a dignidade da pessoa humana" (art. 1º - III).

A necessidade premente de se "proteger de si mesmo" acabou por exteriorizar o movimento humano de criação e manutenção de suas garantias como ser integrante da sociedade e, porque não dizer, da história da humanidade, através da delegação de valores intrínsecos a uma ordem abstrata, universal, e que, na época, se consubstanciava no Estado do Bem Estar Social, responsável pela garantia os ditos valores. O pensamento, aqui, se revela símile ao que já havia teorizado Kant, em seu ***imperativo categórico***, isto é, uma "lei prática incondicional" ou absoluta, que serve de fundamento último para todas as ações humanas[10].

Contudo, se inicialmente o conceito ideal e abstrato dos direitos humanos representava uma medida de emergência satisfatória a defender, de forma imediata, a humanidade dos horrores provocados pelo próprio homem no contexto pós-guerra, verificou-se, com o passar do tempo, que os benefícios eram menores do que os malefícios de uma postura que acabava por se mostrar passiva diante da evolução da sociedade. A primeira consequência é o surgimento de uma postura negativa, segundo Flores[11], pois se todos os homens possuem *todos* os direitos e liberdades pelo mero fato de ter nascido e existir, todos são responsáveis por não assegurar a eficácia daquilo que já tem.

---

9 FLORES, Joaquin Herrera, ob.cit. p. 71.

10 KANT, IMMANUEL, *Werkausgabe,* ed. Suhrkamp, vol. III, 1992, pp. 125 e ss.

11 Flores, Joaquin Herrera (II), A (re) invenção dos direitos humanos- Florianópolis- Editora Fundação Boiteux, 2009, p. 52.

Se o homem é o próprio fundamento de validade dos direitos humanos e, por excelência, é sujeito ativo das relações que se constroem na história da sociedade, esta mesma história acabou por mostrar a impossibilidade de manutenção da visão globalizada e genérica dos direitos humanos. [12]

Trilhando senda paralela, Boaventura de Sousa Santos, em trabalhos publicados sobre o tema, afirma categoricamente que não se pode dizer que os direitos humanos, em um contexto de sobreposição cultural pelo imperialismo da globalização hegemônica, possa ser considerado universal.

Sustenta que, na verdade, os valores ocidentais são impostos como se fossem universais. Destaca o autor:

> *"Enquanto forem concebidos como direitos humanos universais, os direitos humanos tenderão a operar como localismo globalizado e, portanto, como uma forma de globalização hegemônica. Para poderem operar como forma de cosmopolitismo, como globalização contra-hegemônica, os direitos humanos têm de ser reconceitualizados como multiculturais"*[13]

Defende, assim, a construção de um novo paradigma através do diálogo cultural e de uma hermenêutica diatópica[14] que possibilitará a comunicação intercultural e a transformação dos *topoi*[15] das diversas culturas, de forma a tornarem-nas uma política cosmopolita, mutuamente inteligíveis e traduzíveis.

Conclui o texto, reconhecendo a dificuldade de implementação de sua teoria, mas se mantendo firme em seus ideais:

---

12 FLORES, Joaquin Herrera (II), ob.cit. p. 53.

13 SOUSA SANTOS, Boaventura de (I). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 438.

14 "*A hermenêutica diatópica baseia-se na idéia de que os topoi de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem. Tal incompletude não é visível do interior dessa cultura, uma vez que a aspiração à totalidade induz a que se tome a parte pelo todo. O objectivo da hermenêutica diatópica não é, porém, atingir a completude - um objectivo inatingível - mas, pelo contrário, ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra. Nisto reside o seu caráter dia-tópico*." SOUSA SANTOS, Boaventura de (II). **As tensões da modernidade.** Disponível no site Globalismo Jurídico http://globalismojuridico.blogspot.com/2008/08/pensamento.html. Acesso em 24/06/2009.

15 *"Os topoi são os lugares comuns retóricos mais abrangentes de determinada cultura. Funcionam como premissas de argumentação que, por não se discutirem, dada a sua evidência, tornam possível a produção e a troca de argumentos. Topoi fortes tornam-se altamente vulneráveis e problemáticos quando "usados" numa cultura diferente".* SOUSA SANTOS, Boaventura de. ob.cit (II). Acesso em 24/06/2009.

> *"Este projecto pode parecer demasiado utópico. Mas, como disse Sartre, antes de ser concretizada, uma ideia tem uma estranha semelhança com a utopia. Seja como for, o importante é não reduzir o realismo ao que existe, pois, de outro modo, podemos ficar obrigados a justificar o que existe, por mais injusto ou opressivo que seja."*[16]

Flores[17], retomando o discurso crítico sobre os direitos humanos, adverte que: "A impossibilidade de imposição de valores fixos e universais *in abstractu*, ante a velocidade da mutação e fragmentação das relações, remete à urgência de uma nova estruturação da ordem mundial, a qual não visa a transformação das relações sociais e econômicas na sua totalidade, mas tem a finalidade concreta de evitar o abismo econômico entre os mais e menos afortunados no marco do Estado interventor".

"Sinaliza-se o início de consciência direcionada à resistência ativa a postura passiva do ser humano como ser que já traz, em si mesmo ou delega integralmente a ente, todos os valores necessários à expressão dos direitos humanos. A mudança de paradigmas consiste em práticas sociais "nômades", ou mobilidade intelectual para adequar práticas políticas, deveres do ser humano em relação à sociedade e sua efetivação, movimentos sociais, sejam positivados através de norma legal, ou em grau relevante de atuação fática."[18]

Em outras palavras, devem ser criadas "possibilidades", através do desenvolvimento das capacidades e da criação de condições que permitam a apropriação e o desdobramento de tais capacidades por parte de indivíduos, grupos e culturas[19]. Afinal, na espécie humana, não há técnicas imutáveis nem limitadas ou estanques: a evolução é constantemente dirigida pela *aptidão inventiva* do ser humano. Os fins são postos livremente e os meios mais aptos a alcançá-los são criados.

---

16 SOUSA SANTOS, Boaventura de. ob.cit (II). Acesso em 24/06/2009.

17 FLORES, Joaquin Herrera, ob.cit. p. 76.

18 Joaquin Herrera Flores sugere, para esta nova perspectiva, que sejam utilizados elementos de integração: "já não podemos falar de duas classes de direitos humanos: os individuais (liberdades públicas) e os sociais, econômicos e culturais. Só há uma classe de direitos para todas e todos: os direitos humanos. A liberdade e a igualdade são as duas faces da mesma moeda. Uma sem a outra nada são" - fls. 74. Defende que não mais seja utilizada a definição clássica das dimensões de direitos, sob pena de se criar certa hierarquia entre elas), crítica (vinculação entre os direitos humanos e as políticas de desenvolvimento social, não podem ser dois momentos distintos, mas devem ocorrer de forma concomitante, sob pena de um não acompanhar o outro, acarretando a maior disparidade entre as classes sociais) e práticas sociais emancipadoras (trata-se do intervencionismo humanitário, ou a contextualização dos direitos humanos através de luta de grupos sociais empenhados em promover a "emancipação humana" - ob. cit, p. 77-78.

19 Neste diapasão, Feuerbach, L - Princípios da filosofia do futuro - Edições 70 - Textos Filosóficos - "homem como tal é quem não exclui de si nada essencialmente humano".

Continua o Prof. Flores: "A mudança, aqui, é de *postura,* não de essência, *ethos.* Desde a sua origem, não há como se separar os direitos humanos, seu conceito, como aplicação da natureza do homem, ser racional, inventivo, espiritual, pensante, evolutivo, e, sobretudo, *desigual*. Talvez por isso a ciência jurídica, aqui, trace um paralelo com a filosofia, a antropologia e a sociologia, por ciências ligadas intimamente a esta noção de pensamento, movimento, sentimento. E o direito nada mais é do que a positivação e a construção teórica destas características, como meio de adequar o homem, com todas as suas peculiaridades, à realidade social a que está inserido, de modo a tentar, incessantemente, alcançar a almejada "paz social"."[20]

Por fim, o jurisfilósofo de Sevilla destaca:

> *"Trabajar com y para los derechos humanos supone, pues, ir contra la banalización de las desigualdades e injusticias globales que um pensamento acrítico defiende. Luchar contra esa banalización es el principal desafio com el que nos encontramos los que nos comprometemos teórica y prácticamente com los derechos humanos. Ahí reside la función social del conocimiento, sobre todo, de um conocimiento que no olvida ni invibiliza las condiciones en las que se situa y a las que pretende transformar". [21]*

Fica esse breve registro de um tema que merece, evidentemente, um enfrentamento aprofundado. Com o mesmo espírito, abordaremos a seguir a relação entre direitos humanos e direitos fundamentais.

2. Direitos fundamentais e direitos humanos

"Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade" (art. I da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

A análise do artigo inaugural da Declaração Universal de 1948 induz uma visão jusnaturalista do direito, pois o texto em questão não pretende criar direitos ao ser humano, mas antes reconhecê-los como inatos. Essa conhecida constatação impõe que se debruce sobre os conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais para o presente estudo, por não haver necessária coincidência entre tais institutos, como abaixo apresentado.

Em primeiro lugar, há quem efetue a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais em função da localização da previsão do direito.

Direitos fundamentais seriam aqueles previstos na Constituição de um país, ou seja, positivado em seu ordenamento jurídico interno na Carta

---

[20] FLORES, Joaquin Herrera, ob. cit. p. 77.

[21] Joaquin Herrera Flores: Los Derechos Humanos como Productos Culturales - Crítica Del Humanismo Abstracto, Los Libros de La catarata, Madrid, 2005, pág. 183.

Fundamental. Os direitos humanos, por outro lado, seriam aqueles previstos em tratados ou atos internacionais, de forma universal.

Tal distinção não abarca a problemática da matéria de forma completa, pois referida concepção é demasiado formalista e não atende a uma perspectiva mais consistente sobre o assunto, mormente diante da possibilidade de reconhecimento interno de direitos fundamentais em outras normas, ainda que infraconstitucionais.

De fato, também serão direitos fundamentais os que mesmo não previstos na Constituição estão ligados aos princípios dela, os chamados princípios materialmente fundamentais. A Constituição do Brasil, por exemplo, adotou tal possibilidade em seus arts. 5º, §§ 2º e 3º:

> "Os direitos e garantias expressas nessa Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".
>
> "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

Referidos textos normativos revelam que os direitos que estão na Constituição são direitos fundamentais, mas também podem ser considerados como tais os que estiverem em tratados internacionais ou em leis, desde que intimamente ligados aos princípios e ao regime instituído em nossa Constituição, configurando-se direitos que são materialmente fundamentais.

Como exemplo de direito materialmente fundamental pode-se citar, no caso brasileiro, a proibição, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 67, de trabalho penoso para menores de dezoito anos, previsão esta não existente expressamente na Carta Magna como se observa do art. 7º, XXXIII, verbis:

> "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Ora, a prevalecer o rigor da tese de que apenas quando previsto na Constituição um direito pode ser considerado fundamental, ter-se-ia que autorizar o labor em condições penosas ao menor, o que obviamente levaria a um absurdo, já que a previsão legal infraconstitucional encontra-se intimamente ligada aos princípios constitucionais, mormente no que diz respeito, neste caso, à proteção especial destinada ao trabalho dos menores.

Surge, portanto, a necessidade de se investigar a distinção dos conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais por um segundo prisma.

Para parte da doutrina, direitos humanos seriam aqueles direitos de origem *jus naturalista* inerentes à condição humana, como por exemplo os seguintes direitos: liberdade, locomoção e vida.

Já os direitos fundamentais, para esta perspectiva, seriam direitos situados historicamente em função do momento evolutivo em que a sociedade se encontra, como por exemplo o direitos do consumidor, pois em eras passadas inexistia a sociedade de consumo, o sigilo da comunicação de dados, a proteção do patrimônio genético do indivíduo etc.

Embora mais completa a distinção ora apresentada, há que se reconhecer que esse conceito impõe a adoção, pelo intérprete, da teoria do jus naturalismo, o que reduz a possibilidade de fixação de um conceito universal sobre a matéria em análise.

Dessa forma, desenvolveu-se uma terceira concepção para distinção dos direitos humanos para os direitos fundamentais, onde estes constituiriam um gênero do qual aqueles seriam uma das espécies.

Direitos humanos seriam, portanto, espécies de direitos fundamentais, mais especificamente aqueles direitos fundamentais que por sua natureza só podem ser titularizados por seres humanos.

A análise do rol de direitos fundamentais revela, basicamente, que há direitos fundamentais que são reconhecidos para seres humanos e que também valem para pessoas jurídicas, como por exemplo o direito de propriedade, o direito ao sigilo de correspondência, o direitos ao mandado de segurança, o direito a informação.

Assim, quando o direito fundamental é de natureza tal que só pode ser titularizado por ser humano, surge sua conceituação como típico direito humano. Pode-se citar, como exemplos, o direito à vida, intimidade e liberdade de consciência, pois só se pode falar de tais direitos quando voltados para o ser humano.

Apresentadas as três teorias para distinção dos conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais, há que se registrar, ainda, que a expressão direitos fundamentais possui contorno bastante amplo, sendo possível divisar dentro desse conceito variados direitos, tais como: individuais, sociais, políticos, da nacionalidade, difusos e coletivos.

Os direitos individuais são aqueles que permitem ao titular adotar uma conduta, cabendo aos outros, inclusive ao Estado, respeitar referidos direitos, surgindo a idéia de que os direitos individuais seriam direitos de prestações negativas. Referidos direitos tutelam a individualidade da pessoa, são direitos que possibilitam diferenças entre as pessoas, valor este protegido pela Constituição da República brasileira.

Os direitos sociais, por sua vez, permitem ao indivíduo exigir que alguém faça alguma coisa, reconhecendo-se que são direitos a prestações positivas. O devedor por excelência de direitos sociais é o Estado, mas não o único, pois o próprio art. 7º da Constituição brasileira, por exemplo, reconhece direitos sociais do trabalhador que são exigíveis do empregador, o que sempre possui o objetivo de se garantir o mínimo existencial, ou seja, as condições de vida que não se pode negar a nenhuma pessoa.

Por outro lado, os direitos políticos, como o direito de votar, possibilitam a participação na vida política do País, tratando-se de verdadeira subespécie dos direitos individuais na perspectiva da individualidade política do cidadão sendo afirmada.

Quanto aos direitos da nacionalidade, reconhece-se que a nacionalidade é uma relação jurídica que vincula a pessoa a certo Estado, daí surgindo deveres a cumprir pelo cidadão, mas reversamente aquele Estado fica obrigado a conferir a essa pessoa proteção na ordem internacional, donde se conclui que todo indivíduo tem direito a pelo menos uma nacionalidade.

Finalmente, os difusos e coletivos, também conceituados como transindividuais, são aqueles cuja titularidade vai para além de uma só pessoa, tendo sido reconhecidos a partir do momento em que se constatou que a vida moderna impõe a existência de interesses dessa matiz, como a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

Em resumo, pode-se concluir, no que concerne aos direitos fundamentais e humanos, que a melhor conceituação reconhece que os direitos fundamentais constituem um gênero, com uma gama de aspectos em sua formulação, como os direitos individuais, os direitos sociais, os direitos políticos, os direitos da nacionalidade e os difusos e coletivos, sendo certo que os direitos humanos seriam espécie de grande gênero, referindo-se aos direitos fundamentais que especificamente somente podem ser titularizados por seres humanos.

3. O direito do trabalho com expressão dos direitos humanos - o princípio da progressividade, a irreversibilidade social ou não regressividade social

Tratar de direitos humanos no Brasil é muitas vezes pregar no deserto. Nossa sociedade contaminada pela miséria e violência, quadro agravado pelo embrutecimento, provocado pela desinformação da população em geral, não assumiu na sua plenitude a cultura dos direitos dos homens.

Por outro lado, nunca se falou e escreveu tanto sobre e tema, o que traz um certo risco de banalização, pois entre o discurso e a prática há com freqüência uma distância tão grande como aquela entre o Oiapoque e o Chuí.

Cientes desta realidade e das novas exigências do mercado que, em tempos de globalização, não tem primado por incluir os direitos humanos, sobretudo sociais, entre seus objetivos primeiros[22], fazemos, entretanto, coro com aqueles que manifestam sua preocupação constante com o Homem

[22] Alain Supiot ("Le Travail en perspectives" L.G.D.J, p. 1, Paris, 1998) constata que "Le changements techniques et politiques se conjugeuent pour augmenter la part du commerce international et saper les instituitions nationales autour du premier rang desquelles les droits du travail, suspectés, à l´ínstar des corporations de jadis, d´entraver l´efficacité economique. Signe des temps: l´Organisation Mondiale du Commerce s´est installé dans les anciens locaux de l´Organisation Internacional du Travai sur les berges verdoyantes du Lac Léman ..."

trabalhador e o respeito devido à sua dignidade[23], reconhecendo o direito do trabalho com terra de eleição dos direitos humanos, pois é de sua essência a consideração com quem labora para viver e que deveria encontrar no trabalho a expressão de sua dignidade.

A realidade, contudo, demonstra que na vida laboral ocorrem inúmeras violações dos direitos humanos, especialmente no tocante à privacidade, honra, integridade física e psíquica e sobrevivência digna do trabalhador.

Os direitos do homem, positivados e ampliados como direitos fundamentais, inclusive com *status* constitucional (mesmo que não abrigados expressamente na Constituição) abrangem, como já demonstrado, os direito sociais, entre eles o Direito do Trabalho, sendo indiscutível que qualquer ato público ou privado, normativo ou jurisprudencial, que ignore ou afronte (direta ou indiretamente) os direitos sociais trabalhistas traduz, a par de possíveis transgressões à lei e à Constituição, desrespeito aos direitos humanos e aos diplomas internacionais que deles tratam.[24]

Como adverte ALAIN SUPIOT, salários miseráveis, precarização do trabalho, jornadas dilatadas, repousos suprimidos ou reduzidos, males que assolam milhões de trabalhadores, clamam por uma redefinição urgente do papel dos direitos humanos nas relações laborais [25], não podendo aquele que trabalha servir de mera massa ajustável às exigências da indústria, do comércio, das empresas de serviço e do capital financeiro.[26]

Em tom semelhante, sentencia JEAN-MAURICE VERDIER que, quanto mais flexível, incerta e precária a situação do assalariado, mais firme deve ser a proteção dos direitos humanos fundamentais e mais rígida a observância das garantias de suas liberdades essenciais.[27]

Intimamente ligado com a problemática dos direitos humanos e fundamentais está a concepção da aplicação progressiva dos direitos

---

23 "Le travail n´est pas un "matérial humain" (v. Kemperer) ajustable aux impératifs de l´industrie ou du commerce. Et pourtant depuis vingt ans il a éte envisagé dans le monde comme une questión secondaire, comme l´objet d´une "engénierie" de la ressource hummaine. D´une main on s´est employé à faire du travail un materiau "flexible", adaptable "en temps réel" aux besoin de l´economie, de l´autre on a fait du "social" ou de l´"humanitaire" pour assurer un minimum de subsistance ou d´occupations au flot grandissant de ceux qui se trouvent ainsi privés de la possibilité de vivre de leur travail. Cette approche du problème, que mêle efficiency et " bons sentiments" et subordonne la questíon du travail à toutes les autres, est condamnée à l´échec. On n´imagine que des masses hummaines entières se laisseront indefinément relegués dans le ghetto des "inutiles au monde". Le statut conféré au travail ne peut être réduit à un problème d´ingéniere de la ressource humaine, car il est le point nodal d´une ordre juste" (Supiot, ob. cit, p. 12)

24 Não se pode perder de vista, ainda, que os direitos sociais protegem a dignidade do trabalhador. Daí porque estão inseridos na categoria dos direitos humanos. (Jean Mouly "Les droits sociaux à l'épreuve des droits de l'homme", Droit Social, 09/10/2002, nº 9/10, p. 799, Paris)

25 Ob. cit., p. 10.

26 Idem, p. 12.

27 Ob. cit., p. 428.

sociais, que importa na proibição de reversão dos patamares favoráveis já estabelecidos.

O Princípio da Irreversibilidade (ou dever da não regressividade), irradiação da cultura dos direitos do homem, além de toda doutrina e jurisprudência construídas em seu favor, está expressamente consagrado no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Protocolo de São Salvador de 1999, ambos ratificados pelo Brasil.

De recordar que, no campo dos direitos do homem, os direitos e garantias estabelecidos em tratados e convenções fixam autênticos deveres e obrigações e não meros preceitos de ordem moral ou programática[28].

Esses princípios e as regras que lhe dão corpo, como ensina HÉCTOR-HUGO BARBAGELATA[29], professor emérito da Faculdade de Direito de Montevidéu, são historicamente um desdobramento do **princípio da progressividade** das normas sobre direitos humanos. A progressividade, em um primeiro momento, referia-se à gradação por vários instrumentos internacionais e por textos constitucionais à aplicação dos direitos humanos, conforme estabelecia o art. 427 do Tratado de Versalhes. Em um segundo momento, apresenta-se como uma característica dos direitos humanos fundamentais, incluídos os trabalhistas, que, segundo a ordem pública internacional, possuem uma vocação de desenvolvimento progressivo no sentido de uma maior extensão e proteção dos direitos sociais.

Complementando e aprofundando esse princípio, encontramos a irreversibilidade ou o dever de não regressividade: a impossibilidade de redução da proteção já existente, concedida aos direitos humanos no PIDCP e no PIDESC (art. 4º de ambos)[30]. Esses estatutos vinculam os estados que o ratificaram aos direitos humanos, excluindo regras que privem os trabalhadores da fruição dos direitos e garantias fundamentais já previamente reconhecidos.[31]

BARBAGELATA conclui que esses princípios são "*uma consequência do critério da conservação ou não derrogação do regime mais favorável para o trabalhador, o qual pode reputar-se como um princípio ou regra geral no âmbito do Direito do Trabalho*", consagrado no inciso VIII do art. 19 da Constituição da OIT e aceito universalmente.[32]

O dever de não regressividade consiste, pois, na proibição de políticas, medidas, orientações e atos que piorem o patamar de direitos econômicos, sociais, culturais da população.[33]

---

28 Por Todos: FLÁVIA PIOVESAN ("Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional", p. 70-1, Max Limonad, SA, São Paulo: 2002, com ampla citação da doutrina internacional sobre o tema.

29 "Os Princípios de Direito do Trabalho de Segunda Geração", in Cadernos da Amatra IV, 7, abr/jun 2008, ano III, HS Editora, Porto Alegre, p. 24 e 25.

30 BARBAGELATA, ob. cit., p. 24.

31 BARBAGELATA, ob. cit., p. 24 e 25.

32 IDEM, idem.

33 ABRAMOVICH, Victor & COURTIS, Christan. Los derechos sociales como derechos exigibles. Madrid: 2004, Editoral Trotta, p. 94.

Os princípios de Maastricht consideram violações dos direitos sociais, culturais e econômicos a derrogação ou suspensão da legislação necessária para o gozo desses direitos.

A proibição de regressividade, por outro lado, importa em parâmetro para o juízo acerca das medidas e atos que resultam aplicáveis pelo judiciário.[34]

A irreversibilidade constitui uma clara limitação que tratados e convenções internacionais e os textos constitucionais impõem à (des) regulamentação dos direitos sociais, econômicos e culturais[35], vedando, como já ressaltado, a quem pode tratar da normatização desses direitos sua derrogação ou redução.

Esse dever de não regressividade, oriundo da progressividade dos direitos, não advém, como já registramos, somente do Direito Internacional. Também no Direito Constitucional reside sua fonte. Note-se que constitucionalistas do porte de KONRAD HESSE incluem nessa moldura a teoria da irreversibilidade (Nichtumkehrbarkeitstheorie), segundo a qual toda medida regressiva que afete o conteúdo essencial dos direitos sociais é inconstitucional. Trata-se da irreversibilidade das conquistas sociais alcançadas.[36]

---

34 ABRAMOVICH & COURTIS, ob. cit., p. 95.

35 Idem.

36 cf. K. HESSE. Grunzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland, Heidelberg-Karlsruhe, 1978, p.p. 86-87, cit. por L. Parejo Alfonso, "Estado Social y Administración Pública", Madrid, 1983, p.p. 53-54). Em sentido similar, na Espanha L. LÓPEZ GUERRA, <<Um Estado Social>>, em J. Esteban e L. López Guerra, "El Regimen Constitucional Español I, Barcelona, 1980, pp. 313 ss).A mesma doutrina foi defendida pela Corte de Arbitragem da Bélgica também no campo dos direitos sociais. Um panorama amplo acerca dessa questão no direito constitucional daquele país pode ser encontrado em R. Ergec (Ed.), Les Droits Économiques, Sociaux et Culturels dans la Constitution, Bruxelas, 1995.Na Argentina, V. Abramovich e C. Courtis trazem à colação decisões jurisprudenciais bem ilustrativas (v. Em Vega, Humberto Atilio C. Consórcio de Proprietarios del Edificio Loma Verde y otros s/ accidente ley 9688 del 16/12/93; el caso Martinelli, Oscar Héctor Cirilo y otros C. Coplinco Compañia Platense de la Industria y Comercio S.A. del 16/12/93; el caso Jáuregui, Manuela Yolanda c. Unión Obreros y Empleados del Plástico). Em Portugal, J. J. CANOTILHO expõe essa concepção à luz da Constituição portuguesa: "*O princípio da proibição do retrocesso social pode formular-se assim: o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efectivado através de medidas legislativas ('lei de segurança social', 'lei do subsídio de desemprego', 'lei do serviço de saúde') deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais quaisquer medidas que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática de uma 'anulação', 'revogação', ou 'aniquilação' pura e simples desse núcleo essencial. A liberdade de conformação do legislador e inerente auto-reversibilidade têm como o núcleo essencial já realizado*" (Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 3ª Ed., 1999, p. 327, Coimbra, Almedina). No Brasil, a proibição da regressividade é sustentada por doutrina de escol, com reflexos na jurisprudência. Podemos divisar tendências mais voltadas ao Direito Internacional ou ao Direito Constitucional,

No Direito Constitucional brasileiro há expressa previsão acerca da progressividade associada à irreversibilidade ou à proibição da regressão no tocante aos direitos sociais fundamentais do trabalhador. Com efeito, o art. 7º, *caput*, dispõe que são direitos dos trabalhadores, além todo o elenco apontado em seus incisos, quaisquer outros que possam ser acrescidos por atos normativos ou negociais que impliquem na melhoria das condições do trabalhador.

4. Crise, ajustes econômicos e os Direitos Humanos fundamentais e sociais

O sistema capitalista vive em crise e das crises. Suas crises são cíclicas, algumas são superdimensionadas, outras têm fortes tons de artificialidade. E quando as crises terminam, o sistema sai reforçado para uma nova crise...

No Brasil, antes mesmo que a recente crise financeira alcançasse as empresas, estas já estavam programando dispensas coletivas, reivindicando mais flexibilização dos direitos trabalhistas, criando um clima de pânico e tensão que pudesse favorecer as "reformas trabalhistas necessárias ao desenvolvimento do país".[37] De quebra, pressionaram entidades sindicais para que aceitassem negociações coletivas danosas aos trabalhadores, inclusive em caráter preventivo. [38]

Nesse contexto, o Presidente de uma gigante na área de Mineração liderou um infeliz manifesto pela desregulamentação da legislação laboral, ao mesmo tempo em que dispensava 1.300 empregados, apesar dos

---

todas comprometidas, entretanto, com o escopo do s*ocial welfare rights* que leva o direito internacional e o direito constitucional a sério.Logo, princípios e regras provenientes de tratados e convenções internacionais, assim como da Constituição, são resguardados pelo dever de não-regressividade. (FLÁVIA PIOVESAN, p. 71 e ss. Sob enfoque semelhante, tratando do princípio "não retrocesso social": ANA PAULA DE BARCELOS, "A Eficácia dos Princípios Constitucionais, o princípio da dignidade da pessoa humana, Renovar, Rio de Janeiro, 2004, 2ª tiragem, p. 68/71 e INGO SARLET: "A Eficácia dos Direitos Fundamentais", 9ª ed., Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 2007, p. 436/462. "Os direitos sociais como cláusulas pétreas", Revista Interesse Público, C7, 2003, p. 56 "O Estado Social de Direito, a proibição de retrocesso e garantia fundamental da propriedade, Revista Diálogo Jurídico, ano I, vol. I, nº 07, Salvador, p. 1 e ss.).Registre-se que, para o último autor, os direitos sociais estariam cobertos pela técnica da cláusula pétrea (art. 60,§ 4º, IV da Constituição Federal). Em outras palavras, estariam a salvo, inclusive, da sanha reformadora de governantes e parlamentares descomprometidos com os direitos humanos e seus desdobramentos no campo dos direitos sociais.

37 Registre-se que há também setores que não só ficaram a salvo das tormentas econômicas, como aumentaram os seus ganhos. São os "sem-crise"(alimentação, bebida, perfumaria, materiais esportivos, recreação e lazer, shopping-centers e livrarias). Fonte: "O Globo, Economia, 04/09, p. 30 (Mirian Leitão) e p. 31.

38 JORGE LUIZ SOUTO MAIOR sustenta que esta estratégia poderia até configurar crime contra a ordem econômica, nos termos da lei 8.884/1994."**Negociação Coletiva de Trabalho em Tempos de Crise Econômica**, Revista IOB, 03/09, 237, p. 49, São Paulo.

incomensuráveis lucros acumulados nos últimos anos (R$ 20.006 bilhões em 2007; R$ 13.431 bilhões em 2006). Não bastasse, nesse ano de 2009, apresentou no 1º bimestre lucros recordes após dispensar centenas de obreiros "por conta da crise..." Em maio último, comunicou "a quem interessar possa" que despediria de 250 a 300 porque "a recuperação do mercado ainda não aconteceu como a *(omissis)* esperava". [39]

Outra face dessa "crise", criada com fins de realimentar o capital, é a das reestruturações oriundas de planos de "reengenharia empresarial", com cortes do quadro funcional, mesmo quando a empresa apresenta bons índices de lucratividade. Talvez seja esta uma das faces mais perversas do "mercado". Dezenas, centenas, quando não milhares, são postos no "olho da rua" para dar ainda maior lucro, para aumentar a competitividade ou, ainda, para recuperar índices anteriores de ganhos. Paradoxalmente, ou nem tão paradoxalmente assim, as ações sobem, assim como o rendimento dos acionistas, sócios, diretores e gerentes. [40]

Essas crises alimentam ainda o quadro apontado no item anterior, oriundo do capitalismo turbinado pós-moderno com nefastas conseqüências na organização dos sindicatos e no poder de reivindicação dos trabalhadores, favorecendo a perda da centralidade obreira e sindical e, também, a destruição do trabalho fixo e contínuo, dando lugar àquilo que ROMAGNOLI[41] chama de "deslaborización" das relações de trabalho e BAYLOS de uma " ruída del derecho del trabajo.[42]

As consequências da crise, por conseguinte, contribuem para o processo de erosão do Direito do Trabalho e o enfraquecimento das entidades laborais, facilitando a reconstituição ou aumento dos ganhos do capital, tornando a mítica figura do "mercado" ainda mais poderosa ("*primero, las mercancías; después, los pasajeros...*"[43]).[44]

---

39 Fonte: "Jornal O Globo", sábado, 30/05/2009, p. 30, Caderno Economia. Merece ser destacado ainda que essa mesma empresa anunciou que está discutindo com o grupo alemãoTHYSSEN-KRUPP uma participação adicional na Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). Sua participação pularia de 10% para 30% no maior investimento privado em andamento no Brasil ("O Globo", Economia, p.33, 04/07/09)...

40 Aliás, mesmo quando a crise é real, esses distintos senhores recusam a redução de seus benefícios e, quando aceitam, o fazem de forma relutante, como noticiou recentemente a grande imprensa dos EUA e da Europa sobre a atual crise.

41 Citados por Enrique OLIVAS, in "Desórdenes Sociales y Ajustes Constitucionales", p. 481, Globalizacion y Derecho, Editorial Dilex. SL, Madrid: 2004 Coord. Jesús Lima Torrido, Enrique Olivas y Antonio Ortíz-Arce de la Fuente.

42 GRAU, Antonio Baylos. **La ruída del derecho del trabajo: tendencias y límites de la deslaboralización.** Alárcon/Miron (coord.) "el trabajo ante el cambio del siglo: un tratamiento multidisciplinar, Madrid.

43 OLIVAS, Enrique ob. cit p. 489.

44 "A todos estas ideologías de la desregulación" les mueve un verdadero <afán destructor de derechos>, publicitando de forma intensa la exclusiva legitimación de la eficacia y los rendimientos económicos extraordinarios - ignorando la drástica reducción del "capital" natural no sustituíble -; actuando com un criterio general

Cresce de dimensão essa crise por conta dos "criadores de opinião", que produzem discursos incessantes contra o Estado Social[45], as entidades sindicais e os trabalhadores que gozam (ainda) dos seus direitos sociais fundamentais. Desvalorizam, deste modo, a cultura dos direitos no acelerado e desmemoriado imaginário social - fomentado pela mídia, empresários e até por alguns acadêmicos e juristas. Os direitos humanos e fundamentais, notadamente os de cunho social, são apresentados como questionáveis, relativos a uma fase histórica superada.

5. Negociação Coletiva. Progressividade e Irreversibilidade dos Direitos

Fruto nefasto do quadro exposto acima, é a negociação coletiva em detrimento do trabalhador, voltada para beneficiar a empresa e, mais amplamente, o mercado e o sistema econômico e financeiro vigente.

A Convenção Coletiva e os Acordos Coletivos de Trabalho caracterizam-se pela sua normatividade complementar às regras estabelecidas nos tratados e convenções internacionais, normas e preceitos da Constituição Federal e nas leis complementares e ordinárias. Tal ocorre porque é impossível prever toda a gama de eventos e circunstâncias que

---

de comprensión y translación de costes, y, simultáneamente, observando como disfuncional el papel estructural de los sindicatos". OLIVAS, Enrique ob. cit. p. 508.

45 Perdem de vista inclusive o caráter civilizatório que o Estado Social cumpre, como bem destaca Zygmunt Bauman: "Um Estado é "social" quando promove o princípio do seguro coletivo, endossado de modo comunitário, contra o infortúnio individual e suas conseqüências. É basicamente esse princípio - declarado, posto em operação e que se acredita estar em funcionamento - que remodela a idéia, de outra forma abstrata, de "sociedade" na experiência de uma comunidade sentida e vivida, substituindo a "ordem do egoísmo" (para empregar os termos de John Dunn), que tende a gerar uma atmosfera de desconfiança e suspeita mútuas, pela "ordem da igualdade", que inspira confiança e solidariedade. É o mesmo princípio que eleva os membros da sociedade à condição de *cidadãos,* ou seja, que os torna depositários, além de acionistas: beneficiários, mas também atores - os guardiões e vigias do sistema de "benefícios sociais", indivíduos com um interesse agudo no bem comum entendido como uma rede de instituições compartilhadas em que se pode confiar, e ter uma expectativa realista, para garantir a solidez e fidedignidade da "política de seguro coletivo" promulgada pelo Estado.

A aplicação desse princípio pode proteger, o que com freqüência faz, homens e mulheres da praga da pobreza; e ainda mais importante, contudo, é que pode se tornar uma abundante *fonte de solidariedade*, capaz de reciclar a "sociedade" num bem comum, compartilhado, de propriedade comum e conjuntamente cuidado, graças à defesa que fornece contra os horrores gêmeos da *miséria* e da *indignidade* - ou seja, os horrores de ser excluído, cair ou ser empurrado para fora do veículo do progresso em rápida aceleração, ser condenado à "redundância social", sendo-lhe negado o respeito merecido pelos seres humanos, e ser designado como "dejeto humano"." ("Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria", Zahar, Rio de Janeiro, 2008, p. 177 e 178.)

surgem no curso das relações laborais.

Assim, os grandes textos normativos estabelecem um patamar mínimo de direitos sobre o qual às partes, em negociação coletiva, faculta-se, dentro da concepção da progressividade do direito (art. 7º, *caput* da Constituição Federal brasileira), estabelecer outros mais.

A normatividade que norteia estes instrumentos coletivos, por conseguinte, não pode atentar contra o que já consagrado nos diplomas que compõem o direito internacional, os princípios e regras da Constituição e toda a legislação que lhes dá forma, aperfeiçoa ou aprofunda.

De sorte que inteiramente dissociadas dos postulados da progressividade e do dever de não regressividade são as convenções e acordos coletivos que autorizam a redução, supressão ou modificação *in pejus* de direitos laborais que guardem relação, mesmo que indireta, com os direitos humanos e fundamentais.

Chegamos, pois, ao ponto nodal de nossa tese: a negociação coletiva *in pejus* contraria, em se tratando de direitos humanos e fundamentais, compreendidos neste rol os sociais-trabalhistas que guardem vínculo imediato ou mediato com aqueles, os princípios da progressividade, da irreversibilidade ou não regressividade.[46]

Enunciada nossa tese, enfrentaremos aqui o caso específico da última crise, a financeira de 2007/2009, iniciada com o estouro da "bolha imobiliária" no EUA. Para combater ou remediar as suas consequências, propõe-se a aplicação do art. 7º, VI da Constituição Federal brasileira, que permite a redução de salários via negociação coletiva.

Sucede que o dispositivo em referência, segundo o princípio da progressividade, desautoriza a redução pura e simples dos salários, pois isso não representa uma melhora nas condições do trabalhador ("*São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais,* ***além de outros que visem à melhoria de sua condição social***" - art. 7º, *caput* da Constituição Federal brasileira) ...

Portanto, não é o instrumento coletivo que irá legitimar a contrariedade aos princípios constitucionais da progressividade e da irreversibilidade e ao direito fundamental do obreiro a uma remuneração digna e de acordo com o valor social do seu trabalho.[47]

Dentro desse espírito, a Lei 4.923/1965 estabelece como condição para redução o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual, respeitado o salário-mínimo e a duração máxima de 3 meses; a redução correspondente da jornada ou dos dias trabalhados; a necessidade econômica devidamente comprovada e a impossibilidade de contratação por 6 (seis) meses de novos empregados depois da cessação da situação ensejadora do regime especial, antes de concedida a oportunidade para a

---

[46] Repetimos que estes postulados dizem respeito a qualquer ato normativo, estatal ou não, pelo que não é lícito ao Judiciário furtar-se à apreciação da compatibilidade das cláusulas pactuadas em sede coletiva com tais princípios.

[47] Destarte, o art. 7º, VI da Constituição Federal brasileira há que se aplicado segundo a razoabilidade e a proporcionalidade, e em consonância com outros princípios, entre eles, o da progressividade e da irreversibilidade.

readmissão daqueles dispensados anteriormente. Moralizando ainda mais o procedimento de redução de salário, a lei exige, outrossim, a redução proporcional da remuneração e das gratificações de gerentes e diretores, mandamento que deve ser estendido também aos sócios e acionistas (art. 2º, *caput*).

Outro diploma que trata da negociação coletiva em tempos de crise, resguardando os princípios e parâmetros mencionados neste ensaio, é a Lei 11.101/05 que, para preservar empregos, admite como instrumento de recuperação judicial, a "*redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva*" (art. 50, VIII). Este estatuto, que atualmente regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência da sociedade empresária, demanda a exposição "*das causas concretas da situação patrimonial*" da empresa e "das razões da crise econômico-financeira" (art. 51, II), além da "*demonstração de sua viabilidade econômica*" (art. 53, II), entre outras exigências.

6. Conclusões

De todo o exposto, concluímos:

1. Controvertida é a natureza dos direitos humanos, assim como sua dimensão universal, ao menos nos parâmetros postos pelo liberalismo e pelo neoliberalismo;
2. Os direitos humanos, para que tenham caráter realmente universal, devem ser reconceitualizados como multiculturais, evitando o unilateralismo que ainda prevalece no discurso dominante no mundo ocidental;
3. Os direitos humanos não devem ser táticas ou instrumentos retóricos das nações capitalistas desenvolvidas, mas meio eficaz para superar as desigualdades e injustiças que assolam o nosso mundo, hoje dominado pela ideologia e pelas práticas de mercado que elegem o lucro, a produção e o consumo como finalidades principais da nossa sociedade;
4. Intimamente vinculado com o tema dos direitos humanos e fundamentais é a concepção da progressividade dos direitos sociais que deságua na proibição de regressividade destes direitos;
5. A progressividade, característica dos direitos humanos e fundamentais, incluídos neste rol os trabalhistas, consagra maior extensão e proteção aos direito sociais. Completando e aprofundando esse princípio, emerge a irreversibilidade ou o dever da não regressão: não são admitidos atos normativos que privem os trabalhadores da fruição das garantias e direitos fundamentais;
6. Os princípios da progressividade e da irreversibilidade ou da vedação da regressão social dão origem ao cânone da conservação ou não derrogação do regime mais favorável para o trabalhador, reputado como fundamento primeiro do Direito do Trabalho;

7. O Brasil consagra expressamente a progressividade e a irreversibilidade no art. 7º, *caput* da Constituição Federal quando dispõe que são direitos dos trabalhadores os direitos ali elencados além de todos aqueles que melhorem sua condição social. Em suma, todos os direitos e garantias que foram ou venham a ser obtidos após a edição da Carta de 1988, a par daquilo que já tipificado em tratados e convenções internacionais e normas anteriores à própria Constituição, são protegidos pelos referidos princípios;
8. As convenções e acordos coletivos, que são dotados de indiscutível normatividade, estão adstritos à progressividade, à irreversibilidade ou não regressividade, conforme já acontece com as emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos e regulamentadores dos direitos sociais fundamentais.

7. Bibliografia

ABRAMOVICH, Victor & COURTIS, Christan. **Los derechos sociales como derechos exigibles**. Madrid: 2004, Editoral Trotta.

BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **Os Princípios de Direito do Trabalho de Segunda Geração**, in Cadernos da Amatra IV, 7, abr/jun 2008, ano III, HS Editora, Porto Alegre.

BARCELOS, Ana Paula de, "**A Eficácia dos Princípios Constitucionais, o princípio da dignidade da pessoa humana"**, Renovar, Rio de Janeiro, 2004, 2ª tiragem.

FLORES, Joaquin Herrera: Los Derechos Humanos como Productos Culturales - Crítica Del Humanismo Abstracto, Los Libros de La catarata, Madrid, 2005.

Flores, Joaquin Herrera (II), A (re) invenção dos direitos humanos- Florianópolis- Editora Fundação Boiteux, 2009.

GRAU, Antonio Baylos. **La ruída del derecho del trabajo: tendencias y límites de la deslaboralización.** Alárcon/Miron (coord.) **"el trabajo ante el cambio del siglo: un tratamiento multidisciplinar",** Madrid.

J. J. CANOTILHO. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3ª Ed., 1999, Coimbra, Almedina.

KANT, IMMANUEL, *Werkausgabe,* ed. Suhrkamp, vol. III, 1992.

L. LÓPEZ GUERRA, **Um Estado Social**, em J. Esteban e L. López Guerra, "El Regimen Constitucional Español I, Barcelona, 1980.

L. Parejo Alfonso, "**Estado Social y Administración Pública**", Madrid, 1983.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Negociação Coletiva de Trabalho em Tempos de Crise Econômica**, Revista IOB, 03/09, 237.

MOULY, Jean, "**Les droits sociaux à l'épreuve des droits de l'homme**", Paris: Droit Social, 09/10/2002, nº 9/10.

OLIVAS, Enrique, **in "Desórdenes Sociales y Ajustes Constitucionales",** p. 481, Globalizacion y Derecho, Editorial Dilex. SL, Madrid: 2004 Coord. Jesús Lima Torrido, Enrique Olivas y Antonio Ortíz-Arce de la Fuente.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional.** São Paulo: Max Limonad, 2002.

R. Ergec (Ed.), **Les Droits Économiques, Sociaux et Culturels dans la Constitution**, Bruxelas, 1995.

SARLET, Ingo Wolfgang. "**O Estado Social de Direito, a proibição de retrocesso e a garantia fundamental da propriedade"**, Revista Diálogo Jurídico, ano I, vol. I, nº 07, Salvador.

SARLET, Ingo Wolfgang. "**Os direitos sociais como cláusulas pétreas**", Revista Interesse Público, C7, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. "**A Eficácia dos Direitos Fundamentais**", 9ª ed., Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (I). **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (II). **As tensões da modernidade.** Disponível no site Globalismo Jurídico http://globalismojuridico.blogspot.com/2008/08/pensamento.html. Acesso em 24/06/2009.

SUPIOT, Alain. **Droit du Travail**, 18ª ed. EDITORA Paris: 1996.

SUPIOT, Alain. **Le Travail en perspectives**. L.G.D.J, p.1, Paris, 1998.

TAUCHERT, Maicon Rodrigo. **Transição Epistemológica: Direitos Humanos e Multiculturalismo na Pós-Modernidade.** Disponível no site Universo Jurídico. http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/5854/Transicao_Epistemologica_Direitos_Humanos_e_Multiculturalismo_na_Pos-Modernidade**.** Acesso em 24/06/2009.

Periódico
Jornal O Globo", sábado, 30/05/2009, p. 30, Caderno Economia.

ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SOBRE A PERCEPÇÃO DE SOBREAVISO DECORRENTE DA UTILIZAÇÃO DE CELULAR/BIP A PARTIR DA TEORIA DE HANS KELSEN E RONALD DWORKIN

*Francisco Milton Araújo Júnior**

"Ora, o Deus de paz (...) vos aperfeiçoe em toda a boa obra, para fazerdes a sua vontade, operando em vós o que perante ele é agradável por Cristo Jesus, ao qual seja glória para todo sempre. Amém!" (Hebreus - Capítulo 13, v.20/21)

1 - Sobreaviso: Noções Gerais.

Sobreaviso é definido por José Augusto Rodrigues Pinto e Rodolfo Pamplona Filho como "o regime de trabalho pelo qual o empregado se matem à disposição do empregador, em sua própria residência, obrigando-se a atender a chamada para efetiva prestação de serviço a qualquer momento da jornada ajustada"[1].

Adentrando no ordenamento jurídico brasileiro, verifica-se que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passou a tratar do sobreaviso no art. 244, parágrafo segundo, da CLT**,** tendo redação decorrente do art. 36, do Decreto-lei n. 5, de 04.04.1966, que assim estabelece:

> *Art. 244. As estradas de ferro poderão ter empregados extranumerários, de sobreaviso e de prontidão, para executarem serviços imprevistos ou para substituições de outros empregados que faltem à escala organizada.*
> *§ 2º Considera-se de "sobreaviso" o empregado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço. Cada escala de "sobreaviso" será, no máximo, de vinte e quatro horas, As horas de "sobreaviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.*

---

* Juiz Federal do Trabalho - Titular da 2ª Vara do Trabalho de Marabá/Pa. Mestre em Direito do Trabalho pela Universidade Federal do Pará - UFPa. Especialista em Higiene Ocupacional pela Universidade de São Paulo - USP.

1 PINTO, José Augusto Rodrigues e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Repertório de Conceitos Trabalhistas v. I. São Paulo: LTr, 2000, p. 478.

Analisando o texto legal, pode-se, didaticamente, ressaltar os seguintes aspectos: o art. 244, parágrafo segundo, da CLT, encontra-se localizado na seção que trata do serviço ferroviário, sendo estendida analogicamente aos demais trabalhadores em razão da inexistência de outra disposição legal que possa ser aplicada genericamente em todas as relações de trabalho; a percepção do sobreaviso pressupõe a limitação do direito do empregado de livre dispor do seu tempo de descanso, haja vista que inclusive faz referência à permanência do trabalhador em sua residência aguardando a qualquer momento o chamado para desempenho das atividades laborais; a existência de escalas de sobreaviso, observando o período máximo de 24 horas; o trabalhador submetido ao sobreaviso é remunerado mediante a percepção de 1/3 do salário normal, considerando o tempo em que se encontra a disposição do empregador.

Observa-se que a regulamentação adotada pelo texto celetista objetivou atender a realidade brasileira das décadas de 1960 e 1970, ou seja, nesse período a malha ferroviária no Brasil estava se expandindo e os meios de comunicações eram muito rudimentares, de modo que a dependência social do transporte ferroviário exigia a escala de quadro reserva de trabalhadores para atuarem em caso de ocorrência de infortúnios na rede ferroviária, sendo o contato por telefonia fixa o único meio de comunicação eficaz para atender no caso de eventualidades.

Destaca-se que a evolução tecnológica vem provocaram profundas modificações do enquadramento no sobreaviso no ordenamento nacional, na medida em que na época da elaboração da redação no art. 244, parágrafo segundo, da CLT (Decreto-lei n. 5, de 04.04.1966), não se considerou os avanços tecnológicos na área das comunicações referente à transmissão de voz e dados por aparelhos celulares, smartphones, notebooks, bip's ou pager's, que passaram facilitar a comunicação direta da empresa com o seu colaborador para atender as convocações de emergência.

Verifica-se que essas novas tecnologias passaram a limitar a liberdade do trabalhador durante suas folgas, especialmente quando se considera o aspecto psicológico, na medida em que, embora possua alguma mobilidade, o trabalhador deve não apenas restringir os seus deslocamentos à área de abrangência da operadora de telecomunicações que controla a transmissão de dados e voz, como também se verifica que o obreiro efetivamente não consegue relaxar ou mesmo desenvolver atividades com a concentração necessária, pois internamente, em seu psique, tem a expectativa de, a qualquer momento, ser convocado pelo empregador para que retorne aos seus serviços de imediato.

Não se pode esquecer também que as necessidades sociais atuais proporcionaram a ampliação do instituto do sobreaviso às categorias de trabalhadores estranhas aos serviços ferroviários, sendo verificada a aplicação do sobreaviso, por exemplo, na área de saúde, na qual a equipe de clínica geral fica no atendimento normal durante os plantões noturnos, finais de semana e feriados, e as equipes especializadas em cirurgias e exames específicos são mantidas de sobreaviso para atenderem quando necessário;

na área de logística, na qual a equipe de entrega e armazenamento de produtos, especialmente perecíveis, realizam seus serviços por meio de escalas, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados, e outra equipe fica de sobreaviso para serem acionada em caso de qualquer eventualidade; na área de segurança (pública e privada), na qual a equipe realiza seus serviços por meio de escalas, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados, e outra equipe fica de sobreaviso para serem acionada em caso de qualquer eventualidade; no âmbito do judiciário, na qual são designados magistrados e servidores para ficarem a disposição do jurisdicionado para realizarem seus serviços por meio de escalas durante o horário noturno, finais de semana e feriados, e outra equipe de magistrados e servidores ficam de sobreaviso para serem acionada em caso de qualquer eventualidade; dentre inúmeras outras áreas de atuação em que a complexidades das relações sociais vem tornando necessária da aplicação do sobreaviso.

A conjugação das necessidades sociais e das novas aplicações tecnológicas no âmbito das comunicações, portanto, são parâmetros primordiais para a compreensão do instituto do sobreaviso no contexto do ordenamento jurídico vigente no país.

2 - O Adicional de Sobreaviso e Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho, após reiteradas decisões judiciais sobre a percepção do sobreaviso em decorrência da utilização do uso de celular, fixou Orientação Jurisprudencial n. 49 com a seguinte redação:

> ***HORAS EXTRAS. USO DO BIP. NÃO CARACTERIZADO O "SOBREAVISO".*** *O uso do aparelho BIP pelo empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso, uma vez que o empregado não permanece em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço. (inserido dispositivo, DJ 20.04.2005 - SBDI-1)*

Observa-se que o texto da Orientação Jurisprudencial n. 49 fixada pela SBDI-1 do C. TST reconhece claramente que o uso de equipamentos portáteis, como o BIP, não possibilita a percepção pelo trabalhador do sobreaviso em razão do "empregado não permanecer em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço" (textuais).

Registra-se que, embora a Orientação Jurisprudencial n. 49 da SBDI-1 do C. TST faça referência exclusiva ao uso de BIP, as decisões judiciais da Corte Superior Trabalhista vem estendendo a mesma sistemática para o uso de celular, ou seja, o uso de celular pelo trabalhador também não possibilita a percepção de sobreaviso em decorrência do empregado ter a possibilidade de não ficar aguardando em sua residência a convocação pela empresa.

Nesse sentido, pode-se destacar recente decisão unânime da 7ª. Turma do C. TST, da lavra do Ministro Ives Gandra Martins Filho, no processo RR - 711/2006-029-05-00.2 (DEJT 29/05/2009), que assim dispõe no tópico específico da parcela de sobreaviso:

> "*Inicialmente, convém destacar o teor do art. 244, § 2º, da CLT, que trata da matéria nos seguintes termos: Art. 244. [...]*
> *§ 2º. Considera-se de sobreaviso - o empregado efetivo que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço. Cada escala de sobreaviso - será, no máximo, de vinte e quatro horas. As horas de sobreaviso -, para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal - (grifos nossos).*
> *Evidencia-se, portanto, que as horas de sobreaviso somente são devidas àqueles empregados que não pode se ausentar de sua residência no período em que estiver aguardando ser chamado para o serviço.*
> *No caso, o Regional entendeu que o Obreiro faz jus a horas de sobreaviso, porquanto teve a sua liberdade de locomoção restringida ao raio de alcance do aparelho BIP, não podendo se ausentar da cidade em dias de plantão.*
> *Todavia, no período de plantão, em que o Reclamante limitava-se a permanecer com celular ou BIP ligados, não era obrigatório que permanecesse em sua residência, sendo facultado o seu deslocamento a outros lugares. Nessa situação, diversa da hipótese descrita no dispositivo de lei transcrito, a jurisprudência desta Corte vem se inclinando no sentido de que o uso de BIP ou celular não é suficiente para caracterizar o regime de sobreaviso.*
> *(...)*
> *Incide, também, sobre a espécie o entendimento assentado na Orientação Jurisprudencial 49 da SBDI-1 do TST, segundo a qual - o uso do aparelho BIP pelo empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso, uma vez que o empregado não permanece em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço -.*
> *Assim, em face da jurisprudência reiterada desta Corte, evidencia-se que o uso do celular e do BIP não enseja o pagamento de horas de sobreaviso, por não exigir que o empregado permaneça em casa.*
> *Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso de revista, no particular, para, reformando o acórdão regional, no aspecto, excluir da condenação o pagamento das horas de sobreaviso*."

Na decisão do Ministro Ives Granda Martins Filho, verifica-se que a apreciação do pleito de sobreaviso inicia e fundamenta-se a partir da análise dos parâmetros fixados no art. 244, parágrafo segundo, da CLT, e na Orientação Jurisprudencial n. 49 da SBDI-1 do C. TST, ou seja, a possibilidade do trabalhador se ausentar de sua residência no período em que estiver aguardando ser chamado para o serviço em razão da utilização de aparelho celular impossibilita a percepção de sobreaviso.

Ressalta-se que na decisão em questão do Ministro Ives Granda Martins Filho são mencionados precedentes dos Ministros Maria Cristina Peduzzi e Vantuil Abdala, em decisões na SDBI-1 de setembro de 2008, que também não reconhecem a possibilidade de concessão de sobreaviso pelo uso de celular em razão do trabalhador possuir mobilidade durante o seu horário de repouso e, por conseguinte, não permanecer em sua casa aguardando o chamado para o serviço[2].

Cabe destacar que na mais recente decisão sobre a parcela de sobreaviso (RR - 37791/2002-900-09-00 DEJT - 05/06/2009), a 5ª. Turma do C. TST, por unanimidade, reconheceu de forma polêmica o direito ao trabalhador que utiliza BIP a percepção da parcela de sobreaviso.

O polêmico Acórdão do processo RR - 37791/2002-900-09-00 é da lavra do Ministro Emmanoel Pereira, que assim dispõe no tópico específico da parcela de sobreaviso:

> *"De posse das premissas fáticas delineadas na decisão ora recorrida, permite-se concluir a diversidade entre o caso submetido a exame e a hipótese definida na Orientação Jurisprudencial nº 49 da SBDI-1.*
> *Afirma-se isso, porque, segundo nossa jurisprudência, somente o uso, por si só, do BIP não assegura o direito às horas de sobreaviso, quer dizer, se há o uso associado à limitação do ir e vir do trabalhador a situação ganha contornos diversos. E é essa a peculiaridade descrita pelo Regional à fl.266, ao registrar que o Reclamante tinha a liberdade de ir e vir limitada no que concerne a distância e dificuldade de acesso dos eventuais locais que pretenda visitar ou frequentar, ou simplesmente, estar.*
> *Também às fls. 267-268, transcrevendo prova testemunhal,*

[2] REGIME DE SOBREAVISO - CARACTERIZAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÃO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO - ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 49 DA SBDI-1. Nos termos da Orientação Jurisprudencial 49 da SBDI-1, aplicável por analogia, não se caracteriza o sobreaviso se o empregado aguarda chamado para o serviço com o uso de celular, sem que haja restrição à sua liberdade de locomoção (art. 244, § 2º, da CLT)- (TST-E-ED-RR-3.400/1997-061-02-00.8, Rel. Min. Maria Cristina Peduzzi, SBDI-1, DJ de 19/09/08). SOBREAVISO - USO DE TELEFONE CELULAR. O uso de telefone celular, a exemplo do aparelho de BIP, não configura o regime de sobreaviso, pelo fato de o empregado não permanecer em sua casa aguardando o chamado para o serviço, podendo, pois, deslocar-se livremente ou até dedicar-se a outra atividade em seu período de descanso. Aplicação analógica da Orientação Jurisprudencial 49 da SBDI-1 ao empregado portador de aparelho celular, como na hipótese dos autos. Embargos não conhecidos- (TST-E-RR-867/2003-064-03-00.9, Rel. Min. Vantuil Abdala, SBDI-1, DJ de 05/09/08). REGIME DE SOBREAVISO - USO DE APARELHO CELULAR - ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 49 DA SBDI-1. Nos termos da Orientação Jurisprudencial 49 da SBDI-1, aplicável por analogia, não se caracteriza o sobreaviso se o empregado aguarda chamado para o serviço com o uso de celular, sem que haja restrição à sua liberdade de locomoção (art. 244, § 2º, da CLT). Embargos parcialmente conhecidos e desprovidos- (TST-E-RR-805.488/2001.8, Rel. Min. Maria Cristina Peduzzi, SBDI-1, DJ de 07/03/08).

> *reconhece que o Reclamante se utilizava do BIP para solucionar problemas que ocorriam durante as rotas de entrega e distribuição erros de emissão de notas fiscais, devolução de mercadorias, concessão de descontos a clientes, acidentes ou quebra de caminhão -, que os acionamentos via BIP ocorriam entre as 18h e 23h; que o trabalho no setor de distribuição ocorria de segunda a sábado;e que tais acionamentos ocorriam 3 a 4 vezes por semana.*
> *Como se vê, o caso retratado nos autos é diverso do entendimento constante na Orientação Jurisprudencial nº 49 da SBDI-1, razão pela qual não há como se reconhecer contrariada.*
> *No tocante aos arestos paradigmas transcritos às fls. 276-277, são eles inespecíficos, a teor da Súmula nº 296 desta Corte, por não contemplarem a premissa fática respeitante à comprava restrição de liberdade do trabalhador em ir e vir, em decorrência da obrigatoriedade de utilizar-se do BIP, para a solução de problemas emergenciais da empresa à noite, após o expediente, e nos sábados.*
> *Não conheço."*

Na decisão do Ministro Emmanoel Pereira, verifica-se que a apreciação do pleito de sobreaviso mudou o foco da análise, na medida em que se inclui no alicerce do *decisum* a análise fática, o que é incomum na instância extraordinária, de modo a considerar que os elementos probatórios demonstraram que a utilização de BIP pelo trabalhador efetivamente restringia a liberdade de locomoção, como também desenvolve interpretação inovadora baseada em premissas fáticas para fixar que a Orientação Jurisprudencial n. 49 da SBDI-1 do C. TST não se aplica ao caso concreto.

Registra-se que, embora a decisão no RR - 37791/2002-900-09-00 faça expressa referência ao não conhecimento do Recurso de Revista da empresa, o relator, Ministro Emmanoel Pereira, efetivamente adentra no mérito para trazer o posicionamento inovador de que, no caso concreto, a utilização de BIP pelo trabalhador pode restringia a sua liberdade e que, neste sentido, pode-se desenvolver interpretação baseada em premissas fáticas para fixar que a Orientação Jurisprudencial n. 49 da SBDI-1 do C. TST não se aplica ao caso concreto.

Observa-se, em meio a esse conflito interpretativo do instituto do sobreaviso na Corte Trabalhista Superior, que se torna necessária a compreensão de alguns parâmetros basilares da Teoria do Direito como forma não apenas reconhecer em qual teoria fundamenta-se a interpretação desenvolvida pela Orientação Jurisprudencial n. 49 fixada pela SBDI-1 e a interpretação do polêmico Acórdão da 5ª. Turma do C. TST, da lavra do Ministro Emmanoel Pereira, no processo RR - 37791/2002-900-09-00, como também objetivando fixar parâmetros críticos de adesão ao posicionamento interpretativo que melhor coaduna-se com a conjugação das necessidades sociais e das novas aplicações tecnológicas no âmbito das comunicações.

Nesse sentido, passa-se a apreciar, isoladamente, a análise da percepção do sobreaviso a partir da Teoria de Hans Kelsen e da Teoria de

Ronald Dworkin, posteriormente, realiza-se um contraponto entre as duas teorias como forma de melhor elucidar os posicionamentos adotados nas decisões do C. TST sobre a matéria em discussão.

3 - A Análise da Percepção do Sobreaviso a partir da Teoria de Hans Kelsen[3]**.**

Nas primeiras décadas do século XX, o jusfilósofo Hans Kelsen apresentou de forma inovadora a sua obra, Teoria Pura do Direito, que se propõe a estruturar a ordem jurídica de forma coesa, fechada e, por conseguinte, sem a influência dos valores ideológicos ou morais que são próprios de outras ciências como a psicologia e a sociologia.

Hans Kelsen afirma que "quando a si próprio se designa como 'pura' Teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quando não pertença ao seu objeto, tudo quanto não possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer dizer que ela pretende liberar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos (...) a Teoria Pura do Direito tem uma pronunciada tendência antiideológica. Comprova-se esta sua tendência pelo fato de, na sua discrição do Direito positivo, manter este isento de qualquer confusão com um Direito 'ideal' ou 'justo' (...) Nesse sentido é a Teoria do Direito radicalmente realista, isto é, uma Teoria do Positivismo Jurídico. Recusa-se valorar o Direito positivo"[4].

A teoria kelseniana reconhece que a existência real da ordem jurídica pressupõe o isolamento da norma de fatores externos, ou seja, o isolamento do sistema jurídico de valores políticos, psicológicos, religiosos, éticos, ideológicos e morais.

A Teoria Pura do Direito estabelece que a análise da norma é meramente descritiva, pois apenas desta forma se pode constatar formalmente se a norma integra o direito positivo sem a interferência de quaisquer elementos valorativos relativos ao conteúdo da norma.

Neste aspecto, Hans Kelsen ressalta que "a ciência jurídica tem por missão conhecer - de fora, por assim dizer - o direito e descrevê-lo com base no seu conhecimento (...) Quer dizer: esta descrição realiza-se sem qualquer referência a um valor metajurídico e sem qualquer aprovação ou desaprovação emocional. Quem, do ponto de vista da ciência jurídica, afirma, na sua descrição de uma ordem jurídica positiva, que, sob um pressuposto nessa ordem jurídica determinado, deve ser posto um ato de coação pela mesma ordem jurídica fixado, exprime isto mesmo, ainda que tenha por injustiça e desaprove a imputação do ato coercitivo ao seu pressuposto" [5].

---

[3] Ressalta-se que a análise da Teoria de Hans Kelsen restringe-se a fixação de alguns parâmetros necessários e limitados ao objeto desse trabalho.

[4] KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 1 e 118.

[5] Op. Cit., p. 81 e 89.

Observa-se que a teoria kelseniana, ao vislumbrar a possibilidade de se obter a imunidade das influências do meio exterior pela utilização da técnica de descrição das normas jurídicas, reconhece a autonomia da ciência jurídica como ramo próprio do conhecimento científico a partir da construção da dogmática jurídica fundamentada unicamente no direito positivo axiologicamente neutro.

O direito positivo axiologicamente neutro, de acordo com Hans Kelsen, integra a ordem jurídica que é formada por um "sistema de normas cuja a unidade é constituída pelo fato de todas elas terem o mesmo fundamento de validade. E o fundamento de validade de uma ordem normativa é uma norma fundamental da qual se retira a validade de todas as normas pertencentes a essa ordem. Uma norma singular é uma norma jurídica enquanto pertence a uma determinada ordem jurídica, e pertence a uma determinada ordem jurídica quando a sua validade se funda na norma fundamental" [6].

Nesta sistemática, verifica-se que Hans Kelsen, como forma de estabelecer coesão e coerência ao sistema normativo, cria uma estrutura fechada e hierarquizada entre as normas, ou seja, uma pirâmide normativa, de modo que, como critério de validação, as normas inferiores necessitam fundamentar-se nas normas superiores, sendo a norma fundamental (Grundnorm) a de maior valor hierárquico.

A norma fundamental "é a fonte comum da validade de todas as normas pertencentes a uma e mesma ordem normativa, o seu fundamento de validade comum (...) a norma fundamental é a instauração do fato fundamental da criação jurídica e pode, nestes termos, ser designada como constituição no sentido lógico-jurídico, para a distinguir da Constituição em sentido jurídico-positivo. Ela é o ponto de partida de um processo: do processo de criação do Direito positivo. Ela própria não é uma norma posta, posta pelo costume ou pelo ato de um órgão jurídico, não é uma norma positiva, mas uma norma pressuposta, na medida em que instância constituinte é considerada com a mais elevada autoridade e por isso não pode ser havida como recebendo o poder constituinte através de uma outra norma, posta por uma autoridade superior" [7].

A norma fundamental, portanto, não se confunde com a Carta Constitucional e, ao contrário das normas positivadas, não pode ser estabelecida por alguém ou por um órgão jurídico, constituindo-se como norma pressuposta fixada logicamente para fundamentar a ordem jurídica positiva.

Tratando especificamente da interpretação e da aplicação do direito, Hans Kelsen reconhece que o texto legal pode possuir indeterminações (de natureza intencional da própria norma[8] ou não intencional[9]), de modo que

---

6 Op. Cit., p. 33.

7 Op. Cit., p. 217 e 222.

8 Hans Kelsen, no caso da indeterminação intencional, exemplifica que a "lei penal prevê, para a hipótese de um determinado delito, uma pena pecuniária (multa) ou uma pena de prisão, e deixa ao juiz a faculdade de, no caso concreto, de decidir por uma ou pela outra" - Op. Cit., p.389.

9 Hans Kelsen, no caso da indeterminação não intencional, explica que "aqui

as várias possibilidades de aplicação da norma devem ser limitadas pela moldura interpretativa.

Hans Kelsen comenta que "o Direito a aplicar forma, em todas estas hipóteses, uma moldura dentro da qual existem várias possibilidade de aplicação, pelo que é conforme ao Direito todo ato que se mantenha dentro deste quadro ou moldura, que preencha esta moldura em qualquer sentido possível. Se por 'interpretação' se entenda a fixação por via cognoscitiva do sentido do objeto a interpretar, o resultado de uma interpretação jurídica somente pode ser a fixação da moldura que representa o Direito a interpretar e, consequentemente, o conhecimento das várias possibilidades que dentro desta moldura existem"[10].

A moldura interpretativa, dentro da sistemática de completude do sistema positivo fechado, da validação da norma e da neutralidade axiológica, consiste na adequação da norma inferior nos limites fixados pela moldura fixada pela norma superior, ou seja, na aplicação da teoria kelseniana deve-se verificar as várias possibilidades de aplicação da norma existente no direito positivo, de modo que o interprete, ao adequar aos limites fixados pela moldura da norma superior, deve encontra-se desprovido de valores não inerentes a ordem jurídica.

Partindo dessa perspectiva, verifica-se a análise da percepção do sobreaviso a partir da Teoria de Hans Kelsen vincula-se ao critério de completude do sistema positivo formal (regras), validação da norma, neutralidade axiológica e moldura interpretativa.

Considerando que a teoria kelseniana expressamente reconhece que no direito positivo não existe lacunas[11], verifica-se que o interprete, seguindo essa linha de raciocínio, deve estender, de forma analógica, os parâmetros fixados aos trabalhadores do setor ferroviário no art. 244, parágrafo segundo, da CLT, para os demais trabalhadores em razão da inexistência de outra disposição legal que possa ser aplicada genericamente em todas as relações de trabalho.

Verifica-se que o art. 244, parágrafo segundo, da CLT, foi regularmente estabelecido pelo art. 36, do Decreto-lei n. 5, de 04.04.1966, sendo devidamente seguido o processo legislativo da época, como também se constata que o seu texto legal não contraria as normas superiores, como a Constituição Federal e a Norma Fundamental, sendo, portanto, plenamente válido pela teoria kelseniana.

Na aplicação do art. 244, parágrafo segundo, da CLT, considerando a neutralidade axiológica e moldura interpretativa fixada por Hans Kelsen, observa-se que o dispositivo legal apenas pode reconhecer direito ao

---

temos em primeira linha a pluralidade de significações de uma palavra ou de uma sequência de palavras em que a norma se exprime: o sentido verbal da norma não é unívoco, o órgão que tem de aplicar a norma encontra-se perante várias significações possíveis" - Op. Cit., p. 389.

10 Op. Cit., p. 390.

11 Hans Kelsen afirma que "o Direito vigente é sempre aplicável, pois não há lacunas" - Op. Cit., p. 276.

sobreaviso quando o trabalhador efetivamente permanecer em sua própria casa aguardando o chamado para o serviço.

Assim, partindo da concepção de aplicação da teoria kelseniana, observa-se que o trabalhador que sofre restrição na sua liberdade de livre gozar de suas folgas em razão da possibilidade de ser acionado a qualquer momento pelo seu empregador por utilizar celular, smartphone, bip's ou pager's não possui direito a percepção do sobreaviso, haja vista que ao interprete não cabe emitir juízo valorativa no dispositivo legal, ou seja, ao interprete não cabe considerar que o avanço tecnológico e as necessidades sociais criaram possibilidades de atualização da norma jurídica, de modo que, seguindo a neutralidade axiológica e a moldura interpretativa fixada por Hans Kelsen, constata-se que apenas seria devido o sobreaviso ao trabalhador que efetivamente permanece em sua própria casa aguardando o chamado para o serviço.

Na esteira dessa interpretação, observa-se que a Orientação Jurisprudencial n. 49 da SBDI-1 do C. TST encontra-se sedimentada na teoria kelseniana, haja vista que a mobilidade propiciada ao trabalhador pela utilização de celular/BIP impossibilita a percepção de sobreaviso em razão do "empregado não permanecer em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço" (textuais).

4 - A Análise da Percepção do Sobreaviso a partir da Teoria de Ronald Dworkin[12].

Contrário as concepções do positivismo jurídico de separação entre o direito e a moral, o jusfilósofo Ronald Dworkin propõe a interpretação e aplicação da norma constitucional a partir do que denomina de "leitura moral" (moral reading)[13], constituindo-se em um dos principais críticos ao positivismo jurídico, especialmente da teoria positivista de Hebert Hart[14].

Ronald Dworkin afirma que "a leitura moral possibilita encontrar a melhor concepção do princípio constitucional da moral - o melhor entendimento da real igualdade entre homem e mulher que o estatuto requer, por exemplo - o que se enquadra na vasta história Americana (...) A leitura moral é uma estratégia de advogados e magistrados de boa-fé que pode ser utilizada em que toda estratégia interpretativa"[15].

---

12 Ressalta-se que a análise da Teoria de Ronald Dworkin restringe-se a fixação de alguns parâmetros necessários e limitados ao objeto desse trabalho.

13 DWORKIN, Ronald. Freedom's Law: The Moral Reading of the American Constitution. Cambridge: Harvard University, 1999.

14 Em razão das limitações desse trabalho, não se adentrará na análise das críticas realizadas por Ronald Dworkin a teoria de Hebert Hart.

15 DWORKIN, Ronald. Freedom's Law: The Moral Reading of the Americam Constitution. Cambridge: Harvard University, 1999, p. 11. Texto original: "The moral reading ask them to find the best conception of constitution moral principles - the best conception of constitutional moral principles - the best understanding of what equal moral status for man and woman really requires, for example - that fits the

A leitura moral proposta por Ronald Dworkin proporciona o reconhecimento da influência dos valores sociais na análise da norma como forma de possibilitar decisões judiciais fundamentadas na justiça e na equidade, bem como estabelece que o sistema jurídico é complexo, sendo formado não apenas de regras, como também de princípios e de políticas (*policies*).

Na sua análise sobre a influência dos valores sociais na leitura da norma e no reconhecimento da complexidade do sistema jurídico, Ronald Dworkin utiliza como exemplo o caso Riggs contra Palmer, de 1889, na qual o "Tribunal de Nova Iorque teve que decidir se um herdeiro nomeado no testamento de seu avô poderia herdar o disposto naquele testamento, muito embora ele tivesse assassinado seu avô com esse objetivo. O Tribunal começou o seu raciocínio com a seguinte decisão: É bem verdade que as leis que regem a feitura, a apresentação de provas, os efeitos dos testamentos e a transferência de propriedade, se interpretados literalmente e se sua eficácia e efeito não puderam, de modo algum e em quaisquer circunstâncias, ser limitados ou modificados, concedem essa propriedade ao assassino. Mas o Tribunal prosseguiu, observando que todas as leis e os contratos pode ser limitados na sua execução e seu efeito por máximas gerais e fundamentais de direito costumeiro. A ninguém será permitido lucrar com sua própria fraude, beneficiar-se com seus próprios atos ilícitos, basear qualquer reivindicação na sua própria iniquidade ou adquirir bens em decorrência de seu próprio crime. O assassino não recebeu sua herança" [16].

Observando o caso Riggs contra Palmer, verifica-se que a aplicação estrita da regra formal possibilitaria a legitimação judicial a um assassino de poder lucrar com a sua conduta ilícita, porém o Tribunal de Nova Iorque, realizando a leitura moral do caso concreto e buscando a aplicação da justiça e da equidade, não reconheceu o direito de herança ao assassino a partir da aplicação do princípio geral do direito de que ninguém pode beneficiar-se da sua própria torpeza[17] ou, como afirma Ronald Dworkin, a partir do fundamento de que "o nosso direito respeita o princípio segundo o qual nenhum homem pode beneficiar-se dos erros que comete" [18].

Ronald Dworkin estabelece o sistema jurídico complexo formado por regras, princípios e políticas (*policies*), sendo utilizado pelos operadores do direito apenas as regras e princípios, haja vista que os fundamentos políticos apenas devem ser utilizados por cidadãos eleitos pelo povo que possuem legitimidade democrática, ou seja, "as decisões políticas, segundo esse argumento, devem ser tomadas por funcionários eleitos pela comunidade como um todo, que possam ser substituídos periodicamente da mesma

---

broad story do American's historical record (…) The moral reading is a strategy for layers and judge acting in good faith, which is all any interpretive strategy can be.".

16 DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 37.

17 No original em latim: "Nemo turpitudinem suam allegare potest".

18 Op. cit., p. 40.

maneira (...) Os juízes não são eleitos nem reeleitos, e isso é sensato porque as decisões que tomam ao aplicar a legislação tal como se encontra devem ser imunes ao controle popular. Mas decorre daí que não devem tomar decisões independentes no que diz respeito a modificar ou expandir o repertório legal, pois essas decisões somente devem ser tomadas sob o controle popular. Esse é o conhecido argumento da democracia"[19].

Ronald Dworkin estabelece distinção lógica entre regras e princípios, de modo que "os dois conjuntos de padrões apontam para decisões particulares acerca da obrigação jurídica em circunstâncias específicas, mas distingue-se quanto à natureza da orientação que oferecem. As regras são aplicáveis à maneira do tudo ou nada. Dados os fatos que uma regra estipula, então ou a regra é válida, e neste caso a resposta que ela fornece deve ser aceita, ou não é valida, e nesse caso em nada contribui para a decisão ... os princípios possuem uma dimensão que as regras não têm - a dimensão do peso ou da importância. Quando os princípios se intercruzam (por exemplo: a política de proteção aos compradores de automóveis se opõe aos princípios de liberdade de contrato), aquele que vai resolver o conflito tem de levar em conta a força relativa de cada um"[20].

As regras, que de modo geral estabelecem condições claras sobre a sua aplicabilidade, submetem-se a sistemática "tudo ou nada" (*all or nothing*), haja vista que as regras não permitem que a sua validação seja apenas parcial, inclusive havendo conflito entre regras uma delas não pode ser válida e neste caso o sistema jurídico deve estabelecer quais os critérios de precedência entre as regras, ou seja, "um sistema jurídico pode regular esse conflitos através de outras regras, que dão precedência à regra promulgada pela autoridade de grau superior, à regra promulgada mais recentemente, à regra mais específica ou outra coisa desse gênero. Um sistema jurídico também pode preferir a regra que é sustentada pelos princípios mais importante (Nosso sistema [norte-americano] utiliza essas duas técnicas)"[21].

Os princípios, por sua vez, constituem-se no padrão normativo relacionado à moralidade que estabelece a correção valorativa da norma a parti da vinculação entre a moral e o direito, de modo a proceder a melhor compreensão e/ou atualização da regra nos casos reconhecidamente de difícil solução.

Nesse diapasão, Ronald Dworkin preleciona que "o Tribunal cita princípios para justificar a adoção e a aplicação de uma nova regra. No caso Riggs, o Tribunal citou o princípio de que nenhum homem pode beneficiar-se de seus próprios delitos como um parâmetro fundamental, à luz do qual se pode ler a lei sobre os testamentos e, assim procedendo, justificou uma nova interpretação dessa lei ... é necessário, embora não suficiente, que o

---

19 DWORKIN, Ronald. Uma Questão de Princípio. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 17.

20 DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 39 e 42.

21 Op. cit., p. 43.

juiz considere que a mudança a favorecerá algum princípio, dessa maneira o princípio justifica a modificação"[22].

Os princípios, ao contrário das regras, possuem uma dimensão de peso específico aplicável à situação determinada, de modo que, havendo conflito entre os princípios, resolve-se utilizando o princípio que melhor se adequa a busca pela justiça e pela equidade no caso concreto, porém o princípio afastado permanece válido e poderá prevalecer em outra situação conflituosa.

Analisando os litígios, Ronald Dworkin identifica a ocorrência dos "casos fácies" (easy cases) e os "casos difíceis" (hard cases).

Os casos fácies caracterizam-se pela aplicação clara e precisa da regra, não havendo controvérsia quanto ao padrão normativo que deve ser adotado na solução da lide.

Sobre os casos fácies, Ronald Dworkin comenta que "é evidente que o limite de velocidade na Califórnia é de 90 quilômetros por hora, pois é obvio que qualquer interpretação competente do código de trânsito desse Estado leva a essa conclusão .... o próprio Hércules[23] se daria por satisfeito em reconhecer: que não precisamos fazer perguntas quando já conhecemos as respostas"[24].

Os casos difíceis constituem-se pela indefinição na aplicação da norma, seja em razão da ambiguidade das palavras utilizadas pela legislação, ou em razão do não enquadramento das peculiaridades do caso concreto na regra, ou em razão dos fatos trazidos ao processo pelas partes não sejam contemplados pelo regramento legal, de modo que as variáveis do caso concreto impossibilitam a aplicação clara e precisa da regra, ou seja, os casos difíceis ocorrem "quando uma ação judicial específica não pode ser submetida a uma regra de direito clara, estabelecida de antemão por alguma instituição"[25].

Os casos difíceis são solucionados a partir da aplicação dos princípios que integram o ordenamento jurídico, de modo que, mesmo nos casos difíceis, o magistrado deve buscar nos princípios, como direito preestabelecido pelo sistema jurídico, a identificação da solução da lide, vez que em casos difíceis "os princípios desempenham um papel fundamental nos argumentos que sustentam as decisões a respeito de direitos e obrigações jurídicos particulares"[26].

---

22 Op. cit., p. 46, 59/60.

23 Sobre Hércules, Ronald Dworkin explica que para analisar criticamente a teoria positivista "inventou um jurista de capacidade, sabedoria, paciência e sagacidade sobre-humanas, a quem chamei de Hércules" - Levando os Direitos a Sério. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 165.

24 DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. Tradução de Jéferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 317.

25 DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 39 e 42.

26 DWORKIN, Ronald. Op. cit., p. 46.

Ressalta-se que não há hierarquia entre os princípios, de modo que deve o magistrado, frente ao conflito entre princípios, ponderar os valores morais envolvidos na situação litigiosa e, com base na argumentação jurídica, reconhecer o princípio que melhor coaduna-se com a aplicação da justiça e da equidade.

Na sistemática da análise interpretativa, Ronald Dworkin identifica a estruturação das decisões dos casos difíceis a partir da integridade do direito, ou seja, "o direito, como integridade, as proposições jurídicas são verdadeiras se constam, ou se derivam, dos princípios de justiça, equidade e devido processo legal que oferecem a melhor interpretação construtiva da prática jurídica da comunidade"[27].

Ronald Dworkin compara a integridade do direito a um "romance em cadeia", isto é, na aplicação da norma ao caso concreto, o juiz, como escritor literário, deve dar continuidade à "história das decisões judiciais" a partir da observância da evolução dos valores morais da sociedade, de modo que deve o magistrado observar as decisões anteriores e o respectivo contexto histórico objetivando proferir decisões coerentes que se adequam com os padrões morais de justiça e de equidade da sociedade de sua época, pois "a integridade não exige coerência de princípio em todas as etapas históricas do direito de uma comunidade; não exige que os juízes tentem entender as leis que aplicam como uma continuidade de princípio com o objetivo de um século antes, já em desuso, ou mesmo de uma geração anterior. Exige uma coerência de princípio mais horizontal do que vertical ao longo de toda a gama de normas jurídicas que a comunidade agora faz vigorar"[28].

A aplicação da integridade do direito nos casos difíceis, portanto, pressupõe o reconhecimento pelo magistrado de padrões morais de justiça e de equidade da sociedade em que vive como forma de possibilitar a escolha do princípio jurídico que justifique a prolação de decisão coerente e que melhor se adequa ao fato concreto.

Cabe destacar que Ronaldo Dworkin, com base na aplicação da integridade do direito, reconhece que os casos difíceis, de modo geral, possuem uma resposta coerente e que melhor se adequa ao fato concreto, porém ressalta que "seria razoável dizer que em certos caos muito especiais não existe nenhuma resposta para a questão de direito"[29].

Neste aspecto, Jean Carlos Dias comenta que "os casos difíceis que poderiam ser considerados como não dotados de uma resposta certa são tão especiais (exóticos no dizer do autor) que se pode teoricamente desconsiderar sua existência" [30].

---

[27] DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. Tradução de Jéferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 272.

[28] Op. Cit., p. 273.

[29] DWORKIN, Ronald. Uma Questão de Princípio. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 211.

[30] DIAS, Jean Carlos. Há Uma Resposta Certa em Casos Difíceis? Elementos para a Análise dos Direitos Humanos em Juízo. Belém: Saber - Revista do Centro Universitário do Estado do Pará, 2006, p. 73.

Partindo dessa perspectiva, verifica-se a análise da percepção do sobreaviso a partir da teoria de Ronald Dworkin vincula-se ao critério de identificação da complexidade da lide (caso fácil ou caso difícil - sendo o caso difícil deve-se estruturar a decisão judicial a partir da integridade do direito) e à leitura moral (influência dos valores morais e sociais nas decisões).

Realizando o cotejo entre a possibilidade de percepção da parcela de sobreaviso pelo trabalhador que utiliza BIP ou aparelho celular e a teoria de Ronald Dworkin, verifica-se que existem controvérsias sobre o enquadramento da situação fática no regramento legal, haja vista que, conforme já mencionamos anteriormente, na época da elaboração da redação no art. 244, parágrafo segundo, da CLT (Decreto-lei n. 5, de 04.04.1966) não se considerou os avanços tecnológicos na área das comunicações referente à transmissão de voz e dados por aparelhos por aparelhos celulares, smartphones, notebooks, bip's ou pager's, que passaram facilitar a comunicação direta da empresa com o seu colaborador para atender as convocações de emergência, como também se deve destacar que o art. 244, parágrafo segundo, da CLT, encontra-se localizado na seção que trata do serviço ferroviário, de modo que inexiste outra disposição legal que possa ser aplicada genericamente em todas as relações de trabalho.

Deste modo, considerando que há indefinição na aplicação da norma em razão do não enquadramento das peculiaridades do caso concreto na regra, seja em decorrência da evolução das relações sociais atuais que são incompatíveis a realidade que originou o Decreto-lei n. 5, de 04.04.1966, seja em decorrência da limitação do art. 244, parágrafo segundo, da CLT, que por dispor especificamente sobre o serviço ferroviário impede a sua aplicação de forma genérica a todas as relações de trabalho, constata-se que a lide sobre a possibilidade de percepção da parcela de sobreaviso pelo trabalhador que utiliza BIP ou aparelho celular é enquadrada pela teoria de Ronald Dworkin como "caso difícil" (hard case).

Analisando especificamente o litígio em questão como caso difícil e aplicando a estruturação das decisões dos casos difíceis a partir da integridade do direito e da leitura moral, verifica-se que o aspecto primordial a ser apreciado constitui-se na evolução das tecnologias que limitam a liberdade e o efetivo gozo das folgas pelo trabalhador, especialmente considerando o aspecto psicológico do obreiro que é afligido com a possibilidade de ser acionado a qualquer momento pelo empregador, e na violação da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho que são princípios fundamentais consagrados pela Carta Republicana de 1988 (art. 1º, incisos III e IV).

Observa-se que permitir que a empresa interfira, ainda que indiretamente, na intimidade do trabalhador ao fornecer aparelho celular, smartphone, notebook, bip ou pager com o objetivo de acioná-lo a qualquer momento para desempenhar atividade profissional constitui-se efetiva violação ao princípio da dignidade do trabalhador e do valor social do trabalho, na medida em que estende a jornada de trabalho do obreiro para além do ambiente laboral, ou seja, o trabalhador passa a se vincular 24h por dia à atividade profissional, independentemente de está com a família e/ou

amigos em sua residência ou em outros ambientes de lazer, cultura ou de cunho religioso, de modo a proporcionar uma inversão de valores, isto é, em razão do trabalhador não possuir direito a desconexão da atividade laboral e de nada receber como contraprestação, os empregadores passam a impor a sociedade o reconhecimento do trabalho não como meio que possibilita a qualidade de vida da pessoa e sim, retornando a realidade nefasta do início da Revolução Industrial do Século XVIII, como a finalidade primordial da existência humana, expondo o trabalhador a jornadas exaustivas e a maior ocorrência de doenças ocupacionais.

Não se pode esquecer também que a possibilidade da empresa de acionar o trabalhador a qualquer momento por meio de aparelhos celulares, smartphones, notebooks, bip's ou pager's para desempenhar atividade profissional sem a concessão de contraprestação, seja por meio pecuniário ou por folga compensatória, constitui-se prática ilícita reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro com base na aplicação do princípio da vedação do enriquecimento sem causa[31].

Assim, partindo da concepção de aplicação da teoria de Ronald Dworkin, observa-se que o trabalhador que sofre restrição na sua liberdade de livre gozar de suas folgas em razão da possibilidade de ser acionado a qualquer momento pelo seu empregador por meio de celular, smartphone, bip's ou pager's possui direito a percepção do sobreaviso, haja vista que, realizando uma leitura moral do caso concreto, bem como se alicerçando na dignidade da pessoa humana e no valor social do trabalho que são princípios fundamentais consagrados pela Carta Republicana de 1988 (art. 1º, incisos III e IV), e, ainda, no princípio da vedação do enriquecimento sem causa, constata-se que essa é a escolha mais coerente e que melhor se adequa à situação fática.

Nesse sentido, observa-se que o Acórdão da lavra do Ministro Emmanoel Pereira (Processo RR - 37791/2002-900-09-00 - 5ª T - TST), que reconhece o direito ao sobreaviso pelo trabalhador que utiliza BIP, é coerente com a teoria de Ronald Dworkin, na medida em que considera a evolução sócio-tecnológica e as respectivas influências na vida do trabalhador, como também considera os parâmetros dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho consagrados pela Carta Republicana de 1988 (art. 1º, incisos III e IV) e, ainda, o princípio da vedação do enriquecimento sem causa.

5 - Percepção do Sobreaviso: Contraponto entre as Teorias de Hans Kelsen e Ronald Dworkin.

Comparando as teorias de Hans Kelsen e Ronald Dworkin, observa-se que possuem premissas paradoxais, haja vista que Kelsen parte do raciocínio de que o sistema positivo formal (regras) é completo e coeso, não havendo lacunas no ordenamento, de modo que deve o interprete analisar a lide com

[31] No original em latim: "Nemo potest lucupletari, jactura aliena".

neutralidade axiológica e aplicar a moldura interpretativa fixada pelas normas existentes; por outro lado Dworkin entende que a análise do sistema jurídico é complexo, ou seja, é formado por regas, princípios e política, sendo que apenas os dois primeiros estão a disposição do magistrado que, utilizando o critério de identificação da lide (caso fácil ou caso difícil - sendo o caso difícil deve-se estruturar a decisão judicial a partir da integridade do direito), realiza a leitura moral (influência dos valores morais e sociais nas decisões) e estabelece a escolha mais coerente e que melhor se adequa à situação fática.

Partindo de premissas diversas, Hans Kelsen e Ronald Dworkin fixam conclusões também diferentes quando aplicáveis na análise da possibilidade de percepção do sobreaviso pela utilização de aparelho celular e BIP's, haja vista que pela aplicação da Teoria Kelsen, seguindo a neutralidade axiológica e a moldura interpretativa, apenas seria devido o sobreaviso ao trabalhador que efetivamente permanece em sua própria casa aguardando o chamado para o serviço, consoante estabelece a Orientação Jurisprudencial n. 49 da SBDI-1 do C. TST, de modo que a mobilidade propiciada ao trabalhador pela utilização de celular/BIP impossibilita a percepção de sobreaviso; por outro lado, pela Teoria de Dworkin, a evolução sócio-tecnológica e as respectivas influências na vida do trabalhador, como também considerando os parâmetros dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho consagrados pela Carta Republicana de 1988 (art. 1º, incisos III e IV) e o princípio de vedação do enriquecimento sem causa proporcionam a percepção de sobreaviso, conforme estabelece o Acórdão da lavra do Ministro Emmanoel Pereira (Processo RR - 37791/2002-900-09-00 - 5ª T - TST).

Antes mesmo de finalizarmos o contraponto entre os posicionamentos de Hans Kelsen e Ronald Dworkin no plano abstrato das teorias e fixarmos as respectivas conclusões, entendo necessário realizar análise prática da realidade social de trabalhadores que efetivamente se mantêm conectados a empresa após o término da jornada de trabalho mediante a utilização aparelho celular.

Nesta perspectiva, destaco alguns resultados da pesquisa em que realizei nos Municípios de Parauapebas, Marabá e Belém, no Estado do Pará, nos anos de 2006 e 2007, com trabalhadores que utilizam aparelho celular para se comunicarem com a empresa.

Registro que a pesquisa foi feita mediante o fornecimento de um questionário sem qualquer identificação dos trabalhadores, tendo participado 39 pessoas das áreas de telecomunicações, transporte, engenharia, vigilância e mineração, sendo mantido o anonimato de todos.

Dentre as questões objeto da pesquisa, pode-se destacar que: 66% dos pesquisados não tiveram oportunidade de recusar o fornecimento do aparelho; 70% dos pesquisados indicaram que a sua liberdade em negociar sobre a utilização do aparelho e o custeio foi restringida porque as regras foram impostas pela empresa e não teve oportunidade para negociar sobre a utilização e custeio do aparelho; 97% dos pesquisados são contactados pela empresa mediante o uso do aparelho celular; 90% consideram o aparelho

celular um instrumento de trabalho; 89,7% dos pesquisados declararam que são contactados pela empresa mediante o uso do aparelho celular mais de 05 (cinco) vezes por dia; 43,6% dos pesquisados são contactados pela empresa mediante o uso do aparelho durante o horário de trabalho, durante o intervalo para refeição, durante os fins de semana e feriados e 25,6% dos pesquisados são contactados pela empresa mediante o uso do aparelho durante o horário de trabalho, durante o intervalo para refeição, durante os fins de semana, feriados e férias; 62% dos pesquisados declararam que não conseguem relaxar completamente sabendo que podem ser contactados pela empresa a qualquer momento; 46,2% dos pesquisados apenas podem desligar o aparelho celular nas férias; 51% dos pesquisados informam que os familiares e amigos já pediram para desligar o aparelho celular para que a empresa não lhe incomode durante os seus horários de refeição e/ou descanso; 82% dos pesquisados declaram que não recebem sobreaviso pela utilização de aparelho celular.

No plano prático, a realidade sociolaboral retratada na pesquisa demonstra que a grande maioria dos trabalhadores que se mantêm conectados a empresa após o término da jornada de trabalho mediante a utilização aparelho celular são acionados pelos seus empregados a qualquer hora do dia ou da noite, inclusive durante o intervalo para almoço, fins de semana, feriados e nas férias, de modo que esses trabalhadores não conseguem relaxar completamente sabendo que podem ser contactados pela empresa a qualquer momento.

Deste modo, realizando o liame entre os dados da pesquisa, a realidade sócio-tecnológica e a abstração das teorias de Hans Kelsen e Ronald Dworkin, restam demonstradas as seguintes conclusões:

1 - As necessidades sociais e as novas aplicações tecnológicas no âmbito das comunicações efetivamente são parâmetros primordiais para a compreensão do instituto do sobreaviso no contexto do ordenamento jurídico, o que torna plenamente ultrapassada a visão da teoria de Kelsen, especialmente no que se refere à neutralidade axiológica e a aplicar a moldura interpretativa fixada pelas normas existentes;

2 - A Orientação Jurisprudencial n. 49 da SBDI-1 do C. TST, que se encontra sedimentada na teoria kelseniana, também se encontra desvinculada da realidade sócio- tecnológica e dos princípios fundamentais consagrados pela Excelsa Magna Carta, especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, o que compromete a sua aplicação como fundamento das decisões judiciais;

3 - O reconhecimento do direito ao sobreaviso pelo trabalhador que utiliza aparelho celular, smartphone, notebook, bip ou pager para ser acionado a qualquer momento pelo empregador para desempenhar atividade profissional é coerente com a Teoria de Ronald Dworkin e com a realidade sócio-tecnológica, coadunando-se com os parâmetros dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho consagrados pela Carta Republicana de 1988 (art. 1º, incisos III e IV) e com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, merecendo destaque a decisão de

vanguarda do Ministro Emmanoel Pereira (Processo RR - 37791/2002-900-09-00 - 5ª. T - TST - DEJT - 05/06/2009) que, por unanimidade, afastou a aplicação Orientação Jurisprudencial n. 49 da SBDI-1 do C. TST e reconheceu o direito de percepção do sobreaviso ao trabalhador que utilizava BIP.

7 - **Anexo: Integralidade da Pesquisa e os Respectivos Resultados.**

a) A empresa, no ato da sua contratação ou durante a vigência do seu contrato de trabalho, forneceu aparelho celular, bip ou pager à você?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
94.9%	5.1%
37	2

b) Em caso positivo, indique qual o aparelho fornecido?

( ) aparelho celular ( ) bip ( ) pager

Aparelho celular	bip	pager
100.0%	0.0%	0.0%
37	0	0

c) No momento do fornecimento do aparelho, você teve liberdade para recusar o fornecimento do aparelho?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
33.3%	66.7%
13	26

d) Em caso negativo, indique qual o motivo que restringiu a sua liberdade?

( ) porque a utilização do aparelho é essencial para o desenvolvimento da sua atividade profissional.

( ) porque a utilização do aparelho é essencial para o desenvolvimento da sua atividade profissional e teve receio que o questionamento ou a recusa criasse um atrito que pudesse comprometer a sua carreira na empresa.

( ) teve receio que o questionamento ou a recusa criasse um atrito que pudesse comprometer a sua carreira na empresa.

( ) simplesmente não teve interesse em fazer esta negociação.

Opçao1	Opçao2	Opçao3	Opçao4
37.5%	45.8%	16.7%	8.3%
9	11	4	2

e) No momento do fornecimento do aparelho, você teve liberdade para negociar sobre a utilização do aparelho e o custeio de sua utilização?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
31%	69%
12	27

f) Em caso negativo, indique qual o motivo que restringiu a sua liberdade em negociar sobre a utilização do aparelho e o custeio de sua utilização?

( ) porque as regras foram impostas pela empresa e a empresa não deu oportunidade para negociar a utilização e custeio do aparelho.

( ) porque as regras foram estabelecidas pela empresa e a empresa deu oportunidade para negociar sobre a utilização e custeio do aparelho, porém teve receio que o questionamento criasse um atrito que pudesse comprometer a sua carreira.

( ) simplesmente não teve interesse em fazer esta negociação.

( ) porque a utilização do aparelho é essencial para o desenvolvimento da sua atividade profissional e teve receio que o questionamento ou a recusa criasse um atrito que pudesse comprometer a sua carreira na empresa.

( ) teve receio que o questionamento ou a recusa criasse um atrito que pudesse comprometer a sua carreira na empresa.

Opçao1	Opçao2	Opçao3	Opçao4	Opçao5
70%	11%	7%	11%	0%
19	3	2	3	0

g) A empresa mantém contato com você através deste aparelho?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
97%	3%
38	1

h) Quem arcou com o custo pela aquisição do aparelho?

( ) a empresa arcou integralmente.

( ) a empresa arcou com parte.

( ) você arcou integralmente com a conta do aparelho.

Opção 1	Opção 2	Opção 3
89.7%	7.7%	2.6%
35	3	1

i) Quem arca com o custo pela utilização do aparelho?

( ) a empresa arca integralmente conta do aparelho.

( ) a empresa arca com parte da conta do aparelho.

( ) você arca integralmente com a conta do aparelho.

Opção 1	Opção 2	Opção 3
59.0%	38.5%	2.6%
23	15	1

j) Você considera o aparelho como um instrumento de trabalho?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
90%	10%
35	4

l) Em média, quantas vezes por dia algum empregado empresa mantém contato com você para tratar de assuntos profissionais?

( ) 1 vez por dia ( ) três vezes por dia ( ) mais de cinco vezes por dias

Opção 1	Opção 2	Opção 3
5.1%	5.1%	89.7%
2	2	35

m) Quando esses contatos ocorrem?

( ) apenas durante o horário de trabalho.

( ) durante o horário de trabalho e durante o intervalo para refeição.

( ) durante o horário de trabalho, durante o intervalo para refeição, durante os fins de semana e feriados.

( ) durante o horário de trabalho, durante o intervalo para refeição, durante os fins de semana, feriados e férias.

Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4
23.1%	7.7%	43.6%	25.6%
9	3	17	10

n) Casos esses contatos ocorram fora do horário de trabalho, responda: você consegue relaxar completamente sabendo que pode ser contactado pela empresa a qualquer momento?

( ) sim, pois, quando saiu da empresa, não me incomoda contatos da empresa durante o meu horário de descanso e/ou folga.

( ) não, pois sempre fico na expectativa de ser contactado pela empresa a qualquer momento.

SIM	NÃO
38%	62%
15	24

o) Você já deixou de sair para algum lugar em razão do local não possuir cobertura para o aparelho utilizado?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
28%	72%
11	28

p) Você já deixou de sair para algum lugar em razão do local ser distante e o chamado da empresa poderia acontecer a qualquer momento?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
38%	62%
15	24

q) Você pode desligar o aparelho fora do horário de trabalho?

( ) sim

( ) não, apenas posso desligar durante às férias.

( ) não, apenas posso desligar durante os fins de semana, feriados e férias.

Opção 1	Opção 2	Opção 3
46.2%	46.2%	7.7%
18	18	3

r) Os seus familiares e/ou amigos já pediram para desligar o aparelho para que a empresa não lhe incomode durante os seus horários de refeição e/ou descanso?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
51%	49%
20	19

s) Você sente que sua intimidade é violada pela empresa quando recebe contatos de algum empregado da empresa para tratar de assuntos profissionais?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
49%	51%
19	20

t) Você recebe sobreaviso?

( ) sim ( ) não

SIM	NÃO
18%	82%
7	32

8 - Bibliografia.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. São Paulo: King's Cross Publicações, 2006.

DIAS, Jean Carlos. Há Uma Resposta Certa em Casos Difíceis? Elementos para a Análise dos Direitos Humanos em Juízo. Belém: Saber - Revista do Centro Universitário do Estado do Pará, 2006.

DWORKIN, Ronald. Freedom's Law: The Moral Reading of the American Constitution. Cambridge: Harvard University, 1999.

DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. Tradução de Jéferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DWORKIN, Ronald. Uma Questão de Princípio. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PINTO, José Augusto Rodrigues e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Repertório de Conceitos Trabalhistas v. I. São Paulo: LTr, 2000.

TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO: POSSIBILIDADES E LIMITES*

*Rafael Dias Marques***

1 - INTRODUÇÃO.

Trata-se de estudo, que tem por objeto analisar a possibilidade de realização de trabalho artístico por crianças e adolescentes que possuam idade inferior à estabelecida pela Constituição Federal para a realização de labor. Com efeito, é situação comum, pública e notória - e que precisa ser analisada sob a óptica do Direito - a participação de crianças e adolescentes menores de 16 anos em manifestações artísticas, não raramente apropriadas economicamente por outrem.

Buscou-se responder, não apenas à indagação central, mas também às questões relativas ao tema, como o choque entre dispositivos constitucionais (Art. 5º, IX e Art. 7º, XXXIII); a validade de normas internacionais que tratam do trabalho infantil (com enfoque na Convenção OIT 138/1973, sobre a idade mínima para admissão a emprego), e que normas devem ser observadas no caso de ser possível o desenvolvimento deste tipo de trabalho.

2 - DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE TRABALHO ARTÍSTICO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 7º, XXXIII DA CF/88.

Por ser o Brasil signatário da Convenção 138 da OIT, incorporada ao Ordenamento Interno por força do Decreto n. 4.134, de 15 de fevereiro de 2002, as obrigações contidas nesta norma passaram a ser obrigatórias dentro do território nacional, sendo que este diploma internacional integrou-se ao direito brasileiro com força de dispositivo constitucional, conforme será demonstrado.

Como se sabe, os tratados internacionais de direitos tornam-se exigíveis/aplicáveis tão logo sejam eles ratificados. Trata-se de Princípio de Direito Internacional, patente inclusive no ordenamento jurídico interno do Brasil, o qual dispõe que os acordos firmados devem ser cumpridos de boa-fé (*pacta sunt servanda)*, princípio este expressamente constante da Convenção de Viena, da qual o Brasil também é parte.

---

* O artigo ganhou o Prêmio Evaristo de Moraes Filho, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, na categoria melhor trabalho doutrinário 2008.

** Procurador do Trabalho, Vice-coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho, ex-Juiz do Trabalho do TRT/8 Região; ex-Procurador do Banco Central do Brasil.

Em consonância com este princípio presente no art. 26 da Convenção de Viena, bem como com aquele previsto no artigo seguinte - segundo o qual "a parte não poderá invocar as disposições de seu direito interno como justificação do descumprimento de um tratado" - torna-se imperioso o cumprimento dos termos celebrados naquela convenção da OIT 138/1973, porquanto recepcionada pelo ordenamento jurídico brasileiro, não obstante debates acerca do caráter atribuído a tal tratado (constitucional ou infraconstitucional), aspecto controverso este que será evidenciado no tópico seguinte.

Disto decorre, então - e mesmo a priori sem qualquer questionamento acerca do apanágio constitucional, ou não, da norma internacional ora indigitada - a possibilidade da prática de trabalho infanto-juvenil artístico, na medida em que a convenção sobredita deve, pelos princípios expostos, ser cumprida pelo Brasil.

Realmente, a possibilidade de realização de trabalho infantil artístico tem como subsídio o permissivo constante do art. 8º, item 1, da Convenção 138/1973, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê que

> "A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, podem, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no artigo 2º desta Convenção, para fins tais como participação em representações artísticas."

O dispositivo citado permite que, após a devida autorização, a criança ou o adolescente, nos casos em que for necessário também para este, realize trabalho artístico.

O Diploma da OIT ora comentado fixa normas que objetivam resguardar a dignidade das crianças e adolescentes, configurando-se assim como uma norma de proteção aos Direitos Humanos, devendo por isso ser encarada como uma disposição com valor de norma constitucional, como se verá no item seguinte.

Conveniente, ainda que brevemente, dizer por que a Convenção OIT 138 deve ser encarada como norma protetiva dos Direitos Humanos.

Segundo Anselmo Henrique Cordeiro Lopes,

> "**Caminho mais adequado parece-nos ser a compreensão das normas de direitos humanos como aquelas necessárias à garantia da vivência digna, do desenvolvimento e da continuidade existencial dos seres humanos e da humanidade**.
> Pela proteção desta - a humanidade -, entende-se a tutela das gerações futuras e também a garantia de perpetuidade dos valores, dos conhecimentos, das obras e das culturas humanas. **Vemos, assim, os direitos humanos como os básicos, necessários e de interesse comum de todos os seres do globo e que representam os fins legitimadores não**

> **só do Estado, mas de toda organização humana: a busca da coexistência entre os homens, da liberdade possível dos indivíduos, do desenvolvimento pessoal e coletivo, do respeito à dignidade de cada um, da perpetuação da espécie e dos valores humanos**"[1]. (Com destaques).

Pode-se, então, conceber como normas de Direitos Humanos todas aquelas que garantam, além de uma existência digna ao homem, condições que permitam seu desenvolvimento e da sociedade em que ele vive, e que devem ser observadas pelo Estado como o norte legitimador de suas ações.

Dessa forma, não resta dúvida que a Convenção da OIT, sobre a idade mínima para a admissão a emprego, por conter normas de caráter protecionista, as quais têm por objetivo salvaguardar as crianças e os adolescentes da gana capitalista, ceifadoras de suas condições peculiares de seres em desenvolvimento, para encará-las como fonte de mão-de-obra, garantindo-lhes condições para o pleno desenvolvimento físico, moral, intelectual e psicológico, deve ser encarada como norma internacional de Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

Portanto, a permissão normativa existe. Com base neste dispositivo da Convenção 138 da OIT, pode-se utilizar o trabalho infanto-juvenil em atrações artísticas. Porém, ante o silêncio do art. 8º, deve-se fazer uma composição entre a Convenção da OIT e o Texto Constitucional, de forma que não se confunda a permissão com exploração (no sentido de uso abusivo do trabalho infantil). Não é à toa que a própria Convenção lança possibilidade de permissão em casos excepcionais, e ainda sujeito ao crivo da autoridade competente.

Isto porque tanto a criança como o adolescente são seres ainda em formação, tanto física, quanto psicológica, intelectual e moral. Logo, as suas atividades prioritárias são aquelas que estão relacionadas diretamente com esse desenvolvimento, como a freqüência a uma instituição de ensino, que propicia capacitação intelectual, e o exercício de atividades esportivas e recreativas, que desenvolvem o raciocínio e podem também propiciar a interação em grupo. Estas atividades devem ser a regra na rotina da criança; o trabalho, exceção.

Assim, a exceção de permissão deve sofrer uma leitura constitucional das cláusulas da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta. Destarte, por força de interpretação constitucional, só deve ser aceito o trabalho infantil artístico se este se adaptar às atividades essenciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, e se as disposições relativas a este trabalho observarem, sempre, o Princípio da Proteção Integral, consubstanciado no art. 227 da Constituição da República, *verbis:*

---

[1] In **A força normativa dos tratados internacionais de direitos humanos e a Emenda Constitucional nº 45/2004**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 549, 7 jan. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6157>. Acesso em: 16 out. 2007.

> "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Como bem se lê no dispositivo constitucional, a doutrina da Proteção Integral institui um complexo conjunto de direitos e uma ampla garantia de proteção à criança e ao adolescente. Tal princípio figura como base de todo um sistema garantista e efetivador dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, pois, ao instituir prerrogativas, a Constituição as torna exigíveis, de forma que cumprir as disposições do art. 227 deixa de ser faculdade do Estado, da sociedade e da família, para passar a ser obrigação.

Dessa forma, permite-se o trabalho artístico realizado por crianças e adolescentes desde que sejam observadas garantias mínimas referentes à jornada de trabalho (incluído aí, quando necessário, o tempo para ensaio); horário de desenvolvimento da atividade (de forma a não prejudicar o aproveitamento escolar), remuneração, meio-ambiente de trabalho, de previsão de caderneta de poupança, etc., as quais deverão ser fixadas na licença a ser fornecida pela autoridade competente.

Com efeito, e em obediência à norma da OIT, é necessário que haja autorização para a participação infanto-juvenil em representações artísticas. E mais: segundo a mesma norma internacional, tal autorização deve conter as condições especiais e tutelares a serem obrigatoriamente observadas no desenvolvimento daquela espécie de labor. Com efeito, a disposição do art. 8, item 2 da Convenção OIT n. 138 assim está vazada:

> "As permissões assim concedidas limitarão o número de horas do emprego ou trabalho autorizadas e prescreverão as condições em que esse poderá ser realizado."

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece em seu art. 149, II, "a", competir ao Juiz da Infância e da Juventude (ou quem suas vezes o faça) autorizar a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos (e seus ensaios). Contudo, em se tratando de trabalho artístico, entendemos que, com a recente alteração constitucional, através da Emenda Constitucional 45, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho, os juízes do trabalho passaram a ter competência para conhecer da matéria, devendo não apenas autorizar, mas fixar as condições em que este trabalho poderá ser desenvolvido, estabelecendo também, sanções para o caso de descumprimento.

Realmente, assim dispõe o art. 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente que a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores, para a concessão do alvará, os seguintes aspectos: a) os princípios da lei, entre os quais se incluem as balizas maiores de toda a principiologia tutelar

da criança e do adolescente, isto é, a proteção integral e prioridade absoluta; b) as peculiaridades locais; c) a existência de instalações adequadas; d) o tipo de freqüência habitual ao local; e) a adequação do ambiente à eventual participação ou freqüência de crianças e adolescentes; f) a natureza do espetáculo.

Assim, enquanto não sobrevier lei específica disciplinando os pormenores dessa relação empregatícia singular, a partir de autorização constitucional já existente, deverá o interessado - representado ou assistido por seu representante legal -, requerer ao órgão jurisdicional a devida autorização ao exercício de atividade laboral, competindo ao magistrado determinar a forma de execução da atividade (duração da jornada; condições ambientais; horário em que o trabalho pode ser exercido pela criança ou adolescentes; e outras questões relacionadas ao trabalho que estejam presentes no caso concreto), sempre com a manifestação do Ministério Público do Trabalho, que deverá atuar como fiscal da lei para evitar eventuais irregularidades.

3 - DA APARENTE COLISÃO DE DIREITOS ENTRE O ARTIGOS 5º, IX e 7º, XXXIII, DA CF/88.

O grande problema da aplicação e compreensão do Direito ocorre quando duas normas, referentes a direitos distintos, autorizam padrões de conduta conflitantes numa mesma situação fática, vez que tais direitos não podem ser exercidos plenamente sem um adentrar a esfera do outro, isto é, sem ferir o outro direito, sendo omissos os diplomas quanto à solução para o conflito. E, então, em tal hipótese, está-se diante de um problema jurídico-hermenêutico denominado colisão ou conflito de direitos ou valores jurídicos.

O Brasil, como país defensor das liberdades, dentre as quais figuram a liberdade de expressão e de crença, bem como a liberdade de fazer ou deixar de fazer, senão em virtude de lei, demonstra sua profunda intenção de coibir quaisquer lesões a esses direitos ao fazê-los constar no rol expressos das garantias fundamentais, presentes no art. 5.º do Diploma Constitucional de 1988.

Tais direitos são tão essenciais que se constituem como o alicerce da República brasileira como Estado Democrático de Direito, pelo que não podem ser alterados nem por inflexão do Poder Constituinte Derivado, senão por nova Constituinte, o que denota, desde já, a máxima efetividade atribuída às liberdades Fundamentais dos cidadãos pátrios.

Por outro lado, o artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal apresenta norma de vedação de trabalho, garantindo o direito ao não trabalho a todos aqueles menores de 16 anos, salvo aos maiores de 14 anos, na condição de aprendiz.

E, então, por força do cotejo dos valores constitucionais incutidos nas normas dos arts. 7º, XXXIII e art. 5º, IX, chega-se a uma aparente situação de colisão de direitos, isto é, como garantir a manifestação artística de crianças e adolescentes menores de 16 anos, quando aquelas são expressas por meio

de relação de trabalho? Haveria relação de trabalho proibida, por força do art. 7º, XXXIII da CF 88, ou exceção permitida daquela relação de labor, por corolário do art. 5º, IX da CF 88?

Assim, frente a tal colisão de padrões conflitantes de comportamento, deve-se proceder à análise global das normas constitucionais, tanto as previstas pelo art. 5°, IX quanto as capituladas pelo art. 7º, XXXIII, a fim de se extrair o real alcance daqueles permissivos de conduta. Isto porque toda interpretação jurídica deve ocorrer dentro de um contexto, de modo a assegurar a contínua atualização e operabilidade do direito.

Nesse mister, então, e com base no princípio da máxima efetividade e menor restrição, em especial daquelas normas relacionadas à Liberdade - defendidos pela melhor doutrina - vê-se que **não existe proibição de trabalho infantil artístico, mas sim limitações**, as quais devem ser fixadas também considerando o princípio da proporcionalidade, conforme se explicará a seguir.

Segundo alguns doutrinadores e magistrados, a Constituição proibiria qualquer espécie de trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz aos maiores de 14 (assim pensa Erotilde dos Santos Minharro, em sua obra "A criança e o adolescente no direito do trabalho); por outro lado e ao mesmo tempo, garante a liberdade de expressão artística, intelectual, científica, etc (em cujo substrato fático está a manifestação artística de crianças e adolescentes, ainda que tal expressão seja apropriada economicamente por outrem), o que vem a ocasionar a exsurgência do fenômenos jurídico da "**colisão de direitos**". Diga-se, todavia, uma colisão aparente que deve ser dirimida pela interpretação das normas de forma isoladas e como um todo, afinal, apesar de divisões didáticas, "o direito é um só", como afirma Fredie Didier Jr[2].

Aliás, como bem explica Sandra Lia Simón[3], a efetivação de uma liberdade pode confrontar diretamente com outro direito de mesmo patamar hierárquico, o que, neste caso especifico, enquadra-se perfeitamente naquela hipótese prevista por Canotilho[4], em que "um direito entra em confronto com um bem jurídico (coletivo ou do Estado) protegido pela Constituição", necessitando de "**harmonização**", por avaliação das normas. Como lembram Robortella e Peres[5]:

> Quando determinadas normas em cotejo não são in abstracto antinômicas, mas apenas em face de um caso concreto, a atenção do intérprete, se orientada apenas a uma delas, pode implicar violação das de demais.

---

2 **Curso de Direito Processual Civil:** Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. V. 1; 2008, 9ª edição, Editora J*us*PODIVM.

3 **A Proteção Constitucional da Intimidade e da Vida Privada do Empregado** - São Paulo: LTr, 2000.

4 Citado por Sandra Lia Simón.

5 **Trabalho Artístico da Criança e do Adolescente - Valores Constitucionais e Normas de Proteção.** Revista LTr. Vol. 69, n. 02. 2005. p. 151.

Imprescindível, neste este ponto, remeter-se àquela advertência espetacular de Pontes de Miranda, citado por Flávia Piovesan[6], afirmando que: "a primeira condição para se interpretar proveitosamente uma lei é simpatia. Com antipatia não se interpreta, ataca-se".

Assim, analisando-se, "com simpatia", o direito garantido a todos, inclusive às crianças e adolescentes, de "livre expressão da atividade intelectual, artística, cientifica e de comunicação, independentemente de licença ou censura" (art. 5, IX, CF), observa-se que o Constituinte não regulamentou limitações à fruição deste direito, nem pelo ponto de vista do modo, nem da pessoa que o exerce, a fim de se ter máxima eficácia, com máxima proteção da liberdade e mínima restrição. E assim deveria ser mesmo, pois, na criação artística, o homem, seja ele criança, adolescente ou adulto, atende a um dom que lhe é inato, que dever experimentar as raias livres da fruição, pois tanto mais livre for, maior será seu potencial artístico.

Aliás, a própria Carta Magna de 1988 dispondo, em seu art. 208, V, sobre o dever do Estado em prover a educação, determina que aquele se dará mediante garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Ademais disso, nem mesmo era necessário que houvesse limitações expressas, vez que a permissão é regra e a limitação é exceção, abstraindo-se das hipóteses em que houver contradição aos Princípios Gerais de Direito, a outros Princípios Constitucionais, senso comum, Bons Costumes, Moral, Ética, Interesse social, etc, qual seria a melhor solução para cada caso, ponderando-se os interesses e os bens jurídicos em confronto, a fim de saber os limites de ambos.

O art. 7º, XXXIII, por sua vez, proíbe qualquer tipo de trabalho por menores de 16 anos, salvo se aprendiz, o que vai diretamente de encontro com a possibilidade de trabalho infantil artístico, enquanto forma de expressão artística da criança e do adolescente autorizada pelo art. 5, IX, CF. É que, nesses casos, não obstante haja sim a caracterização de "trabalho" nesta situação, este não é único, de modo que, em paralelo, há sim o caráter artístico-cultural desta atividade, - a criação artística - elementar para a boa formação da criança e do adolescente, desde que seja devidamente direcionada para isto, vetando-se os excessos e agasalhando-se as práticas no princípio da proteção integral e da prioridade absoluta.

Desse modo, deve-se, então, ponderar aqueles valores constitucionais aparentemente contraditórios, com base em princípios de hermenêutica constitucional. Nesta seara, a tarefa do intérprete será a de coordenar e combinar bens jurídicos em conflito, evitando o sacrifício total de uns em detrimento de outros, isto é, o mister será o de estabelecer limites e condicionamentos recíprocos de modo a se conseguir aquela harmonização ou concordância prática. È o chamado princípio da concordância prática.

Nesse sentido e de início, frise-se que não seria razoável e proporcional impedir a prática de todos os trabalhos infantis com finalidade

---

[6] Op. cit. nota 33, p. 59.

artística, chegando-se, mesmo, ao ridículo, pois ao invés de tais atividades serem utilizadas de forma coerente com os direitos tutelados a todos (de forma proporcional e conformes aos princípios protetivos das crianças e adolescentes), sobrepor-se-ia um direito a outro, sendo que ambos possuem mesmo nível hierárquico, sendo igualmente essenciais.

Ressalte-se, ainda, que a norma prevista no art. 7º, XXXIII, da CF., certamente não foi redigida para limitar a expressão artística infantil, mas sim para impedir **ABUSOS DE DIREITOS**, coibindo, de modo geral, o trabalho infanto-juvenil. Ao mesmo passo, a norma do Art. 5º, IX, não foi criada para se explorar o trabalho artístico de menores, mas sim para permitir a livre expressão inclusive destes, ainda que haja, por trás disso, atividade de cunho patrimonial, frise-se, **desde que não seja essa a principal finalidade e sejam fixados certos parâmetros** em alvará judicial autorizador da prática laboral, isto é, o trabalho artístico realizado por menores de dezesseis anos pode ser aceito, com a devida autorização judicial e cautelas correspectivas à proteção integral, desde que seja essencial, como por exemplo, na representação de um personagem infantil.

Realmente, a norma proibitiva do art. 7, XXXIII da CF apresenta teleologia destinada a um escopo protetivo e tutelar da criança e do adolescente, veiculando direito fundamental ao não trabalho em certa época da vida do ser humano, de modo a preservar sua educação, formação, lazer e convivência familiar. Visa, pois, em última análise, impedir prejuízos à criança e ao adolescente, abusos de direitos, de modo que a atividade artística, por si só, ainda que embutida na prestação laboral, não conduz necessariamente àquela situação de prejuízo que compõe a teleologia da norma constitucional de defeso ao trabalho; pelo contrário, comporta, sim, um das facetas do desenvolvimento bio-psico-social de crianças e adolescentes. Sobre o assunto, Amauri Mascaro Nascimento assim se pronuncia:

> Há situações eventuais em que a permissão para o trabalho do menor em nada o prejudica, como em alguns casos tipos de trabalho artístico, contanto acompanhado dos devidos cuidados (Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 846)

Assim é que, de acordo com o Ministro do STJ Teori Albino Zavascki, referenciado por Didier Jr.[7], existem três subprincípios hermenêuticos para a pacificação dos conflitos de normas constitucionais como no caso sob rubrica, dos quais se destaca um - acrescentando àqueles já citados da menor restrição possível e máxima eficácia - qual seja: **o princípio da necessidade.**

Ora, em vista desse subprincípio, seria realmente necessário vetar o trabalho infantil artístico?? Não seria melhor e mais proveitoso à criança e adolescente que fossem estabelecidos limites, em seu melhor interesse??? Realmente, crê-se mais consentânea ao princípio da proteção integral e prioridade absoluta, a autorização para o trabalho infantil artístico, desde que observadas certas cautelas fixadas judicialmente.

---

[7] Op. cit. p. 38.

Caso ainda haja dúvida, imperioso considerar a teoria defendida por vários doutrinadores, com influência alemã, dentre os quais se põe em evidência Willis Santiago Guerra Filho[8], ainda a respeito dos subprincípios hermenêuticos. Com efeito, segundo referido autor, deve-se considerar, ainda, o princípio do meio mais suave (decorrente da proporcionalidade).

Ora qual seria então a solução mais suave, adequada e necessária ao caso?

Neste ponto, não se vê outro caminho possível que não o da limitação de um direito por outro em fração mínima, já que a outra escolha possível seria a total limitação do direito de expressão artística no caso.

Assim, entende-se que a liberdade de expressão artística da criança e adolescente deve subsistir, mesmo que através de trabalho remunerado, com ressalvas, sem que com isso exista lesão ao Texto Constitucional, porquanto as normas ali encerradas, foram elaboradas para conviver pacificamente, devendo ser solucionados quaisquer conflitos de forma **proporcional**, **adequada**, pelos meios **estritamente necessários**,e de maneira **"mais suave" possível,** a fim de se evitar abusos de qualquer parte. Disto, entende-se que um deve penetrar no outro, na menor fração possível.

Além do mais, tomando-se em conta os ensinamentos do já citado processualista, Fredie Didier Jr[9], "duas são as formas de harmonização de conflito de normas constitucionais, oriundas de duas fontes produtoras", no caso art. 5, IX e art. 7° XXXIII; "a) regra criada pela via da legislação ordinária; b) regra criada pela via judicial direta, no julgamento de casos específicos".

Ora, se legislação ordinária é capaz de sanar os entraves, por que não seria, então, Tratado Internacional de Direitos Humanos, com hierarquia superior, cuja dignidade constitucional será desvendada no ponto seguinte? Vê-se que o Tratado Internacional, do qual o Brasil seja parte, é sim suficiente para dirimir o conflito, como no caso já o fez, através da Convenção 138 da OIT, com possibilidade de trabalho infantil artístico, mas com certas limitações, também reguladas pelo ECA e pela CLT.

Outrossim, esta questão também será complementada na via judicial direta, como sugere o ilustre doutrinador na hipótese "b" acima citada, já que será necessário alvará judicial, o qual estabeleça os termos e condições do trabalho artístico da criança e do adolescente, impondo-se as limitações cabíveis, impedindo-se abusos e salvaguardando os direitos das crianças e adolescentes e seu desenvolvimento bio-psico-social em condições de sanidade.

Nestes termos, vê-se como sendo totalmente, adequado, razoável e proporcional, bem como por ser a "solução mais suave" ao confronto, a permissão do trabalho infantil artístico, desde que resguardados os Direitos Fundamentais das crianças e adolescentes, decorrentes dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta.

---

8 Citado por Fredie Didier Jr., op. cit. p. 38.

9 Op. cit. p. 35.

Em tal permissão, deve-se acentuar o caráter sócio-cultural e artístico desta atividade e, concomitantemente, limitar-se seu cunho laboral-patrimonial, visando ao melhor interesse da criança e do adolescente, a fim de completar sua formação pessoal, sem deturpações, as quais deverão, de qualquer modo, ser sanadas judicialmente, por meio de alvará, com o estabelecimento de parâmetros para este trabalho infantil, a ser encarado, sempre e sempre, como exceção e não regra.

Nesse exato sentido, veja-se, inclusive, que o próprio Direito alienígena não se mostrou indiferente a tal temática. Com efeito, o direito comunitário europeu, por exemplo, possui diretiva nesse sentido. Veja-se, para tanto, a Diretiva 94/33 da União Européia:

> Art. 5 Actividades culturais ou similares
> 1. A contração de crianças para participarem de atividades de natureza cultural, artística, desportiva está sujeita à obtenção de uma autorização prévia emitida pela autoridade competente para cada caso individual.
> 2. Os Estados-membros determinarão, por via legislativa ou regulamentar, as condições do trabalho infantil nos casos referidos no n. 1 e as regras do processo de autorização prévia, desde que essas atividades:
> i) não sejam susceptíveis de causar prejuízo à segurança, à saúde ou ao desenvolvimento das crianças e
> ii) não prejudiquem a sua assiduidade escolar, a sua participação em programas de orientação ou de formação profissional aprovados pela autoridade competente ou a sua capacidade para se beneficiar da instrução ministrada.

4 - DO STATUS DE INGRESSO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

Não fossem os princípios presentes na Convenção de Viena, os quais já autorizariam a integral aplicação da Convenção OIT n. 138 em território nacional e, portanto, a coercitividade de sua regra de exceção quanto à possibilidade de prática de trabalho infantil artístico, temperando-se, pois, a letra do art. 7, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, deve-se agregar ainda, o apanágio constitucional que informa o ingresso, no Ordenamento Jurídico pátrio, de tratados e normas internacionais que versem sobre direitos humanos, dentre os quais se inclui aquela Convenção da OIT.

É que, caracterizando-se como norma de dignidade constitucional, aquele temperamento avulta ainda mais visível, a autorizar a prática de trabalho infantil artístico, observadas, por óbvio, as cautelas indigitadas no tópico anterior.

Com efeito, antes da Emenda Constitucional 45/2004, que incluiu o §3º ao art. 5º da CF 88, para tratar sobre o ingresso de normas internacionais de direitos humanos no sistema normativo brasileiro com *status* constitucional, existia uma enorme discussão doutrinária sobre o nível hierárquico a ser

ocupado por estes diplomas; seriam meras leis ordinárias, ou se seriam consideradas emendas à Constituição.

Portanto, é necessário explicar a forma como os tratados internacionais que contenham regras de proteção aos Direitos Humanos se integram ao direito positivo pátrio. Observe-se que a ratificação da Convenção 138 da OIT ocorreu sob nova ordem constitucional anterior à EC 45/2004 e, então o seu processo de integração ao ordenamento jurídico nacional será analisado sob a égide das normas vigentes naquele momento, consoante a cláusula do princípio de hermenêutica *tempus regit actum.*

Existiam duas correntes que tratavam do assunto: a primeira entendia que toda e qualquer norma internacional ingressava no ordenamento jurídico pátrio com força de lei ordinária; a segunda defendia que, a partir de uma interpretação sistemática da Constituição Federal, as convenções e tratados internacionais de Direitos Humanos tinham força de norma constitucional.

A primeira corrente, seguida, entre outros, por Manoel Gonçalves Ferreira Filho e Alexandre de Moraes, entendia que não havia como considerar os tratados internacionais de direitos humanos com porte de hierarquia constitucional, pois sua incorporação ao sistema legal diferia daquele previsto para que a Constituição fosse emendada.

Com efeito, para se emendar a Carta Política, é necessário votação em 2 (dois) turnos com maioria qualificada (três quintos dos votos dos respectivos membros), na forma prevista pelo art. 60, §2º, da própria Norma Fundamental.

E, então, com base nessa observação jurídica, sustentavam a impossibilidade de se considerar como norma constitucional tratado internacional de direitos humanos, pois, sua forma de ingresso não se submetia ao quórum qualificado de três quintos, previsto para o processo de criação de normas constitucionais, na medida em que a inclusão do tratado na ordem jurídica interna ocorria com a ratificação, pelo Congresso Nacional, do ato de adesão ao tratado realizado pelo Poder Executivo. Neste caso, a ratificação poderia se dar por maioria simples.

Tal entendimento foi consagrado pelo reformador constituinte da Emenda Constitucional n. 45/2004, que condicionou a qualificação constitucional a tratado internacional de direitos humanos à observância dos requisitos contidos no art. 5º, parágrafo terceiro da CF 88.

Outro problema apontado pelos defensores da paridade entre leis ordinárias e tratados internacionais é uma possível violação do art. 60, §4º, da CF, pois a norma internacional perde sua vigência com a denúncia, realizada por simples ato do Presidente da República, enquanto que as normas constitucionais de direitos humanos são tidas como de revogação impossível, por serem consideradas cláusulas pétreas.

Em que pese a coerência do raciocínio, não parece ser esse o entendimento mais adequado. Aliás, não somente a melhor doutrina autoriza entendimento diverso, como também os novéis pronunciamentos jurisdicionais do STJ e do STF, especialmente quanto a este que, após longos anos emitindo juízo de valor condizente com a primeira das correntes

doutrinárias apresentadas, está reformulando seu posicionamento, para, retornando à postura judicial então prevalente em sua jurisprudência da década de 1970, encampar entendimento de que as normas internacionais de direitos humanos ingressam no Direito Pátrio sob o apanágio de normas constitucionais, independentemente do procedimento previsto no art. 5º, parágrafo terceiro da CF 88. Veja-se.

Conforme Dallari, citado por Carlos Weis,

> "As finalidades mais importantes da Constituição consistem na proteção e promoção da dignidade humana. Por esse motivo, não é verdadeira Constituição uma lei que tenha o nome de Constituição, mas que apenas imponha regras de comportamento, estabelecendo uma ordem arbitrária que não protege igualmente a dignidade de todos os indivíduos e que não favorece sua promoção"[10].

Cabe ao Estado o dever de promover e proteger a dignidade humana, constituindo os Direitos Humanos o núcleo inviolável do sistema jurídico-político, não sendo possível, desta forma, concebê-los como normas infraconstitucionais. São, pois, na tipologia constitucional, normas constitucionais na sua acepção material.

Ademais, a própria Carta Política conferiu grau especial de relevância às normas internacionais de direitos humanos ao estatuir, em seu art. 5º, §2º, que "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte", reconhecendo não apenas ela - Constituição -, como fonte de direitos e garantias fundamentais, como também os tratados internacionais que cuidem do tema.

Com efeito, o § 2º do art. 5º da Carta Magna trilha um caminho de composição entre o ordenamento legal interno e o externo, de forma a propiciar uma interação entre os dois sistemas. Na seara dos Direitos Humanos, a interpretação das normas deve ser a mais abrangente possível, de forma a possibilitar sua máxima eficácia. Deve-se garantir a maior proteção possível ao ser humano, sempre promovendo sua dignidade. Firmamos assim entendimento semelhante ao de autores como Flávia Piovesan e Celso D. Albuquerque Mello, para quem os tratados internacionais de direitos humanos são normas constitucionais.

Ao discorrer sobre a classificação dos direitos fundamentais, o professor José Afonso da Silva brilhantemente escreveu:

> "A classificação que decorre do nosso Direito Constitucional é aquela que os agrupa com base no critério do seu conteúdo, que, ao mesmo tempo, se refere à natureza do bem protegido e do objeto de tutela. O critério da fonte leva em conta a

[10] **Direitos Humanos Contemporâneos**, 1ª ed., 2ª tiragem, São Paulo: Saraiva, 2006, p. 27.

> circunstância de a Constituição mesma admitir outros direitos e garantias fundamentais não enumerados, quando, no § 2º do art. 5º, declara que os *direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.* Daí as três fontes dos direitos e garantias: (a) os *expressos* (art. 5º, I a LXXVIII); (b) os *decorrentes dos princípios e regime* adotados pela Constituição; (c) os *decorrentes de tratados e convenções* adotados pelo Brasil."[11] (destaques do autor).

Embora formalmente os tratados internacionais sejam incorporados ao direito positivo brasileiro de modo diverso das leis ordinárias (ainda que sua criação seja mais complexa), não há duvida de que, materialmente, os tratados internacionais de direitos humanos equivalem à disposições constitucionais, razão pela qual entendemos que, apesar do processo diferenciado de incorporação ao sistema legal, diplomas internacionais de direitos humanos e emendas constitucionais se equivalem, pois as normas internacionais de direitos humanos também fixam direitos e garantias fundamentais do homem, com a intenção de promover a dignidade humana, que por sinal, é um dos fundamentos da República Brasileira (art. 1º, III, CF).

Ao comentar a alteração constitucional, referente ao processo de incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em normas formalmente constitucionais e normas materialmente constitucionais. As primeiras são aquelas que, para possuírem o mesmo nível hierárquico das disposições constitucionais, devem ser submetidas ao mesmo processo de aprovação das emendas constitucionais; enquanto que as segundas são as normas relativas aos direitos fundamentais, como bem expôs no trecho a seguir:

> "(...) as normas internacionais de direitos humanos só serão recepcionadas como direito constitucional interno, *formal,* se o decreto legislativo que as referendarem for aprovado nas condições indicadas, de acordo com o processo de formação de emendas constitucionais previsto no art. 60 da Constituição. *Direito constitucional formal*, dissemos, porque só neste caso adquirem a supremacia própria da Constituição, pois de natureza constitucional material o serão sempre, como o são todas as normas sobre direitos humanos".[12] (destaques do autor).

---

11 **Curso de Direito Constitucional Positivo,** 29ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2007, pp. 182-183.

12 Op. cit. p. 183.

Paulo Ricardo Schier[13], renomado Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, por sua vez, discorrendo acerca da hierarquia dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos ratificados antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional 45, que acrescentou o § 3º ao art. 5º da CF, sugestiona a incidência do tempus regit actum.

Tal princípio, inclusive, já se valera anteriormente o Supremo Tribunal Federal, vez que, frente à nova Constituinte certos requisitos constitucionais eram alterados, impondo a recepção de norma ordinária - a qual atendera ao procedimento então estabelecido pela Constituição vigente - para matéria que a nova Carta Magna exige ser regulamentada por lei complementar, como no exemplo do CTN, dado pelo autor.

O referido autor conclui, brilhantemente:

> "(...) a idéia é sustentar que a aplicação do *tempus regit actum*, amplamente aceita pelo próprio STF em diversas situações, permitiria vislumbrar que os tratados internacionais de direitos humanos anteriores à EC 45, devidamente recepcionados pelo procedimento válido à época da incorporação, devam assumir, agora, automaticamente, *status* de emendas constitucionais".

Idéia essa corroborada por Flávia Piovesan[14], ao afirmar, de forma contundente, que:

> "Desde logo, há que afastar o entendimento segundo o qual, em face do § 3º do art. 5º, todos os tratados de direitos humanos já ratificados seriam recepcionados como lei federal, pois não teriam obtido o *quorum* qualificado de três quintos, demandado pelo aludido parágrafo".

Aduz ainda a celebrada autora, solidificando a aplicação do *tempus regit actum*, que:

> "(...) os tratados de proteção dos direitos humanos ratificados anteriormente à Emenda Constitucional n. 45/2004 contaram com ampla maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, excedendo, inclusive, o quorum dos três quinto dos membros em cada Casa. Todavia não foram aprovados por dois turnos de votação, uma vez que o procedimento de dois turnos não era tampouco previsto". (grifo nosso).

Não fossem todos os balizamentos teóricos acima expendidos, também os tribunais superiores deste País estão se alinhando frente à segunda das correntes aqui apresentadas. Com efeito, o Superior Tribunal

---

13 Hierarquia Constitucional dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e EC 45 - tese em favor da incidência do tempus regit actum - artigo publicado no site http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Paulo%20Ricardo%20Schier.pdf

14 **DIREITOS HUMANOS e o Direito Constitucional Internacional,** 7ª edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2007, p. 72.

de Justiça, pronunciando-se sobre o novo parágrafo terceiro do ar. 5º da CF 88, ao julgar o recurso ordinário em hábeas corpus - RHC 18799/RS - 2005/0211458-7, em maio de 2006, de relatoria do Ministro José Delgado, assim deixou assentado em sua ementa:

> CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO FISCAL. DEPOSITÁRIO INFIEL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. ORDEM CONCEDIDA. PRECEDENTES.
> 1. A infidelidade do depósito de coisas fungíveis não autoriza a prisão civil.
> 2. Receita penhorada. Paciente com 78 anos de idade. Dívida garantida, também, por bem imóvel.
> 3. Aplicação do Pacto de São José da Costa Rica, em face da Emenda Constitucional nº 45/2004, que introduziu modificações substanciais na novel Carta Magna.
> 4. § 1º, do art. 5º, da CF/88: "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata".
> 5. No atual estágio do nosso ordenamento jurídico, há de se considerar que:
> - a) a prisão civil de depositário infiel está regulamentada pelo Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil faz parte;
> - b) a Constituição da República, no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo I (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), registra no § 2º do art. 5º que "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". No caso específico, inclui-se no rol dos direitos e garantias constitucionais o texto aprovado pelo Congresso Nacional inserido no Pacto de São José da Costa Rica;
> - c) o § 3º do art. 5º da CF/88, acrescido pela EC nº 45, é taxativo ao enunciar que "os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". Ora, apesar de à época o referido Pacto ter sido aprovado com quorum de lei ordinária, é de se ressaltar que ele nunca foi revogado ou retirado do mundo jurídico, não obstante a sua rejeição decantada por decisões judiciais. De acordo com o citado § 3º, a Convenção continua em vigor, desta feita com força de emenda constitucional. A regra emanada pelo dispositivo em apreço é clara no sentido de que os tratados internacionais concernentes a direitos humanos nos quais o Brasil seja parte devem ser assimilados pela ordem jurídica do país como normas de hierarquia constitucional;
> -d) não se pode escantear que o § 1º supra determina, peremptoriamente, que "as normas definidoras dos direitos e

> garantias fundamentais têm aplicação imediata". Na espécie, devem ser aplicados, imediatamente, os tratados internacionais em que o Brasil seja parte;
> - e) o Pacto de São José da Costa Rica foi resgatado pela nova disposição constitucional (art. 5º, § 3º), a qual possui eficácia retroativa;
> - f) a tramitação de lei ordinária conferida à aprovação da mencionada Convenção, por meio do Decreto nº 678/92 não constituirá óbice formal de relevância superior ao conteúdo material do novo direito aclamado, não impedindo a sua retroatividade, por se tratar de acordo internacional pertinente a direitos humanos. Afasta-se, portanto, a obrigatoriedade de quatro votações, duas na Câmara dos Deputados, duas no Senado Federal, com exigência da maioria de dois terços para a sua aprovação (art. 60, § 2º).
> 6. Em caso de penhora sobre o faturamento de empresa, hipótese só admitida excepcionalmente, hão de ser observados alguns critérios, tais como a ausência de outros bens, a nomeação de um depositário-administrador (com a sua anuência expressa em aceitar o encargo) e a apresentação de um plano de pagamento, nos termos dos arts. 677 e 678 do CPC. In casu, o exame dos autos não convence de que tais pressupostos foram seguidos, decorrendo disso que a ordem de prisão decretada manifesta-se como constrangimento ilegal e abusivo.
> 7. Precedentes.
> 8. Recurso em habeas corpus provido para conceder a ordem.

Esclarecedor e contunde é a seguinte parte do Acórdão, da lavra do Ministro José Delgado:

> A regra emanada pelo dispositivo em apreço (§3º do art. 5º da CF/88, acrescido pela EC n. 45) é clara no sentido de que os tratados internacionais concernentes a direitos humanos nos quais o Brasil seja parte devem ser assimilados pela ordem jurídica do país como normas de hierarquia constitucional,. Não se pode escantear que o §1º supra determina, peremptoriamente, que 'as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata'. Na espécie, devem ser aplicados, imediatamente, os tratados internacionais em que o Brasil seja parte. O Pacto de São José de Costa Rica foi resgatado pela nova disposição (§3º do art. 5º), a qual possui eficácia retroativa. A tramitação de lei ordinária conferida à aprovação da mencionada Convenção, por meio do Decreto n. 678/92 não constituirá óbice formal de relevância superior ao conteúdo material do novo direito aclamado, não impedindo a sua retroatividade, por se tratar de acordo internacional pertinente a direitos humanos. Afasta-se, portanto, a obrigatoriedade de quatro votações, duas na Câmara doa Deputados, duas no Senado Federal, com exigência da maioria de dois terços para sua aprovação (art. 60, §2º).

Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal, revendo posição jurisprudencial que reinava na Corte desde a década de 70 e reconhecendo necessidade de atualização jurisprudencial, está se encaminhando, na discussão do RE n. 466.343 – SP, para resgatar o entendimento originário daquele tribunal, no sentido de que as normas internacionais concernentes a direitos humanos ingressam com status supra legal. Com efeito, veja-se excerto do Informativo STF n. 449 e 498:

> Em seguida, o Min. Gilmar Mendes acompanhou o voto do relator, acrescentando aos seus fundamentos que os tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil possuem status normativo supralegal, o que torna inaplicável a legislação infraconstitucional com eles conflitantes, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação e que, desde a ratificação, pelo Brasil, sem qualquer reserva, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7), não há mais base legal para a prisão civil do depositário infiel. Aduziu, ainda, que a prisão civil do devedor-fiduciante viola o princípio da proporcionalidade, porque o ordenamento jurídico prevê outros meios processuais-executórios postos à disposição do credor-fiduciário para a garantia do crédito, bem como em razão de o DL 911/69, na linha do que já considerado pelo relator, ter instituído uma ficção jurídica ao equiparar o devedor-fiduciante ao depositário, em ofensa ao princípio da reserva legal proporcional. Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Britto e Marco Aurélio, que também acompanhavam o voto do relator, pediu vista dos autos o Min. Celso de Mello. (Informativo 449)

> O Min. Celso de Mello, entretanto, também considerou, na linha do que exposto no voto do Min. Gilmar Mendes, que, desde a ratificação, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7), não haveria mais base legal para a prisão civil do depositário infiel. Contrapondo-se, por outro lado, ao Min. Gilmar Mendes no que respeita à atribuição de status supralegal aos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil, afirmou terem estes hierarquia constitucional. No ponto, destacou a existência de três distintas situações relativas a esses tratados: 1) os tratados celebrados pelo Brasil (ou aos quais ele aderiu), e regularmente incorporados à ordem interna, em momento anterior ao da promulgação da CF/88, revestir-se-iam de índole constitucional, haja vista que formalmente recebidos nessa condição pelo § 2º do art. 5º da CF; 2) os que vierem a ser celebrados por nosso País (ou aos quais ele venha a aderir) em data posterior à da promulgação da EC 45/2004, para terem natureza constitucional, deverão observar

> o iter procedimental do § 3º do art. 5º da CF; 3) aqueles celebrados pelo Brasil (ou aos quais nosso País aderiu) entre a promulgação da CF/88 e a superveniência da EC 45/2004, assumiriam caráter materialmente constitucional, porque essa hierarquia jurídica teria sido transmitida por efeito de sua inclusão no bloco de constitucionalidade. RE 466343/SP, rel. Min. Cezar Peluso, 12.3.2008. (RE-466343) (Informativo 498)

A corroborar tal mudança jurisprudencial no STF, Flávia Piovesan destaca a seguinte parte do Voto do Ministro Gilmar Mendes:

> (...) a reforma acabou por ressaltar o caráter especial dos tratados de direitos humanos em relação aos demais tratados de reciprocidade entre os Estados pactuantes, conferindo-lhes lugar privilegiado no ordenamento jurídico. (...) a mudança constitucional ao menos acena para a insuficiência da tese da legalidade ordinária dos tratados já ratificados pelo Brasil, a qual tem sido preconizada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal desde o remoto julgamento do RE n. 80.004/SE, de relatoria do Ministério Xavier de Albuquerque (julgado em 1.6.1977; DJ 29.12.1977) e encontra respaldo em largo repertório de casos julgados após o advento da Constituição de 1988 (...). Tudo indica, portanto, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sem sombra de dúvidas, tem de ser revisitada criticamente (...). Assim, a premente necessidade de se dar efetividade à proteção dos direitos humanos nos planos interno e internacional torna imperiosa uma mudança de posição quanto ao papel dos tratados internacionais sobre direitos na ordem jurídica nacional. È necessário assumir uma postura jurisprudencial mais adequada às realidades emergente em âmbitos supranacionais, voltadas primordialmente à proteção do ser humano (...). Tenho certeza de que o espírito desta Corte, hoje, mais do nunca, está preparado para a atualização jurisprudencial. (PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. 8. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 74-75.

Logo, seguindo-se essa linha de raciocínio, e sabendo que nesta hipótese enquadra-se a Convenção OIT 138/1973 - porque recepcionada antes da edição da EC 45 - ultrapassado o debate acerca de seu caráter constitucional, ademais, como defendido por José Afonso da Silva e por Flávia Piovesan, a discussão gira em torno apenas da constitucionalidade formal, pois a material seria intrínseca a todas as normas internacionais ratificadas pelo Estado brasileiro, que tutelem direitos humanos em decorrência do disposto no §2º do art. 5º do Diploma Político.

Conforme exposto, as disposições relativas a direitos humanos são disposições de caráter **substancialmente** constitucional, inclusive a constante do art. 5º, parágrafo segundo da CF 88. Assim, a mudança realizada pelo constituinte derivado de 2004, exigindo aprovação por

quorum qualificado dos decretos legislativos que referendem convenções internacionais concernentes a direitos humanos, a fim de que estas tenham *status* constitucional, em contraposição ao conteúdo interpretativo do ar. 5º, §2º, é flagrantemente inconstitucional, posto que impede a efetivação de direitos e garantias fundamentais.

Realmente, o poder constituinte derivado, quando exercido, deve observar os estreitos limites impostos pelo art. 60 da Constituição Federal; destarte, as emendas constitucionais devem ser editadas de acordo com a forma estabelecida na Carta Magna, e versar somente sobre matéria permitida, o que implica em proibição de emenda à constituição tendente a abolir os direitos e garantias fundamentais (art. 60, § 4º, IV).

Conforme lição de Jorge Miranda, citado por Ivo Dantas, "É possível inconstitucionalidade - e inconstitucionalidade material - por discrepância entre certas normas constitucionais e outras normas nascidas por virtude de revisão constitucional como constitucionais (ou com pretensão de o serem)".

No presente caso, tem-se a inconstitucionalidade material por existir um choque entre a norma do constituinte originário (art. 5º, §2º) e a editada pelo constituinte derivado (art. 5º, §3º), na medida em que esta institui um regime de ingresso de normas internacionais de direitos humanos mais restrito, diminuindo, pois, a alcance de norma constitucional originária (art.5º, §§ 1º e 2º), que dota, automaticamente, as normas de direitos humanos de eficácia imediata e mesmo padrão constitucional.

5 - CONCLUSÃO.

As normas internacionais de direitos humanos, enquanto sejam reconhecidas como fontes de direitos fundamentais, devem ser consideradas dispositivos constitucionais no Direito Brasileiro. Assim, a proibição contida no art. 7º, XXXIII da Constituição deve ser relevada quando se tratar de trabalho artístico infanto-juvenil devidamente autorizado pela autoridade judiciária, pois o Brasil ratificou a Convenção 138 da OIT, sobre a idade mínima para o trabalho (Decreto 4.134/2002), em cujo teor se assinala aquela exceção.

Agreguem-se, ainda, os princípios internacionais incutidos na Convenção de Viena, da qual o Brasil também é parte, os quais reforçam a aplicação da regra de exceção à proibição do trabalho contida na Convenção da OIT. Tal exceção deve ser lida sistematicamente com as cláusulas da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta.

Ademais, a leitura conjugada dos arts. 5º, IX e art. 7, XXXIII da Constituição Federal, sob os influxos da principiologia de hermenêutica constitucional, autorizam uma concessão à regra proibitiva do trabalho infantil, para permitir esta prática laboral, nos casos em que for estritamente necessária, mediante concessão de alvará judicial, que avaliará aquela necessidade, bem como disciplinar condições especiais de trabalho, como decorrências lógicas dos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta.

Finalmente, é conveniente lembrar que a criança e o adolescente, embora possuam talento e aptidão para as artes, não devem ser transformados

em fonte de renda da família. Sua prioridade é estudar e brincar, realizar atividades que se compatibilizem com seu estado de formação. Pode-se sim permitir o trabalho artístico a ele, visto que se trata de um trabalho com características singulares, e que normalmente não envolve situações penosas ou de risco. Contudo, considerando a característica de pessoa em desenvolvimento da criança e do adolescente, mesmo o trabalho artístico deve ocorrer com fiel observância ao Princípio da Proteção Integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 29ª Edição, São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil:** Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. Volume 1, 9ª Edição, Salvador, Editora JusPODIVM, 2008.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Os Tratados Internacionais e a Constituição de 1988.** In: Constitucionalismo Social - Estudos em Homenagem ao Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, São Paulo, LTr Editora, 2003.

LOPES, Anselmo Henrique Cordeiro. In **A Força Normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e a Emenda Constitucional n° 45/2004.** Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 549, 7 jan. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.aps?id=6157>. Acesso em: 16 out. 2007.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais,** 1ª edição, Editora Juarez de Oliveira, 2002.

MINHARRO, *Erotilde dos Santos*. **A criança e o adolescente no direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 2003.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **DIREITOS HUMANOS e o Direito Constitucional Internacional**, 7ª edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

_____. **Reforma do Judiciário e Direitos Humanos.** In: Reforma do Judiciário analisada e comentada EC 45/2004: Editora Método, 2005.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim et al. **Trabalho Artístico da Criança e do Adolescente - Valores Constitucionais e Normas de Proteção**." Revista LTr. Vol. 69, n.02. 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos Fundamentais**, 8ª edição revista e atualizada, Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

SCHIER, Paulo Ricardo. **Hierarquia Constitucional dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e EC 45 - tese em favor da incidência do tempus regit actum**. Disponível em: <www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Paulo%20Ricardo%20Schier.pdf>. Acesso em 8 de maio de 2008.

SIMÓN, Sandra Lia. **A proteção constitucional da intimidade e da vida privada do empregado**, São Paulo: LTr Editora, 2000.

WEIS, Carlos. **Direitos Humanos Contemporâneos,** 1ª edição, 2ª tiragem, São Paulo: Saraiva, 2006.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO EXTERIOR E NORMA JURÍDICA APLICÁVEL: NOVOS CONTORNOS DECORRENTES DA LEI 11.962/2009

Gustavo Filipe Barbosa Garcia[*]

1. Introdução

No Direito, a aplicação da norma jurídica pode ser enfocada no que se refere ao *tempo* e ao *espaço*, ou seja, quanto ao momento temporal de vigência e ao âmbito territorial de incidência[1].

No presente estudo, a análise tem por objeto o primeiro aspecto, especificamente no que se refere às relações de trabalho, tendo em vista as recentes alterações da Lei 7.064/1982, decorrentes da Lei 11.962, de 3 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 06.07.2009, a respeito da situação de trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos por seus empregadores, para prestar serviço no exterior.

2. Direito Internacional Privado e Direito do Trabalho

A *eficácia territorial* da lei não se restringe ao território nacional, pois a complexidade das relações e o intercâmbio social levam as pessoas e seus interesses para limites que extrapolam o território nacional, passando a fazer parte da "comunidade internacional"[2].

Pelas mesmas razões, há situações em que o juiz brasileiro deve aplicar o Direito estrangeiro para regular a relação jurídica.

Os "conflitos" de leis no espaço são solucionados justamente pelo Direito Internacional Privado, o qual prevê normas para definir qual a lei (ou seja, nacional ou estrangeira) a ser aplicada para regular certa relação jurídica envolvendo elementos de mais de um país[3].

---

* Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região. Ex-Juiz do Trabalho das 2ª, 8ª e 24ª Regiões. Ex-Auditor Fiscal do Trabalho. Professor Universitário.

1 Cf. REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 295.

2 PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*: introdução ao direito civil; teoria geral de direito civil. 21. ed., revista e atualizada por Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 1, p. 167.

3 Cf. PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*, cit., p. 170-171: "o direito internacional privado não fornece regras de conduta individual. Não constitui seu objeto regular as relações intersubjetivas ou *materiais*, entre súditos de Estados vários. Diante de uma situação jurídica disciplinada diversamente por mais de uma legislação e envolvendo efeitos diferentes em decorrência da existência de

Efetivamente, há relações jurídicas ligadas a duas ou mais ordens jurídicas independentes (de dois ou mais países), cabendo ao Direito Internacional Privado determinar qual dos sistemas jurídicos deve ser aplicado[4].

A norma de Direito Internacional Privado normalmente não disciplina, diretamente, a relação jurídica em si, mas apenas determina qual a lei a ser aplicada para regular a referida relação social. Entende-se, assim, tratar-se de normas de direito sobre direito[5].

As chamadas "regras de conexão" são as normas previstas pelo Direito Internacional Privado, indicando a norma jurídica aplicável às relações jurídicas ligadas a duas ou mais ordens jurídicas de diferentes países.

Essas "regras de conexão" decorrem do "elemento de conexão", entendido como o "centro de gravidade" da relação jurídica[6]. Por exemplo, de acordo com o art. 7º da Lei de Introdução ao Código Civil: "A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família". Logo, para questões jurídicas envolvendo personalidade, nome, capacidade e direitos de família, o elemento de conexão é o domicílio, aplicando-se, assim, a lei do domicílio da pessoa.

No caso de relações de trabalho, envolvendo mais de uma ordem jurídica, também há necessidade de se saber qual a lei a ser aplicável, o que confirma a relevante ligação entre o Direito do Trabalho e o Direito Internacional Privado[7].

Nesse sentido, sendo o empregado contratado no Brasil, mas tendo prestado serviço em outro país, é imperioso saber qual lei rege a relação jurídica em questão.

3. Trabalhador contratado no Brasil ou transferido para prestar serviço no exterior: lei aplicável

Como observado no item anterior, a eficácia da norma jurídica no espaço tem relevância no Direito do Trabalho, para solucionar conflitos de disposições normativas quanto ao território de aplicação, aspecto esse regulado pelo Direito Internacional Privado.

---

normas legais em conflito, cabe ao direito internacional privado indicar qual dos sistemas jurídicos fornecerá os princípios de aplicação à espécie. Feito isto, o problema interespacial cessa, e o órgão judicante dirá a palavra jurisdicional na conformidade de regra de direito interno, editada pela legislação apontada".

4 Cf. DOLINGER, Jacob. *Direito internacional privado*: parte geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. p. 2; CASTRO, Amilcar de. *Direito internacional privado*. 5. ed., aumentada e atualizada com notas de rodapé por Osiris Rocha. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 45.

5 Cf. DOLINGER, Jacob. *Direito internacional privado*, cit., p. 47.

6 DOLINGER, Jacob. *Direito internacional privado*, cit., p. 257-258.

7 Cf. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 47.

Em regra, aplica-se a lei do local da execução do contrato de trabalho para a solução de conflitos de normas no espaço[8].

O critério da lei do local da prestação dos serviços é previsto no Código de Bustamante (art. 198), ratificado pelo Brasil e promulgado pelo Decreto 18.871/1929. Nesse enfoque, o local da prestação do serviço é o elemento de conexão, o qual define a lei que disciplina a relação jurídica de trabalho.

Da mesma forma, a Súmula 207 do TST estabelece que: "A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação".

Mesmo assim, ocorrendo transferências provisórias, de curta duração, para outros países, pode-se entender que o empregado permanece regido pela lei do local principal, pertinente ao contrato de trabalho e sua execução.

Ademais, parte da doutrina admite que as partes convencionem a lei que irá reger a relação de emprego, durante a prestação do serviço no exterior, desde que seja mais benéfica ao empregado.

Anteriormente, a Lei 7.064, de 6 de dezembro de 1982, regulava a situação dos trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos por empresas prestadoras de serviços de engenharia, inclusive consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres, para prestar serviços no exterior (art. 1º).

Na atualidade, a Lei 11.962, de 3 de julho de 2009, alterou o art. 1º da Lei 7.064/1982, passando a dispor que este diploma legal "regula a situação de trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos por seus empregadores para prestar serviço no exterior"[9].

Desse modo, a Lei em questão passou a disciplinar, de forma geral, os casos em que o trabalhador é contratado no Brasil, ou transferido por seu empregador, *para laborar no exterior*, não mais se restringindo às empresas de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres.

Para os efeitos da Lei 7.064/1982, considera-se *transferido*: o empregado removido para o exterior, cujo contrato estava sendo executado no território brasileiro; o empregado cedido à empresa sediada no estrangeiro, para trabalhar no exterior, desde que mantido o vínculo trabalhista com o empregador brasileiro; o empregado contratado por empresa sediada no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior (art. 2º).

De acordo com a relevante disposição do art. 3º da Lei 7.064/1982: "A empresa responsável pelo contrato de trabalho do empregado transferido assegurar-lhe-á, independentemente da observância da legislação do local

---

8 Cf. DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 7. ed. São Paulo: LTr, 2008. p. 248.

9 Conforme o parágrafo único do art. 1º da Lei 7.064/1982: "Fica excluído do regime desta Lei o empregado designado para prestar serviços de natureza transitória, por período não superior a 90 (noventa) dias, desde que: *a*) tenha ciência expressa dessa transitoriedade; *b*) receba, além da passagem de ida e volta, diárias durante o período de trabalho no exterior, as quais, seja qual for o respectivo valor, não terão natureza salarial".

da execução dos serviços: I - os direitos previstos nesta Lei; II - a aplicação da legislação brasileira de proteção ao trabalho, naquilo que não for incompatível com o disposto nesta Lei, quando mais favorável do que a legislação territorial, no conjunto de normas e em relação a cada matéria".

O parágrafo único do mesmo dispositivo estabelece, ainda, que: "Respeitadas as disposições especiais desta Lei, aplicar-se-á a legislação brasileira sobre Previdência Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Programa de Integração Social - PIS/PASEP".

Nesse sentido, de acordo com a Orientação Jurisprudencial 232 da SBDI-I do TST: "O FGTS incide sobre todas as parcelas de natureza salarial pagas ao empregado em virtude de prestação de serviços no exterior".

Mesmo quando a Lei 7.064/1982 apenas regulava a situação dos trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos por empresas prestadoras de serviços de engenharia, inclusive consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres, para prestar serviços no exterior, existia o entendimento, de parte da doutrina, no sentido de que a totalidade das disposições da Lei 7.064/1982 deveria ser aplicada, por analogia, em todas as hipóteses de trabalhadores que prestem serviços no exterior, inclusive quanto à lei de direito material de regência da relação de emprego. Entretanto, antes da alteração decorrente da Lei 11.962/2009, prevalecia o entendimento de que a mencionada regra era considerada especial, de modo que nas hipóteses não inseridas na norma específica, aplicava-se a disposição geral, prevista na Súmula 207 do TST, pertinente à lei do local da prestação dos serviços.

No presente, a Lei 7.064/1982 passou a regular, de forma genérica, a situação de trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos por seus empregadores para prestar serviço no exterior.

Em razão disso, pode-se entender que passa a ser aplicada a previsão do art. 3º da Lei 7.064/1982, nas hipóteses de transferência do empregado para prestar serviço no exterior.

No caso de contratação de trabalhador, por empresa estrangeira, para trabalhar no exterior, exige-se a prévia autorização do Ministério do Trabalho e Emprego (art. 12 da Lei 7.064/1982). Essa autorização somente poderá ser dada à empresa de cujo capital participe, em pelo menos 5%, pessoa jurídica domiciliada no Brasil (art. 13).

O art. 14 do mesmo diploma legal apresenta a seguinte disposição: "Sem prejuízo da aplicação das leis do país da prestação dos serviços, no que respeita a direitos, vantagens e garantias trabalhistas e previdenciárias, a empresa estrangeira assegurará ao trabalhador os direitos a ele conferidos neste Capítulo".

Na realidade, a atenta análise da Lei 7.064/1982 revela que esta disciplina duas situações diversas, quais sejam:

- em seu Capítulo II, a *transferência do empregado para trabalhar no exterior* (art. 2º), hipótese em que se aplica o já destacado art. 3º;

- em seu Capítulo III, a *contratação do empregado, por empresa estrangeira, para trabalhar no exterior*.

Nesse último caso, o art. 14, como mencionado, estabelece a aplicação das leis do país da prestação dos serviços, no que respeita a direitos, vantagens e garantias trabalhistas e previdenciárias, mas a parte final desse dispositivo menciona que a empresa estrangeira deve assegurar os direitos "conferidos neste Capítulo". Entretanto, o Capítulo mencionado é o III, da Lei 7.064/1982, enquanto o seu art. 3º encontra-se no Capítulo II, relativo à transferência do empregado ao exterior.

Por isso, na hipótese de *empregado contratado por empresa estrangeira, para prestar serviço no exterior*, há entendimento de que não se aplica a previsão do art. 3º da Lei 7.064/1982, mas sim a *lei do país da prestação dos serviços* (na linha do disposto no art. 198 do Código de Bustamante e adotado na Súmula 207 do TST), tendo em vista a disposição especial do seu art. 14[10].

Essa interessante questão, como se observa, não foi objeto de alteração, mesmo com a Lei 11.962/2009.

Já no caso de empregado contratado por *empresa brasileira*, para prestar serviço no exterior, cabe lembrar que, de acordo com o art. 2º, inciso III, da Lei 7.064/1982, considera-se *transferido* "o empregado contratado por empresa sediada no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior".

Desse modo, nessa última hipótese, torna-se aplicável o art. 3º do mesmo diploma legal, no sentido de que a empresa responsável pelo contrato de trabalho do *empregado transferido* assegurar-lhe-á, independentemente da observância da legislação do local da execução dos serviços: I - os direitos previstos nesta Lei; II - a aplicação da legislação brasileira de proteção ao trabalho, naquilo que não for incompatível com o disposto nesta Lei, quando mais favorável do que a legislação territorial, no conjunto de normas e em relação a cada matéria. Respeitadas as disposições especiais desta Lei, aplicar-se-á a legislação brasileira sobre Previdência Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Programa de Integração Social (PIS/PASEP).

4. Conclusão

Em tempos de globalização, as relações sociais são cada vez mais estabelecidas entre pessoas e instituições de países diversos, estreitando-se os vínculos internacionais.

Evidentemente, esse movimento também vem sendo intensamente observado nas relações de trabalho, como decorrência da internacionalização dos mercados e da economia.

---

[10] Cf. MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 56: "Em princípio, poderia o intérprete entender que, em se tratando de contratação no Brasil para trabalhar no exterior, seria aplicável o art. 3º da Lei nº 7.064, que determina a aplicação da legislação trabalhista brasileira, mesmo havendo a prestação de serviços no exterior. Entretanto, o art. 14 da Lei nº 7.064 é bastante claro no sentido de que não se observa todo o contido na referida lei para o contratado no Brasil para prestar serviços no exterior, mas apenas o previsto no capítulo no qual está inserido o art. 14. O capítulo é o III, que compreende apenas os arts. 12 a 20 e não toda a lei. Logo, não é observado o art. 3º da mencionada norma".

Desse modo, torna-se relevante a existência de regras claras, dispondo a respeito da lei aplicável em relações trabalhistas envolvendo elementos de mais de um país.

Nesse enfoque, a recente Lei 11.962/2009, ao alterar a Lei 7.064/1982, procurou uniformizar o critério de aplicação da lei em casos de prestação de serviços no exterior, o que certamente irá refletir no entendimento jurisprudencial a respeito do tema.

Mesmo assim, cabe observar que a Lei 7.064/1982 ainda apresenta disposições específicas e, de certa forma, distintas, quanto às seguintes situações: *transferência do empregado para trabalhar no exterior* (art. 2º), hipótese em que se aplica o seu art. 3º (Capítulo II); *contratação do empregado, por empresa estrangeira, para trabalhar no exterior* (Capítulo III), hipótese em que o art. 14 estabelece a aplicação das leis do país da prestação dos serviços, no que respeita a direitos, vantagens e garantias trabalhistas e previdenciárias, devendo a empresa estrangeira assegurar os direitos conferidos no Capítulo III da Lei 7.064/1982.

É certo que esse aspecto também poderia ter sido objeto de uniformização pela Lei 11.962/2009, mas o art. 14 da Lei 7.064/1982 não chegou a ser alterado.

Por fim, no caso de empregado contratado por *empresa brasileira*, para prestar serviço no exterior, por se considerar *transferido* "o empregado contratado por empresa sediada no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior" (Lei 7.064/1982, art. 2º, inciso III), aplica-se o art. 3º da Lei 7.064/1982.

5. Bibliografia

CASTRO, Amilcar de. *Direito internacional privado*. 5. ed., aumentada e atualizada com notas de rodapé por Osiris Rocha. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 7. ed. São Paulo: LTr, 2008.

DOLINGER, Jacob. *Direito internacional privado*: parte geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Método, 2009.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*: introdução ao direito civil; teoria geral de direito civil. 21. ed., revista e atualizada por Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 1.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO AJUIZADA PELOS HERDEIROS DA VÍTIMA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Raimundo Simão de Melo[*]

Palavras-chave: acidente - trabalho - ação - herdeiro - sucessor - competência

Resumo: O presente trabalho trata da competência jurisdicional nas ações acidentárias movidas pelos herdeiros, dependentes e sucessores das vítimas fatais de acidentes de trabalho. Após mostrar a tendência da jurisprudência do TST e as decisões do STF nos Conflitos de Competência nºs. 7.204 e 7.545, reconhecendo a competência única da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar tais pleitos, com base no princípio da unidade de jurisdição, propugno pela revogação da Súmula 366 do STJ ou, se isto não acontecer, pelo ajuizamento, pela parte interessada ou pelo Ministério Público do Trabalho, de Reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, para a preservação da competência deste e garantia da autoridade das decisões proferidas nos dois Conflitos de Competência mencionados.

Key-words: accident - work - action - heir - successor - competence

Abstract: This work deals with the jurisdictional competence on accidental actions moved by heirs, dependents and successors from deadly victims' labor accident. After showing the Superior Court of Work (SCW) jurisprudence tendency and the decisions of the Supreme Federal Court (SFC) on the Conflicts of Competence numbers 7.204 and 7.545, recognizing the exclusive competence of the Justice of Work to appreciate and judge such lawsuits, based on the principle of the jurisdiction unit, I advocate for the revocation of the Abridgement 366 of the Supreme Court of Justice (SCJ) or, if this does not happen, for the admittance of an action, for the interested part or for the Public Ministry of Work, of Claim before the Supreme Federal Court, for the preservation of the competence of this and guarantee of the authority on the decisions pronounced in the two mentioned Conflicts of Competence.

A ampliação da competência da Justiça do Trabalho desde 1988 é uma realidade que alguns, sem razão, ainda não aceitam, especialmente no tocante aos litígios decorrentes de acidentes de trabalho.

Essa ampliação quanto aos acidentes de trabalho tornou-se maior ainda com a alteração do art. 114 e inciso VI, da Constituição Federal, pela EC nº 45/04, agora não podendo mais existir qualquer dúvida a respeito da competência dessa Especializada para apreciar e julgar os conflitos

* Procurador Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP). Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP. Professor de Direito e de Processo do Trabalho. Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

decorrentes de acidentes de trabalho em face do empregador ou tomador de serviços, quando se busca o pagamento de indenizações por danos material, moral, estético e pela perda de uma chance.

Assim estabelecem os novos dispositivos constitucionais:

> "Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: ...VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho".

Num primeiro momento (RE nº 438.6390), depois da EC 45/2004, por maioria, o STF chegou ainda a reconhecer que a competência seria da Justiça comum.

Todavia, logo em seguida, reparando o equívoco, de forma unânime decidiu o plenário da Corte Suprema, analisando o Conflito de Competência nº 7.204-1, que é a Justiça do Trabalho o órgão competente para decidir todas as questões envolvendo acidentes de trabalho em face dos empregadores, inclusive para manter a unidade de jurisdição, pois não seria crível nem adequado, em termos de política judiciária, cindir jurisdições para, por exemplo, a Justiça obreira apreciar um pleito de estabilidade do acidentado e, por conta do mesmo evento, decidir a Justiça comum estadual pedidos de indenizações, sendo o fato o mesmo, com a possibilidade de decisões conflitantes (uma Justiça reconhecendo o evento como acidente do trabalho e a outra não).

A ementa do julgado ficou assim vazada:

> **EMENTA**: **"CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA JUDICANTE EM RAZÃO DA MATÉRIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO, PROPOSTA PELO EMPREGADO EM FACE DE SEU (EX-) EMPREGADOR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 114 DA MAGNA CARTA. REDAÇÃO ANTERIOR E POSTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROCESSOS EM CURSO NA JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS. IMPERATIVO DE POLÍTICA JUDICIÁRIA**. 1. Numa primeira interpretação do inciso I do art. 109 da *Carta de Outubro*, o Supremo Tribunal Federal entendeu que as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho, ainda que movidas pelo empregado contra seu (ex-) empregador, eram da competência da Justiça comum dos Estados-Membros. 2. Revisando a matéria, porém, o Plenário concluiu que a Lei Republicana de 1988 conferiu tal competência à Justiça do Trabalho. Seja porque o art. 114, já em sua redação originária, assim deixava transparecer, seja porque aquela primeira interpretação do mencionado inciso I do art. 109 estava, em boa verdade, influenciada pela jurisprudência que se firmou na Corte sob a égide das Constituições anteriores.

> 3. Nada obstante, como imperativo de política judiciária - haja vista o significativo número de ações que já tramitaram e ainda tramitam nas instâncias ordinárias, bem como o relevante interesse social em causa -, o Plenário decidiu, por maioria, que o marco temporal da competência da Justiça trabalhista é o advento da EC n. 45/04. Emenda que explicitou a competência da Justiça Laboral na matéria em apreço. 4. A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC n. 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução. Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação. 5. O Supremo Tribunal Federal, guardião-mor da Constituição Republicana, pode e deve, em prol da segurança jurídica, atribuir eficácia prospectiva às suas decisões, com a delimitação precisa dos respectivos efeitos, toda vez que proceder a revisões de jurisprudência definidora de competência *ex ratione materiae*. O escopo é preservar os jurisdicionados de alterações jurisprudenciais que ocorram sem mudança formal do Magno Texto. 6. Aplicação do precedente consubstanciado no julgamento do Inquérito n. 687, Sessão Plenária de 25.8.99, ocasião em que foi cancelada a Súmula n. 394 do STF, por incompatível com a Constituição de 1988, ressalvadas as decisões proferidas na vigência do verbete. 7. Conflito de competência que se resolve, no caso, com o retorno dos autos ao Tribunal Superior do Trabalho" (Conflito de Competência nº 7.204; Rel. Min. Carlos Ayres Brito; 29/06/2005).

Na decisão supra, o Tribunal, por unanimidade, conheceu do conflito e, por maioria, definiu a competência da justiça trabalhista, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, para julgamento das ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho, vencido, no caso, o Senhor Ministro Marco Aurélio, que apenas não estabelecia a edição da emenda constitucional como marco temporal para competência da justiça trabalhista.

Na forma da decisão proferida (CC 7.204), ficou assentada a competência ampla da Justiça do Trabalho para julgar todas as ações reparatórias por acidente do trabalho em face do empregador, valendo citar uma passagem do voto-vista do Ministro Cezar Peluso sobre o alcance do que seja relação de trabalho para efeito de se estabelecer a competência da Justiça do Trabalho: "(...) E tal posição que teve modesta influência no teor do acórdão, baseou-se no princípio fundamental da chamada unidade

de jurisdição, segundo o qual, por causa dos graves riscos de decisões contraditórias, sempre ininteligíveis para os jurisdicionados e depreciativas para a justiça, não convém que causas, com pedidos e qualificação jurídicas diversos, mas fundadas no mesmo fato histórico, sejam decididas por juizes diferentes. (...) É que a revisão do tema me convenceu que tanto as ações acidentárias, evidentemente oriundas da relação de trabalho, como, sem exceção, todas as demais ações resultantes da relação de trabalho, devam em nome do mesmo princípio, ser atribuídas à Justiça do Trabalho. A especialização e a universalidade desta já recomendariam, quando menos em teoria, tal solução, por razões mais do que óbvias, como acabou de demonstrar o voto do Ministro Carlos Britto".

No entanto, ainda há divergências a respeito dos casos em que os autores das ações são os sucessores, herdeiros ou dependentes do acidentado que falece em razão do infortúnio.

Para uns, por conta da legitimidade e em razão das indenizações terem caráter civilista, a competência é a da Justiça comum estadual, cindindo-se, assim, a unidade de jurisdição.

Outros afirmam que o que importa é o fato gerador, no caso, o acidente de trabalho, para se estabelecer a competência da Justiça do Trabalho, pois a matéria é a mesma, mudando apenas os atores do processo.

Com efeito, entendo que na nova competência dessa Justiça obreira também estão abrangidas as ações ajuizadas pelos sucessores e dependentes das vítimas que falecem, com pleitos de indenizações por danos moral, material, estético e pela perda de uma chance, porque os danos decorrem de ato praticado pelo empregador ou tomador de serviços em razão de uma relação de trabalho. O fundamento é o art. 114 e inciso VI da Constituição Federal, acima transcritos.

Seria até estranho mesmo imaginar que num acidente de trabalho, enquanto a vítima está convalescendo, para solucionar o conflito é a Justiça do trabalho a competente, mas no dia seguinte, vindo a vítima a falecer, essa competência passaria para a Justiça comum estadual. Esse entendimento, *data venia*, não tem lógica nem sustentação jurídica, além de ofender as disposições do art. 114 e inciso VI da Constituição Federal ("Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (...) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho").

Na própria Justiça do Trabalho há divergências sobre a competência trabalhista para o caso, principalmente nos regionais e na primeira instância. No Processo TRT3 nº 010-2006-131 foi reconhecida a competência da Justiça do Trabalho e no Processo TRT4 nº 0442-2005-211, o entendimento foi pela competência da Justiça comum estadual.

No C. TST a questão já vem recebendo pronunciamentos pela competência da Justiça do Trabalho, como se ilustra com as ementas a seguir transcritas:

EMENTA: 1. ACIDENTE DO TRABALHO. ÓBITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL AJUIZADA PELA VIÚVA

E FILHOS DO TRABALHADOR FALECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. 1.1. Diante do conteúdo do art. 114, inciso VI, da Constituição Federal, compete à Justiça do Trabalho julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes das relações de trabalho, aí incluídas aquelas fundadas em acidente do trabalho (Súmula 392 do TST). 1.2. A competência, no caso, se estabelece em razão da matéria (STF, Conflito de Competência 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Ayres Britto). 1.3. Com efeito, foge ao propósito das regras definidoras da competência da Justiça do Trabalho pretender que a qualidade das partes modifique o juízo competente para a apreciação da causa. Se a lide está calcada na relação de trabalho, se a controvérsia depende da análise dos contornos e do conteúdo dessa relação, a competência é da Justiça especial (STF, RE-AgR 503043/SP, Rel. Min. Carlos Ayres Britto). 1.4. A competência para processar e julgar ação de indenização por danos morais, decorrentes de acidente do trabalho, ainda que ajuizada pela viúva e dependentes do trabalhador falecido, é da Justiça do Trabalho. Recurso de revista não conhecido. (TST - PROC. RR 123/2005-012-12-00; Rel. Ministro ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA; DJU de 13/02/2009).

EMENTA: PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO - DANO MORAL - ACIDENTE DE TRABALHO COM ÓBITO - AÇÃO MOVIDA PELA VIÚVA DO EX-EMPREGADO, NA CONDIÇÃO DE SUCESSORA. I - É incontroversa a competência da Justiça do Trabalho para julgar ação de indenização por danos moral e material provenientes de infortúnio do trabalho quando movida pelo empregado. II - A competência material assim consolidada não sofre alteração na hipótese de, falecendo o empregado, o direito de ação ser exercido por seus sucessores. III - Com efeito, a transferência dos direitos sucessórios deve-se à norma do artigo 1784 do Código Civil de 2002, a partir da qual os sucessores passam a deter legitimidade para a propositura da ação, em razão da transmissibilidade do direito à indenização, por não se tratar de direito personalíssimo do *de cujus*, dada a sua natureza patrimonial, mantida inalterada a competência material do Judiciário do Trabalho, em virtude de ela remontar ao acidente de que fora vítima o ex-empregado. Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal no RE 503.043-AgR/SP, Relator Ministro Carlos Britto, DJ 01/06/2007, não se configurando a indigitada violação ao art. 114, VI, da Constituição da República. (TST - PROC. RR 1539/2005-022-13-00; 4ª Turma; Rel. MINISTRO BARROS LEVENHAGEN; DOU de 06/02/2009).

Na I Jornada de Direito e Processo do Trabalho promovida pela ANAMATRA e pelo TST, em novembro de 2007, foi aprovado o Enunciado nº 36, nos seguintes termos:

> "**ACIDENTE DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. AÇÃO AJUIZADA POR HERDEIRO, DEPENDENTE OU SUCESSOR**. Compete à Justiça do Trabalho apreciar e julgar ação de indenização por acidente de trabalho, mesmo quando ajuizada pelo herdeiro, dependente ou sucessor, inclusive em relação aos danos em ricochete".

O STJ, inicialmente, emitiu entendimento pela competência da Justiça do Trabalho, *verbis*:

> **EMENTA: "PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DO TRABALHO. SERVIDOR PÚBLICO. ARTS. 109 E 114 DA CF**. 1. O Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência de 7.204/MG entendeu que, mesmo antes de ser editada a Emenda Constitucional n. 45/04, a competência para julgar as ações que versem sobre indenização por dano moral ou material decorrente de acidente de trabalho já seria da Justiça Laboral. 2. A Corte Suprema, por razões de política judiciária, assim decidiu: "O Supremo Tribunal Federal, guardião-mor da Constituição Republicana, pode e deve, em prol da segurança jurídica, atribuir eficácia prospectiva às suas decisões, com a delimitação precisa dos respectivos efeitos, toda vez que proceder a revisões de jurisprudência definidora de competência *ex ratione materiae*. O escopo é preservar os jurisdicionados de alterações jurisprudenciais que ocorram sem mudança formal do Magno Texto". O marco temporal foi estabelecido na data da edição da Emenda Constitucional n. 45/04. 4. Tem natureza trabalhista a reclamatória intentada pelos herdeiros do trabalhador falecido e em nome dele com o fito de ver reconhecida a indenização por danos morais e materiais ocasionadas por acidente de trabalho" (STJ — Proc. CC 61587/SP; Rel. Min. Castro Meira; DJ 11.9.06, p. 217).

Mas de forma inexplicável, a mesma Corte Superior emitiu a Súmula nº 366, em sentido contrário, com o seguinte teor:

> "Compete à Justiça estadual processar e julgar ação proposta por viúva e filhos de empregado falecido em acidente de trabalho".

Esse entendimento, contudo, contraria a jurisprudência que vem se firmando no STF, reconhecendo que na nova competência da Justiça do Trabalho estão abrangidas as ações ajuizadas pelas vítimas e seus sucessores, por danos moral, material e estético oriundos de acidentes do trabalho, isto porque tais danos decorrem de ato praticado pelo empregador ou tomador de serviços (o acidente de trabalho) em razão de uma relação de trabalho. O fundamento é o art. 114 e inciso VI da Constituição Federal, com a ampliação dada pela EC 45/2004.

Assim, devem os juízes do trabalho reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar essas ações, pois, repita-se, essa é a linha de entendimento do STF, porque é a mais correta e perversa o princípio da unidade de jurisdição, como se vê das decisões a seguir ementadas:

> **EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS, DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO. AÇÃO AJUIZADA OU ASSUMIDA PELOS DEPENDENTES DO TRABALHADOR FALECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIAL**. Compete à Justiça do Trabalho apreciar e julgar pedido de indenização por danos morais e patrimoniais, decorrentes de acidente do trabalho, nos termos da redação originária do art. 114 c/c inciso I do art. 109 da Lei Maior. Precedente: CC n. 7.204. Competência que remanesce ainda quando a ação é ajuizada ou assumida pelos dependentes do trabalhador falecido, pois a causa do pedido de indenização continua sendo o acidente sofrido pelo trabalhador. Agravo Regimental desprovido. (STF. 1ª Turma, RE-AgR 503043/SP Rel. Ministro Carlos Ayres Britto, DJ de 01/06/07).
>
> **EMENTA: CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA PARA JULGAR AÇÕES DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTA PELOS SUCESSORES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL. AGRAVO IMPROVIDO**. I - É irrelevante para definição da competência jurisdicional da Justiça do Trabalho que a ação de indenização não tenha sido proposta pelo empregado, mas por seus sucessores. II - Embargos de declaração convertidos em agravo regimental a que se nega provimento (STF - RE nº 482797; 1ª Turma; Rel. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI; DJ de 27/06/2008).
>
> **EMENTA: I. Embargos de declaração convertidos em agravo regimental. II.Competência. Justiça do Trabalho. Ação de indenização por danos resultantes de acidente do trabalho, proposta contra o empregador perante a Justiça estadual, que pendia de julgamento de mérito quando do advento da Emenda Constitucional 45/04.** 1. Ao julgar o CC 7.204, 29.06.2005, Britto, Inf. STF 394, o Supremo Tribunal, revendo a entendimento anterior, assentou a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações de indenização por danos, morais ou materiais, decorrentes de acidente de trabalho, ajuizadas após a EC 45/04. 2. A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito (*v.g.* AI 506.325-

> AgR, 23.05.2006, 1ª T, Peluso; e RE 461.925-AgR, 04.04.2006, 2ª T, Celso), o que ocorre na espécie. 3. Irrelevante para a questão da competência que se cuide de ação proposta por viúvo de empregada das embargantes, falecida em decorrência do acidente de trabalho: trata-se de direito patrimonial, que, com a morte do trabalhador, se transmitiu aos sucessores. 4. Agravo regimental desprovido (STF - RE nº 509353; Rel. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE; DJ de 17/08/2007).

Para afastar mesmo qualquer dúvida, em 04/06/2009 o STF julgou o Conflito de Competência nº 7.545 (Rel. Min. Eros Grau), entre o TST e o Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Joinvile, definindo o Pleno que a competência para julgar os pedidos de indenizações decorrentes de acidente do trabalho é da Justiça do Trabalho, mesmo quando a ação for ajuizada pelos herdeiros ou dependentes da vítima. Desta forma, nos acidentes de trabalho fatais, a Justiça do Trabalho é o órgão judicial competente para apreciar e julgar as ações ajuizadas pelo cônjuge, filhos e dependentes da vítima que falece.

Diante dessa importante decisão, espera-se que o STJ cancele imediatamente a aludida Súmula nº 366, aceitando, assim, o entendimento do STF.

Caso não o faça, cabe Reclamação para o Supremo Tribunal Federal, na forma do art. 102, inciso I, letra *l* da Constituição Federal ("Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: (...) I - a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões").

Essa Reclamação poderá ser proposta pela parte interessada ou pelo Ministério Público do Trabalho (Lei 8.038/90, art. 13: "Para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões, caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público").

É que, *data venia*, está equivocado o entendimento da referida Corte Superior, que quer fixar a competência da Justiça do Trabalho pela natureza da matéria em debate e pela qualidade das partes e não levando em conta a causa de pedir, como vem fazendo o STF depois da Constituição Federal de 1988, quando pela primeira vez afirmou em decisão histórica, que "À determinação da competência da Justiça do Trabalho não importa que dependa a solução da lide de questões de direito civil, mas sim, no caso, que a promessa de contratar, cujo alegado conteúdo é o fundamento do pedido, tenha sido feita em razão da relação de emprego, inserindo-se no contrato de trabalho" (STF, Ac. Pleno; Conflito de Jurisdição nº 6.959 - Relator Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 22-5-91, p.1.259).

Assim, considerando-se a necessidade de preservação do princípio da unidade de jurisdição da Justiça do Trabalho para apreciar todas as questões decorrentes de acidentes de trabalho em face do empregador, independentemente de quem seja o autor da ação, qualquer arguição de incompetência dessa Justiça Especializada deve ser rejeitada pelos magistrados do trabalho.

O FUTURO DO DIREITO

Atahualpa Fernandez[*]
Marly Fernandez[**] [***]

"Quien presume de predecir el futuro miente, aunque el azar pueda hacer realidad su predicción". PROVÉRBIO ÁRABE

"Tu, tus alegrías y penas, tus memorias y ambiciones, tu sentido de la identidad personal, de la justicia y de la libertad, no son de hecho más que la conducta de una amplia asociación de neuronas y sus moléculas asociadas. Tú no eres otra cosa que un montón de neuronas". FRANCIS CRICK

* Pós-doutor em Teoría Social, Ética y Economia pela Universidade Pompeu Fabra; Doutor em Filosofia Jurídica, Moral y Política pela Universidade de Barcelona; Mestre em Ciências Jurídico-civilísticas pela Universidade de Coimbra; Pós-doutorado e Research Scholar do Center for Evolutionary Psychology da University of California/Santa Barbara; Research Scholar da Faculty of Law/CAU-Christian-Albrechts-Universität zu Kiel-Alemanha; Especialista em Direito Público pela UFPa.; Professor Titular-Unama/PA (licenciado); Professor Colaborador Honorífico (Livre Docente) e Investigador da Universitat de les Illes Balears/Espanha (Etologia, Cognición y Evolución Humana/Laboratório de Sistemática Humana/Evocog. Grupo de Cognición y Evolución humana/Unidad Asociada al IFISC (CSIC-UIB)/ Instituto de Física Interdisciplinar y Sistemas Complejos/UIB; Membro do Ministério Público da União/MPT (aposentado); Advogado.

** Doutora em Humanidades y Ciencias Sociales (Cognición y Evolución Humana)/ Universitat de les Illes Balears-UIB/Espanha; Mestra em Cognición y Evolución Humana/Universitat de les Illes Balears- UIB/Espanha; Mestra em Teoría del Derecho/Universidad de Barcelona-UB/Espanha; Investigadora da Universitat de les Illes Balears/Espanha (Etologia, Cognición y Evolución Humana/Laboratório de Sistemática Humana/Evocog. Grupo de Cognición y Evolución humana/Unidad Asociada al IFISC (CSIC-UIB)/Instituto de Física Interdisciplinar y Sistemas Complejos/UIB.

*** Para a consulta da referência bibliográfica relativa aos autores citados neste artigo cfr.: Atahualpa Fernandez, Direito e natureza humana. As bases ontológicas do fenômeno jurídico, Curitiba, Ed. Juruá, 2007; Atahualpa Fernandez, Argumentação jurídica e hermenêutica, São Paulo: Ed. Imprensa Jurídica, 2009; Atahualpa Fernandez e Marly Fernandez, Neuroética, Direito e Neurociência, Curitiba: Ed. Juruá, 2008.

A doutrina jurídica tradicional se interroga desde sempre acerca do modo como as regras sociais e as normas jurídicas surgem e se impõe na sociedade, ao que se acrescenta a questão relativa à maneira como essas regras e normas se legitimam. Também se manteve durante séculos a tese de que o ser humano é sociável por natureza e, portanto, somente na sociedade organizada alcançava o indivíduo humano sua mais plena e perfeita realização. Assim, as normas e a organização sócio-política seriam uma seqüela necessária do próprio "ser do homem", a dimensão ou componente imanente de sua natureza moral e racional.

Com a chegada da época moderna entra em crise essa justificação teleológica e metafísica da ordem social e de suas normas. O ser humano deixa de ver-se como puro autor racional de um guión pré-escrito e prescrito com anterioridade e se torna autor de sua própria vida e suas realizações sociais. Manter-se-á até nossos dias a idéia comum de que não há sociedade sem normas, mas as normas já não são mais a expressão de nenhum fim (teleológico ou transcendente) pré-estabelecido, senão um produto propriamente humano, evolucionado, contingente e variável.

A crescente correlação entre normas de conduta e natureza humana torna-se cada vez mais explícita e a questão da origem, evolução e natureza dessa natureza (humana) e de seus produtos normativos (sócio-adaptativos) passa a constituir um problema teórico e central das mais modernas filosofias e teorias sociais normativas[1]. Frente ao tradicional desdobramento do

[1] Nas palavras de Pinker (2002), todo mundo tem uma teoria sobre a natureza humana. Todos temos de prever o comportamento dos demais, o qual significa que todos necessitamos umas teorias sobre o que é o que move às pessoas a adotar determinadas condutas. Uma teoria tácita da natureza humana - segundo a qual o comportamento é causado por pensamentos e emoções dos causantes da conduta - é ínsita ao modo como concebemos a pessoa. Damos corpo a esta teoria analisando nossa mente e supondo que nossos semelhantes são como nós, assim como observando o comportamento das pessoas e formulando generalizações. Ademais, também absorvemos outras idéias de nosso ambiente intelectual: da experiência dos expertos e da sabedoria convencional do momento. Nossa teoria sobre a natureza humana é a fonte de grande parte do que ocorre em nossa vida. A ela nos remetemos quando queremos convencer ou ameaçar, informar ou enganar. Aconselha-nos sobre como manter vivo nosso matrimônio, educar aos filhos e controlar nossa própria conduta. Seus supostos sobre a aprendizagem condicionam nossa política educativa; seus supostos sobre a motivação dirigem as políticas sobre economia, justiça e delinquência. E dado que delimita aquilo que as pessoas podem alcançar facilmente, aquilo que podem conseguir somente com sacrifício ou sofrimento, e aquilo que não podem obter de modo algum, afeta a nossos valores: aquilo pelo que pensamos que podemos lutar razoavelmente como indivíduos e como sociedade. As teorias opostas da natureza humana se entrelaçam em diferentes maneiras de viver e em diferentes sistemas políticos, e tem sido causa de grandes conflitos ao longo da história. Para uma introdução histórica acerca das concepções da natureza humana, a importância da idéia de natureza humana para o indivíduo e a forma como afeta de maneira profunda o tipo de sociedade em que vivemos e em que nos gostaria viver, cfr., ademais de Pinker (2002): Trigg, 2001, Stevenson e Haberman, 1998.

sujeito em indivíduo moral (ou quase divino) e ser genérico portador de uma racionalidade quase que absoluta, o sujeito moderno se concebe ao mesmo tempo como o resultado de um processo biológico de *hominização* (a soma de mutações, recombinações e seleção natural pelo qual o *Homo sapiens* se distingue progressivamente das espécies de que descende) e um processo histórico de *humanização* (pelo qual se somam outros fatores diferentes aos puramente biológicos: regras, moral, linguagem, cultura, civilização...)[2].

Já não somos portavozes de uma racionalidade (ou divindade) de alguma forma transcendente que se nos impõe e converte nossas vidas e agrupações em realização de um fim predeterminado, senão uma espécie que descobriu que determinados comportamentos e vínculos sociais são necessários para resolver problemas adaptativos relativos à sobrevivência, ao êxito reprodutivo e à vida em comunidade, e aceitou a necessidade de assegurá-los e controlá-los mediante um conjunto de normas e regras de conduta. O sujeito moral deixa seu lugar ao ser humano produto da evolução por seleção natural.

---

[2] Esses dois processos existem evidentemente. Não obstante, compartimos da idéia de que a *hominização* é primeira; a *humanização,* sem ser um simples resultado (os indivíduos também têm seu papel, com o que isso supõe de contingência e criatividade), depende dela. De início, e embora o aparecimento da humanidade à vista e o conhecimento da história tenha devolvido às trevas a animalidade que lhe precedeu, é afinal a natureza humana unificada e fundamentada na herança o que faz a diferença. De fato, como seres intencionais, qualquer ação - quer dizer, qualquer movimento, qualquer pensamento ou qualquer sentimento ou emoção que tenham propósitos intencionais - responde a uma forma específica de como a seleção natural modelou nosso cérebro dotando-lhe de uma vantagem adaptativa. Os objetivos de nossas ações se alcançam por meio de estratégias estritamente vinculadas à natureza humana, sem prejuízo - claro está - de admitir amplas variações resultantes da inserção no entorno sócio-cultural em que se vive. A cultura influi tanto no sentido de acentuar como de rebaixar as tendências mais profundamente enraizadas na natureza humana. Essa dupla ação natureza/cultura produziu, durante o largo curso de nosso processo evolutivo, algumas estratégias e mecanismos desenhados com a intenção de que servissem para resolver determinados problemas adaptativos a eles associados. Se o propósito se alcança, assumimos e dizemos que tais mecanismos têm *valor* (que são *bons*) e, como tal, que são capazes de ir acumulando "tradições" que, não obstante em processo contínuo de renovação (da evolução acumulativa e renovada da cultura pelo efeito "*ratchet*", de que nos fala Tomasello, 1993 e 1999), se transmitem de geração em geração mediante atuações individuais de pessoas influídas por esse triplo conjunto de elementos procedentes da natureza, da cultura e da história, tanto recente como remota, da humanidade. Ante um panorama assim, de diversidade temporal e cultural tão ampla, a hipótese de que todos os humanos sem exceção significativa tendem a valorar como "boa" uma mesma coisa levaria a afirmar que não pode ser porque nos tenhamos posto todos de acordo sobre sua bondade. Tal valor compartido se assentaria na psicologia natural da espécie humana ao dar uma solução efetiva aos problemas adaptativos do momento.

Hoje, mais que nunca, se impõe a convicção de que diante dos formidáveis descobrimentos logrados pelas ciências da vida e da mente desde há alguns anos nenhuma filosofia ou teoria social normativa, por pouco séria que seja, pode permanecer encerrada ou isolada em uma torre de marfim fingindo ignorar os resultados da neurociência cognitiva, da ciência cognitiva, da genética do comportamento e da psicologia evolucionista, quatro novos campos de investigação que trabalham para estender uma *ponte* entre a natureza e a sociedade, a biologia e a cultura, em forma de uma explicação científica da mente, do cérebro e da natureza humana. Nenhum filósofo ou teórico do direito consciente das implicações práticas que sua atividade provoca, quase cotidianamente, no espaço público, quer dizer, nenhum filósofo do direito intelectualmente honrado, e que queira propugnar de verdade sua causa (quer dizer, honrado também na ação), deveria desconsiderar a questão última do pensamento moderno: a do status do humano no reino da natureza (do ser humano considerado simultaneamente como um ser biológico, cultural, psicológico e social).

Sem embargo, o problema da tradição jurídica filosófica e da ciência do direito predominante é o de que ainda trabalham como se os humanos só tivessem cultura, uma variedade significativa e nenhuma história evolutiva. De fato, no âmbito do jurídico quase sempre se relega a um segundo plano - ou simplesmente se desconsidera - a devida atenção à evolução da natureza humana e para a forma como o conjunto mente/cérebro processa nossas intuições e emoções morais, assim como as predisposições que permitem criar e articular nossos juízos morais e nossos vínculos sociais relacionais[3].

[3] Em 1991, Alan Fiske, professor de antropologia da UCLA, desenvolveu uma detalhada análise etnográfica dos mossi, de Burkina Faso, uma sociedade que habita na região oeste de África. Sobre a base deste trabalho de campo e do trabalho acadêmico acerca de uma variedade de disciplinas que estudam distintas culturas, Fiske propôs um modelo de relações sociais humanas, de acordo com o qual nos vinculamos com os demais mediante quatro formas elementares de relações sociais: *reparto comunal*, donde as pessoas têm um sentido de identidade comum; *autoridade superior*, donde as pessoas se relacionam seguindo uma hierarquia; *ajuste à igualdade*, donde existe uma relação igualitária entre os pares; e *preço de mercado*, donde a relação se vê mediada por valores que seguem um sistema de mercado. Ao sustentar que estas quatro estruturas vinculantes elementares e suas variações justificam todas as relações sociais entre todos os seres humanos de todas as culturas, Fiske sugere, como única explicação possível deste fato, que estão arraigadas na complexa estrutura da mente humana. Esta idéia sugerida por Fiske dá resposta a muitos dos interrogantes sobre a forma como a organização domínio-específica da mente humana afeta as relações sociais e condiciona nossas intuições morais (o decidir entre o que é bom e o que não o é em relação aos próprios interesses e dos demais supõe o sentido do que é socialmente apropriado no entorno em que estabelecemos nossos vínculos sociais relacionais). E uma vez que parece impensável tratar de relação jurídica (isto é, as relações pessoais dos indivíduos humanos que o discurso jurídico identifica como tal) sem tomar como referência a relação social que a consubstancia e lhe subjaz, um simples exame das características dos quatro tipos de vínculos sociais relacionais propostos por Fiske permite descobrir poderosas e firmes vias de articulação jurídica dessas

Isto é, de que não somente a mente e o cérebro não caíram do céu e de que se formaram lentamente ao longo da evolução de nossa espécie, senão também que a mente, a consciência, os sentimentos, a imaginação, os atos voluntários, o sentido de justiça, a liberdade de ação e a tomada de decisões, assim como todos os nossos processos mentais (nossos processos psíquicos internos), são propriedades emergentes de atividades neuronais (ou se acompanham de processos neuronais) em determinadas áreas cerebrais ou, o que é o mesmo, que todos os pensamentos, condutas e emoções humanas *surgem* da atividade eletroquímica de redes neuronais no cérebro, de interconexões de entidades físicas extremamente complexas dentro do cérebro humano (Dawkins, 2007).

Aliás, diga-se de passo, um dos "fetiches" mais comuns é o de assegurar - principalmente para os alunos dos cursos jurídicos - uma concepção ontológica substancial do direito que reside, em última instância, em "algo" predeterminado (ou vinculado de forma absoluta) por uma indefinida e indecifrável "natureza" considerada sempre igual, por um sistema universal e imutável de princípios e valores ou, com mais atualidade, pela expressão da juridicidade oferecida por um corpo de normas (o ordenamento jurídico) postas pelo legislador, isto é, como um sistema autônomo de leis (im-) postas (com anterioridade) pelo poder (seja este de que natureza for: religiosa, econômica, militar, política, etc.).

De fato, as faculdades de direito parecem estar, na atualidade, submetidas a uma espécie de aliança ímpia tácita entre a verborréia relativista pós-moderna e pós-estruturalista, anticientífica e antirracionalista, e uma retórica autocomplacente, pretendidamente muito "científica", dominada sobretudo por um positivismo e/ou jus naturalismo substancial ontológico e pela teoria da eleição racional: enquanto os pós-modernos fogem da realidade social, científica e política com delirantes imposturas ("tudo é texto" e truanices parecidas), os outros, os "científicos", os "filósofos dos direitos humanos" e os "teóricos da hermenêutica" fogem da realidade social e científica construindo triviais pseudomodelos teóricos que não passam, com frequência, de grotescas paródias argumentativas sem qualquer escrutínio empírico minimamente sério, senão carentes da menor autoconsciência respeito da realidade biológica que nos constitui, dos problemas filosóficos e neuropsicológicos profundos que implica qualquer teoria da ação intencional humana, e em particular, de uma teoria da racionalidade reformada. Enfim, por uma completa falta de precisão relativa à adesão de seus respectivos discursos à natureza humana.

É nessa paisagem cognitivamente hostil à realidade por parte das faculdades de direito que os juristas fiéis à "pureza do direito" parecem estar

---

formas de vida social: modos adequados de combiná-las, de potenciar e cultivar seus melhores lados, e de mitigar ou jugular seus lados destrutivos e perigosos. Recordando a Betti (1955), as relações jurídicas têm seu substrato em relações sociais existentes já antes e inclusive fora da ordem jurídica: relações que o direito não cria, mas encontra ante si, prevê e orienta na diretiva de categorias e avaliações normativas. Para mais detalhes, cfr. Atahualpa Fernandez, 2007.

sempre imunes a toda argumentação que não se ajuste ao seu sistema de crenças, um tipo de resistência construída durante anos de adoutrinamento universitário, utilizando métodos que tardaram séculos em amadurecer. Não há dúvida de que a sabedoria herdada é assombrosa, fascinante e inteligente. Mas se baseia principalmente em suposições, como sabemos pela informação científica e histórica atual. Ao longo da história humana, vários foram os autores que elaboraram teorias morais e jurídicas, interpretações e histórias sobre o que significa ser humano, sobre o que significa existir e sobre como devemos viver. Tudo isso forma parte de nosso rico passado.

Não obstante, a crua e dura realidade é que essas idéias férteis, metafóricas e atrativas - já sejam filosóficas ou religiosas - são meros relatos, se bem alguns mais demonstráveis que outros. O que realmente resulta insólito é que se siga questionando e/ou desconsiderando a existência da natureza humana, quando os novos dados proporcionam bases científicas e históricas para fundamentar novos modos de entender a natureza e nosso passado evolutivo. Sabemos que existe algo que denominamos natureza humana, com qualidades físicas e manifestações inatas e inevitáveis em muitas e diversas situações. Sabemos que algumas propriedades fixas da mente são inatas, que todos os seres humanos possuem certas destrezas e habilidades das que carecem outros animais, e que tudo isso conforma a condição humana. E hoje sabemos que somos o resultado de um processo evolutivo que, para bem ou para mal, modelou nossa espécie. Somos animais éticos. O resto das histórias acerca de nossas origens e de nossa natureza não é mais que isso: histórias que consolam, enganam e até motivam, mas histórias ao fim e ao cabo.

Mas aí fora há uma grande quantidade de juristas cujo adoutrinamento não foi demasiado insidioso ou que, por outras razões, não teve lugar, ou aqueles cuja inteligência natural é o suficientemente forte como para superá-lo. Esses espíritos livres somente necessitam de um pequeno estímulo para evadir-se totalmente do “atraso”, o “estancamento”, a “imaturidade” - chame-se como queira - das ciências jurídicas, um fenômeno inconcusso que o dogmatismo e o isolamento endêmico das ciências sociais normativas deveriam fazer-nos reflexionar séria e vivamente sobre o ponto de estancamento ao que estas chegaram: um conjunto de hipóteses escritas na areia.

O universo natural do Direito

De um modo geral, tanto o direito como a ética carecem das bases de conhecimento verificável da mente, do cérebro e da natureza humana necessárias para obter e produzir predições de causa e efeito e juízos justos baseados nelas. Os operadores jurídicos, quando abordam o estudo do comportamento humano e do direito, têm o costume de falar de diversos tipos de explicações: sociológicas, antropológicas, normativas, axiológicas e outras, apropriadas às perspectivas de cada uma das respectivas disciplinas e áreas de conhecimento, quer dizer, sem sequer considerarem a (real) possibilidade de que exista somente uma classe de explicação

para a compreensão da juridicidade na sua projeção metodológica. Mas tal explicação unitária de base existe. Desde o ponto de vista teórico é possível imaginar uma explicação que atravesse as escalas do espaço, do tempo e da complexidade unindo os fatos aparentemente inconciliáveis do *social* e do *natural*, sempre e quando se parta de um cenário mais credível da emergência do fenômeno jurídico devidamente sustentado em um modelo darwiniano sensato sobre a natureza humana - que não é uma construção social pós-moderna, senão uma construção natural muito antiga que recapitula a história filogenética da linhagem humana.

Dito de outro modo, de que os grupos humanos atuais nasceram a partir de grupos de *Homo erectus*, e estes a partir de grupos de *Australopithecus*, e estes, por sua vez, de antepassados comuns aos humanos e chipanzés que, não obstante serem de maneira provável uns animais com certa vida social, nasceram da sociedade de um elo perdido entre símios e macacos, e assim por diante, até chegar ao ponto em que começamos, como uma espécie de animal essencialmente social, prioritariamente moral, particularmente cultural e decididamente diferente. Em síntese, de que para uma compreensão mais adequada do comportamento humano normativo é necessário ver a vida ética e social humana como um produto da história evolutiva que nos precede, com antecedentes em outras espécies. Longe de ser uma *tabula rasa* difusa, a arquitetura cognitiva humana, altamente diferenciada e especializada, é um mosaico de vestígios cognitivos dos estágios antigos da evolução humana, previamente adquiridos por nossos ancestrais hominídeos.

E embora não haja uma resposta simples à pergunta de se a moralidade (o direito e a justiça) é um fenômeno cultural ou um fenômeno biológico, o certo é que a importância da mútua relação entre evolução biológica e a emergência de uma conduta moral e jurídica mais complexa, nos momentos em que a espécie humana estava desenvolvendo suas capacidades cognitivas e a linguagem articulada, parece estar além de toda dúvida razoável: o processo evolutivo proporcionou ao ser humano a habilidade e os requisitos para desenvolver uma moralidade (que por sua vez deu origem a juridicidade), assim como um conjunto de necessidades, de emoções e de desejos básicos que, com o passo do tempo, deram lugar a nossa atual e astronomicamente grande riqueza moral e jurídico-normativa[4].

[4] Em termos mais gerais, nossa capacidade ética e nosso comportamento moral (e jurídico-normativo) devem ser contemplados como um atributo do cérebro humano e, portanto, como um produto mais da evolução biológica e que está determinado pela presença (no ser humano) de três faculdades que são necessárias e, em conjunto, suficientes para que dita capacidade ou comportamento se produza: a de antecipar as conseqüências das ações; a de fazer juízos de valor e; a de eleger entre linhas de ações alternativas. Vejamos em que consistem essas faculdades. A capacidade de prever as consequências das ações, é talvez, a mais fundamental das três condições requeridas para que possa dar-se o comportamento ético. Tal capacidade está estritamente relacionada com a de estabelecer a conexão entre o meio e o fim, quer dizer, de ver ao meio precisamente como meio, como algo que serve a um fim ou propósito determinado. A possibilidade de estabelecer a conexão entre meios e fins requer a capacidade de imaginar o futuro e de formar

Pois bem, esse parece ser o ponto central a partir do qual se deve estabelecer o debate entre a tendência naturalista da melhor ciência contemporânea e a tradição dos filósofos e teóricos do direito que, não obstante, insistem em sustentar que é possível outorgar à cultura a parte que corresponde a natureza e, dessa forma, em não admitir a continuidade entre o reino animal e o mundo humano, entre o universo da natureza e o da cultura, isto é, essa parte de animalidade que há em nós e que toda uma tradição religiosa e filosófica pretendeu (e continua pretendendo) ocultar[5].

---

imagens mentais de realidades não presentes em um momento dado ou ainda inexistente. A possibilidade de estabelecer a conexão entre meios e fins é, de fato, a capacidade intelectual fundamental que tornou possível o desenvolvimento da tecnologia e a cultura humana. As raízes evolutivas de tal capacidade estão no aparecimento da posição bípede, que transformou as extremidades anteriores de órgãos de locomoção em órgãos de manipulação. As mãos puderam então servir para a construção e uso de objetos utilizáveis para a caça e outras atividades que aumentavam a probabilidade de sobrevivência e reprodução. A seleção natural favoreceu o aumento da capacidade intelectual de nossos antepassados, pois que esta fazia possível a construção de utensílios, que eram adaptativamente vantajosos para seus possuidores. A capacidade de antecipar o futuro, necessária para a existência do comportamento ético, está pois intimamente associada com a evolução da habilidade de construir utensílios, cujo resultado é a avançada tecnologia da humanidade moderna, e é responsável do êxito da humanidade como espécie biológica. A segunda e a terceira das condições necessárias para que se dê o comportamento ético, quer dizer, a capacidade de fazer juízos de valor e de eleger entre modos alternativos de ação, estão também fundamentadas na enorme capacidade intelectual dos seres humanos. A faculdade de formar juízos de valor depende da capacidade de abstração, de ver objetos ou ações determinados como membros de classes gerais, o qual torna possível a comparação entre objetos e ações diversos e perceber uns como mais desejáveis que outros. Tal capacidade de abstração requer uma inteligência desenvolvida, como parece ocorrer nos seres humanos e somente neles. Enquanto a capacidade de eleger entre modos alternativos de ação, vemos de novo que está baseada em uma inteligência avançada que torna possível a exploração de alternativas dispersas e a eleição de umas ou outras em função das consequências antecipadas. Em resumo, a capacidade de comportamento ético é um atributo da constituição biológica humana e, por isso, resultante da evolução, não porque tal capacidade fora diretamente promovida pela seleção natural por ser adaptativa em si mesma, senão porque se deriva de uma capacidade intelectual avançada. É o desenvolvimento da capacidade intelectual o que foi diretamente impulsionado pela seleção natural, posto que a construção e o uso de utensílios contribuem ao êxito biológico da humanidade (Cela Conde e Ayala, 2007).

5 A característica da cultura que a torna tão central na vida humana é o seu potencial acumulativo: os seres humanos modernos desenvolveram a capacidade de "identificar-se" (de ver os "outros") como membros de sua própria espécie, conduzindo a um entendimento recíproco como seres intencionais; esta nova classe de entendimento social favoreceu o aparecimento de novas formas simbólicas de interação social que, por sua vez, conduziu à produção gradual de novos artefatos culturais cada vez mais complexos, acumulando modificações ao longo do tempo histórico e em um grau que não é encontrado em outra espécie.

Em resumo, deixando de falar do que realmente importa e que tanto gosta de ocultar-se sob o manto perverso de eufemismos e abstrações. O real é sempre mais importante que os devaneios, as idiossincrasias e as ficções filosóficas: descendemos de animais que viveram em comunidade durante milhões de anos; o mítico "contrato social" estava já inventado muito antes que a espécie humana aparecesse sobre o planeta, e nenhuma referência à moral, ao direito ou à "natureza humana" pode silenciar estas raízes.

E não se trata, depois de tudo, de um problema de pouca importância, de um mero exercício mental para os juristas e os filósofos acadêmicos. A eleição de uma das duas formas de abordar o direito supõe uma grande e relevante diferença no modo como nos vemos a nós mesmos como espécie, estabelece uma medida para a legitimidade e a autoridade do direito e dos enunciados normativos, e determina, em última instância, a conduta e o sentido do raciocínio prático ético-jurídico.

Nas palavras de Edgar Morin (2000): a cultura, que não está assimilada de forma hereditária, aparece e se transmite por aprendizagem. A cultura não somente nasce no marco de um processo natural senão que adquire uma relativa autonomia, o que vai a propiciar o desenvolvimento da humanidade: já na última etapa, a do *Homo sapiens*, havia um acervo cultural propício para a eclosão de um grande cérebro, esse grande cérebro que supera desde qualquer ponto de vista ao do *Homo erectus.* Se a cultura é o resultado de uma evolução natural, o último estágio desta evolução não podia dar-se sem que existisse a cultura. Já não falamos simplesmente de corte epistemológico senão também de soldadura ontológica. Significa dizer que inclusive o ato de filosofar não pode perder de vista sua origem animal, e que aí, nessa simbiose, reside o característico da "natureza humana" (o próprio "tempo", que durante um largo período se acreditou ser uma noção filosófica agora descobrimos que talvez seja um conceito biológico; os neurocientistas nos explicam que quando se produz um corte do lobo prefrontal ou uma alteração dos tubérculos mamilares, os sujeitos passam a perceber somente o presente, vivem em uma sucessão de presentes: deixa de haver, nessas zonas cerebrais, conexões com a memória e possibilidade de antecipação). A mente se inscreve no e é produto da atividade de nosso cérebro, uma massa de aproximadamente 1 quilo e meio de peso que resulta ter uma estrutura mais complexa que uma galáxia repleta de estrelas. Nenhuma construção cultural pode desconectar-se de sua raiz, e esta raiz é tão "espiritual" como "material", tão cultural como animal. Dito de outro modo, a origem de nosso comportamento normativo (ético/jurídico) não se encontra tanto no contrato social de Hobbes senão nas idéias do próprio Darwin, precursor dos etólogos. A origem está nos "instintos sociais" dos animais, não somente no temor racional do egoísmo (Hobbes). Há uma prévia "empatia" ativa que desenha soluções compartidas. As condutas morais não somente são produto da história cultural, senão também da seleção natural. Se cabe falar de um "animal ético" é porque os comportamentos altruístas e corporativos possuem um valor de sobrevivência. Seja como for, o certo é que, desde uma perspectiva mais científica que humanista, filosofamos depois de Darwin. Sabemos que descendemos daqueles primeiros símios que começaram a andar sobre duas patas. Sabemos que todos os seres vivos usam o mesmo código, e que estamos baseados no DNA. Somos essencialmente animais. Animais falantes ou éticos, mas animais ao fim.

O problema, contudo, é que o ideal de alcançar essa nova forma de entender o direito pode empreender-se com dois talantes intelectuais distintos: ou bem seguindo um exclusivamente naturalista ou bem empregando um moderadamente naturalista.

A naturalização radical do conhecimento humano, tão de moda em nossos tempos e aparentemente ingênua e óbvia, defende que toda questão cognitiva deve ser tratada unicamente recorrendo à ciência, prescindindo de qualquer outra disciplina, incluída a filosofia. Em realidade o que temos é puro cientificismo: todo problema há de ser abordado pela ciência ou bem, se de momento não é possível, deve ser afastado para ser abordado mais adiante pela ciência. Certamente isto não é ingênuo, já que supõe o fim da filosofia, e é notável o entusiasmo com que muitos filósofos, profissionais ou aficionados, pregoam e predicam a naturalização do conhecimento e com ele o fim de sua atividade. Ademais, isto não é óbvio, já que não há demonstração alguma de que somente a ciência resolve os problemas; de fato, nossa lógica natural, nossa psicologia natural ou nossa física ingênua nos permitem resolver múltiplos problemas todos os dias (posso raciocinar sem haver estudado lógica, sei que alguém está enfadado sem haver estudado psicologia, me movo com soltura pela rua sem haver estudado física).

Suponho que já se haverá advertido que não somos partidários de uma naturalização radical do conhecimento humano. Em câmbio, um naturalismo moderado nos parece exigível e algo que pode ajudar a superar o atual problema do direito. Desde nosso ponto de vista, entre ciência e direito se dá uma forte continuidade, de tal maneira que as disciplinas científicas e as disciplinas jurídicas devem ter-se em conta mutuamente[6]. Quer dizer, uma vez

[6] Não é "cientificismo" pretender conceder objetividade e precisão ao conhecimento, do mesmo modo que não é adoração da história conceber que Napoleão durante um tempo dominou a França e que o Holocausto sucedeu realmente; aqueles que temem os fatos tratarão sempre de desacreditar aos que os encontram (Dennett, 1995). No mesmo sentido, James Q. Wilson (1993), que recorre à análise da investigação científica social, mas reconhece que "a verdade, se existe, está nos detalhes.[...] Não trato de descobrir "fatos" que provem "valores"; intento descobrir as origens evolutivas, culturais e de desenvolvimento dos hábitos morais e do sentido moral. Mas ao descobrir tais origens, suspeito que encontraremos uniformidades; e, ao revelar uniformidades, creio que podemos apreciar melhor os aspectos gerais, não arbitrários e emocionalmente convincentes da natureza humana.[...] Por muito que se considere o método científico como inimigo da moral, os achados científicos proporcionam um apoio considerável para sua existência e sua força". Wilson emprega diversos argumentos para defender sua tese acerca do sentido moral humano inato. Não somente rastreia a história da filosofia senão também a teoria da evolução, a antropologia, a criminologia, a psicologia e a sociologia. Sua conclusão é que, digam o que digam os intelectuais, existem certos instintos morais reitores de alcance universal. De fato, são tão instintivos que com frequência os passamos por alto: "Grande parte da discussão acerca da existência de traços humanos universais foi e tem sido canalizada como busca de leis e costumes estabelecidos. Mas provavelmente o mais universal são esses impulsos que, por ser tão comuns, não se formulam como regra [...]". Entre eles destaca o fato de que todas as sociedades admitem que o assassinato e o incesto

que a maneira pela qual deveríamos viver é um tema que não pode separar-se completamente dos fatos, de como são as coisas, já não mais parece lícito e razoável construir-se castelos normativos "no ar" acerca da boa ontologia, da boa metodologia, da boa sociedade ou do direito justo. Porque uma teoria jurídica (o mesmo que uma teoria normativa da sociedade justa, ou uma teoria normativa e metodológica da adequada realização do direito), para que suas propostas programáticas e pragmáticas sejam reputadas "aceitáveis", têm antes que conseguir o *nihil obstat*, o certificado de legitimidade, das ciências mais sólidas dedicadas a aportar uma explicação científica da mente, do cérebro e da natureza humana que os mitos aos que estão chamadas (e destinadas) a substituir. E o mais curioso de tudo é o fato de que sabemos que isso, embora inconveniente, é verdadeiro, mas insistimos em arquivar naquela pasta mental em que todos nós guardamos as verdades inegáveis que não se ajustam aos nossos sistemas de crenças.

Em resumo, a naturalização moderada do conhecimento que ajuda ao conhecimento jurídico, como futuro ideal da filosofia e da ciência do direito, consiste precisamente em ter em conta todos os dados científicos relevantes, em especial a neurociência, a ciência cognitiva, a genética do comportamento e a psicologia, posto que são estas as disciplinas científicas que nos proporcionam um conhecimento adequado e completo da peculiaridade do ser humano, em forma de uma explicação científica da mente, do cérebro e da natureza humana.

Já é chegada à hora de voltar a definir o que é um ser humano, de recuperar e redefinir em que consiste a natureza humana ou simplesmente de aceitar que os humanos são muito mais do que um mero produto de fatores sócio-culturais. E ainda que muitas perguntas sigam sem resposta - e dada a resistência a aceitar que as respostas a certas perguntas de uma disciplina possam vir de outros campos de investigação -, podemos pelo menos aduzir novas razões para sustentar ou refutar explicações que até agora permanecem no limbo da filosofia e da ciência do direito. O que nos ensinam do mundo jurídico é minúsculo em comparação com a imensidade do real que ainda somos incapazes de perceber. Talvez por isso não resulte ser uma tarefa fácil transcender as fronteiras e as limitações dos "dogmas do momento" aos quais, de uma maneira ou outra, continuamos atados. Afinal, as idéias que soem prosperar são as que contribuem a conservar os sistemas que lhes permitem ser transmitidas.

O problema é que vivemos sempre graças a uma atividade fisiológica que podemos dirigir mediante conteúdos que vão mais além da fisiologia

---

estão mal, que há que cuidar e não abandonar às crianças, que não devemos dizer mentiras nem descumprir promessas, e que devemos ser fiéis à família. Em síntese, Wilson rechaça a idéia de que a moral (e consequentemente o direito) é um mero constructo social, a idéia de que estamos obrigados a comportar-nos de certa maneira por fatores puramente externos. Do diálogo, pois, entre ciência e humanidades, deverá provir um entendimento mais profundo acerca de quem somos, de nossas intuições e emoções morais, de nossas condutas e dos artefatos sócio-culturais que criamos.

ou da cultura. Pertencemos a dois mundos: o mundo do corpo/cérebro (dos quais emerge a mente) e o mundo das criações culturais fundadas na atividade neuronal (uma sincronia em rede), mas que a transcendem. Isso somos. Depois, dispomos de normas de conduta bem afinadas porque nos permitem maximizar nossa capacidade de predizer, controlar e modelar o comportamento social respeito à reação dos membros de uma determinada comunidade. E nada disso deveria surpreender uma vez que são duas as capacidades humanas que funcionam como fatores particularmente determinantes na formação e transmissão das normas jurídicas: a primeira, provavelmente compartida com outros animais, é a busca incessante de causas e efeitos; a segunda, o raciocínio ou juízo social - insolitamente desenvolvida nos humanos -, que consiste na capacidade de pensar nas pessoas e nos motivos que lhes levam a atuar (o que os cientistas chamam "teoria da mente").

A combinação dessas capacidades gerou certas características da função mental que formam parte da crença ético-jurídica: nossa capacidade para fazer abstrações e deduções causais e para inferir intenções não percebidas. Dessa forma, o direito se torna possível quando o impulso de encontrar e inferir explicações causais se combina com a capacidade - e a propensão - de nossos cérebros de subministrar níveis avançados de cognição social. Juntas, estas duas capacidades nos permitem gerar complexas idéias culturais que vão desde pôr multas aos condutores por haver cruzado com o semáforo em vermelho até a justiça. E uma vez que a sociedade usa leis para encorajar as pessoas a se comportar diferentemente do que elas se comportariam na falta de normas, esse propósito fundamental não somente torna o direito altamente dependente da compreensão das múltiplas causas do comportamento humano, como, e na mesma medida, faz com que quanto melhor for esse entendimento da natureza humana, melhor o direito poderá atingir seus propósitos.

Sobre a função do direito

Assim entendido, o problema passa a ser o de dar respostas satisfatórias às seguintes perguntas: Qual é a função do direito no contexto da existência humana? Qual a razão das normas jurídicas (e morais) e por que são universais? Qual é a explicação acerca de como é possível que tenhamos invariavelmente, enquanto espécie, regras respeitantes à maneira de como nos devemos conduzir?

Pois bem, começaremos por argumentar, em primeiro lugar, sobre a necessidade de se admitir que o direito não é um fim em si mesmo, senão um instrumento ou artefato cultural, uma invenção humana, que deveríamos procurar modelar e utilizar inteligentemente para alcançar propósitos éticos-políticos que vão mais além do próprio direito: uma certa paz, uma certa liberdade, igualdade e fraternidade, enfim, uma certa justiça.

O direito não é mais nem menos que uma estratégia sócio-adaptativa - cada vez mais complexa, mas sempre notavelmente deficiente - empregada

para articular argumentativamente - de fato, nem sempre com justiça -, por meio da virtude da prudência, os vínculos sociais relacionais elementares através dos quais os homens constroem estilos aprovados de interação e estrutura social. Um artefato cultural que deveria ser manipulado para desenhar um modelo normativo e institucional que evite, em um entorno social abarrotado de assimetrias e desigualdades, a dominação e a interferência arbitrária recíprocas e, na mesma medida, garantindo certa igualdade material, permita, estimule e assegure a titularidade e o exercício de direitos (e o cumprimento de deveres) de todo ponto inalienáveis e que habilitam publicamente a existência dos cidadãos como indivíduos plenamente livres.

Por outro lado, diremos que o desenvolvimento dos sistemas normativos implicou processos causais gerados pelas inevitáveis colisões de interesses próprios da coexistência social e em vista da necessidade de inferir os estados mentais, de controlar e de predizer o comportamento dos indivíduos, isto é, de antecipar as consequências do comportamento dos demais em empresas que requerem a competição ou a cooperação de vários indivíduos. Dito de outro modo, criamos um sistema complexo de justiça e de normas de conduta para canalizar nossa tendência à "agressão" decorrente da falta de reciprocidade e dos defeitos que emergem dos vínculos sociais relacionais que estabelecemos ao longo de nossa secular existência.

Tais normas, por resolverem determinados problemas sócio-adaptativos práticos, modelam e separam os campos em que os interesses individuais, sempre a partir das reações do outro, podem ser válidos, social e legitimamente exercidos, isto é, plasmam publicamente não somente nossa capacidade (e necessidade) de predizer e controlar o comportamento dos demais senão também o de justificar e coordenar recíproca e mutuamente, em um determinado entorno sócio-cultural, nossas ações e interações sociais. Estes artefatos, se plasmam grande parte de nossas intuições e emoções morais, não são construções arbitrárias, senão que servem ao importante propósito de, por meio de juízos de valor, tornar a ação coletiva possível - o que, em certa medida, vem a ser confirmado pela recente descoberta das chamadas "neuronas espelho" que, longe de ser uma mera curiosidade, parecem ser muito importantes para compreender a maioria dos aspectos da natureza humana, como a avaliação dos atos e intenções dos demais decorrente de nossa capacidade de "simular" ou elaborar uma "teoria da mente" para prever o comportamento de nossos congêneres (Iacoboni, 2009).

Daí a razão pela qual as normas jurídicas não são simplesmente um conjunto de regras faladas, escritas ou formalizadas destinadas a constituir uma razão (determinante e/ou moral) para o atuar dos indivíduos. Em vez disso, as normas representam a formalização de regras de condutas sociais sobre as quais uma alta percentagem de pessoas concorda, que refletem as inclinações comportamentais e oferecem benefícios potenciais e eficientes àqueles que as seguem: quando as pessoas não reconhecem ou não acreditam nesses benefícios potenciais, as normas são, com frequência, não somente ignoradas ou desobedecidas - pois carecem de legitimidade e de

contornos culturalmente aceitáveis em termos de uma comum, consensual e intuitiva concepção de justiça -, senão que seu cumprimento fica condicionado a um critério de autoridade que lhes impõem por meio da "força bruta".

Claro que, de uma maneira geral, resulta impossível fixar uma origem do direito, nem mesmo se o entendemos da maneira mais ampla e flexível imaginável. Mas tenho sustentado que essa origem tem que ver com um desafio adaptativo que os seres humanos tiveram que afrontar: um desafio que nasceu da necessidade humana de entender e valorar o comportamento de seus congêneres, de responder a ele, de predizê-lo e de manipulá-lo e, a partir disso, de estabelecer e regular as mais complexas relações da vida em grupo. Outras espécies como a do chimpanzé tem pressões seletivas muito similares e, ainda assim, não desenvolveram nossos sistemas de normas estabelecidos através de códigos explícitos. Cabem poucas dúvidas, pois, acerca do caráter do direito como ferramenta destinada a resolver conflitos grupais e de manter vivo um limite (ainda que mínimo) de altruísmo e cooperação entre os membros de nossa espécie. Mas o caráter distintivo não significa que o direito (assim como a moral) se veja livre de qualquer tipo de fator ou influência que provem das circunstâncias específicas em que se produziu a evolução coordenada do cérebro humano, dos grupos de hominídeos e de suas soluções culturais.

Sob esta perspectiva, parece razoável supor que os perversos defeitos teóricos de que ainda padecem a filosofia e a ciência do direito, disseminadas em seus guetos de hiper-especialização, decorre principalmente do desprezo ao fato de que o comportamento individual se origina a partir da sucessiva intercessão de nosso sofisticado programa ontogenético cognitivo e do entorno sócio-cultural em que movemos nossa existência, ou seja, de que o comportamento humano inclui um elemento irredutível de naturalismo, porque é nossa arquitetura cognitiva (cuja gênese deve estar integrada na história evolutiva própria de nossa espécie) que, em última instância, seleciona os comportamentos socialmente valiosos: o fundamento da moral e do direito não reside em nenhum ente ou idéia imaterial, transcendental ou abstrata, senão na plasticidade concreta de nosso cérebro, em nossa margem de manobra, em nossa capacidade de pensar e decidir, de gozar e sofrer. Nenhuma teoria social normativa (ética ou jurídica) coerente deveria mais admitir conceitos ou termos tão vazios como o de dignidade, liberdade, igualdade, etc., sem uma base empírica acerca da natureza humana, sob pena de converter-se em uma cerimônia da confusão revestida de um esquema teórico abstrato, vazio e meramente formal.

Estas considerações podem ajudar a compreender o fenômeno presente da moralidade e juridicidade humana sem desligá-lo de suas origens e, sobretudo, sem hipostasiá-lo como o elemento essencial de nossa descontinuidade com o mundo animal. As descobertas provenientes de outras áreas do conhecimento oferecem razões poderosas que dão conta da falsidade da concepção comum da psicologia (e da racionalidade) humana e o alcance que isso pode chegar a ter para o atual edifício teórico e metodológico da ciência jurídica, para a concepção acerca do homem como causa e fim do

direito, e consequentemente, para a tarefa do jurista - interprete de dar "vida hermenêutica" ao direito positivo.

E isso tem grande importância para a filosofia e a ciência do direito pois, de não ser assim, de não se encontrar restringido cognitivo-causalmente o domínio das preferências humanas (que impõe constrições significativas para a percepção e o armazenamento discriminatório de representações sócio-culturais e que conforma o repertório de padrões de atividade de nosso cérebro dos quais emerge nossa conduta), se pode perfeitamente admitir a alteração da natureza humana em qualquer sentido que se deseje e, em igual medida, negar a primeira e básica premissa da contribuição científica de que o *Homo sapiens* é uma espécie biológica cuja evolução foi forjada pelas contingências da seleção natural em um ambiente enriquecido por relações sócio-culturais e de que temos um cérebro (herdado por via do processo evolutivo) gerado para enfrentar-se a realidades tangíveis e equipado com as ferramentas necessárias para, como um verdadeiro motor semântico ou uma máquina de fabricar modelos da mente de outras pessoas, manipular os significados e processar as informações sociais relevantes para resolver os problemas de nosso coexistir evolutivo.

Também se podem dar passos para uma compreensão das condições de possibilidade e limites do fenômeno jurídico, procurando sempre chegar a soluções menos injustas e moralmente aceitáveis se se atende ao princípio ético - extraído diretamente de nossas intuições e emoções morais mais profundas - segundo o qual o direito deve ser manipulado de tal maneira que suas consequências sejam sempre compatíveis com a maior possibilidade de evitar ou diminuir a miséria e o sofrimento humano (ou seja, que não se produza sofrimento quando seja possível preveni-lo, e que aquele que é inevitável se minimize e grave com moderação aos membros individuais da sociedade, aos cidadãos).

Por certo que isso implica numa perspectiva inter ou transdisciplinar cuja idéia básica, transcendendo os estritos limites de uma interdisciplinaridade restrita às ciências humanas, consiste em propor que várias disciplinas contidas nas ciências sociais e do comportamento tornem-se mutuamente coerentes e compatíveis com o que é conhecido nas ciências naturais, ou seja, um leque de explicações que se complementem nos diversos níveis de análise e que sejam todas mutuamente compatíveis. Esse diálogo (perspectiva ou postura) reconciliação epistemológica pressupõe simultaneamente uma reforma das estruturas do pensamento - para usar a expressão de Edgar Morin: o verdadeiramente importante não é justapor os aportes das diversas ciências, senão o de enlaçá-los, de saber mover-se entre saberes compartimentados e uma vontade de integrá-los, de contextualizá-los ou globalizá-los.

Somente uma nova estrutura de pensamento pode permitir-nos conceber as ciências como conjunção, como implicação mútua, o que se costuma ver como disjuntiva: o ser humano considerado simultaneamente como um ser biológico, cultural, psicológico e social. E já existem numerosos modelos procedentes das ciências da vida que integram os comportamentos sociais como consequência de determinados traços derivados do ser

humano. O objetivo consiste em detectar a presença em nossa espécie – essencialmente social e relacional – de certas estratégias sócio-adaptativas que apareceram graças a que contribuíram à sobrevivência e ao êxito reprodutivo. É mais: sem tais estratégias surgidas durante o longo período de nossa história evolutiva para resolver problemas evolutivos, nossa espécie não poderia haver conseguido prosperar.

Compreender a natureza humana, sua limitada racionalidade, suas emoções e seus sentimentos parece ser o melhor caminho para que se possa formular um desenho institucional e normativo que, reduzindo o sofrimento humano, permita a cada um viver com o outro na busca de uma humanidade comum. E em que pese o fato de que a tendência para a separação entre o material e o espiritual tem levado, todavia, a que se absolutizem alguns desses valores - desligando-os das suas origens e das razões específicas que os viram nascer e apresentando-os como de essência espiritual, como uma transcendência que ultrapassa o próprio homem -, o direito somente adquire uma base segura quando se vincula à nossa arquitetura cognitiva altamente diferenciada e especializada, quer dizer, a partir da natureza humana unificada e fundamentada na herança genética e desenvolvida em um entorno cultural. Poder-se-ia dizer, pois, que os códigos da espécie humana são uma conseqüência peculiar de nossa própria humanidade, e que esta, por sua vez, "constitui o fundamento de toda a unidade cultural".

Em resumo: a moral (e consequentemente o direito), mais que uma invenção recente, é parte da natureza humana e está evolutivamente enraizada na sociabilidade dos mamíferos (ainda que a tendência a medir cuidadosamente nossas ações frente ao que poderíamos ou deveríamos haver feito, nosso diálogo interior que eleva o comportamento moral a um nível de abstração e auto-reflexão seja uma característica singularmente humana). E embora o processo de seleção natural não tenha especificado nossas normas e valores morais, nos há dotado de uma estrutura neuronal psicológica com determinadas tendências e habilidades necessárias para desenvolver uma bússola interna que tenha em conta tanto nossos próprios interesses como os interesses da comunidade em seu conjunto.

O desenvolvimento neurocognitivo do ser humano favoreceu o aparecimento de tais faculdades e, a partir delas, surgiu inevitavelmente a moralidade[7]. Na advertência de Changeux (2007), o cérebro é evidentemente

[7] Parecem ser três as condições (necessárias e suficientes) que se deu para a evolução da moralidade: 1. *valor do grupo* ou *inclusão social*, que consiste na dependência do grupo para encontrar comida ou para defender-se dos inimigos e depredadores; 2. *apoio mútuo* ou *preocupação pela comunidade*, que consiste na cooperação e intercâmbio recíproco dentro do grupo; 3. *conflito* ***dentro*** *do grupo*, condição segundo a qual os membros individuais de um determinado grupo têm interesses díspares (de Waal, 1996 e 2006 - cujas teorias acerca da origem, evolução, natureza, níveis e componentes básicos da moralidade admitimos como acertadas em muitos de seus aspectos). Note-se que, para de Waal (2006), a moralidade, mais que uma invenção recente, é parte da natureza humana e está evolutivamente enraizada na sociabilidade dos mamíferos (ainda que a tendência

a “base” da linguagem e da moral. E o ser humano é o único meio através do qual os valores chegam ao mundo. De fato, se se borrasse o conjunto de cérebros humanos da face da terra, a moral e o direito desapareceriam ao mesmo tempo. As normas de conduta (morais ou jurídicas) e teorias jurídicas seguiriam plasmadas em livros guardados em estantes de bibliotecas abandonadas. Todas estas obras do gênio humano não teriam já a oportunidade de viver cada vez que uma mirada humana recai sobre elas. A moral e o direito não existem mais que no cérebro do homem ao que vai dirigido e que somente ele é capaz de produzir e compreender. Somente os cidadãos individuais têm direito ou sentido de justiça e bondade, e as têm precisamente em seu cérebro, na forma de representações plasmadas em suas conexões neuronais. Toda nossa conduta, nossa cultura e nossa vida social, tudo quanto fazemos, pensamos e sentimos, depende de nosso cérebro. O cérebro é a sede de nossas idéias e emoções, de nossos temores e esperanças, do prazer e do sofrimento, da linguagem, da moral, do direito e da personalidade. Se em algum órgão se manifesta a natureza humana em todo o seu esplendor, é sem dúvida em nosso volumoso cérebro[8]. O resto é mitologia.

E como acreditamos que a realidade é real e que a ciência é um modo excelente de perceber como essa realidade funciona, o que pretendemos

---

a medir cuidadosamente nossas ações frente ao que poderíamos ou deveríamos haver feito, nosso diálogo interior que eleva o comportamento moral a um nível de abstração e auto-reflexão, segundo de Waal, seja uma característica singularmente humana). Daí que, para de Waal (2006), embora o processo de seleção natural não tenha especificado nossas normas e valores morais (que não surgem a partir de máximas derivadas independentemente, senão que nascem da “interiorização” de nossas interações com os demais - isto é, de que a interação social há de estar na raiz do raciocínio moral), nos há dotado da estrutura psicológica, as tendências e as habilidades necessárias para desenvolver uma bússola interna (configurada por nosso entorno social, na qual as emoções precedem a racionalidade e constituem a força que impulsiona a realização de juízos morais) que tenha em conta os interesses da comunidade em seu conjunto capaz de guiar-nos na tomada de decisões vitais; aqui reside a essência da moralidade humana, cujo domínio (moral) da ação consiste em ajudar ou (não) causar dano aos demais. Resumindo: nossos sistemas morais reforçam algo que é em si parte de nossa herança; não estão transformando radicalmente o comportamento humano: simplesmente, potenciam capacidades pré-existentes, isto é, tem seu assento último nos mecanismos mais primitivos de nosso cérebro (os mecanismos das emoções que dão a satisfação do dever cumprido, a alegria pelo êxito de alguém querido, a felicidade de amar e cooperar, etc.).

8 Daí que Gazzaniga (2006) defenda a idéia de que poderia existir um conjunto universal de respostas biológicas aos dilemas morais, uma sorte de ética integrada no cérebro - isto é, de que temos um sentido moral que está construído em nossos cérebro por nossa evolução, como nosso instinto sexual ou nosso medo às alturas ou, como Hauser (2008) prefere dizer, como nossa capacidade para a linguagem: estamos dotados de uma faculdade moral que guia nossos juízos intuitivos sobre o bem e o mal; essas intuições refletem o resultado de milhões de anos nos quais nossos antecessores viveram como mamíferos sociais e formam parte de nosso patrimônio comum (Hauser, 2008; Hauser e Singer, 2006).

deixar claro é que essa nova "estrutura de pensamento" dirigida a uma reconciliação epistemológica não somente põe em cheque uma grande porção dos logros teóricos tradicionais da filosofia e da ciência do direito, como, e muito particularmente, possibilita uma revisão das bases ontológicas e metodológicas do fenômeno jurídico a partir de uma concepção mais empírica e robusta acerca da natureza humana.

A partir daí, a iniludível natureza humana serviria para impor o que poderíamos chamar as "*regras do jogo*", mas não o resultado final. O mais significativo, não obstante, da aproximação naturalista é a possibilidade de fixar, dentro dessas regras do jogo, certos valores de grande importância que se deduzem do caráter e do sentido do direito como instrumento, uma estratégia sócio-adaptativa, para a convivência social[9]. Por muito que a

[9] Um equívoco comum das interpretações positivistas e naturalistas do direito - já seja de origem transcendente ou darwiniano - consiste em entender que a natureza humana contém o que poderíamos chamar o "*produto final*" do direito, enquanto que para uma interpretação positivista do fenômeno jurídico o melhor caminho é sempre o de negar, pura e simplesmente, a natureza humana. Essa parece ser uma conclusão necessária sempre que analisemos a determinação da conduta moral e dos juízos éticos com relação às instâncias supra-individuais, sejam elas de ordem genético, normativo, teológico ou transcendental. Se a natureza ou a cultura conduz de maneira necessária até um "sentido moral" preciso, então essa condição moral vem garantida e assegurada sem necessidade alguma de ação individual. Sem embargo, o modelo que propomos nega essa dependência. O domínio das preferências humanas é, como já dissemos tantas vezes, o resultado de um amadurecimento dentro de um grupo social e de uma adequação a determinados acontecimentos históricos, amadurecimento que conduz, desde as constrições gerais e significativas para a percepção e o armazenamento discriminatório das representações cognitivas, ao repertório final - e muito plástico - dos padrões de atividade de nosso cérebro dos quais emerge nossa conduta. E uma vez que a enorme carga de riqueza empírica (e intuitiva) milita em favor desta linha de pensamento, a razão parece inclinar-se fortemente à evidência de que o nascimento de representações culturais como o direito pressupõe a integração de uma visão vinculada à natureza humana, ou seja, de que a co-evolução entre os genes e a cultura teceu não só parte, senão toda a rica trama do comportamento social humano. Dito de outro modo, se o fundamento da ética e dos direitos individuais é a suposição de que as pessoas têm preferências, desejos e necessidades - e que, por sua vez, gozam de plena autoridade sobre o que são estes desejos, necessidades e preferências -, a negação de uma estrutura fixa da natureza humana e a consequente negação da possibilidade de se aceder a métodos universalmente válidos de pensamento objetivo pode ser um instrumento útil para, uma vez deformada, justificar qualquer atrocidade e, como tal, servir para atender a finalidades potencialmente perniciosas. Aceitar essa condição seria tanto como supor que os agentes cognitivos individuais são "all-purpose computers", capazes de albergar qualquer crença ou preferência epistêmica (Jones e Goldsmith, 2004). Ao contrário, o razoável é supor que os seres humanos dispõem de um repertório cognitivo que é domínio-específico, e que o tipo de preferências, crenças e desejos que podem asilar está severa e causalmente restringido por nossa arquitetura cognitiva (Hirschfeld e Gelman,1994; Atahualpa e Marly Fernandez, 2008).

diversidade cultural e a facilidade da aculturação permitam impor de partida quase qualquer regra jurídica - e a História nos mostra todo um catálogo de propostas que levam a situações monstruosas - as regras "aberrantes" acabam por resultar, no fundo, como ilegítimas, porque contrárias às intuições e emoções morais fixadas pela seleção natural e processadas pelo cérebro humano. Pese a seu enfoque não evolucionista, a Teoria da Justiça de Rawls se baseia precisamente nesse suposto.

O Futuro do Direito: o que podemos esperar

Situar o problema acerca do futuro do direito no nosso tempo implica adotar uma postura prospectiva, tendo como objetivo oferecer linhas de reflexões que convirjam num consenso possível. Não se trata de uma simples tarefa de descrever o que aí está - ou ainda está - senão do que está por vir, do que parece possível (e até mesmo necessário) vislumbrar esboçar-se no horizonte anunciador do futuro, e que nem por essa razão é menos do nosso tempo, pois se são as coordenadas de nossa vivência atual as condições de possibilidade do futuro, só a assumida intencionalidade antecipante dá sentido e direção ao nosso caminhar. (Castanheira Neves, 1995).

Mas, qual a relação dos avanços das ciências da vida e da mente com as pesquisas teóricas do direito? Em que medida um enfoque naturalista poderá vir a resgatar a filosofia e a ciência do direito do insulamento teórico, do hermetismo dogmático e/ou do anacronismo metodológico a que estas chegaram? Poderão os resultados das investigações científicas sobre a natureza humana provenientes de outros campos cientificamente relevantes virem a servir de fonte de informação para a filosofia e a ciência do direito, nomeadamente no que se refere à elaboração (ou reinvenção) de critérios ontológicos e metodológicos que se afastem das falsidades subjacentes às atuais concepções comuns da psicologia (e da racionalidade) humana? Duvidamos por três razões. A primeira é que os juristas distam muito de estar preparados para que os dados científicos guiem suas teorias e práticas jurídicas. A segunda razão pela qual existe resistência à idéia de que a ciência contemporânea afete ao direito tem que ver com a ameaça percebida à nossa "imaculada" noção de racionalidade que sem dúvida está vinculada com o problema da interpretação e aplicação jurídica. A terceira e última reside na aversão dos juristas em comprometerem-se com a evidência de que as ciências e as humanidades, embora continuem tendo suas próprias e separadas preocupações, são geradas por meio de um elemento material comum: o cérebro humano[10].

[10] Simétrica à falácia naturalista, a falácia moralista consiste em inferir um fato de um desejo, valor, imperativo ou enunciado moral ou deôntico. A falácia naturalista consiste em inferir "deve" de "é"; a falácia moralista consiste em inferir "é" de "deve". Como é obvio, ambas são falácias e insustentáveis logicamente. Pinker chamou a atenção sobre a frequência com que diversos intelectuais bem intencionados e "politicamente corretos" caem na falácia moralista. Não podemos inferir nada acerca da natureza humana a partir de nossos meros ideais políticos

Seja como for, não restam dúvidas que as consequências dessas investigações científicas são importantes para a ciência jurídica. Trazem à baila, em última instância, questões fundamentais acerca do fato de que a natureza humana não somente gera e limita as condições de possibilidade de nossas sociedades senão que, e muito particularmente, guia e põe limites ao conjunto institucional e normativo que regula as relações sociais. Sem olvidarmos, claro está, de outros aspectos distintivos da natureza do comportamento humano à hora de decidir sobre o sentido da justiça concreta e a existência de universais morais determinados pela natureza biológica de nossa arquitetura cognitiva (neuronal). Afinal, é precisamente o cérebro, como uma "máquina causal" (P. Churchland, 2005), que nos permite dispor de um sentido moral, o que nos proporciona as habilidades necessárias para viver em sociedade, para interpretar, tomar decisões e solucionar determinados conflitos sociais, e o que serve de base para as discussões e reflexões filosóficas mais sofisticadas sobre direitos, deveres, justiça e moralidade. Como recorda Ramachandran (2008), nenhuma empresa humana é mais vital que esta para o bem estar e a sobrevivência da raça humana. Recordemos que a política, a moral, a justiça e o próprio direito também têm suas raízes no cérebro humano.

É certo que ainda não conseguimos resolver o problema da mútua relação entre o *natural* e o *cultural*, ou seja, os meios pelos qual a evolução biológica e a cultura influíram sobre a natureza humana, e vice-versa. Mas para entender a condição humana - e o direito é parte dessa condição e a sua idéia (idéia de direito) é o resultado da idéia do homem - há de compreender ao mesmo tempo os genes, a mente e a cultura, e não por separado a maneira tradicional da ciência e as humanidades: a dinâmica, em conjunto, entre os genes e o entorno é o que constitui e configura o ser humano; e é o cérebro o que nos permite analisar, raciocinar, formular teorias e juízos de valor, interagir com os demais e adaptar-nos a todos os contextos.

Algo passa com as ciências sociais e, nomeadamente, com a ciência e a filosofia do direito. E é já um tanto ridículo a esta altura seguir falando de sua "imaturidade", porquanto já não há motivos para este tipo de argumentação: nem são mais jovens que as ciências naturais, nem pode dizer-se tampouco que seus cultivadores tenham sido espíritos menos refinados ou avisados que os que se dedicaram a cultivar as ciências naturais. A filosofia e a ciência do direito não podem oferecer uma explicação ou uma descrição do "direito real", do fenômeno jurídico ou da racionalidade jurídica, nem menos esgotar-se nelas, porque sua perspectiva não é primordialmente explicativa nem descritiva, senão normativa. Podem e devem aprender coisas das ciências da vida e da mente, na medida em que somente uma compreensão realista

---

ou de vagas elucubrações acadêmico-filosóficas. A investigação da natureza humana é uma questão tão fática como a medida do perihelio de Mercúrio. Resulta epistemologicamente insustentável a posição dos que postulam uma natureza humana de certo tipo com independência de qualquer informação empírica sobre esta e meramente como condição transcendental de possibilidade da moralidade, da responsabilidade, da liberdade, da igualdade, da dignidade humana, ...

da natureza humana, considerada sob uma ótica muito mais empírica e respeitosa com os métodos científicos, poderá levar-nos a reconstruir as melhores e mais profundas teorias acerca do direito e de sua função na constituição da sociedade.

Dito de outro modo, o direito adquirirá um grau maior de rigor enquanto se reconheçam e se explorem suas relações naturais com um panorama científico mais amplo (um novo panorama intelectual que antes parecia distante, estranho e pouco pertinente). Os mecanismos cognitivos são adaptações que se produziram ao longo da evolução através do funcionamento da seleção natural e que adquiriram formas particulares para solucionar problemas adaptativos de larga duração relacionados com a complexidade de uma existência, de uma vida, essencialmente social.

Pode-se argumentar, é verdade, que esta situação é episódica e não deve, por isto, ser tomada em consideração. Mas engana-se quem assim pondera. A vida social despenca do normal para o excepcional com mais facilidade do que se pensa e com maior rapidez do que seria imaginável. E a história (e as ciências da vida e da mente) está aí para demonstrar a necessidade de uma adequada concepção acerca da natureza humana para tratar com valores, normas e princípios jurídicos e, muito especialmente, para fazer face ao emocional e ao imprevisto decorrentes de nosso entorno sócio-cultural.

A atual e inegável desvinculação com relação às outras áreas de conhecimento, à natureza humana e à realidade social e suas práticas tem gerado como consequência o reforço da crise de legitimação do próprio direito. Pode-se dizer, inclusive, que o direito vai anunciando um ponto crítico de que ele poderá sair subvertido ou resgatado. Ou conserva o isolamento teórico e o racionalismo formalizante que sempre o tem vindo a constituir, e dele não restará mais do que uma carcaça ressequida e fria de um dispositivo serventuário da autoridade estatal; ou ouve e faz seu o apelo de afirmação e/ou recuperação de uma concepção empírica de natureza humana, e será também dele o futuro, pois neste caso o direito mais não será que o direito que ao homem compete cumprir e reconhecer a sua humanidade na “multidão dos homens”. Como já dissemos em outro momento, a inumanidade do direito é infinitamente mais indesejável que a ausência de todo direito.

Desafortunadamente, neste momento em que o velho está morto ou morrendo e o novo ainda não pôde nascer ou impor-se em sua integralidade, vem surgindo uma variedade de sintomas mórbidos, decorrentes, fundamentalmente, da quase completa desconexão do direito com o resto das ciências e o seu inconsequente e mais displicente descaso com as características (cognitivas, morais e emocionais) que procedem da admirável natureza humana.

Contudo, será igualmente importante que se tenha o devido cuidado à hora de expressar tal idéia, evitando a assunção de que os genes prescrevem

o comportamento humano de uma maneira simples, de um sobre o outro[11]. Oxalá fossem as coisas tão simples. Assim como o criacionismo ingênuo pode condenar aos humanos a uma minoria de idade permanente, assim também quem pensa que a natureza é tudo esquece que, a esta altura da história, o conceito de natureza resulta muito complicado, porque os humanos não somente são o resultado de uma mescla complicadíssima de genes e de neurônios senão também de experiências, valores, aprendizagens e influências procedentes de nosso entorno.

Depois, todos os recentes progressos da ciência relativos à natureza humana não constituirão o triunfo de qualquer tipo de reducionismo, como também não é definitivamente certo que um maior e melhor conhecimento da natureza humana, por si só, nos proporcione automaticamente uma vida humana mais digna. Ainda que algum dia cheguemos a compreender profundamente nossa natureza, todos os processos neuronais que subjazem à empatia humana, ao altruísmo, ao livre arbítrio, ao sentido de justiça ou à responsabilidade moral, continuará intacta nossa "perspectiva interna".

O mistério dos humanos consiste precisamente em advertir que cada um é um mistério para si mesmo. As ciências da vida e da mente nos ajudarão a entender uma série de elementos que configuram o mistério, mas não o eliminará de todo. Ainda assim, dando por sentado que o mistério permanecerá sempre, a revolução provocada por estes novos conhecimentos cambiarão a imagem que temos do mundo e de nós mesmos, depois de

---

[11] Recorde-se que os genes codificam estruturas neuronais e não comportamentos. A afirmação de que alguns traços da personalidade têm um componente hereditário significa não somente que os genes (ou mais propriamente o "quando" e "como" se expressam esses genes) influem no desenvolvimento do cérebro e dos circuitos neuronais implicados nos sistemas cerebrais, senão que também a experiência pode modificar a expressão de certos genes que são capazes de alterar a estrutura e o próprio funcionamento do cérebro (isto é, de que são múltiplos os fatores que regulam e modificam a expressão de nossos genes e, consequentemente, que configuram as características da conduta humana complexa). A grande diversidade de condutas, habilidades e temperamentos que caracterizam cada indivíduo procedem das diferenças genéticas e os processos de impressão devidos às influências ambientais, por necessidades individuais e seguindo um sistema individual de valores, os quais, por sua vez, geram e configuram o caráter particular que possui o cérebro de cada pessoa (o que ilustra as maravilhas da plasticidade cerebral - neuronal ou sináptica). Dito de outro modo, as experiências vividas alteram o uso que fazemos da informação genética e produz particulares modificações da estrutura e do funcionamento cerebral (ao cambiar e reorganizar os circuitos e as conexões neuronais ou sinápticas presentes no cérebro, capacidade de câmbio esta denominada de neuroplasticidade). A formação e construção do cérebro (que subjaz a nossas emoções e condutas, à resolução de problemas, aos processos de tomada de decisão, à inteligência, ao pensamento, a capacidades tão humanas como a linguagem, a atenção ou os mecanismos de aprendizagem e memória, etc.) é larga, maleável, custosa e complexa. Tal como expõe Norman Doidge, a evolução nos há dotado de "un cérebro que sobrevive en un mundo cambiante cambiándose a sí mismo". (Atahualpa e Marly Fernandez, 2008)

rebaixar uma vez mais o orgulho que nos fez (e ainda nos faz) “ter fé” em tantas falsidades.

Einstein disse certa vez que uma motivação importante para se construir novas teorias é um “esforço em direção à unificação e à simplificação”. E porque o direito é complexo demais para poder ser forçado a ir para o leito procustiano de teorias herméticas e desconectadas, nossa tese é a de que os novos avanços da ciência cognitiva, da neurociência cognitiva, da primatologia, da antropologia evolutiva, da genética do comportamento e da psicologia evolucionista - enfim, das ciências da vida e da mente - permitirá uma melhor compreensão da mente, do cérebro e da natureza humana e trará consigo a promessa de cruciais aplicações práticas no âmbito da compreensão do fenômeno jurídico, de sua interpretação e aplicação prático-concreta: constituem uma oportunidade para refinar nossos valores e juízos ético-jurídicos, assim como estabelecer novos parâmetros ontológicos e critérios metodológicos sobre cimentos mais firmes e consistentes.

Estamos firmemente convencidos de que chegou o momento de transladar o problema do direito a um plano distinto e mais frutífero. E ainda que uma perspectiva naturalista não possa determinar se o câmbio é adequado nem que medidas devem ser adotadas para criar, em caso de optar por ela, um desejado câmbio, seguramente poderá servir para informar sobre uma questão de fundamental relevância prático-concreta: quem operacionaliza o direito pode procurar atuar em consonância com a natureza humana ou bem em contra essa natureza, mas é mais provável que alcance soluções eficazes (consentidas e controláveis) modificando o ambiente em que se desenvolve a natureza humana do que se empenhando na impossível tarefa de alterar a própria natureza humana.

O objetivo de uma boa formação jurídica deveria ser o de fomentar a virtude de compreender melhor a natureza humana e, a partir daí, tratar de fomentar a elaboração de um desenho institucional e normativo que permita a cada um conviver (a viver) com o outro na busca de uma humanidade comum: o modo como se cultivem determinados traços de nossa natureza e a forma como se ajustem à realidade configuram naturalmente o grande segredo do fenômeno jurídico, da justiça, do homem como causa, princípio e fim do direito e, consequentemente, para a dimensão essencialmente humana da tarefa de elaborar, interpretar, justificar e aplicar o direito. Enfim, de um direito que há de servir à natureza humana e não ao contrário.

Longe de ser inimiga das teorias tradicionais, essa nova postura naturalista é um aliado indispensável das mesmas. Não se trata de subestimar o abundante trabalho realizado até o momento no campo do pensamento jurídico e de sua realização prático-concreta em prol de uma “alternativa” adaptacionista/naturalista, senão mais bem assentar dito trabalho sobre os cimentos que merece: uma visão realista, naturalista, potencialmente unificada do lugar que ocupamos na natureza.

A moral e o direito estão entre os fenômenos culturais mais poderosos já criados pela humanidade, e precisamos entendê-los melhor se quisermos tomar decisões políticas, jurídicas e/ou éticas bem informadas e justas. Embora

haja riscos e desconfortos envolvidos nesse tema, devemos tomar fôlego e deixar de lado nossa relutância tradicional de investigar cientificamente os fenômenos éticos e jurídicos, de modo a compreender *como* e *por que* a moral e o direito inspiram tal devoção, e descobrir como deveríamos aperfeiçoá-los a partir do estabelecimento de vínculos adequados com a natureza humana.

O objetivo, recorda Chomsky (2006), deve ser sempre o de intentar criar a visão de uma sociedade donde impere a justiça; isto significa criar uma teoria social humanista baseada, na medida do possível, em uma concepção humanista e firme da essência humana, ou da natureza humana, quer dizer, de intentar estabelecer as conexões entre um conceito da natureza humana que dê lugar à liberdade, à igualdade, à dignidade, à nossa distintiva capacidade de imaginar e outras características humanas fundamentais, e uma noção de estrutura social donde estas propriedades possam realizar-se e a vida humana adquira um sentido pleno[12].

Mas não será tudo isso uma utopia? Certamente - mas é uma utopia prática, que depende de nossos atos encaminhá-la para a existência. Apesar da larga aceitação (manifesta ou dissimulada) da "pureza" das ciências jurídicas, não existe o menor indício de que o assombro do entendimento não seja mais desejável frente ao assombro da "desatenção cega"- isto é, da incapacidade de ver também o que não estamos acostumados a ver ou que não temos de antemão na cabeça. Como disse Heráclito: "Se não esperas o inesperado, não o encontrarás".

[12] De fato, continua Chomsky (2006), a concepção do entendimento humano como uma *tabula rasa* é um poderoso instrumento em mãos do totalitarismo: se as pessoas são em realidade seres maleáveis, infinitamente adaptáveis e acomodados, sem nenhuma essencial natureza psicológica, então, por que não hão de ser controlados e coagidos por aqueles que se arrogam autoridade, conhecimentos especiais e uma clarividência única sobre o que mais convém aos que são menos esclarecidos? Felizmente, ficou provado que existe, nas palavras de Lionel Trilling, "um resíduo de qualidade humana que escapa do controle cultural". Do contrário, "os russos seriam a esta altura irremediavelmente corruptos, o que claramente não são. Marx projetou um sistema social que só funcionaria se fôssemos anjos; fracassou porque somos animais. A natureza humana absolutamente não se alterou. Eu preferiria que o homem tivesse uma natureza inata do que ficar com uma *tabula rasa* humana na qual qualquer tirano ou pessoa bem-intencionada pudesse escrever à vontade sua mensagem ("sempre benévola"). E acho que o homem possui essa natureza, que ela é intensamente social, e que desmente todos os manipuladores beatos, de Mill a Stalin", disse Robin Fox (1989).

OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E O NOVO PROCESSO DO TRABALHO

Ophir Cavalcante Junior[*]

As questões do cabimento de honorários de sucumbência e da própria existência do "jus postulandi" na Justiça do Trabalho têm sido enfrentadas pela doutrina e pela jurisprudência e, em que pese, as posições divergentes, não há como conceber, nos dias atuais, o processo do trabalho sem a presença do advogado e, em consequência, sem a aplicação do princípio da sucumbência, seja em razão da complexidade inerente ao próprio processo, seja em razão da virtualização que se faz cada vez mais presente.

Com efeito, o Tribunal Superior do Trabalho dentro do seu papel de uniformizador da jurisprudência, vem negando ambas as postulações, sendo que, em relação à aplicabilidade do princípio da sucumbência, a matéria encontra-se disciplinada pelas Súmulas 219 e 329, que assim dispõem:

> Súmula 219 - *Honorários advocatícios. Hipótese de cabimento (incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 27 da SBDI-2) - Res. 137/2005, DJ 22,23 e 24.8.05).*
> I - Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família (ex-Súmula 219-Res. 14/1985, DJ 26.9.85)
> II - É incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista, salvo se preenchidos os requisitos da Lei 5584/1970(ex-OJ n. 27 da SDI2 - inserida em 20.9.00).
>
> SÚMULA 329 - *Honorários advocatícios. Art. 133 da CF 1988(mantida) - Res. 121/2003, DJ 79,20 e 21.11.03.*
> Mesmo após a promulgação da CF/1988, permanece válido o entendimento consubstanciado na Súmula 29 do Tribunal Superior do Trabalho. (Res. 21/1993, DJ 21.12.93).

Como se vê, portanto, para o TST os honorários advocatícios não decorrem pura e simplesmente da sucumbência, sendo devidos se, concomitantemente, a parte estiver assistida por sindicato e ganhar menos que o dobro do salário mínimo ou ser economicamente incapaz de custear as despesas do processo.

* Advogado Trabalhista, Professor e Diretor da OAB Nacional.

O primeiro argumento para não aplicar o princípio da sucumbência no processo do trabalho residiria no fato de a legislação trabalhista cuidar expressamente da matéria. E essa normatização estaria contemplada na Lei 5584/70, mais exatamente no disposto nos artigos 14 a 19, a saber:

> "Art. 14 - Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei 1060, de 5 de fevereiro de 1960, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.
> Par. 1º. A assistência é devida a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ficando assegurado igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.
> Par. 2º. A situação econômica do trabalhador será comprovada em atestado fornecido pela autoridade local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante diligência sumária, que não poderá exceder de 48 (quarenta e oito) horas.
> Par 3º. Não havendo no local a autoridade referida no parágrafo anterior, o atestado deverá ser expedido pelo Delegado de Polícia da circunscrição onde resida o empregado.
> Art. 15. - Para auxiliar no patrocínio das causas, observados os arts. 50 e 72 da Lei 4215, de 27 de abril de 1963, poderão ser designados pelas Diretorias dos Sindicatos acadêmicos de Direito a partir da 4ª. Série, comprovadamente matriculados em estabelecimento de ensino oficial ou sob fiscalização do Governo Federal.
> Art. 16 - Os honorários de advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente.
> Art. 17 - Quando, nas respectivas Comarcas, não houver Juntas de Conciliação e Julgamento ou não existir Sindicato da categoria profissional do trabalhador, é atribuído aos Promotores Públicos ou Defensores Públicos o encargo de prestar assistência judiciária prevista nesta lei.
> Parágrafo Único - Na hipótese prevista neste artigo, a importância proveniente da condenação nas despesas processuais será recolhida ao Tesouro do respectivo Estado.
> Art. 18 - A assistência judiciária, nos termos da presente lei, será prestada ao trabalhador ainda que não seja associado do respectivo Sindicato.
> Art. 19 - Os diretores dos Sindicatos que, sem comprovado motivo de ordem financeira, deixarem de dar cumprimento às disposições desta lei, ficarão sujeitos à penalidade prevista no art. 553, alínea a da Consolidação das Leis do Trabalho".

Percebe-se que a lei em questão foi editada com a finalidade precípua de regular a assistência judiciária gratuita na Justiça do Trabalho, tratando dos honorários advocatícios de sucumbência para dizer que eles cabem somente na hipótese da assistência sindical e que reverterão em favor da entidade representativa dos trabalhadores.

Se essa é única norma trabalhista que cuida de honorários advocatícios no processo do trabalho, obviamente não se pode dizer que a CLT contemple a questão da sucumbência de forma geral e efetiva, mesmo porque a Lei n. 5584/70 foi editada em momento histórico outro em que não havia sido promulgada a CF/1988, na qual se previu que cabe ao Estado prestar a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º., LXXIV) e não se conferia aos sindicatos liberdade e autonomia plenas (art. 8º.).

Efetivamente, a partir da CF/1988, os sindicatos deixaram de exercer funções delegadas do Estado, passando a ter autonomia plena, não se justificando, assim, deles ser exigido que prestem, por exemplo, assistência jurídica obrigatória a todos os trabalhadores, inclusive aos não-sindicalizados. Neste aspecto, o artigo 8º, inciso III, da CF diz caber-lhes a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, ou seja, confere aos sindicatos legitimidade para, na condição de substitutos processuais, defenderem os interesses da categoria, não lhes impondo, no entanto, a prestação de serviços obrigatórios de assistência jurídica, mesmo porque, se assim o fizesse, estaria contrariando, ao mesmo tempo, o princípio de que cabe a ele (Estado) o dever de prestar assistência judiciária gratuita a quem for pobre no sentido da lei (art. 5º., LXXIV) e o princípio da liberdade e autonomia das entidades sindicais (art. 8º. da CF).

Nesse contexto é que se situa a única norma da Lei 5584/70, mais exatamente o artigo 16 que cuida dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, o que reafirma não haver na CLT ou em qualquer outra legislação trabalhista esparsa a disciplina da sucumbência na Justiça do Trabalho. Neste sentido, ensina Alexandre Roque Pinto:

> "O art. 16 está inserido num conjunto de dispositivos legais que constituem um sistema lógico. Há uma pertinência de suas disposições com todo o resto. A destinação dos honorários advocatícios ao Sindicato assistente é uma conseqüência da obrigatoriedade da prestação da assistência judiciária aos integrantes da categoria, sindicalizados ou não. Trata-se da compensação pela obrigação de desempenhar uma tarefa imposta pelo Estado. Desaparecendo, todavia, esta obrigação a partir de 5.10.88, perdeu eficácia a norma que estabelecia a compensação e destinava os honorários advocatícios ao sindicato. Com isso, caiu por terra o argumento de que não se podia aplicar o princípio da sucumbência ao Processo do Trabalho porque a matéria era regulada pela Lei 5584/70." (in Revista LTr 73-04/445), abril 2009).

A jurisprudência reconhece a procedência dessa argumentação:

> "(...) *Assistência Judiciária. Honorários*. São devidos os honorários assistenciais pela aplicação da Lei 1060/50, porquanto a manutenção do monopólio sindical da assistência judiciária,

> nos termos da Lei 5584/70, afronta a disposição do artigo 5º. Inciso LXXIV, da CF. Declaração de insuficiência econômica juntada com a petição inicial. Recurso desprovido(...). (TRT 4ª R, Processo n. 00203-2006-761-04-00-5, (REO/RO), Rela. Maria Helena Mallmann, publicado em 21.5.07).

Verifica-se, portanto, que além de não haver norma legal que cuide integralmente da matéria na CLT, a única disposição que tratava de honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho vinculando-a à assistência jurídica pelo Sindicato, não foi recepcionada pela CF/1988, o que remete à aplicação do disposto no artigo 769 da CLT à hipótese, ensejando que o princípio da sucumbência, previsto no CPC, seja aplicado ao processo do trabalho.

Ainda que a Lei n. 5584/70, mais exatamente, os artigos 14 e 16 da mesma, que tratam da sucumbência, tivessem sido recepcionados pela CF/1988, com a edição da Lei n. 10.288/2001, que introduziu um parágrafo ao artigo 789 da CLT, teria havido a derrogação da aludida disposição legal por ter a nova norma regulado integralmente a prestação de assistência judiciária gratuita aos trabalhadores. Diz a disposição em comento:

> Art. 789 - (*omissis*)
> § 10 - O sindicato da categoria profissional prestará assistência judiciária gratuita ao trabalhador desempregado ou que perceber salário inferior a cinco salários mínimos ou que declare, sob responsabilidade, não possuir, em razão dos encargos próprios e familiares, condições econômicas de prover à demanda.".

Em seguida foi editada a Lei n. 10.537/2002 e, com ela, nova redação passou a ter o artigo 789 da CLT em razão da revogação do artigo 10, ficando a matéria, assim, sem regramento na Justiça do Trabalho.

Em resumo, havia a Lei n. 5584/70, que disciplinava a assistência judiciária pelo Sindicato, prevendo que a sucumbência só seria devida quando o trabalhador estivesse assistido pelo ente sindical. Em seguida, entrou em vigor a Lei n. 10.288/2001, que ao dispor sobre o *jus postulandi* e sobre a assistência judiciária, derrogou os dispositivos da Lei n. 5584/70. Logo depois, mais exatamente em setembro de 2002, entrou em vigor a Lei n. 10.537/2002, que não previu qualquer norma sobre a assistência judiciária pelo Sindicato, revogando, assim, as modificações introduzidas pela Lei n. 10.288/2001.

Como se vê, portanto, ao revogar as disposições introduzidas pela Lei n. 10.288/2001, sem nada mencionar acerca da assistência judiciária sindical, a Lei n. 10.537/2002 não repristinou as disposições da Lei n. 5584/70 por ser incompatível com o nosso ordenamento jurídico este efeito (LICC, art. 2º, par. 3º.). Nesse sentido a jurisprudência já começou a se posicionar:

> "*Honorários de advogado na Justiça do Trabalho* - A verba de honorários de advogado é devida nos termos da Constituição Federal em vigor (art.133) e legislação infraconstitucional, como

> o art. 20 do CPC e Estatuto da OAB (art. 22). Não há se cogitar na incidência da orientação contida nos Enunciados n, 219 e 329 do TST, que somente admitem honorários advocatícios na hipótese de assistência judiciária gratuita prevista na Lei 5584/70, já que esta teve os dispositivos referentes à assistência judiciária gratuita revogados pela Lei 10.288/2001. Nosso ordenamento jurídico não admite o fenômeno da repristinação (LICC) e a Lei 1060/50, nem o par. 3º. do art. 790 da CLT, que atualmente regem a matéria, não fazem nenhuma referência à assistência sindical, não havendo, portanto, sentido algum em vincular-se o pagamento de honorários advocatícios no processo do trabalho a esta hipótese. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido." (TRT 7ª. Reg. Ac. N. 2034, RO 1619-2005-026-07-00-9, 1ª. T., DOE/CE 4/7/06, Rel., Juiz Manoel Arízio Eduardo de Castro).

De outro lado, deve ser afastado outro argumento que tem impedido - e até justificado o posicionamento da jurisprudência trabalhista - a aplicação da sucumbência no processo do trabalho, que é o da incompatibilidade do *jus postulandi*, previsto na CLT, com o princípio da sucumbência.

Com efeito, a premissa que rege o princípio da sucumbência é de a parte contratar advogado de sua confiança para defender seus interesses no Judiciário e, saindo vencedora na ação, seu advogado ser remunerado, pelo vencido, em razão do trabalho que executou.

Não tenho dúvidas de que o *jus postulandi* pode coexistir com a regra da sucumbência, pois a "a norma que determina o pagamento dos honorários de sucumbência não condiciona este pagamento à obrigatoriedade de contratação do advogado." (Roque Pinto, op. cit. p. 444). No particular vale transcrever a lição de João de Lima Teixeira Filho:

> "Assim, independentemente da controvérsia quanto à sobrevivência do *jus postulandi* das partes, após o advento da Carta vigente e do novo Estatuto da OAB, é lícito ao procurador da parte vencedora cobrar do vencido honorários por sua atuação no processo. A condenação em honorários advocatícios tem fulcro na singela constatação de atividade efetivamente despendida nos autos por advogado, que nada tem que ver com o dissenso sobre ser obrigatório, ou não, o patrocínio das partes litigantes por profissional a tanto habilitado." (Teixeira Filho, 1999, Instituições de Direito do Trabalho V.II, São Paulo, LTr, 1999)

No mesmo sentido, ANDRÉ ARAÚJO MOLINA, com muita propriedade, sintetiza a questão:

> "O que estou a defender não é o fim do *jus postulandi*, este declarado constitucional pelo E. STF, mas sim a sua aplicação excepcional, somente nas lides genuinamente entre empregados e empregadores e, mesmo nestas hipóteses, se os litigantes quiserem valer-se do patrocínio profissional do advogado,

> poderão fazê-lo com a condenação na verba honorária da parte sucumbente. Se, por outro lado, o empregado ou empregador litigar sem patrocínio técnico, não haverá condenação honorária, salvo se aqueles forem advogados e estiverem litigando em causa própria (art. 20, *caput*, CPC) (MOLINA, André Araújo, Honorários Advocatícios na Justiça do Trabalho: nova análise após a Emenda Constitucional n. 45/2004, Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 740, 15m jul 2005, disponível em http://jus.uol.com.br/doutrina/texto).

E é essa, sem dúvida, a melhor interpretação a ser conferida, pois, optando a parte pela contratação de advogado à defesa de seus interesses, assume ela os riscos dessa contratação em todos os sentidos atraindo, inclusive, a possibilidade de vir a ser beneficiada ou condenada em razão da sucumbência.

Poderiam alguns vislumbrar, ainda, a eventual incompatibilidade entre o princípio da sucumbência e o acesso amplo à justiça e, até mesmo, certa incompatibilidade com o princípio da proteção, com o que, igualmente, não concordamos, pois o trabalhador pode litigar amparado pelos benefícios da justiça gratuita (Lei 1060/50, art. 3º., V), ficando, assim, em razão da própria condição de hipossuficiente, isento do pagamento de honorários de sucumbência.

A incompatibilidade com o princípio da proteção igualmente, como adverte ROQUE PINTO, não existe:

> "Tampouco há qualquer incompatibilidade com o princípio da proteção, muito pelo contrário. O princípio da proteção diz que a interpretação da norma deve ser a que mais favorece o trabalhador. E no caso em análise, a adoção do princípio da sucumbência, com a possibilidade de restituição integral, é muito mais favorável ao trabalhador que a simples negação dos honorários advocatícios." (op. cit. p. 445).

De outro lado, o moderno processo do trabalho apresenta uma realidade bem diversa daquela que o pautava a quando da edição da CLT que previa o *jus postulandi* (art. 791), pois, então, as matérias debatidas cingiam-se à busca da reparação por uma dispensa motivada; horas extras e outros temas sem a mesma complexidade dos que hoje são discutidas.

Efetivamente, nos dias atuais está cada vez mais difícil, senão impossível, para um cidadão ou para uma empresa comparecer em juízo desacompanhados de advogado, quando, por exemplo, o deverão fazer levando em conta a virtualização do processo.

Com efeito, o fenômeno da virtualização do processo já é fato, sendo que se tornará mais complexo, brevemente, residir no Juízo Trabalhista por exigir ele que todos, absolutamente todos, os atos processuais passem a ser praticados no - e pelo - meio virtual com a implantação do SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROCESSO DO TRABALHO - SUAP, cuja filosofia será a utilização dos meios de computação eletrônica e da rede mundial de computadores (internet) através de um certificado digital.

Ao lado disso, o processo do trabalho ficou cada vez mais técnico com a utilização de ações cautelares, nominadas e inominadas; tutela antecipada; execução provisória; tutela inibitória; ação civil pública; mandado de segurança, entre tantos outros institutos jurídicos, tornando, assim, impossível pensar que se possa fazê-lo sem o patrocínio técnico de um advogado. Tanto isso é verdadeiro que alguns Tribunais Regionais do Trabalho não tem mais a atermação de reclamações verbais por servidores. É o caso do TRT da 6ª Região, que, desde o ano 2000, resolveu não mais admitir a propositura de reclamações verbais (Resolução Administrativa n. 04/2000).

Como se vê, portanto, na prática o *jus postulandi* é mais uma nostalgia do que efetivamente uma prática atual, devendo haver a compatibilização desse instituto, legalmente previsto, com a realidade, no sentido de, neste momento, lutar pelo cancelamento das Súmulas 219 e 329 do TST, de forma a permitir que haja a perfeita convivência, no processo do trabalho, do *jus postulandi* com o princípio da sucumbência para quem não estiver protegido pela assistência judiciária gratuita.

O próprio TST em razão da Emenda Constitucional n. 45/2004, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho, fez editar a Instrução Normativa n. 27, onde consagrou a possibilidade da coexistência do *jus postulandi* e do princípio da sucumbência, limitando-os, todavia, às lides que envolvam relação de trabalho. Diz o artigo 5º, parágrafos 3º e 4º da referida Instrução:

> Art. 5º. - (*omissis*)
> "§ 3º. - Salvo nas lides decorrentes da relação de emprego, é aplicável o princípio da sucumbência recíproca, relativamente às custas.
> § 4º. - Salvo nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência.".

A situação é, para dizer o mínimo, contraditória e encerra profunda injustiça para com o trabalhador por limitar a aplicação do princípio da sucumbência às relações de trabalho que vierem a ser debatidas na Justiça do Trabalho. Como destaca GONÇALVES, *verbis*:

> "Realmente, afronta a lógica jurídica tratar diferentemente lides trabalhistas típicas e as que cuidam de relação de trabalho *lato sensu*. Nas ações de natureza alimentar, como é o caso daqueles que tratam de relação de emprego, preteriu-se pagamento de verba honorária, mas, para demandas que cuidam de contenda entre sindicatos, trabalho autônomo, reparação de dano etc., entendeu-se pertinente o pagamento da mesma verba." (GONÇALVES, Marcos Fernando, http://www.juslaboral.net/2009/02/honorários-de-advogado-no-processo-do.html 4/6/2009)

E continua o mesmo autor:

> "Até mesmo diante do princípio da igualdade - porque aqui, não há elemento que justifique a diferenciação - da mesma maneira em que, por exemplo, se admite arcar com honorários de advogado o empregador descumpridor de obrigações relativas ao contrato de trabalho autônomo, *a fortiori* deve pagar honorários sobre dívidas trabalhistas de natureza alimentar, sob pena de flagrante injustiça. O TRT da 15ª. Região julgou demanda que tratava dessa seara, condenando a reclamada em honorários:
>
> > 'Honorários advocatícios. Necessidade do reexame da matéria em decorrência do novo Código Civil. Fere os princípios elementares de direito concluir que o empregador que descumpre obrigações civis esteja obrigado a responder por 'perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo os índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado' (art. 389, do novo CC), mas desobrigado de pagar os honorários sobre as dívidas trabalhistas de natureza alimentar. Aliás, com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, a situação ficou, com a devida vênia, incoerente: caso um abonado representante comercial autônomo saia vencedor na Justiça dó Trabalho receberá honorários advocatícios; todavia, se um hipossuficiente empregado vencer a reclamação trabalhista nada receberá a tal título., O Judiciário Trabalhista não pode sacramentar tal tratamento flagrantemente desigual, especialmente se levarmos em conta que o trabalho é um direito social. Impõe-se, assim, com a máxima vênia, o reexame dos Enunciados 219 e 329 do C.TST". (Acórdão n. Processo TRT/15ª. REG.n. 00948-2002-049-15-00-0 - Recurso Ordinário, 3ª. T-6ª., Câm. Rel. Juiz Samuel Hugo Lima)'".

Por outro lado, reforça a necessidade de repensar a visão hoje existente o fato de que é de justiça que a parte obtenha a tutela judicial para a reparação integral do direito violado, o que implica dizer que a reparação deve abranger não só o próprio direito violado, como também os recursos que foram ou que serão despendidos para obter tal reparação. Nesse sentido é importante destacar o disposto nos artigos 389 e 404 do Código Civil:

> "Art. 389 - Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária, segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.
> Art. 404 - As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com a atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional"

Com efeito, as disposições acima são aplicáveis ao processo do trabalho, tornando, a meu sentir, as Súmulas 219 e 329 inteiramente dissociadas da realidade e da justiça, pois, se o empregador está descumprindo

uma obrigação contratual, deve arcar com os honorários do advogado da parte contrária, não sendo justo impor ao trabalhador mais esse ônus que será retirado, pela sistemática atual, do crédito que irá receber, ou seja, não terá reparado o dano na integralidade, já que parte do valor irá para o seu advogado. O trabalhador tem direito à restituição integral e o advogado, aos honorários de sucumbência. Nesse sentido é o posicionamento de João de Lima Teixeira Filho:

> "Desse modo, e após uma atenta e refletida leitura dos arts. 389 e 404 do Código Civil chega-se a conclusão de que os honorários neles previstos a bem da verdade, independem mesmo do ajuizamento de qualquer tipo de ação sendo devidos do simples fato de que, para conseguir o cumprimento da obrigação por parte do devedor, o credor teve que se valer da contratação de advogado (...) Pode-se, pois concluir, inclusive reformulando posicionamento anteriormente adotado, que os honorários advocatícios previstos nos arts. 389 e 404 do Código Civil decorrem do princípio da *restitutio integrum*. Por conseguinte, são devidos inclusive no campo do processo laboral (arts. 8º e 769 da CLT) pelo simples fato de que para receber o seu crédito a parte (na Justiça do Trabalho em regra o trabalhador é o autor da ação) exercendo fundamental direito de ação tenha que se valer da assistência de profissional do direito da sua confiança obrigando o devedor ao cumprimento da obrigação, afinal reconhecida na sentença. (op. cit.).

Além disso, as Súmulas 219 e 329 do TST estão em conflito com a Súmula 234 do STF, pois esta reconhece o direito ao recebimento da verba honorária de sucumbência nas ações por acidente de trabalho e as Súmulas do TST não reconhecem esse direito nas ações de indenização por acidente de trabalho movidas por trabalhadores contra os seus empregadores, o que, convenhamos, é um arrematado absurdo em razão da própria origem comum de ambos (acidente de trabalho).

Para reforçar ainda mais o direito aos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho, a Lei n. 8906/94 (Estatuto da OAB e da Advocacia), em respeito ao disposto no artigo 133 da CF/1988, ao prever o direito dos advogados aos honorários de sucumbência (art. 22), conferiu-o indiscriminadamente a todos os advogados, não excluindo dele qualquer profissional que atue em determinado ramo, como, no caso, no trabalhista. Se se trata de uma lei especial que concedeu tal direito a todos os advogados, obviamente que revogou eventuais leis gerais que o limitavam. Na mesma trilha é o posicionamento de Sérgio Pinto Martins:

> "De acordo com a Lei n. 8906/94, haverá honorários de advogado em todo processo, sendo que o art. 16 da Lei 5584/70 restou revogado, pois o art. 23 da primeira norma informa que os honorários são do advogado e não do Sindicato. Assim, a regra de honorários de advogado no processo do trabalho passa a ser

a do art. 20 do CPC." (Direito do Trabalho. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2001)

Por seu turno, a Comissão Nacional de Direito Social do Conselho Federal da OAB suscitou tese quanto à aplicabilidade do princípio da sucumbência somente aos advogados que patrocinem os interesses dos trabalhadores por nascer esse direito não da sucumbência em si, mas da própria violação atacada.

E, em que pese o respeito à opinião, dela divirjo, **primeiro,** porque o direito ao recebimento de honorários de sucumbência nasce sempre da cobrança de um direito dito violado, não sendo correto afirmar que por se tratar de um direito trabalhista, tenha que ter tratamento diferente dos demais; **segundo** porque, como defendi linhas atrás, sendo o empregado beneficiário da justiça gratuita, na forma da Lei n. 1060/50, que é o caso da maioria das ações que aportam no Judiciário Trabalhista, ficaria isento do pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, o que afasta a preocupação manifestada, evitando, por outro lado, que proliferem aventuras jurídicas sem consequência patrimonial àqueles que acionam a jurisdição.

Ao lado disso, creio extremamente benéfica a existência de honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho para evitar a utilização do Judiciário Trabalhista com fins meramente homologatórios, pois é fato que muitos empregadores deixam de pagar nas vias administrativas remetendo esses trabalhadores à Justiça, onde, invariavelmente, conseguem fazer acordos abaixo do que pagariam se o tivessem feito no Sindicato ou no Ministério do Trabalho.

É chegada a hora de se romper com a barreira de que não cabem honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho, pois se trata muito mais de um preconceito do que propriamente de uma defesa dos interesses dos trabalhadores, seja porque o *jus postulandi*, embora previsto em lei, deixou de ser usado nas lides trabalhistas pela própria exigência técnica do novo processo do trabalho, seja porque nem lei mais existe que o preveja pela não recepção da Lei n. 5584/70 em nosso ordenamento jurídico ou mesmo pela sua revogação, seja, ainda, porque, com o advento do novo Código Civil, o princípio do *restitutio in integrum* justifica o pagamento pela parte vencida dos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho, pois, para que o credor possa receber o seu crédito exercendo o fundamental direito de ação, tem que se valer da assistência de advogado de sua confiança para obrigar o devedor ao cumprimento da mesma[1].

---

[1] No Congresso Nacional existem os seguintes Projetos de Lei que objetivam acabar com o *jus postulandi* e regulamentar o princípio da sucumbência na Justiça do Trabalho: PL 764/2006, da autoria do Deputado MARCELO ORTIZ, que se encontra apensado ao PL 3392, da Deputada CLAIR; PL 2956/2008, do Deputado NELSON PROENÇA, que trata dos honorários periciais, acrescentando parágrafos ao art. 790-B, da CLT e o PL 3496/2008, do Deputado CLEBER VERDE, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Lei n. 5584/70 e propõe a alteração da CLT para instituir a sucumbência na Justiça do Trabalho; PL 728, do Senador VALTER PEREIRA, que também instituiu o princípio da sucumbência nas lides trabalhistas em patamares

BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES, Marcos Fernando, http://www.juslaboral.net/2009/02/honorários-de-advogado-no-processo-do.html 4/6/2009)

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOLINA, André Araújo, Honorários Advocatícios na Justiça do Trabalho: nova análise após a Emenda Constitucional n. 45/2004, Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 740, 15m jul 2005, disponível em http://jus.uol.com.br/doutrina/texto

PINTO, Alexandre Roque, *in* Revista LTr 73-04/445), abril 2009.

TEIXEIRA FILHO. *Instituições de Direito do Trabalho.* v 2, São Paulo: LTr, 1999.

diversos do CPC (entre 5% e 15%) e dá outras providências. Mais recentemente a OAB-RJ encaminhou ao Congresso proposta de Projeto de Lei de autoria do Ministro aposentado do TST e elaborador da CLT, ARNALDO SÜSSEKIND em conjunto com o advogado trabalhista BENEDITO CALHEIROS BOMFIM.


DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO
REVISTA
DO
TRIBUNAL
REGIONAL
DO TRABALHO
DA 8a. REGIÃO
ANO VI - N.° 10
JANEIRO - JUNHO - 1973

REGISTRO

ORAÇÃO-POEMA PARA OS NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL * **

Vicente José Malheiros da Fonseca ***

Em 6 de outubro, às vésperas do Círio de N. S. de Nazaré, pronunciei-me, na condição de decano da Corte, para cumprimentar os ilustres colegas eleitos aos cargos de Administração do Tribunal (Francisca Oliveira Formigosa, Presidente; Odete de Almeida Alves, Vice-Presidente; e Herbert Tadeu Pereira de Matos, Corregedor-Regional), três experientes magistrados trabalhistas de carreira, com longo e profícuo tempo de serviços prestados à Instituição.

Agora, indicado pela gentileza da nova Presidente da Corte, tenho a satisfação de falar em nome de meus eminentes pares, nesta sessão de posse de Francisca, Odete e Tadeu, para saudá-los com todas as pompas e circunstâncias merecidas.

Francisca Oliveira Formigosa, com a experiência acumulada pelo exercício da Vice-Presidência, chega à Presidência do Tribunal com o talento e o entusiasmo que lhe conferem o preparo e a liderança para conduzir os destinos da Casa no próximo biênio.

A Vice-Presidente Odete de Almeida Alves e o Corregedor Regional Herbert Tadeu Pereira de Matos deixam a 2ª Turma, que passa a contar com o tirocínio e a competência de outros dois brilhantes colegas, que retornam à bancada do Tribunal: José Edílsimo Eliziário Bentes e Pastora do Socorro Teixeira Leal, após exercerem, com brilhantismo, a Presidência e a Corregedoria Regional.

Na sessão do último dia 28 de novembro, o colega Eliziário Bentes apresentou o relatório de suas atividades no biênio 2006-2008 perante o Tribunal Pleno, a revelar a eficiência e o zelo no desempenho do mandato, como o Projeto Conciliar, a Justiça Itinerante, os diversos convênios para aperfeiçoar a prestação jurisdicional, a gestão de processos, a gestão de pessoas e qualidade de vida, a tecnologia de informação e comunicação, a cultura organizacional, a gestão orçamentária e financeira, a gestão e

---

* Saudação proferida na solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sua composição plenária, realizada em 5 de dezembro de 2008.

** Os demais discursos de saudação aos novos dirigentes do TRT-8ª, para o biênio 2008/2010, pronunciados por ocasião da solenidade de posse ocorrida em 5 de dezembro de 2008, encontram-se publicados na Revista do TRT-8ª Região, v. 42, n. 82, jan./jun./2009.

*** Desembargador Federal do Trabalho, Decano do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

educação ambiental, o planejamento estratégico institucional, as obras de infraestrutura, enfim, tantas e importantes realizações que bem demonstram - para parodiar as palavras do então Presidente, naquela sessão -, que o bastão foi bem conduzido nesta nova etapa da corrida de revezamento entre magistrados eleitos para os cargos de direção da Corte, de modo que neste ponto de chegada (que também é ponto de partida) podemos afirmar, com tranquilidade: caro colega e amigo Eliziário, tu és, de fato, um vitorioso e um ser iluminado, orgulho de teus familiares e admiradores. E lá se vão 35 anos de bons serviços prestados, como servidor e magistrado, na Justiça do Trabalho da 8ª Região, desde aquele longínquo 1973, que nos abriu a porta da esperança e dos sonhos, hoje realizados.

A colega Pastora Leal exerceu, com esmero, a árdua tarefa na Corregedoria Regional, plena de realizações, autêntico desafio que consiste em equilibrar o seu papel pedagógico com o controle interno dos procedimentos judiciais, a imprimir nas atividades forenses a necessária celeridade, transparência, segurança e uniformização dos atos, para melhor atender os jurisdicionados. Por isso, recebeu elogios do Ministro João Oreste Dalazen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, quando aqui esteve no mês de outubro, a fim de realizar a correição ordinária anual, "pela proficiência, desvelo, seriedade, criatividade e dinamismo no exercício do espinhoso cargo".

O Plano de Gestão Estratégica do Tribunal contempla um conjunto de metas, indicadores e iniciativas que objetivam, em especial: a) garantir a razoável duração do processo; b) racionalizar e simplificar os procedimentos de modo a tornar efetiva a execução; e c) vincular a elaboração e a execução do orçamento às políticas do Tribunal. Dentre as metas se inclui a regulamentação do *Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas*, que idealizei há 30 anos, já assegurado no art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004, mas ainda pendente de disciplinamento por lei ordinária.

Estou certo de que a nova administração da Corte prosseguirá na mesma linha de atividades profícuas, como é da tradição deste Tribunal, onde o prazo médio na tramitação dos processos e a taxa de congestionamento processual, notadamente na fase de execução, é a mais baixa de todo o país, conforme reconheceu o Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. João Oreste Dalazen, no rol de iniciativas relevantes e condutas louváveis, conforme registro na Ata de Correição Ordinária de 2008, *in verbis*:

> "... **8ª)** é sumamente grato e feliz para o Ministro Corregedor-Geral constatar que os Juízes do Trabalho Titulares e Substitutos da 8ª Região, de forma maciça e exemplar, quase sempre proferem **sentenças líquidas**, seja em causas submetidas ao rito sumaríssimo seja em causas submetidas ao rito ordinário, como se pôde apurar em dezenas de processos consultados e nas atas de correição de distintas Varas do Trabalho da Região; o merecimento dessa prática que notabiliza os Juízes de primeira instância da 8ª Região é tanto maior e mais digno de realce quando se atende para a circunstância de que é fruto

> de uma política institucional do Tribunal, pois uma das metas do Planejamento Estratégico da Corte é precisamente elevar o índice de decisões líquidas até o final de 2008; aliás, por imperativo de justiça, é de recordar-se que a preocupação com a sentença líquida na Região remonta à administração do então Presidente e Corregedor Eminente Juiz Vicente José Malheiros da Fonseca, que já em 2000 (Provimento nº 04/2000) recomendava aos juízes 'sentença líquida' em causas de rito sumaríssimo; **9ª)** o Ministro Corregedor-Geral igualmente transmite calorosos cumprimentos à magistratura de primeira instância da 8ª Região em virtude de haver alcançado, em 2007, **a mais baixa taxa de congestionamento na execução trabalhista entre as Regiões congêneres**, para o que certamente concorreram, de forma decisiva, a generalização da sentença líquida, a inclusão em pauta de processos em execução, o uso intensivo de mecanismos de coerção do devedor e a eficiente atuação da Central de Mandados do Fórum Trabalhista de Belém; é relevante ressaltar que a **performance recorde da 8ª Região**, em 2007, no particular, em contraste com as demais Regiões da Justiça do Trabalho, constitui importantíssimo contributo para a efetividade do Direito do Trabalho e, em derradeira análise, para a justiça social, cujo valor ainda mais se realça num País como o Brasil, marcado pela desigualdade social".

O novo Corregedor Regional, Herbert Tadeu Pereira de Matos, nasceu em Santarém (PA). Filho de Herbert Otaviano de Matos (Bibito) e Maria do Carmo Pereira de Matos (Carminha). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará, desde 1970. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes e mestrando em Direito das Relações Sociais pela Universidade da Amazônia. Antes da magistratura foi locutor e cronista esportivo em rádios de Belém e Santarém, advogado e auditor Jurídico do Banco da Amazônia S/A. Ingressou na magistratura trabalhista em 1989, como Juiz do Trabalho Substituto. Promovido a Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Almeirim, em 1993, exerceu ainda a Presidência das JCJs de Óbidos, Tucuruí, Paragominas, Capanema, e 10ª de Belém. Em 2002, foi promovido, por merecimento, ao Tribunal. Desde 2006 atua como Presidente da 2ª Turma desta E. Corte Regional. Além de colega na 2ª Turma e conterrâneo, é velho amigo de juventude, desde a querida Santarém. Foi em sua homenagem que escrevi o arranjo da "*Ave Maria*", última composição de meu avô José Agostinho da Fonseca (1886-1945), executado, nesta solenidade, pelo Quarteto de Cordas da Fundação Carlos Gomes, a recordar os velhos tempos de sacristão na Igreja Matriz de N. S. da Conceição e os saudosos momentos no Colégio "Dom Amando", da Pérola do Tapajós, onde Tadeu Matos sempre brilhou como o melhor aluno.

A nova Vice-Presidente, Odete de Almeida Alves, é natural de Belém (PA), filha de Getúlio Miranda de Almeida e Ana Izabel Pacheco de Almeida. Integra a magistratura trabalhista desde 1989, após aprovação em concurso público para Juiz do Trabalho Substituto. Desembargadora Federal do Trabalho

desde 14 de junho de 2000. Graduada em Direito em 1967, tem extensa folha de serviços prestados à sociedade, como Professora, Delegada de Polícia Federal, Advogada Autônoma e Advogada do Banco do Estado do Pará S/A. É Especialista e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Pará. Como Professora já ministrou aulas em cursos de Especialização nas Faculdades Integradas do Tapajós, em Santarém (PA), na Universidade da Amazônia (UNAMA), bem como em cursos de preparação para a Magistratura Trabalhista. Experiente e dedicada magistrada, agora vovó, sabe muito bem a razão da homenagem que lhe presto com o arranjo que elaborei para o belo bolero "*Um Poema de Amor*", uma das músicas mais conhecidas de meu saudoso pai Wilson Fonseca (1912-2002), igualmente tocado, nesta ocasião, pelo Quarteto de Cordas da FCG, pois a noite se aproxima e é inevitável que o seresteiro nos acalente com sua voz inesquecível: "... e quando a noite desceu, o poeta escreveu sua história de amor...".

Foi de Santarém, onde atuou como magistrada trabalhista de 1º Grau, que ascendeu ao Tribunal a colega Francisca Oliveira Formigosa.

A nova Presidente da Corte é natural da Vila Urucuzal, Município de São Sebastião da Boa Vista, no interior do Pará, onde nasceu em 22 de abril de 1957, dia em que se comemora o descobrimento do Brasil.

A filha dileta do carpinteiro José Marinho Formigosa Neto e da dona de casa Sebastiana Oliveira Formigosa; a irmã de Raimundo, José Maria, Maria das Graças, Maria Luiza, Francisco, Maria do Socorro, Jorge e Idailson do Carmo; e a mãe de Vanessa, Verena, Viviane e Amanda Cristina é uma mulher de fibra, de fé, de coragem e de nobres ideais, magistrada sensível às questões sociais, que percorreu uma longa e vitoriosa trajetória, desde os campos e lagos do Marajó até receber o bastão que ora empunha para reger a orquestra da família do Oitavo Regional Trabalhista.

Diplomada em Direito pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará - CESEP (1977-1980), e em Licenciatura Plena em Letras e Artes (1977-1980), pela Universidade Federal do Pará, possui cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado em Direito Social e da Empresa (Créditos), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo, realizado em 2006, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e EMATRA-VIII.

Ingressou na Magistratura Trabalhista, mediante Concurso Público para provimento ao cargo de Juiz do Trabalho Substituto, em 1985, até ser promovida, em 1990, para a Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Óbidos, onde permaneceu até dezembro de 1992, quando se removeu, a pedido, para a Presidência da JCJ de Santarém, até março de 1996, ano em que foi promovida, por critério de merecimento, ao Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, onde atuou como Presidente de Turma e da Seção Especializada I, além de Vice-Presidente.

Na data da eleição dos novos dirigentes do Tribunal, eu lembrava que a nossa cidade de Belém do Pará será sede do Fórum Social Mundial de 2009, que se realizará no Hangar - Centro de Convenções da Amazônia, no período de 27 de janeiro a 1º de fevereiro do próximo ano, que será precedido do V

Fórum Mundial de Juízes (de 23 a 25 de janeiro de 2009), com a presença de magistrados do mundo todo, o primeiro evento, no gênero, na capital paraense e na Região Norte brasileira.

O Fórum Mundial de Juízes objetiva promover a mobilização pela democratização e independência dos sistemas judiciais de todos os povos e convoca os juízes do mundo comprometidos com as transformações nas relações sociais que acreditam numa globalização centrada no ser humano e na preservação do meio ambiente.

Parece oportuno relembrar que na cerimônia de encerramento do Fórum Social Mundial de 2002, José Saramago concluiu a sua bela oração "Da justiça à democracia, passando pelos sinos" com estas palavras:

> "Não tenho mais que dizer. Ou sim, apenas uma palavra para pedir um instante de silêncio. O camponês de Florença acaba de subir uma vez mais à torre da igreja, o sino vai tocar. Ouçamo-lo, por favor".

A homenagem que prestei à colega Francisca Oliveira Formigosa, naquele dia 6 de outubro de 2008, em que foi eleita Presidente do Tribunal, veio em forma de poema, na verdade, um acróstico, que agora incluo nesta saudação de posse, como tributo também aos novos dirigentes do TRT-8ª Região, no biênio 2008-2010:

Foste eleita Presidente do nosso Tribunal
Representas a vontade nesta escolha que se fez
A missão tão árdua e bela levarás com altivez
No exercício da função que soubeste conquistar
Com o auxílio dos teus pares a tarefa se inicia
Inicia um novo tempo, nas tuas mãos a esperança
Sempre em busca de um grande ideal
Cantaremos o hino em harmonia
A Justiça será nosso guia.

O trabalho fecundo que a vida ensinou
Levarás como exemplo na nova missão
Imitando aqueles que servem de molde
Viverás coerente em cada questão
E assim no caminho que agora começa
Inspiras a todos que em ti confiamos
Repousa em teus ombros com toda a certeza
A nobre incumbência que depositamos.

Florescem as rosas no nosso jardim
O olor da oliveira anuncia o amanhã
Resplendem as estrelas no urucuzal
Mais um saramago badala o seu sino

Instala na Corte bem mais que o silêncio
Girando no tempo, retorna a lição
O sino nos chama pra mais uma missa
Serás bem feliz, com as bênçãos de Deus,
A mão que te guia com toda Justiça.

Há dois anos, era executado, neste recinto, o "Hino de Óbidos" (terra de Eliziário Bentes), de autoria do poeta Saladino de Brito, genitor do Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que aqui novamente comparece para prestigiar este evento.

Agora, a homenagem especial à nova Presidente do Tribunal, Desembargadora Francisca Oliveira Formigosa - que tão bem dirige a Comissão Permanente de Conciliação e todas as atividades que desempenha, inclusive na realização de audiências de conciliação em processos em grau de Recurso de Revista - também é sob a inspiração da Deusa Euterpe.

Trouxemos, inicialmente, a "*Sonatina para Cordas*", de minha autoria, executada pelo Quarteto de Cordas da Fundação Carlos Gomes, peça em quatro movimentos, que bem caracterizam a nossa realidade amazônica: Alvorada; Dançando o Sairé; Valsa do Realejo; e Tem Dobrado na Praça.

E, ainda, o hino-marcha "*Justiça Itinerante*", para Coro, Orquestra de Sopros, Percussão e Piano, que compus, originariamente, em 1986, em Abaetetuba (PA), quando ali atuei como Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, época em que foi inaugurado, nesta 8ª Região, o Barco da Justiça do Trabalho, na administração do Juiz Pedro Thaumaturgo Soriano de Mello, que atraiu a curiosidade inclusive da imprensa internacional, haja vista o propósito de alargar o direito de acesso ao Judiciário Trabalhista às populações ribeirinhas da Amazônia.

Antes dessa experiência, o juiz Hermes Afonso Tupinambá Neto já adotara a justiça itinerante, na então JCJ de Parintins, no Estado do Amazonas, então pertencente à 8ª Região Trabalhista.

E mais recentemente, o juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, na época Titular da Vara do Trabalho de Santarém, também promoveu, com êxito, a prática itinerante daquele órgão de 1º grau, na execução do projeto "Rio Acima, Rio Abaixo", que concorreu à premiação nacional, dada a excelência do procedimento, o qual visa tornar o Judiciário Trabalhista mais acessível ao jurisdicionado.

Na administração que ora se encerra, a justiça itinerante foi implementada nas jurisdições das Varas do Trabalho de Óbidos e Abaetetuba.

No sul do Pará, em especial, a Justiça do Trabalho desta Região tem promovido a justiça itinerante, sobretudo no combate ao "trabalho escravo", com a colaboração do Ministério Público do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho e da Polícia Federal.

A justiça itinerante é medida de elevado alcance social, que consiste na realização de "audiências e demais funções de atividade jurisdicional,

nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários" (art. 115, § 1º, da Constituição Federal).

A implantação de "postos avançados" de Varas do Trabalho pode atender o preceito constitucional, pois a demanda judicial varia de acordo com as influências socioeconômicas do local, a justificar soluções criativas.

A Defensoria Pública Trabalhista também é medida necessária.

Mas é hora de concluir. E uma vez mais peço vênia para falar sob o signo da cordialidade, que rege as velhas e sólidas amizades. Vamos à coda.

Encerro esta saudação com a letra da música "*Justiça Itinerante*", executada, nesta solenidade, pela Banda de Música da Universidade do Estado do Pará, sob a regência do maestro Augusto Souto, e do Coro do Curso de Licenciatura da UEPA, dirigido pela maestrina Ana Maria Souza, com a qual saúdo, pela voz do coração, os queridos colegas, em nome de meus ilustres pares do Tribunal, com os votos de que Deus vos ilumine nesta nova caminhada, cumprimentando também os vossos queridos familiares e amigos:

JUSTIÇA ITINERANTE
(Hino-marcha)
Música e letra: Vicente José Malheiros da Fonseca
(Abaetetuba-PA, 16.04.1986; e Belém-PA, 17.10.2008)

I
A Justiça do Trabalho
Faz justiça itinerante
Permitindo o acesso
Deslocando-se aos lugares mais longínquos
Da Amazônia Oriental,
Tudo é Brasil!

A Justiça do Trabalho
Vai mais longe
Com seu ideal.
Navegando rio adentro
Mais que nunca
Faz Justiça Social.

II
Cada porto é mais um desafio
Seu destino é barreiras transpor
Transportando o Juiz pelo rio
Faça frio, faça chuva ou calor.

Dirimir as questões trabalhistas
Resolver o conflito, afinal,
É mais uma de nossas conquistas,
Realizar a Justiça Social!

SAUDAÇÃO AOS NOVOS DIRIGENTES DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 8ª REGIÃO*

Francisca Oliveira Formigosa **

Atendendo à Recomendação Nº 1/2009 da ENAMAT, a Escola da Magistratura da 8ª Região, com a edição da Resolução 281/2009, em 20 de agosto último, passou a ser denominada *Escola Judicial do TRT da 8ª Região*, promovendo a uniformização de sua denominação como Escola integrante do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho. A ela, na pessoa de seus atuais membros, é que me dirijo nesta solenidade de posse.

Reporto-me aos idos de 2001, quando diante de uma belíssima sessão, este Tribunal, tendo à frente a então Presidente, Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, instituiu a Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da Oitava Região (Pará e Amapá) - EMATRA VIII, anseio de toda a magistratura da Oitava Região, como órgão de preparação e formação, bem como aperfeiçoamento e qualificação de Magistrados da Justiça do Trabalho, mantida e dirigida pelo Tribunal.

Cito, neste momento, o professor Harold Bloom, humanista, crítico e literário, que em seu livro "Onde está a Sabedoria?" oferece-nos direções gerais de onde encontrar a tão sonhada sabedoria. Por que a sabedoria neste momento? Estamos falando de Escola, o que me remete, necessariamente, a uma habilidade desenvolvida por todos nós, que a integramos.

Sabedoria é algo que se cultiva ao longo da vida. Penso, que não existe magistrado sábio; o que existe é magistrado em busca da sabedoria. E mesmo o mais sábio dos magistrados pode muito bem agir sem sabedoria, num e outro momento. Reconhecer-se falível, aliás, é um dos segredos para se alcançar algo parecido com a sabedoria. Ela é, por conseguinte, a riqueza que condensa o que há de mais valioso na história de uma pessoa ou povo, ou de toda a humanidade, já dizia o também humanista, Frei Neylor.

A ENAMAT, finalmente instituída atendendo ao disposto pela Emenda Constitucional nº 45/2004, vem impondo uma postura nova à magistratura e quebrando paradigmas quando fala de gestão para a formação e aperfeiçoamento dos juízes.

À nossa Escola, rendo aqui todas as homenagens, na pessoa da Exmª Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, que dando prosseguimento às brilhantes gestões anteriores, mantém em seu calendário, com destaque, o estudo de matérias multidisciplinares, privilegiando o conhecimento do que chamamos de atividade meio, também

---

* Discurso proferido na solenidade de posse da nova diretoria da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no dia 28 de agosto de 2009.

** Desembargadora Presidente do TRT da 8ª Região.

a ser desempenhada por todos os magistrados. Entendo que a qualidade da atividade fim, ou seja, da prestação jurisdicional, dependerá da qualidade do efetivo exercício dessa função administrativa pelo juiz.

Estamos unindo forças para preparar nossos juízes também para a moderna gestão de uma Vara Trabalhista, o Juiz Líder, que possuirá a capacidade de formar equipes de alto desempenho, motivadas e comprometidas com a satisfação integral dos jurisdicionados. Para nós, a lentidão da Justiça é conseqüência de inúmeros fatores, como legislação processual desatualizada, carência material e de pessoal comparada à demanda. Entretanto, comungo com muitos outros magistrados, que entendem ser a falta de capacidade gerencial do Judiciário, outra causa que se sobressai dentre esses fatores. Nesse contexto, a Escola da Oitava Região já se confirma presente e preocupada em acompanhar as novas exigências, com vigorosa atuação no sentido de demonstrar resultados efetivos, unindo a Ciência da Administração à Ciência do Direito.

Excelentíssimos magistrados, tenham a certeza que esta Presidente, confiante em tudo o que já foi feito e o que ainda há de se fazer para a formação continuada dos que integram a Oitava Região, assume, de público, o compromisso de bem servir.

Parabéns aos empossados e meus sinceros agradecimentos aos magistrados que até então contribuíram para o sucesso da nossa *Escola Judicial do TRT da 8ª Região*. E aqui faço uma referência especial à eminente Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury.

Com estas palavras, declaro aberta a solenidade de posse da nova diretoria da Escola Judicial do TRT da 8ª Região.

Muito obrigada.

DISCURSO DE TRANSMISSÃO DE CARGO*

*Suzy Elizabeth Cavalcante Koury***

É com imensa honra que apresento o presente Relatório de Gestão da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, para cuja Diretoria fui eleita pela unanimidade de meus pares no E. Tribunal Pleno, em conjunto com o Vice-Diretor e o Conselho Consultivo, no biênio 2007/2009.

Quando da posse, em 29.06.2009, afirmei que teria que aprender a dirigir uma Escola Judicial, da mesma forma que todos os candidatos aprovados nos concursos para juiz do trabalho devem aprender a serem juízes, pois as disciplinas que se estudam nas universidades de nosso país, embora proporcionem uma formação jurídica muito sólida, não é suficiente para que alguém possa "saber ser juiz".

Isso porque ser juiz é muito mais do que observar o antigo brocardo *da mihi factum, dabo tibi ius*. De igual sorte, não há mais espaço para o juiz que se contenta com o brocardo *in claris cessat interpretatio*, oriundo da escola da exegese, na medida em que toda norma deve ser interpretada, ainda que a interpretação a ser feita não seja, em todos os casos, complexa.

Também quando da minha posse, afirmei perante meus pares que a principal meta da Diretoria seria a busca da conciliação de um preparo humanístico com a capacitação técnica e tecnológica dos juízes, tendo afirmado então que "somente quando conseguirmos garantir a eficácia das leis em conjunto com a realização da Justiça é que estaremos realmente cumprindo o papel a que nos destinou a sociedade moderna.".

Hoje posso dizer que muito nos esforçamos para cumprir essa meta. Ouso dizer que plantamos a "semente" da formação humanística, tendo buscado sempre a promoção de cursos e seminários que proporcionassem conhecimentos multi e transdiciplinares.

Oportunizamos estudos de economia, sociologia, filosofia, psicologia, hermenêutica, orçamento, gestão de pessoas, redação jurídica, administração judiciária e organização sindical, além de termos buscado aprofundar temas próprios do Direito do Trabalho.

Realizamos, no período de 2 (dois) anos, o 3º (05 a 29.11.2007) e o 4º Curso de Formação Inicial para magistrados (4.08. a 3.10.2008), este último já de acordo com o projeto pedagógico institucional desenvolvido pela Escola, em consonância com a Resolução nº 01/2008 da ENAMAT, fruto de debates iniciados nos dias 18 e 19 de dezembro de 2007, no "Seminário para a construção do Projeto Pedagógico da EMATRA VIII", do qual resultou documento contendo a história a EMATRA VIII, sua missão institucional, seus

* Discurso proferido na solenidade de posse da nova diretoria da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no dia 28 de agosto de 2009.

** Diretora da EMATRA VIII no biênio 2007/2009.

princípios e objetivos, primeiro e essencial passo para a concreção do Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial, que foi levado à aprovação da ENAMAT no dia 04 de setembro de 2008.

Implantamos o projeto "Formação de Formadores", visando a superar as dificuldades que a distância dos grandes centros acarreta à formação dos magistrados da 8ª Região, proporcionando a participação de um pequeno número de magistrados em cursos relevantes, realizados fora da jurisdição, com o compromisso de prepararem curso assemelhado para os demais magistrados que integram os quadros do Regional.

Merece destaque também a iniciativa de interiorização da Escola, atingindo-se, primeiramente, os foros trabalhistas de Marabá, de Macapá e de Santarém, como pólos regionais, nos quais foram realizados eventos abertos ao público sobre o Direito e o Processo do Trabalho.

Por fim, destaco o último curso promovido em minha gestão, a saber, o de Capacitação em Poder Judiciário, ministrado pela FGV, em Belém, destacando que, em assim tendo procedido, esta Corte cumpriu uma das metas estabelecidas pelo CNJ para todo o Poder Judiciário.

Por óbvio, muito deixou de ser realizado e, tenho certeza, a Diretoria que me sucede o fará com mais eficácia e competência. Destaco que, elaborado e aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial, a EMATRA VIII deverá dedicar-se à elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos de Formação continuada.

Outrossim, não houve tempo hábil para que pudéssemos proporcionar cursos de tutoria *on line* para nossos professores, a fim de que possamos nos utilizar da tecnologia de que já dispomos para oferecer cursos à distância, que se mostram essenciais em uma região continental como a nossa.

Por outro lado, devemos buscar aperfeiçoar o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial, adequando-o às necessidades atuais e reavaliando-o sempre, pois, para que alcance a almejada efetividade, todo projeto deve estar em constante revisão e remodelação.

As tarefas são muitas, há sempre muito a ser feito, mas tenho certeza de que a nova Diretoria o fará com a competência que se reconhece a todos os seus membros.

De minha parte, agradeço, mais uma vez, a confiança de meus pares ao me conferirem a missão da qual espero ter me desincumbido a contento, destacando o inestimável apoio recebido da presidência deste E. Regional, tanto na gestão do Exmo. Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, quanto na da Exma. Desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, aos quais agradeço de público, já o tendo feito em privado.

Agradeço ao Dr. Raimundo Itamar Lemos Fernandes Gomes, que tão bem desempenhou as atribuições de Vice-Presidente e a todo o Conselho Consultivo, pedindo vênia aos seus membros para fazer um agradecimento especial a Dra. Nazaré Rocha, sem cuja colaboração jamais teria conseguido elaborar o projeto e levar a efeito o 4º Curso de Formação, que foi contemporâneo à entrada em vigor das novas regras nacionais.

Agradeço a todos o servidores com os quais tive a grande honra de trabalhar na Escola, tão bem liderados pela Secretária Silvia Cirino da Silva, em nome de quem saúdo a todos.

Por fim, agradeço a oportunidade que me foi proporcionada de ter um contato mais próximo com todos os meus colegas juízes, com os quais muito aprendi, bem como com a Diretoria da ENAMAT e os diversos colegas que, em todos os regionais, também enfrentam a difícil missão de dirigir escolas judiciais.

Gostaria de ter feito muito mais, mas posso dizer que, em tudo o que fiz, dei o melhor de mim e procurei honrar este Tribunal, o meu nome e a Justiça do Trabalho.

Obrigada.

SAUDAÇÃO AOS NOVOS DIRIGENTES DA EMATRA-8*

*Vicente José Malheiros da Fonseca***

Na condição de membro do Conselho Consultivo e de Programas e decano da Corte, recebi com muita honra a incumbência que me foi atribuída pela ilustre Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, para saudar os magistrados eleitos pelo Egrégio Tribunal, em sua composição plenária, para os cargos da nova Administração da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região (biênio 2009-2011): Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida (Diretora), Juíza Federal do Trabalho, Titular da 15ª Vara do Trabalho de Belém, Paula Maria Pereira Soares (Vice-Diretora); e os membros do Conselho Consultivo e de Programas, dentre os quais me incluo, ao lado dos nobres Desembargadores Luiz Albano Mendonça de Lima e José Edílsimo Eliziário Bentes (representantes do Tribunal), Juíza Federal do Trabalho Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga (Titular da 13ª Vara do Trabalho de Belém), Juiz Federal do Trabalho Océlio de Jesus Carneiro de Morais (Titular da Vara do Trabalho de Capanema) e Juíza Federal do Trabalho Substituta Odaíse Cristina Picanço Benjamim Martins (representantes da magistratura trabalhista de 1º grau).

A gestão que hoje se inicia sucede a Diretoria liderada pela eminente Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, no biênio anterior, que realizou excelente administração na condução da Escola.

Na época da inauguração dos espaços destinados ao *Memorial "Juiz Arthur Seixas"* e à *Escola da Magistratura "Juiz Roberto Santos"*, em novembro de 2004, quando era Presidente da Corte o Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho, eu lembrava que o Juiz Roberto Araújo de Oliveira Santos, então Presidente do Tribunal, idealizou e criou o excelente **Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados**, que funcionou desde 1984, em nível de especialização, mediante convênio do E. TRT-8ª Região com a Universidade Federal do Pará, a fim de conferir o grau acadêmico de pós-graduação.

O Curso foi coordenado por Rider Nogueira de Brito, que fora Juiz Presidente da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, depois Presidente do E. TRT-8ª Região, hoje Ministro aposentado e ex-Presidente do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

---

* Saudação na solenidade de posse dos novos dirigentes da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da Oitava Região (EMATRA-8), realizada em 28 de agosto de 2009.

** Desembargador Federal do Trabalho, Decano do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, membro do Conselho Consultivo e de Programas da EMATRA-8 (biênio 2009-2011).

Foram alunos do 1º Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados os juízes trabalhistas Marilda Wanderley Coelho (que chegou à Presidência do Tribunal), Antônio Soares Araújo, Antônia Campos Serra (hoje aposentados), Maria do Céo de Avelar (atualmente Vice-Presidente do E. TRT-12ª Região, sediado em Florianópolis-SC), José Edílsimo Eliziário Bentes e Vicente José Malheiros da Fonseca (ex-Presidentes do Tribunal), dentre outros. E, ainda, a então Procuradora Regional do Trabalho Rosita de Nazaré Sidrim Nassar (atual Desembargadora e ex-Presidente deste E. Tribunal Regional), os advogados Marici Barros Pereira (ex-assessora de juiz togado desta Corte e atual Procuradora Regional do Trabalho da 8ª Região), Paula Frassinetti e o saudoso José Augusto Figueiredo Affonso (que se tornou, depois, magistrado trabalhista), além de alguns servidores da Justiça do Trabalho, como Jacyntho Flávio Marçal (então Diretor-Geral do TRT-8ª Região, que depois ingressou na magistratura do trabalho) e outros profissionais.

Foram professores do Curso: Roberto Santos, Ary Brandão de Oliveira, Milton Nobre (hoje Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará e membro do Conselho Nacional de Justiça), Amílcar Tupiassú, Edna Castro, Dalmo de Abreu Dallari, Ovídio Baptista da Silva, Roberto Aguiar, Marília Murici, J. J. Calmon de Passos, Amauri Mascaro Nascimento e Wagner Giglio, além de outros conceituados mestres.

Posso assegurar que o extraordinário e pioneiro *Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados*, que tive o privilégio de freqüentar - seguramente o melhor curso que já realizei em toda a minha vida, eis que me despertou a reflexão crítica do estudo da ciência jurídica -, constituiu, na verdade, um autêntico **embrião** da Escola da Magistratura, cuja concepção, idealizada por seu criador - Juiz Roberto Santos - já tinha por modelo a tradição da *Escola Nacional da Magistratura da França*, paradigma ainda hoje respeitada no mundo inteiro e que certamente inspirou o legislador brasileiro na aprovação da Emenda Constitucional nº 45/2004, que dispõe sobre a "Reforma do Poder Judiciário".

Muito feliz foi o colega Georgenor de Sousa Franco Filho, Presidente do nosso TRT, na denominação da Escola da Magistratura "Juiz Roberto Araújo de Oliveira Santos", em homenagem ao nosso estimado mestre.

A nova Diretora da EMATRA-8, Desembargadora **Sulamir Palmeira Monassa de Almeida**, oriunda do quinto constitucional reservado à classe dos advogados, é natural de Itacoatiara (Estado do Amazonas).

Conheci a filha de José Neder Jorge Monassa e Sulamita Palmeira Monassa, como advogada militante na única Junta de Conciliação e Julgamento de Macapá, onde atuei na condição de Juiz Substituto na década de 70 e, depois, como Juiz Titular, na década de 80 do século XX.

A esposa do Dr. Abraão Almeida, mãe de Kênia, Thafnes, Abraão Júnior e Priscila e avó de Abraão Victor Monassa de Almeida Portugal e de Celine Abraão Monassa de Almeida Rebelo, era advogada do Banco do Brasil S/A, em Macapá, instituição onde também trabalhara meu saudoso pai Wilson Fonseca (maestro Isoca), em Santarém (PA). Naquela época, fui distinguido com um gesto simples, porém muito significativo, de parte da Drª.

Sulamir, com a oferta de um presente inesquecível: um disco LP que continha o bolero "*Um Poema de Amor*", uma das músicas mais conhecidas de meu genitor, mas cuja gravação eu desconhecia.

A amazonense, que estudou no Pará e aqui retornou, após brilhante carreira jurídica no Amapá, é membro da Academia Amapaense de Letras Jurídicas, Titular da Cadeira nº 40 (patrono: advogado Pedro Petcov).

Fez seus primeiros estudos no Colégio Estadual do Amazonas e os cursos ginasial (secundário) e colegial no Instituto de Educação do Pará. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (1976). Pós-graduada em Direito Material e Processual do Trabalho, pela Universidade da Amazônia (UNAMA) em convênio com o Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP/AP).

Exerceu numerosas atividades antes de chegar à magistratura trabalhista.

Advogada militante em Macapá (AP), desde 1977 até a sua posse no E. TRT-8ª, em julho de 2004. Advogada de carreira do Banco do Brasil S/A.

Professora de 1º Grau, na Escola Estadual São Pio X, em Belém (PA), mediante aprovação em concurso público. Professora de Direito Comercial na Universidade Federal do Amapá. Professora de Instituições de Direito, Direito Comercial e Direito Falimentar no Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP.

Membro do Conselho Superior, como representante da Comunidade, do Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP). Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP). Membro do Conselho Universitário - CONSU. Vice-Presidente da Câmara de Administração e Planejamento da Universidade Federal do Amapá. Membro do Conselho Diretor da Universidade Federal do Amapá. Coordenadora do Grupo de Estudo Jurídico Avançado - GEJA, Núcleo de Pesquisa do Curso Jurídico, em Direito Bancário da Universidade Federal do Amapá. Membro de Bancas Examinadoras em diversas disciplinas jurídicas em instituições universitárias. Membro da Banca Examinadora no 1º Concurso Público para Juiz de Direito e Juiz de Direito Substituto, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Amapá. Membro da Comissão de Coordenação e Assessoria Pedagógica do Núcleo de Apoio Pedagógico do Curso Jurídico - NAPCJ da Universidade Federal do Amapá. Chefe do Núcleo de Prática Jurídica, da UNIFAP. Recebeu elogio da Universidade Federal do Amapá pela dedicação, responsabilidade e competência como integrante do Conselho Universitário, por haver demonstrado elevado espírito público, profissionalismo e compromisso com a Academia. Membro/Relatora de Banca Examinadora do Processo Seletivo de Professor Substituto na área jurídica. Professora da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, desde a sua criação até o ano de 2002, lecionando as disciplinas Direito Comercial e Direito do Consumidor. Instrutora/Educadora de Direito do Banco do Brasil S/A, habilitada em curso de Formação de Instrutores daquela instituição bancária, realizado em Brasília (DF), pelo Centro de Formação/ Departamento de Seleção e Disciplina do Banco. Membro da Comissão de

Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Amapá. Integrou a lista tríplice escolhida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, para preenchimento do quinto constitucional, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Foi escolhida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, para compor a lista sêxtupla do Tribunal Regional Eleitoral. Membro de Comissões Permanentes de Correição nos Ofícios Extrajudiciais da Comarca de Macapá, constituída pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Membro do Colégio da Junta Comercial do Estado do Amapá - JUCAP. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil S/A - Secção do Amapá (1991/1993). Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Amapá. Coordenadora do 1º Curso de Preparação à Magistratura e do Ministério Público, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Amapá. Primeira Suplente de Deputado Federal, pelo extinto Território Federal do Amapá (1983/1987). Conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil Secção do Amapá. Membro da Comissão de Ética e Disciplina, da OAB/AP. Coordenadora do I Ciclo de Temas Jurídicos, promovido pela OAB/AP. Coordenadora do 1º Seminário Amapaense de Direito Constitucional, promovida pela OAB/AP (abril/1992). Debatedora no Seminário promovido pela OAB/AP, sobre as alterações no Código de Processo Civil (março/1995). Eleita Conselheira Federal do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (1995/98). Professora homenageada em fevereiro/1998, pelos formandos em Direito de 1993 da Universidade Federal do Amapá. Professora homenageada em dezembro/1997, pelos formandos em Direito de 1992, do Centro de Estudos Superiores do Amapá (CEAP).

Membro da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, com sede em Belo Horizonte (MG), filiada à "*Federation Internationale des Femmes des Carrieres Juridiques - França*". Presidente da Associação Filantrópica "O Bom Samaritano", no período de 1978/1980, entidade afiliada à Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Macapá (AP). Auditora do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Amapaense de Futebol (FAF).

Participou ativamente em diversos congressos jurídicos, desde o tempo em que atuava como advogada e professora, sobretudo no Estado do Amapá. Recebeu inúmeras condecorações e homenagens, além de realizar relevantes serviços à comunidade.

A Vice-Diretora da EMATRA-8 é a Juíza Federal do Trabalho **Paula Maria Pereira Soares**, natural de Cametá (PA). A filha de Manoel Soares e Maria do Carmo Pereira Soares é mãe de Marina e Marília, e casada com Antonino da Costa Moutinho. Ingressou na Justiça do Trabalho, mediante concurso público de provas e títulos, como Juíza Substituta, em dezembro de 1994. Atuou em diversos órgãos trabalhistas de primeiro grau. Atualmente é Titular da 15ª Vara do Trabalho de Belém, desde junho de 2005. Foi Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região - AMATRA-VIII (2005/2007).

São meus pares no Conselho Consultivo e de Programas, integrado por seis membros, eu próprio e mais dois Desembargadores Federais do

Trabalho, representantes do Tribunal; dois Juízes Federais do Trabalho (um da capital e outro do interior); e uma Juíza Federal do Trabalho Substituta, representante da classe inicial da magistratura trabalhista.

O Desembargador **Luiz Albano Mendonça de Lima**, nascido em Belém (PA), é graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1973). Ingressou na Justiça do Trabalho da 8ª Região em 1975 como Técnico Judiciário (atual Analista Judiciário), após aprovação em concurso público. Foi Assessor Jurídico-Administrativo da Presidência do Tribunal. Em 1977, após concurso público de provas e títulos, ingressou na magistratura de carreira da Justiça do Trabalho da 8ª Região, como Juiz do Trabalho Substituto. Foi promovido em 1986, pelo critério de merecimento, ao cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Altamira. Removido, a pedido, para as Juntas de Conciliação e Julgamento de Abaetetuba e Belém. Em 1995 foi promovido, por merecimento, a Juiz Togado deste E. Tribunal, onde exerceu as funções de Presidente da 2ª Turma, Corregedor Regional, Vice-Presidente e Presidente da Corte. Foi Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 8ª Região - AMATRA-VIII (1981-1984). Atuou no magistério superior, como Professor Convidado da Fundação Universidade Federal do Acre (1978) e, após aprovação em concurso público de provas e títulos, foi Professor Contratado para a cadeira de "Instituições do Direito", nos Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis, das Faculdades Integradas do Colégio Moderno - FICOM (1983-1986), hoje incorporada à Universidade da Amazônia (UNAMA). Possui cursos de especialização na área do Direito Público e Pós-Graduação em Gestão de Pessoas, além de outros cursos de pós-graduação *latu sensu* e participações em congressos, seminários e cursos de atualização.

O Desembargador **José Edílsimo Eliziário Bentes** é natural de Óbidos (PA). Ingressou na Justiça do Trabalho da 8ª Região em 1973, no cargo de Oficial de Justiça Avaliador, mediante concurso público, lotado na então 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (1979), tornou-se magistrado trabalhista em 1981, após aprovação em concurso público de provas e títulos Em 1986, foi promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz do Trabalho Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Marabá. Atuou como Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento de Breves, Altamira, Macapá, Abaetetuba, Capanema e da 3ª JCJ Belém. Em 1995, foi promovido, por merecimento, ao cargo Juiz Togado (atual Desembargador) deste E. Tribunal Regional, onde exerceu as funções de Corregedor, Vice-Presidente e Presidente. É Professor na Universidade Federal do Pará, desde 1993, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, além de membro vitalício da Academia Paraense de Letras Jurídicas e da Academia Literária e Artística de Óbidos.

A Juíza Federal do Trabalho **Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga**, nascida em Belém (PA), mas filha de pai santareno (Ferdinando Teles Sirotheau Corrêa, advogado, já falecido, e Maria do Céu Duarte, Desembargadora aposentada do TJE-PA), ingressou na magistratura trabalhista em 1993, mediante concurso público para Juiz Substituto. Desde

o tempo de estudante universitária dedicou-se à luta em defesa da mulher e no combate à discriminação no mercado de trabalho. Destacou-se no movimento estudantil, com participação na resistência contra a ditadura militar e na reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Ativista do movimento popular e sindical, atuou como assessora jurídica e parlamentar, engajando-se no combate pela libertação dos presos do Araguaia e pela reforma agrária. Costuma dizer que a "sua indignação com as injustiças sociais a guiou à Justiça do Trabalho, na qual prossegue com convicção na defesa intransigente da Justiça Social". Em 1995, foi promovida a Juíza Titular da Junta de Conciliação e Julgamento de Parauapebas (PA), onde recebeu o título de cidadã honorária. Foi removida, a pedido, para Santa Izabel do Pará (1997). Atualmente, é Titular da 13ª Vara do Trabalho de Belém, desde novembro de 2001.

O Juiz Federal do Trabalho **Océlio de Jesus Carneiro de Morais** também é oriundo do Baixo-Amazonas paraense, nascido em Monte Alegre (PA). Na juventude, estudou no Colégio Dom Amando e no Seminário São Pio X, em Santarém (PA). Juiz Federal do Trabalho desde 2006, foi aprovado em 1º lugar no concurso para ingresso na magistratura trabalhista. Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Santarém (2003-2005), mediante promoção pelo critério de merecimento. Primeiro Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Macapá e Diretor do Fórum Trabalhista daquela capital. Atualmente, é Juiz Titular da Vara do Trabalho de Capanema, desde março de 2008. Graduado em Comunicação Social (jornalismo) pela Universidade Federal do Pará e em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA), fez o curso superior de teologia/filosofia (incompleto) pelo Instituto de Teologia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Especialista em Direito Público (UNAMA). Especialista em Direito Econômico e Sindical (UNICAMP/TRT-8) e Mestre em Direito pela UFPA. Autor de teses científicas aprovadas no 14º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - CONAMAT/2008: "*Competência da Justiça do Trabalho para averbação do tempo de serviço em razão de suas próprias decisões*" e "*A desnecessidade do mandado de citação nos acordos descumpridos - a razoável duração do processo*". Autor dos livros "*Linhas de um destino - quase não tive uma história para viver*" (Editora Salomão Laredo, Belém, 2007); e "*Dos dilemas e da arte de julgar*" (Editora LTr, São Paulo, 2008). Finalista do 1º Prêmio Innovare - Judiciário no século XXI, com a prática "*Judiciário rio acima, rio abaixo*". Prêmio Nacional de jornalismo Impresso (Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, 1993), com a reportagem "*O retrato da fome no Pará*". Condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito *Jus et Labor*, no grau Oficial, outorgado pelo E. TRT-8ª (2007).

A Juíza do Trabalho Federal Substituta **Odaíse Cristina Picanço Benjamim Martins**, aprovada em 1º lugar no concurso público para ingresso na magistratura trabalhista, é natural de Macapá (Estado do Amapá). Bacharel em Direito (1992), Especialista em Direito do Trabalho (Universidade da Amazônia - UNAMA, 2000) e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (2009). Professora do Curso Direito na Associação Cultural e Educacional

do Pará (CESUPA). Diretora Cultural da Associação dos Magistrados Trabalhistas da Oitava Região (AMATRA-VIII). Membro da Comissão de Orçamento do TRT-8ª Região (2008/2010). Palestrante em diversos cursos da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região (EMATRA-8). Advogada do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ (aprovada em 1º lugar no concurso público). Advogada do Banco da Amazônia S/A (BASA). Assessora Jurídica Parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado do Amapá. Condecorada com a Medalha da Ordem do Mérito *Jus et Labor*, no grau Oficial, pelo E. TRT-8ª Região. Tal como a Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, foi minha aluna em curso de pós-graduação.

Como se observa, a larga experiência da Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida e dos demais magistrados, que tenho a honra de saudar, revela a aptidão para o exercício dos elevados cargos da Diretora e do Conselho Consultivo e de Programa da EMATRA-8.

No ano de 1998, antes de compor o "*Hino da Justiça do Trabalho*", tive o privilégio de receber o texto de um poema de autoria do Desembargador Almir de Lima Pereira, intitulado de "*Canção da Escola da Magistratura*", que logo transformei em música.

O poeta **Almir de Lima Pereira**, paraense, foi Pretor e Promotor Público em diversas Comarcas do Estado do Pará. Exerceu o magistério inclusive em cursos universitários e para formação e aperfeiçoamento de magistrados. Foi Procurador-Geral Estado do Pará (1971-1978). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (desde 1978), oriundo do Ministério Público, tendo sido seu Presidente no biênio 1989-1990. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Pará. Membro efetivo e perpétuo da Academia Paraense de Letras, desde 1990 (cadeira nº 27), e seu Presidente (2000-2002 e 2002-2003). Membro fundador da Academia Paraense de Letras Jurídicas (cadeira nº 5). Membro honorário da Academia Paraense de Jornalismo. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (cadeira nº 21). Publicou diversos trabalhos jurídicos e poéticos.

A canção foi oficializada pelo E. Tribunal, por proposta da Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, Diretora da EMATRA-8, como "***Hino da Escola da Magistratura da Oitava Região***", conforme a Resolução nº 266/2009, de 06.08.2009, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, em 17 de agosto de 2009, e considerada publicada em 18 de agosto de 2009.

A "*Canção da Escola da Magistratura*", que compus em 05.09.1998 ("*Dia da Raça*"), foi executada, em primeira audição, na solenidade de minha posse como Presidente do E. TRT-8ª Região, em 04 dezembro de 1998, pelo Coral "*Desembargador Delival Nobre*", do E. TJE-PA, sob a regência do Maestro João Bosco Castro.

Nesta solenidade de posse da nova administração da EMATRA-8, a canção é apresentada, na versão instrumental, pelo Quarteto Maestoso, integrado pelos músicos Luciana Arraes (1º violino), bacharel em Violino pela Universidade de São Paulo (USP) e mestranda em performance da University of Massachusetts (EUA); Hélio Saveney (2º violino), bacharelando

em Violino pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Rodrigo Santana (viola), licenciado em Música e bacharelando em Viola pela UEPA; e Laís Tavares Alves, bacharelando em Violoncelo pela UEPA (violoncelo). E, ainda, na versão cantada, pelo Coral da Justiça do Trabalho, sob a regência do maestro Elias Carvalho, com acompanhamento da pianista Adriana Azulay, Mestre em Música de Câmara na Universidade de Karlsruhe e Doutora em Música de Câmara na Universidade de Saarbrücken (Alemanha).

É hora de concluir.

Santo Agostinho, cujo dia se comemora nesta data, diz que cantar é rezar duas vezes.

Concluo, pois, sob o signo da letra da música "*Canção da Escola da Magistratura*", com voz do coração, em homenagem aos ilustres colegas, por delegação da nobre Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, com os votos de que Deus nos ilumine nesta nova caminhada, cumprimentando também os queridos familiares, amigos e convidados dos magistrados que hoje tomam posse na EMATRA-8:

CANÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA

Letra: Desembargador *Almir de Lima Pereira*
Música: Desembargador *Vicente José Malheiros da Fonseca*
(Belém-PA, 05.09.1998)

Nesta Escola aqui chegamos
Na busca do conhecer.
Na vocação que nos anima,
Ser juiz do debater
Dos que buscam a verdade.

Levaremos a ciência
Ministrada pelos mestres
Na doutrina que ensinam
A arte está no julgamento,
Nas sentenças que eles lavram.

A certeza nos conduz,
Pois é livre o pensamento,
Não tememos ser julgados.
Sacrifícios nos impõem,
De lutar pelo Direito e pela Paz.

A vida entre livros e processos
Inspira-nos a luz do altruísmo
Que torna sempre digna a missão
De saber pensar nas partes,
Com eqüidade e com justiça,
Construindo a decisão.

DISCURSO DE POSSE NA DIREÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 8ª REGIÃO *

Sulamir Palmeira Monassa de Almeida **

Excelentíssima Senhora Francisca Oliveira Formigosa, Desembargadora Presidente deste Egrégio Tribunal.

Desembargadores presentes, os quais cumprimento na pessoa do eminente Desembargador Presidente do Egrégio TRT da 22ª Região (Piauí), Dr. Manoel Edilson Cardoso.

Magistrados convidados,

Procuradores do Trabalho, os quais cumprimento na pessoa de sua ilustre Procuradora-Chefe Regional do Trabalho Dra. Loana Lia Gentil Uliana.

Advogados e Advogadas, representados pela Presidente da OAB/PA, Advogada Angela Salles.

Autoridades presentes ou representadas,

Servidores desta Casa,

Senhores e Senhoras,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento a DEUS a quem tributo o fortalecimento de minha fé.

Agradeço aos Magistrados que, comigo, foram eleitos pelo Egrégio Tribunal Pleno, compondo uma equipe para administrar a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

Revestida com a honraria de assumir a Diretoria da Escola Judicial junto com valorosos companheiros, entre estes três ex-Presidentes desta Corte, o decano Vicente José Malheiros da Fonseca, Luiz Albano Mendonça de Lima e José Edílsimo Eliziário Bentes e, ainda, a ex-Presidente da AMATRA VIII, Juíza Paula Maria Pereira Soares, a ex-Diretora do Fórum de Belém Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga, o jurista Océlio de Jesus Carneiro de Moraes e, por fim, uma amapaense nata, a Juíza Federal do Trabalho Odaíse Cristina Picanço Benjamim Martins.

Que melhor ventura poderia ter eu?

Aliás, Deus tem sido generoso comigo desde quando em julho de 2004 deixei o calor do Marco Zero do Equador e aquela que foi eleita uma das 07 maravilhas do Brasil, a Fortaleza de São José de Macapá, para aportar na cidade de Belém do Grão-Pará, assumindo o cargo de Juíza Togada deste Egrégio Tribunal.

---

* Discurso proferido na solenidade de posse da nova diretoria da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no dia 28 de agosto de 2009.

** Desembargadora Federal do Trabalho. Diretora da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, eleita para o biênio 2009/2011.

Senão bastasse, uma outra coincidência pontual marcou minha chegada: era à época Presidente da Corte, o Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho, meu padrinho de casamento, colega de Turma da saudosa Faculdade de Direito do Largo da Trindade, hoje sede da OAB/PA e ex-Presidente da Escola da Magistratura da VIII Região-EMATRA hoje, Escola Judicial.

Assim, trabalharei com a pujante experiência de 03 ex-Presidentes do Tribunal e dos demais colegas anteriormente mencionados.

Manifesto minha gratidão pela confiança dos Desembargadores que compõem o Egrégio Tribunal Pleno do TRT da 8ª Região, que pelo sufrágio, aprovaram a atual composição dos ora dirigentes deste sodalício diferenciado... Uma Escola voltada para formação de MAGISTRADOS.

Recebi a Escola das mãos da Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, Diretora, e do Juiz Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior, Vice-Diretor, que de forma profícua e aguerrida, iniciaram a proposta de mudança que daremos continuidade, em consonância com os ditames do CNJ e da ENAMAT.

Transmito meus cumprimentos à ilustre Diretora Dra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury e, a cada um dos membros da Diretoria e Conselho Consultivo que ora se despedem, sendo testemunha de que deram o melhor de si, para o êxito de nossa Escola.

Ciente de que enfrentaremos desafios impostos pelo cargo ora assumido, é induvidosa a satisfação que teremos em desenvolver uma metodologia de trabalho, considerando a necessidade dos processos de formação profissional, tanto no âmbito inicial como na formação continuada, atrelada a um novo paradigma de gestão das competências profissionais da Magistratura Laboral emanada da ENAMAT.

No momento em que assumimos a responsabilidade em fazer parte do corpo de gestão da Escola Judicial do TRT8, as Escolas Judiciais Trabalhistas brasileiras ainda estão em franco processo de amadurecimento e consolidação desse novo paradigma educacional vocacionado ao magistrado-aprendiz desenvolvido em um modelo de qualificação profissional introduzido pela Emenda Constitucional nº 45 sob a responsabilidade da ENAMAT, cujo modelo ainda está sendo moldado como política de gestão do conhecimento.

Sem sombra de dúvida, essa nova metodologia introduziu no Judiciário Nacional grandes desafios às Escolas Judiciais, inclusive no âmbito Laboral.

De fato, com a Emenda Constitucional nº 45, o tema formação dos magistrados brasileiros ganhou espaço no âmago do Poder Judiciário, ante a compreensão de que nos dias atuais não basta ter o magistrado conhecimentos técnicos, mas que tenha visão tridimensional, ou seja, ético, personificado em sua missão e que acima de tudo seja vocacionado à judicatura. Essas habilidades não são aferidas em concurso público, por mais rígido que ele seja, pelo que se faz mister estruturar um projeto político-didático-pedagógico para concretizar tal desiderato.

Nossa Escola foi instituída pela Resolução nº 68/2001 do E. TRT da 8ª Região, datada de 11 de abril de 2001, inicialmente com o objetivo principal de promover e realizar cursos destinados à preparação, à formação, ao aperfeiçoamento e à qualificação de magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

A Escola avançou em seus objetivos, sempre erigidos na necessidade de aprimoramento do processo de formação inicial e continuada dos Magistrados do Trabalho da 8ª Região com supedâneo em princípio de gestão democrática e transparente, tendo como fundamento projeto político-didático-pedagógico que desenvolva saberes interdisciplinares com métodos de ensino que assegurem participação ativa dos Juízes-alunos, a interação e a troca de experiências de forma presencial ou a distância.

Portanto, em continuidade aos trabalhos realizados pelos Desembargadores Georgenor de Sousa Franco Filho, Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, bem como pela Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, nossa primeira preocupação foi delinear qual o perfil do magistrado que queremos?

Que Escola Judicial queremos para o biênio 2009/2011?

Que Juízes queremos formar?

Com base nos pactos republicanos, nos disciplinamentos emanados do Conselho Nacional de Justiça, no Planejamento Estratégico de nosso Tribunal e, especialmente, sob a ótica do regionalismo amazônico, queremos uma Escola que desenvolva saberes interdisciplinares (da Filosofia, da Sociologia, da Economia, da Psicologia, dentre outras áreas) que permitam eficiente enfrentamento em Juízo dos conflitos inerentes às complexas e dinâmicas relações sociais, com ampla discussão de temas entre os magistrados, de uma maneira não verticalizada, independente do grau que estejam judicando, coesos na vontade de operacionalizar o Direito em prol de uma "justiça justa" e eficaz possível, procurando contemplar todo o âmbito de possibilidades da jurisdição trabalhista, considerando as peculiaridades afetas à realidade regional, com recursos de ferramentas institucionais do projeto democrático brasileiro.

Buscamos um juiz que professe a magistratura com vocação em contraponto ao juiz tecnicista.

Queremos um juiz que tenha a percepção do justo, da melhor justiça, máxime não se poder olvidar da inexistência de uma justiça perfeccionista, já que trabalhamos com cidadãos.

Queremos um magistrado de formação conciliadora, que tenha liderança e que fomente o aprimoramento do acesso efetivo à justiça, sem se importar com o tempo e com a natureza das causas (complexas ou não), que seja antes de tudo um "doutor" em administrar diferenças, desigualdades e, até mesmo igualdades ilimitadas entre os jurisdicionados - nosso público alvo.

Um magistrado que tenha sensibilidade de importar-se não somente em resolver o conflito, mas que esteja preocupado em solucionar a raiz-motriz do problema.

E, só a combinação dos saberes com habilidades e atitudes e, principalmente a utilização das boas práticas com os atores sociais que nos conduzirá ao objetivo perseguido.

Portanto, aqui está o papel do juiz-cidadão e do cidadão-juiz.

Nosso projeto político-didático-pedagógico, que já está sendo elaborado, fruto das diretrizes traçadas:

1) pelo Planejamento Estratégico para o Judiciário estabelecido pelo CNJ, tendo como um dos pilares o acesso ao sistema de justiça através do qual se visa facilitar o acesso à justiça e promover a efetividade no cumprimento das decisões, através da capilaridade e da democratização do acesso;
2) pelo Planejamento Estratégico do Egrégio TRT da 8ª Região;
3) pela ENAMAT;
4) pelas 1ª e 2ª Cartas do Encontro Nacional do Poder Judiciário;
5) pelos 1º e 2º Pactos Republicanos;
6) pelo estabelecido na Emenda Constitucional nº 45/2004.

Com a priorização dessas metas, concluímos que o direito ao acesso à justiça não é a razão do Judiciário, mas a razão do próprio cidadão, que se impõe de modo aguerrido ao combate do que vem se eternizando no Judiciário pátrio: em nome da legalidade se produz veredictos muitas vezes espelhados e atreladas aos ditames dos ritos processuais e à letra fria da lei, legitimando desigualdades.

Hodiernamente, caminhamos no sentido de alcançarmos uma magistratura com responsabilidade social, promotora da cidadania com inclusão social e desenvolvimento, conscientização de direitos, deveres e valores, visando ampliar o acesso universal à justiça, aprimorando a prestação jurisdicional mediante aplicação do princípio constitucional da razoável duração do processo e da prevenção de conflitos.

Esse é o modelo a ser desenvolvido ao longo de nossa gestão, no qual o ideal de justiça não será a razão dos juízes, mas sim a razão de um sistema judiciário mais acessível, ágil, humano, conciliador e efetivo.

E é para isso que nós, políticos da educação, precisamos viver e lutar, pelo que reafirmamos que nosso compromisso é por uma Escola cada vez mais forte; cada vez mais aberta, cada vez mais apta ao diálogo, com todas as vertentes e matizes sociais, fomentando o aprimoramento de uma postura ética pró-ativa, crítica, racional e independente.

Esse será o nosso lema.

Por fim, os agradecimentos: agradeço às servidoras Silvia Cirino, Socorro Cunha, Maria de Fátima Gonçalves e a estagiária Karime Monteiro, pela fidelidade, pela bravura, pela força e pelo excelente trabalho que estão realizando na Escola. Tenham certeza de que vocês são responsáveis pelas conquistas que até o presente momento já obtivemos e que iremos alcançar futuramente.

Por extensão, agradeço também a todos os servidores do meu gabinete, Dr. Carlos Cavalcante, Marcelo Brito, Solange Sá, Silvia Silva, Luiz Jerônimo, que têm prestado apoio às realizações da Escola.

Minha eterna gratidão ao meu marido Abraão Maciel de Almeida, a quem dedico mais esta conquista e, aos meus filhos, Kennya Abraão, Thafnes Abraão e seu esposo Marcos Roberto Santos, ao Abraão Junior, Priscylla Abraão e aos meus netos Abraão Victor e Celine Abraão, pelo amor incondicional e pela compreensão sem limites. Vocês fazem eu me sentir viva. Vocês fazem a minha vida ter sentido!

Agradeço também as minhas irmãs Sulenir e Gladalzira, esta última, juntamente com sua filha Claire Sophia, vieram de Paris passar férias no Brasil e que honram com suas presenças nesta tarde diferenciada de 28 de agosto de 2009.

Meus agradecimentos às companheiras de fé em Jesus Cristo, as obreiras da Igreja Universal e seus respectivos maridos, Claudomira e esposo Marco Antonio Cardoso e Dulci e seu esposo Jaime Mendonça.

Agradeço a todos que prestigiaram com suas dignas presenças este inesquecível evento cultural (Quarteto de Cordas Maestoso da Fundação Carlos Gomes - 1º violino a violinista Luciana Arraes, o Coral do TRT8 e, as pianistas Ana Maria Adade e Adriana Azulay).

Que Deus nos ilumine em mais essa importante missão!

Muito Obrigada!

DOUTRINA • JURISPRUDÊNCIA • LEGISLAÇÃO

REVISTA DO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 8ª REGIÃO

R. TRT - 8ª Região | Belém | v. 31 | nº 60 | p. 1- 495 | Jan./Jun./1998

JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Súmula Vinculante nº 15 - O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
Fonte de Publicação: DJe nº 121/2009, p. 1, em 1º/7/2009. DOU nº 123, de 1º/7/2009, Seção 1, p. 1.

Súmula Vinculante nº 16 - Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.
Fonte de Publicação: DJe nº 121/2009, p. 1, em 1º/7/2009. DOU nº 123, de 1º/7/2009, Seção 1, p. 1.

Súmula Vinculante nº 17 - Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.
Fonte de Publicação: DJe nº 210/2009, p. 1, em 10/11/2009. DOU nº 214, de 10/11/2009, Seção 1, p. 1.

Súmula Vinculante nº 18 - A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.
Fonte de Publicação: DJe nº 210/2009, p. 1, em 10/11/2009. DOU nº 214, de 10/11/2009, Seção 1, p. 1.

Súmula Vinculante nº 19 - A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
Fonte de Publicação: DJe nº 210/2009, p. 1, em 10/11/2009. DOU nº 214, de 10/11/2009, Seção 1, p. 1.

Súmula Vinculante nº 20 - A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/2002, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o artigo 1º da Medida Provisória nº 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos.
Fonte de Publicação: DJe nº 210/2009, p. 1, em 10/11/2009. DOU nº 214, de 10/11/2009, Seção 1, p. 1.

Súmula Vinculante nº 21 - É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Fonte de Publicação: DJe nº 210/2009, p. 1, em 10/11/2009. DOU nº 214, de 10/11/2009, Seção 1, p. 1.

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Resolução nº 157, de 31.08.2009 (DEJT 04.09.2009)
- Cancela a Súmula nº 106 do TST.

Resolução nº 158, de 13.10.2009 (DEJT 21, 22 e 23.10.2009)
- Cancela a Orientação Jurisprudencial nº 154 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais.

PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Provimento nº 1/2009, de 02.09.2009 (DEJT nº 311, de 08.09.2009, pp. 1-7)
- Altera o Provimento nº 2/2008, que instituiu o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho - e-GESTÃO, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus de jurisdição.

Ato GCGJT nº 006/2009, de 11.09.2009 (DEJT nº 316, de 15.09.2009, p.1)
Art. 1º. Acrescer ao artigo 73 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho os §§ 1º e 2º, com a seguinte redação, "verbis":
"§ 1º O juiz deverá dar ciência ao devedor-executado ou ao seu sucessor da decisão ou despacho que autorizar a liberação total ou parcial do depósito judicial a favor da parte vencedora.
§ 2º A decisão ou despacho que autorizar o levantamento, total ou parcial, do depósito judicial, deverá também autorizar o recolhimento, pela fonte pagadora, dos valores apurados a título de imposto de renda, de responsabilidade da parte vencedora, a serem deduzidos do seu crédito, destinados ao recolhimento na forma da lei."

ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ACIDENTE DE TRABALHO - DANO MORAL - RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01902-2008-107-08-00-8
RELATOR: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES

RECORRENTE: **BERTIN S/A.**
Dra. Arlova Marta Vivacqua da Silveira e outros

RECORRIDO: **MANOEL PEREIRA MEDEIROS NETO**
Dr. Gerson Vilhena Gonçalves de Matos e outros

ACIDENTE DE TRABALHO - DANO MORAL - RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. Deve o empregador responder civilmente por ato de empregado seu que, encarregado pelas atividades do autor e de sua equipe de trabalho, age com menoscabo à segurança deste, determinando-lhe a realização de tarefa mediante procedimento temerário que terminou por lhe causar acidente de trabalho grave, do qual resultaram indiscutíveis danos de natureza moral ao obreiro. Incide, à espécie, o disposto no artigo 932, III, do CC.

I. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da MM. 1ª Vara do Trabalho de Marabá, em que são partes, como recorrente, BERTIN S/A e, como recorrido, MANOEL PEREIRA MEDEIROS NETO.

OMISSIS.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário, porque preenchidos todos os seus pressupostos de admissibilidade.

2. DE NULIDADE POR JULGAMENTO EXTRA PETITA

No que diz respeito à arguição recursal de nulidade da sentença por suposto julgamento *extra petita* em face da aplicação, de ofício, da multa prevista no artigo 475-J do CPC, cumpre registrar que o órgão *a quo,* neste particular, não incorreu em qualquer desatendimento aos limites da pretensão inicial, tendo se limitado a se valer de sua prerrogativa legal de estabelecer, na sentença, o prazo e as condições para o seu cumprimento.

Tanto é assim que a multa em questão só será cobrada se a reclamada não atentar para o prazo que lhe foi dado para cumprir o *decisum,* para cuja execução, inclusive, o órgão de origem sequer necessita de iniciativa da parte, já que pode iniciá-la de ofício.

Destarte, rejeito a arguição preliminar de julgamento *extra petita,* neste particular.

3. MÉRITO

3.1. Acidente de Trabalho. Dano Moral. Responsabilidade Civil do Empregador.

Cinge-se, de início, a controvérsia recursal, à perquirição da eventual responsabilidade da reclamada/recorrente pelos danos morais denunciados da inicial e que seriam decorrentes de acidente do trabalho ocorrido com o reclamante, em função do qual fraturou sua clavícula e seu punho direito, tendo o obreiro imputado, à reclamada, toda a responsabilidade pelo ocorrido, ao que a empresa objetou, afirmando não terem se caracterizados os requisitos para a sua responsabilização civil.

Examinando, então, os autos, a este respeito, especialmente as afirmações da inicial (fls. 01/07) e da contestação (fls. 54/89), verifico ser fato incontroverso que o obreiro é empregado da ré, contratado para a função de mecânico de manutenção e que, no dia 13.01.08, foi vítima de um acidente, em serviço, em razão do qual sua clavícula e seu punho direito foram fraturados, tendo sido expedida a CAT de fls. 09/10 e concedido, ao obreiro, até a presente data, auxílio doença acidentário (fl. 11).

Verifico, outrossim, que o reclamante, em seu depoimento à fl. 139, afirmou ter sido "...*vítima de acidente de trabalho na reclamada ao executar um serviço de instalação de 02 bombas, com peso de cerca de 400 silos (cada) sobre o forro da reclamada; que o forro da reclamada era de isopor coberto coberto com uma chapa bem fina; que ao executar o serviço, o supervisor WILSON determinou que se utiliza-se a talha para içar a bomba e evitar-se arrastar-se a mesma sobre o forro, pois este não suportaria o peso; que tão logo o supervisor se afastou do local, o encarregado da equipe, conhecido por "TARZAN", afirmou que não deveria seguir as orientações do supervisor, pois era domingo e havia muito trabalho a ser feito, inclusive o conserto da caldeira pelo depoente. Que diante da ordem, dada pelo encarregado à equipe, ao depoente restou tão somente cumprir com a determinação; que após colocar a bomba sobre o forro e arrastá-la, o depoente e os demais, ao tentar levantar o equipamento para colocá-la sobre uma plataforma construída pelo depoente, o forro não suportou, e juntamente com a bomba caíram do forro todos os trabalhadores inclusive o depoente..."*

O preposto da reclamada, por sua vez, em seu depoimento, às fls. 139-verso/140, terminou por corroborar as declarações do autor acerca das circunstâncias em que se deu o acidente que o vitimou, ao afirmar "***...****que o reclamante foi vítima de um acidente do trabalho na reclamada; que o acidente se deu quando o reclamante, e outros empregados, faziam a troca de uma bomba hidráulica que permanecia numa parte superior ao forro; que a orientação era de que transportasse a bomba por uma espécie de plataforma abaixo do forro num determinado local seria içada para sua fixação numa plataforma sobre o forro; que entretanto, a equipe resolveu arrastar a bomba pelo forro, que não suportando o peso da mesma, quebrou, vindo a provocar a queda do reclamante e dos demais empregados; que o reclamante e os demais tomaram a decisão de arrastar a bomba pelo forro; que equipe tinha como encarregado o Sr. ALBERTO MAGNO, conhecido como "TARZAN"; que a equipe toda, mencionada pelo depoente, inclui o encarregado, que decidiram arrastar a bomba pelo forro; que os empregados não poderiam executar nenhuma tarefa sem a concordância do encarregado, mas todos concordaram. (...) Que no momento do acidente não havia nenhum técnico de segurança do trabalho no local; (...); que nas condições em que o serviço foi realizado deveria ter sido utilizado cinto de segurança pelos trabalhadores..."*

Como se vê, tanto o reclamante, como a reclamada, concordam que o acidente em apreço decorreu da escolha de um procedimento temerário e efetuado sem o uso do equipamento de segurança recomendável, só tendo havido divergência a respeito de quem teria decidido arrastar a bomba hidráulica sobre o forro das dependências da ré, ao invés de se adotar o procedimento adequado determinado pelo Supervisor da empresa, tendo o preposto afirmado que tal decisão teria sido de toda a equipe destacada para a tarefa, incluindo o seu Encarregado e o reclamante, ao passo que o obreiro afirmou ter sido tal decisão tomada por seu chefe imediato, o Encarregado, tendo se limitado a obedecê-la para não sofrer advertência.

Para esclarecer, então, esta divergência, cumpre ressaltar as informações trazidas pelo próprio Supervisor da reclamada, Sr. Wilson Silva, arrolado por esta como sua testemunha, e segundo o qual o Encarregado que chefiava a equipe do autor tinha poderes não só para mudar a metodologia escolhida pelo Supervisor para a instalação da referida bomba, como para impedir que ela se realizasse da forma como acabou por ser efetuada (fl. 141).

Consoante, então, as declarações acima transcritas, é forçoso concluir que o acidente em razão do qual o reclamante foi vítima ocorreu porque, havendo um procedimento mais seguro para ser executada a tarefa para a qual ele e sua equipe foram destacados, foi escolhida outra forma de execução insegura e temerária, escolha esta que, dadas as circunstâncias, é certamente imputável unicamente ao Encarregado da empresa, Sr. Alberto, por ser o responsável pela equipe executora dos trabalhos na ocasião do acidente, não sendo razoável acreditar-se que o autor, como mero subordinado e sem o respaldo de um técnico de segurança do trabalho por perto - conforme confissão do preposto da reclamada, à fl. 140/verso - se negasse a executar a tarefa da forma como fora determinada por seu superior imediato, especialmente porque, como admitiu o preposto da ré ".... *os empregados não poderiam executar nenhuma tarefa sem a concordância do encarregado...",* modo que, concordando ou não com o procedimento determinado por este, o reclamante não poderia, espontaneamente, adotar procedimento diverso.

É certo, então, que, ao revés do alegado no apelo, a reclamada teve, sim, responsabilidade direta pelo infortúnio ora apreciado, à medida que colocou o reclamante à mercê de outro empregado que, ao ser destacado para chefiá-lo, não demonstrou estar preparado para tal, despreparo que fica evidente pela imprudência com que agiu na oportunidade, escolhendo um procedimento que, por sua natureza, deveria ter sido precedida de medidas acautelatórias, mormente a utilização de cinto de segurança, cautela que se tivesse sido adotada, evitaria o acidente, conforme esclareceu a prova pericial produzida nos autos às fls. 168/173.

Não se pode perder de vista que, nos termos da lei civil, o empregador responde civilmente pelos atos omissivos e comissivos de seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele (artigo 932, III, do CC). Assim, se o Encarregado que a reclamada escolheu para o reclamante, por falta de cautela e prudência, deu causa ao acidente do obreiro, deve a reclamada responder pela reparação respectiva, posto que configurado claramente o nexo causal ensejador da responsabilidade civil, sem que haja, por outro lado, evidência concreta de culpa exclusiva ou concorrente da vítima no caso em apreço. Tanto é assim que tal argumento, usado que foi na contestação patronal, não foi renovado no apelo.

Estando certo, então, que o reclamante sofreu, em serviço, acidente imputável exclusivamente à reclamada, cumpre agora destacar a natureza dos danos dele decorrentes para, ao final, se estabelecerem os limites da reparação a ser deferida.

A este respeito, de início, emerge da instrução processual, especialmente através do laudo médico-pericial de fls. 168/173 - não impugnado por quaisquer das

partes - que o reclamante, em razão do acidente em apreço, sofreu fratura em sua clavícula e do seu punho direito, tendo que ser submetido a cirurgia, com colocação de 2 pinos, de engessamento de sua clavícula, de imobilizado por 60 dias, bem como a 20 sessões de fisioterapia, portando, atualmente, como sequela, "*...atrofia muscular com perda da força muscular na mão direita, com consequente incapacidade de prensão da mão e limitação da elevação do braço comprometido".*

Há, ainda, registro de que o autor está totalmente incapacitado para o trabalho, tanto que em gozo de benefício acidentário, embora tal incapacidade possa vir a ser revertida se ele reagir bem ao tratamento fisioterápico. É certo, todavia, ainda, pelas conclusões do referido laudo pericial que, ainda que o autor recupere sua capacidade para o trabalho, não voltará a ter a mesma produtividade em sua antiga profissão, conforme resposta aos quesitos do obreiro, à fl. 172.

É indiscutível, então, que tais circunstâncias são potencialmente danosas, posto que hábeis a causar severo incômodo psicológico e abalo da auto-estima e da psique do obreiro. Daí ser incontestável o seu direito a ser reparado na esfera moral.

Até hoje, entretanto, a doutrina, a jurisprudência ou até mesmo o legislador não lograram vislumbrar parâmetros objetivos para se quantificar, de forma incontestável, o valor do abalo moral, em suas mais diversas feições. Afinal, dadas as suas idiossincrasias, a psique humana é território de difícil devassamento, mesmo ao mais experiente dos magistrados. Daí não restar alternativa, nestes casos, senão partir-se para o arbitramento, como fez o juízo *a quo* que, valendo-se das máximas da experiência, houve-se muito bem nesta tarefa, já que chegou a um valor a título de dano moral (RS32.000,00) que, a um só tempo, é razoável para o autor, sem ser demasiado para a reclamada/recorrente, não se podendo descurar, neste caso, da gravíssima circunstância do reclamante ter se submetido a tratamentos médicos que são ordinariamente muito dolorosos, além de estar, até a presente data, incapacitado para o trabalho.

Não se diga que o valor das referidas indenizações deveria ser diminuído em razão de uma suposta participação da vítima no ocorrido, pois, conforme dito alhures, não houve provas de que o obreiro tenha desobedecido qualquer dever funcional de cautela ou prudência durante o evento fatídico que o vitimou.

Destarte, porque razoável o valor da indenização por danos morais deferido pela sentença recorrida, não vislumbro subsistência no recurso patronal, neste particular, pelo que o rejeito.

Outrossim, para os fins de prequestionamento, consoante o entendimento consubstanciado na Súmula 297 do Colendo TST, esclareço, desde logo, não vislumbrar qualquer violação ao disposto nos artigos 402, 403, 944 e 953 do CC, considerando as razões esposadas *supra.*

3.2. Multa do Artigo 475-J do CPC

Por fim, a reclamada questiona a aplicação, no processo do trabalho, da multa prevista no artigo 475-J do CPC e imposta na sentença recorrida.

Sobre isto, observo que a regra entabulada no art. 475-J - plenamente aplicável ao processo do trabalho, eis que não conta com regra expressa a respeito - guarda inteira consonância com os princípios informadores da Justiça do Trabalho e atende, inclusive, às garantias constitucionais da razoável duração do processo, efetividade e celeridade.

Com efeito, a aplicação da multa de 10% sobre o valor da condenação, em caso de descumprimento espontâneo da sentença de obrigação de pagar quantia certa, claramente, demonstra a acertada intenção do legislador de conferir efetividade à satisfação do crédito do autor, uma vez que encoraja o demandado ao pagamento espontâneo do valor da condenação.

Sem falar que, nesta Especializada, sempre se permitiu ao juiz determinar os prazos e as condições para o cumprimento da sentença condenatória; tudo em conformidade ao sincretismo processual, inerente à esta Justiça Obreira.

Ademais, tal questão já encontra-se pacificada, posto que, após discussão doutrinária e jurisprudencial, a 1º Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho entendeu pela sua aplicabilidade no Processo do Trabalho (Enunciado nº 71).

Rejeito, desde logo esclarecendo não vislumbrar violação ao disposto nos artigos 600 do CPC e 880, 882 e 883 da CLT.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário; rejeito a preliminar de nulidade por julgamento *extra petita;* no mérito, entretanto, nego provimento ao apelo para manter integralmente a sentença recorrida em todos os seus termos, inclusive quanto às custas, conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE POR JULGAMENTO *EXTRA PETITA;* NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AO APELO, PARA MANTER A SENTENÇA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS; TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 05 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 14/08/2009)

MÁRIO LEITE SOARES - Desembargador Relator.

****

ACIDENTE DE TRABALHO. DANO MORAL, ESTÉTICO E MATERIAL. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01576-2007-117-08-00-5
RELATOR: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES

RECORRENTE: **SIDEPAR SIDERÚRGICA DO PARÁ S/A**
Dra. Cristiane de Menezes Vieira Bline

RECORRIDOS: **ORIVALDO ALVES DE ALMEIDA**
Dr. Ocilda Maria Pereira Nunes

ACIDENTE DE TRABALHO. DANO MORAL, ESTÉTICO E MATERIAL. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. Deve o empregador responder civilmente por ato de empregado seu que, destacado para ministrar treinamento ao autor, age com menoscabo à segurança deste, causando-lhe acidente

de trabalho que terminou por resultar em danos de natureza patrimonial, moral e estética ao obreiro. Incide, à espécie, o disposto no artigo 932, III, do CC.

I. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da MM. 2ª Vara do Trabalho de Marabá, em que são partes, como recorrente, SIDEPAR SIDERÚRGICA DO PARÁ S/A e, como recorrido, ORIVALDO ALVES DE ALMEIDA.

OMISSIS.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário, porque preenchidos todos os seus pressupostos de admissibilidade.

2. MÉRITO

2.1. Acidente de Trabalho. Dano Moral, Estético e Material. Responsabilidade Civil do Empregador.

Cinge-se, de início, a controvérsia recursal, à perquirição da eventual responsabilidade da reclamada/recorrente pelos danos morais, estéticos e materiais denunciados da inicial e que seriam decorrentes de acidente do trabalho ocorrido com o pé direito do reclamante, em serviço, tendo o obreiro imputado, à reclamada, toda a responsabilidade pelo ocorrido, ao que a empresa objetou, afirmando ter se caracterizado, *in casu,* mera culpa exclusiva da vítima.

Examinando, então, os autos, a este respeito, especialmente as afirmações da inicial (fls. 02/09), da emenda à inicial (fl. 64) e da contestação (fls. 79/97), verifico ser fato incontroverso que o obreiro é empregado da ré, contratado para a função de motorista de caminhão tipo "brock" e que, posteriormente, foi vítima de um acidente, em serviço, em razão do qual o seu pé direito foi comprimido, isto durante o período do treinamento que estava lhe sendo ministrado, pela empresa, para poder dirigir o referido veículo.

A teor, ainda, do depoimento da testemunha arrolada pela própria empresa, a saber, o Sr. Anderson Rodrigues Mury de Assunção (fls. 182/183), que era o instrutor do autor no sobredito treinamento durante o qual ele se acidentou, no dia do infortúnio, estavam a testemunha e o reclamante dentro do caminhão quando "*...o reclamante desceu do carro para ver se tinha alguma peça enganchada na caçamba; que desceu porque disse que ia mexer na unha; que deve ter sido por causa do cabo de aço; que o cabo de aço fica na unha; que o depoente acionou a manete para abaixar a sapata; que na hora não imaginou que o pé do reclamante estava embaixo da sapata; que acha que o reclamante estava ao lado do caminhão para puxar a unha e tirar o cabo; que nesse momento a sapata atingiu o seu pé; que a sapata fica na traseira e ao lado do caminhão; que não pensou que o reclamante pudesse ser lesionado por não tinha como ver onde estava o reclamante; que quando o reclamante desceu do carro o depoente não o preveniu para que não ficasse perto da sapata...".*

Consoante, então, as declarações da própria testemunha da reclamada, o acidente em apreço ocorreu porque ela, na condição de instrutor do reclamante, de dentro da cabine do caminhão ao redor do qual este estava, houve por bem acionar um manete que fez abaixar um dispositivo chamado sapata, localizado ao lado e na traseira do dito veículo, dispositivo este que, ao ser acionado para baixo, terminou por atingir o obreiro, comprimindo-lhe o pé direito.

Interessante observar que o referido instrutor, ao acionar a sobredita sapata, não ignorava a presença do reclamante ao redor do dito veículo, vez que o obreiro,

pouco antes, estivera, ao seu lado, na cabine do dito caminhão, só tendo descido para verificar se alguma peça estava nele enganchada.

Assim, dadas as circunstâncias, o mínimo que se poderia esperar do responsável pelo treinamento do reclamante é que tivesse tido o cuidado de avisá-lo de que iria abaixar a sapata, de modo a que este tivesse oportunidade para se colocar a salvo de qualquer acidente.

Não obstante, demonstrando menoscabo com a segurança do obreiro ou, pelo menos, um relativo despreparo para conduzir o seu treinamento, o instrutor em questão, mesmo não tendo o reclamante em seu ângulo de visão e sem se preocupar em avisá-lo, resolveu empreender a manobra que, ao fim e ao cabo, terminou por vitimá-lo.

É certo, então, que, ao revés do alegado no apelo, a reclamada teve, sim, responsabilidade direta pelo infortúnio ora apreciado, à medida que colocou o reclamante à mercê de outro empregado que, ao ser destacado para treiná-lo, não demonstrou estar preparado para tal, despreparo que fica evidente pela imprudência com que agiu na oportunidade, empreendendo manobra que, por sua natureza, deveria ter sido precedida de medidas acautelatórias, mormente a recomendação de que o autor se afastasse da sapata que o instrutor iria acionar, cautela que se tivesse sido adotada, evitaria o acidente.

Não se pode perder de vista que, nos termos da lei civil, o empregador responde civilmente pelos atos omissivos e comissivos de seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele (artigo 932, III, do CC). Assim, se o instrutor que a reclamada escolheu para o reclamante, por falta de cautela e prudência, deu causa ao acidente do obreiro, deve a reclamada responder pela reparação respectiva, posto que configurado claramente o nexo causal ensejador da responsabilidade civil.

A recorrente pondera, entretanto, que o reclamante concorreu para o acidente de que foi vítima, de modo que se não for reconhecida a sua culpa exclusiva, *in casu,* teria, no mínimo, se configurado culpa concorrente.

O exame das provas produzidas nos autos, entretanto, não corrobora a afirmação recursal, neste particular, sendo insubsistente o argumento da recorrente de que o autor já tinha sido motorista antes, inclusive de caminhão com sapata, pelo que deveria saber ser perigoso posicionar o pé abaixo desse dispositivo.

Com efeito, não há evidência de que o obreiro tenha agido com displicência ou falta de atenção durante o episódio, pois que, apesar de, em face de sua experiência pretérita, ele já soubesse o que seja uma sapata, tal circunstância é irrelevante, *in casu,* se não foi sequer avisado que tal dispositivo iria ser acionado ou mesmo prevenido para, dele, não se aproximar, não sendo razoável, por isso mesmo, exigir-se do autor ter tido uma postura preventiva em relação a risco que nem tinha sido levado ao seu conhecimento, na ocasião, por quem de direito, no caso, o seu instrutor.

Estando certo, então, que o reclamante sofreu, em serviço, acidente imputável exclusivamente à reclamada, cumpre agora destacar a natureza dos danos dele decorrentes para, ao final, se estabelecerem os limites da reparação a ser deferida.

A este respeito, de início, emerge da instrução processual, especialmente através do laudo médico-pericial de fls. 219/221 e 244/245, que o trabalhador, em razão do acontecido, sofreu "*...alterações neurológicas (distrofia simpático reflexa) e processo inflamatório crônico (sinovite) na região társica do pé direito, limitando os movimentos impedindo o Reclamante de realizar atividades que exijam movimentos deste membro, limitando, com isso, sua capacidade para o trabalho.*" (fl. 244).

Assim, se o reclamante passou a sofrer de patologia crônica, que, por sua natureza, sói ser acompanhada de processo doloroso, a mais de ter limitada a sua

capacidade laborativa, ao ponto de não poder trabalhar nas únicos ofícios que já exerceu, a saber, de motorista e de vigilante, é incontestável que tais circunstâncias são potencialmente danosas, posto que hábeis a causar severo incômodo psicológico e abalo da auto-estima e da psique do obreiro. Daí ser incontestável o seu direito a ser reparado na esfera moral.

Por outro lado, se, em razão do acidente em apreço, o reclamante teve, está tendo e ainda terá prejuízos patrimoniais, quer por despesas com tratamento médico, quer pelo decréscimo de sua renda, em comparação com a que auferia antes do infortúnio, também é induvidoso que a reparação civil, *in casu,* também deve englobar o viés material.

Por fim, se, do ocorrido com o obreiro, resultaram-lhe cicatrizes, tendo, ainda, o perito que o examinou constatado que o seu pé passará por um processo de atrofia - o que lhe imporá até o uso de muleta - também não há que se discutir que, a mais de todos os danos de que já se cogitou, o reclamante também sofreu danos em seu aspecto físico, o que também demanda reparação específica, sendo certo que não somente as pessoas que vivem profissionalmente de sua aparência têm direito à preservação de sua estética, mas também qualquer indivíduo tem direito de igual natureza, por ser tal condição ínsita à sua dignidade como ser humano.

Desta forma, porque restou provada a responsabilidade da reclamada pelos danos materiais, morais e estéticos suportados pelo obreiro em razão de acidente de trabalho que o vitimou e para o qual, inclusive, em nada concorreu, escorreita a sentença recorrida ao deferir-lhe indenizações nestas três esferas, não havendo o que se reformar no *decisum* recorrido quanto a isso.

2.2. "Quantum" indenizatório

Também é objeto da controvérsia recursal o valor atribuído, pela sentença recorrida, às indenizações por danos morais, estéticos e materiais deferidas, pretendendo a reclamada/recorrente a sua diminuição, ao argumento de serem excessivas e de não terem, os seus parâmetros, fundamento nos fatos ou no direito.

Tratando, então, inicialmente, da indenização por danos morais, cumpre registrar que, até hoje, a doutrina, a jurisprudência ou até mesmo o legislador não lograram vislumbrar parâmetros objetivos para se quantificar, de forma incontestável, o valor do abalo moral, em suas mais diversas feições. Afinal, dadas as suas idiossincrasias, a psique humana é território de difícil devassamento, mesmo ao mais experiente dos magistrados.

De igual modo, também não se pode tarifar, com exatidão, os incômodos pessoais e sociais que um dano estético causa em um ser humano, até por ser variável o peso que cada pessoa ou mesmo cada grupo social empresta à aparência física.

Não resta, então, nestes casos, senão partir-se para o arbitramento, como fez o juízo *a quo* que, valendo-se das máximas da experiência, houve-se muito bem nesta tarefa, já que chegou a um valor a título de dano moral (RS35.000,00) que, a um só tempo, é razoável para o autor, sem ser demasiado para a reclamada/recorrente, não se podendo descurar, neste caso, da gravíssima circunstância do reclamante estar incapacitado para o exercício das duas profissões para as quais era habilitado antes do acidente, ou mesmo para quaisquer outras que exijam o movimento do seu pé.

A razoabilidade também pautou a fixação da indenização por danos estéticos deferida pelo órgão de origem, no patamar de um quinto do pretendido pelo autor a este título, a saber, R$10.000,00, o que fica evidente não só em razão das cicatrizes que ele passou a ostentar, mas, sobretudo, do fato do seu pé estar passando por processo que, conforme asseverado pelo perito do juízo, inexoravelmente, o levará à atrofia.

Não se diga que o valor das referidas indenizações deveria ser diminuído em razão de uma suposta participação da vítima no ocorrido, pois, conforme dito alhures, não houve provas de que o obreiro tenha desobedecido qualquer dever funcional de cautela ou prudência durante o evento fatídico que o vitimou.

Destarte, porque razoável o valor das indenizações por danos morais e estéticos deferida pela sentença recorrida, não vislumbro subsistência no recurso patronal, neste particular.

Já no que diz respeito ao valor da indenização por danos materiais, registro, desde logo, que tal espécie de prejuízo, diversamente do que ocorre com moral, deve ser tarifado e pode ser perfeitamente quantificado pelo juízo.

No caso dos autos, não há dificuldade pra se aferir a dimensão do prejuízo econômico que o autor passou a sofrer em razão do acidente que o vitimou, bastando se verificar a diferença, mês a mês, entre o total da remuneração que ele auferia, antes do ocorrido e a sua renda atual, laçando-se mão se uma projeção desta renda atual média até a data em que se presume que ele seria economicamente ativo (65 anos), diferença de renda esta a ser somada aos valores que, comprovadamente, ele tem despendido para fazer face ao tratamento médico demandado pelas patologias que passou a portar.

Trazendo-se, então, tais balizas para o caso dos autos e cotejando-os com os critérios utilizados pelo juízo de 1º grau já referidos no relatório, o máximo que se verifica é que a sentença, para este fim, se valeu de parâmetro até mais benéfico para a empresa, já que apurou o dano material com base em apenas 30% de seu salário-base, mês a mês, o que, ao final, certamente, leva a um total inferior ao que se apuraria, se utilizado o critério da diferença entre a renda global anterior e a atual, tal como reputo ser o mais adequado.

Destarte, porque, quando muito, a sentença recorrida poderia sofrer reforma apenas para ser majorada a indenização por danos materiais que deferiu, não há como se alterar o valor concedido a este título, à falta de apelo de obreiro, bem como em razão da insubsistência da pretensão patronal de diminuição *do quantum* reparatório.

Em razão disso, nego provimento ao apelo e, para os fins de prequestionamento, consoante o entendimento consubstanciado na Súmula 297 do Colendo TST, esclareço, desde logo, não vislumbrar qualquer violação ao disposto nos artigos 128 e 460 do CPC; 170, III, da CF e 994, parágrafo único do CC, considerando as razões esposadas *supra.*

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário; no mérito, entretanto, nego provimento ao apelo para manter integralmente a sentença recorrida em todos os seus termos, inclusive quanto às custas, conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AO APELO, PARA MANTER A SENTENÇA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS; TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 14 de janeiro de 2009. (Publicado no DEJT em 23/01/2009)

MÁRIO LEITE SOARES - Desembargador Relator.

****

ACORDO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. RESPONSABILIDADE DO VIOLADOR DA CONDUTA.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 00593-2007-121-08-00.4
RELATORA: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

AGRAVANTE: **AG TRANSPORTES E TURISMO LTDA**
Doutor André Vianna de Araújo e outros

AGRAVADOS: **IVALDO LEAL MONTEIRO**
Doutor Antônio de Oliveira Júnior e outra
E
POTENTE - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA
Doutor José Augusto Ferreira Martins

ACORDO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. RESPONSABILIDADE DO VIOLADOR DA CONDUTA. A afronta ao princípio da boa-fé, além de atentar contra a segurança da relação jurídica, na hipótese, ao acordo firmado pelos litigantes, gera a responsabilidade da empresa violadora desse mandamento de conduta, que deve permear toda e qualquer relação jurídica, pelo adimplemento da quantia que resta para a efetiva integralização e cumprimento do acordo judicial.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Petição,** oriundos da **3ª Vara do Trabalho de Ananindeua**, em que são partes, como agravante, **AG Transportes e Turismo Ltda.** e, como agravados, **Ivaldo Leal Monteiro** e **POTENTE - Serviços de Vigilância Segurança Patrimonial Ltda.**

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 QUESTÃO PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE PETIÇÃO, SUSCITADA NAS CONTRARRAZÕES

2.1.1 FALTA DE DELIMITAÇÃO ESPECÍFICA DA MATÉRIA E DOS VALORES IMPUGNADOS

O reclamante-agravado, nas contrarrazões - fls. 406/409 - afirma que o recurso não merece ser conhecido, porque não cumprido o pressuposto estabelecido no § 1º, do art. 897, da CLT, eis que a agravante, no recurso, "...deixou de delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, somente fazendo a indicação de itens, contrariando, desta forma, o dispositivo legal acima mencionado." (fl. 406).

O agravado não tem razão.

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade relativos à adequação, tempestividade e garantia do juízo (fls. 372/373), tendo sido subscrito por advogado habilitado.

Diferentemente do que entende o agravado, também foi cumprido o pressuposto específico previsto no § 1º, do art. 897, da CLT.

Com efeito, a matéria trazida à discussão - não observância dos limites do título executivo e incidência de juros e multa sobre os encargos previdenciários - foi justificadamente delimitada.

Por outro lado, não há se cogitar, *in casu*, de especificação de valores, porque o alvo da discussão não gira, verdadeiramente, em torno de suposto erro de cálculo, mas sim na assertiva feita pela agravante no sentido de que nada mais deve ao exequente, além do valor - R$-2.444,89 (dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) - correspondente ao que se comprometera no acordo firmado às fls. 248/251, cujo depósito já efetuou, conforme comprova com a cópia da guia que está na fl. 324, repetida na fl. 328. Nessa esteira, os encargos previdenciários.

Vale frisar que, nessa guia de depósito judicial consta, como depositante, o nome da empresa Potente Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda. e não o da ora agravante, o que reputo como mero equívoco.

Desse modo, rejeito a preliminar suscitada e conheço do agravo de petição, eis que presentes todos os pressupostos de admissibilidade.

2.2 MÉRITO

2.2.1 NÃO OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DO TÍTULO EXECUTIVO

A agravante aduz que os cálculos de fls. 358/361, homologados pelo juízo, não observaram os limites estabelecidos no acordo celebrado nas fls. 248/251.

Ressalto que o juízo de primeiro grau rejeitou os embargos à execução, ao argumento de que a responsabilização da empresa agravante pelo montante que era devido pela primeira reclamada, derivou do princípio da boa-fé, que deve nortear as relações contratuais.

A agravante rechaça o fundamento adotado afirmando que o fato de não existir mais o contrato de prestação de serviços entre a primeira - **POTENTE - Serviços de Vigilância Segurança Patrimonial Ltda** - e a segunda - **AG Transportes e Turismo Ltda -** reclamadas, não garante, por si só, a inexistência de créditos à época em que o acordo foi celebrado. Assim, a seu ver, não há se falar em má-fé da agravante e sua consequente responsabilidade pelo adimplemento da totalidade da dívida trabalhista reconhecida, mas somente pelo período em que o exequente-agravado efetivamente prestou serviços em seu favor.

Para melhor entendimento da questão, faço breve relato do ocorrido no presente dissídio.

A ação trabalhista foi ajuizada em face das empresas **Potente Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda**, **AG Transportes e Turismo Ltda**, **Vitória Regia Exportadora Ltda** e **Beraca Brasmazon Indústria de Oleaginosos e Produtos da Amazônia Ltda,** tendo o autor afirmado ter sido contratado pela primeira e que as demais teriam sido beneficiadas de seu trabalho, razão que o levava a postular a condenação subsidiária.

Na sessão inaugural, ocorrida em **21.06.2007**, os litigantes firmaram acordo nas seguintes bases: A primeira reclamada se comprometeu a pagar, ao reclamante, por meio de depósito bancário, a quantia de R$-6.000,00 (seis mil reais) em 06 parcelas iguais, a contar de 02.07.2007 e a findar em 03.12.2007, com aplicação da multa 30% a ser apurada sobre o saldo devedor (art. 891 da CLT) em caso de não observância de qualquer condição estabelecida no acordo. A primeira reclamada ficou responsável, também, pelo pagamento das contribuições previdenciárias.

No que toca à responsabilidade subsidiária, ficou estabelecido que a segunda, terceira e quarta reclamadas responderiam subsidiariamente, de forma proporcional ao tempo de serviço, pelo adimplemento do acordo, inclusive no que concerne aos encargos pelo inadimplemento, nas seguinte proporções (item 9 do acordo): AG Transportes e Turismo Ltda - até o limite de 23%; Vitória Regia Exportadora Ltda - até o limite de 14% e Beraca Brasmazon Indústria de Oleaginosos e Produtos da Amazônia Ltda - até o limite de 4%.

O Juízo homologou o acerto, isentando o reclamante do recolhimento das custas, na forma da lei e determinou **1)** a execução do crédito, em caso de descumprimento de qualquer condição do acordo e **2)** independentemente de citação, a expedição de mandado de bloqueio de crédito à 2ª reclamada para que proceda bloqueio de créditos da 1ª reclamada, suficiente para quitação do processo.

O acordo não foi cumprido pela primeira reclamada, tendo sido iniciada a execução, ficando certificado nos autos que a primeira reclamada, Potente Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda, se encontra em lugar incerto e não sabido.

As demais responsáveis foram acionadas, inclusive a segunda, AG Transportes e Turismo Ltda, ora agravante, contra quem foi expedido o mandado de fl. 270, tendo sido informado, por seu Contador, que a executada Potente não mais prestava serviços para a empresa intimada, também não havendo créditos a receber.

Efetuados os cálculos, foi determinada a citação das reclamadas. A segunda, AG Transportes e Turismo Ltda informou que o contrato firmado com a primeira reclamada-executada, fora rescindido no dia 01.06.2007 (lembro que o acordo foi assinado em 21.06.2007), inexistindo créditos a serem pagos à mencionada empresa de vigilância - fls. 292/295.

Diante disso, o juízo da execução determinou fosse a segunda reclamada notificada a esclarecer a respeito de ter, em 21.06.2007, assumido, perante o juízo, compromisso de bloqueio de créditos sobre serviços prestados pela primeira reclamada, se a relação contratual que havia entre ambas, já não mais existia desde 01.06.2006, o que fere a boa-fé com que foi homologado o acordo - fl. 297.

Tendo transcorrido *in albis* o prazo para a manifestação solicitada, o juízo determinou a execução das devedoras subsidiárias na proporção em que se responsabilizaram. Quanto à empresa AG Transportes e Turismo Ltda decidiu que ela deveria, em atenção ao princípio da boa-fé, responder pelo restante do crédito até a integralização. - fls. 304/304v.

A executada AG Transportes e Turismo Ltda, notificada dessa decisão - fl. 347 -, se pronunciou informando ter realizado depósito na quantia de R$-2.444.89 (dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) - fl. 328 -, valor este que afirmou ser superior ao qual ficou responsável subsidiariamente, por força do acordo celebrado, pelo que entendia não haver mais nada a pagar ao reclamante-agravado e pedia a sua exclusão do pólo passivo da lide - fls. 354/355.

A respeito, disse o juízo no despacho de fl. 357, que nada havia a ser deferido, tendo em vista o prosseguimento da execução contra a empresa em relação aos valores devidos pela primeira reclamada, em desfavor da peticionante (segunda reclamada, despacho de fl. 304).

Contra essa decisão foram opostos embargos à execução - fls. 367/371, depois de ter sido garantida a execução - fls. 372/373, por meio dos quais a então embargante pediu que sua responsabilidade ficasse adstrita aos termos do acordo de fls. 248/253 e a exclusão da multa e juros incidentes sobre as contribuições previdenciárias.

Os embargos foram integralmente rejeitados, sendo justamente a modificação dessa decisão o objetivo da agravante com o presente agravo de petição.

Nas razões recursais, a agravante repete *ipsis litteris* os argumentos expendidos nos embargos, apenas deixando de fazê-lo com relação ao seguinte trecho dos embargos:

> ...Na ocasião da celebração do acordo, era bem provável que ainda houvesse créditos em favor da primeira demandada, por isso a ora embargante se responsabilizou pelo bloqueio de valores caso houvesse.
>
> O fato de não haver valores devidos pela segunda a primeira reclamada no momento do inadimplemento do acordo, não pressupõe, de maneira nenhuma a má fé da embargante, que não pode ser condenada a dívidas a que não deu causa." (*sic* - fls. 369/370)

Pois bem.

O Juízo da execução, conforme já aludido, rejeitou os embargos, valendo transcrever este trecho da fundamentação:

> ... Foi determinado, ainda na audiência em que houve a conciliação, que em caso de descumprimento da decisão, deveria ser expedido mandado de bloqueio de créditos à segunda reclamada, para apreensão de numerário pertencente à primeira reclamada suficiente para a satisfação do débito.
>
> A inserção da determinação ocorreu em virtude da notícia de que a primeira executada continuava a prestar serviços à embargante. Não houve informação, como que fazer crer a embargante, de que haveria crédito e que o contrato estava rompido, pois, se assim fosse, não haveria qualquer óbice para a embargante pagar o valor correspondente à conciliação celebrada com o numerário da empregadora.
>
> ...
>
> Ora, é dever de todos aqueles que atuam no processo, dentre outros, expor os fatos em juízo conforme a verdade, proceder com lealdade e boa-fé, não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento.
>
> Ao permitir que a conciliação fosse celebrada com alguma expectativa de que o débito pudesse ser adimplido com os créditos decorrentes de um contrato que não mais vigia, a embargante faltou com esses deveres, causando flagrante prejuízo ao exequente que se encontra em completo desamparo. - fls. 380/381

Correta a decisão.

O princípio da boa-fé, implícito à intenção das partes no exercício de seus atos, atine propriamente à interpretação dos contratos. Contudo, tal proposição constitui cláusula geral, não podendo ser afastada quando da efetivação de qualquer negócio jurídico. Nessa linha, os partícipes dessas relações têm o dever de agir de forma correta, dentro das regras da ética e da razão, ou seja, num padrão de conduta que, afinal, não venha macular a confiança de um deles.

A atuação da parte, no plano concreto, é que irá demonstrar, então, se essa necessária conduta leal e de probidade ficou delineada.

Na hipótese, isso não ocorreu.

Ora, ao ter assumido, perante o juízo, o compromisso de bloqueio de créditos sobre serviços prestados pela primeira reclamada, em data posterior ao do término do contrato de prestação de serviços de vigilância que havia entre a

primeira e a segunda reclamadas, a agravante se esquivou da direção que sustenta o princípio da boa-fé.

Não há dúvida alguma de que o acordo, nos termos em que foi proposto, não seria homologado pelo juízo caso a agravante tivesse informado o que, na data da sessão, já havia ocorrido, ou seja, a rescisão contratual com a primeira reclamada. E evidente, se houve rescisão, não haveria mais créditos a receber.

O desrespeito ao princípio da boa-fé, além de atentar contra a segurança da relação jurídica, mais propriamente do acordo firmado com o reclamante, que pretende receber o crédito que possui - de natureza alimentar, frise-se - gera a responsabilidade da agravante pelo adimplemento de todo o montante que resta para a efetiva integralização daquele, por ter ela violado o consagrado princípio da boa-fé, verdadeiro mandamento de conduta que deve permear toda e qualquer relação jurídica.

Ressalte-se, por oportuno, que há notícia nos autos - fl. 264 - no sentido de que a executada principal, atualmente, se encontra em lugar incerto e não sabido.

2.2 JUROS E MULTA INCIDENTES SOBRE OS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS

A agravante também não se conforma com a incidência de juros e multa sobre os encargos previdenciários.

Sustenta que os cálculos, nesse item, devem ser modificados, uma vez que as parcelas ainda não estavam vencidas ou em atraso, já que ainda há discussão acerca da responsabilidade da segunda reclamada pelo restante do montante devido ao autor, que ultrapasse o percentual acordado entre as partes.

Alega que os encargos previdenciários pertinem às parcelas ainda devidas ao reclamante, as quais são, no mínimo, controversas, já que em dissonância do acordo firmado entre as partes, sendo certo, ainda, que foi na execução que se oportunizou, pela primeira vez, a cobrança de tais encargos.

Busca arrimo no art. 34 da Lei nº 8.212/91 e afirma que a cobrança em discussão viola, não apenas essa Lei, mas também o art. 5º, II, da Constituição da República.

Pede, assim, a exclusão da condenação dos valores de R$-183,81 e de R$-130,27, que correspondem aos juros e multa, respectivamente.

Sem razão.

O crédito previdenciário, na relação de trabalho, tem como fato gerador o pagamento da remuneração ao obreiro, devida em razão da prestação de serviços, não se podendo cogitar de que ele nasça com o deferimento, pela sentença trabalhista, das parcelas de natureza salarial.

É que a sentença - aqui, o acordo - apenas reconhece que a verba era devida e indiretamente que o fato gerador da contribuição social já ocorreu, que era, de fato, a remuneração devida.

É a dicção do art. 43, § 2º, da Lei nº 8.212/91, *verbis*:

> Art. 43. ...
>
> § 2º Considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação do serviço. (redação conferida pela Medida Provisória 449/2008).

No caso de mora no pagamento à Previdência Social serão devidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia-SELIC, além de multa, em consonância com os arts. 34 e 35, da Lei nº 8.212/91, que dispõem:

> Art. 34. As contribuições sociais e outras importâncias arrecadadas pelo INSS, incluídas ou não em notificação fiscal de lançamento,

> pagas com atraso, objeto ou não de parcelamento, ficam sujeitas aos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia-SELIC, a que se refere o art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, incidentes sobre o valor atualizado, e multa de mora, todos de caráter irrelevável. Parágrafo único. O percentual dos juros moratórios relativos aos meses de vencimentos ou pagamentos das contribuições corresponderá a um por cento.
> Art. 35. Os débitos com a União decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do parágrafo único do art. 11, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, não pagos nos prazos previstos em legislação, serão acrescidos de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 1996. (redação atribuída pela Medida Provisória 449/2008).

Estabelece o § 2º do art. 61 da Lei nº 9.430/96 que os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal - caso das contribuições previdenciárias -, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, limitado a vinte por cento o percentual a ser aplicado.

Na hipótese dos autos, a dívida trabalhista, emergente de acordo celebrado entre as partes, se refere a salário retido, férias, 13º salário e horas extras, dentre outras verbas, remontam à data anterior ao da dispensa. Desse modo, tal como a dívida trabalhista, o mesmo ocorria com o débito previdenciário.

Ora, desse modo, não há se cogitar da não incidência dos acréscimos da multa e dos juros de mora.

Assim, tanto a multa como os juros de mora são devidos pela agravante, ao teor do disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.212/91, com a redação conferida pela MP nº 449, de 03.12.2008 (DOU de 04.12.2008), restando incólume o disposto no inciso II, do art. 5º, da Lei Fundamental.

Confirmo, portanto, a decisão agravada, também nessa parte.

Ante o exposto, rejeito a preliminar suscitada nas contrarrazões e conheço do agravo de petição; no mérito, nego-lhe provimento para confirmar a sentença agravada, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR UNANIMIDADE, EM REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA NAS CONTRARRAZÕES E CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA DE VOTOS, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A SENTENÇA AGRAVADA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 28 de julho de 2009. (Publicado no DEJT em 31/07/2009)

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - Juíza Relatora.

****

AGRAVO DE PETIÇÃO. REINTEGRAÇÃO. COISA JULGADA. MODIFICAÇÃO NA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00104-2002-006-08-00-9
RELATOR: Desembargador MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO

AGRAVANTE: **UBALDO DIAS DA SILVA**
Dr. Eliezer Francisco da Silva Cabral

AGRAVADO: **COMÉRCIO E TRANSPORTE BOA ESPERANÇA LTDA.**
Dra. Maria do Socorro de F. Miralha da Silva

AGRAVO DE PETIÇÃO. REINTEGRAÇÃO. COISA JULGADA. MODIFICAÇÃO NA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Não pode a reclamada se recusar a reintegrar o reclamante, sob a alegação de que ele teria que se submeter à avaliação médica e psicológica, e apresentar inúmeros documentos, já que tais exigências não constaram da r. Decisão transitada em julgado. Existindo coisa julgada material e formal, a teor do art. 467, do CPC, não há como modificar-se a decisão na fase de execução, de acordo com o disposto no art. 836, da CLT, e art. 471, do CPC, a não ser nas exceções previstas em lei, que não é o caso dos autos. Agravo provido.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **agravo de petição**, oriundos da **MM. 6ª Vara do Trabalho de Belém**, em que são partes, como agravante e agravada, os acima identificados.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. CONHECIMENTO

Sustenta a agravada, em contra-razões (fls. 199/200), que o presente agravo seria inadequado, porque interposto contra despacho proferido pelo juízo, e não sentença. Acrescenta que a finalidade do referido remédio processual é de atacar sentenças quando há descontentamento, e não despachos.

Sem razão a demandada.

Com efeito, é sabido que no processo do trabalho, lidera a regra de que dos despachos ordinários ou de mero expediente não cabe recurso, devendo ser entendidos como tais, todos aqueles de simples propulsão processual, e que não provoca qualquer ofensa a direito das partes, e destinam-se, tão-somente a prover a tramitação do processo.

De outra banda, há certos despachos que envolvem verdadeira decisão a respeito de determinado ato requerido ou praticado pelas partes. O que muitas vezes se verifica é a existência de decisões com aparência de despachos, que *a priori* se supõe serem de simples expediente, mas que na verdade são decisórios, e põem fim ao processo.

No presente caso, o reclamante insurge-se contra decisão na execução, que supostamente teria violado a coisa julgada, já que visa discutir em quais condições deveria ser reintegrado. E uma vez indeferida sua pretensão pelo juízo **a quo**, não

vejo outra maneira do mesmo discutir tal situação senão através do presente agravo de petição, até porque, compulsando-se os autos, verifico que encontra-se pendente apenas a reintegração do autor, conforme decidido na r. Sentença, e confirmado pelo v. Acórdão.

Sendo assim, rejeito a questão de inadequação suscitada pela agravada, e uma vez atendidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do agravo de petição.

2.2. DA ESTABILIDADE - REINTEGRAÇÃO

Necessário um breve histórico dos fatos ocorridos no processo para o deslinde da questão.

O agravante requereu na inicial, dentre outros pleitos, sua reintegração ao emprego, o que foi deferido pelo MM. Juízo do 1º grau, nos seguintes termos: "... JULGAR, EM PARTE, PROCEDENTES OS PEDIDOS PLEITEADOS NA EXORDIAL, PARA DETERMINAR QUE A RECLAMADA, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DESTA DECISÃO, REINTEGRE O RECLAMANTE AO SERVIÇO, NO CARGO DE MECÂNICO DE BOMBA INJETORA, SOB PENA DE MULTA DIA DE 1/3 DO SALÁRIO MÍNIMO, ATÉ O LIMITE DE 60 SALÁRIOS MÍNIMOS, DEVENDO, AINDA, PAGAR AO OBREIRO, OS SALÁRIOS VENCIDOS A CONTAR DE 20-12-2001 ATÉ A DATA DA EFETIVA REINTEGRAÇÃO, COM OS DEVIDOS REAJUSTES LEGAIS OU NORMATIVOS PORVENTURA OCORRIDOS NESTE ÍNTERIM...".

O v. Acórdão TRT 4ª T. RO 3432/2002 (fls. 96/102), confirmou a r. Sentença na íntegra. Houve recurso de revista ao C. TST, com seguimento denegado, resultando na interposição de agravo de instrumento, cujo provimento foi negado.

Pois bem.

De volta os autos à Vara de origem, o Juízo executante determinou a expedição do mandado de reintegração, nos termos da r. Sentença (fl. 133). E na audiência de execução realizada em 05.03.2008, foi declarada a reintegração do autor com data-início de suas atividades no dia 06.03.2008, às 09:00 horas, tendo o Exmo. Juiz determinado que ele se apresentasse na sede da empresa (fl. 153). E segundo relato do mesmo, através da petição de fls. 169 e verso, cujas razões foram reiteradas pela petição de fls. 173 e verso, ao comparecer na sede da reclamada, foi impedido de trabalhar sob a alegação de que, para ser reintegrado, deveria providenciar os documentos listados à fl. 177, bem como se submeter à avaliação médica e psicológica da empresa. Acrescentou, ainda, que o setor onde deveria ser reintegrado não mais existia, daí que não teria local para exercer suas atividades.

Diante do ocorrido, requereu ao Juízo que fosse determinado o cumprimento da r. Decisão, através de oficial de justiça, sendo indeferido nos seguintes termos:

> "*I - Indefiro o pedido, uma vez que a ordem de reintegração foi cumprida pelo próprio Juiz da Vara. Ademais, como consta da própria declaração que acompanha a petição, o reclamante não está sendo impedido de trabalhar, haja vista que a empresa apenas se limitou a requerer a ele o cumprimento de determinados procedimentos para efeito de sua efetiva reintegração junto à empresa, até porque ficou muito tempo afastado do trabalho. Assim sendo, como bom trabalhador que é, deve o reclamante cumprir as determinações recebidas da reclamada.*"

Data venia do entendimento esposado pelo Juízo *a quo*, considero que não deve prosperar referida decisão.

Com efeito, o artigo 467, do Código de Processo Civil, conceitua a coisa julgada material como a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais

sujeita a recurso ordinário ou extraordinário. E segundo o artigo 468, a sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.

No caso ora em análise, operou-se a coisa julgada material e formal, no que tange à reintegração do agravado, pois a r. decisão lhe garantiu esse direito, confirmada pelo V. Acórdão. E, em nenhum momento, ficaram consignadas na r. Decisão, as condições impostas agora pela reclamada, para reintegrar o empregado. Vale ressaltar que a empresa afirmou em suas contra-razões (fls. 199/200 e verso), ser *...imprescindível para a reintegração os devidos exames médicos, psicológicos e apresentação de documentação.*

Cabe lembrar que a reintegração ao emprego, como regra, importa simples continuidade da relação contratual que vigia anteriormente à ruptura contratual, em face da nulidade ou anulação desta. Não se trata de admissão ao emprego, situação que condiciona à apresentação de inúmeros documentos e atestados médicos. Assim, não vejo porque o reclamante não possa ser reintegrado, e durante o curso do contrato de trabalho, atender ao requerido pela empresa, porque, reitere-se, a r. Decisão nada mencionou nesse sentido.

Assim sendo, dou provimento ao apelo, e determino o cumprimento da r. Sentença de mérito, no sentido de que seja o reclamante reintegrado ao emprego, e acompanhado por Oficial de Justiça.

Ante o exposto, rejeito a argüição de não conhecimento do apelo por inadequação, suscitada pela agravada em contra-razões, e conheço do agravo de petição por atender aos requisitos de admissibilidade; no mérito, dou-lhe provimento, e determino seja o reclamante reintegrado ao emprego, e acompanhado por Oficial de Justiça, tudo nos termos da fundamentação supra.

3. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, REJEITAR A ARGÜIÇÃO DE NÃO CONHECIMENTO DO APELO POR INADEQUAÇÃO, SUSCITADA PELA AGRAVADA EM CONTRA-RAZÕES, E CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO POR ATENDER AOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO, E DETERMINAR SEJA O RECLAMANTE REINTEGRADO AO EMPREGO, E ACOMPANHADO POR OFICIAL DE JUSTIÇA, TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 11 de março de 2009. (Publicado no DEJT em 20/03/2009)

MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 01802/2008-010-08-00.6

RELATORA: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

RECORRENTE: **ANTÔNIO SARMENTO GUEDES**
Dr. Antonio Sarmento Guedes

RECORRIDAS: **EMPRESA DE NAVEGAÇÃO BOM JESUS LTDA.**
Dr. Almyr Carlos de Morais Favacho
EMPRESA NAVETUR - NAVEGAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Dra. Diose Thais Mamede Leão de Oliveira
POSTO PROGRESSO LTDA.
Dr. Luis Roberto Lobato dos Santos

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. É da Justiça do Trabalho a competência para o julgamento de ação de cobrança de honorários advocatícios quando se tratar de relação de trabalho. Recurso provido.

1 RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário** oriundos da MM. 10ª Vara do Trabalho de Belém, em que figuram como partes as acima referidas.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário do reclamante vez que é adequado, tempestivo (fl. 411 e 417) e está subscrito por ele próprio reclamante (fl. 411), tendo sido recolhidas as custas (fl. 431).

Conheço das contrarrazões da reclamada Posto Progresso Ltda. eis que são tempestivas (fls. 433 e 434) e estão subscritas por advogado habilitado (fl. 255).

2.2 QUESTÃO PRELIMINAR DE COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Requer o recorrente que seja afastada a incompetência material da Justiça do Trabalho, acolhida pelo MM. Juízo *a quo.* Alega que a Emenda Constitucional nº 45/2004, que deu nova redação ao artigo 114, inciso I, da CF/88, conferiu competência a esta Justiça Especializada para conhecer e julgar ações decorrentes de relação de trabalho.

Vejamos.

Trata-se de discussão a respeito da competência da Justiça do Trabalho para julgar relação de trabalho, especificamente, a cobrança de honorários advocatícios.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, ampliou-se a competência desta Especializada, trazendo, ao âmbito trabalhista, o julgamento de causas envolvendo a cobrança de honorários advocatícios, nos termos do disposto no inciso IX do artigo 114 da Constituição Federal.

Cabe, primeiramente, distinguir a competência para apreciar ações decorrentes de relação de trabalho e de relação de consumo, fazendo-se a distinção entre consumidor e tomador de serviços.

Segundo Carlos Henrique Bezerra Leite, para definir consumidor, deve-se aplicar o artigo 2º do CDC, que o delimita como sendo "a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". Já o tomador de serviços, define o eminente jurista, "é a pessoa física ou jurídica que utiliza os serviços prestados por um trabalhador autônomo não como destinatário final, mas sim como intermediário. Afinal, a gênese do direito do trabalho e do direito processual do trabalho é a proteção do trabalhador, isto é, do prestador do serviço, e não do tomador do serviço, enquanto a gênese do direito das relações de consumo repousa sempre, na proteção do consumidor e nunca do prestador ou fornecedor de serviços."[1]

In casu, o reclamante comprovou que, durante quase 10 (dez) anos, prestou trabalho autônomo de natureza advocatícia na defesa dos interesses das reclamadas em várias lides trabalhistas, recebendo um valor fixo mensal a este título, sendo tratado como "assessor jurídico trabalhista" da primeira reclamada, conforme se verifica através da declaração de fl. 44, dos recibos de honorários (fls. 45 a 60 e 292 a 403), dos contratos de prestação de serviços firmados entre as partes (fls. 61 a 64) e das peças processuais onde o reclamante atuou em nome das reclamadas (fls. 70 a 206).

Quanto à Súmula n. 363 do C. STJ, não comungo com o entendimento nela consignado, por ser contrária ao que está previsto no artigo 114, inciso IX, da CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45/04.

Não pairam dúvidas, portanto, acerca da competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da presente ação, em razão da comprovada existência de relação de trabalho entre as partes, razão pela qual dou provimento ao apelo para reconhecer a competência material desta Justiça Especializada para julgar a presente ação, determinando a baixa dos autos ao MM. Juízo de origem para que aprecie o feito, como entender de direito.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso do reclamante e das contrarrazões da reclamada e dou-lhe provimento para declarar a competência material desta Justiça Especializada para julgar a presente ação, determinando a baixa dos autos ao MM. Juízo de origem para que aprecie o feito, como entender de direito. Custas, ao final, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO DO RECLAMANTE E DAS CONTRARRAZÕES DA RECLAMADA E EM DAR-LHE PROVIMENTO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA MATERIAL DESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA PARA JULGAR A PRESENTE AÇÃO, DETERMINANDO A BAIXA DOS AUTOS AO MM. JUÍZO DE ORIGEM PARA QUE APRECIE O FEITO, COMO ENTENDER DE DIREITO. CUSTAS, AO FINAL, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 10 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 14/08/2009)

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relatora.

---

[1] LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, 6 ed. São Paulo: LTr, p 220.

****

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AO DISTRIBUIDOR. INEXISTÊNCIA.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01736-2008-016-08-00-2
RELATORA: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES

RECORRENTE: **CERPA - CERVEJARIA DO PARÁ S A**
Doutor Alexandre Augusto Ferreira Meira

RECORRIDOS: **FRANCIMAR DOS SANTOS**
Doutora Glaucia Maria Cuesta Cavalcante Rocha
E
CERBEL DISTRIBUIDORA CENTRAL LTDA.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AO DISTRIBUIDOR. INEXISTÊNCIA. No contrato de distribuição de produtos, não há transferência de atividade acessória de uma empresa para outra, uma vez que inexiste a contratação de prestação de serviços, mas ato de comércio, isto é, o distribuidor adquire o bem do fabricante e revende-o a terceiros, correndo por sua conta e risco o proveito econômico do lucro obtido ou não nessa comercialização, não havendo, por conseguinte, qualquer benefício indireto da empresa fornecedora do produto. O distribuidor não recebe remuneração ou comissão do produtor; visa, tão somente, a colocação de seu produto no mercado consumidor. Logo, não se trata de terceirização de serviços, mas ato de comércio, já que aquela pressupõe a existência de um contrato de atividade.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Ordinário**, oriundos da Meritíssima Décima Sexta Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente e como recorrido, as acima citadas.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1. CONHECIMENTO

Conheço do recurso porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

2.2 MÉRITO
2.2.1 DA ILEGITIMIDADE PASSIVA

Alega a recorrente que nunca firmou contrato de prestação de serviços com a primeira reclamada, mas sim contrato de natureza mercantil para revenda dos produtos fabricados, pelo que requer sua exclusão da lide por inaplicabilidade da Súmula 331 do C. TST.

A recorrente confunde a legitimidade *ad causam*, condição da ação, com a responsabilidade subsidiária, matéria afeta ao mérito propriamente dito da ação.

Outrossim, com esteio na teoria da asserção o Juízo deve aferir na primeira narração dos fatos a legitimidade das partes. No presente caso o reclamante afirma que a recorrente era tomadora dos serviços por ele prestados, pelo que não há que se falar em ilegitimidade passiva da segunda reclamada.

2.2.2 DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Alega a recorrente ser inaplicável a disposição inserta no Enunciado nº 331 do C. TST porquanto não se trata de contrato de prestação de serviços com a primeira reclamada, mas sim contrato de natureza mercantil.

Argumenta que os atos de comércio praticados pela CERPA se limitam, exclusivamente, à venda de seus produtos industrializados diretamente para as distribuidoras que, por conta própria, revendem seus produtos.

Analiso.

Conforme consta nos autos, a recorrente firmou com a primeira reclamada contrato de revenda e distribuição de produtos fabricados pela CERPA.

Ora, o contrato de distribuição tem características próprias, que não se confunde com um contrato de prestação de serviços. Naquele, o distribuidor vende um bem de sua propriedade, adquirido do fabricante em uma determinada zona, e não realiza uma mera intermediação entre o fabricante ou fornecedor e o distribuidor final (como ocorre, por exemplo, na representação comercial). O contrato firmado é para comercialização de produtos, não havendo contratação específica de mão-de-obra.

As partes podem acordar a exclusividade do distribuidor ou seu direito de ser o único a comercializar o produto distribuído, o treinamento do pessoal de venda do distribuidor pelo fornecedor, enfim, o contrato de distribuição pode estipular uma série de condições para ambas as partes sem que isso retire a sua natureza de negócio comercial, empresarial ou atraia a responsabilidade do fabricante ou fornecedor dos produtos pelas obrigações trabalhistas do distribuidor.

Não se poderia considerar que, no caso em questão, houve transferência de atividade acessória de uma empresa para outra, pois no contrato de distribuição não há a contratação de prestação de serviços, mas ato de comércio, isto é, o distribuidor adquire o bem do fabricante e revende-o a terceiros, correndo por sua conta e risco o proveito econômico do lucro obtido ou não nessa comercialização, não havendo, por conseguinte, qualquer benefício indireto da empresa fornecedora do produto. O distribuidor não recebe remuneração ou comissão do produtor; visa, tão somente, a colocação de seu produto no mercado consumidor. Logo, não se trata de terceirização de serviços, mas ato de comércio, já que aquela pressupõe a existência de um contrato de atividade.

Como destaca RUBENS FERREIRA DE CASTRO "Haverá terceirização quando uma empresa oferecer por preço ajustado a execução de serviços, e não a comercialização de produtos" (Rubens Ferreira Castro. A Terceirização no Direito do Trabalho. São Paulo: Malheiros. 2000, p. 86).

Nesse sentido, vale citar a jurisprudência abaixo:

> "*CONTRATO DE COMPRA E VENDA MERCANTIL CELEBRADO COM A REVENDEDORA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO FABRICANTE. INEXISTÊNCIA. A prestação de serviços de venda ao consumidor final pelo Autor na primeira Ré, sua empregadora, não induz à ilação de que a atividade gera responsabilidade trabalhista à segunda Ré, fabricante dos produtos vendidos por aquela, sobretudo quando não há comprovação de ingerência sobre a atividade comercial da primeira, pois esta simplesmente adquiria os produtos*

da segunda empresa para posterior revenda, o que afasta a incidência da Súmula 331/TST. Admitir o contrário significaria promover a insegurança jurídica nas relações comerciais, pois a negociação de qualquer mercadoria sujeitaria o fabricante às relações trabalhistas do vendedor final do produto. Assim sendo, conquanto a responsabilidade subsidiária seja amplamente consagrada no Direito do Trabalho, tal não pode ser estendida, de forma açodada, aos casos em que o empregado não prestou serviços na empresa fabricante que mantém tão- somente relação comercial de compra e venda com a empresa que comercializa no varejo e atacado os bens outrora fabricados. (TRT 3ª Região, Proc. 00280-2007-013-03-00-0, Ac. 8ª Turma, Relator Márcio Ribeiro do Valle, DJMG 30/01/2008)"

Pelas razões acima, entendo que não há se falar em responsabilidade subsidiária do fabricante de bebidas quanto às obrigações trabalhistas do distribuidor, no contrato de distribuição.

Ficam prejudicadas as demais questões recursais.

Ante o exposto, conheço do recurso e, no mérito, dou-lhe provimento para, reformando a d. decisão recorrida, afastar a condenação subsidiária da segunda reclamada e julgar totalmente improcedente a ação em relação à CERPA, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, EM DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A D. DECISÃO RECORRIDA, AFASTAR A CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA SEGUNDA RECLAMADA E JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO EM RELAÇÃO À CERPA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 23 de setembro de 2009. (Publicado no DEJT em 02/10/2009)

GRAZIELA LEITE COLARES, Desembargadora Relatora.

****

CONTRATO DE EMPREGO. PROVA. INEXISTÊNCIA.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01717-2008-009-08-00-8
PROLATOR: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

RECORRENTE: **IZABEL CRISTINA DE OLIVEIRA**
Doutor Jorge Luiz Ribeiro Costa

RECORRIDOS: **RAIMUNDA ITAGUARINA MARTINS BOULHOSA**

LOURIVAL BOULHOSA
Doutor José Acreano Brasil

CONTRATO DE EMPREGO. PROVA. INEXISTÊNCIA. Provada a guarda judicial e a dependência econômica da reclamante e não provado o contrato de emprego, é inviável a declaração judicial de sua existência.

1 RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso ordinário, oriundos da MM. 9ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente, CRISTINA DE OLIVEIRA e, como recorridos, ITAGUARINA MARTINS BOULHOSA e LOURIVAL BOULHOSA.

OMISSIS.

É o relatório, conforme lido em sessão de julgamento pelo Excelentíssimo Relator.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conhece-se do recurso ordinário porque adequado, tempestivo (folhas 144 e 151), subscrito por advogado habilitado (folha 9) e dispensado de preparo recursal.

2.2 QUESTÃO PREJUDICIAL DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO

Inconformada com a sentença, a reclamante insiste na tese de que teria trabalhado como empregada doméstica para os reclamados por mais de 40 (quarenta) anos, pedindo o reconhecimento do seu contrato de emprego (folha 153-157).

Posta assim a matéria em debate, o primeiro aspecto a ser enfrentado diz respeito ao ônus da prova, o que remete para a necessidade de perquirir se o art. 333 do Código de Processo Civil tem aplicação subsidiária no processo trabalhista.

Reitera-se, a propósito, o que tem sustentado a respeito do tema.

Recusa-se, neste particular, a aplicação subsidiária do art. 333 do Código de Processo Civil, pois a existência de regra processual trabalhista específica, tal seja o art. 818 consolidado, impede a aplicação subsidiária da legislação processual civil.

Reconhece-se que, usualmente, esse versículo da lei adjetiva civil tem sido aplicado de forma conjugada ao art. 818 consolidado, inclusive no âmbito desta Egrégia Turma, sem maiores impugnações. Entretanto, fazendo uma reflexão mais ampla sobre o tema, este Relator terminou por acolher o magistério de Teixeira Filho[1] para quem *o art. 818, da CLT, desde que o intérprete saiba captar, com fidelidade, o seu verdadeiro conteúdo ontológico, deve ser o único dispositivo legal a ser invocado para resolver os problemas relacionados ao ônus da prova no processo do trabalho, vedando-se, desta forma, qualquer invocação supletiva do art. 333, do CPC, seja porque a CLT não é omissa, no particular, seja porque há manifesta incompatibilidade com o processo do trabalho*.

Não se trata, pois, de inverter o ônus da prova, mas de atribuir a cada um o que é seu (*suum cuique tribuere*), conforme a antiga máxima de Ulpiano e o disposto no art. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho.

E assim deve ser buscada e seguida a orientação, para fins de distribuição da carga da prova, exclusivamente no art. 818 consolidado que, ainda conforme a

---

[1] TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **A Prova no Processo do Trabalho**. 5ª edição revista e ampliada. São Paulo: LTr, 1989. p. 83.

lição de Teixeira Filho[2], *estabelece o critério objetivo e específico para a partição da carga da prova entre os litigantes* e *diz apenas (e é o quanto basta) que o ônus incumbirá à parte que* formular alegações*, sem distinguir entre serem* positivas *ou* negativas *tais alegações*. *Basta que se* alegue - prossegue a lição - *e aí estará o ônus, pouco importando de quem tenha sido a iniciativa*. (...) *Deste modo, sempre que o empregador expender uma alegação oposta à do empregado e capaz de eliminá-la (donde resulta o seu caráter* substitutivo*, em relação àquela), sobre ele recairá o ônus de demonstrar ser verdadeira, ainda que se trate de* negativa*; não se desincumbindo, satisfatoriamente, desse encargo probatório, presumir-se-á autêntica a que foi formulada pelo empregado, na medida em que a objeção que se lhe fez restou ineficaz para elidi-la.*

Antes de examinar se os reclamados desincumbiram-se do ônus a que estavam obrigados, faz-se ver que, com a promulgação da Constituição da República de 1988, o direito brasileiro reconhece a existência de três formas de trabalho remunerado: trabalho autônomo (profissões liberais inclusive), emprego e trabalho avulso.

Posteriormente, a legislação infraconstitucional reconheceu o trabalho voluntário e gratuito[3].

O trabalho autônomo é o exercido livremente, sem subordinação técnica ou hierárquica, sob remuneração, respeitadas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (art. 5º, XIII, da Constituição da República).

É sob esse conceito que os profissionais liberais, quando não empregados, exercem suas atividades, regidas pelo direito comum (direito civil).

O emprego é o trabalho remunerado, exercido com habitualidade, sob subordinação técnica e hierárquica, mediante contrato de emprego (art. 7º, I, da Constituição da República e art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho).

Trabalho avulso é aquele contratado e exercido com a intermediação de um sindicato de trabalhadores ou profissionais liberais.

O trabalhador avulso tem os mesmos direitos do trabalhador empregado (art. 8º, XXXIV, da Constituição da República), ressalvada, por óbvio, a contratação individual (contrato de emprego). É também regido pelo direito do trabalho.

Essa delimitação constitucional estrita acabou com modalidades genéricas de trabalho abrigadas sob denominações variadas - também genéricas e imprecisas - como, por exemplo, o trabalho dito eventual. No ordenamento jurídico atual, não tem aplicação formas arcaicas de contratação do trabalho, algumas das quais remontam ao Direito Romano, como a locação de serviços, prevista nos artigos 1216 a 1236 do Código Civil antes vigente, que, finalmente, foi excluída do Código Civil atualmente em vigor.

Neste caso concreto, tendo a reclamante alegado que manteve contrato de emprego com os reclamados e tendo sido aduzida, em contestação, a inexistência dos elementos caracterizadores da relação de emprego, era mesmo dos reclamados o ônus de provar ser verdadeira essa alegação substitutiva.

Ficou provado por meio de portaria do Juiz de Direito da Comarca de Ponta de Pedras que a reclamada tinha a guarda e exercia o pátrio poder sobre a reclamante (folhas 79 e 115) e que ela vivia sob dependência econômica do reclamado (folha 80).

A expressão doméstica (sic, folha 80), constante de documento datado de 13 de julho de 1952, não tem o sentido de empregada doméstica, mas sim de

---

2 TEIXEIRA FILHO, op. cit. p. 88-89.

3 Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

qualificação civil com que nesses já antigos tempos eram designadas as pessoas que não tinham ocupação outra que não as tarefas da casa - daí a expressão do lar ser sinônima - como era o caso da mãe da reclamante, também qualificada como doméstica em Portaria do Juiz de Direito da Comarca de Ponta de Pedras (folha 79). Esse documento, portanto, não prova a condição de empregada doméstica, mas apenas que a reclamante não tinha ocupação outra que não as tarefas do lar. Também por isso dividia as tarefas domésticas com a primeira reclamada (folha 142, verso), nisso não havendo confissão que favoreça à reclamante-recorrente.

Não houve malícia ou má-fé na defesa dos reclamados-recorridos onde nada sustentam em contrário a tal fato assim provado pelo documento judicial (folhas 50 e seguintes).

Acrescente-se ainda que a expressão *QUE MANDASSE IZABEL SUBIR*-lida em Boletim de Ocorrência Policial (folha 108) - não é prova de subordinação empregatícia, mas simples linguagem corrente usada por todos quantos autorizam que o porteiro de um prédio residencial permita que alguém suba ao apartamento de quem autoriza. Dessa expressão não pode ser deduzida a conclusão de que havia subordinação da reclamante à reclamada.

Em suma, o contrato de emprego doméstico não ficou provado e provada ficou a guarda judicial e dependência econômica da reclamante em relação aos reclamados.

Recusam-se as razões recursais (folhas 153-157) e acolhem-se as contrarrazões (folhas 163 a 164, verso) e os fundamentos da sentença recorrida (folhas 144-147), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Rejeita-se a questão prejudicial de existência de contrato de emprego.

2.3 PREQUESTIONAMENTO

Por todo o exposto, recusam-se as razões recursais (folhas 153-160) e acolhem-se as contrarrazões (folhas 163 a 164, verso) e os fundamentos da sentença recorrida (folhas 144-147), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração. Afirma-se, desde já, que não foram violados os artigos 5º, V e X, da Constituição da República de 1988 e 186 do Código Civil, além da Lei nº 5.859/72, desde já prequestionados, com mesmo declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Ante todo o exposto e em conclusão, conhece-se do recurso ordinário; rejeita-se a questão prejudicial de existência de contrato de emprego, mantida integralmente a sentença recorrida, inclusive quanto às custas processuais, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS JUÍZES TOGADOS DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; POR MAIORIA, FICANDO VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO RELATOR, EM REJEITAR A QUESTÃO PREJUDICIAL DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO, MANTIDA INTEGRALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. PROLATOU O ACÓRDÃO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ TOGADO DOUTOR JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 2 de setembro de 2009. (Publicado no DEJT em 15/09/2009)

JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Prolator.

****

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. INCIDÊNCIA.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 02590-2008-117-08-00-7
RELATORA: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES

RECORRENTE: **UNIÃO**
Doutor Mario Sergio Tostes

RECORRIDOS: **GONÇALO PEREIRA DA CUNHA**
Doutora Marileuda Costa Bezerra
E
CONSTRUCT-CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA.
Doutor Absolon Mateus de Souza Santos

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. INCIDÊNCIA. O aviso prévio indenizado passa a ter natureza salarial, fazendo parte do salário contribuição para fins de cálculo de recolhimento previdenciário, ante a alteração produzida pelo Decreto 6.727, de janeiro de 2009, que revogou a alínea "f", Decreto nº 3.048/99.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Ordinário**, oriundos da Meritíssima Segunda Vara do Trabalho de Marabá, em que são partes, como recorrente e recorridos, as acima destacadas.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

2.2 MÉRITO

2.2.1 DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Conforme relatório supratranscrito, a União requer a reforma da r. decisão homologatória de conciliação a qual excluiu a parcela do aviso prévio indenizado da base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias.

Analiso.

Com efeito, já tenho firmado meu posicionamento no sentido de que a verba de aviso prévio indenizado tem natureza indenizatória, não fazendo parte, por isso do salário contribuição para fins de cálculo de recolhimentos previdenciário.

Em muitas outras ações esta magistrada manifestou-se pela natureza indenizatória da parcela de aviso prévio não trabalhado, baseando-se não só no disposto no art. 214, § 9º, inciso V, alínea "f", do Decreto 3.048/99, bem como a Instrução Normativa MPS/SRP nº 003, de 14 de julho de 2005, em seu art. 72, inciso VI, alínea "f", como também em reiteradas decisões deste Egrégio Regional, as quais em síntese, assim se manifestavam:

> "*CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. NÃO INCIDÊNCIA. O artigo 195, I, "a", da Constituição da República determina ser a folha de salários a base de incidência da contribuição previdenciária quando existe o vínculo de emprego. O aviso prévio indenizado não possui natureza de salário ou mesmo remuneração. Visa a compensar o empregado com o pagamento equivalente ao salário que receberia, se cumprisse o aviso prévio trabalhando. Não constitui, portanto, contraprestação de serviços. O legislador ordinário (Lei 8.212/91, com a redação da Lei 9.528/97) não pode, a seu alvedrio, modificar a natureza de uma verba convertendo-a de indenizatória para salarial.*" *(ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00183-2005-001-08-00-9, Prolatora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR, julgado em 21 de setembro de 2005)".*
>
> "*CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. NÃO INCIDÊNCIA. O aviso prévio tem natureza remuneratória ou indenizatória de acordo com cada caso concreto. Quando trabalhado, sua natureza é remuneratória, porque pago em retribuição ao trabalho, porém converte-se em indenização quando não é trabalhado, hipótese em que não integra a base de incidência das contribuições para a Previdência Social, por força da própria legislação previdenciária reguladora (art. 28, I, da Lei nº 8.212/91 e art. 214, § 9º, V, "f", do Decreto nº 3.048/99). (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 01542-2005-001-08-00-1, Relatora ALDA MARIA DE PINHO COUTO, julgado em 15 de fevereiro de 2006).*

Ocorre que, posteriormente, foi editado o Decreto nº 6.727 de 12 de janeiro de 2009, que expressamente revogou a alínea "f" do inciso V do § 9º do art. 214 do Decreto nº 3.048/99 - Regulamento da Previdência Social, retirando o aviso prévio indenizado do rol das verbas que não integram o salário contribuição.

Diante do dispositivo normativo supracitado, o qual deixa de proibir a aplicação de incidência de contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, pensar diferente seria afrontar o disposto no artigo 195, I, "a", da Constituição Federal na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que determina a incidência de contribuição previdenciária sobre *a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício,* pelo que reformo a decisão.

2.2.2 DA NECESSÁRIA PROPORCIONALIDADE DO PACTUADO COM OS PLEITOS DA EXORDIAL

Irresignada, a União requer a reforma da decisão para que seja observada a proporcionalidade do acordo com os pedidos da inicial.

Sem razão.

Na inicial, do total pleiteado de R$-20.509,26, correspondia a título de parcelas remuneratórias, o importe de R$-11.373,54, aí incluídos o aviso prévio indenizado,

saldo de salário, 13º salário integral e proporcional, férias proporcionais mais 1/3, horas extras e RSR. O restante de R$-9.135,72 corresponde as parcelas de natureza indenizatória.

Assim, o Juízo Primário, ao homologar o acordo firmado entre as partes, às fls. 29/30 no montante de R$-3.500,00, dispôs que o valor de R$-1.833,40 do acordo refere-se às parcelas de natureza remuneratória e sobre este determinou a incidência da contribuição previdenciária, sendo o restante, de R$-1.666,60 correspondente as parcelas de natureza indenizatória, atendendo satisfatoriamente a proporcionalidade do pedido na inicial.

Nos termos do art. 43 da Lei n. 8.212/91, somente a omissão das partes de indicar as verbas integrantes do acordo e suas respectivas naturezas jurídicas impõe a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor total do acordo, hipótese não configurada nos autos já que é lícito e permitido às partes deliberarem acerca do valor, desde que haja correlação de equilíbrio e proporcionalidade com os pedidos da inicial, o que no meu entender restou plenamente observado.

Nesse sentido, vale citar a jurisprudência abaixo:

> ACORDO JUDICIAL HOMOLOGADO ANTES DA SENTENÇA. NATUREZA JURÍDICA DOS TÍTULOS TRANSACIONADOS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARCELAS SOMENTE DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. POSSIBILIDADE. O acordo judicial encerra as controvérsias, põe fim à lide e, se não há coisa julgada, as partes possuem autonomia para a conciliação quanto aos valores e a natureza jurídica das verbas transacionadas. Restando discriminadas as verbas objeto do acordo, como de natureza indenizatória, indevidas as contribuições previdenciárias." (TRT 23a R. RO 02549.2006.036.23.00-7. Relator: Desembargador Osmair Couto. DJE/TRT23: 292/2007 - Publicação: 7/8/2007).

Assim sendo, nada a reformar

Ante o exposto, conheço do recurso da União e, no mérito, dou-lhe parcial provimento para, reformando a r. decisão recorrida, determinar a inclusão da parcela de aviso prévio indenizado na base de cálculo de incidência das contribuições previdenciárias, de modo que o valor total a ser recolhido ao INSS será de R$-620,00, calculado sobre o salário contribuição acrescido da parcela proporcional de aviso prévio indenizado, R$ 2.000,00, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, DETERMINANDO A INCLUSÃO DA PARCELA DE AVISO PRÉVIO INDENIZADO NA BASE DE CÁLCULO PARA INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, DE MODO QUE O VALOR TOTAL A SER RECOLHIDO AO INSS SEJA DE R$-620,00, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 18/09/2009)

GRAZIELA LEITE COLARES, Desembargadora Relatora.

****

DANO CAUSADO PELO TRABALHADOR. INDENIZAÇÃO POSTULADA PELO EMPREGADOR EM AÇÃO DE COBRANÇA.

ACÓRDÃO TRT/2ª T./RO 00941-2007-003-08-00-3
RELATOR: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

RECORRENTE: **MILTON SENA DE LIMA**
Advogado(s): Drª. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen e outras

RECORRIDO: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
Advogado(s): Dr. Leonardo de Oliveira Linhares e outros

DANO CAUSADO PELO TRABALHADOR. INDENIZAÇÃO POSTULADA PELO EMPREGADOR EM AÇÃO DE COBRANÇA. Se a prova dos autos revela a ação ou omissão do agente, o nexo de causalidade, a existência de dano e o dolo ou a culpa, deve ser reconhecida a responsabilidade do trabalhador, do que resulta na sua condenação ao ressarcimento dos prejuízos causados ao empregador, a título de indenização por dano material, em face do disposto no art. 462, § 1º, da CLT, que autoriza inclusive o desconto no salário.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da MM. 3ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente, **MILTON SENA DE LIMA,** e, como recorrido, **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Do conhecimento

Preliminarmente, não conheço do recurso, porque deserto, considerando que o recorrente foi condenado, em ação de cobrança ajuizada por seu ex-empregador, a título de reparação por dano material, na quantia de R$-86.835,02, e não efetuou o depósito recursal, relativo à condenação, embora isento do pagamento das custas.

A propósito, na data de hoje esta E. Turma decidiu, por maioria de votos, adotar tese idêntica, quanto à inadmissibilidade do apelo, no julgamento do **Processo TRT/2ª T./AG/AI 01037-2008-012-08-01-0**, que são partes **NBN CORRETORA DE SEGUROS S/S LTDA**, agravante, e **CHARLES GONÇALVES DA SILVA**, agravado, conforme se vê da ementa do Acórdão, de que fui prolator, adiante transcrita:

DEPÓSITO RECURSAL. TRABALHADOR. CONDENAÇÃO. EXIGÊNCIA. DESERÇÃO.

I - No processo trabalhista, o depósito recursal "não tem natureza jurídica de taxa de recurso, mas de garantia do juízo recursal, que pressupõe decisão condenatória ou executória de obrigação de pagamento em pecúnia, com valor líquido ou arbitrado". Inteligência do art. 899, § 1º, da CLT, c/c o art. 8º, da Lei nº 8.542, de 23.12.1992 (Instrução Normativa nº 3/1993, do C. TST).

II - Em caso condenação em pecúnia, exige-se, em regra, tanto da empresa quanto do trabalhador, se condenado, a realização do depósito recursal, sob pena de deserção do apelo.
III - O depósito recursal não se confunde com as custas processuais (art. 789, da CLT).

Na hipótese dos autos, embora o recorrente, ex-empregado da Caixa Econômica Federal, demandado na ação de cobrança, tenha sido contemplado com o benefício da justiça gratuita, na r. sentença recorrida, impõe-se distinguir o depósito recursal, relativo à condenação, das custas processuais.

A isenção do pagamento das custas não alcança, por si só, a dispensa do depósito do valor da condenação.

De fato, o **item X da Instrução Normativa nº 3/1993, do C. TST**, que interpreta o art. 8º da Lei nº 8542, de 23.12.92, que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho, estabelece que "não é exigido depósito recursal, em qualquer fase do processo ou grau de jurisdição, dos entes de direito público externo e das pessoas de direito público contempladas no Decreto-Lei nº 779, de 21.8.1969, bem assim da massa falida, da herança jacente e da parte que, **comprovando insuficiência de recursos, receber assistência judiciária integral e gratuita do Estado (art. 5º, LXXIV, CF)**".

Ora, o recorrente não só não comprova a insuficiência de recursos, como também não obteve assistência judiciária integral e gratuita do **Estado**, pois não se encontra assistido de Defensor Público, mas de ilustre advogada particular.

Todavia, no presente processo, a E. Turma, por decisão majoritária, entendeu que o recurso merece ser admitido, considerando que a r. sentença concedeu ao recorrente "os benefícios da justiça gratuita".

Ultrapassada a questão *preliminar* do conhecimento do recurso, passo ao exame das demais questões.

Do mérito

Trata-se de Ação de Reparação de Dano Material proposta pela Caixa Econômica Federal contra seu ex-empregado.

Insurge-se, o demandado, em face da r. sentença de 1º Grau que julgou procedente, em parte, a ação de cobrança ajuizada por Caixa Econômica Federal contra Milton Sena de Lima, para condenar o réu a pagar à empresa demandante a importância de R$-86.835,02, a título de reparação de dano material.

Assevera não existir prova quanto à existência dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil do demandado, bem como alega ser ilegal a cobrança por ser débito inexigível.

Argumenta que "*não restou configurada a responsabilidade por dano material, posto que ao contrário do analisado na r. sentença ora recorrida, não se fez presente o necessário concurso dos requisitos: ação ou omissão por parte do agente, ocorrência de efetivo prejuízo e dolo ou culpa do agente, sendo ainda que restaram provados a inexistência destes pressupostos, portanto indevida é a obrigação reparatória*" (fl. 482-verso).

Sustenta que "*restaram improcedentes as acusações do banco reclamado, bem como indevida a cobrança de valores decorrentes de suposta apropriação indevida de recursos do banco, um dos motivos citados dado como causa de sua demissão por justa causa"* (fl. 483).

Enfatiza que "*o reclamado em momento algum extrapolou a autonomia que lhe foi dada, e nem ausentou-se de sua responsabilidade e muito menos causou*

prejuízos ao empregador. É sabido que o próprio contrato de trabalho contém cláusula pela qual o empregado autoriza o desconto na remuneração mensal de valores correspondentes aos prejuízos causados, porém o reclamante não extrapolou os limites de sua autonomia funcional e nem agiu de má-fé para, deliberadamente, causar prejuízos à reclamada, isto não restou provado nos autos" (fl. 483).

Salienta que "*não caracterizada a culpa ou mesmo o dolo do reclamado ora recorrente pelos prejuízos causados ao banco reclamante ora recorrido, é improcedente o pedido de condenação do empregado reclamado ao pagamento da importância apurada pelo banco reclamante como desaparecida no processo administrativo disciplinar, pelo que se requer a reforma do* r. decisum, *pela improcedência do pedido em conseqüência a nulidade do processo administrativo"* (fl. 483-verso).

Aduz que "*em que pese o direito do empregador a resilição contratual, esse não pode agir com abuso de direito como fez com o ora recorrente aplicando-lhe a pena máxima de demissão por justa causa, sob pena de agredir o destino econômico e social a ele atribuído. Havendo utilização dissimulada de um suposto direito subjetivo de resilição com o objetivo de ocultar um execrável ato de discriminação ou qualquer outra lesão a direito fundamental do empregado-cidadão, deverá ser considerado abusivo"* (fl. 483-verso).

Examinemos a matéria.

A comissão instituída pela Portaria nº 030/2003, da Gerência de Filial de Retaguarda, para apurar a irregularidade no abastecimento de numerário nos terminais de auto-atendimento do PV 1882 e movimentação na conta 1882.013.60.000.002-9, no valor total de R$-57.769,46, cujo Relatório de Apuração Sumária nº 030/2003-GIRET/BE, às fls. 258/263 dos autos, concluiu:

> "7 CONCLUSÃO:
>
> 7. Foi observado por esta comissão através de levantamento dos fatos e análise dos depoimentos e documentos que:
>
> 7.1.1 Há indícios que o suprimento de numerário dos CASH nem sempre condizia com as quantidades e valores informados pelo tesoureiro, conforme relatado no subitem 6.1.2.
>
> 7.1.2 A simulação efetuada pelo empregado Milton, produzindo o aparecimento repentino de 10 (dez) lotes de R$-50,00 não cintados evidencia a tentativa de confundir os membros da comissão do dia 22/08/2003, que acreditaram naquele instante terem localizado grande parte da diferença dos CASH.
>
> 7.1.2.1 O depoimento do Gerente Geral Hugo Ernani, fls. 53 a 54 afirma que esse lote não estava no cofre da tesouraria no dia 21/08/2003 o que é comprovado pelo depoimento do próprio empregado Milton, onde confirma que o dinheiro era proveniente de parte do suprimento recebido na manhã do dia 22/08/2003, fls. 55 a 57.
>
> Entendemos que a guia de retirada confeccionada fraudulentamente pelo tesoureiro Milton para cobrir a diferença de numerário que estava sob seu controle na tesouraria da RETPV Icoaraci, evidencia mais outro ardil para dissimular a diferença.
>
> 7.1.5 A afirmação inicial do tesoureiro quando informou sobre o pagamento da guia de retirada reforça sua simulação em tentar acobertar a falta de numerário.
>
> 7.1.6 Não é aceitável que o empregado, com anos de

> experiência na função de caixa executivo e posteriormente na função de tesoureiro de retaguarda, não se apercebesse da grande divergência entre as quantidades de cédulas informadas nos ATM e a visualização dessas quantidades nos cassetes dos mesmos, visto que supria diariamente os terminais.
>
> 7.1.6.1 O SIMAS - Sistema de Monitoração e Abastecimento de Salas, dispunha de informações para o acompanhamento on-line do desempenho operacional desses equipamentos, possibilitando a identificação de divergências entre o saldo lógico e o saldo físico.
>
> 7.2 Não houve cumprimento dos seguintes normativos:
>
> 7.2.1 MN TE 108, subitem 3.41.1 quando deixou de realizar os balanços mensais de verificação de numerário dos ATM, no mês de julho, período em que substituiu o Supervisor de Retaguarda.
>
> 7.2.2 MN RH 053, subitem 11.2.1.22 'escriturar voluntariamente com inexatidão documentos e outros papéis ou informações incorretamente'.
>
> 7.3 Há fortes indícios de prática dolosa por parte do empregado Milton Sena de Lima, conforme considerações reportadas no item 7.1 do citado relatório.
>
> 7.4 Há responsabilidade civil para o empregado Milton no montante de R$-57.769,46, correspondente a diferença de numerário dos CASH no valor de R$-55.401,76 acrescido da diferença de R$-2.367,70 detectada no final do dia 22/08/2003 quando do fechamento do terminal de Caixa do empregado em questão, onde constatou-se uma guia de recolhimento autenticada em duplicidade, conforme comprovante fl. 45.
>
> 7.5 Motivado pelos fortes indícios de ilicitude dos atos praticados pelo empregado Milton Sena de Lima, esta comissão conclui pelo enquadramento do mesmo no MN RH 053.01, item 11.3.1.3 'crime praticado no exercício ou em decorrência do cargo ou função' e 11.2.1.2 'valer-se do cargo ou função para tirar proveito pessoal' (fls. 261/262)."

O Conselho Disciplinar da Matriz, através da Resolução nº 08/2004, decidiu aplicar a penalidade disciplinar de rescisão do contrato de trabalho por justa causa do empregado Milton Sena de Lima (fl. 289).

Foi instaurado inquérito policial, sob o nº 046/2005-SR/DPF/PA, pela Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal no Pará, conforme informam os termos do Ofício nº 276/2005-NUCART/SR/DPF/PA (fl. 317).

O Ministério Público Federal, após o recebimento dos autos do inquérito policial nº 046/2005-SR/DPF/PA, ingressou com ação penal pública contra o ora reclamado, Milton Sena de Lima, cujo processo tomou o nº 2007.39.00.001340-8, distribuído à 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará, que se encontra na fase de inquirição de testemunhas.

Passo à análise das provas orais.

O preposto da demandante, ao depor, declarou:

> "que a depoente trabalha na reclamada onde exerce a função de supervisora da área de compensação; que a depoente presta serviço a empresa desde abril de 1979; que quando ocorreram os fatos relatados na inicial, o demandado trabalhava na agência

da empresa localizada em Icoaraci; que a época o demandado exercia o cargo de tesoureiro na agência em referencia; que a depoente não trabalhou no local em destaque; que o demandado era responsável pelo abastecimento de numerário nos caixas da agência, inclusive de auto atendimento, esclarecendo a depoente que por norma interna da empresa são feitos dois balanços, sendo que 01 no ultimo dia do final do mês e outro denominado de incerto; que em data que a depoente não recorda o gerente geral da agência de Icoaraci Sr. Hugo Barros, resolveu fazer um balanço incerto, quando foi verificado a falta de aproximadamente R$-50.000,00, dos caixas de auto atendimento; que o Sr. Hugo acionou a superiora hierárquica do demandado, noticiando o fato acima citado, pessoa que por sua vez comunicou a ocorrência a agência matriz em Belém que mandou para o local 03 funcionários visando a reconferência do numerário; que após esse procedimento foi constatado efetivamente que havia a falta de aproximadamente R$-50.000,00, acrescentando ainda a depoente que a conferência alcançou também a bateria de caixas e o cofre da agência; que após esse fato foi instaurado processo administrativo para apurar responsabilidade; neste momento esclarece a depoente que funciona como preposta em razão de ter presidido a comissão que apurou o fato acima citado; que o demandado justificou que os equipamentos estavam com defeito, ou seja, liberando cédulas a mais dom que os saques feitos pelos clientes, gerando a ocorrência em questão; que a movimentação de numerário ocorre mediante registro na fita do caixa com confrontação com documentos bancários, sendo ainda registrado essa movimentação em relatório; que a comissão que foi fazer a recontagem do numerário constatou o registro na fita do caixa operado pelo demandado da importância de R$-50.000,00, sem apresentação da guia de retirada; que questionado acerca do fato o demandado informou que um cliente havia comparecido a agência pela parte da manhã e feito o saque da importância em referencia, acrescentando não ter maiores lembranças acerca do ocorrido; que foi feito o lançamento do valor em destaque a debito na conta de um cliente que não freqüentava a agência a bastante tempo; que o procedimento em questão foi implementado pelo demandado na data em que foi feita a recontagem do numerário, esclarecendo ainda a depoente que é norma da empresa no sentido de que saques em valores superiores a R$-5.000,00, necessita de previa previsão, o que não ocorreu na situação acima narrada; que o demandado posteriormente admitiu que a guia era forjada e que o cliente não esteve na agência objetivando o procedimento acobertar a falta de numerário nos caixas de atendimento; que o procedimento acima citado foi feito depois que a agência matriz foi acionada em razão da constatação da falta de numerário; que apenas o demandado era responsável pelo abastecimento dos caixas, não havendo ouro funcionário nessa área. **A PATRONA DO DEMANDADO, respondeu:** que pode ocorrer em tese de haver diferença no caixa de natureza contábil e não financeira,

que todavia não ocorreu em face do demandado, na situação acima narrada; que a diferença contábil pode ocorrer por exemplo quando o cliente faz saque no caixa de uma importância de R$-5.000,00 e o funcionário processa como depósito de igual valor, gerando assim uma diferença de R$-10.000,00, acrescentando ainda a depoente que no caso do demandado foi feita a confrontação de fita do caixa com documentos bancários; que duplicidade de autenticação também pode gerar diferença de dinheiro no caixa; que o próprio demandado fazia o abastecimento dos caixas de auto atendimento; que atualmente uma empresa terceirizada implementa o procedimento acima citado que a época era de responsabilidade do tesoureiro em face de todas as agências; que a parte operacional do procedimento ou seja a colocação de dinheiro no caixa de auto atendimento era feito pelo tesoureiro; que no procedimento administrativo foi tomado o depoimento do demandado; que nessa ocasião foi permitida ao demandado a apresentação de provas; que o fato em questão foi formalizado em documento; que também foi permitido ao demandado a apresentação de testemunhas pelo demandado; que foi franqueado ao demandado a oportunidade de acompanhar os depoimentos do procedimento administrativo, mas não compareceu, ressaltando ainda a depoente que o mesmo teve acesso aos autos; que a depoente não recorda se foi comunicado formalmente ao demandado local, data e hora da oitiva das testemunhas; que após a conclusão do procedimento acima citado, os autos foram encaminhados para o departamento jurídico para análise para adequação aos normativos da empresa, sendo aberto novo prazo para defesa do demandado; que salvo engano a decisão pela demissão do demandado foi tomada em Brasília; que a depoente não sabe dizer se após passar pelo setor jurídico da empresa em Belém, o processo foi encaminhado diretamente a Brasília; neste momento esclarece a depoente que a unidade da empresa em Belém esta vinculada a setor de auditoria que a CEF mantém em Fortaleza, de sorte que o processo do demandado também tramitou nesse setor da empresa; que na fase da auditoria não há possibilidade de apresentação de defesa, eis que o procedimento esta circunscrito a questão técnica; que após a decisão pela demissão por justa causa o trabalhador tem a possibilidade tem a oportunidade de recorrer administrativamente a instância superior da empresa; que o procedimento em questão ocorre já estando o recorrente afastado; que foi concluído no procedimento administrativo que o demandado se apropriou de valores; que não chegou a ser verificado o destino do numerário subtraído pelo demandado, acrescentando a depoente que o dinheiro simplesmente sumiu" (fls. 418/420).

O demandado, em depoimento, disse:

"que o depoente trabalhava como tesoureiro na agência da empresa localizada em Icoaraci: que o depoente no local era o responsável pelo abastecimento dos caixas, inclusive os de auto atendimento; que o depoente era o responsável

pela operacionalização do procedimento em destaque, ou seja pessoalmente abastecia os caixas; que outro funcionário da empresa fazia o procedimento em questão apenas quando substituía o depoente; que há normativo da empresa no sentido de que deveriam ser feito 02 balanços nos caixas da agência, inclusive os de auto atendimento, 01 ordinário e outro extraordinário ou incerto; que o gerente geral da agência na época era o Sr. Hugo; que o Sr. Hugo fazia balanço dos caixas apenas da bateria de caixas, não implementando o procedimento com relação aos caixas de auto atendimento, tanto no que diz respeito ao balanço ordinário ou o extraordinário; que por ordem da superintendência salvo engano foram feitos balanços nos caixas de auto atendimento em todas as agência da CEF, em Belém, inclusive em Icoaraci; que quando ocorreu esse fato na agência onde trabalhava o depoente foi constatada a diferença de numerário entre R$-50.000,00 e R$-55.000,00; que quando foi feito o balanço do auto atendimento idêntico procedimento ocorreu em face da bateria de caixas, ressaltando o depoente quanto a esta nunca foi constada a diferença; que a superintendência local da CEF, enviou equipe a agência de Icoaraci para fazer a recontagem de numerário, tendo sido confirmada a falta de valores conforme acima apontado; que quando a equipe esteve na agência de Icoaraci foi feita autenticação indevida no caixa do depoente de valor na ordem de R$-50.000,00 ou R$-55.000,00, posteriormente estornado; que o depoente pressionado pelo gerente da agência que o apontou verbalmente de ser o responsável pela diferença encontrada, implementou o procedimento acima citado para justificar a falta do numerário; que o depoente adotou a providencia antes citada antes da chegada da equipe encaminhada pela matriz para fazer a reconferência; que o depoente reconheceu em face da equipe em questão o erro acima mencionado; que o depoente acredita que a diferença em questão foi gerada em razão do grande volume de trabalho na agência, motivando reabastecimento dos caixas sem fazer a devida conferencia com relação a correção dos valores; que o procedimento de reabastecimento é registrado documentalmente, tanto no que diz respeito ao dinheiro que sai da tesouraria como do que esta entrando nos caixas tanto da bateria como dos caixas de auto atendimento; neste momento esclarece o depoente que também motivou essa diferença problemas mecânicos nos caixas de auto atendimento, ou seja a disponibilização de valores superiores aos solicitados pelos clientes, ressaltando o depoente ser comum o fato na medida em que a empresa PROCOMP, que fazia a manutenção dos equipamentos toda semana estava no local; que era feito ocorrência formal quanto ao problema em questão a justificar o chamado da PROCOMP; esclarece ainda neste momento o depoente que também havia a época muitas fraudes no que diz respeito a clonagem de cartões e saques de importância, inclusive com quebra das câmeras de vídeo dos terminais de auto atendimento. **AO**

PATRONO DA DEMANDANTE, respondeu: que o tesoureiro tinha por atribuição verificação diária quanto a consistência dos terminais de auto atendimento, ressaltando o depoente que não adotava esse procedimento em razão do volume de trabalho, conforme já frisado, fazendo, unicamente o reabastecimento dos terminais de auto atendimento; que o depoente utilizou a conta de um cliente de forma aleatória para fazer a autenticação ao norte citada, objetivando justificar a diferença encontrada e que posteriormente foi estornado; que se o cliente fizesse a verificação de seu saldo na ocasião, constaria a movimentação indevida, o que todavia não ocorreu porque o procedimento em questão foi revertido no mesmo dia através de estorno; que o depoente não ingressou com recurso administrativo contra a empresa, quando cientificado da decisão patronal no sentido de sua demissão por justa causa; que o depoente reconhece os documentos de fls. 292/295, esclarecendo que não compreendeu corretamente a indagação anterior, na medida em que o mesmo diz respeito a recurso administrativo que interpôs após a decisão patronal pela dispensa por justa causa; que o depoente foi efetivamente desligado da empresa depois do julgamento do recurso administrativo; que o depoente foi avisado previamente sobre a oitiva de testemunhas no processo administrativo; neste momento esclarece o depoente que na verdade a empresa não lhe informou que seriam ouvidas pessoa como testemunhas no processo administrativo; que a defesa e o recurso administrativo apresentados pelo depoente foram apresentados em Belém; neste momento esclarece o depoente que foi feito um registro contábil referente a diferença encontrada para possibilitar o fechamento da contabilidade, embora mantida a pendência em aberto, sendo que no decorrer da apuração interna veio ao conhecimento do depoente a autenticação em duplicidade em seu caixa de importância no valor de dois mil e poucos reais, não sabendo dizer o que motivou o fatos, ressaltando ainda que o fato em questão foi constatado após ter feito a entrega da tesouraria" (fls. 420/422) (grifos nossos).

Creio estar evidenciado, nos autos, a culpa do reclamado quanto ao prejuízo causado à demandante, no valor de R$-57.769,46, a ensejar o direito ao ressarcimento por dano material.

A responsabilização civil e a obrigação de indenizar está prevista no art. 927, do Código Civil, segundo o qual "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Para a responsabilização civil do demandado, mister estarem presentes os requisitos necessários à configuração do dano material, quais sejam, ação ou omissão do agente, nexo de causalidade, existência de dano e dolo ou culpa do agente.

A responsabilidade do empregado, por dano causado ao empregador, autoriza até o desconto no salário e, portanto, o ressarcimento questionado, conforme o art. 462, § 1º, da CLT.

In casu, entendo estarem presentes todos os requisitos a ensejar o dano material. A uma, porque está configurada a ação e/ou omissão do demandado no evento danoso (seja pela ação de forjar documentos a fim de dissimular a diferença a menor encontrada nos caixas de auto-atendimento, seja pela omissão em não conferir

eventuais inconsistências entre os valores existentes nos caixas de auto-atendimento). A duas, porque há nexo causal entre a conduta do demandado e o dano sofrido pela demandante. A três, porque está provada a existência do dano material sofrido pelo banco reclamante.

Por isso, reporto-me aos fundamentos da r. decisão do MM. Juízo de 1º Grau, que adoto, em princípio, como razões de decidir, cujos trechos peço vênia para transcrever, *in verbis*:

> "DANO MATERIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÇÃO.
>
> O festejado Prof. SILVIO RODRIGUES aponta os pressupostos da responsabilidade aquiliana - norte legislativo/ doutrinário utilizado como parâmetro para exame de pedido de pagamento de indenização por dano material - como sendo: ação ou omissão do agente; relação de causalidade; existência de dano; e, dolo ou culpa do agente. Arremata, em seguida, que 'inocorrendo um destes pressupostos não aparece, regra geral, o dever de indenizar.'. Adiante, define cada um dos pressupostos acima alinhados, nos seguintes termos: 'A) Ação ou omissão do agente. - O ato ilícito pode advir não só de uma ação, mas também de omissão do agente. Em todo o caso decorre sempre de uma sua atitude, quer ativa, quer passiva, e que vai causar dano a terceiro. (...) A atitude ativa consiste em geral no ato doloso ou imprudente, enquanto a passiva, via de regra se retrata através da negligência; B) Relação de causalidade. - Mister se faz que, entre o comportamento do agente e o dano causado, se demonstre relação de causalidade. É possível que tenha havido ato ilícito e tenha havido dano, sem que um seja a causa do outro; C) Existência de dano. O terceiro elemento caracterizador da responsabilidade consiste na existência do dano. Em rigor, se alguém atua culposa ou dolosamente, mas não infringe a norma legal nem causa dano a terceiros, seu ato não gera qualquer conseqüência, pois a questão da responsabilidade civil só se apresenta em termos de indenização e esta só é possível se ocorrer prejuízo; D) Dolo ou culpa do agente. Finalmente, para emergir a responsabilidade civil, é necessário que o agente do dano tenha agido dolosa ou culposamente. Age com dolo aquele que, intencionalmente, procura causar dano a outrem; ou ainda aquele que, consciente das conseqüências funestas de seu ato, assume o risco de provocar o evento danoso. Atua culposamente aquele que causa prejuízo a terceiro em virtude de sua imprudência, imperícia ou negligência. Aqui existe infração ao dever preexistente de atuar com prudência e diligência na vida social.' (itálico do original) (**In** Direito Civil, 18ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 1988, 1º Volume, pag. 325/329).
>
> No caso vertente, em depoimento pessoal, disse o demandado que '... trabalhava como tesoureiro na agência da empresa localizada em Icoaraci: que o depoente no local era o responsável pelo abastecimento dos caixas, inclusive os de auto atendimento; que o depoente era o responsável pela operacionalização do procedimento em destaque, ou seja pessoalmente abastecia os caixas; que outro funcionário da empresa fazia o procedimento

em questão apenas quando substituía o depoente; que há normativo da empresa no sentido de que deveriam ser feito 02 balanços nos caixas da agência, inclusive os de auto atendimento, 01 ordinário e outro extraordinário ou incerto; que o gerente geral da agência na época era o Sr. Hugo; que o Sr. Hugo fazia balanço dos caixas apenas da bateria de caixas, não implementando o procedimento com relação aos caixas de auto atendimento, tanto no que diz respeito ao balanço ordinário ou o extraordinário; que por ordem da superintendência salvo engano foram feitos balanços nos caixas de auto atendimento em todas as agência da CEF, em Belém, inclusive em Icoaraci; que quando ocorreu esse fato na agência onde trabalhava o depoente foi constatada a diferença de numerário entre R$-50.000,00 e R$-55.000,00; que quando foi feito o balanço do auto atendimento idêntico procedimento ocorreu em face da bateria de caixas, ressaltando o depoente quanto a esta nunca foi constada a diferença; que a superintendência local da CEF, enviou equipe a agência de Icoaraci para fazer a recontagem de numerário, tendo sido confirmada a falta de valores conforme acima apontado; que quando a equipe esteve na agência de Icoaraci foi feita autenticação indevida no caixa do depoente de valor na ordem de R$-50.000,00 ou R$-55.000,00, posteriormente estornado; que o depoente pressionado pelo gerente da agência que o apontou verbalmente de ser o responsável pela diferença encontrada, implementou o procedimento acima citado para justificar a falta do numerário; que o depoente adotou a providencia antes citada antes da chegada da equipe encaminhada pela matriz para fazer a reconferencia; que o depoente reconheceu em face da equipe em questão o erro acima mencionado; que o depoente acredita que a diferença em questão foi gerada em razão do grande volume de trabalho na agência, motivando reabastecimento dos caixas sem fazer a devida conferencia com relação a correção dos valores; que o procedimento de reabastecimento é registrado documentalmente, tanto no que diz respeito ao dinheiro que sai da tesouraria como do que esta entrando nos caixas tanto da bateria como dos caixas de auto atendimento; neste momento esclarece o depoente que também motivou essa diferença problemas mecânicos nos caixas de auto atendimento, ou seja a disponibilização de valores superiores aos solicitados pelos clientes, ressaltando o depoente ser comum o fato na medida em que a empresa PROCOMP, que fazia a manutenção dos equipamentos toda semana estava no local; que era feito ocorrência formal quanto ao problema em questão a justificar o chamado da PROCOMP; esclarece ainda neste momento o depoente que também havia a época muitas fraudes no que diz respeito a clonagem de cartões e saques de importância, inclusive com quebra das câmeras de vídeo dos terminais de auto atendimento. ... que o tesoureiro tinha por atribuição verificação diária quanto a consistência dos terminais de auto atendimento, ressaltando o depoente que não adotava esse procedimento em razão do volume de trabalho,

conforme já frisado, fazendo, unicamente o reabastecimento dos terminais de auto atendimento; que o depoente utilizou a conta de um cliente de forma aleatória para fazer a autenticação ao norte citada, objetivando justificar a diferença encontrada e que posteriormente foi estornado; que se o cliente fizesse a verificação de seu saldo na ocasião, constaria a movimentação indevida, o que todavia não ocorreu porque o procedimento em questão foi revertido no mesmo dia através de estorno; que o depoente não ingressou com recurso administrativo contra a empresa, quando cientificado da decisão patronal no sentido de sua demissão por justa causa; que o depoente reconhece os documentos de fls. 292/295, esclarecendo que não compreendeu corretamente a indagação anterior, na medida em que o mesmo diz respeito a recurso administrativo que interpôs após a decisão patronal pela dispensa por justa causa; que o depoente foi efetivamente desligado da empresa depois do julgamento do recurso administrativo; que o depoente foi avisado previamente sobre a oitiva de testemunhas no processo administrativo; neste momento esclarece o depoente que na verdade a empresa não lhe informou que seriam ouvidas pessoa como testemunhas no processo administrativo; que a defesa e o recurso administrativo apresentados pelo depoente foram apresentados em Belém; neste momento esclarece o depoente que foi feito um registro contábil referente a diferença encontrada para possibilitar o fechamento da contabilidade, embora mantida a pendência em aberto, sendo que no decorrer da apuração interna veio ao conhecimento do depoente a autenticação em duplicidade em seu caixa de importância no valor de dois mil e poucos reais, não sabendo dizer o que motivou o fatos, ressaltando ainda que o fato em questão foi constatado após ter feito a entrega da tesouraria.' (sic!) (grifei) (vide fls. 420/422).

Como se vê, de forma expressa, o demandado confirma o dano material causado à autora; implicitamente, admite ter concorrido para o evento danoso suportado pela empresa - no mínimo, por incúria.

Ademais, em que pese a tergiversação, reconhece a adoção de irregular procedimento contábil visando escamotear a realidade dos fatos. Portanto, a emenda saiu pior que o soneto.

Desta forma, sem maiores considerações, reconheço e proclamo a responsabilidade civil do demandado na medida em que caracterizado o dano material, relação de causa e efeito com ato omissivo do trabalhador e sua culpa.

Em consequência, e tendo em vista que incontroverso o montante perseguido, além de materialmente demonstrado nos autos, condeno o demandado a pagar à empresa demandante o montante de R$-86.835,02 a título de reparação de dano material.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Em audiência, a autora esclareceu que o montante pleiteado na presente demanda concerne a R$-55.401,71 de principal e R$-31.433,26 como juros e correção monetária (vide ata de fls.

400).

Portanto, sobre a condenação retro incidem juros de mora e correção monetária na forma da lei, observando-se que o principal encontra-se atualizado monetariamente, além de aplicado juros de mora, até a data do ajuizamento da ação.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

A Súmula nº 219 do Colendo TST retrata a única hipótese de verba honorária em sede trabalhista, de sorte que, como a autora não se enquadra em seus pressupostos, insubsistente resta a pretensão em apreço. Indefere-se" (fls. 473/477).

Todavia, durante os debates, em sessão de julgamento, acolhi as ponderações apresentadas pelo Exmº. Juiz Federal do Trabalho Titular da 10ª Vara do Trabalho de Belém, convocado para compor o quórum da E. 2ª Turma, Dr. ***Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior***, em voto de vista regimental, notadamente no que diz respeito à **quantificação do valor da condenação**, que adoto como razões de decidir, *in verbis*:

"**INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL**

Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Caixa Econômica Federal contra seu ex-empregado Milton Sena de Lima, para condená-lo ao pagamento da importância de R$-86.835,02, a título de indenização por dano material, em virtude da existência de diferenças de numerário nos seis terminais de auto-atendimento (*cash dispenser*) da filial de Icoaraci no ano de 2003.

No caso, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ajuizou a ação em 22.06.2007, mediante apuração que fez, onde verificou uma diferença de numerário, tomando por base o período de 04 a 20.08.2003, dizendo: ***'...que levou em consideração o quantitativo inicial das cédulas informadas nos acumuladores de abertura, o quantitativo de cédulas liberadas (confirmadas através das transações finalizadas) e o saldo físico de cédulas que deveria existir até o final da movimentação diária dos dias pesquisados. Em algumas situações foi verificado que os terminais nas últimas transações, não efetuavam pagamento condizente com o valor sacado, o que leva a crer que nessas transações, as cédulas de R$10,00 e em maior quantidade as R$50,00, não mais existiam ou se encontravam em número reduzido, divergindo do que era mostrado pelo sistema, conforme detalhado através das planilhas de movimentação de CASH***'.

O demandado trabalhava na CEF desde 05.10.1981 e foi dispensado por justa causa em 05.02.2005, depois de mais de 23 anos de serviços prestados à instituição. Não há nos autos indicação de que tenha sofrido qualquer tipo de punição, sequer uma única advertência, nessas mais de duas décadas de labor.

O demandado já foi severamente punido pelas irregularidades a si atribuídas.

O trabalhador já respondeu a dois processos administrativos, que culminaram com a sua dispensa por justa causa, sem ônus para a empregadora, **já foi descontado o valor integral de**

sua rescisão, R$-3.624,68, a título de 'atualização monetária sobre dívidas' (fls. 313). Responde também o demandado a processo criminal, tendo-lhe sido imputado o crime capitulado no artigo 299 (falsidade ideológica) e 312 (peculato) do Código Penal, que está tramitando em juízo.

Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato Culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

O Ministério Público Federal, após o recebimento dos autos do inquérito policial nº 046/2005-SR/DPF/PA, ingressou com ação penal pública contra o recorrente, Milton Sena de Lima, cujo processo tomou o nº 2007.39.00.001340-8, distribuído à 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará em 28/02/2007.

É certo que a apuração criminal, no que tange aos seus efeitos no processo trabalhista, não induz litispendência, tampouco dependência processual.

Contudo, entendo que restam demonstrados nos autos os pressupostos para a responsabilidade civil, a ação do agente (comissiva e omissiva); o dano e o nexo de causalidade.

Porém, não há como se dar amparo ao **valor** da dívida apurada pela CEF, pois utilizou como índice o IPCA, bem como juros de mora desde a constituição do débito em 1% ao mês.

Ocorre que nos feitos trabalhistas, os juros de mora são de 1% ao mês a partir do ajuizamento da ação e correção monetária de acordo com a Lei nº 8.177/1991, pois em se tratando de débito trabalhista, a CLT tem regra própria, sendo inaplicável a correção pelo IPCA, como quer a CEF.

Por fim, deve ser abatido o valor descontado no TRCT, como já fez a CEF, mas realizou após atualização.

Cito como precedente o Processo 1075-2008-010-8-00-7.

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

RECORRIDO: WILLIANS ARAUJO XAVIER

UTILIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO ÍNDICE

DE ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS. Aplica-se à atualização de débitos decorrentes de condenação por essa Justiça Especializada, o art. 39 da Lei nº 8.177/91, que prevê a correção pela TR, ainda que se trate de indenização de danos causados pelo empregado. Recurso improvido.

2.2 MÉRITO (DO CRITÉRIO DE CORREÇÃO DA TAXA REFERENCIAL)

A recorrente requer a reforma do julgado quanto ao índice de atualização monetária utilizado pela MM. Vara do Trabalho, qual seja a TR, ao argumento de que o artigo 39 da Lei nº 8.177/91 não seria aplicável ao caso, por se tratar de ação de ressarcimento ao erário, de natureza indenizatória e não trabalhista.

Note-se que, ainda que se trate de ação indenizatória de ressarcimento ao empregador de danos causados pelo empregado, o débito decorre de condenação por essa Justiça Especializada, a ele se aplicando a Lei nº 8.777/91.

Ressalta, ainda, que, *in casu*, deveria ser aplicado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, para a correção monetária e os juros de mora.

Nada há que ser alterado na decisão de primeiro grau.

A utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização de débitos trabalhistas está prevista no artigo 39, caput e §1º, da Lei nº. 8.177/91, que assim dispõe, *verbis*:

'Art. 39. Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento.

§ 1° Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos, nos juros de mora previstos no caput juros de um por cento ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados *pro rata die*, ainda que não explicitados na sentença ou no Termo de conciliação.'

Destaco, ainda, que há inúmeros precedentes nessa Egrégia Corte no sentido da plena aplicabilidade da TR na correção de débitos trabalhistas, citando, a título de exemplo, os Acórdãos TRT 1ª T AP 1000/2002 (Relatora Juíza Maria Joaquina Siqueira Rebelo) e TRT 4ª T AP 7133/2001 (Relatora Juíza Graziela Leite Colares).

POR ASSIM SER, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso da reclamada e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos, inclusive quanto às custas, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA

TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO DA RECLAMANTE E, NO MÉRITO, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO A SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, TUDO CONFORME FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 24 de março de 2009. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relatora

(…)

Assim sendo, dou provimento parcial ao apelo do recorrente, para determinar que o débito seja o valor apurado originariamente pela CEF (R$-57.769,46 - folhas 268), abatendo-se o descontado no TRCT (R$-3.264,68 - folhas 313), aplicando-se juros de mora a partir do ajuizamento da presente ação e correção monetária nos termos da Lei nº 8.177/1991 a partir de outubro/2003 quando o débito foi constituído no valor de R$-54.504,78.

Para tanto, já apresento o débito consolidado, conforme metodologia do programa Juriscalc, aplicando-se a Súmula 381 do TST, com valores atualizados até 06/05/2009, no importe de R$-74.139,53.

Custas pelo recorrente no importe de R$-1.482,79, sobre a condenação, estando isento do pagamento."

ANTE O EXPOSTO, vencido quanto ao conhecimento do recurso; no mérito, dou-lhe parcial provimento para reduzir o valor da condenação para R$74.139,53 (setenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais e cinqüenta e três centavos), mantido o r. decisório de 1º Grau em seus demais termos, tudo conforme os fundamentos. Custas de R$-1.482,79 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), pelo demandado, ora recorrente, de cujo pagamento fica isento, em virtude do benefício da justiça gratuita, concedido pela r. sentença recorrida.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, por maioria de votos, vencidos os Excelentíssimos Desembargadores Relator e José Edílsimo Eliziário Bentes, conhecer do recurso; no mérito, por maioria de votos, vencidos os Excelentíssimos Desembargadores Revisora e Luiz Albano Mendonça de Lima, dar-lhe parcial provimento para reduzir o valor da condenação para R$74.139,53 (setenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais e cinqüenta e três centavos), mantido o r. decisório de 1º Grau em seus demais termos, tudo conforme os fundamentos. Custas de R$-1.482,79 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), pelo demandado, ora recorrente, de cujo pagamento fica isento, em virtude do benefício da justiça gratuita, concedido pela r. sentença recorrida.

Sala de Sessões da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 06 de maio de 2009. (Publicado no DEJT em 25/05/2009)

VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, Desembargador Federal do Trabalho Presidente e Relator.

****

DANO MORAL. ACIDENTE DE TRABALHO. COMPROVAÇÃO. NEXO CAUSAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00049-2008-117-08-00-4
RELATORA: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO

RECORRENTES: **SIDERÚRGICA IBÉRICA PARÁ S/A**
Advogada: Drª. Marly Ferreira das Chagas

RECORRIDO: **GILSON CARLOS BARROS MARANHÃO**
Advogada: Drª. Raniele Maria Oliveira da Silva

DANO MORAL. ACIDENTE DE TRABALHO. COMPROVAÇÃO. NEXO CAUSAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. A responsabilidade do empregador por acidente de trabalho dá ensejo ao pagamento de indenização pelos danos causados. Os fatos apurados nos presentes autos demonstram a existência do nexo de causalidade entre a atividade exercida pelo reclamante e o dano sofrido, o que é suficiente, dada a responsabilidade objetiva do empregador, decorrente da teoria do risco criado no Direito Romano, segundo a qual, aquele que se beneficia dos lucros de uma atividade deve arcar com os prejuízos que desta advierem.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, oriundos da **MERITÍSSIMA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE MARABÁ,** em que figuram, como recorrente, **SIDERÚRGICA IBÉRICA PARÁ S/A** e, como recorrido, **GILSON CARLOS BARROS MARANHÃO.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO

Conheço do recurso, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Insurge-se, a reclamada, contra a r. decisão de primeiro grau, que a condenou a pagar ao reclamante R$41.500,00 a título de indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho. Alega que o reclamante não cumpriu as normas de segurança internas observadas pela empresa, sendo negligente e imprudente em suas atividades.

Segundo a recorrente, inexiste configuração de nexo de causalidade, já que não ficou demonstrada a perda ou redução temporária ou permanente da capacidade de trabalho do reclamante, nem que o empregador tenha agido com dolo ou culpa, ou contribuído para o acidente, inexistindo relação entre a lesão sofrida e a atividade do autor.

A recorrente ressalta que as sequelas do acidente decorrem de negligência do autor, que não observou o tratamento necessário, embora a empresa disponibilize plano de saúde corporativo (Unimed).

Em prol de sua tese, enfatiza os termos do laudo médico pericial, e ressalta que nunca teve a intenção de causar qualquer lesão de ordem moral ao autor, como vergonha, sofrimento, dor, angústia, sentimento de perda de dignidade ou desvalorização profissional.

Por fim, refutando entendimento do juízo de primeiro grau, destaca que o preposto não incorreu em confissão ficta em relação às circunstâncias do acidente, já que teria demonstrado o conhecimento dos fatos.

Vejamos se a recorrente tem razão.

Ao ajuizar a presente reclamação, o autor relatou que exercia, na reclamada, a função de "auxiliar de produção II". Pleiteou R$100.000,00 a título de indenização por danos morais, sob a alegação de que no dia 28/02/2007, por volta de 23:10h, quando trabalhava no turno de 16:00 à 00:00h, sofreu um acidente de trabalho quando desenvolvia suas atividades no rodeio localizado na plataforma do alto forno III, onde normalmente trabalhava.

Segundo o autor, um ajudante de forneiro o chamou para ajudar a abrir uma válvula, o que atendeu, observando orientação dos encarregados, já que do contrário poderia sofrer advertência. Relatou que após ajudar o companheiro, ao retornar para o seu local de trabalho, escorregou na lingoteira, tendo em vista que a bota que usava estava molhada e com barro, caindo entre um rodeio e outro, de uma altura de 5 metros.

De acordo com o autor, seu local de trabalho é propício a acidentes, por ser um ambiente com muito barro e água, dada a proximidade do alto-forno, onde tanto na plataforma, quanto na roda de gusa, utiliza-se barro, e a água é proveniente do resfriamento do alto-forno, para aliviar a temperatura elevada.

Aduziu que, com o acidente, quebrou a mão esquerda, e embora emitida a CAT pela reclamada, esta não lhe teria dado assistência médica, tendo permanecido 30 dias com o braço engessado, após o que voltou a trabalhar, mesmo não estando totalmente recuperado.

Ainda de acordo com a inicial, em 16/09/2007, o autor desenvolvia suas atividades na roda de gusa, na passarela do alto forno III, quando precisou se dirigir de forma apressada ao painel de máquinas pneumáticas para diminuir a velocidade do rodeio, quando não viu o cabo da mangueira de ar comprimido, indevidamente posicionado no rodeio, vindo a tropeçar e cair, sofrendo uma torção no punho da mão esquerda, o mesmo que havia quebrado antes. Após esse acidente, o autor foi encaminhado ao Hospital CLIMEC e a reclamada emitiu a CAT.

Informou que após esse segundo acidente, está sem trabalhar e sem receber auxílio-doença, com fortes dores em sua mão, não pode segurar peso, os três dedos maiores da mão esquerda estão dormentes e suas articulações doloridas, necessitando de uma cirurgia que até a presente data não conseguiu realizar, por não possuir condições financeiras, já que a reclamada não lhe estaria dando apoio.

O autor atribui a culpa pelo acidente à reclamada, a quem competia manter um meio ambiente de trabalho que reduza ao máximo os riscos de acidente, no que a empresa teria sido negligente, já que deveria manter um número ideal de empregados que atenda às exigências do trabalho a ser realizado, o que o desobrigaria de se deslocar para ajudar um colega, como ocorreu no primeiro acidente. Além disso, a bota utilizada era de borracha, e havendo no local de trabalho muito barro e água, deveria ser antiderrapante. Já com relação ao segundo acidente, a empresa não disponibilizou um número suficiente de trabalhadores, tendo que se desdobrar nas

tarefas, sob pena de ser responsabilizado por vazamento de material, quebra de máquinas, etc., aduzindo o fato de que teve apenas 30 dias para se recuperar do primeiro acidente.

Por fim, o autor enfatizou que o dano moral é evidente, dada a sensação de impotência por não poder trabalhar, a falta de assistência pela empresa com a finalidade de atenuar a dor e minimizar as sequelas por meio de cirurgia que corrigisse o defeito físico. Destacou que ficou abalado em sua auto-estima, sente vergonha do defeito físico, o que teria alterado sua personalidade e sua forma de se relacionar com o mundo, daí requerer a reparação do dano.

Em sua defesa, às fls. 41/61, a reclamada alegou que o reclamante deturpou os fatos, se confrontados os termos da reclamação anterior, em que houve desistência, e da atual. Atribuiu a culpa pelos acidentes ao próprio autor, enfatizando que adotou as normas de segurança no trabalho, como os programas de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO) e de prevenção de riscos ambientais (PPRA), que anexou aos autos.

Passo a decidir.

Segundo leciona o estudioso e brilhante Ministro Walmir Oliveira da Costa, o dano moral pode ser definido "***como sendo a lesão que alguém sofre em seus bens imateriais pela ação de outrem que lhe causa abalos a direitos personalíssimos***".

Já o "dano moral trabalhista" pode ser definido como sendo a lesão moral infligida quer ao trabalhador, quer ao prestador de serviços, mediante violação a direitos ínsitos à personalidade, como conseqüência da relação de trabalho.

O direito à indenização por dano material ou moral, no ordenamento jurídico brasileiro, deflui, originariamente, de duas normas constitucionais expressas: o art. 5º, incisos V e X da Constituição Federal de 1988. Também encontra amparo nos artigos 186 e 927, do novo Código Civil (159 e 1.518, do Código Civil revogado), bem como no Código de Defesa do Consumidor.

Já é majoritário na doutrina que a responsabilidade do empregador por acidente de trabalho é objetiva, decorrente da teoria do risco criada no Direito Romano, segundo a qual, aquele que se beneficia dos lucros de uma atividade deve arcar com os prejuízos que desta advierem.

Esta responsabilidade permite invocação e prova de excludentes. No entanto, não vislumbro essas hipóteses nos autos.

Na responsabilidade objetiva, deve-se provar apenas o dano e o nexo causal. É fato incontroverso que houve um acidente de trabalho e o dano.

A Constituição da República de 1988 instituiu como direito do trabalhador a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, XXII, da CR/88).

O art. 157, I e II da CLT dispõe que cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho e instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

Estes dispositivos reforçam a responsabilidade objetiva do empregador.

Em depoimento pessoal (fls. 212/213), o reclamante declarou que no dia do primeiro acidente, estavam trabalhando apenas dois auxiliares de produção no rodeio e o forneiro estava precisando de auxílio, tendo o autor subido para ajudá-lo, o que atendeu porque havia ordem prévia do encarregado, dirigida a todos os empregados, de que, quando houvesse necessidade de serviço no alto forno, era para subir; que ao retornar para o seu posto escorregou no barro molhado e caiu de uma altura de cerca de cinco metros. No segundo acidente, o autor disse que aumentou a rotação do

rodeio, pois a produção de ferro gusa estava muito grande, e quando foi até o painel de controle para diminuir a rotação, tropeçou no cabo da máquina e caiu.

O preposto da reclamada, por seu turno, declarou não lembrar as circunstâncias do primeiro acidente, e no segundo acidente o reclamante não observou a mangueira que fica acoplada na máquina; que o forneiro pode chamar o auxiliar de produção para lhe ajudar em algum serviço; que no rodeio trabalham quatro pessoas, mas não sabe dizer se no dia do acidente estavam os quatro auxiliares; que existe uma abertura entre o alto forno e o rodeio, os quais possuem diferença de nível de dois metros entre os pisos.

No presente caso, o autor, no momento dos acidentes, estava laborando para o empregador, desempenhando funções para as quais fora contratado, tendo inclusive sido emitidas as Comunicações de Acidente de Trabalho (fls.15 e 17).

Percebe-se que a reclamada adotou medidas meramente "formais" de prevenção de acidentes, porém incapazes de impedir a ocorrência de danos ao trabalhador, não obstante propiciasse ao trabalhador plano de saúde, como alegou e foi admitido pelo autor em depoimento.

Os fatos apurados nos autos demonstram a existência do dano, tendo o laudo médico pericial (fl. 244) indicado que embora não se evidencie lesão incapacitante ou invalidez permanente, as sequelas do acidente impõem ao autor "restrições a atividades manuais de esforços, peso ou toque" que necessitem da mão esquerda, o que, na prática, o coloca em desvantagem em relação aos colegas de trabalho, e certamente afetam não apenas o aspecto profissional em si, por dificultar o acesso diante de um mercado exigente, como também a auto-estima do empregado, que passa a se tornar um "desigual" em um mundo dominado por cidadãos fisicamente "normais".

Com relação ao nexo causal, também fica atestado, já que evidenciado que as condições operacionais não foram suficientes a evitar os acidentes, sendo certo que não fica caracterizada a alegada culpa exclusiva do autor, como se depreende dos fatos apurados no processo.

Compartilho do entendimento da sentença, ao dispor que em relação aos fatos do primeiro acidente o preposto incorreu em confissão ficta, já que não soube precisar em quais circunstâncias ocorreu, o que era necessário, já que a tese da defesa é de que o infortúnio teria sido desencadeado por culpa exclusiva do autor, que teria sido negligente ou imprudente em suas atividades.

Outro aspecto bem definido no processo é de que o preposto relatou em depoimento a existência de água para resfriamento e barro "para bater a bica" no alto-forno (fl. 214), como havia alegado o autor, o que no piso pode comprometer a aderência, mesmo com camada impermeabilizadora, como alega a recorrente em remissão ao laudo técnico, já que a junção de água e barro cria uma camada que se sobrepõe ao piso.

Assim, pelos critérios objetivos, a existência de dano e de nexo causal são suficientes para caracterizar a responsabilidade da reclamada, o que impõe o deferimento de uma indenização por danos morais.

DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC

A reclamada insurge-se contra a determinação da r. sentença, no sentido de que o pagamento do valor da condenação seja efetuado no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC.

Assiste razão à demandada.

O art. 475-J do CPC, além da multa pelo não cumprimento da sentença, prevê novo procedimento para cumprimento das decisões, o que o torna incompatível

com as regras pertinentes ao processo trabalhista, a exemplo dos artigos 872, 876 e 880 da CLT, além de outras próprias do procedimento executivo da CLT, daí não ser possível a aplicação subsidiária do questionado preceito do processo civil comum.

Reformo a r. sentença recorrida neste ponto.

DO PREQUESTIONAMENTO

À luz das razões expostas nos tópicos anteriores, ressalto que não há que se falar em violação a preceitos constitucionais e/ou infra-constitucionais, especialmente aqueles expressamente referidos pela recorrente, os quais considero aqui prequestionados.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade; no mérito, dou-lhe em parte provimento para excluir a determinação de cumprimento da decisão com base no art. 475-J, do CPC, ficando mantida a r. decisão recorrida em seus demais termos, inclusive quanto às custas. Tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, EIS QUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, POR MAIORIA TURMÁRIA, VENCIDAS AS EXCELENTÍSSIMAS DESEMBARGADORAS SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA E VANJA COSTA DE MENDONÇA, QUANTO AO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DAR-LHE EM PARTE PROVIMENTO PARA EXCLUIR A DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA DECISÃO COM BASE NO ART. 475-J, DO CPC, FICANDO MANTIDA A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 10 de fevereiro de 2009. (Publicado no DEJT em 13/02/2009)

ALDA MARIA DE PINHO COUTO, Desembargadora Federal do Trabalho - Relatora.

****

DANO MORAL. OCORRÊNCIA. PERDA AUDITIVA.

ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 00774-2008-124-08-00-0
RELATOR: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

RECORRENTE: **CLEIDIANE DE LIMA SOARES**
Drª. Regina Zarpellon

RECORRIDO: **NUTRIVITA COZINHAS INDUSTRIAIS LTDA**
Drª. Ana Cláudia Maia Ferreira e outros

DANO MORAL. OCORRÊNCIA. PERDA AUDITIVA. Uma

vez comprovado que a doença auditiva preexistente foi agravada em razão do ruído a que foi exposta no ambiente de trabalho, sem o necessário uso de protetor auricular, deve a empresa ser condenada ao pagamento de indenização por dano moral.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário** oriundos da **MM. Vara do Trabalho de Xinguara** em que são partes, como recorrente, **CLEIDIANE DE LIMA SOARES** e como recorrido, **NUTRIVITA COZINHAS INDUSTRIAIS LTDA.**

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

O recurso ordinário interposto pelo reclamante às fls. 335/337 merece conhecimento, porque tempestivo e subscrito por advogada habilitada nos autos (fl. 06). Conheço também da contraminuta, pois igualmente preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

2.2 MÉRITO

Insurge-se a reclamante contra a sentença que indeferiu o pleito de indenização por danos morais decorrentes de doença ocupacional (acidente de trabalho).

Alega a autora que sofreu perda auditiva por ter sido submetida a ruídos excessivos no ambiente de trabalho, sem uso de EPI. Alegou a reclamante que não lhe foi exibido o exame demissional, sendo que ao se submeter a outro exame audiométrico, em exame admissional para obtenção de novo emprego, foi constata a existência de perda auditiva.

Relata que atualmente seu quadro de saúde é delicado, pois sente zumbidos freqüentes e está com dificuldade para conseguir novo emprego. Afirma ainda que ficou prejudicada porque a empresa não comunicou ao INSS a doença incapacitante relacionada com a atividade exercida.

O juízo de 1º grau julgou o pedido improcedente, sob o fundamento de que não restou provado que a perda auditiva da reclamante tem como causa o labor executado na empresa, porque o laudo pericial concluiu inexistir ruídos acima do nível considerado prejudicial à saúde.

Em seu apelo, alega o reclamante que na verdade, a prova pericial ambiental concluiu que a avaliação do ruído **ficou prejudicada**, em razão de que o grupo gerador de energia elétrica atualmente instalado no Canteiro Central não correspondia ao grupo gerador que funcionava à época do contrato da reclamante. No entender da autora, a prova técnica muito pouco pôde esclarecer, porque as conclusões do perito foram inservíveis para resolver a demanda.

Entende o reclamante que, ainda que o ambiente de trabalho tenha sido modificado a quando da realização da perícia, e esta tenha resultado prejudicada, as regras da experiência comum permitem, sem muito esforço, concluir que o barulho de um motor gerador de energia elétrica próximo ao ambiente de trabalho tem o condão de torná-lo ruidoso e insalubre.

Passo a analisar. A reclamante foi submetida a exame **admissional** (fl. 70) que registra perda auditiva sensorial **em grau moderado, unilateral, no ouvido direito**. Trabalhou na empresa, como auxiliar de serviços gerais, durante 10 meses, sendo que no início do contrato (5 primeiros meses) no horário das 23h00 às 7h00 (sem intervalo) e na segunda fase contratual, no horário de 6h00 às 15h00,

sem intervalo intrajornada, ficando submetida a uma jornada semanal de 54 horas, trabalhando, portanto, regularmente, em 10 horas extras semanais, em jornada de 9 horas diárias.

Submeteu-se a autora a **exame demissional** (fls. 77/81), sendo considerada apta para o labor, embora o exame audiométrico realizado na ocasião tenha indicado perda auditiva neurossensorial **de grau severo, no ouvido direito** e perda auditiva neurossensorial de **grau moderado no ouvido esquerdo**, o que, por si só, demonstra que a reclamante teve seu quadro clínico agravado após os 10 meses de contrato.

Pelos termos do artigo 157, I e II da CLT, cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, instruindo seus empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.

No caso presente, a reclamada, ao contratar uma empregada que já apresentava problemas auditivos, dos quais estava ciente pelo exame admissional, não tomou qualquer precaução no sentido de que evitar o agravamento de seu estado de saúde, submetendo-a ao labor em ambiente ruidoso, sem qualquer equipamento de proteção auricular.

A existência do ruído no ambiente de trabalho deve ser analisada. A reclamada trouxe aos autos o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, o qual indica a existência de risco físico (ruído e vibração) em algumas empresas contratantes, tais como Pará Pigmentos S.A. - Porto, mencionando ainda que as unidades de cozinhas-restaurantes são implantadas as diversas empresas, listando-as às fls. 142. Foram juntados anexos relativos a várias empresas onde a reclamada instalou cozinhas e restaurantes, dentre os quais Moinhos Cruzeiro do Sul, FACEPA, entre outras, não trazendo, entretanto, da empresa Construtora Norberto Odebretht, onde a reclamante trabalhava.

Veio aos autos o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, onde consta, à fl. 199, um quadro sinóptico de EPI, sendo previsto para as funções de cozinheiro, auxiliar de serviços gerais e copeira o uso de **protetor auricular.**

Veio também um laudo pericial como prova emprestada, relativo a outra empregada da reclamada, que trabalhou na mesma época e função, sendo concluído pela Sra. Perita que não havia exposição ao ruído acima do limite de tolerância, uma vez que na cozinha auferiu o nível de ruído em **00 dBA**.

Não vejo como conferir validade ao mencionado laudo pericial, porque não considero possível ter sido auferido um nível de ruído em 00dbA, numa cozinha industrial de uma empresa.

A reclamante, nos cinco primeiros meses do contrato, trabalhava como auxiliar de serviços gerais na cozinha, estando exposta a ruídos advindos do gerador de energia, já que o local não era assistido de energia elétrica comercial, o que foi confirmado pelo preposto em juízo. Disse ainda a reclamante que existia também um forno de pães na cozinha que também seria ruidoso; que trabalhou imediatamente próximo ao grupo de gerador por aproximadamente 5 meses (os iniciais do contrato) e que após isso foi trabalhar no refeitório, onde ficou até o final do contrato, o que também foi confirmado pelo preposto.

O preposto declarou também que o gerador ficava a 50 metros da cozinha e que o refeitório ficava a uma distância de 4 quilômetros; que entre a cozinha e o gerador havia a câmara frigorífica; que não sabe dizer se o gerador funciona até hoje, mas sabe que o mesmo pertence à Odebrecht; *"que o ruído, tanto do gerador, quanto do forno dos pães, não chegava a incomodar significativamente";* que os protetores auriculares são distribuídos aos empregados, *mas não tem certeza se a reclamante*

os usava; que a reclamada encerrou o contrato com a Odebretch há 04 meses aproximadamente, não possuindo qualquer funcionário trabalhando em Ourilândia do Norte.

A única testemunha ouvida, que também trabalhou na mesma função e local que a reclamante, declarou que na cozinha (canteiro) havia um ruído maior, em razão de um grupo gerador que funcionava nas proximidades, havendo ainda um forno ruidoso; que apenas o padeiro se utilizava de protetores auriculares; que não lhe foi fornecido protetor auricular; que existiam câmaras frigoríficas entre a cozinha e o gerador; que estima em no máximo 20 metros a distância entre o grupo gerador e a cozinha.

Em razão dos depoimentos acima, o juízo determinou a realização de uma perícia ambiental para atestar a influência do funcionamento do gerador e do forno e eventual infringência aos limites de ruído previstos em norma regulamentadora, determinando fosse atestado, inclusive, o nível de ruído presente no funcionamento simultâneo dos dois equipamentos, mesmo sabendo que a reclamada não estava mais presente no Município de Ourilândia do Norte há mais de 4 meses.

Realizada a perícia, constatou o Sr. Perito que no canteiro central só funcionavam a padaria e o refeitório, mas que na época da reclamante existia também a cozinha, que fora transferida para a unidade dos alojamentos. No local existiam ainda, da época da reclamada, 2 fornos para assar pães, entre outros equipamentos de padaria, havendo ainda 2 exaustores que emitiam ruídos de fundo mais sensíveis ao ouvido humano que a soma dos outros equipamentos. Constatou que os fornos emitiam ruído equivalente a 50,2 dBA, os quais ficavam ligados das 00h00 às 06h00 da manhã. Constatou ainda a existência de uma câmara fria e um gerador de energia elétrica em operacionalidade, existindo uma distância de 45 metros entre o local onde antes funcionava a cozinha e o gerador. Finalmente, constatou o sr. Perito que o grupo de gerador de energia elétrica, ora instalado nesse Canteiro Central (onde antes ficava a cozinha) não correspondia ao mesmo quando do labor da reclamante, daí porque a **avaliação do ruído ficou prejudicada (**ver fl. 263).

Ora, se a avaliação do ruído ali existente ficou prejudicada, sendo feita apenas a avaliação do ruído com os fornos em operação, temos que a avaliação ambiental não serviu para o fim colimado, não tendo a empresa logrado provar que na época do contrato de trabalho, o local da prestação de serviços, em Ourilândia do Norte, o ambiente de trabalho apresentava ruídos abaixo de nível de tolerância.

É certo que os fornos onde assavam os pães apresentavam ruído de apenas 50,2 dbA, contudo não foi feita avaliação simultânea dos fornos com o gerador de energia elétrica a diesel ligados.

Ora, é notório que os geradores de energia elétrica a diesel são muito ruidosos. Aliado ao fato de que no local ainda existiam fornos que sozinhos emitiam ruído de 50,2 dbA, bem como exaustores ruidosos, é possível afirmar que o local de trabalho da reclamante (cozinha localizada no canteiro central) não era um local de trabalho adequado para uma pessoa que já possuía problemas auditivos.

Assim, temos como provados os seguintes fatos:

a) ao ser admitida, a reclamante já apresentava perda auditiva unilateral, no ouvido direito, já tendo inclusive se submetido a cirurgia;

b) a empresa, mesmo ciente do estado de saúde da autora, submeteu a mesma, durante os 5 primeiros meses do contrato, a uma jornada diária em ambiente ruidoso, o qual pode-se afirmar que na época apresentava-se acima do limite de tolerância, sem fornecer-lhe o necessário equipamento de proteção individual que já estava previsto no PPRA;

c) a empresa, após 10 meses de contrato, ao fazer o exame demissional, constatou o agravamento da saúde auditiva da autora e nada fez, deixando de encaminhá-la ao INSS para as providências cabíveis.

Com efeito, a reclamada não tomou os necessários cuidados, suficientes para proteger a saúde de sua empregada, deixando de fornecer-lhe protetor auricular, mesmo havendo essa previsão no PPRA da empresa. O trabalho desenvolvido pela autora, até mesmo em razão do problema auditivo preexistente, requeria obrigatoriamente a realização de exames médicos semestrais, nos termos do art. 168, item II e § 3º, regulamentado pela NR-07, bem como item 3.4 da Portaria 19/1988 do Ministério do Trabalho.

O dano restou amplamente provado, através dos exames médicos, onde foi constatado que a reclamante é portadora de *deficit* auditivo severo no lado direito e do lado esquerdo em grau moderado.

Trata-se, portanto, de doença que embora não tenha sido inicialmente adquirida no ambiente de trabalho, foi agravada ao longo do contrato, em razão da sua exposição contínua a ruídos, acima do limite de tolerância, sem protetor auricular, mesmo porque a autora trabalhava mais de 8 horas diárias.

Resta patente a conduta culposa da reclamada, pois mantinha o empregado trabalhando em ambiente ruidoso sem qualquer equipamento de proteção individual (protetor auricular). A atitude da empresa se caracteriza como ato ilícito, pois em desacordo com a ordem legal.

Logo, havendo a culpa (conduta ilícita), a relação de causalidade e o dano experimentado pela reclamante, deve a reclamada responder pelos danos morais sofridos pela autora que teve seu estado de saúde (perda auditiva) agravada em razão da exposição ao ruído existente em seu ambiente de trabalho, sem a necessária proteção.

Assim, considerando tanto a responsabilidade subjetiva (pela negligência) ou a responsabilidade objetiva (pelo grau de risco da atividade da empresa), defiro a indenização por danos morais, fixando na quantia de R$20.000,00, considerando ainda a perda auditiva sofrida não a incapacita totalmente para o trabalho, podendo a reclamante ser reabilitada, através de reeducação profissional, para reintegração no mercado de trabalho, em função compatível com a limitação.

De qualquer forma, o objetivo é pedagógico, para que a reclamada não reincida no ato ilícito cometido com relação a seus empregados.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso do reclamante, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito, dou-lhe provimento para, reformando parcialmente a sentença recorrida, incluir na condenação a parcela de indenização por danos morais, na quantia de R$10.000,00, mantida a r. sentença em seus demais termos.

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA, INCLUIR NA CONDENAÇÃO A PARCELA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, NA QUANTIA DE R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS), MANTENDO A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 18 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 21/08/2009)

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - Desembargador Relator.

****

DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRABALHO.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00578-2008-009-08-00-5
RELATORA: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO

RECORRENTE: **JULIO FARIAS DA SILVA**
Advogado: Dr. Raimundo Rubens Fagundes Lopes
PESQUEIRA MAGUARY LTDA
Advogado: Drª. Kelly Cortez Soares

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRABALHO. O reclamante era portador de lombalgia, doença degenerativa. Porém, o dano sofrido na reclamada não se vincula a uma natural evolução da doença pré-existente, mas sim a um evento determinado, gerado pela produção de esforço físico superior àquele que as condições do empregado permitiam, concausa do acidente de trabalho, associado à falta do dever geral de cautela do empregador e ao não cumprimento de normas de segurança. Configurados, desse modo, o dano, o nexo causal e a culpa, elementos ensejadores do dever de indenizar.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, oriundos da **MERITÍSSIMA NONA VARA DO TRABALHO DE BELÉM,** entre as partes acima identificadas.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO

Conheço dos recursos, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Examino os recursos em conjunto, dada a identidade da matéria.

MÉRITO

QUESTÃO PREJUDICIAL - DA PRESCRIÇÃO

A reclamada reitera a prejudicial de mérito, suscitada na contestação, no sentido de que os pleitos de danos morais e materiais estariam prescritos. Fundamenta-se na prescrição trienal, prevista no art. 206, § 3º, V, do Código Civil, sob a alegação de que se trata de pretensão de natureza civil.

Na inicial o autor alegou haver sofrido um acidente de trabalho em 30/04/2003,

quando, ao levantar uma basqueta com aproximadamente 50 kg de peixe, sentiu uma fisgada na coluna.

Como a presente ação foi proposta em 17/04/2008, a demandada enfatiza a expiração do prazo de três anos para a pretensão de reparação civil.

Não compartilho desse posicionamento.

Da mesma forma que o d. Juízo de primeiro grau, entendo que a regra prescricional aplicável, em tal hipótese, é a trabalhista, do art. 7º, XXIX, da CF/88, e como o contrato de trabalho do autor não foi extinto, a prescrição seria aferida pelo prazo de cinco anos anteriores ao ajuizamento da reclamação, de modo que, na hipótese em exame, não há que se falar em incidência da prescrição.

O Colendo TST, ao examinar o Processo **RR 518/2004-002-03-00.1**, relatado pelo Ministro Brito Pereira, da Quinta Turma daquela Corte, posicionou-se no sentido de que a prescrição para a ação de dano moral decorrente da relação de emprego segue a regra estabelecida no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, ou seja, o prazo para a reclamação dos créditos resultantes da relação de trabalho é de cinco anos durante o curso do contrato, até o limite de dois anos após o término da relação de emprego.

Ressaltou o Ministro Relator que "**a jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho é no sentido de que a prescrição aplicável, tratando-se de dano moral decorrente da relação de emprego, é a prevista no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição da República, e não a estipulada no Código Civil**".

É certo que essa matéria tem passado por uma verdadeira celeuma nas diversas instâncias desta Justiça Especializada, porém referido entendimento tem sido mantido, como a seguir:

PRESCRIÇÃO - DANO MORAL ADVINDO DE RELAÇÃO DE EMPREGO. Se a postulação da indenização por danos morais é feita na Justiça do Trabalho, sob o fundamento de que a lesão decorreu da relação de emprego, não há como se pretender a aplicação do prazo prescricional de 20 anos, referente ao Direito Civil (antigo CC, art. 177), quando o ordenamento jurídico-trabalhista possui prazo prescricional de dois anos, a contar da extinção do contrato de trabalho, ou de cinco anos, no curso da relação empregatícia (CF, art. 7º, XXIX; CLT, art. 11). Recurso de revista parcialmente conhecido e desprovido. (Acórdão 4ª Turma TST-RR-742/2002-043-15-00.1 - Rel. Ministro Ives Gandra Martins Filho - DJ 24/02/2006).

Conforme ressaltou o ilustre Ministro Relator em sua fundamentação, "**se o empregado pretende buscar nesta Justiça Especializada a reparação por dano moral decorrente da relação de emprego, não pode esperar a aplicação de prazo prescricional próprio de obrigação de natureza civil e não trabalhista**".

Nesta Egrégia Quarta Turma, já tive a oportunidade de me manifestar no mesmo sentido em situação análoga, no caso o v. Acórdão TRT 4ª T./RO 00032-2006-010-08-00-2, destacando ainda o seguinte precedente:

ACIDENTE DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO- Conforme inciso XXIX, do art. 7º da CF/88, o prazo prescricional quanto aos créditos decorrentes da relação de trabalho é de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. Não há, como se vê, nenhuma discriminação quanto a natureza dos créditos sujeitos à prescrição bienal trabalhista, o que impede acolher o argumento de que em se tratando de pretensão baseada em direito regulado pela lei substantiva civil, a regra a ser observada deve ser a prevista no Código Civil. (ACÓRDÃO TRT / 4ª T./RO 00648-2005-203-08-00-0, Rel. Desembargadora Odete de Almeida Alves - julgado em 17/01/2006).

Assim, adotando o entendimento do Colendo TST e o precedente nesta Egrégia Turma a respeito desta matéria é que me posiciono pela rejeição da prejudicial de mérito.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS

O reclamante foi contratado pela reclamada em 22/11/2001, para trabalhar na função de "pescador", e conforme adiantei no tópico anterior, pleiteou o pagamento de indenização por danos morais e materiais sob a alegação de que sofreu um acidente de trabalho em 30/04/2003, quando, ao levantar uma basqueta com aproximadamente 50 kg de peixe, sentiu uma fisgada que comprometeu o movimento em sua coluna cervical, passando a sofrer fortes dores.

O autor relatou que a reclamada emitiu a CAT em 19/05/2003 (fl. 36) e que entrou de benefício auxílio-doença acidentário (fl. 39), assim permanecendo até hoje. Relatou, também, ser portador de "transtornos do disco intervertebral (CID M51.2) e "dorsalgia" (M54.4 e M54.5), doenças que teria adquirido no decorrer do pacto laboral, em razão das atividades exercidas na reclamada.

Situados esses fatos, a reclamada alega, em seu apelo, que inexiste nexo de causalidade entre o evento ocorrido na empresa e a enfermidade apontada pelo reclamante, a qual seria degenerativa e pré-existente, conforme perícia no processo. Enfatiza que fora aplicada a pena de confissão ficta ao reclamante, em razão da sua ausência à audiência de instrução e julgamento.

A demandada argumenta que o autor tinha vasta experiência na função para a qual foi contratado e jamais deixou de garantir a segurança e saúde nas atividades do empregado, de modo que não há que se falar em culpa pelo infortúnio, nos termos do art. 186 do CCB, e sendo assim, não há que se falar, também, em responsabilização da empresa com base no art. 927 do mesmo diploma legal. Nesse contexto, ressalta que o art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal adota expressamente a responsabilidade subjetiva para o empregador, não abrindo margem a interpretação divergente.

Não assiste razão à demandada.

Inicialmente, ressalto que a confissão ficta do reclamante gera presunção meramente relativa dos fatos, o que não prejudica a apuração da verdade com base em outras evidências porventura existentes no processo.

O Excelentíssimo Ministro Walmir Oliveira da Costa leciona que o dano moral pode ser definido "**como sendo a lesão que alguém sofre em seus bens imateriais pela ação de outrem que lhe causa abalos a direitos personalíssimos**".

Já o "dano moral trabalhista" pode ser definido como sendo a lesão moral infligida quer ao trabalhador, quer ao prestador de serviços, mediante violação a direitos ínsitos à personalidade, como conseqüência da relação de trabalho.

O direito à indenização por dano material ou moral, no ordenamento jurídico brasileiro, deflui, originariamente, de duas normas constitucionais expressas: o art. 5º, incisos V e X da Constituição Federal de 1988. Também encontra amparo nos artigos 186 e 927, do novo Código Civil (159 e 1.518, do Código Civil revogado), bem como no Código de Defesa do Consumidor.

Já é majoritário na doutrina que a responsabilidade do empregador por acidente de trabalho é objetiva, decorrente da teoria do risco criada no Direito Romano, segundo a qual, aquele que se beneficia dos lucros de uma atividade deve arcar com os prejuízos que desta advierem.

Esta responsabilidade permite invocação e prova de excludentes. No entanto, não vislumbro essas hipóteses nos autos.

Na responsabilidade objetiva, deve-se provar apenas o dano e o nexo causal. É fato incontroverso que houve um acidente de trabalho e o dano.

A Constituição da República de 1988 instituiu como direito do trabalhador a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, XXII, da CR/88).

O art. 157, I e II da CLT dispõe que cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho e instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

Estes dispositivos reforçam a responsabilidade objetiva do empregador.

De qualquer forma, no presente caso sobressai a culpa *in omittendo*, *in negligendo* ou *in non faciendo*, como enfatiza a r. sentença, remetendo ao preceituado pelo art. 7º, XXVIII, da CF/88.

Com efeito, o preposto da reclamada, ao depor, declarou que o reclamante, "ao carregar uma basqueta contendo aproximadamente 30 a 35 quilos de peixe, acabou sentido a coluna vertebral" (fl. 407); e a testemunha apresentada pela empresa declarou (fl. 407v): "que em geral as basquetas são carregadas por duas ou três pessoas".

Percebe-se, aqui, o descumprimento de normas de segurança e do dever geral de cautela por parte da reclamada. Para dizer o mínimo, faltou orientação e fiscalização no trabalho, já que o autor carregou sozinho a basqueta, fato que acabou por gerar o acidente.

Ao emitir o Laudo Médico Pericial, a Sra. Perita conclui o seguinte (fl. 272):

"... **o Reclamante é portador de Lombalgia de causa mecânico-degenerativa secundária à Osteoartrose da coluna Vertebral, <u>não tendo sido originada</u> durante seu pacto laboral, entretanto há claras evidências de <u>agravamento</u> do quadro patológico pré-existente após a ocorrência de acidente de trabalho na Ré, caracterizando, deste modo, a concausalidade segundo a classificação II de Schilling**. Encontra-se apto para atividades que não exijam esforço físico intenso bem como a exigência de posição fletida da coluna vertebral".

Como se pode perceber, o reclamante era portador de lombalgia, doença degenerativa. Porém, o dano sofrido na reclamada não se vincula a uma natural evolução da doença pré-existentes, mas sim a um evento determinado, gerado pela produção de esforço físico superior àquele que as condições do empregado permitiam, concausa do acidente de trabalho, associado à falta do dever geral de cautela do empregador e ao não cumprimento de normas de segurança.

Desse modo, estão configurados o dano, o nexo causal e a culpa, elementos ensejadores do dever de indenizar.

PARÂMETROS E VALORES DAS INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS

Ao formular o pedido de indenização por danos morais, o autor, então com 49 anos de idade, indicou como parâmetro o valor de um salário base por mês, vezes o número de meses até completar 70 anos, totalizando R$215.460,00 (R$855,00 x 252).

Com relação aos danos materiais, subdividiu em três modalidades, a saber:

(1º) Indenização para tratamento médico - um salário mínimo por mês, vezes o número de meses até completar 70 anos, totalizando R$95.760,00 (R$380,00 x 252);

(2º) Lucros cessantes - o valor de um salário base por mês, vezes o número de meses até completar 70 anos, totalizando R$215.460,00 (R$855,00 x 252); e

(3º) Pensão alimentícia - no mesmo parâmetro do anterior (lucros cessantes), ou seja, o valor de um salário base por mês, vezes o número de meses até completar 70 anos, totalizando R$215.460,00 (R$855,00 x 252).

A r. sentença, pelas razões expostas às fls. 426/429 dos autos, arbitrou a indenização por danos morais em R$15.000,00 (quinze mil reais), considerando diferentes parâmetros, como o efeito pedagógico em relação ao empregador, sua condição financeira, a função punitiva e preventiva da indenização, a idade do empregado, a intensidade e gravidade dos danos sofridos, além do juízo de equidade.

Com relação aos danos materiais, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido sob a modalidade de tratamento médico (danos emergentes), pois não comprovados, e deferiu a pensão, enfatizando a duplicidade dos pedidos na modalidade de pensão alimentícia e lucros cessantes. Assim, com relação à pensão, assinalou que não houve perda total da capacidade laboral, mas apenas quanto a atividades que exijam esforço físico intenso. Em vista disso, arbitrou a indenização por danos materiais em R$12.948,00 (doze mil, novecentos e quarenta e oito reais), correspondente a 10% de um salário mínimo mensal (R$415,00 x 10% = 41,50) vezes o número de meses entre a data de afastamento do autor, em 30/04/2003, quando tinha 44 anos, até completar 70 anos de idade (26 anos = 312 meses x 41,50 = R$12.948,00).

A reclamada, inconformada, impugna a base de cálculo utilizada pelo reclamante, alegando que à época do acidente o autor recebia o salário base de R$310,98, e não R$855,00, como consta da inicial. Relata que o auxílio previdenciário recebido pelo autor do INSS é superior àquilo que recebia à época do infortúnio e ao que atualmente é pago aos pescadores que desempenham as mesmas atividades. Logo, não haveria perda material a ser suportada pelo autor sob qualquer modalidade, já que não demonstrou a redução de sua capacidade econômica ou a existência de gastos com tratamento, que realiza através da empresa ou do SUS. Considera desprovido de parâmetro o valor fixado pela sentença.

A reclamada sustenta, ainda, que os valores fixados na sentença a título de indenização por danos morais e materiais fogem aos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade, sugeridos pelo STJ e inscritos no art. 402 do Código Civil.

O reclamante, por seu turno, requer a ampliação do valores pleiteados, ressaltando que está incapacitado para o único trabalho que sabia realizar. Além disso, argumenta que à luz do art. 950 do Código Civil, não há duplicidade entre os pedidos de pensão alimentícia e lucros cessantes, este último correspondente ao que deixou de ganhar com o acidente sofrido.

Passo a decidir.

A mensuração do valor da indenização por dano moral é de difícil aferição, uma vez que não se trata da avaliação de um bem material, dos gastos com certos serviços, ou daquilo que se deixou de perceber em virtude da perda de um bem ou da impossibilidade de realização de um serviço. Tanto que a doutrina fala em compensação, como um lenitivo pela dor sofrida.

A fixação do valor da indenização por dano moral decorre de uma análise do Juiz, levando em conta o sofrimento causado à vítima, a capacidade econômica da vítima e do causador do dano, o não enriquecimento ilícito por parte da vítima e o caráter repressivo e pedagógico ao transgressor, para inibi-lo de reincidir na prática.

Nesse sentido o Enunciado nº 51, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, realizada na sede do Colendo Tribunal Superior do Trabalho em Brasília-DF, de 21 a 23/11/2007:

> **51. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. CRITÉRIOS PARA ARBITRAMENTO. O valor da condenação por danos morais decorrentes da relação de trabalho será arbitrado pelo juiz de maneira eqüitativa, a fim de atender ao seu caráter compensatório, pedagógico e preventivo.**

Na excelente monografia “Dano moral e o Direito do Trabalho” (São Paulo, LTr, 1995), Valdir Florindo aponta ainda quatro elementos que o julgador deve utilizar, como critérios básicos, para fixar o *quantum satis*: sensibilidade do magistrado, seus conhecimentos e sua experiência como ser humano e como juiz e a eqüidade (*ob. cit.*, p. 99). São indicações de ordem subjetiva, e que o Juiz do Trabalho, por formação, tem condições de sopesar para transformar em elementos objetivos, utilizando-se de seu poder discricionário (Idem, p. 100).

Nesse sentido e considerando os fatos apurados no decorrer da instrução processual, entendo que o valor de R$15.000,00 fixado na sentença a título de danos materiais atende plenamente aos parâmetros anteriormente referidos e aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Com relação ao valor da indenização por danos materiais, também não encontro, nas razões manifestadas pelas partes, subsídios que autorizem a reforma da r. sentença.

O Juízo de primeiro grau não se baseou no salário indicado pelo reclamante na inicial para fixação dos valores de indenização por danos morais e materiais, de modo que é insubsistente a impugnação feita à base de cálculo apontada pelo autor. Porém, a tabela de cálculo de benefícios, às fls. 70/71, indica valores variáveis próximos ao *quantum* fixado na inicial, que não é o mesmo indicado pela reclamada pelo simples fato de que a empresa baseia suas alegações na parte fixa do salário, não considerando a produção, parte variável componente da remuneração e prevista na cláusula segunda do contrato de trabalho do obreiro (fl. 174).

Assim, tomando-se por base os ganhos que o autor poderia auferir na atividade, percebe-se que a complementação, a título de pensão, em 10% do salário mínimo, é razoável e proporcional ao nível de subsistência do autor, já que recebe o benefício do INSS (auxílio-doença por acidente de trabalho). Essa a razão pela qual não prospera a pretensão do autor, ao fixar a pensão considerando aquilo que recebia em atividade, assim como não prospera o pleito de lucro cessante que configura a duplicidade no pedido, como bem reconheceu a r. sentença, porque aquilo que deixou de ganhar com o acidente sofrido já é reposto com o deferimento da pensão, deferida retroativamente à data do acidente.

Mantenho a r. decisão recorrida.

DAS DIFERENÇAS DOS DEPÓSITOS DE FGTS

A reclamada alega que o reclamante recebe, a título de benefício do INSS, um auxílio previdenciário do tipo comum (B31) e não acidentário (B91), razão pela qual somente estaria obrigada ao recolhimento do FGTS nos 15 primeiros dias do afastamento, nos termos do art. 28 da Lei nº 8.036/90, e não da forma como deferido na sentença, de 19/05/2003 (data do afastamento do autor) até maio de 2008 (data de ajuizamento da ação). Ressalta que a doença do autor é de natureza degenerativa, e não ocupacional.

O reclamante, por sua vez, alega que ainda se encontra recebendo o auxílio doença acidentário, pelo que requer o deferimento das diferenças do FGTS até a efetiva extinção do benefício, e não somente até a data do ajuizamento da ação.

As alegações das partes não prosperam.

Com relação às alegações da reclamada, ressalta-se o reconhecimento da ocorrência de acidente de trabalho e o contido na prova documental nos autos, a exemplo da Carta de Concessão emitida pelo INSS, à fl. 39, comunicando a concessão de “AUXÍLIO-DOENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO(91)”.

Quanto às alegações do reclamante, observa-se que o pedido inicial é líquido e delimitado ao período que antecede o ajuizamento da reclamação, de modo que o autor inova ao pretender o reconhecimento de direitos vincendos.

Nada a reparar.

DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

A reclamada alega que a indenização por dano moral e material decorrente de acidente de trabalho é matéria de natureza civil, sendo imperioso observar que a mora só passa a existir do valor fixado em sentença, ou seja, como após apurar o valor surge a obrigação de pagamento pelo devedor, somente a partir daí ele poderia incorrer em mora.

Não lhe assiste razão.

Em se tratando de ação trabalhista, inserida no âmbito de competência desta Justiça Especializada, o crédito daí decorrente submete-se às regras inerentes à apuração dos créditos trabalhista em geral, e como tal os juros de mora devem ser computados a partir do ajuizamento da ação, nos termos do art. 39, § 1º, da Lei nº 8.177/91, enquanto a atualização monetária deve observar o evento gerador da obrigação, seguindo as diretrizes do art. 459 da CLT e Súmula nº 381 do C. TST, como bem definiu a r. sentença.

Mantenho a r. decisão recorrida.

ANTE O EXPOSTO, conheço dos recursos, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade; no mérito, rejeito a prejudicial de prescrição e nego provimento aos recursos para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, inclusive quanto às custas. Tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR MAIORIA TURMÁRIA, VENCIDA A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA PASTORA DO SOCORRO LEAL TEIXEIRA, QUANTO AO RECURSO DO RECLAMANTE, EM CONHECER DOS RECURSOS, EIS QUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO E NEGAR-LHES PROVIMENTO PARA MANTER A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 26 de maio de 2009. (Publicado no DEJT em 29/05/2009)

ALDA MARIA DE PINHO COUTO, Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

DOENÇA DO TRABALHO. EXISTÊNCIA DOS REQUISITOS CONFIGURADORES DO ILÍCITO.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0128-2009-005-08-00-8
RELATORA: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

RECORRENTE: **AUTO VIAÇÃO ICORACIENSE LTDA.**
Advogado: Dr. Farid Bastos Salman

RECORRIDO: **RAIMUNDO CLÁUDIO RAIOL FERREIRA**
Advogado: Dr. Lair da Paixão Rocha

DOENÇA DO TRABALHO. EXISTÊNCIA DOS REQUISITOS CONFIGURADORES DO ILÍCITO. Restando amplamente provado nos autos doença laboral, remanesce a obrigação de indenizar por parte da empresa reclamada, ante a configuração dos elementos caracterizadores do ilícito, quais sejam: a ação ou omissão do empregador; o dano; o nexo de causalidade entre a conduta da reclamada e o dano sofrido pelo autor e dolo ou culpa, em qualquer nível, da reclamada.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário, provenientes da MM. 5ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes como recorrente, AUTO VIAÇÃO ICORACIENSE LTDA. e como recorrido, RAIMUNDO CLÁUDIO RAIOL FERREIRA.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DO CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário interposto pela reclamada porque atendidos os pressupostos legais de admissibilidade.

2.2 DO MÉRITO

2.2.1 TEORIA DA CULPA. ÔNUS DA PROVA

Assevera a recorrente que caberia ao reclamante demonstrar em sua petição inicial o ato praticado pela reclamada causador de dano que lhe acarretaria indenização por danos morais, em respeito ao disposto no art. 818, da CLT e 333, I, do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho por força do art. 769, da CLT.

Aduz que não possui responsabilidade pela doença a que fora acometido o recorrido, afirmando que em nada contribuiu para o agravamento do quadro do autor, nem deu causa ao problema de sua mão.

Afirma que a testemunha trazida pelo recorrido é tendenciosa em favorecer o reclamante, vez que trabalhava na função de cobrador urbano, exercendo suas atividades externamente e fora da garagem da empresa, e laborava em horário diferente do autor, inservível como meio de prova, portanto.

Relata que não se configura no presente caso a culpa ou dolo da empresa na doença sofrida pelo recorrido.

Analiso.

Primeiramente, deve ser esclarecido que restou provada a cirurgia para retirada de “glomamgiona” (tumor glômico) da mão direita do autor, em 20/01/2006, conforme documentos de fls. 11, 12 e 13 dos autos.

Por outro lado, os documentos de fls. 20, 21, 22 e 23 demonstram que o autor apresentava tumor na mão direita e que lhe trouxe sequela definitiva, bem como que o material colhido para exame apresentou diagnóstico de “melanoma metastático”, conforme laudo médico de fl. 12, que é um tipo de câncer com incidência cutâneo que está associado a prognóstico desfavorável em sobrevida mediana de 8 a 9 meses, conforme estudos com pacientes.

De acordo com os fatos narrados na exordial, às fls. 01/06 dos autos, o autor foi contratado inicialmente para exercer a atividade de cobrador de ônibus da reclamada. Ocorre que em 20/01/2006, ainda na função de cobrador, o reclamante submeteu-se a um procedimento cirúrgico para a retirada de um cisto que aparecera em sua mão direita, todavia após a alta médica, passou o autor a trabalhar na função de manobrista de ônibus, onde tinha que lavar os coletivos, através da manipulação de produtos químicos sem qualquer proteção fornecida pela reclamada.

Afirmou o demandante, na inicial, que, em razão de encontrar-se em período de cicatrização dos ferimentos decorrentes da cirurgia, o efeito dos produtos químicos por ele utilizados fizeram com que os ferimentos não cicatrizassem e evoluíssem para um quadro cada vez mais grave, sem que recebesse tratamento e orientação adequados pelo médico da empresa, vindo o ferimento a ocasionar uma infecção gravíssima que culminou com a amputação da sua mão direita.

Em audiência, o reclamante afirmou, à fl. 71-verso: "*que começou desempenhando a função de cobrador, em 03.12.1998 até 20.01.2006, quando foi submetido a uma cirurgia, para retirada de um cisto na mão direita; que ficou 15 dias afastado de suas funções de licença-saúde; que quando retornou ao trabalho, passou a desempenhar a função de manobrista; que nessa função, tinha que lavar ônibus e conduzir os funcionários de São Braz para Icoaraci; que na lavagem dos ônibus, usava os seguintes produtos: luma, desengraxante e óleo diesel; que não usava nenhuma luva; que pegava os produtos com as mãos, sem qualquer proteção; que a mão direita do depoente começou a inchar; que no dia 02.06.2008, o depoente foi dispensado, embora se encontrasse doente e tenha comunicado esse fato à funcionária que representa a empresa nesta audiência como preposta; que por ocasião do exame demissional, o depoente falou para o médico o seu problema de saúde e o médico respondeu que deveria ser algum baque que o depoente levou na mão antes de ingressar na reclamada e não pediu nenhum exame para apurar as alegações do depoente; que o depoente nunca teve qualquer problema na referida mão antes do seu ingresso na reclamada; que depois que o depoente foi dispensado, esteve em diversos médicos na tentativa de resolver o problema de sua mão, o que não ocorreu, pois no dia 01.12.2008, teve a sua mão amputada" Grifo nosso.*

A testemunha do autor, Sr. Elson José Silva confirmou os fatos declinados na inicial, respondendo, à fl. 72: "*(...) que depois da cirurgia, o reclamante voltou para trabalhar na garagem como manobrista; que nessa função, o reclamante manobrava os ônibus na garagem, levava os ônibus para uma rampa (dique), para serem lavados e ajudava na lavagem dos ônibus; que várias vezes, viu o reclamante lavando ônibus, usando óleo diesel e graxa e outros produtos de limpeza que não sabe dizer o nome; que o reclamante não usava luva; que o depoente chegou a ver a mão direita do reclamante inchada em diversas ocasiões (...)".*

Como se percebe, a testemunha arrolada pelo reclamante ratifica os termos da inicial, no sentido de que a função desempenhada pelo autor, como manobrista de ônibus, contribuiu para o agravamento do tumor apresentado em sua mão direita, em decorrência das lavagens nos coletivos com o uso, sem a devida proteção, dos produtos químicos que não permitiram a cicatrização dos ferimentos originados pela cirurgia a que se submeteu o reclamante.

E nem se diga que a referida testemunha não possuía conhecimento de tais fatos por realizar suas atividades externamente e em horário diverso do autor, haja vista que, em seu depoimento, respondeu ao patrono da reclamada que trabalhava das 06:00 até no mínimo 14:00 horas, sendo que no final de 2006 ou no início de 2007, foi liberado para o sindicato durante 1 ano e dois meses, e nesse tempo, comparecia na empresa em qualquer horário, de manhã, de tarde ou de noite, esclarecendo ainda

que, embora o final da linha não fosse na garagem, necessitava lá comparecer ao encerrar o serviço, pois ali tinha que prestar as suas contas, ocasião em que costumava ver o reclamante à tarde ou à noite.

Os depoimentos do reclamante e de sua testemunha ratificam os fatos narrados na inicial que, juntamente com os documentos anexados aos autos, às fls. 11-23, comprovam que a doença sofrida pelo autor fora agravada pela atividade desenvolvida por ele na reclamada.

Com efeito, de acordo com a dicção do art. 19 da Lei 8.213/91, acidente do trabalho, "*é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução da capacidade permanente ou temporária para o trabalho*".

Por outro lado, o art. 20, da Lei nº 8.213/91 dispõe que a doença profissional e a doença do trabalho são consideradas acidente do trabalho, conforme se verifica da transcrição, *in verbis*:

> "*Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:*
> *I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social"..*

Para ficar configurada a doença do trabalho é necessária a existência do nexo de causalidade, isto é, da relação de causa e efeito entre o evento e o resultado, e a lesividade.

Nas palavras do ilustre jurista Sebastião Geraldo de Oliveira, o nexo causal é o vínculo que se estabelece entre a execução do serviço (causa) e o acidente do trabalho ou doença ocupacional (efeito).

Por outro lado, a obrigação de indenizar, nos termos do art. 186 do Código Civil, pressupõe a prática de um ato ilícito, que venha a causar dano a outrem, logo há que restar demonstrado o nexo causal.

Prescreve o art. 186 do CC, in verbis:

> *"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".*

O artigo em tela, juntamente com os artigos 187 e 927 do CC/2002 revelam o núcleo da responsabilidade civil a qual, nos dizeres de Carlos Alberto Menezes Direito e Sérgio Cavalieri "opera a partir do ato ilícito com o nascimento da obrigação de indenizar, tendo por finalidade tornar indemne o lesado, colocar a vítima na situação em que estaria sem a ocorrência do fato danoso".

E adentrando no tema da responsabilidade nos deparamos com duas espécies: a de natureza contratual, e a extracontratual ou aquiliana e sob dois fundamentos, podendo-se apresentar como de natureza subjetiva ou objetiva.

A responsabilidade subjetiva, a qual adoto, impõe o dever de indenizar em razão do comportamento do sujeito que causa danos a terceiros, por dolo ou culpa. Já na responsabilidade objetiva, basta que haja o dano e o nexo de causalidade para surgir o dever de indenizar, sendo irrelevante a conduta culposa ou não do agente causador.

Na responsabilidade subjetiva o dever de indenizar tem como base o comportamento desidioso do empregador que atua descuidado do cumprimento das normas de segurança, higiene ou saúde do trabalhador, propiciando a ocorrência do acidente do trabalho.

O que se verifica é que o autor apresentou um problema em sua mão direita, tendo inclusive se afastado do trabalho por licença médica, em razão da cirurgia a que foi submetido para retirar um cisto. Ocorre que, antes da completa cicatrização dos ferimentos o reclamante voltou a exercer atividades incompatíveis com o seu quadro de saúde, manuseando produtos químicos que vieram a agravar os ferimentos, ocasionando-lhe a amputação da mão direita e a doença cancerígena (melanoma metastático).

A reclamada não se preocupou em tomar todas as medidas preventivas a fim de evitar o agravamento do estado da doença, com o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI´s). Também não averiguou as queixas do autor e o inchaço de sua mão direita, antes de demiti-lo, violando o direito fundamental da dignidade da pessoa humana e os direitos à vida, à saúde e ao meio-ambiente de trabalho saudável e seguro, previstos no art. 5º, da Carta Republicana de 1988.

O art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal prevê que:

> "*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*
> *XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança".*

E o art. 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal dispõe que:

> *Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.*
> *§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.*

Sabe-se que é dever do empregador adotar medidas preventivas de higiene, saúde e segurança do trabalho (artigo 7º, XXII, da Constituição Federal), a fim de evitar danos e, em última análise, favorecer o bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores, indispensáveis ao bom desempenho profissional.

De acordo com a dicção legal acima citada, percebe-se que a empresa tem o dever de propiciar ao empregado um meio ambiente do trabalho sadio, seguro, já que este é o local no qual se desenrola boa parte da vida do trabalhador. No entanto, não era assim que agia a empresa reclamada, conforme se depreende dos elementos carreados aos autos, pois sequer procurou verificar o estado de saúde apresentado pelo reclamante, demitindo-o sem adotar nenhuma medida preventiva para evitar os malefícios da doença.

Observa-se que o dever geral de cautela por parte do empregador não foi observado, na medida em que a reclamada mesmo sendo conhecedora da cirurgia realizada pelo autor, ainda assim o colocou no exercício de atividade de lavagem de ônibus, com manuseio de produtos nocivos para os ferimentos não cicatrizados em sua mão direita.

Exsurge, portanto, a culpa da recorrente que não fiscalizou a realização dos serviços por seu empregado, permitindo, ainda de maneira omissiva, que o reclamante mesmo sem a completa cicatrização dos ferimentos provenientes da cirurgia, trabalhasse no exercício de funções que vieram a ocasionar um agravamento de sua doença.

De outro lado, os depoimentos do autor e de sua testemunha convergem para a comprovação da culpa, na modalidade de negligência, da reclamada, que não se

valeu das medidas de prevenção adequadas a evitar o dano em seu empregado, não observando as normas de proteção e segurança obrigatórias para o meio ambiente de trabalho.

Diante das provas constantes dos autos e conforme esposado acima, devem ser afastados os argumentos da reclamada no sentido de que não agiu ou concorreu de forma culposa ou dolosa para a doença do autor.

A doença do trabalho restou provada nos autos, remanescendo, assim, a obrigação de indenizar por parte da empresa reclamada, ante a configuração dos elementos caracterizadores do ilícito, quais sejam: a ação ou omissão do empregador; o dano; o nexo de causalidade entre a conduta da reclamada e o dano sofrido pelo autor e dolo ou culpa, em qualquer nível, da reclamada.

Os danos morais e materiais restaram provados em face do sofrimento do autor, da dor experimentada ante a fatalidade que o vitimou, causando a amputação de sua mão direita, que dificultará a sua colocação no mercado de trabalho.

A dor sofrida por este jovem trabalhador de 37 anos ao ver a sua mão mutilada e ainda ser portador de um câncer cutâneo, é inquestionável, devendo a empresa responder pelo dano causado, nos termos do art. 5º, X, da CRFB/88.

2.2.2 DO VALOR ARBITRADO À TÍTULO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Alega a reclamada que a condenação fixada na sentença a título de danos morais e materiais extrapolou os limites da razoabilidade e proporcionalidade, vez que o d. Juízo de primeiro grau levou em consideração tão-somente o porte econômico da empresa recorrente, sendo desprezada a capacidade econômica do recorrido.

Aduz que o parâmetro de fixação da indenização por danos materiais deve partir da data do evento danoso e não da data da admissão do recorrido na empresa reclamada, afirmando ainda que a perda do membro reduziu a sua capacidade laboral, mas não ocasionou a perda total de sua capacidade, dessa forma, entende que não atendeu o Juízo *a quo* os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, proporcionando um enriquecimento ilícito por parte do recorrido.

Vejamos.

O critério da razoabilidade expresso na lei indica que a apuração deverá ser norteada pelo bom senso e pela expectativa daquilo que ordinariamente acontece.

O Juízo de primeiro grau arbitrou a indenização por danos morais em 100.000,00 e por danos materiais em R$ 139.440,00 - considerando um salário mínimo por mês, desde a admissão na reclamada até a sobrevida estimada em 65 anos, sendo R$ 415,00 x 336 meses = R$ 139.440,00.

Utilizando-se do critério da razoabilidade, considero adequado e razoável ao caso vertente o valor de R$ 50.000,00, à título de indenização por dano moral para compensar a vítima e imprimir à reclamada um efeito punitivo e concomitantemente com efeitos pedagógicos no intuito de que não venha a reincidir no ilícito praticado.

Entendo que indenização em R$ 50.00,00 mostra-se perfeitamente condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e atende à finalidade da compensação pelo abalo psicológico e moral sofrido pelo empregado ao ver lesionada sua integridade física.

Some-se ao fato de ser o reclamante portador de uma doença grave (câncer cutâneo), conforme laudo médico acostado aos autos, à fl. 12.

No que tange ao critério utilizado para a indenização pelos danos materiais, considero-o em conformidade com o princípio da razoabilidade e com a atual expectativa de vida, estimada hoje em 65 anos.

Desta feita, reformo a sentença para reduzir o valor da compensação por dano moral para R$ 50.000,00 e mantenho a decisão quanto à indenização pelos danos materiais.

2.2.3 DA APLICAÇÃO DO ART. 475-J DO CPC

Insurge-se a recorrente contra a cominação da multa de 10% sobre o valor da causa nos termos do art. 475-J do CPC.

Neste ponto, assiste razão à recorrente.

O citado dispositivo dispõe: "*Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação".*

O art. 769 da CLT consagra que o direito processual civil será fonte subsidiária do direito processual do trabalho nos casos omissos. No caso específico para o cumprimento da decisão existe disposição legal prevista na CLT a respeito, que é o disposto no art. 880 da CLT.

Assim, dou provimento ao recurso neste ponto para excluir da condenação a multa de 10%, com fundamento no art. 475-J do CPC.

2.2.4 DA JUSTIÇA GRATUITA

Pleiteia o reclamante, em contra-razões ao recurso ordinário interposto pela reclamada, o benefício da justiça gratuita.

Em que pese não ter havido condenação ao reclamante, concedo os benefícios da gratuidade da justiça, com fundamento no disposto no §3º, do art. 790, da CLT e no art. 4º, da Lei nº 1.060/50, que exige uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que a parte não dispõe de condições para pagar as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, o que foi realizado, conforme se observa da fl. 06 da peça de ingresso.

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário interposto pela reclamada, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito, dou-lhe parcial provimento para, reformando a r. sentença, reduzir o valor da compensação por dano moral para R$ 50.000,00 e excluir da condenação a multa de 10%, com fundamento no art. 475-J do CPC. Concedo os benefícios da justiça gratuita ao autor, com fundamento no disposto no §3º, do art. 790, da CLT e no art. 4º, da Lei nº 1.060/50, mantendo-se a decisão de primeiro grau em seus demais termos, inclusive quanto às custas. Tudo conforme a fundamentação.

3 CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RECLAMADA, POIS PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA, REDUZIR O VALOR DA COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL PARA R$ 50.000,00 E, PELO VOTO DE DESEMPATE DA EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ODETE DE ALMEIDA ALVES, VENCIDAS A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL E A JUÍZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA

MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO, QUE MANTINHAM A CONDENAÇÃO DA MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A MULTA DE 10%, COM FUNDAMENTO NO MENCIONADO ARTIGO 475-J DO CPC. CONCEDE-SE OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA AO AUTOR, COM FUNDAMENTO NO DISPOSTO NO §3º, DO ART. 790, DA CLT E NO ART. 4º, DA LEI Nº 1.060/50, MANTENDO-SE A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 28 de julho de 2009. (Publicado no DEJT em 03/08/2009)

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA, Desembargadora Federal do Trabalho, Relatora.

****

EMPREGADO DOMÉSTICO. INCLUSÃO NO FGTS. OPÇÃO DO EMPREGADOR MEDIANTE REQUERIMENTO ESCRITO.

PROCESSO TRT 8ª/2ªT./RO 00827-2008-115-08-00.2
RELATOR: Desembargador JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES

RECORRENTE: **TEREZINHA FARO LOPES**
Advogada(s): Dra. Rosilene Soares Ferreira e outra, fls. 23

RECORRIDO: **FRANCISCO DE PAULO TRINDADE GOMES**
Advogado: Dr. Raimundo José de Paulo Moraes Athayde e outros, fls. 08.

EMPREGADO DOMÉSTICO. INCLUSÃO NO FGTS. OPÇÃO DO EMPREGADOR MEDIANTE REQUERIMENTO ESCRITO. O reclamante, ora recorrido, foi considerado pela reclamada como trabalhador rural e, por isso, no ensejo do pagamento das parcelas decorrentes da extinção do contrato, foi incluído o FGTS. Mas a decisão concluiu que o reclamante trabalhou na condição de empregado doméstico e não como trabalhador rural, pelo que, não há o direito ao FGTS, a não ser que o ex-empregador tivesse formalizado a opção, o que não ocorreu. Um processo judicial deve ser conduzido com seriedade. As partes não são caças e por isso não podem ser atraídas por uma negaça, caindo numa armadilha. O julgador não pode, e nem deve, ficar na espreita aguardando um descuido ou mesmo um deslize da parte para condená-la, sem que haja uma motivação apropriada, transparente e leal. O fato da reclamada ter incluído, por descuido, o FGTS em recibo de pagamento não é fundamento para se concluir que ela tenha optado nos termos exigidos pela legislação.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Ordinário**, oriundos da Meritíssima Vara do Trabalho de Santa Izabel do Pará, em que são partes, como recorrente, **Terezinha Faro Lopes** e, como recorrido, **Francisco de Paulo Trindade Gomes.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Do conhecimento.

Conheço do recurso de fls. 62-69, porque observados todos os pressupostos de admissibilidade.

Preliminar de nulidade da sentença. Negativa de prestação jurisdicional:

A reclamada, ora recorrente, está suscitando a *nulidade da sentença* sob a alegação de "prestação jurisdicional incompleta", fls. 63.

Alega que o MM. Juízo de Primeiro Grau incorreu em negativa de prestação jurisprudencial, na medida em que não enfrentou fundamentadamente as questões postas em debate nos embargos de declaração acerca do salário in natura pago pela reclamada ao autor, cujo recebimento foi confessado por este e quanto ao pedido alternativo de reconhecimento de contrato de trabalho em regime de tempo parcial.

Assim, entende que a sentença ofende os artigos 5º, LV, e 93, IX, da Carta Magna.

Analiso e decido:

De fato, a reclamada, ao contestar a reclamação, em especial o pleito de diferença de salário, alegou que "o reclamante sempre recebeu corretamente o valor de um salário mínimo, mas da seguinte forma: metade do salário em dinheiro e a outra metade em cesta básica, fornecida pela reclamada, comprado no comércio local, conforme será comprovado durante a instrução processual. Por isso, deve ser julgado improcedente o pedido de diferença salarial e seus reflexos. Porém, pelo princípio da eventualidade, em caso de não ser comprovado o pagamento de salário em alimentos, requer a reclamada seja considerado o salário recebido pelo reclamante, como sendo de regime de tempo parcial, face não haver fiscalização nas tarefas executadas pelo reclamante, não podendo ser precisado quanto tempo o reclamante estava à disposição da reclamada", fls. 28.

A sentença ao examinar esse pleito, registra que "a reclamada em defesa confirma o fato de haver pagamento de apenas meio salário mínimo mensal o que não é permitido pela legislação brasileira. Assim, defiro ao reclamante o pagamento de diferenças salariais do período não prescrito até o final do contrato, ...", fls. 43 e 43v.

Como se observa, a decisão não examinou a questão referente ao salário *in natura* e nem o trabalho a tempo parcial. Por isso, a então reclamada apresentou embargos de declaração alegando que houve omissão da decisão. Mas, apesar das razões dos embargos esclarecerem qual os pontos que deveriam ser analisados e que não foram, ainda assim, não houve o exame, os embargos foram rejeitados.

Pelas razões apontadas poder-se-ia até concluir pela nulidade da sentença que examinou menos do que deveria, mas, em casos como este, penso que devemos aplicar o *princípio da economia* que rege as nulidades dos atos no processo do trabalho.

De acordo com esse princípio, a nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato. Afora isso, aplica-se também à hipótese o disposto no art. 139, § 4º, do Regimento Interno do E. Tribunal, de acordo com o

qual “quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, o Tribunal não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta”.

Com esses fundamentos desprezo a preliminar de nulidade da sentença.

Diferença de Salário. Salário *in natura*:

Na exordial, o reclamante alegou que durante todo o pacto laboral recebeu apenas meio salário mínimo por mês, pelo que pleiteou o pagamento de diferenças salariais e reflexos em aviso prévio, férias + 1/3, 13º salário, FGTS + 40%, e RSR, nos termos da Constituição Federal e das Súmulas n.º 362 e 363 do C. TST, fls. 03.

Ao defender-se, a reclamada argumentou que “o reclamante sempre recebeu corretamente o valor de um salário mínimo, mas da seguinte forma: metade do salário em dinheiro, e a outra metade em cesta básica, fornecida pela reclamada, comprado no comércio local, conforme será provado na instrução processual”, 28.

Argumentou que, pelo princípio da eventualidade, caso o pagamento de salário com alimentos não seja comprovado, que “seja considerado o salário recebido pelo reclamante, como sendo de regime de tempo parcial, face não haver fiscalização nas tarefas executadas pelo reclamante, não podendo ser precisado quanto tempo o reclamante estava a disposição da reclamada”, fls. 28.

O Juízo de Primeiro Grau, acolheu o pedido, ao fundamento de que “a reclamada em defesa confirma o fato de haver pagamento de apenas meio salário mínimo mensal o que não é permitido pela legislação brasileira”, fls. 43.

Inconformada recorre a demandada repisando o que alegou na defesa e acrescentando que o reclamante confessou tal fato.

A sentença proclamou que o então reclamante, ora recorrido, trabalhou para a reclamada na condição de empregado doméstico. Essa parte da decisão já transitou em julgado uma vez que não houve recurso do reclamante.

A tese da reclamada registrada tanto na defesa como agora no recurso, é que o salário do reclamante era pago parte em dinheiro e parte em cesta básica. Argumentou que, “caso não seja considerada a verba *in natura* recebida pelo autor, que seja considerado o salário em espécie recebido pelo reclamante como contraprestação a remunerar o regime de tempo parcial”, fls. 70.

Esta última hipótese é impossível de ser admitida. A razão é simples. Na inicial o reclamante alegou que trabalhava no horário de 08:00 às 17:00 horas, com intervalo para o almoço, sendo que em alguns dias ultrapassava tal horário. Essa alegação não foi contestada, a reclamada não só não contestou como não declinou o horário que o reclamante trabalhava. Mas, ainda que assim não fosse, o reclamante trabalhou como doméstico que tem lei própria e não há previsão legal para esse tipo de empregado trabalhar mediante jornada de trabalho em regime de tempo parcial. A possibilidade até que existe, mas terá que haver previsão em contrato escrito, conforme previsão contida no art. 58-A, § 2º, da CLT.

Quanto ao salário *in natura,* penso que a reclamada tem razão.

O reclamante confessou em seu depoimento de fls. 39, o seguinte:

“... que o depoente comprova gêneros com o sr. LEANDRO através de uma conta que tinha; que quem pagava a conta era o reclamado; que a compra era realizada mensalmente, em um valor médio de R$ 150,00”.

Esse depoimento é compatível com o que disse a reclamada em sua defesa, ou seja, que metade do salário era pago em dinheiro e a outra metade em cesta básica, fornecida pela reclamada, comprado no comércio local.

A legislação própria do empregado doméstico proíbe o desconto em seu salário pelo fornecimento de alimentação, vestuário, higiene e moradia, mas esse

fornecimento diz respeito ao café, almoço e jantar do próprio empregado, refeições que ele faz na casa do patrão e não ao mantimento que lhe é fornecido para uso em sua casa com seus familiares.

O salário devido ao empregado pode ser pago tanto em pecúnia como também, de modo complementar, por meio de bens e serviços, conforme previsão contida no art. 458 da CLT. O art. 82, parágrafo único, da CLT, prevê que deve ser pago em dinheiro pelo menos 30% (trinta por cento) do salário.

Essa regra foi obedecida pela reclamada.

Sendo assim, e com esses fundamentos, dou provimento ao recurso para excluir da condenação a diferença de salário e seus reflexos.

FGTS. Empregado doméstico. Condenação indevida:

Na inicial, alegando exercer atividades rurais em sítio de propriedade da reclamada, o reclamante pleiteou, dentre outras parcelas, os depósitos de FGTS + multa de 40% e reflexos, fls. 02 e 05.

Em contestação a reclamada argumentou que foi por equívoco que constou no recibo de pagamento da rescisão contratual que o reclamante era trabalhador rural, quando de fato ele era empregado doméstico, pelo que entendia ser indevida a parcela em questão, fls. 25-28.

Ao apreciar o feito, o MM. Juiz de Primeiro Grau acatou a tese da reclamada acerca da qualificação do reclamante na condição de empregado doméstico, mas acolheu o pedido de FGTS + multa de 40% e reflexos, ao argumento de que a reclamada pagou ao reclamante a parcela através do recibo de fls. 30, o que denota a sua intenção de reconhecer o direito em questão ao obreiro, tornando obrigatório, e não mais facultativo, o pagamento das correspondentes parcelas.

Inconformada recorre a reclamada.

A Lei n.º 10.208, de 23.03.2001, acrescentou à Lei n.º 5.859, de 11.12.1972, o art. 3º-A, *verbis*:

> "É facultada a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de que trata a Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, mediante requerimento do empregador, na forma do regulamento."

O reclamante, ora recorrido, foi considerado pela reclamada como trabalhador rural e, por isso, no ensejo do pagamento das parcelas decorrentes da extinção do contrato, foi incluído o FGTS. Mas a decisão concluiu que o reclamante trabalhou na condição de empregado doméstico e não como trabalhador rural, pelo que, não há o direito ao FGTS a não ser que o ex-empregador tivesse formalizado a opção, o que não ocorreu.

Um processo judicial deve ser conduzido com seriedade. As partes não são caças e por isso não podem ser atraídas por uma negaça, caindo numa armadilha. O julgador não pode, e nem deve, ficar na espreita aguardando um descuido ou mesmo um deslize da parte para condená-la, sem que haja uma motivação apropriada, transparente e leal.

O fato da reclamada ter incluído, por descuido, o FGTS em recibo de pagamento não é fundamento para se concluir que ela tenha optado nos termos exigidos pela legislação.

Dou provimento ao recurso, excluindo da condenação o pleito de FGTS.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso; desprezo a preliminar de nulidade da sentença, à falta de amparo legal; no mérito, dou parcial provimento ao recurso para, reformando a r. decisão recorrida, excluir da condenação as

parcelas de diferença salarial e reflexos e FGTS, ficando mantida a sentença em seus demais termos, inclusive quanto às custas processuais. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO; REJEITAR A PRELIMINAR DA NULIDADE DA SENTENÇA, À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO AS PARCELAS DE DIFERENÇA SALARIAL E REFLEXOS E FGTS, FICANDO MANTIDA A SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 9 de setembro de 2009. (Publicado no DEJT em 22/09/2009)

JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES, Desembargador Relator.

****

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.

ACÓRDÃO TRT-8ª/1ª.T/RO 01253-2008-008-08-00-3
RELATOR: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

RECORRENTE: **MARÍLIA HELENA FRANCO MEIRELES**
Dr. Carlos Augusto Pinheiro Lobato dos Santos

RECORRIDA: **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**
Dr. João Bezerra Oliveira do Nascimento Jr.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Não provando a reclamada que teria havido insuficiência de lucratividade no período, nem que teria havido impacto financeiro superior aos parâmetros estabelecidos para as empresas estatais, deve ser compelida a cumprir as progressões funcionais horizontais previstas no seu próprio plano de cargos e salários.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário,** oriundos da **MM. 8ª Vara do Trabalho de Belém,** em que são partes, como recorrente, **MARÍLIA HELENA FRANCO MEIRELES** e, como recorrida, **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.**

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO

O recurso ordinário interposto pela reclamante às fls. 593/599 merece conhecimento, porque tempestivo e subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 14), estando isenta a recorrente do pagamento das custas.

Admito a peça de contraminuta, pois regular.

2.2 MÉRITO
DAS PROGRESSÕES FUNCIONAIS HORIZONTAIS POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO

Insurge-se a reclamante contra a r. sentença de primeiro grau que julgou improcedente a ação, indeferindo o pedido de promoções funcionais por antiguidade e merecimento.

Alega que quando admitida foi enquadrada no PCCS/95 então vigente, porém não obteve as progressões nele estabelecidas. Argumenta que as progressões especiais recebidas pelos Acordos Coletivos de Trabalho estão definidas naquele Plano de Carreira como parcela/benefício ou adicional da estrutura da remuneração, pelo que indevida qualquer compensação entre as progressões concedidas nos Acordos Coletivos e as advindas da aplicação correta do Plano de Carreira, visto possuírem natureza distintas.

Na inicial, afirma a reclamante que foi contratada em 13.01.2004, sendo enquadrada no Plano de Carreiras, Cargos e Salários de 1995, exercendo o cargo de **Técnico Administrativo Júnior**, não obtendo nenhuma progressão, seja por antiguidade ou merecimento, exceto os reajustes e progressões concedidos na data-base e estabelecidos em Acordos Coletivos de Trabalho, os quais seriam distintos dos previstos no PCCS.

Em razão da não concessão das progressões estabelecidas no PCCS, postulou a autora o pagamento decorrente da progressão horizontal por antiguidade dos anos de 2004 e 2007, tendo como base referências salariais equivalentes ao seu nível de carreira, com integralização ao seu salário atual e o pagamento retroativo a março/2004 e respectivos reflexos. Postulou ainda a progressão horizontal por mérito nos períodos de 2005, 2006 e 2008, conforme os resultados e critérios de proporcionalidade estabelecidos no PCCS, com duas referências salariais cada, retroativo mês a mês e reflexos. Requereu ainda o reenquadramento no PCCS/98, assim como a antecipação da tutela, com a imediata incorporação ao salário da importância equivalente a **oito referências salariais**, duas de mérito para cada ano de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, sendo o pedido indeferido, consoante despacho de fl. 66.

A reclamada, em sua defesa, disse que a implantação do PCCS/95 por força de Dissídio Coletivo há muito vem sendo implementada, sendo a concessão das promoções por antiguidade e merecimento dependentes de deliberação da diretoria da reclamada e sujeitas a recursos financeiros disponíveis, lucratividade auferida em exercício anterior, em tudo respeitada a limitação de despesas impostas às empresas públicas pela Resolução nº 09/96. Argumenta que como empresa pública federal integrante da administração pública indireta, está sujeita aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, devendo observar outras normas que não apenas as trabalhistas, como as Resoluções do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, em especial a de nº 09 de 03.10.1996, que limita em 1% da folha salarial o impacto anual com as promoções por antiguidade e por merecimento, pelo

que a concessão de quaisquer progressões fora dos critérios estabelecido no PCCS e no Regulamento Interno da reclamada configura-se ilegal.

Ressalta ainda a reclamada, que fazendo uso de seu poder discricionário, pode ou não aplicar a promoção por antiguidade, ou eventualmente apenas aplicar a promoção por merecimento, sendo que em razão das limitações orçamentárias e mediante os acordos coletivos de 2004/2005 e 2005/2006 concedeu à reclamante as referências salariais postuladas, porém não nos períodos requeridos.

Vejamos.

Analisando o PCCS/95, verifica-se no item 8.2.10.2 que ***As Progressões Horizontais por Mérito e por Antiguidade serão concedidas, a quem fizer jus, nos meses de março e setembro, por deliberação da Diretoria da Empresa em conformidade com a lucratividade do período*** **anterior**, dispondo o item 8.2.10.3, que tais progressões serão aplicadas de **forma alternada**, observados os interstícios de concessão.

Pelo item 8.1.12 a **progressão horizontal por mérito** será contada após decorridos **12 meses da data da admissão**, e a **progressão horizontal por antiguidade** após o interstício máximo de **três anos de efetivo exercício**, contados a partir da última progressão por antiguidade ou da data da admissão (item 8.2.10.4).

Por tais normas, a reclamada obrigou-se a promover as progressões salariais por merecimento ou por antiguidade. O direito a tais progressões passou a integrar o contrato de trabalho da reclamante, não podendo ser alterado, em prejuízo dos empregados, em nome do princípio da imutabilidade das cláusulas do contrato de trabalho, salvo norma mais benéfica, ou previsão contida em Acordo Coletivo de Trabalho. Portanto, reclamante teria direito à progressão horizontal por antiguidade e por mérito, tal como previsto pelos §§ 2º e 3º do art. 461 da CLT.

Esclareço que embora a reclamada, como empresa pública federal, esteja obrigada a observar com o gasto em promoções o limite anual de 1% do total da folha imposto pela Resolução nº 09/96 do CCE/DEST, não fez prova insofismável de que tal limite fora ultrapassado, embora seja fato impeditivo do direito da autora, nos termos do art. 333, II do CPC.

Com efeito, a defesa não provou que teria havido insuficiência de lucratividade no período, nem que teria havido impacto financeiro superior aos parâmetros estabelecidos para as empresas estatais, limitadas ao máximo de 1% ao ano, nos moldes em que define a Resolução 09/1996 do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais.

Como bem ressaltou o juízo de 1º grau, a omissão da diretoria da empresa em proceder a ato congente permite a esta Justiça Especializada supri-la, de forma a possibilitar a aquisição pelo trabalhador do direito de auferir as progressões a que faz jus, em observância aos pressupostos estabelecidos no PCCS.

Pelo PCCS/95, a concessão da progressão **por antiguidade** dar-se-ia em até **três anos** a contar da data da admissão ou da última progressão por antiguidade, pelo que de acordo com os itens 8.2.10.5 e 8.2.10.2 a reclamante teria direito a uma referência salarial a partir de março/2007.

Ocorre que O Acordo Coletivo de Trabalho de 2004/2005 (fls. 367/386), estabeleceu no item II da Cláusula 51, a *"concessão de 1 (uma) referência salarial, com vigência em 01.09.2004, para todos os empregados admitidos até 31.07.2004, a título de antecipação de promoção por antiguidade".*

Tal também se sucedeu no Acordo Coletivo de Trabalho de 2005/2006 (fls. 389/412), conforme cláusula 51 a seguir transcrita:

"**Cláusula 51 - REAJUSTE SALARIAL. Será concedido aos empregados da ECT:**

I - (...)

II - 1 (uma) referência salarial, equivalente a 5%, com vigência em 01.02.2006 para todos os empregados admitidos até 31.07.2005, a título de promoção por antiguidade.

III - (...)

IV - (...)"

Assim, a reclamante no período de vigência do PCCS/95 recebeu antecipadamente duas referências salariais por antiguidade: uma referente a 2007, antecipada no Acordo Coletivo de 2004/2005, implementada a partir de 1º/09/2004; e a outra que só seria devida, em tese, em 1º/09/2009, foi antecipada no Acordo Coletivo de 2005/2006, implementada em 1º/02/2006, pelo que entendo não fazer jus a qualquer outro pagamento a título de progressão por antiguidade.

Ressalto, que não prospera o entendimento da reclamante de que descaberia a compensação das progressões antecipadas em norma coletiva. A cláusula 03 do plano de carreira veda a acumulação de vantagens, determinando a necessária compensação, *"a fim de que não se computem ou se acumulem acréscimos pecuniários ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento, com consequente duplicidade de pagamento"*.

No que diz respeito à **progressão por mérito**, dispõe o item 8.2.10.9.1 do PCCS/95, que poderão concorrer à tal progressão os empregados que obtiverem nível médio de desempenho nos conceitos ótimo, bom e regular, sendo o interstício para a concessão de 12, 18 e 24 meses, respectivamente, não fazendo jus à promoção o empregado com nível de desempenho insuficiente.

Pelo *curriculum* juntado com a inicial, verifica-se que a reclamante de 2004 a 2007 sempre obteve nível **C** (desempenho satisfatório) como resultado da avaliação de desempenho, correspondente ao **conceito regular** pelo item 8.2.10.9.1, com interstício de **24 meses**, pelo que, considerando a admissão em 13/01/2004, a reclamante tem direito à progressão por mérito (1 referência) em março de 2006, bem como outra progressão por mérito em março/2008 (1 referência).

O juízo de 1º grau indeferiu o pedido de progressão por mérito, por entender que deve ser observado o interstício de dois anos entre as progressões, com o que não concordo.

O que o plano de carreira exige no item 8.2.10.3 é que as progressões horizontais por antiguidade e mérito sejam aplicadas de forma **alternada** e *observados os interstícios de concessão*, inexistindo, entretanto, previsão de qual seria o interstício entre uma progressão por merecimento e uma progressão por antiguidade, pelo que pode-se afirmar que, em princípio, não existe impedimento de concessão de progressões no mesmo exercício, desde que observado o critério de alternância e os critérios específicos (inclusive de interstício) de concessão de cada progressão.

Esclareço que não há óbice no plano de cargos e salários à concessão da progressão por antiguidade e por mérito no mesmo exercício, tendo em vista que tal impedimento diz respeito tão somente à **progressão horizontal por antiguidade e promoção vertical seletiva e reclassificação**, conforme dispõe o item 8.2.10.5.

Logo, tem direito a autora à progressão por mérito no ano de 2006, a partir de março, correspondente a **01 referência salarial**, visto que o item 8.2.10.6 prevê a concessão de **até** duas referências salariais.

Faz jus a reclamante a outra progressão por mérito dois anos depois, ou seja, em março de 2008, sendo, no caso, observado o critério da alternância, já que a progressão por antiguidade, implementada antecipadamente, seria devida em março/2007.

Logo, defere-se à autora a incorporação ao salário da diferença salarial

decorrente da progressão funcional (1 referência) retroativa à março de 2006 e outra progressão funcional por mérito (1 referência) retroativa a março de 2008 e os reflexos pertinentes.

A partir de julho de 2008 novo Plano de Cargos e Salários foi implementado, não sendo questionado os critério do novo plano, devendo ser observado, contudo, o patamar salarial da autora, ora reconhecido, para que se faça o correto enquadramento no novo plano.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso da reclamante, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito, dou-lhe parcial provimento para reformando, em parte, a sentença deferir à recorrente diferença salarial correspondente a uma referência salarial em decorrência da progressão horizontal por mérito do mês de março de 2006 e uma referência salarial decorrente da progressão por mérito do mês de março de 2008 e reflexos em férias com 1/3, 13º salário, anuênios e depósitos do FGTS, a serem apuradas até junho de 2008, mantida a r. sentença em seus demais termos, tudo conforme os fundamentos.

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO DA RECLAMANTE, POIS ATENDIDOS AOS PRESSUPOSTOS LEGAIS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA REFORMANDO, EM PARTE, A SENTENÇA DEFERIR À RECORRENTE DIFERENÇA SALARIAL CORRESPONDENTE A UMA REFERÊNCIA SALARIAL EM DECORRÊNCIA DA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR MÉRITO DO MÊS DE MARÇO DE 2006 E UMA REFERÊNCIA SALARIAL DECORRENTE DA PROGRESSÃO POR MÉRITO DO MÊS DE MARÇO DE 2008 E REFLEXOS EM FÉRIAS COM 1/3, 13º SALÁRIO, ANUÊNIOS E DEPÓSITOS DO FGTS, LIMITADA A APURAÇÃO DAS PARCELAS ATÉ JUNHO DE 2008, VENCIDO O EXMº DESEMBARGADOR MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA QUE DEFERIA 2 REFERÊNCIAS SALARIAIS POR CADA PROGRESSÃO; SEM DIVERGÊNCIA, MANTER A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 01 de setembro de 2009. (Publicado no DEJT em 11/09/2009)

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - Desembargador Relator.

****

I - ENQUADRAMENTO SINDICAL. ATIVIDADE PREPONDERANTE. II - TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 00364/2008-009-08-00.9
RELATORA: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

RECORRENTES: NAIRK FERREIRA TEIXEIRA

Dr. Alberto Ferreira de Carvalho
AMERICAN BANKNOTE S/A. - ABN
Dra. Renata Georgia Guimarães Costa
DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ
Procuradora: Dra. Denise da Costa Santos

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

I - ENQUADRAMENTO SINDICAL. ATIVIDADE PREPONDERANTE. Em tendo sido reconhecido que o empregador possui, como atividade preponderante, nos termos do § 2º do artigo 581 da CLT, a realização de serviços gráficos, devem-lhe ser aplicadas as normas correspondentes à categoria profissional do aludido segmento. II - TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Para que se preservem os preceitos próprios ao Direito do Trabalho e se garantam a eficácia e a efetividade dos direitos sociais, responde o tomador de serviços, de forma subsidiária, em caso de inadimplemento por parte do prestador de serviços das obrigações trabalhistas decorrentes do contrato de trabalho. Recurso improvido.

1 RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário** oriundos da MM. 9ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes as acima referidas.

OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso da primeira reclamada AMERICAN BANKNOTE S/A. porque é adequado, tempestivo (fls. 588 e 590) e se encontra subscrito por advogada habilitada (fls. 127 e 128), tendo recolhido as custas (fl. 602) e realizado o depósito recursal (fl. 603), deixando de considerar a questão relativa à legitimidade passiva *ad causum* do segundo reclamado DETRAN por lhe faltar interesse de agir.

Conheço do recurso do reclamante porque é adequado, tempestivo (fls. 588 e 633) e se encontra subscrito por advogado habilitado (fl. 21), tendo sido isento do pagamento das custas.

Conheço do recurso do segundo reclamado DETRAN porque é adequado, tempestivo (fls. 588 e 644) e se encontra subscrito por procurador autárquico (fl. 134), sendo o recorrente legalmente dispensado do depósito recursal (art. 1º, inc. IV, do D-L nº 779/69) e do pagamento das custas (art. 790-A, inc. I, da CLT).

Conheço das contrarrazões da primeira reclamada ao apelo do reclamante eis que são tempestivas (fls. 537 e 530) e se encontram subscritas por profissional habilitado (fls. 123 e 124).

Conheço das contrarrazões do reclamante ao recurso da primeira reclamada pois são tempestivas (fls. 569 e 582) e se encontram subscritas por profissional habilitado (fl. 20).

Conheço, ainda, das contrarrazões do segundo reclamado ao recurso do reclamante porque são tempestivas (fls. 581 e 589) e se encontram subscritas por profissional habilitado (fls. 123 e 124).

2.2 QUESTÃO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM (RECURSO DO SEGUNDO RECLAMADO)

Insurge-se o recorrente contra a sentença que reconheceu a sua responsabilidade subsidiária em relação às parcelas devidas ao reclamante pela primeira reclamada American Banknote S/A.

Alega que a relação existente entre ele e a primeira reclamada seria um caso típico de terceirização, executada dentro da legalidade, haja vista que a contratação teria advindo de processo licitatório, realizado em estrita observância às disposições do artigo 37, inciso XXI, da CF/88, bem como que a Súmula nº 331 do C. TST feriria de morte o artigo 71 da Lei nº 8.666/93 e afrontaria o princípio da legalidade e o da supremacia do interesse público.

Aduz que seria, então, evidente a sua ilegitimidade para compor o polo passivo da lide, requerendo, por conseguinte, a sua exclusão da presente demanda.

Inicialmente, distingue-se a ilegitimidade passiva, matéria preliminar, da inexistência de responsabilidade subsidiária - matéria de fundo.

Em verdade, ao pedir sua exclusão da lide por entender que não deve ser responsabilizado subsidiariamente, o recorrente confunde as condições da ação com o seu mérito.

A legitimidade de parte é condição da ação, relativa à qualidade para agir, seja como titular do interesse afirmado na pretensão (ativa), seja como titular do interesse que se opõe ao afirmado na pretensão (passiva).

Trata-se de matéria processual, razão pela qual não é possível discutir, através desta preliminar, qualquer situação fático-probatória descrita na defesa do recorrente ou mesmo em seu recurso ordinário.

O não-atendimento de qualquer das condições da ação importa carência da ação e, conduz, consequentemente, à extinção do processo sem resolução do mérito (CPC, art. 267, inciso VI), podendo o autor, inclusive, pleitear novamente o reconhecimento de seu direito, desde que passe a observá-las.

Serão enfim legítimas as partes sempre que forem titulares da relação jurídica levada à apreciação do Judiciário ou, conforme CARNELUTTI, sempre que os sujeitos do processo se identificarem com os sujeitos da lide.

Deve, portanto, ser mantido o Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN no polo passivo da lide e, considerando tratar-se a responsabilidade subsidiária de matéria de fundo a ser examinada no mérito, rejeito esta questão preliminar.

2.3 QUESTÃO PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO (RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA)

Sustenta a primeira reclamada que, a admitir-se a existência de diferença salarial, esta teria ocorrido, segundo consta da inicial, desde a admissão do reclamante, de tal sorte que, em face da ação ter sido distribuída em março de 2008, ou seja, transcorridos, portanto, mais de 2 (dois) anos da suposta ocorrência do fato, deveria ter sido reconhecida a prescrição prevista na Súmula nº 294 do C. TST, requerendo que seja afastada a condenação ao pagamento de diferenças salariais e reflexos, bem como aos anuênios e às diferenças de participação nos lucros.

Consoante se verifica em sua CTPS (fl. 119), o reclamante foi admitido pela recorrente em 20.12.2004 e dispensado em 1º.11.2007, tendo a presente ação sido ajuizada em 10.3.2008, não havendo falar em prescrição bienal.

A Súmula nº 294 do C. TST trata da prescrição total, nos casos de prestações sucessivas oriundas de modificação do que fora previamente pactuado, excetuando os casos em que o direito à parcela esteja legalmente previsto.

In casu, da simples verificação das datas de admissão do reclamante e do ajuizamento da ação, constata-se que sequer ocorreu a prescrição quinquenal prevista no artigo 7º, inciso XXIX, da CF/88, o que leva a se reconhecer, de plano, a inaplicabilidade das disposições contidas no aludido verbete.

Por assim ser, rejeito a prejudicial.

2.4 MÉRITO

2.4.1 DA PLANILHA DE CÁLCULOS QUE INTEGRA A SENTENÇA (RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA)

Requer a recorrente que lhe seja assegurado o direito de apresentar impugnação aos cálculos que integram a sentença no momento oportuno, conforme autorizaria o artigo 884 da CLT, sob pena de cerceamento do direito de defesa.

Estabelece o artigo 884, § 3º, da CLT que a oportunidade para impugnar os cálculos de liquidação é quando da oposição dos embargos à penhora.

Ocorre que, em se tratando de sentença líquida, como *in casu*, deixa de existir a fase de liquidação, passando a ser este o momento adequado para apresentar impugnação aos cálculos.

Tendo deixado de exercer o direito que lhe era assegurado nesta fase processual, operou-se a preclusão temporal, a impedir a arguição da matéria na fase de execução, exceto no caso de erro material.

Nego provimento.

2.4.2 DO ENQUADRAMENTO SINDICAL. DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS. DO ANUÊNIO. DAS DIFERENÇAS DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS (RECURSOS DA PRIMEIRA E DO SEGUNDO RECLAMADOS)

Insurge-se a primeira reclamada contra a sentença que deferiu ao reclamante diferenças salariais e reflexos, além do anuênio e de diferenças de participação nos lucros, com base na norma coletiva da categoria dos gráficos.

Alega que o autor jamais teria executado trabalhos de *off-set*, serigrafia ou impressão gráfica, muito menos quaisquer das funções incluídas nas faixas “a”, “b” ou “c” da cláusula terceira da norma coletiva juntada aos autos, atuando em um ambiente semelhante ao de um escritório comum, diante de um monitor, fazendo, basicamente, a transposição de imagens e a digitalização de documentos, de modo que não lhe seriam aplicáveis as cláusulas da referida norma.

Requer, caso venha a ser mantida a condenação a esse título, que seja o reclamante enquadrado na faixa “c”, com o menor piso salarial.

O segundo reclamado afirma que o ambiente de trabalho do reclamante não condiz com um parque gráfico e elenca as atividades que seriam consideradas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica - CONATING como relacionadas a trabalhadores da impressão gráfica.

Além disso, refere que o laudo da perícia realizada no Processo nº 00345-2008-014-08-00-8, em trâmite na 14ª Vara do Trabalho de Belém, seria incisivo ao mencionar que não encontrara no local de trabalho máquinas usadas nas gráficas.

De início, esclareço que o referido laudo pericial (fls. 549 a 554) objetivou a verificação das condições de insalubridade por agentes químicos, mostrando-se, assim, imprestável como meio de prova apto a solucionar a controvérsia relativa à presente questão, qual seja, o enquadramento do reclamante como gráfico.

O reclamante, na inicial, afirma que foi admitido na função de auxiliar de sistema de identificação, assumindo, posteriormente, a de operador de sistema de identificação, tendo o seu Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho sido homologado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Pará.

Menciona que é um trabalhador gráfico, vez que exercera atividades afetas a essa atividade, tais como, confecção de documentos gráficos, *in casu*, Carteira Nacional de Habilitação - CNH e Certificado de Registro de Veículos - CRV. Para tanto, capturava imagens - fotografias, utilizava-se de termo impressora (gravação de holograma), realizava a impressão de imagens e de dados, tudo com as características de impressão de segurança.

Ao contestar, a primeira reclamada apresenta, em síntese, os mesmos argumentos agora renovados, ressaltando, ainda, que o reclamante não executara a impressão de talonários de cheque, ações, título ao portador, cautelas, cartões magnéticos e telefônicos, selos e bilhetes magnéticos, nem, tampouco, trabalhara com gráficos holográficos.

Em depoimento, o reclamante declarou:

> "que trabalhou para a reclamada de 20/12/04 a 01/11/07; que a reclamada é uma gráfica; que começou a trabalhar como operador de produção, sendo promovido em seguida para operador de produção I e operador de produção II; que a atividade inerente a essa função é a impressão de carteira nacional de habilitação; CRLV e CRV em formulário contínuo; que não trabalhava com a arte gráfica dos documentos que imprimia; que a reclamada também trabalha com digitalização de documentos; que a empresa trabalhava exclusivamente com a impressão de documentos para o DETRAN; (...) que trabalhava em frente ao computador dando comandos para impressão, bem como alimentava a impressora com papel; (...) que a impressora que o reclamante trabalhava era numa minouta e numa tali, que fazia impressão de formulário contínuo. (*sic*, fl. 539, frente e verso)(grifei).

O preposto da 1ª reclamada disse:

> "(...) que exerce a função de gerente; que a empresa trabalha com prestação de serviços de confecção e impressão de CNH, CRV e CRLV; que a empresa atua exclusivamente prestando serviços ao DETRAN; que o reclamante trabalhava como operador e que o operador manuseia computadores para impressão dos referidos documentos; (...) que a atividade da empresa em Belém é prestador de serviço, no entanto a empresa só presta serviços de impressão de CNH, CRV E CRLV, bem como digitalização e microfilmagem. (...) que as impressoras que existem na empresa são a minouta, talie; (...) que o reclamante não manuseva a impressora de marca talie, porque o reclamante atuava apenas na impressão de CNH que era feita pela impressora minouta; que o reclamante manuseava a máquina holográfica para fazer a impressão de selos na CNH. (*sic*, fl. 539, verso) (grifei).

A preposta da segunda reclamada afirmou:

> "Que a 1ª reclamada tem contrato de prestação de serviços com o DETRAN e que é a única empresa que faz a confecção de impressão de CNH, CRV E CRLV; (*sic*, fl. 539, verso).

A testemunha apresentada pelo reclamante, Sr. Sandoval Chaves Pinto Júnior, assim se manifestou[1]:

---

[1] O MM. Juízo *a quo,* considerando que as declarações por ele prestadas se distanciaram do depoimento prestado pelo obreiro, determinou a remessa de cópia

> "que trabalhou para a primeira reclamada de dezembro de 2005 a outubro de 2007; que o depoente trabalhava na produção de CRV e CRLV; que o reclamante trabalhava na confecção de CNH, CRLV E CRV; (...) que o reclamante utilizava máquina talie e a bolv; que não havia compensação de horários"; (*sic*, fl. 539, verso e 540).

A testemunha da primeira reclamada, Sr. Carlos André de Jesus Araújo Vieira, declarou:

> "que ainda trabalha para a reclamada; que trabalha na reclamada desde 2006; que trabalha na confecção de CNH e CRV; que o depoente é sindicalizado no Sindicato dos Gráficos; que o reclamante trabalha na máquina diolograma, na máquina de corte; que o reclamante trabalhava na impressora HP; que é feita a impressão de CNH em HP. (…) que existem impressora MINOUTA; que a minouta imprime relatórios (*sic*, fl. 540) (grifei).

Como se vê, foi confessado pela primeira reclamada que ela tem, como atividade principal, a prestação de serviços de confecção e impressão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Certificado de Registro de Veículos (CRV) e Certificados de Registro de Licenciamento de Veículos (CRLV).

Constata-se, no CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA da primeira reclamada (fl. 103), que a sua atividade econômica principal é a "impressão de material de segurança", onde, por óbvio, estão inseridos os serviços executados pelo reclamante e que, pelas suas características, podem ser enquadrados nas atividades descritas na "FAIXA A" da tabela de pisos salariais constantes das convenções coletivas de fls. 36 a 73, sendo, portanto, considerados como de impressão gráfica.

Por outro lado, na CTPS do reclamante (fl. 120) consta, expressamente, a sua contribuição para o Sindicato dos Gráficos do Pará, informação que também se encontra na Ficha de Atualizações da Carteira de Trabalho (fl. 179), onde se constata que algumas das alterações de cargos e salários foram oriundas de acordo coletivo, não acostado aos autos, mas que, em face da comprovada filiação do autor ao referido Sindicato, leva à conclusão de que fora com ele firmado.

Diante das evidências que se extrai dos elementos probatórios acima e devendo o enquadramento sindical basear-se na atividade preponderante da empresa, a teor do § 2º do artigo 581 da CLT, há de se reconhecer como correto o enquadramento do reclamante como gráfico, devendo-lhe ser aplicadas as normas desta categoria profissional.

Assim, nego provimento ao apelo neste particular.

2.4.3 *DAS HORAS EXTRAS (RECURSO DO RECLAMANTE)*

Insurge-se o recorrente contra a sentença que indeferiu o seu pedido de horas extras e seus reflexos, sob o argumento de que o seu depoimento estaria em consonância com o que declinara na inicial e que o preposto da primeira reclamada teria faltado com a verdade, pois provara que realizara horas extras que não teriam sido pagas, na integralidade.

Sustenta que a prova de suas alegações seriam os contracheques acostados aos autos, os quais apontariam horas extras remuneradas a 50, 100 e 150%, a indicar serviços extraordinários, inclusive, nos finais de semana.

---

da ata de audiência e da sentença ao Ministério Público Federal para apuração do crime tipificado no artigo 342 do Código Civil.

Aduz, ainda, que teria restado provado que não haveria anotação da hora de entrada e de saída, quer seja por registro manual, mecânico ou eletrônico, consoante as folhas de frequência juntadas aos autos, impugnadas porque apócrifas.

Analiso.

O reclamante, na inicial, mencionou que laborara até 22 horas, de segunda a sexta-feira e, em 2 (dois) finais de semana por mês, das 8:00 às 20:00 e não gozara inteiramente do intervalo intrajornada, referindo que, embora recebesse, habitualmente, horas extras, a quantidade seria inferior às efetivamente trabalhadas, a saber, 4 (quatro) horas extras por dia, 24 (vinte e quatro) horas extras no sábado e 24 (vinte e quatro) horas extras no domingo, estes mensais.

Ao contestar, a primeira reclamada afirmou que, consoante os recibos de salário juntados aos autos, durante todo o pacto laboral realizara regularmente o pagamento de horas extras, sendo que o pleito de eventuais diferenças exige que sejam apontados, pelo reclamante, os valores que entende devidos.

O segundo reclamado, em sua defesa, afirmou que o autor não faz jus à parcela vez que não comprovara ter laborado nos horários constantes da inicial, ônus que lhe incumbia.

A reclamada juntou o Acordo para Compensação de Horas de Trabalho firmado com o reclamante (fl. 188), bem como os controles de jornada (fls. 197 a 246) - nenhum deles assinado pelo autor -, nos quais constam registros relativos à utilização de Banco de Horas.

Além de encontrarem-se apócrifos, os aludidos controles apresentam diversos registros de falta de marcação, fatos esses que, em conjunto com as demais provas, demonstram que não são fidedignos.

Por assim ser, considero inválidos os controles de jornada e, com base no disposto na Súmula nº 338 do C. TST, passo a verificar se a reclamada elidiu a presunção de que o horário apontado pelo autor corresponderia à realidade.

O preposto da primeira reclamada, no particular, afirmou em seu depoimento:

> ”que exerce a função de gerente; (...) que na empresa existem dois apontadores, que são os seguranças que anotam o horário de entrada e saída dos empregados; que esses seguranças beneficiavam alguns empregados e outros não; (...) que io horário desempenhado pelo reclamante era de 8 às 17:48, de segunda a sexta-feira, com uma hora de intervalo para o almoço; que nunca viu o reclamante trabalhando além desse horário bem como aos finais de semana; (...) que não sabe informar com base em que instrumento normativo a empresa faz pagamento de horas extras em percentual de 100 a 150%;(...) que o reclamante não assinava as folhas de ponto. (*sic*, fl. 539, verso) (grifei).

A testemunha arrolada pela primeira reclamada, Sr. Carlos André de Jesus Araújo Viera, disse:

> “operador de sistema (...) que ainda trabalha para a reclamada; que trabalha na reclamada desde 2006; que trabalha na confecção de CNH e CRV; que assina folha de ponto; que trabalha das 08h às 17:48h com uma hora de intervalo para almoço; que ultrapassa esse horário apenas quando hjá necessidade mas que não é comum; que já trabalhou nos finais de semana; que começava às 08h e o horário de saída dependia da necessidade de trabalho; que quando trabalha horas extras recebe em contracheque; (...) que os cartões de ponto são conferidos pelo gerente; que

> o gerente que conferia os cartões de ponto na época em que o reclamante trabalhava não está mais na empresa; (...) que o depoente, o reclamante (...) também entregavam os cartões de ponto para o gerente conferir." (*sic*, fl. 540) (grifei).

Ressalte-se que a segunda reclamada não arrolou testemunhas, tendo a sua preposta confirmado que os horários não eram nem apontados, nem assinados pelo autor.

Dos depoimentos supra constata-se que:

1º) o controle de entrada e saída era feito exclusivamente por seguranças, cujos registros carecem de autenticidade ante a confissão da falta de seriedade por eles demonstrada na realização da tarefa;

2º) as declarações prestadas pelo preposto não correspondem à realidade dos fatos, na medida em que, na maioria dos contracheques juntados, consta o pagamento de horas extras, algumas delas a 100 e a 150%, a evidenciar o trabalho nos finais de semana, consoante as disposições constantes da Cláusula Décima Segunda das Convenções Coletivas acostadas aos autos (fls. 36 a 73) e

3º) as reclamadas não conseguiram se desincumbir do encargo probatório que lhes competia.

Desse modo, dou provimento ao recurso para deferir ao reclamante: 100 (cem) horas extras mensais a 50%, 24 (vinte e quatro) horas extras mensais a 100%, 24 (vinte e quatro) horas extras mensais a 150%, com reflexos sobre aviso prévio, férias + 1/3, 13º salários e FGTS + 40%, compensados os valores pagos a este título e considerados os dias efetivamente trabalhados, nos termos e limites da inicial.

2.4.4 DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (RECURSO DO RECLAMANTE)

Alega o recorrente que seria flagrante a conduta antissindical da primeira reclamada, pois somente empregados sindicalizados teriam sido dispensados.

Sustenta que seria patente o intuito do preposto em sonegar informações ao MM. Juízo *a quo* e que o processo que tramita junto ao Ministério Público do Trabalho decorreria da perseguição sofrida pelos líderes do processo de sindicalização.

Aduz, ainda, que o depoimento do representante da primeira reclamada deveria ser interpretado em conjunto com os documentos juntados à inicial.

O reclamante, na inicial, mencionou que a sua dispensa e as de outros 12 (doze) empregados, sem justa causa, foram motivadas pela sindicalização ao Sindicato dos Gráficos, vez que foram considerados mentores da associação, em massa, à referida entidade de classe, tendo se efetivado justamente no dia anterior à votação que elegeria o delegado sindical, que seria o representante dos trabalhadores no âmbito da empresa.

Afirma que a conduta antissindical da primeira reclamada se evidencia na medida em que substituiu os trabalhadores dispensados, em regime de urgência, por outros da mesma empresa, de outros Estados, com maiores despesas.

Ao contestar, a primeira reclamada refutou as informações, mencionando que, na realidade, as dispensas teriam ocorrido em virtude de ter detectado, por meio de apuração interna, após denúncia por e-mail e verbal, a existência de fraude nos registros de frequência, a beneficiar alguns empregados.

Refere que 6 (seis) dos 9 (nove) empregados dispensados são do Estado do Pará e que, os que vieram de outros Estados, foram deslocados para Belém para ministrar treinamento aos recém-contratados.

Após o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se pacífica a possibilidade de o empregado pleitear indenização por danos morais e materiais decorrentes da violação de direitos fundamentais, com lesão à sua intimidade, vida

privada, honra e imagem pelo empregador, nos termos do inciso X do artigo 5º da Carta Constitucional. Já está sedimentado na doutrina e na jurisprudência que, na hipótese dos autos, a responsabilidade do empresário perante seus empregados segue a regra da responsabilidade civil subjetiva, estabelecida nos artigos 186 e 187, combinados com o artigo 927, do CCB, fundando-se, portanto, na existência de dolo ou culpa, de sorte que analiso a questão sob esse prisma.

Como se sabe, a liberdade de associação a sindicato constitui direito fundamental insculpido no artigo 8º da Constituição Federal, entretanto, para obter êxito na pretensão de ressarcimento por dano moral, o obreiro precisa comprovar a presença dos pressupostos essenciais e delineadores da responsabilidade civil aquiliana, quais sejam: o dano por ele efetivamente suportado, a culpa do empregador e o nexo de causalidade entre o evento danoso e o ato culposo, razão pela qual passo a examinar se desincumbiu do ônus que lhe competia.

O reclamante, sobre o assunto, ao depor, declarou:

> "que foi dispensado sem justa causa; (…) que recebia horas extras no contracheque, mas que acreditava que essas horas extras não correspondiam as horas efetivamente trabalhadas; que o reclamante e demais companheiros diante dessa situação procuraram o sindicato que lhe informou que a situação do reclamante de demais empregados estava irregular e que o ideal era que se sindicalizasse; que o supervisor da empresa Norte Nordeste informou ao reclamante e demais colegas que se os mesmos se sindicalizassem seriam demitidos; que quando o reclamante efetivamente se sindicalizou, foi demitido; que 09 empregados foram demitidos em razão da sindicalização." (*sic*, fl. 539) (grifei).

O preposto da primeira reclamada disse:

> "que exerce a função de gerente; (…) que em Belém não tem sindicato de prestadoras de serviço; que então a empresa não está filiada a nenhum sindicato (…) que atualmente tramita um processo junto ao MPT para a filiação junto ao sindicato dos gráficos aqui em Belém; que na empresa existem dois apontadores, que são os seguranças que anotam o horário de entrada e saída dos empregados; que esses seguranças beneficiavam alguns empregados e outros não; que além disso a empresa passou a receber denúncias de alguns funcionários que faziam uso indevido de táxi para fins próprios, bem como em razão da baixa produtividade de alguns, resolveu dispensar alguns funcionários, entre eles, o reclamante; que o fato de alguns funcionários terem se sindicalizado não foi o motivo da dispensa, até porque a empresa ainda tem alguns funcionários que são sindicalizados; (…) que não tem conhecimento de qualquer eleição de delegado sindical dentro da ABN." (*sic*, fl. 539, verso) (grifei).

A testemunha da primeira reclamada, Sr. Carlos André de Jesus Araújo Vieira, declarou:

> "que ainda trabalha para a reclamada; que trabalha na reclamada desde 2006; (…) que o depoente é sindicalizado no Sindicato dos Gráficos; que o depoente se sindicalizou no segundo semestre de 2007, junto com outros colegas; que teve uma dispensa de diversos funcionários, inclusive o do reclamante mas que isso

> não se deu em razão da sindicalização dos mesmos; que foram dispensados por algumas irregularidades na parte administrativa; que não sabe informar quais; (…) que não sabe a razão da dispensa do mesmo; (*sic*, fl. 540) (grifei).

À fl. 90, foi acostada aos autos a ata da audiência realizada em 11.12.2007 pela Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, como parte do Procedimento Preparatório nº 722/2007, onde constam as seguintes declarações prestadas pelo Sr. Fábio Fernandes do Nascimento, Gerente Regional da American Banknote à época da dispensa do reclamante:

> " (...) que trabalhava na ABN desde 12.7.2001; (…) que de 2006/07 era gerente regional; que foi dispensado no dia 31.10.2007 juntamente com outros oito colegas da empresa; (…) que há um ano atrás os funcionários tomaram conhecimento que ganhavam metade do que deveriam ganhar; (…) que um dos funcionários foi ao Sindicato dos Gráficos para verificar a tabela salarial; que o Supervisor pediu ao depoente que investigasse quem teria ido ao Sindicato saber sobre a tabela salarial; que o Sr. Edimar disse ao depoente que não via isso com bons olhos; que isso traria problemas; que o mal teria que ser cortado pela raiz; que o Gerente de Recursos Humanos da sede que fica no Rio de Janeiro ligou para o depoente pedindo que o depoente se afastasse do movimento de melhoria salarial e processo de sindicalização; que o Sr. DeyvysMilander Torres (…) que não se sindicalizou informou ao Sr. Edmar as pessoas envolvidas no movimento de sindicalização(…) que no dia 31/10/07, foram dispensados nove empregados da ANB(…). (*sic*, fl. 90) (grifei).

À fl. 95, consta comunicado, datado de 19 de outubro de 2007 e recebido na mesma data, onde o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Pará cientifica a Empresa Gráfica American Banknote S/A. que, naquele mês, elegeria, dentre os seus funcionários da categoria gráfica, um delegado sindical.

Do conjunto probatório acima, extrai-se que:

1º) a primeira reclamada não carreou aos autos as necessárias provas capazes de identificar em quais dos fatos por ela elencados como motivadores das mencionadas dispensas estaria envolvido o reclamante;

2º) ao contrário do que afirmou a reclamada, ela tinha ciência da eleição para delegado sindical, constatando-se uma significativa proximidade entre a data em que tomou conhecimento do fato (19.10.2007) e a da dispensa do reclamante (1º.11.2007) e

3º) as afirmações feitas pelo então Gerente Regional da primeira reclamada perante o Ministério Público do Trabalho corroboram as alegações feitas pelo autor.

Tais conclusões conduzem à convicção de que o real motivo da dispensa do reclamante foi o fato de estar entre os que lideraram o movimento de sindicalização, o que configura a dispensa arbitrária do reclamante, bem como a conduta antissindical perpetrada pelo empregador, por obstar o exercício do mencionado direito à liberdade sindical.

Os danos advindos do referido ato, sem dúvida, provocam um profundo sofrimento pelo abalo moral que provoca à vítima, violando direitos da personalidade constitucionalmente assegurados, daí advindo o dever de indenizar.

Reconheço que, *in casu*, encontram-se presentes os elementos necessários à configuração da responsabilidade civil subjetiva e, por conseguinte, dou provimento ao apelo para deferir a indenização por danos morais no valor de R$15.000,00

(quinze mil reais), acrescida de juros, apurados do ajuizamento da ação e de correção monetária, a partir da condenação.

Recurso provido em parte

2.4.5 DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (RECURSO DO RECLAMANTE)

Sustenta o recorrente que a condenação ao pagamento do adicional de insalubridade adviria do enquadramento sindical como trabalhador gráfico, haja vista as disposições contidas nas convenções coletivas acostadas aos autos.

Assevera que o laudo pericial seria totalmente contraditório vez que atestaria a inexistência de agentes insalubres, sem que, para tanto, tenha utilizado qualquer aparelho para aferir com precisão a presença de ruído, escassa iluminação do ambiente ou calor.

Além disso, seria tendencioso por afirmar que não detectara riscos físicos, químicos ou biológicos e, ao mesmo tempo, assegurar que o paradigma, na ocasião da perícia, fazia uso de EPI para proteção dos olhos, bem como por ter omitido dados acerca da máquina de impressão de formulários contínuos porque produziria maior ruído.

Examino.

A Cláusula Trigésima Segunda da Norma Coletiva assegura aos gráficos, *verbis*:

> "Em razão da presente Convenção Coletiva de Trabalho, aplica-se um acréscimo de 20% (VINTE POR CENTO) a título de taxa de insalubridade de grau médio, tendo como base de cálculo o salário mínimo vigente no país.
>
> PARÁGRAFO ÚNICO - A partir do fornecimento do EPI - Equipamento de Proteção Individual e/ou transformações nas estruturas ambientais que excluam as condições insalubres devidamente comprovadas, o adicional de que trata esta cláusula deixará de ser pago." (fls. 41, 49, 60 e 72).

Percebe-se, assim, que o ônus da prova de eliminação, nas estruturas ambientais, das condições insalubres era da primeira reclamada, motivo pelo qual passo a verificar se dele se desincumbiu.

Embora conste da perícia realizada nos autos que não foram detectados riscos físicos, químicos ou biológicos, nela se encontra mencionado: "o que foi observado pelo perito foi à exposição do operador a riscos ergonômicos que conforme o 'mapa de risco' da empresa que é caracterizado como grande" (*sic*, fl. 552, grifei).

Além disso, observou o perito que os computadores não possuíam tela de proteção, o que, "devido à longa exposição causa desconforto e cansaço à vista dos operadores". (fl. 553).

Ressalto que o perito reconheceu que não dosou o ruído, a iluminação, nem o calor, porque lhe pareceu que não havia motivo para tanto, o que, *data venia*, não é comportamento adequado a um perito judicial.

Por outro lado, os PPRAs da primeira reclamada (fls. 430 a 447) sequer demonstraram os riscos ergonômicos, enquanto, como já se disse, o perito judicial apontou grandes riscos dessa natureza.

Entendo, portanto, que a reclamada não se desincumbiu do ônus de provar a eliminação dos agentes insalubres, prevalecendo o disposto na norma coletiva.

Por assim ser, dou provimento ao recurso para deferir ao reclamante o pagamento do adicional de insalubridade, no grau médio (20%), durante todo o pacto laboral, nos estritos termos da inicial, a ser calculado sobre o salário mínimo, como por ele requerido, deixando-se de aplicar a base de cálculo usualmente adotada pela E. Turma para não incorrer em *reformatio in pejus*.

2.4.6 DA INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DA INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 331 DO C. TST. DA AFRONTA AO ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 (RECURSO DO SEGUNDO RECLAMADO)

Alega o recorrente que, ao contratá-lo, a primeira reclamada teria assumido todas as obrigações com os seus empregados, inclusive trabalhistas e previdenciárias, o que, inclusive, constaria dos Contratos nº 010/2006, relativo à digitalização de carteira de habilitação e do emergencial de nº 63/2007-DETRAN/PA, relativo à digitalização de CRV e CRLV, inexistindo, portanto, qualquer ilegalidade no instrumento contratual.

Aduz, ainda, que a Súmula nº 331 do C. TST afrontaria as disposições do artigo 71 da Lei nº 8.666/93.

Requer o indeferimento de sua condenação subsidiária por ter terceirizado um serviço especializado e haver norma que excluiria de sua responsabilidade qualquer suposto inadimplemento por parte do contratado.

Esclareço que a responsabilização subsidiária que o recorrente reputa inaplicável deve ocorrer com o fito de preservar os preceitos próprios ao Direito do Trabalho, na medida em que exige que a contratante tome as cautelas necessárias no ato da contratação, além de fiscalizar os serviços prestados pela contratada. Pode, pois, a culpa da contratante ser *in eligendo* ou *in vigilando,* na hipótese de má escolha ou de omissão em fiscalizar aquele para quem terceirizará alguma de suas atribuições.

Note-se que considero constitucional o artigo 71 da Lei nº 8.666/93, que não foi observado pela segunda reclamada, ao deixar de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias pelo contratado.

Aliás, consta da Cláusula 5.21 e na de nº 6.3 (ambas à fl. 503), *verbis*:

> "CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA
> (...)
> 5.21. A Contratada obriga-se a pagar seus empregados no prazo previsto em Lei, exibindo à Contratante, sempre que solicitado, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimento de contribuição previdenciária (INSS), do FGTS, do PIS e do IRPF (Imposto de Renda Retido na Fonte), se houver, em que se comprove a inclusão dos empregados utilizados no trabalho efetuado, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o mesmo, inclusive as contribuições fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO, etc., ficando excluída qualquer solidariedade do DETRAN-PA por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da Contratada com referência às suas obrigações não transfere a Contratante. (...)
> CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
> 6.3. Exercer, nos termos da prerrogativa contido no art. 58, inciso III c/c o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato."

In casu, o recorrente não trouxe aos autos qualquer prova de que fiscalizasse o cumprimento, pela reclamada, das suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, nem que cumprira sua obrigação contratual.

Por fim, deixo clara a inexistência de violação ao artigo 71, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, deixando-o, desde logo, prequestionado.

Nego provimento ao recurso neste ponto.

2.5 DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA (RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA)

Afirma a recorrente que mereceria reforma a sentença que concedeu ao reclamante os benefícios da gratuidade da justiça, vez que estaria assistido por advogado particular, o que, por si só, já seria suficiente para elidir a sua concessão.

Tanto a Lei nº 1.060/50, quanto a Lei nº 5.584/70, concebem a pobreza como a inexistência de recursos para suportar as despesas processuais, sem comprometer o sustento do reclamante e de sua família.

A CLT prevê, em seu artigo 790, § 3º, as hipóteses de isenção de custas, sendo uma delas a existência de declaração, sob as penas da lei, de que a parte não se encontra em condições de as arcar sem prejuízo do seu sustento ou de sua família.

Assim, ao contrário do que afirma o recorrente, o fato de estar assistido por advogado não pode constituir óbice à concessão dos referidos benefícios ao autor.

Ao ter o reclamante firmado a aludida declaração na exordial (fl. 4), há de se reconhecer que a exigência legal se encontra satisfeita, razão pela qual nenhum reparo merece a sentença.

Nego provimento.

2.6 *DA CORREÇÃO, DE OFÍCIO, DE ERRO MATERIAL CONTIDO NA CONCLUSÃO DA SENTENÇA*

Ao analisar o item III (CONCLUSÃO) da sentença, observa-se que há um erro material vez que dela consta "custas pela reclamada" sem, no entanto, identificá-la o que, *in casu*, faz-se necessário em face da isenção de que goza o segundo reclamado, a teor do artigo 790-A, inciso I, da CLT.

Dessa forma, nos termos do artigo 833 da CLT, determino, de ofício, a correção de erro material, contido na conclusão da sentença, a fim de que nela passe a constar que as custas são devidas apenas pela primeira reclamada, American Banknote S/A. - ABN.

2.7 *DA REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO*

Tendo em vista as irregularidades constatadas nesses autos, determino a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, para as providências que entender cabíveis.

Ante o exposto, conheço do recurso da primeira reclamada, desconsiderando o trecho relativo à ilegitimidade passiva *ad causam* do DETRAN, por lhe faltar interesse de agir, e conheço também dos recursos do segundo reclamado e do reclamante, bem como das contrarrazões por eles apresentadas. rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causum* deduzida pelo DETRAN, bem como a prejudicial de prescrição, arguida pela primeira reclamada, à falta de amparo legal. No mérito, nego provimento aos recursos da primeira e do segundo reclamados e dou provimento ao do reclamante para condenar as reclamadas, obedecido o caráter da responsabilidade de cada qual, a pagarem ao reclamante: 1) 100 (cem) horas extras mensais a 50%, 24 (vinte e quatro) horas extras mensais a 100%, 24 (vinte e quatro) horas extras mensais a 150%, com reflexos sobre aviso prévio, férias + 1/3, 13º salários e FGTS + 40%, compensados os valores pagos a este título e considerados os dias efetivamente trabalhados, nos termos e limites da inicial; 2) indenização por danos morais no valor de R$15.000,00, acrescida de juros, apurados do ajuizamento da ação e de correção monetária, a partir da condenação e 3) adicional de insalubridade, no grau médio (20%), durante todo o pacto laboral, nos estritos termos da exordial, a ser calculado

sobre o salário mínimo, como requerido pelo autor, deixando-se de aplicar a base de cálculo usualmente adotada pela e. turma para não incorrer em *reformatio in pejus,* mantendo a sentença nos seus demais termos. custas pela primeira reclamada majoradas para R$2.613,97, calculadas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R$130.698,68, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA, DESCONSIDERANDO O TRECHO RELATIVO À ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* DO DETRAN, POR LHE FALTAR INTERESSE DE AGIR, E EM CONHECER TAMBÉM DOS RECURSOS DO SEGUNDO RECLAMADO E DO RECLAMANTE, BEM COMO DAS CONTRARRAZÕES POR ELES APRESENTADAS. AINDA À UNANIMIDADE, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSUM,* DEDUZIDA PELO DETRAN, BEM COMO A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELA PRIMEIRA RECLAMADA, À FALTA DE AMPARO LEGAL. NO MÉRITO, EM NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DA PRIMEIRA E DO SEGUNDO RECLAMADOS E EM DAR PROVIMENTO AO DO RECLAMANTE PARA CONDENAR AS RECLAMADAS, OBEDECIDO O CARÁTER DA RESPONSABILIDADE DE CADA QUAL, A PAGAREM AO RECLAMANTE: 1) 100 (CEM) HORAS EXTRAS MENSAIS A 50%, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EXTRAS MENSAIS A 100%, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EXTRAS MENSAIS A 150%, COM REFLEXOS SOBRE AVISO PRÉVIO, FÉRIAS + 1/3, 13ºS SALÁRIOS E FGTS + 40%, COMPENSADOS OS VALORES PAGOS A ESTE TÍTULO E CONSIDERADOS OS DIAS EFETIVAMENTE TRABALHADOS, NOS TERMOS E LIMITES DA INICIAL; 2) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$15.000,00, ACRESCIDA DE JUROS, APURADOS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E DE CORREÇÃO MONETÁRIA, A PARTIR DA CONDENAÇÃO. 3) ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, NO GRAU MÉDIO (20%), DURANTE TODO O PACTO LABORAL, NOS ESTRITOS TERMOS DA EXORDIAL, A SER CALCULADO SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO, COMO REQUERIDO PELO AUTOR, DEIXANDO-SE DE APLICAR A BASE DE CÁLCULO USUALMENTE ADOTADA PELA E. TURMA PARA NÃO INCORRER EM *REFORMATIO IN PEJUS,* MANTENDO A SENTENÇA NOS SEUS DEMAIS TERMOS. CUSTAS PELA PRIMEIRA RECLAMADA MAJORADAS PARA R$2.613,97, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, ORA ARBITRADO EM R$130.698,68, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 21 de julho de 2009. (Publicado no DEJT em 24/07/2009)

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relatora.

****

ENQUADRAMENTO SINDICAL - TERCEIRIZAÇÃO - VINCULAÇÃO À ATIVIDADE PREPONDERANTE DO EMPREGADOR REAL.

ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T / RO 00095-2008-012-08-00-3
RELATOR: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA

RECORRENTE: **STICPOEB**
Adv(a): Dr(a). Mauro Augusto Rios Brito
RELACOM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Adv(a): Dr(a). Márvio Miranda Viana

RECORRIDOS: **OS MESMOS e**
SINTTEL
Adv(a): Dr(a). José Ronaldo Martins de Jesus
TELEMAR NORTE LESTE S/A
Adv(a): Dr(a). Maria de Jesus Quaresma de Miranda
FETRACOMPA

ENQUADRAMENTO SINDICAL - TERCEIRIZAÇÃO - VINCULAÇÃO À ATIVIDADE PREPONDERANTE DO EMPREGADOR REAL. Considerando que os empregados da RELACOM desenvolvem atividades que nenhuma relação guardam com sua atividade-fim, mas sim com a atividade-fim da TELEMAR, tomadora de seus serviços, trata-se de terceirização ilícita, sendo a TELEMAR a real empregadora dos trabalhadores, e a RELACOM, a empregadora apenas aparente, o que implica a vinculação dos trabalhadores desta à atividade preponderante daquela, para o fim de enquadramento sindical.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário**, oriundos da MM. 12ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrentes, **STICPOEB e RELACOM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA,** e, como recorridos, **SINTTEL, TELEMAR NORTE LESTE S/A e FETRACOMPA.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

I - Conhecimento

Conheço dos recursos ordinários dos demandados STICPOEB e RELACOM, pois preenchidos, em ambos, os pressupostos de admissibilidade.

II - Preliminares

a) nulidade processual

Os demandados suscitam a presente preliminar, rejeitada pelo Juízo de 1º grau, argumentando que deve ser declarada a nulidade do presente feito, uma vez que a advogada Norma Solange Crisóstomo Monteiro, patrona do sindicato autor, encontra-se suspensa por decisão disciplinar da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme documento acostado aos autos (fls. 2286).

O juízo de origem rejeitou a preliminar ao fundamento de que todos os atos praticados pela referida patrona foram ratificados, em audiência (fls. 2320/2321), pelo advogado José Ronaldo Martins de Jesus, igualmente constituído patrono do sindicato autor, conforme procuração de fls. 16, que, aliás, foi que assinou a petição inicial.

Correta a decisão.

Como bem observou o juízo *a quo*, as nulidades no processo do trabalho somente serão proclamadas quando não for possível suprir a falta ou repetir o ato, conforme estipula o art. 796, *a*, da CLT.

Dessa maneira, o ato de ratificação do advogado José Ronaldo, habilitado desde a propositura da demanda, supre possível irregularidade na capacidade postulatória da patrona anterior, não havendo que se proclamar a nulidade.

Por fim, as demandadas pedem que seja oficiado à OAB, porém tal determinação já foi feita pelo juízo *a quo*.

Rejeito a preliminar.

b) ilegitimidade ativa

A RELACOM suscita a presente preliminar aduzindo que o sindicato autor seria parte ilegítima para compor a lide, já que não é o legítimo representante dos trabalhadores daquela, porém essa é justamente a questão meritória, razão pela qual rejeito a preliminar.

c) coisa julgada

A RELACOM suscita, ainda, a preliminar de coisa julgada, argumentando que na ação anulatória nº 00362-2006-000-08-00-0, foi reconhecida a legitimidade do STICPOEB para representar os trabalhadores da RELACOM no Município de Belém, daí porque seria incongruente o pedido do Parquet de que se reconheça a representação pelo sindicato autor, além do que isso feriria a coisa julgada.

Analiso.

O reconhecimento da coisa julgada, como é sabido, exige a tríplice identidade: partes, pedido e causa de pedir. No caso da anulatória, as partes são as mesmas, porém o pedido é absolutamente distinto, pois o que lá se pretendeu foi a anulação de acordo coletivo firmado entre os recorrentes, e não, discutir a representação sindical. Rejeito.

III - Mérito

No mérito, analiso em conjunto os recursos, pois possuem a mesma pretensão: a reforma da decisão de 1º grau para que seja reconhecida a representação sindical dos trabalhadores da RELACOM pelo STICPOEB.

a) representação sindical

O sindicato autor, SINTTEL, propôs a presente ação, pretendo ver reconhecida sua legitimidade para representar os interesses dos empregados da empresa RELACOM.

Argumenta que a reclamada RELACOM vem entabulando, e aplicando, negociações coletivas firmadas com o STICPOEB, porém seria o autor quem representaria os empregados dessa empresa.

Em defesa, a demandada RELACOM afirma que seus empregados devem estar vinculados à atividade preponderante da empresa, qual seja, engenharia e construção civil, já que atua na área de instalação, manutenção e expansão de linhas telefônicas, não sendo, portanto, empresa da área de telecomunicações, mas da

construção civil, ainda que realize obras para empresas de telecomunicação, como a TELEMAR, com quem mantém contrato de prestação de serviços.

A defesa do sindicato demandado, STICPOEB, segue a mesma argumentação, destacando que representa a categoria dos trabalhadores na indústria da construção civil pesada, na qual se enquadram os empregados da RELACOM.

Analiso.

Em consonância com o disposto nos artigos 511 § 2°, 570, 577 e 581, todos da CLT, o enquadramento sindical é feito levando-se em conta a atividade preponderante do empregador.

Porém, no caso destes autos, o parâmetro legal supramencionado é insuficiente para resolver a questão, daí porque, antes de analisar o enquadramento sindical, necessário tecer maiores comentários acerca das atividades da empresa RELACOM.

Como restou incontroverso nos autos, a RELACOM mantém contrato de prestação de serviços com a TELEMAR, empresa que atua no ramo das telecomunicações, como é público e notório.

Para fazer frente ao referido contrato, a RELACOM admite como empregados - e coloca à disposição da TELEMAR - os seguintes trabalhadores: cabista (ORA), despachante, instalador de telefone (OSC), operador de DG (ligador), oficial de rede (linheiro), técnico de dados e técnico de velox, como verifico do acordo coletivo de fls. 1471/1478, firmado entre os demandados, e da relação de empregados juntada pela RELACOM, às fls. 2064/2080.

Ao meu ver não é preciso possuir conhecimento técnico acurado para relacionar tais atividades à área da telecomunicação e não à construção civil, porém observemos as informações técnicas, prestadas pelos próprios especialistas na área, ou seja, os empregados da RELACOM.

Em depoimento, às fls. 2280V, o Sr. Edweyne, instalador, assim descreve suas atividades: *"(...)que quando chega para fazer instalação de linha telefônica já estava(sic) tudo pronto; que sua parte era só fazer a instalação; que não tinha que quebrar nada; (...) que seu trabalho era com uma escada, um rolo de fio e um alicate para corte de fio(...)"*

Já o cabista Francisco Lopes, às fls. 2281, afirmou que seu trabalho consistia em *"(...) que o serviço de cabista é lançar o cabo, testar e emendar, menos quebrar calçada; que quem fazia os armários era o pessoal de galeria, os pedreiros; que os cabistas não faziam essa parte; que não faz a parte de cavar; (...) que os instaladores e cabistas trabalham na construção e instalação de linhas telefônicas que construção é ampliação de rede, lançando mais cabos (...)"*

Ora, se o instalador e o cabista desenvolviam funções em nada relacionadas à construção civil, muito menos à construção civil pesada, como alegado pelos demandados, o que dizer do operador de DG (ligador), oficial de rede (linheiro), técnico de dados e técnico de velox? Seriam tais atividades mais intimamente ligadas à da construção civil do que as do instalador e do cabista? Óbvio que não.

As atividades desenvolvidas pelos empregados da RELACOM nada tem a ver com a construção civil, que, de fato, é sua atividade preponderante, conforme observo do contrato social.

Porém, tal fato se explica.

É que as atividades de seus empregados estão íntima e diretamente relacionadas à atividade-fim da tomadora dos serviços da RELACOM, a TELEMAR, que vem terceirizando tal atividade através de empresas como a RELACOM, ETE, MASTEC, e tantas outras, conhecidas deste Judiciário Trabalhista.

A respeito da terceirização, leciona Maurício Godinho Delgado[1]:

> "*A ordem justrabalhista distingue entre terceirização lícita e ilícita. Mas esclareça-se: à medida que o padrão genérico de contratação de força de trabalho, no país, mantém-se dentro da fórmula empregatícia clássica, conclui-se que as hipóteses de terceirização lícita são excetivas.(...)*
>
> *As situações-tipo de terceirização lícita estão, hoje, claramente assentadas pelo texto da Súmula 331, TST. Constituem quatro grandes grupos de situações socio-jurídicas delimitadas. São as que se seguem.*
>
> *Em primeiro lugar, situações empresariais que autorizem contratação de trabalho temporário" (Súmula 331, I). São as situações especificadas pela Lei nº 6.019/74.(...)*
>
> *Em segundo lugar, "atividades de vigilância", regidas pela Lei n. 7.102/83 (Súmula 331, III, initio).(...)*
>
> *O terceiro grupo de situações passíveis de contratação terceirizada lícita é o que envolve atividades de conservação e limpeza (Súmula 331, III). (…)*
>
> *O quarto grupo de situações passíveis de contratação terceirizada lícita diz respeito a serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador."*

Já quanto à terceirização ilícita, o autor afirma:

> "*Excluídas as quatro situações-tipo acima examinadas, que ensejam a terceirização lícita no Direito brasileiro, não há na ordem jurídica do país preceito legal a dar validade trabalhista a contratos mediante os quais uma pessoa física preste serviços não-eventuais, oneroso, pessoais e subordinados a outrem (arts. 2º, caput, e 3º, caput, CLT), sem que esse tomador responda, juridicamente, pela relação laboral estabelecida."*

Como se vê, à falta de disciplina legal acerca da terceirização, a jurisprudência se firmou no sentido de admiti-la, porém de forma restritiva, nos termos da Súmula 331, do TST.

Porém, as atividades desenvolvidas pelos empregados da RELACOM na TELEMAR não se enquadram em nenhuma das situações-tipo descritas pelo enunciado jurisprudencial.

Nem se diga tratar-se de atividade-meio da TELEMAR, pois testar e emendar cabos telefônicos, bem como fazer a instalação de linhas é a única forma de prestar o serviço de telecomunicação, que, sem esses instrumentos, fica inviabilizado.

Logo, é da essência da atividade-fim da TELEMAR utilizar serviços de instaladores, cabistas, técnicos de velox, etc.

Ora, se os empregados da RELACOM desenvolvem atividades que nenhuma relação guardam com sua atividade-fim, mas sim com a atividade-fim da TELEMAR, a equação se torna simples: trata-se de terceirização ilícita, sendo a TELEMAR a real empregadora dos trabalhadores, e a RELACOM, a empregadora apenas aparente.

Por conseguinte, diante do desvirtuamento da relação contratual, firmada em violação ao ordenamento jurídico, não se pode aplicar ao presente caso a regra genérica de que o enquadramento sindical se faz com base na atividade preponderante do empregador.

---

[1] DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 7ª Edição. Editora LTr, 2008.

Cabe aplicar à letra fria da lei a interpretação que lhe torne efetiva e compatível com o ordenamento jurídico, para concluir que o enquadramento sindical deve ser feito com base na atividade preponderante do empregador REAL.

Portanto, no caso de terceirização ilícita, a atividade preponderante a ser considerada é a do tomador dos serviços, e não, da empresa prestadora dos mesmos, que serviu apenas para intermediação fraudulenta da mão-de-obra.

Neste sentido, inclusive, já sinaliza a Súmula nº 331 do TST, que estabelece, no item I, que a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços.

Estabelecida tais premissas, não tenho dúvida em afirmar que os empregados da RELACOM que prestam serviços ligados unicamente à atividade-fim da TELEMAR, devem ser representados pelo sindicato que reúne os trabalhadores desta última, ou seja, o sindicato autor, SINTTEL - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DO PARÁ.

Nem mesmo o pedido de alteração do estatuto da STICPOEB, às fls. 2274, me faz concluir de forma diversa, pois ali o que se pretende é apenas incluir entre as atividades aquelas ligadas à "obras para telecomunicações", o que, aliado ao fato de que a RELACOM se intitula empresa do ramo da construção civil, aponta para a conclusão de que tal mudança não alcançará os empregados que prestam serviços à TELEMAR, pois estes não se vinculam às obras (de construção civil) para telecomunicações.

Ressalto que a RELACOM, em outros Estados, reconhece o SINTTEL como legítimo representante da categoria profissional, o que somente reforça tudo o que já foi dito acima.

Por todo o exposto, nego provimento ao recurso, em consequência, mantenho a decisão que declarou a legitimidade do sindicato autor - SINTTEL - para representar os interesses dos empregados da RELACOM que prestam serviços à TELEMAR.

b) antecipação da tutela

Os recorrentes não se conformam com a decisão de 1º grau, que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, aduzindo que não foram preenchidos os requisitos legais da medida antecipatória do provimento final.

Sem razão.

A antecipação de tutela é justificada, especialmente, pela necessidade da medida excepcional, quando se constata que, sem ela, a espera pela sentença de mérito importaria em fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, nos termos do art. 273, do CPC, c/c art. 769, da CLT.

No caso dos autos, entendo, como o juízo de origem, haver comprovação de necessidade de antecipação dos efeitos da tutela, pois a situação em litígio gera extrema insegurança jurídica para as categorias de trabalhadores e empregadores, ante a indefinição sobre a legitimidade da representação dos obreiros.

Pelo exposto, nego provimento.

c) do valor fixado para as astreintes

A RELACOM pede a exclusão da multa de R$5.000,00 fixada pelo juízo de origem, para o caso de descumprimento da decisão, alegando importar julgamento *extra petita*. Em caso de manutenção, pede que a mesma seja reduzida.

Não tem razão.

Inicialmente, não há que se falar em julgamento *extrapetita,* uma vez que o § 4º do art. 461 do CPC c/c art. 769 da CLT autorizam a fixação da referida multa, independentemente de pedido do autor, o que respalda a decisão de 1º grau.

Quanto valor, pelos mesmos fundamentos que mantive a antecipação dos efeitos da tutela, vou manter o valor das *astreintes* fixado pelo juízo *a quo*, pois a preservação da segurança jurídica reclama medidas coercitivas capazes de garantir o cumprimento da determinação judicial, motivo pelo qual razoável fixar a multa em R$5.000,00, inclusive considerando o porte econômico da demandada RELACOM.

Nego provimento.

Ante o exposto, conheço dos recursos ordinários dos reclamados, rejeito as preliminares de nulidade processual, de ilegitimidade passiva e de coisa julgada e, no mérito, nego-lhes provimento, tudo consoante os termos da fundamentação.

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA EGRÉGIA 1ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DOS RECLAMADOS, BEM COMO, AINDA UNANIMEMENTE, REJEITAR AS PRELIMINARES DE NULIDADE PROCESSUAL, DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE COISA JULGADA E, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHES PROVIMENTO, TUDO CONSOANTE OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Belém, 10 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 28/08/2009)

Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator.

****

GERENTE. ASSALTO À AGÊNCIA BANCÁRIA. DANO MORAL.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 00452-2008-107-08-00.6
RELATORA: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

RECORRENTE: **VICENTE BOARETO**
Doutor Kaio P. Botelho Costa

RECORRIDO: **BANCO BRADESCO S.A.**
Doutor Edson Lima Frazão

GERENTE. ASSALTO À AGÊNCIA BANCÁRIA. DANO MORAL. Os assaltos praticados nas agências bancárias não constituem fatos imprevisíveis, principalmente porque acontecem com certa habitualidade. As provas testemunhais, colhidas nestes autos, confirmam a frequência desses assaltos na agência de Jacundá (Pa). A segurança proporcionada aos empregados é somente um resquício de todo o aparato dispensado à proteção de seu patrimônio material. Os empregados se beneficiam de certa proteção, na medida em que se encontram inseridos na esfera de proteção do patrimônio financeiro (no caso, dentro da agência). Fora desse contexto não usufruem de

qualquer espécie de segurança. Nessa quadra, o Banco Bradesco foi negligente ao não garantir uma maior e melhor segurança, culpando somente o Poder Público por um risco que também deveria assumir por ser inerente aos riscos do negócio, nos termos do artigo 2º da CLT. Não demonstra que, pelo menos, se empenhou em minimizar esse tipo de violência ao qual estavam sujeitos seus empregados, principalmente, aqueles que desempenham funções de confiança e responsabilidade, como a exercida pelo reclamante que era o gerente da agência.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Ordinário**, oriundos da **1ª Vara do Trabalho de Marabá,** em que são partes, como recorrente, **VICENTE BOARETO** e, como recorrido, **BANCO BRADESCO S.A**.

OMISSIS.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário, porque adequado, tempestivo (folhas 280 e 283), subscrito por profissional habilitado (folha 282), não tendo sido o reclamante condenado ao pagamento das custas processuais.

2.2 MÉRITO

2.2.1 ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

O reclamante não se conforma com a decisão que indeferiu a parcela de adicional de transferência. Sustenta que a relativa parcela é devida, uma vez que a reclamada o trouxe da cidade de Carmo na Paraíba (MG) para Jacundá (PA) em agosto de 2004.

Para fundamentar seu pedido transcreve julgado que considera a transferência do gerente de banco como transitória e ressalta que o § 3º do artigo 469 da CLT não estabelece conceito para a transferência definitiva ou provisória.

Para pagamento do respectivo adicional, não se pode levar em conta situações que se consolidaram na vigência do contrato de trabalho. O termo **provisório** se relaciona com a idéia de interinidade, transitoriedade; enquanto que o termo **definitivo** significa algo final, resolvido, assentado.

No caso em tela, a transferência não se efetuou de forma provisória. O reclamante ao se estabelecer em Jacundá, o fez com ânimo definitivo de fixar residência, tanto que já residia na cidade juntamente com sua família há três anos.

Pelas razões acima, rejeitam-se os argumentos do recorrente, nesse ponto.

Demonstrado não ser devido o adicional de transferência, mantenho a decisão do Juízo *a quo*.

2.3.3 INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E DANO MORAL

O reclamante também discorda da decisão na parte que julgou totalmente improcedente o pleito relativo à indenização por dano material e moral.

Argumenta que sempre foi um funcionário exemplar, cumprindo com suas atribuições com zelo e responsabilidade por 30 anos e que a reclamada o despediu sem justa causa, 43 dias após a agência na qual trabalhava como gerente ter sofrido um assalto.

Ressalta que o caso é de aplicação da teoria do risco da atividade e nesse sentido o empregador deve suportá-los e resguardar a integridade física e moral dos empregados.

Afirma que aos bancos compete providenciar segurança privada para os empregados que exercem cargo de confiança e não somente ao estabelecimento físico.

Acrescenta que após a situação traumática que vivenciou passou a sofrer de síndrome do pânico e estresse pós-traumático.

Realça que a atitude do banco denegriu sua imagem perante parcela da sociedade que coloca em dúvida sua honestidade já que foi despedido após a ocorrência do assalto, incorrendo em violação à dignidade da pessoa humana, dentre outros.

Por fim, pugna pela reforma da decisão e a condenação do reclamado ao pagamento das indenizações por dano moral e dano material.

O reclamante foi admitido pela reclamada em 16 de maio de 1977 e despedido, sem justa causa, em 24 de outubro de 2007. Desempenhou diversas funções no decorrer dos anos. Seu último cargo foi o de gerente de agência em Jacundá - Pa.

Em 11 de setembro de 2007, ao sair da agência, foi abordado em sua casa, por três homens armados que mantiveram-no refém juntamente com sua família. No dia seguinte, o reclamante foi obrigado a levar alguns dos assaltantes para a agência, enquanto os demais permaneceram com a família. Já no interior do banco, renderam de um a um os funcionários, obrigando o tesoureiro a abrir o cofre do qual foi levada a quantia de R$ 170.000,00. A família do reclamante somente foi liberada após o sucesso do assalto. 43 dias depois, em 24 de outubro foi despedido sem justa causa.

O reclamante tem razão, em parte.

Bastaria a aplicação da teoria objetiva da responsabilidade do empregador que é, sem dúvida, a que mais se amolda ao caso em tela. Entretanto, não é aceita por alguns magistrados e tribunais e, ainda, gera controvérsias.

Desse modo, passo a demonstrar que até mesmo se aplicada a teoria tradicional, da responsabilidade por culpa, estaria evidenciada a responsabilidade da instituição bancária.

O reclamante, sem sombra de dúvida, sofreu dano moral.

É indubitável que pessoa vítima de sequestro sofre lesão irreparável. Agrava-se a situação se o delito envolve entes queridos. O medo e a angústia pelo mau que poderá vir a sofrer a família, na maior parte das vezes, é maior do que o receio pela própria vida.

Portanto, é patente o dano causado ao ex-empregado e sua família. A violência a qual foram submetidos, com certeza, está registrada no íntimo de cada um, repercutindo no meio social onde vivem.

E não é só isso.

Por muitos anos o reclamante trabalhou para o reclamado, com zelo, dedicação e responsabilidade. Consta declaração da empresa enumerando todos os cargos por ele ocupados - de escriturário a gerente de agência. Evidentemente que se fosse um mau funcionário o vínculo empregatício já teria se encerrado.

É inquestionável o direito potestativo do empregador de encerrar os contratos de trabalho com seus empregados, entretanto, o que levaria uma instituição a despedir um empregado com 30 anos de casa exatamente quarenta e três dias depois do assalto ocorrido?

Não são claras as consequências advindas dessa atitude patronal? Com certeza surgiram insinuações quanto uma possível participação do autor no delito.

Nesse aspecto, também teve sua honra, imagem, dignidade e honestidade postas em dúvida atingindo sua integridade moral e provocando um desgaste emocional.

Vale ressaltar, ainda, a decepção do reclamante com a instituição financeira, fato atestado pelo laudo pericial que conclui que o estresse pós-traumático foi causado por sua despedida da instituição que para ele significou falta de apoio da empresa na qual trabalhou com tanto empenho por muitos anos. (fl. 246)

Nada mais compreensível.

Na sociedade contemporânea, as grandes empresas fazem questão de divulgar os investimentos em responsabilidade social, comprometimento com o capital humano (considerado, inclusive, patrimônio da empresa) visando melhor qualidade de vida dos empregados.

Indaga-se: onde se enquadra todo esse discurso quando acontecem casos como o relatado nestes autos?

Com sua atitude, o reclamado, inclusive, demonstrou inobservância à função social do contrato e ofensa ao princípio da boa-fé objetiva.

A boa-fé objetiva deve nortear toda e qualquer relação contratual, atuando como verdadeira regra de conduta. Nesse patamar, os contratantes têm a obrigação de agir sempre de forma ética, com lealdade, honestidade, probidade e confiança recíprocas.

No caso, a conduta do reclamado está longe da relação de confiança, cooperação e informação que deveria ter embasado a relação contratual, mormente porque não levou em consideração a fidúcia estabelecida durante os 30 anos pelos quais perdurou o contrato de trabalho.

Assim por todos os vieses que se analise o caso não há como dissociar a despedida do assalto ocorrido.

A culpa do reclamado também é inquestionável.

Os assaltos praticados nas agências bancárias não se constituem fatos imprevisíveis, principalmente porque acontecem com certa habitualidade.

A mídia divulga constantemente incidentes dessa natureza.

As provas testemunhais confirmam a frequência desses assaltos.

A testemunha arrolada pela reclamada, Sra. Flávia Santos Leite, informa que já ocorreram outros assaltos na mesma agência com sequestro da família de empregados, mas que não houve alteração no sistema de segurança da agência mesmo após esse tipo de assalto. (fl. 216)

É certo que a segurança pública é obrigação primordial do Estado; entretanto, não se pode admitir que toda responsabilidade seja imputada somente a ele.

A Constituição da República em seu art. 6° prevê a necessidade de adotar medidas que visem a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

O caput do art. 144, dispõe que a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, sendo dever do Estado, direito e **responsabilidade de todos (grifo nosso)**.

Com efeito, o empregador tem o dever de zelar pela integridade física e psíquica de seus empregados e da coletividade para a qual presta serviços.

São insignificantes suas medidas de proteção.

A segurança proporcionada aos empregados é somente um resquício de todo o aparato existente à proteção de seu patrimônio material, isto é, os empregados se beneficiam de certa proteção na medida em que se encontram inseridos na esfera de proteção do patrimônio financeiro (no caso, dentro da agência), fora deste contexto não usufruem de qualquer espécie de segurança.

A empresa deveria propiciar a execução dos serviços de forma adequada respeitando, sempre, a dignidade, a integridade física, intelectual e moral do empregado. Frise-se que o trabalho se constitui em um direito fundamental que, sendo garantidos socialmente pelo Estado, permite efetivar a dignidade da pessoa humana.

Ressalte-se que é crescente na sociedade contemporânea o processo de "coisificação do homem", presente no pensamento kantiano, extremamente atual e pertinente aos dias de hoje.

"Neste sentido, o homem não pode configurar-se como um simples meio para a prossecução de fins alheios ou mesmo para os seus próprios fins: o homem é antes um fim em si mesmo, sendo aqui que reside sua dignidade. E a dignidade é um valor interno absoluto de cada homem: é na dignidade que se fundamenta o respeito que lhe devem todos os restantes seres racionais do mundo, tal como é pela dignidade que cada homem se pode valorar em pé de igualdade perante os demais" (In Instituições políticas e constitucionais, Otero, Paulo, Coimbra: Almedina, v.I, p. 209)

Assim é que "a dignidade humana é lesada quando o ser humano concreto é degradado em mero objecto, instrumento ou simples coisa, sendo descaracterizado como sujeito de direitos ou desconsiderado como pessoa dotada de inteligência e liberdade (Idem, p. 551)

No caso em questão, a empresa não só violou um dos fundamentos da ordem jurídica brasileira e, portanto, princípio norteador da atuação do Estado, previsto no art.1º, III da Constituição da República, mas também ignorou, a dignidade, como valor moral, ético e espiritual, universalmente conhecido e adotado; atributo inerente a todo e qualquer ser humano, intangível e inalienável, que, deveria ser dotada de especial proteção e permanente respeito e consideração.

Como se não bastasse, também, foi negligente ao não garantir uma maior e melhor segurança, culpando somente o Poder Público pelo perigo que também deveria assumir por ser inerente aos riscos do negócio, nos termos do artigo 2º da CLT.

Não demonstra que, pelo menos, se empenhou em minimizar este tipo de violência a qual estavam sujeitos seus empregados, principalmente, àqueles que desempenham funções de confiança e responsabilidade, como a exercida pelo reclamante que era o gerente da agência.

Assim, considero configurada a culpa da reclamada.

Também o nexo causal encontra-se presente.

Flavio Tartuce leciona que "O nexo de causalidade constitui o elemento imaterial ou virtual da responsabilidade civil, constituindo a relação de causa e efeito entre a conduta culposa ou o risco criado e o dano suportado por alguém". (Direito Civil. Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. 3ª Edição - São Paulo: Método, 2008. p.364)

É patente que o dano sofrido decorreu por culpa (negligência) do reclamado.

Não custa repetir que a situação perpetrada é decorrente do contrato de trabalho entre reclamante e reclamado e do cargo ocupado por ele.

Assim, pelo exposto, até aqui, encontram-se configurados os três elementos para a responsabilização do empregador: o dano, o nexo causal e a culpa, o que assegura ao reclamante o recebimento da indenização.

Passemos, agora, à segunda parte, ou seja, identificar se além do dano moral, existe, também, o dano material.

O dano material é composto pelos danos emergentes e pelos lucros cessantes. O primeiro diz respeito a efetiva diminuição do patrimônio da vítima. O segundo se refere aos valores que se deixa de receber.

No caso, o reclamante não conseguiu provar a existência dos danos materiais, portanto, indefiro o pleito.

Por fim, quanto ao valor da indenização a título de dano moral é importante ressaltar que esse tipo de dano não pode ser indenizável da mesma forma que o dano patrimonial. Por não ser traduzível em dinheiro, a natureza de sua reparação é diferente. Trata-se de espécie de satisfação compensatória, arbitrada pelo juiz como forma de atenuar, ao máximo, os efeitos do dano, considerando as possibilidades de contentamento que o dinheiro pode gerar. Enfim, como a dor não tem preço, o dano moral não é aferível em dinheiro. A tutela reparatória tem por objetivo conferir uma satisfação razoável - substituição do sentimento negativo por sensações mais agradáveis. O que não se justifica é deixar o dano moral sem tutela jurídica reparatória, ao argumento de que a dor não tem preço. Seria o absurdo de se premiar o ofensor de interesse dessa natureza enquanto o ofendido fica esquecido pela ordem jurídica, mergulhado em sua tristeza, angústia, sofrimento, aflição e demais sentimentos ruins que a ofensa moral é capaz de provocar.

É importante, pois, se ter em mente que, em qualquer caso, o valor estabelecido nem poderá ser de tal forma inexpressivo, que em nada compense o lesado ou não signifique desestímulo para o lesante ou, preventivamente, para terceiros, nem tampouco excessivamente oneroso, que arruíne economicamente o ofensor.

Portanto, devem ser sempre justificados os fundamentos pertinentes à fixação do valor da reparação, devendo o juiz calcar-se na lógica do razoável, atento às peculiaridades de cada caso.

A empregadora, em razão de seu porte, tem condições de pagar uma indenização que é também uma punição pelo seu comportamento negligente quanto à segurança daqueles que lhe prestam serviço.

Assim, pautada nos princípios da eqüidade e razoabilidade e bom senso e levando em consideração: o grande porte da empresa, o capital social, suas relações comerciais, fixo o valor da indenização em R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Ante o exposto, conheço do recurso; mérito, dou-lhe provimento para reformando, em parte, a sentença recorrida, condenar o reclamado a pagar ao reclamante o importe de R$-300.000,00 (trezentos mil reais) a título de indenização por dano moral, mantendo-a em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, pelo reclamado, no valor de R$6.000,00 (seis mil reais) calculadas sobre o valor arbitrado para a condenação no importe de R$300.000,00 (trezentos mil reais).

3. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O DESEMBARGADOR GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A SENTENÇA RECORRIDA, CONDENAR O RECLAMADO A PAGAR, AO RECLAMANTE, O IMPORTE DE R$300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, MANTENDO-A EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS, PELO RECLAMADO, NO VALOR DE R$6.000,00 (SEIS MIL REAIS) CALCULADAS SOBRE O VALOR ARBITRADO PARA A CONDENAÇÃO NO IMPORTE DE R$300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).

Sala de Sessões da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 30 de junho de 2009. (Publicado no DEJT em 17/07/2009)
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR, Juíza Relatora.

****

HABEAS CORPUS. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. / NATUREZA DO CRÉDITO TRABALHISTA. NORMA SUPRALEGAL.

ACÓRDÃO TRT SE I/HC 00197-2009-000-08-00-0
RELATOR: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

IMPETRANTE: **DIOSE THAIS MAMEDE LEÃO DE OLIVEIRA**
Drª Diose Thais Mamede Leão de Oliveira

IMPETRADO: **EXMº SR. JUIZ FEDERAL DO TRABALHO DA 10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM**

PACIENTE: **RAIMUNDO FURTADO REBELO**

***HABEAS CORPUS*. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. Permanece em vigor a previsão constitucional da prisão do depositário infiel. O Brasil não aderiu à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), com a observância do *quorum* previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República, não tendo, portanto, hierarquia de emenda constitucional.**
NATUREZA DO CRÉDITO TRABALHISTA. NORMA SUPRALEGAL. Considerando possuir o crédito trabalhista natureza alimentar e privilégios especiais, e a regra da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador ser consagrada pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, e igualmente norma supralegal, cabe a prisão de depositário infiel na Justiça do Trabalho, também por força do § 2º do art. 5º constitucional

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **habeas corpus**, em que são partes, **DIOSE THAIS MAMEDE LEÃO DE OLIVEIRA**, como impetrante, **EXMº SR. JUIZ FEDERAL DO TRABALHO DA MM. 10ª VARA DE BELÉM**, como impetrado, e **RAIMUNDO FURTADO REBELO**, como paciente.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Conhecimento

O presente processo de *habeas corpus* encontra-se em condições de ser apreciado.

MÉRITO

Argumenta o paciente que o Excelso Supremo Tribunal Federal afastou a possibilidade da prisão do fiel depositário, em atenção aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pela República Federativa do Brasil, revogando-se a Súmula n. 619 daquela Corte.

Sustenta que tentou pagar o valor de R$8.000,00, não havendo se falar em recusa em cumprir com a obrigação, relativo ao valor da arrematação.

Acentua que o bem penhorado está depreciado, razão pela qual não pode o paciente concordar com a quantia pleiteada pelo arrematante no valor de R$21.000,00, pois, aquando do leilão em 14.09.2007, o lance vencedor foi de R$8.000,00, sob pena de enriquecimento ilícito.

Dispõe que já depositou em juízo a quantia de R$6.126,09, em razão da alienação ocorrida no dia 14 de setembro do corrente ano, não havendo se falar em desobediência à ordem judicial.

Não lhe assiste razão.

Como informado às fls. 23-8, o juízo da execução determinou a prisão do fiel depositário, RAIMUNDO FURTADO REBELO, porque, intimado em junho de 2008, não entregou o bem arrematado desde setembro de 2007.

O paciente justifica os motivos pelos quais não entregou o bem, devendo a prisão ser evitada, porque não houve, a rigor, recusa, na sua devolução. No seu pensamento, o valor pretendido pelo arrematante para do bem abrir mão (R$-21.000,00) é muito superior do da arrematação (R$-8.000,00), significando verdadeiro enriquecimento sem causa, como apontado na inicial deste *habeas corpus*.

O entendimento que tem prevalecido no Excelso Supremo Tribunal Federal é no sentido da inconstitucionalidade da prisão civil do infiel depositário, em atenção à norma inserta no art. 7º, n. 7, do *Pacto de San José da Costa Rica*, como se costuma denominar a Convenção Americana de Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, que teve a adesão do Brasil a 25 de setembro de 1992, promulgada entre nós pelo Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992. Daí ter sido revogada a Súmula (não vinculante) n. 619/STF, que registrava, ***verbis***:

> "*A prisão do depositário judicial pode ser decretada no próprio processo em que se constituiu o encargo, independentemente da propositura de ação de depósito".*

Por outro lado, o dispositivo internacional consigna:

> "*7. Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar*."

O § 3º do art. 5º da Constituição da República estabelece:

> "*Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalente às emendas constitucionais".*

A Suprema Corte brasileira, no entanto, não tem firmado esse entendimento a partir do § 3º do art. 5º da Constituição. Ao revés, a 10 de fevereiro de 2009, no julgamento do HC 94.013-SP, a 1ª Turma do Pretório Excelso acolheu as razões do relator, Min. Carlos Britto, em julgado cuja ementa, no item 3, acentua:

> "*3. O Pacto de San José da Costa Rica (ratificado pelo Brasil - Decreto 678 de 6 de novembro de 1992), para valer como norma jurídica interna do Brasil, há de ter como fundamento de validade*

> *o § 2º do artigo 5º da Magna Carta. A se contrapor, então, a qualquer norma ordinária originariamente brasileira que preveja a prisão civil por dívida. Noutros termos: o Pacto de San José da Costa Rica, passando a ter como fundamento de validade o § 2º do art. 5º da CF/88, prevalece como norma supralegal em nossa ordem jurídica interna e, assim, proíbe a prisão civil por dívida. Não é norma constitucional -- à falta do rito exigido pelo § 3º do art. 5º --, mas a sua hierarquia intermediária de norma supralegal autoriza afastar regra ordinária brasileira que possibilite a prisão civil por dívida*.

É certo, no entanto, que esse novo exame da regra do pacto americano em conjunto com original § 2º do art. 5º da Constituição ocorreu após o surgimento desse novo comando constitucional, fruto da Emenda Constitucional n. 45/2004. O tratamento dado pelo Excelso Pretório, *data venia,* parece-me equivocado.

As decisões proferidas a partir da Emenda n. 45 não se coadunam com a nova regra constitucional, porquanto o *quorum* que mandou incorporar o Pacto de San José da Costa Rica a nosso ordenamento nunca foi o previsto no § 3º do art. 5º, embora esse pormenor tenha ficado expresso no julgamento acima referido.

Todavia, há um aspecto formal que, a meu ver, é fundamental e foi olvidado pelo STF: o significado de norma *supralegal* comparando situações específicas, como apontarei adiante.

Parece-me, porém, que a posição da Suprema Corte está sedimentada e não deverá ser revista. Veja-se os julgados HC 87.585-5-TO, MC-HC-90.354-1-RJ, RE 466.343-1-SP, MC-HC-92.257-1-SP, RE 349.703-RS, dentre outros.

Um aspecto é notado em todos esses arestos. O HC 87.575-5-TO cuida de depositário infiel em virtude de dívida contraída com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O MC-HC 90.354-1-RJ tratava-se da soltura de um leiloeiro depositário infiel que recebeu o *quantum* e não depositou o bem. O RE 466.343-1-SP, o MC-HC 92.257-1-SP e o RE 349.703-RS tratam da hipótese de prisão civil em caso de alienação fiduciária (Decreto Lei n. 911/69, art. 4º). Nenhum cuida de prisão civil de depositário infiel em processo em trâmite na Justiça do Trabalho.

De tudo, três aspectos são os que mais me preocupam. *Primus*, a única esperança real de se efetivar a liquidação de um feito ante atos de violação praticado por depositário é a sua possível prisão. E a previsão consta do inciso LXVII do art. 5º da Constituição. *Secundo*, perderá total motivo de existir o inciso IV do art. 114 da Constituição, eis que ao Juiz do Trabalho só cabe mandar prender depositário infiel. Logo, se não existir mais essa hipótese, evidente que o *habeas corpus* na competência da Justiça do Trabalho será apenas um enfeite despiciendo. *Tertius*, a guisa de se invocar *direitos humanos*, viola-se o novo comando constitucional e se reconhece, como *supralegal*, tratados dessa natureza, sem que tenha sido observado o *quorum* exigido, pretendendo ter esse alcance *supralegal* ter sido reconhecido desde 1988, com o texto primitivo do § 2º do art. 5º constitucional.

Vou mais além. Há outro argumento, a confrontar com aquele expendido pela Suprema Corte: o crédito trabalhista tem natureza alimentar, por isso é privilegiado em relação a todos os demais, sem exceção. E por que? Porque o direito à contra prestação pelo trabalho prestado abrange, por igual, o direito à alimentação. Pois bem! Ao negar o direito de prender o depositário infiel, estará sendo negado o direito de o credor trabalhista (de natureza alimentar), que tem direito também à alimentação, e a alimentação é vida, obrigar o cumprimento de uma tarefa que judicialmente foi atribuída a outrem: ao fiel (agora infiel) depositário.

Não devemos, no particular, esquecer um ponto fundamental: o direito à liberdade (aquele pretendido pelo depositário) é tão importante quanto o direito à vida (pretendido pelo reclamante original), e, neste direito à vida, está indispensavelmente incluído o direito à alimentação.

É aqui que, a meu juízo, está o verdadeiro caráter axiológico de uma norma *supralegal*. Quando a Suprema Corte afirma que o Pacto de San José da Costa Rica, e, de resto, outros que cuidem de direitos humanos, seriam enquadráveis como norma *supralegal*, importaria em considerar como equivalente à Constituição e superior à Lei ordinária. É esse o sentido que se deve ter por norma *supralegal.*

Ora, ninguém dúvida que a liberdade é um direito humano fundamental. Ninguém dúvida, igualmente, que a vida é um indispensável para que exista liberdade. Todos sabem que créditos trabalhistas têm natureza alimentar. Pois bem, dentre os princípios que informam o Direito do Trabalho está o da aplicação da norma mais benéfica ao trabalhador. Assim está consagrado no art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que o Brasil ratificou. Logo: sendo o crédito trabalhista de natureza alimentar, reconhecido seu privilégio sobre os demais, depositário infiel de bem destinado a responder por esses *quanta*, prisão determinada e legal, esses pontos indicam que é perfeitamente justa e constitucional a prisão de depositário infiel na Justiça do Trabalho (art. 7, 7, do Pacto de San José da Costa Rica, c/c art. 5º, LXVII, da Constituição).

Há, então, uma espécie de *conflito* entre normas *supralegais*: a que privilegia o crédito trabalhista, de natureza alimentar, caso do dispositivo constitucional que permite a prisão do depositário infiel, considerando o tratamento atribuído pelo art. 19 da Constituição da OIT, de um lado; e a regra do Pacto de San José da Costa Rica que não admite a prisão desse depositário, salvo em caso de pensão alimentícia, que, para esse fim, vamos tentar limitar ao seu sentido mais estrito, de outro.

Se é assim, apliquemos os princípios cronológico e da especialidade, a que me reportarei adiante, e a regra constitucional, via art. 19 da Constituição da OIT, permitirá a prisão do depositário infiel nos processos trabalhistas.

Penso, no particular, que há necessidade de urgente reflexão a respeito, pena de se consagrar o direito a violar a Carta Magna.

As decisões do Excelso Pretório não foram, ainda, elevadas a súmula vinculante (art. 103-A da Constituição), representando, assim, apenas um indicativo de entendimento do Alto Colegiado.

Com efeito, observando o comando do § 3º do art. 5º da Lei Maior, constato que, até a data de 26 de junho de 2009 (quando apus meus *vistos* nestes autos), apenas uma, e não mais que uma, Convenção Internacional foi aprovada pelo Congresso Nacional com o *quorum* especial. Trata-se da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, aprovado pelo Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008. Todas as demais continuam a ser aplicadas em consonância com a regra pretérita e a ter hierarquia similar a lei federal, devendo observar os critérios cronológico ou da especialidade, conforme a hipótese, como bem apontada pelo Ministro Celso de Mello, no julgamento da ADIn 1.480-3-DF, acerca da então recém denunciada Convenção n. 158, da Organização Internacional do Trabalho (v. o meu *Direito do Trabalho no STF (5).* São Paulo, LTr, 2002, pp. 15-22). Por esse primeiro critério, *lex posterior derogat legi priori*, o que não é o caso do Tratado americano, que, embora cronologicamente tenha sido objeto de adesão posteriormente à Carta de 1988, não é específico, esbarrando, então, no outro critério, *lex especialis derogat lex generalis.*

Assim, denego a ordem de *habeas corpus* preventivo requerida, cassando a liminar de fls. 18-9, esclarecendo que o paciente não devolveu o bem por entender que o valor pedido pelo arrematante é muito superior ao valor despedindo na arrematação. O cerne da questão, todavia, não é questionar sobre o valor, mas é devolver o bem que está - ou deveria estar - sob sua fiel guarda.

ANTE O EXPOSTO, admito a presente ação; no mérito, nego a ordem de *habeas corpus* preventivo, cassando a liminar deferida, nos termos da fundamentação.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEÇÃO ESPECIALIZADA I DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM ADMITIR A PRESENTE AÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR A ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PREVENTIVO, CASSANDO A LIMINAR DEFERIDA, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de sessões da Seção Especializada do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 30 de julho de 2009. (Publicado no DEJT em 04/08/2009)

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO, Desembargador Relator.

****

HORA EXTRA - TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO.

ACÓRDÃO TRT /3ªT/ RO 00241/2008-126-08-00-1
RELATOR: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

RECORRENTE: **DISTRIBUIDORA CUMINS MINAS**
Adv.: Isabel Pereira Cruz e outros.

RECORRIDO: **ANDRÉ COSTA SILVA**
Adv.: Rômulo Oliveira da Silva

HORA EXTRA - TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. A Constituição Federal, ao falar em acordo ou convenção coletiva, nos termos do art. 7º, inciso XIII, não mais admitiu que a extrapolação da jornada pudesse ocorrer tacitamente. Assim, inexistindo acordo ou convenção coletiva na vigência do pacto laboral, a prorrogação se faz *contra legem* e o trabalho prestado além dos limites fixados no art. 7º, inciso XIII, da constituição Federal, há de ser tido como de labor extraordinário, e, assim, deve ser remunerado.

I-RELATÓRIO

Trata-se de **recurso ordinário**, oriundo da **MM. 2ª Vara do Trabalho de Parauapebas**, em que são partes, como recorrente recorrido, os acima identificados.

OMISSIS.

II- FUNDAMENTOS

CONHECIMENTO

Conheço do recurso interposto pela reclamada, porque preenchidos todos os pressupostos legais de admissibilidade, conforme certidão de fl.219.

Admito as contrarrazões, pois em ordem.

Da preliminar de não conhecimento do recurso ordinário suscitada pelo autor em contrarrazões.

Suscita o reclamante em contra-razões não seja conhecido o recurso da reclamada, diante da manifesta improcedência do mesmo, conforme prevê o artigo 557 do CPC. Sustenta que a r. sentença está fundamentada nas Súmulas 85, IV, 90 e 331 do colendo TST e em jurisprudência dominante no egrégio TRT 8ª Região.

Analiso.

O art. 557 do CPC autoriza a negativa de seguimento só quando a jurisprudência do Tribunal, além de ser dominante, também é harmônica à orientação uniforme do STF e do STJ sobre os temas tratados.

Não vislumbro que o recurso da reclamada seja inadmissível, improcedente, encontre-se prejudicado, em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante deste Tribunal ou dos Tribunais Superiores, porque versa sobre matéria de fato que necessita de comprovação.

Assim, rejeito a preliminar e conheço do recurso interposto pela reclamada, porque preenchidos todos os pressupostos legais de admissibilidade, conforme certidão de fl. 219, tendo sido apresentado o depósito recursal à folha 181 e o recolhimento das custas à folha 182.

QUESTÕES PRELIMINARES

Da inobservância do Devido Processo Legal e Contraditório. Julgamento por presunções.

Em momento preliminar recursal, alega a empresa reclamada que o MM. Juízo teria incorrido em "julgamento por presunções", violando, assim, os incisos **LIV** e **LV** da **Carta Magna Brasileira**, no caso, os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Afirma ainda que no processo epigrafado a matéria fática não foi exaustivamente discutida, especificamente no tocante à realização do trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, horas *in itinere*, e documentos juntados pela ora recorrente, dentre eles, Convenção Coletiva firmada entre a empresa e a categoria na qual o reclamante encontrava-se vinculado.

Vejamos.

A reclamada alega que a análise do caso em tela realizou-se de forma frágil pela instância originária, não ficando comprovado pontos relevantes para a correta instrução processual, como o questionamento se de fato o trabalho prestado pelo reclamante teria ocorrido em turnos de revezamento.

Tal questão, no entanto, já foi esclarecida pelo preposto da empresa reclamada, que à fl.128 declarou: "que o reclamante trabalhou durante todo o contrato em turnos de 00:00h às 06:00 h, 06:00h às 15:00h e de 15:00h às 00:00h".

Confirma-se, assim, o labor em turnos ininterruptos de revezamento.

Corroborando a constatação do trabalho em turnos pelos funcionários da Distribuidora Cumins Minas, juntou-se aos autos os cartões de ponto, fls. 108/126, que mostram a alteração de turnos, e conforme se depreende dos horários anotados, a ininterrupção da atividade.

Quanto ao laudo de inspeção judicial juntado pelo autor em sua peça de ingresso, fls.17/32, oriundo do processo **VT-PP-2217/2007-6**, reputo válido, pois além de elaborado em conjunto por magistrados trabalhistas e membros do Ministério Público do Trabalho, foi previamente conhecido pela reclamada, podendo ser a mesma ofertar impugnações em contestação.

Ademais, entendo ser relevante a análise do referido de inspeção pelo juízo originário, a fim de produzir decisão acertada e mais próxima da verdade real.

Em que pese a reclamada alegar que a interpretação do laudo em comento não foi clara, verifico que o Juízo de Primeiro grau pontuou de forma compreensível sua interpretação ao caso, conforme parágrafo que destaco a seguir.

> "Considerando que o autor para chegar até o local de trabalho tinha que seguir o percurso da portaria de Parauapebas - Núcleo Urbano - Portaria da Mina N-4 e que o auto de inspeção judicial utilizado como prova emprestada, constatou os tempos gastos em tais percursos(...)"

Lembro que na sentença há tabela relacionando o tempo despendido para a chegada em cada trecho, continua a magistrada:

> "Portanto, confrontando o percurso realizado rotineiramente pelo reclamante com os tempos apurados a partir do referido auto judicial e indicado no depoimento das partes, fixo que o reclamante gastava 47 minutos (25+17+5), tanto no trajeto de ida quanto no trajeto de retorno do trabalho, totalizando 94 minutos ou 1,56 horas por dia".

Ressalvo que o Juízo tem liberdade para analisar e valorar as provas dos autos, bem como que resta claro no processo que foi dado às partes oportunidade para manifestação, para indicar e apresentar as provas.

Assim, não vislumbro ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como, observo a inexistência de presunções no julgado e entendo que não haver fragilidade na análise do laudo de inspeção.

Rejeito a preliminar suscitada pelo recorrente.

Da incompetência para declarar a nulidade de cláusulas convencionais.

Afirma a reclamada que o juízo prolator da sentença declarou a nulidade de cláusulas convencionais relativas à jornada de trabalho, as quais teriam sido regularmente pactuadas pelas partes.

Aduz que tal posicionamento é incompatível com a atuação de Varas, posto que a competência para declarar nulidade de cláusulas de convenção coletiva é originária dos Tribunais do Trabalho.

Analiso.

Consta da sentença o seguinte comentário sobre as normas coletivas:

> "Registro ainda que o acordo coletivo de fls. 90/91 não atinge o reclamante eis que firmado após a extinção do seu contrato de trabalho".

Pela exegese do parágrafo acima destacado, resta incontroversa a escorreita postura do Juízo, no sentido de não permitir a incidência sob o reclamante, de norma prevista em acordo coletivo assinado posteriormente a sua demissão.

De fato, a demissão foi datada de 8/06/2007 e o acordo coletivo consoante leciona sua cláusula 8ª só passou a vigorar a partir de 01 de julho de 2007, ou seja, quase um mês depois do término do contrato de trabalho do obreiro.

Pelo exposto, rejeito a preliminar epigrafada.

Mérito

Das Horas Extras em decorrência do turno ininterrupto de revezamento.

Não se conforma a reclamada com a r. sentença que julgou procedente o pedido de pagamento de horas extras, por entender que o reclamante laborava em turnos ininterruptos de revezamento.

Analiso.

O trabalho em turno ininterrupto de revezamento tem previsão constitucional, conforme art.7º, XIV, da Carta Magna Brasileira, ao dispor:

> Art.7º - "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XIV - Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva".

Colaborando ao entendimento da matéria, o jurista Sérgio Pinto Martins conceitua que:

> "O trabalho por turno é aquele em que grupos de trabalhadores se sucedem nas mesmas máquinas do empregador, cumprindo horários que permitam o funcionamento ininterrupto da empresa. O substantivo "turno" refere-se, portanto, às divisões dos horários de trabalho, dizendo respeito ao trabalhador, ao que este faz, tendo em vista a onerosidade do trabalho desenvolvido pelo obreiro, inclusive por questões higiênicas, e o fato de o trabalho em turnos ser prejudicial à saúde do empregado, principalmente porque em uma semana labora pela manhã, noutra à tarde e na seguida à noite. O operário fica privado do contato familiar, de hábitos alimentares, do repouso à noite, do contato com a sociedade e até de poder continuar sua educação e aprimorá-la". (*in Direito do Trabalho, 23ª Edição, Ed. Atlas,2007*)

Subsidiada em provas documentais para comprovar sua defesa, a reclamada procedeu à juntada de 3 cópias de Convenções Coletivas (fls. 74/89) e 1 cópia de Acordo Coletivo(fl.90/92) referente às partes envolvidas.

Como demonstrado, a jornada de trabalho em turnos ininterruptos é regulada tanto pela Carta Magna Brasileira de 1988, quanto doutrina e jurisprudência pátria, devendo haver bom senso do operador do direito para a correta hermenêutica e aplicação do instituto em apreço.

Incontroversa a veracidade quanto ao reclamante realizar horas extraordinárias, conforme depoimento do preposto da reclamada (fl.129): "que a reclamada não pagava como extra e os empregados não compensavam a 7ª e 8ª hora trabalhada nos turnos citados, em razão de norma coletiva autorizando labor em tais turnos".

É verdade que as normas previstas nas respectivas convenções colecionadas pela reclamada prevêem expressamente o sistema de "horas extras" e "banco de horas", ajustando que as empresas não remunerarão os acréscimos salariais (adicionais) se o excesso de horas de um dia for compensado pela correspondente diminuição da jornada de trabalho de outro dia.

Ocorre que em nenhum momento, dos textos das citadas convenções tratou-se acerca do trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, o qual era adotado pelo reclamante quando no desenvolvimento de seu labor na distribuidora CUMINS.

No tangente ao acordo coletivo, constata-se, em sua cláusula 4ª que o sistema em turnos de revezamento será o adotado, e na cláusula 5ª acordou-se que a jornada de trabalho em turnos não ensejará o pagamento da sétima e oitava hora trabalhada como extras, nem configurará direito a jornada reduzida de seis horas.

Contudo, tal acordo coletivo não prospera no caso, posto que, passou a produzir seus efeitos somente após a assinatura do termo de rescisão contratual do reclamante.

Não obstante as convenções coletivas e acordo coletivo, entendo que a vontade das partes no tocante à celebração contratual trabalhista deve prevalecer, em observância ao caput do art. 5º da carta maior brasileira, a qual prevê, dentre outros, o direito fundamental à liberdade.

No gozo de tal direito é que o ora recorrido concordou em assinar, no dia 21/12/2005, data do seu ingresso na empresa, um termo aditivo ao contrato de trabalho, à fl. 107, no qual consta de forma expressa a vontade em alterarem-se as condições das horas extraordinárias, que se submeterão à sistemática da compensação, sendo que as horas extras laboradas em um dia serão compensadas por período equivalente.

Tal prerrogativa do empregado, em estabelecer ajustes contratuais com seu empregador, desde que não abusivos, já foi matéria veiculada pelo próprio c. TST, na súmula 85, I e II,as quais:

> 85. Compensação de Jornada.
>
> I- A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
>
> II- O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.

Visualizo, pela leitura dos cartões de ponto juntados, que de fato, houve compensação de horas, pelo recorrido, em alguns dias de trabalho.

Condenar a empresa ao pagamento de tais horas laboradas como extras seria não atentar para a verdade dos fatos, comprovada essa pelos registros de cartões de ponto, que são verossímeis, dado o próprio recorrido ter afirmado em audiência, à fl. 127, “que os cartões de ponto refletem a real jornada do reclamante”.

Ressalto que nessa justiça do trabalho, patente é a observância do princípio da “primazia da realidade”, quando da aplicação de normas.

Em conformidade com o entendimento, se posicionam outros magistrados trabalhistas:

> HORAS EXTRAS - PROVA - A prova das horas extras incumbe ao autor, vez que fato constitutivo de seu direito, nos termos dos artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC. Assim, havendo, as partes, pactuado através de contrato individual de trabalho, segundo o qual as horas extras eventualmente trabalhadas seriam compensadas em outros dias de trabalho, e existindo prova nos autos que demonstrem a existência de folgas que compensaram o labor em sobrejornada, é indevido o pagamento das horas extraordinárias. Recurso conhecido e improvido **DES(A). RELATOR(A):Luis Cosmo da Silva Júnior**;**DES(A). REVISOR(A): Alcebíades Tavares Dantas;**02292-2001-001-

16-00-3-RORA (49159)Data do Julgamento**:** 14/02/2007; Data das Publicação**:** 29/03/2007)

Assim, concluo ser a sentença ora impugnada merecedora de reforma, quanto às horas extras, devendo o cálculo do "quantum" ser apurado dia-a-dia, tomando por base os horários constantes no cartão de ponto, procedendo ao pagamento nos dias em que foi realizada a sobrejornada, e os respectivos descontos naqueles em que o recorrido gozou de compensação de jornada.

Das Horas In Itinere.

Recorre ainda a parte epigrafada, alegando que a sentença teria reputado suficiente a análise do laudo de inspeção judicial para o deferimento das horas in itinere.

Contesta que o local de trabalho do ex-empregado na Mina de N-4, localizada na Serra de Carajás, não seria de difícil acesso.

Aduz que no referido local, mesmo que não autorizado pelo Poder Público, há transporte público regular, através de vans, pelo que entende estar descaracterizado o instituto das horas in itinere.

Vejamos.

O art. 58, §2º da CLT, prevê que o tempo despendido pelo empregado para chegar no seu local de trabalho e para retornar a sua residência, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

O legislador estatui apenas duas hipóteses em que tal tempo despendido será incluído para o cômputo da jornada de trabalho, são elas: quando se tratar de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, caso em que o empregador fornece a condução.

Repise-se que tais hipóteses são alternativas, sendo suficiente a constatação de apenas uma para a caracterização do instituto ora analisado.

Afirmou o preposto da reclamada, registrado no Termo de Audiência, à fl. 129: "que o reclamante se deslocava para o trabalho em transporte fornecido pela VALE, em razão de contrato de prestação de serviços mantido entre esta e a reclamada".

Logo, entendo que de fato a reclamada propiciava o fornecimento de transporte aos empregados, conforme texto do laudo de inspeção judicial à fl.19: "a empresa [Transbrasiliana] tem 5 (cinco) carros que cobram tarifas no valor de R$2,00 (dois reais) de Parauapebas até o Núcleo Urbano, com inicio às 5h40min e o último carro às 0 hora, com frequência de hora em hora; que são 98 (noventa e oito) veículos fretados para a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD para transporte de funcionários desta companhia e de suas empreiteiras contratadas".

Destaco que o reclamante trabalhava em mina localizada na Serra dos Carajás, sendo a mesma explorada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) através de empresas terceirizadas, no caso, dentre elas a Distribuidora Cumins, conforme laudo à fl. 22: "que DCML, Comua, Sotreta, Motamente, Dan Herbert, Lequip e Mactra são as terceirizadas que prestam serviço na oficina [de campo Gamuns]".(sem grifo no original).

A caracterização do local de trabalho do reclamante como de difícil acesso, é confirmado pelo depoimento do preposto da reclamada, que à fl.129 esclarece: "que para o reclamante chegar ao seu local de trabalho tinha que ultrapassar as portarias de Parauapebas e da Mina N-4, sendo obrigatória a apresentação de crachá funcional em ambas as portarias, na primeira por ser área de proteção ambiental e na segunda por ser área industrial, que terceiros podem ter acesso até o núcleo urbano de Carajás mediante autorização expedida pela prefeitura municipal em parceria com o IBAMA, na portaria de Parauapebas, tendo que apresentar documento de identidade e informar os motivos pelos quais pretende acessar o núcleo urbano de Carajás".

Pelo exposto, entendo que os fatos apontados se amoldam às circunstâncias previstas no item I, da Súmula nº 90 do C. TST:

> "Nº 90 Horas in Itinere: I-Tempo de serviço: O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte regular público e para o seu retorno, é computável na jornada de trabalho".

Ainda no auto de inspeção judicial citado, constam declarações do Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes, que são no número de 13 as vans que circulam até o Núcleo Urbano e que desse local até as portarias das minas desconhece a existência de transporte público.

Já o encarregado de manutenção da empresa Transbrasiliana afirma que são apenas 5 ônibus que fazem o percurso até o núcleo urbano.

Por mais que existam vans e ônibus nas quantidades acima listadas, esse numerário não comportaria a grande contingência de trabalhadores das diversas prestadoras de serviço no local, pelo que não seria coerente falar em "insuficiência" mas sim em ausência de transporte até o local de trabalho do recorrido.

Essa a manifestação dos Tribunais Trabalhistas Pátrios:

> HORAS IN ITINERE. CARACTERIZAÇÃO. Preenchidos os requisitos insculpidos no § 2º do art. 58 da CLT e sedimentados pela Súmula n° 90 do colendo TST, que se traduzem no fornecimento de transporte pelo empregador ao empregado até o local de trabalho, sendo este local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte público regular, é imperioso o pagamento das horas in itinere, pelas quais o obreiro comprovadamente esteve à disposição do empregador.(Relator: DESEMBARGADOR EDSON BUENO Revisor: DESEMBARGADOR ROBERTO BENATAR- RO 01189.2007.022.23.00-4;Julgado em:29/07/08 Publicado em: 01/08/08)

Por todo, entendo não prosperar a razão recursal, mantendo a sentença quanto a condenação referente às horas in itinere.

Da inexistência de horas extras em virtude da não concessão de intervalo intrajornada.

O juízo originário condenou a reclamada ao pagamento de 15 minutos/dia, quando o reclamante laborava no turno de 0 h às 6 h.

Em sua peça recursal, a reclamada pugna pela reforma da sentença, haja vista afirmar que o horário de trabalho, nesse turno em específico, não excedia à 6 horas, não ensejando, portanto, qualquer pagamento a título de hora intrajornada.

Alega que eram concedidos 15 minutos de intervalo para lanche, porém, tal concessão não era registrada no controle de pontos de horário dos trabalhadores.

Pois bem.

Para análise do tema, relevante saber qual a posição do legislador trabalhista pátrio sobre o intervalo intrajornada.

Pela leitura do art.71 da CLT, § 1º, depreende-se que é obrigatório o gozo dos 15 (quinze) minutos de intervalo, pelo trabalhador, quando sua jornada exceda 4 horas e não ultrapasse 6 horas diárias.

Tal medida intenciona assegurar benefícios para ambos os sujeitos da relação trabalhista: o empregado, que terá repouso orgânico e benefícios gerais para sua higidez biológica, como para o empregador, pelo melhor desempenho de seu empregado após tal descanso, e consequentemente, maior produtividade.

Restou provado que o reclamante exercia sua atividade, em um dos turnos, no período de 0h às 6h, ultrapassando inclusive as 6 horas de serviço, sendo merecedor, portanto, de 15 minutos de intervalo, nos moldes da lei.

A não concessão desse benefício pela ora recorrente, enquadra-se na previsão legal do §4º do art.71 da CLT, ficando a mesma obrigada a remunerar, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho, o período correspondente à não concessão.

Assim, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da concessão de tal prerrogativa, pelo trabalhador, ao pagamento de valores referentes a não concessão do intervalo intrajornada, improvejo o recurso quanto a esse item, ratificando o disposto na sentença.

Ante o exposto, rejeito a preliminar de não conhecimento do recurso ordinário suscitada pelo reclamante em contrarrazões, bem como, rejeito as preliminares de inobservância do devido processo legal e contraditório, de incompetência do Juízo de Primeiro Grau para declarar a nulidade de cláusula do acordo coletivo de trabalho; no mérito, concedo parcial provimento ao apelo, para reformando o julgado determinar que se proceda novo cálculo referente às horas extras, com base nos registros diários constantes nos cartões de ponto do reclamante, mantendo a decisão recorrida em seus demais termos. Tudo conforme os fundamentos.

CONCLUSÃO

ISTO POSTO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR MAIORIA, VENCIDO O EXMO. DES. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO SUSCITADA PELO RECLAMANTE EM CONTRARRAZÕES, BEM COMO, REJEITAR AS PRELIMINARES DE INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO CONTRADITÓRIO, DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU PARA DECLARAR A NULIDADE DE CLÁUSULA DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO; NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDO O EXMO. DES. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, CONCEDER PARCIAL PROVIMENTO AO APELO, PARA REFORMANDO O JULGADO DETERMINAR QUE SE PROCEDA NOVO CÁLCULO REFERENTE ÀS HORAS EXTRAS, COM BASE NOS REGISTROS DIÁRIOS CONSTANTES NOS CARTÕES DE PONTO DO RECLAMANTE, MANTENDO A DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 12 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 18/08/2009)

Des. LUIS J. J. RIBEIRO - Relator.

****

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO. RECLAMANTE QUE RECEBEU A TOTALIDADE DO CRÉDITO ANTES DA TRIBUTAÇÃO NA FONTE. INEXISTÊNCIA DE CULPA DA RECLAMADA.

ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./AP 00869-2007-121-08-00-4
RELATORA: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN

AGRAVANTE: **WTEX IND E COMÉRCIO LTDA.**
Advogados: Dr. Marcelo Pereira e Silva e outros

AGRAVADO: **ALMIR FERREIRA DIAS**
Advogado: Dr. Francisco Edmir Lopes Figueira

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO. RECLAMANTE QUE RECEBEU A TOTALIDADE DO CRÉDITO ANTES DA TRIBUTAÇÃO NA FONTE. INEXISTÊNCIA DE CULPA DA RECLAMADA. A executada não inadimpliu a obrigação fiscal de proceder à retenção do imposto de renda prevista no art. 46 da Lei nº 8.541/92 e art. 28 da Lei 10.833/2003 e Súmula nº 368, I, do C. TST, diante das circunstâncias em que ocorreu o pagamento do valor bruto ao credor. Nos termos da res judicata, o acordo entabulado pelas parte e homologado pelo juízo, a segunda e última parcela do acordo deveria sofrer a tributação fiscal antes de ser liberada. Ocorre que antes de elaborados os cálculos, o reclamante peticionou para receber o valor bruto total e o Juízo atendeu, liberando seu crédito. Verificando-se que o credor é hipossuficiente, deve ser comunicado o recebimento à Receita Federal, para fins de retenção na declaração de ajuste anual, se for a hipótese.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição, oriundos da MM. Terceira Vara do Trabalho de Ananindeua, em que são partes as acima identificadas.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Conheço do agravo de petição, porque satisfeitos os pressupostos legais de admissibilidade.

Inconforma-se a executada com a r. sentença de embargos è execução que julgou totalmente improcedentes os embargos à execução opostos, mantendo a execução de R$ 2.158,50 relativos ao imposto de renda devido pelo reclamante, valor que deverá ser recolhido e comprovado pela executada, embora parte do valor do crédito tenha sido liberado diretamente pelo juízo.

Informa que entabulou acordo devidamente homologado onde restou consignado que cada parte arcaria com o importe relativo ao imposto de renda, pelo que incumbiria ao reclamante recolher o imposto de renda sobre o valor recebido, aduzindo que a responsabilidade pelo tributo é de quem recebe e não de quem paga, aduzindo que o reclamante tem ainda a possibilidade de restituir o valor a ser pago a título de imposto de renda quando da declaração de ajuste anual.

Entende que não é possível imputar à fonte pagadora a responsabilidade pelo imposto devido pelo exeqüente sob pena de infringir o acordo entabulado entre as partes e homologado pelo juízo.

Reverbera ainda que esta Justiça Especializada não tem competência para executar IR não recolhido incidente sobre os valores acordados, a teor do disposto no art.

114 da Constituição Federal e art. 74 da Consolidação dos Provimentos do Colendo TST, de 12.04.2006 que revogou expressamente o Provimento nº 3/2005 daquela Corte.

Assevera que o recolhimento deveria ter sido efetuado por esta Justiça Especializada, mediante valores deduzidos do crédito do reclamante, ressaltando que não houve qualquer determinação no sentido de que fossem retidos pela executada os valores devidos pelo reclamante a título de Imposto de Renda, que não foram calculados no acordo, tão somente ficando registrado que cada parte arcaria com o seu ônus relativo ao Imposto de Renda.

Ressalta que, como o valor foi integralmente liberado para o reclamante, e não havendo comprovação de recolhimento espontâneo por parte do mesmo, não mais há como recolher o valor do referido imposto, que não pode ser imputado à executada, o que não impedirá que o reclamante pague o imposto devido por ocasião da Declaração de Ajuste Anual perante a Receita Federal, sob pena de, em caso de inadimplemento, vir a ser executado na esfera competente.

Pugna pela reforma da r. decisão agravada, para que seja excluído da execução o montante calculado a título de imposto de renda.

Inicialmente esta magistrada propôs à Egrégia Turma a manutenção do r. despacho agravado.

No entanto, em sessão de julgamento, foi convencida pelos demais pares, a modificar a r. decisão de primeiro grau, a fim de dar provimento ao apelo para extinguir a execução, pelos seguintes fundamentos:

Conforme revelam os autos, nos termos da petição conjunta de fls. 296/297, as partes resolveram conciliar comprometendo-se a reclamada a pagar ao reclamante, no dia 11.04.2008, a quantia de R$-7.000,00 (sete mil reais), devendo ser liberada ao reclamante a importância de R$-5.000,00 do valor existente a título de depósito recursal, totalizando R$12.000,00, dando o autor quitação plena e geral das verbas postuladas no presente feito, requerendo a homologação da avença.

Restou ainda consignado que os encargos previdenciários correriam por conta da reclamada, na forma do art. 832, § 3º, da CLT, calculados sobre o valor do acordo, R$-12.000,00, sendo que deste valor 50% tratam-se de parcelas de natureza remuneratória e 50% de natureza indenizatória.

Na oportunidade restou entabulado que cada uma das partes arcaria com o Imposto de Renda por si devido, que é o que interessa, visto que a executada concordou com os recolhimentos previdenciários.

O Juízo de origem, às fls. 308, homologou o acordo, determinando, fossem notificadas as partes de que os encargos previdenciários e fiscais deveriam observar a proporcionalidade entre o valor pago e as parcelas deferidas na decisão, e as custas já estavam recolhidas conforme decisão, determinando ainda a ciência das partes.

O reclamante, através de seu advogado, peticionou nos autos solicitando ao Juízo o recebimento do valor integral do acordo, quando já estava ciente de que, pelos termos do acordo, sendo contribuinte obrigatório do fisco, deveria ficar retido nos autos o imposto de renda na fonte. A petição induziu o Juízo a equívoco, levando-o a mandar liberar o crédito do reclamante integral objeto do acordo.

E, em despacho de fls. 315, o Juízo determinou o pagamento ao reclamante do valor de seu crédito, nos termos do acordo de fls. 296/297, e o cálculo das contribuições previdenciárias e fiscais, observado o despacho de fls. 308, sendo elaborados os cálculos às fls. 316.

Na conta restou demonstrado que as contribuições previdenciárias do segurado, do empregador e terceiros totalizaram o importe de R$3.841,92. E que o Imposto de Renda que deveria ter sido retido do reclamante importa em R$-2.158,50 (27,50%). Os cálculos foram homologados às fls. 317.

Foi expedido Mandado de Citação, Penhora, Avaliação e Registro de fls. 319, onde restaram discriminados os valores do INSS R3.841,92, IR R$2.158,50 e Custas de Execução, totalizando R$6.011,48.

As contribuições devidas pelo credor reclamante à Receita Federal tem como fato gerador o pagamento de valores brutos correspondentes a parcelas tributáveis, integrantes do salário de contribuição, resultantes de sentença condenatória, e o sujeito passivo da obrigação é o credor trabalhista. E a incidência desse tributo dá-se no momento do pagamento, quando se consubstancia o fato gerador da tributação.

No que tange à forma de procedimento para a retenção do imposto de renda sobre o crédito trabalhista, a retenção deve ser procedida na ocasião do pagamento, sobre a totalidade do valor tributável a ser pago, quando consubstancia-se o fato gerador da tributação, ou seja, tal como reza o art. 46 da Lei 8.541/92, literalmente:

> "*Art. 46. O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos em cumprimento de decisão judicial será retido na fonte pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento, no momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário*."

Verifica-se que no acordo entabulado entre as partes não restou imputada à agravante a responsabilidade pelo débito fiscal, cujo sujeito passivo da obrigação é o credor trabalhista.

É bem verdade que nos termos do art. 46 da Lei 8.541/92, cabe à fonte pagadora, pessoa jurídica obrigada ao pagamento, reter o valor relativo ao imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos ao reclamante em cumprimento ao acordo entabulado entre as partes, e efetuar seu recolhimento, o que não ocorreu.

No entanto, de acordo com a avença entre as partes, o imposto deveria incidir sobre a última parcela objeto do acordo, e antes que o Juízo determinasse a elaboração dos cálculos, o reclamante recebeu de logo a totalidade do seu crédito, quando deveria ter postulado ao juízo a retenção do valor devido à Fazenda Nacional, o que não ocorreu, como revela a Guia de Retirada de fls. 337.

Assim sendo, a executada não inadimpliu a obrigação fiscal de proceder à retenção do imposto de renda prevista no art. 46 da Lei nº 8.541/92 e art. 28 da Lei 10.833/2003 e Súmula nº 368, I, do C. TST, posto que o Juízo foi induzido a erro ao liberar ao reclamante o valor bruto do seu crédito antes de elaborar o cálculo do imposto de renda, quando a última parcela do acordo deveria sofrer a tributação fiscal antes de ser liberada, pelos termos do acordo ajustado entre as partes e homologado pelo Juízo, tornando-se *res judicata*.

Apenas se o pagamento ficasse a cargo da reclamada, se aplicaria à hipótese o disposto no art. 45, parágrafo único, do CTN, onde o substituto tributário do imposto de renda de pessoa física, que não procedeu à retenção na fonte, responde pelo pagamento do tributo.

A Egrégia 2ª Turma verifica que o reclamante é trabalhador hipossuficiente, pobre na forma da lei, de modo que provavelmente é isento do recolhimento do imposto no ajuste anual. Ainda assim, é conveniente expedir ofício à Secretaria da Receita Federal para comunicar o valor do imposto de renda na fonte que não chegou a ser retido do crédito do reclamante e por ele devido, para fins de ajuste na declaração anual de rendimentos.

Fundamentos pelos quais dá-se provimento ao apelo para, reformando a r. decisão agravada, declarar extinta a execução.

Ante o exposto, conheço do agravo; no mérito, dou provimento ao apelo para, reformando a r. sentença agravada, declarar extinta a execução, tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA AGRAVADA, DECLARAR EXTINTA A EXECUÇÃO, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 10 de junho de 2009. (Publicado no DEJT em 19/06/2009)

ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN, Desembargadora Federal do Trabalho, Relatora.

****

INDENIZAÇÃO DANO MORAL - ACIDENTE DO TRABALHO.

ACÓRDÃO TRT/ 3ª T./RO 00064-2009-007-08-00-8
RELATOR: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

RECORRENTE: **A M MORAES & CIA. LTDA.**
Dr. Raimundo Caldas Batista

RECORRIDO: **ELZA MARIA GONÇALVES DO ROSÁRIO**
Dr. Diogo Marcell Silva Nascimento

INDENIZAÇÃO DANO MORAL - ACIDENTE DO TRABALHO. Evidenciada a ocorrência de acidente de trabalho, mas sem qualquer prova de culpa da empresa pelo infortúnio, é indevida a indenização por dano moral. Sentença que se reforma parcialmente.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Ordinário, oriundo da MM. 7ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente e recorrido, os acima indicados.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário, eis que adequado, tempestivo, preenchidos todos os requisitos legais de admissibilidade (ver fls. 71, 135/136).

Admito a contraminuta, pois em ordem.

PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

Diz a reclamada que a petição inicial é inepta, porque o recorrido não incluiu o pedido de extinção do vínculo na reclamatória.

Não prospera a argüição.

Primeiramente, é preciso relembrar que no processo do trabalho impera o princípio da simplicidade, não estabelecendo a CLT alguns requisitos impostos à petição inicial pelo Código de Processo Civil. E o art. 840 da celetário apenas impõe, para que a peça de ingresso seja válida, o seguinte: designação da autoridade judiciária a quem for dirigida a petição, qualificação das partes, breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, pedido, data e assinatura do subscritor.

In casu, não há dúvidas de que a petição inicial atendeu ao disposto na norma consolidada, tanto que a parte contrária, quando teve a oportunidade de defesa, apresentou contestação completa sobre os tópicos trazidos para apreciação pelo reclamante.

Por outro lado, a autora alega que estava afastada para gozar benefício previdenciário e, em caso de procedência do pedido, seria possível estipular o termo final do contrato com base na data em que a autora recebeu a alta do INSS, como bem fez o MM. Juízo *a quo*.

Não há inépcia da inicial a ser declarada.

Rejeito a preliminar.

PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA

Alega que o primeiro grau não se manifestou acerca do pedido de litigância de má-fé, feito na defesa, que tem por base o acidente de trabalho, razão pela qual entende que a sentença é nula, devendo ser prolatado outro julgamento, no qual haja a manifestação pretendida.

Não há razão para ser declarada nula a sentença.

Primeiro, porque não houve o cerceamento de defesa alegado. A própria reclamada afirma que teve oportunidade de se defender, tanto que apresentou contestação.

A omissão apontada pela reclamada não pode ser suprida agora, pois o remédio processual cabível para sanar a falha, embargos de declaração, não foi oposto em tempo oportuno.

Por outro lado, a reclamante, contra quem a reclamada pretende a aplicação da litigância de má-fé, teve o seu pedido de reconhecimento de acidente de trabalho julgado procedente e na conclusão da sentença, consta que são improcedentes todos os demais pedidos.

Rejeito a preliminar.

DO DESCONHECIMENTO DE ACIDENTE DE TRABALHO. DO ABANDONO DE EMPREGO. DA INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL E ESTABILIDADE.

Volta-se a recorrente contra a sentença de primeiro grau que julgou procedente o pedido de indenização por dano moral, pedido que se baseia na existência de acidente de trabalho ocorrido durante o contrato de trabalho e na omissão da empresa em relação ao fato.

Segundo a narrativa da inicial, no dia 24 de março de 2006, último dia de serviço da reclamante, quando estava na cidade de Bragança, a serviço da reclamada, a autora sofreu uma queda em uma calçada e fraturou a perna direita. Informa que foi auxiliada pela Sra. Rosângela e só conseguiu retornar a Belém em uma ambulância fornecida pela Prefeitura daquele Município (Bragança).

Disse, ainda, que, desde a data do infortúnio, ficou impossibilitada de voltar ao trabalho e que a reclamada omitiu-se totalmente em relação a qualquer procedimento de socorro e custeio de transporte em razão do acidente sofrido em serviço, razão pela qual pediu a indenização por danos morais. A reclamada, segundo narra, ajuizou, posteriormente, uma ação de consignação em pagamento.

A reclamante afirmou que recebeu atestado médico pelo qual deveria ficar afastada por seis meses.

A tese da defesa é a jamais tomou conhecimento do acidente, apesar de conhecer o estado de saúde da obreira, por isso, a reclamada alega a ausência de responsabilidade de sua parte.

Examino.

Prescreve o artigo 5º, inc. X, da Constituição Federal que *"São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação"*.

O art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal/88, envolve dois tipos de responsabilidade. Uma de natureza objetiva, de aspecto previdenciário, em que as partes no litígio são segurado e INSS, e outra de natureza subjetiva, apurada em face do empregador, quando haja a prova do dolo ou culpa simples (imprudência, negligência ou imperícia).

Daí a dicção de que o trabalhador tem direito, dentre outros, a seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa. De onde se extrai que o dever de indenizar decorre da responsabilidade subjetiva do agente, seja por dolo, seja por imprudência, negligência ou imperícia, descabendo falar-se em responsabilidade meramente objetiva, independentemente da existência de culpa.

Ressalte-se que o dispositivo constitucional acima referido não distingue grau de culpabilidade do empregador, sendo devida a indenização comum por acidente de trabalho, ainda que levíssima a culpa do patrão. Apenas nas hipóteses de o acidente ocorrer por culpa exclusiva da vítima, por caso fortuito ou força maior, não cabe reparação civil por parte do empregador.

Porém, há requisitos essenciais para a responsabilização empresarial. Sem a conjugação unitária de tais requisitos, não há que se falar em responsabilidade do empregador por quaisquer das responsabilidades vindicadas.

Nos autos é incontroverso que a reclamante sofreu um acidente no exercício de sua função. Esse acidente gerou-lhe uma fratura na perna, conforme os documentos e a prova pericial (ver fls. 10, 14/40, 80/82, 84/86), tudo nos termos do art. 21, IV, "c", da Lei nº 8.213/91.

É verdade que, apesar de se encontrar a serviço da reclamada, esta não teve qualquer responsabilidade pelo acidente, como se vê à fl. 93 (depoimento pessoal da reclamante).

Transcrevo trechos dos depoimentos da reclamante e do preposto, respectivamente (fls. 92/94):

RECLAMANTE:

> "que era vendedora externa da reclamada, atuando em cidades do interior; que não atuava na cidade de Belém; que o escritório da empresa fica em Belém; que nas cidades do interior em que trabalhava, não prestava contas para ninguém da empresa; que apenas tinha que trazer o resultado das vendas, cumprindo as metas; que não havia qualquer forma de controle sobre sua jornada de trabalho; que trabalhava de acordo com os horários dos clientes; que trabalhava de segunda a sábado; que às segundas-feiras participava de uma reunião na empresa, trabalhando apenas pela manhã; que na terça-feira viajava para as cidades do interior; que trabalhava sozinha; (...) que quebrou o tironeo, próximo ao calcanhar; que isso ocorreu em março/2006; que o acidente ocorreu em Bragança, quando estava trabalhando

> lá; que o acidente ocorreu quando a depoente vinha andando pela rua, na parte asfaltada, em razão de um buraco que havia no asfalto; que estava de salto alto e já era de noite; que no momento do acidente estavam outros vendedores externos de outras empresas; que no momento do acidente, apenas estava ao lado da depoente a Sra. Rosângela; que foi atendida no hospital Santo Antonio, em Bragança; que no hospital conseguiram uma ambulância para transferir a depoente para Belém; que foi ao Pronto Socorro Municipal, onde sua perna foi engessada e depois foi transferida para o hospital Divina Providência, onde foi operada; que passou a receber benefício em maio/2006; (...) que os seus filhos, Anderson e Edilany, entraram em contato com a Sra. Regina; que não entregou o documento de fls. 10 à empresa, porém o INSS encaminhou através dos Correios; ...".

PREPOSTO:

> "que não é empregado da reclamada; que presta serviços internos e externos à reclamada, na parte administrativa; que a reclamante se afastou em março/2006; que foi entregue à empresa um atestado médico de 15 dias, então acredita que a reclamante se afastou por doença; que não sabe informar o que significava o CID inserido no atestado; que posteriormente chegou um documento para que a reclamante se afastasse por seis meses do trabalho; que acredita que o documento tenha sido emitido pelo médico; que não sabe informar se a reclamante entrou em contato com a empresa para informar o motivo do afastamento; que não sabe informar se foi mandado correspondência para a casa da reclamante; que às vezes a reclamante passava a semana viajando e às vezes não; que a reclamante não fazia vendas em Belém; que a reclamante ficava em Belém apenas entre uma viagem e outra; que a reclamante apenas assinava o ponto quando estava em Belém; que não sabe informar quantas viagens a reclamante fazia ao mês."

Ainda cabe transcrever o depoimento da primeira testemunha arrolada pela reclamada, Sra. Maria Regina de Souza Costa (fls. 95/96):

> "que trabalha há nove anos para a reclamada como auxiliar de escritório; que é a depoente quem recebe as documentações enviadas à empresa; que a filha da reclamante falou com a depoente, após o acidente, e entregou o atestado médico de 15 dias; que deu conhecimento aos seus patrões acerca do acidente e os mesmos encaminharam ao contador acerca do problema; que nunca recebeu documento do INSS referente à reclamante; que retifica a informação, para declarar que em 2007 recebeu um documento do INSS relativo à reclamante, o qual se referia a prorrogação do benefício; que a filha da reclamante foi duas vezes entregar dois atestados médicos, sendo o primeiro de 15 dias e o segundo de seis meses de afastamento. (…) que a filha da reclamante apenas disse à depoente que a reclamante havia sofrido um acidente, sem informar os detalhes do acidente;...".

Não há, neste caso, culpa ou dolo da reclamada em relação ao acidente, nem a hipótese é enquadrável naquelas de responsabilidade objetiva, razão pela qual dou provimento ao apelo para excluir da condenação a indenização por dano moral.

Quanto aos demais aspectos recursais, não há o que prover, pois a estabilidade decorre de lei, em caso de gozo de auxílio-doença acidentário, como restou provado nestes autos (ver depoimento do preposto) e ausência de abandono de emprego, pois este não restou provado (ônus do qual não se desincumbiu a empresa), ao contrário, a reclamante demonstrou que passou um longo período sem trabalhar em razão da suspensão do contrato de trabalho causada pela concessão do benefício previdenciário.

Reformo, em parte, a decisão.

Ante o exposto, conheço do recurso; rejeito as preliminares de inépcia da inicial e de nulidade da sentença, à falta de amparo legal; no mérito, dou-lhe parcial provimento para, reformando, em parte, a r. decisão, excluir da condenação a parcela de indenização por dano moral. Mantida a sentença em todos os seus demais termos. Tudo conforme a fundamentação. Custas, pela reclamada, reduzidas para R$240,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$12.000,00.

3. CONCLUSÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR AS PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E DE NULIDADE DA SENTENÇA, À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDO O EXMO. DES. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A R. DECISÃO, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A PARCELA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MANTIDA A SENTENÇA EM TODOS OS SEUS DEMAIS TERMOS. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS, PELA RECLAMADA, REDUZIDAS PARA R$240,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR ARBITRADO À CONDENAÇÃO DE R$12.000,00.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 12 de agosto 2009. (Publicado no DEJT em 18/08/2009)

Des. LUIS J. J. RIBEIRO - Relator.

****

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR - VALOR DA INDENIZAÇÃO - CRITÉRIOS LEGAIS PARA FIXÁ-LA

ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T/RO 00996-2008-110-08-00-0
RELATOR: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA

RECORRENTE: **CREUZA DOS SANTOS BATISTA**
Adv(a): Dr(a). Sílvia Eloísa Bechara Sodre

RECORRIDA: **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S A**
Adv(a): Dr(a). Wilson Pereira Machado Junior

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR - VALOR DA INDENIZAÇÃO - CRITÉRIOS LEGAIS PARA FIXÁ-LA - Havendo nos autos do processo prova irrefutável de que a empresa foi a responsável pelo acidente sofrido pelo empregado, que causou sua morte, não há a menor dúvida de está obrigada a reparar o dano moral, cuja indenização deve ser fixada de acordo com o prudente arbítrio do julgador, e material.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso ordinário, oriundos da MM. 1ª Vara do Trabalho de Tucuruí, em que são partes, como recorrente, **CREUZA DOS SANTOS BATISTA** e, como recorrida, **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

I - Conhecimento

Conheço do recurso ordinário da reclamante, pois preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Não conheço da contraminuta apresentada pela demandada, haja vista estar subscrita por advogado não habilitado nos autos.

II - Mérito

Insurge-se a reclamante contra decisão de primeira instância, que indeferiu os pedidos de indenização por dano moral e material, sob argumento de que inexistem elementos nos autos para imputar culpa à reclamada pelo acidente sofrido por seu filho, Sr. Carlos Jerry dos Santos Chagas, que causou seu óbito.

Afirma, que ao contrário do que entendeu a decisão recorrida, não foi de seu filho a culpa pelo acidente fatal ocorrido em 27.9.2006.

Aduz, que, na realidade, tanto o preposto como a testemunha arrolada no feito somente ouviram falar do acidente, e que o laudo pericial não avaliou as condições do local da obra, tendo em vista ser o mesmo irregular, desigual, sem qualquer sinalização, inexistindo qualquer amparo para manter a decisão de origem.

Argumenta, ainda, que seu filho não recebeu treinamento para desenvolver suas atividades e muito menos para conduzir a retroescavadeira que é completamente diversa do veículo que operava, no caso, trator agrícola.

Por fim, também alega que as atividades desenvolvidas pelo falecido enquadram-se perfeitamente como atividade de risco, chamando a aplicação da responsabilidade objetiva, onde inexiste qualquer necessidade de demonstração de culpa, sendo suficiente demonstrar o nexo causal entre o fato e o dano.

Analiso.

O acidente de trabalho sofrido pelo filho da reclamante é incontroverso, bem como é o resultado do acidente, que culminou com o seu falecimento quase que imediato.

A tese da decisão de primeiro grau, como dito acima, é no sentido de que não há elementos para imputar culpa à reclamada pelo acidente sofrido pelo filho da autora. Assim, não havendo culpa não há como responsabilizar a empresa pelos danos decorrentes do infortúnio.

Inicialmente, não posso deixar de registrar que a decisão recorrida, em

nenhum momento, aponta qual o responsável pelo acidente, limitando-se a dizer que não foi a empresa.

Mas, se não foi a empresa, quem foi?

O certo é que não existe um só indício de que o empregado tenha sido o causador do acidente.

Inversamente do que entendeu a sentença guerreada, restou comprovado que o reclamante, apesar de utilizar os equipamentos de proteção fornecidos pela reclamada e participar de cursos por ela promovidos, sofreu o acidente quando operava uma retroescavadeira, apesar de ter sido contratado para laborar como operador de trator agrícola.

O PCMSO, às fls. 148, deixa claro tratar-se de máquinas diferentes, e que, portanto, exigem treinamento específico.

Dessa maneira, por esse viés, a recorrente tem razão.

Ora, a partir do momento em que o *de cujus* exerce uma função para a qual não foi contratado, surge a indagação: estaria ele habilitado a operar uma retroescavadeira, se a sua função era a de operador de trator agrícola? Acredito que não.

Ademais, ficou demonstrado que barreira feita pela empresa para evitar esse tipo de acidente não teve nenhuma serventia, o que somente reforça a responsabilidade da empregadora pelo sinistro.

Assim sendo, resta claro que somente a reclamada teve culpa no acidente sofrido pelo seu ex-empregado, que causou seu falecimento, tendo o de indenizar a reclamante, haja vista sua responsabilidade subjetiva, seja por dolo, seja por imprudência, negligência ou imperícia, descabendo falar-se "*in casu*" em responsabilidade meramente objetiva, independentemente de existência de culpa.

Ressalte-se, que a responsabilidade civil do empregador pelo acidente do trabalho, prevista no artigo 7º, XXVIII, da Constituição da República, não distingue grau de culpabilidade do empregador, sendo devida a indenização por acidente de trabalho, ainda que levíssima a culpa do patrão.

Portanto, o acidente sofrido pelo obreiro e o nexo de causalidade com o trabalho executado, não afasta a responsabilidade da recorrida, pois o "*de cujus*" encontrava-se no desempenhando função diversa da que foi contratado, como explicado acima.

Também a culpa patronal está suficientemente comprovada em decorrência do acidente ocorrido.

Destarte, diante do conjunto probatório, vislumbro a presença dos requisitos necessários para a responsabilização da reclamada (o dano, o nexo e a culpa empresarial), razão pela qual reformo a sentença quanto ao deferimento das indenizações requeridas pela representante do autor, materiais e morais, com base em acidente de trabalho.

Entendo, portanto, com base nos arts. 182 e 927, do Código Civil, que a reclamada cometeu ato ilícito, capaz de causar abalo ao patrimônio imaterial do reclamante, daí porque devida a indenização correspondente.

Quanto ao valor da indenização, ressalto que não existe critério legal para sua fixação, todavia entendo razoável balizar a indenização em dois parâmetros: a) a gravidade da ofensa e b) situação econômica do ofensor.

O primeiro, como forma de compensar a dor, que reputo de monta considerável, tanto que ocasionou o falecimento do autor.

O segundo, deve observar, necessariamente, valor razoável sobretudo para desestimular o empregador de reincidir na prática, porém sem inviabilizar a atividade econômica.

Pois bem, levando em consideração esses aspectos, resolvo fixar o valor da indenização por danos morais em R$ 100.000,00.

Quanto ao valor da indenização por danos materiais, a reclamante afirma que recebia do falecido filho um auxílio em torno de R$30,00 a R$60,00, por mês, que ajudava na sua subsistência, estando configurado o prejuízo material sofrido pela mesma com a morte do obreiro.

Dessa maneira, defiro o pedido de indenização por dano material, sob a forma de pensionamento, em parcela única, como possibilita o parágrafo único do art. 950, do CC, no importe de R$24.480,00, considerando os seguintes parâmetros: R$60,00 mensais x 34 anos (72 anos de expectativa de vida do brasileiro, segundo o site www.ibge.gov.br, menos 38 anos de idade do autor) x 12 meses.

Ante o exposto, conheço do recurso do reclamante e, no mérito, dou-lhe provimento para, reformando a sentença, deferir o pedido de indenização por danos morais e materiais, tudo de acordo com os termos da fundamentação. Custas pela reclamada no valor de R$2.500,00, calculadas sobre o valor arbitrado da condenação de R$125.000,00.

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA EGRÉGIA 1ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO DO RECLAMANTE E, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA, DEFERIR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, TUDO DE ACORDO COM OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELA RECLAMADA NO VALOR DE R$2.500,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR ARBITRADO DA CONDENAÇÃO DE R$125.000,00.

Sala de Sessões da Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Belém, 10 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 11/09/2009)

Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator.

****

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. CONSIDERAÇÕES A SEREM OBSERVADAS.

PROCESSO TRT 8ª/2ªT./ RO 01768-2008-006-08-00.0
RELATOR: Desembargador JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES

RECORRENTES: **CARLA MARTINS LOBO**
Advogados: Dra. Ana Maria Cunha de Mello e outros, fls. 05-06
E
DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA.
Advogados: Dra. Jaqueline Noronha e outros, fls. 12-13.

RECORRIDAS: **AS MESMAS**

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO.

<u>CONSIDERAÇÕES A SEREM OBSERVADAS</u>. Um dos problemas mais sérios a ser enfrentado no exame de um pedido de indenização por dano moral é, sem dúvida, a quantificação do valor econômico a ser reposto ao ofendido. A lei não prevê parâmetros objetivos para o cálculo da indenização do dano moral, ficando ao arbítrio do magistrado essa fixação, o qual deve considerar os princípios da equidade e da razoabilidade. A doutrina e a Jurisprudência, com base inclusive em preceitos estabelecidos em legislações específicas, adotam critérios orientadores para a dosimetria da indenização por dano moral. Esses critérios orientadores podem ser assim sintetizados: 1- a gravidade, a natureza e a repercussão da lesão; 2 - as condições econômicas, sociais e culturais de quem cometeu e de quem sofreu o dano; 3 - a intensidade dos efeitos da lesão em face da vítima; 4 - o grau da culpa ou a intensidade do dolo, se presentes na conduta danosa. Todos esses critérios tem por objetivo atingir a dupla finalidade da indenização: compensar a dor sofrida pelo ofendido e desestimular o ofensor e a sociedade a cometerem atos da mesma natureza (caráter pedagógico). Penso que devemos ter a preocupação de que a quantificação da indenização pelo dano moral alcance as 2 (duas) finalidades, mas não se pode deixar de levar em conta que o valor deve significar uma justa reparação do prejuízo sofrido e não uma fonte de enriquecimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Ordinário**, oriundos da Meritíssima Sexta Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrentes, **Carla Martins Lobo e Distribuidora Big Benn Ltda.** e, como recorridas, **as mesmas.**

OMISSIS.

<u>É O RELATÓRIO</u>.

<u>Do conhecimento</u>.

Conheço dos recursos, porque foram atendidos todos os pressupostos de admissibilidade.

<u>Mérito</u>.

<u>Da indenização por dano moral</u>.

Por uma questão de ordem de precedência na analise das matérias postas ao debate pelas recorrentes (dano moral e quantificação da indenização correspondente), iniciaremos a apreciação dos recursos pelas razões da reclamada.

A reclamante pleiteou o pagamento de **"indenização por danos morais"** no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Para isso alegou que "ao iniciar o trabalho passou a sofrer revistas íntimas ocorreram apenas na loja Gentil (disk Big Benn) e incluía além de alisar as pernas, pés e barriga, revistar as partes íntimas da reclamante, como apalpamento dos seios e partes abaixo da cintura para garantir que nada seria colocado nessas partes". Que os empregados eram obrigados, na hora da chegada, a deixar sua bolsa e seus pertences em um armário coletivo, cuja chave ficava em poder de um dos colegas

a que estava dividindo o armário; que na hora da saída acontecia a revista da bolsa e pertences para que somente após essa revista os empregados fossem liberados para irem embora; que a revista de bolsas ocorriam em todas as lojas que trabalhou e que muitas vezes as revistas eram realizadas por homens, empregados da empresa; que se sentia incomodada em ter que expor seus objetos pessoais a outra pessoa; que "referidas revistas representam uma afronta à dignidade da pessoa humana, um desrespeito à moral e a honra da Reclamante desrespeitada pela Reclamada, que agia com total desprezo às apelações da Reclamante", fls. 2.

A reclamada, em contestação, argumentou lhe parecer estranha "a atitude da reclamante em ter aceito um emprego e continuado no mesmo durante 3 anos, mesmo tendo sido supostamente "avisada" pela gerente que desde o início "seria" revistada diariamente. Desta forma, mesmo que considerássemos, o que não é o caso, que a reclamante teria dito a verdade, não é razoável que tal circunstância tenha lhe trazido algum constrangimento em sua esfera íntima ou que tal fato tenha abalado sua honra, posto que trabalhou durante 3 anos na empresa e só agora, depois de cinco meses após sua demissão, sentiu que sua honra e intimidade foram violadas pela reclamada", fls. 15.

Quanto ao fato em si, apenas refutou a firmação feita na inicial de que os pertences da reclamante ficavam em armários coletivos e, ao final, impugnou o pleito de danos morais "tendo em vista a ausência de qualquer fato gerador de dano causado pela reclamada", fls. 16v.

O Juízo de primeiro grau declarou imprestável o depoimento da primeira testemunha arrolada pela reclamante e, com base no depoimento da segunda testemunha, também arrolada pelo reclamante, acolheu o pedido de indenização por dano moral, por considerar comprovada que a empresa revistava a bolsa da reclamante na presença de terceiros, "o que não deixa de ser constrangedor e vexatório, conforme comprovado pela segunda prova testemunhal produzida, o que não se pode admitir, sob pena de ofensa à dignidade da pessoa humana. Ao revistar a bolsa da autora perante terceiros, mormente clientes, por óbvio a reclamante ficou exposta a situação de extremo constrangimento, que foi causado pela reclamada em violação à honra e imagem da autora (art. 5º, X, da CF/88)", fls. 38.

Em suas razões recursais, a reclamada alega que a prova deve ser apreciada em seu conjunto, em respeito ao princípio da unidade da prova, entretanto, o Juízo "tomou por válido apenas enxertos dos depoimentos colhidos", fls. 46.

Afirma que a reclamante não se desincumbiu do ônus da prova e prequestiona os arts. 818 da CLT e 333 do CPC.

Analiso.

Em seu depoimento pessoal, alegou a reclamante que trabalhou inicialmente como operadora de telemarketing, depois como balconista e, por último como operadora de caixa. "*...; que na função de operadora de telemarketing, quando laborava no Disk Big Ben, na Av. Gentil Bittencourt, antes de começar a trabalhar tinha que abrir sua bolsa para ter seus pertences verificados, sendo que, caso houvesse medicamentos dentro da bolsa de uso pessoal da reclamante, os mesmos só poderiam ser utilizados se houvesse nota fiscal; ...; que na saída do serviço, também havia tal revista, sendo que havia fila de pessoas a serem revistadas, cada um na sua vez; que a revista era efetuada pelo subgerente ou substituto, podendo ser homem ou mulher; que a liberação dos funcionários era somente após a revista; que havia câmera de vigilância no local de trabalho; que nunca foi revistada na companhia de outro trabalhador; que posteriormente passou a trabalhar nas lojas de Batista Campos e Vila Sorriso (Icoaraci), sendo revistada em tais locais; que na entrada de tais lojas, antes do início*

do trabalho, também tinha que abrir a bolsa; que na saída do serviço, também tinha que normalmente abrir a bolsa, quando o fiscal retirava pertence por pertence e caso houvesse medicamento sem nota dentro da bolsa, a reclamante só poderia sair após autorização do subgerente; …; que as revistas nas bolsas/sacolas era efetuada no meio do salão na presença de clientes; …; que a reclamante não era a única a ser revistada; que trabalhou no Disk Big Ben da admissão até outubro/2005; ...; que nas lojas Batista Campos e Vila Sorriso (Icoaraci) não havia local específico para a revista, sendo que haviam armários coletivos; ...; ao Juízo esclareceu: que na Vila Sorriso (Icoaraci) houve um dia em que a reclamante esqueceu de mostrar sua bolsa, ocasião em que estava no ponto de ônibus e foi chamada pela gerência para ser revistada na presença de terceiros; que tal revista ocorreu na porta da farmácia", fls. 32-v).

A preposta da reclamada, em seu depoimento pessoal, confirmou que a reclamante trabalhou nas lojas da Gentil, Batista Campos e Icoaraci, mas negou a existência de revista aos pertences pessoais das empregadas.

O depoimento da primeira testemunha arrolada pela reclamante foi considerado imprestável como meio de prova pelo Juiz de primeiro grau, que o considerou tendencioso e contraditório com o depoimento da reclamante (fls. 37).

A segunda testemunha arrolada pela reclamante afirmou, em seu depoimento, "que trabalhou para a reclamada de maio/2003 a fevereiro/2007 na função de balconista; que trabalhou junto com a reclamante na loja da Vila Sorriso (Icoaraci); que nesta ocasião a reclamante era balconista; ...; que na saída tinha o corpo revistado por cima da roupa, sendo revistado em bolsas ou sacolas caso possuísse; que todos os funcionários eram revistados; que normalmente a revista era feita pelo subgerente ou gerente, sendo que às vezes alguém era designado para fazer tal revista; ...; que a revista nas bolsas era efetuada na frente de clientes, no próprio salão; que chegou a revistar a bolsa da reclamante no término do expediente; que a bolsa era aberta pelo depoente; que na Vila Sorriso o autor passou de balconista a subgerente; que em todas as farmácias em que laborou ocorria a revista; que trabalhou nas farmácias Nazaré (Moderna) e Icoaraci; que não foi informado que seria revistado no momento de sua contratação; que havia câmera de segurança; ...; que trabalhou na Vila Sorriso de fevereiro/2006 a fevereiro/2007; …; que já houve problema de ser localizado medicamento da loja em meio a pertence do funcionário; que as pessoas reclamavam e se sentiam constrangidas; que desconhece algum funcionário ter saído da empresa por conta da revista", fls. 33v-34.

A tese defendida pela reclamada é a de que o d. Juiz baseou seu convencimento em depoimento contraditório, extraindo desse mesmo depoimento apenas as partes coincidentes com o da reclamante para acolher o pedido de dano moral. Afirma que "a segunda testemunha, durante todo o seu depoimento, foi contraditória inclusive quanto a revista íntima, tanto é, que o douto Juízo de primeiro grau só concedeu o pedido da reclamante no que diz respeito a revista de bolsas perante a terceiros, uma vez que foi o único ponto coincidente. Entretanto o douto Juízo *a quo* não poderia ter desmembrado o depoimento testemunhal, tendo em vista o **PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DA PROVA",** fls. 49.

O princípio probatório que a reclamada recorrente denomina de "princípio da indivisibilidade da prova" é o *princípio da unidade da prova,* segundo o qual a prova deve ser examinada no seu conjunto, formando um todo unitário, em função do que não se deve apreciar a prova isoladamente.

O conjunto probatório a que esse princípio se refere diz respeito aos meios de prova. Por exemplo a prova documental deve ser examinada em conjunto com a prova testemunhal, com a pericial, se houver, ou ainda com o depoimento pessoal (pelo qual se busca a confissão). Há momentos em que um complementa o outro,

mas tudo depende das circunstâncias de cada caso. Mas isso não significa que se em um processo forem interrogadas 6 (seis) testemunhas o intérprete vai examinar esses depoimentos em conjunto, isso pode até acontecer, mas não é obrigatório, dos 6 (seis) pode ser que só 1 (um) seja levado em consideração. E tudo porque, no nosso sistema processual vigora o sistema da *livre apreciação da prova,* previsto no art. 131 do CPC. De acordo com esse sistema o juiz é livre para fazer a apreciação da prova, segundo sua íntima convicção.

No presente caso, foram interrogadas 2 (duas) testemunhas, o juiz entendeu que o depoimento da primeira testemunha que foi interrogada foi um depoimento tendencioso e contraditório e, por isso, considerou "imprestável", aproveitando o depoimento da segunda testemunha interrogada.

A reclamada não tem razão em suas argumentações.

O Professor e Ministro aposentado do C. TST, **Mozart Victor Russomano** falando sobre *fato notório* diz que "fato notório, sabidamente, não é, apenas, aquele do conhecimento de todos. É, também, o fato conhecido como verdadeiro pela generalidade dos integrantes da comunidade". E prossegue afirmando que "fato trabalhista notório, em nosso entendimento, é ainda mais abrangente: considerar-se-á notório o fato que é do conhecimento generalizado na empresa, no local de trabalho, por outras palavras, na comunidade que nasce da atividade econômica do empresário e da atividade profissional do trabalhador" (*in*, "Novos temas de direito do trabalho" - Rio de Janeiro: Forense, 1985, p. 138).

A situação dos autos se encaixa nesse entendimento. Pelo tipo de comércio que o empreendimento da reclamada exercita, a revista é uma das funções diretivas do empregador, portanto, independentemente de prova, é sabido pela comunidade que nos diversos estabelecimentos da empresa reclamada, como em outros similares, a revista, que pressupõe inspeção direta sobre o corpo do empregado, ela existe como meio de controle e até como meio de defesa do patrimônio do empregador. O problema é o modo, a forma como essa revista é feita. As revistas em bolsas, carteiras, papéis, fichários do empregado ou em espaço a ele reservado, como armário, mesa, escrivaninha, escaninhos, ambientes privados por destinação, tornam-se constrangedoras e violadoras da intimidade do empregado.

No presente caso, embora a reclamada negue, a reclamante, ao tempo em que foi empregada, passou por essa revista de forma constrangedora, conforme disse a testemunha **Rogério Alves da Silva,** em seu depoimento que está registrado às fls. 33V, onde disse "que na saída tinha o corpo revistado por cima da roupa, sendo revistado em bolsas ou sacolas caso possuísse; que todos os funcionários eram revistados; que normalmente a revista era feita pelo subgerente ou gerente ...".

A revista por si só já deixa o empregado sob suspeita. Há meios do empregador fazer essa fiscalização e esse controle sem expor o seu empregado, que é seu auxiliar, seu colaborador e que ele, empregador, deveria ter o máximo interesse em proteger sua intimidade, mas não tem.

Essa situação a comunidade conhece, muitos já assistiram, nos momentos de início e fim de expediente ou troca de turno de serviço, esse vai-e-vem de revista de empregados.

Por tudo isso, mantenho a sentença que reconheceu a existência do dano moral reclamado.

Do valor da indenização.

A reclamante pleiteou, na inicial, o pagamento de indenização por dano moral no valor de R$100.000,00 (cem mil reais).

O Juízo de primeiro grau fixou o valor da indenização em R$5.000,00 (cinco mil reais).

Inconformada, a reclamante alega, em seu arrazoado, não ser possível "que o valor da condenação contida na R. Sentença, ora recorrida, seja suficiente para amenizar todo o sofrimento da Recorrente e muito menos servir de punição para que o recorrido não mais pratique este tipo de ato contra outras pessoas", fls. 41.

Pede, por isso, que seja considerado o valor requerido na inicial.

Analiso o assunto.

Um dos problemas mais sérios a ser enfrentado no exame de um pedido de indenização por dano moral é, sem dúvida, a quantificação do valor econômico a ser reposto ao ofendido.

A lei não prevê parâmetros objetivos para o cálculo da indenização do dano moral, ficando ao arbítrio do magistrado essa fixação, o qual deve considerar os princípios da equidade e da razoabilidade. Porém, essa mesma lei traça diretrizes, como as contidas nos artigos 944 e 945 do CCB: extensão do dano e a sua gravidade, a gravidade da culpa do ofensor e a concorrência da vítima para o evento danoso, as quais devem servir de balizadores para a apuração do quantitativo devido.

Além dessas diretrizes, a doutrina e a Jurisprudência, com base inclusive em preceitos estabelecidos em legislações específicas, adotam critérios orientadores para a dosimetria da indenização por dano moral.

Xisto Tiago de Medeiros Neto (*in,* Dano moral Coletivo, 2ª ed., São Paulo: LTr, 2007, p. 80-81) sintetiza esses critérios orientadores da seguinte forma:

> "(1) a gravidade, a natureza e a repercussão da lesão (reprovabilidade da conduta ilícita e amplitude do dano);
> (2) a situação econômica do ofensor;
> (3) a intensidade dos efeitos da lesão em face da vítima, consideradas as suas condições pessoais; e
> (4) o grau da culpa ou a intensidade do dolo, se presentes na conduta danosa".

Todos esses critérios tem por objetivo atingir a dupla finalidade da indenização: a compensação da dor sofrida pelo ofendido e o desestímulo do ofensor e da sociedade a cometerem atos da mesma natureza (caráter pedagógico).

Penso que devemos ter a preocupação de que a quantificação da indenização pelo dano moral alcance as 2 (duas) finalidades, mas não se pode deixar de levar em conta que o valor deve significar uma justa reparação do prejuízo sofrido e não uma fonte de enriquecimento.

O valor reclamado, *data venia,* foi exagerado, mas o *quantum* fixado na sentença não atende à finalidade pedagógica de combate à impunidade, posto que o valor correspondente a um pouco mais de 7 (sete) vezes o salário-base da reclamante certamente não produzirá o efeito prático de repercussão na política administrativa da empresa.

Não há condições de se criar uma regra fixa para a reparação do dano, o arbitramento deve ser feito diante de cada situação concreta, mas sempre dentro de um prudente arbítrio.

Neste caso, além dos aspectos já mencionados, o critério a ser utilizado será o tempo de serviço da reclamante e o valor de seu último salário.

Assim, considerando que sua admissão deu-se em 17.11.2004 e saída em 08.10.2007, adicionando-se o tempo do aviso prévio, temos 36 (trinta e seis) meses de serviço que multiplicado pelo seu último salário, no caso R$655,20 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), chegaremos a R$23.587,20 (vinte e três mil quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

Com essa fundamentação, reformo a sentença para fixar a indenização por dano moral na quantia de R$23.587,20 (vinte e três mil quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

ANTE O EXPOSTO, conheço dos recursos; no mérito, nego provimento ao da reclamada e dou parcial provimento ao da reclamante para, reformando a r. decisão impugnada, fixar a indenização por dano moral a ser paga pela reclamada, na quantia de R$23.587,20 (vinte e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), ficando mantida a r. sentença em seus demais termos. Custas pela reclamada no valor de R$471,74 (quatrocentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos) sobre o valor da condenação. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, unanimemente, em conhecer dos recursos; no mérito, sem divergência, negar provimento ao da reclamada e dar parcial provimento ao da reclamante para, reformando a r. decisão impugnada, fixar a indenização por dano moral a ser paga pela reclamada, na quantia de R$23.587,20 (vinte e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), ficando mantida a r. sentença em seus demais termos. Custas pela reclamada no valor de R$471,74 (quatrocentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos) sobre o valor da condenação. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 9 de setembro de 2009. (Publicado no DEJT em 15/09/2009)

JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES, Desembargador Relator.

****

I - JUSTIÇA DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÕES COMPULSÓRIAS PARA TERCEIROS. COMPETÊNCIA. II - DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL.

ACÓRDÃO TRT/3ªT/RO 01126-2008-121-08-00.2
REVISOR/PROLATOR: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

RECORRENTE: **AMAZÔNIA CELULAR S.A.**
Doutora Rosane Patrícia Pires da Paz

RECORRIDOS: **IGOR MAIO FERNANDES**
Doutora Mylena Xavier Seráfico de Assis Carvalho Morais
R.V. CONSULT TRANSPORTADORA E LOGÍSTICA LTDA.

I - JUSTIÇA DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÕES COMPULSÓRIAS PARA TERCEIROS. COMPETÊNCIA. A Justiça do Trabalho não tem competência para impor, de ofício ou provocada, as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical (contribuições para terceiros). II - DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL.

Pratica assédio moral o superior hierárquico que ofende reiteradamente seus subordinados, agravando o dano moral disso resultante a circunstância de se tratar de dano moral coletivo e o ambiente de trabalho ser de uma empresa de tecnologia da comunicação.

1 RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso Ordinário**, oriundo da **MM. 3ª Vara do Trabalho de Ananindeua,** que são partes, como recorrente e recorrido, os acima identificados.

OMISSIS.

É o relatório, conforme lido em sessão de julgamento pelo Excelentíssimo Desembargador Relator.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conhece-se do recurso ordinário porque adequado, tempestivo (folhas 236 e 258), subscrito por advogada habilitada (folha 57), realizado o depósito recursal (folha 283) e as custas processuais foram corretamente pagas (folha 282).

2.2 QUESTÕES PRELIMINARES

2.2.1 INCOMPETÊNCIA

Não se conforma a recorrente com a imposição de contribuições compulsórias para terceiros suscitando questão preliminar de incompetência material da Justiça do Trabalho (folhas 276-281).

A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, alterou o parágrafo único do art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho para atribuir competência à Justiça do Trabalho, para executar de ofício as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido. Tal competência, entretanto, não alcança as contribuições compulsórias para terceiros (*contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical*)[1], que não têm natureza de contribuição social[2], pelo que não pode ser imposta, de ofício ou a requerimento.

---

[1] Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Art. 240 da Constituição da República).

[2] *Art. 195 da Constituição da República. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:*
I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
.....
II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Em suma, a Justiça do Trabalho não tem competência para impor, de ofício ou provocada, as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical (contribuições para terceiros).

Acolhem-se as razões recursais (folhas 276-281), prequestionando expressamente tudo o que nelas se contém, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Acolhe-se a questão preliminar para declarar a incompetência da Justiça do Trabalho para impor as contribuições compulsórias para terceiros.

2.2.2 ILEGITIMIDADE PASSIVA

A segunda reclamada suscita questão preliminar de ilegitimidade passiva alegando, em resumo, a licitude da terceirização e a legitimidade passiva da primeira reclamada (folhas 263-268).

O que pretendeu o reclamante foi o reconhecimento da responsabilidade solidária da reclamada-recorrente. E isso é o quanto basta para a legitimação das partes e o direito-dever de receber, nestes autos, a prestação jurisdicional devida, seja ela condenação ou absolvição.

Havendo, pois, relação e pertinência entre o direito abstratamente invocado, os pedidos e as partes chamadas em juízo, capazes de estabelecer nexo de causalidade entre a narrativa e os pedidos do autor, todas elas estão legitimadas para residir em juízo e nele receber absolvição ou condenação, direta, solidária ou subsidiária.

Recusam-se as razões recursais (folhas 263-268), prequestionando-as expressamente.

Rejeita-se a questão preliminar de ilegitimidade passiva.

2.2.3 CONTRADITA DE TESTEMUNHA

A recorrente suscita, em questão preliminar, o acolhimento da contradita de testemunha arrolada pelo reclamante alegando que haveria de troca de favores (folhas 260-262).

Testemunha que reclama não torna-se, por isso, suspeita e recusável. As razões recursais são subjetivas e não apontam nenhum elemento de convicção que se preste à persuasão racional, não conseguindo desfazer o fundamento adotado pelo juízo recorrido para rejeitar a contradita, tal seja a impossibilidade dessa alegada troca de favores porque já concluída a instrução do processo em que era reclamante a testemunha (folha 233).

Aliás, este é entendimento do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, conforme se depreende da Súmula nº 357, abaixo transcrita:

> *TESTEMUNHA. AÇÃO CONTRA A MESMA RECLAMADA. SUSPEIÇÃO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.*
>
> *Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.*

Se for o caso, cabe ao juízo valorar negativamente o testemunho, mas não deferir a contradita.

Recusam-se expressamente as razões recursais (folhas 260-262), com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Rejeita-se a questão preliminar.

2.3 QUESTÃO PREJUDICIAL

2.3.1 INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO

Inconformada com a sentença que declarou a existência de contrato de emprego diretamente com a tomadora dos serviços prestados pelo reclamante, responsabilizando-a diretamente (folhas 236-240), recorre a segunda reclamada-recorrente alegando, em resumo, a ausência de qualquer irregularidade na supervisão que fazia dos serviços prestados pela primeira reclamada, pois conforme o art. 94 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações) seria lícita a terceirização das suas *atividades inerentes*, de caráter acessório ou complementar ao serviço (sic, folhas 263-268).

O reclamante era controlador de estoque (folhas 132 -142), vale dizer, exercia suas tarefas na atividade-fim da segunda reclamada-recorrente, termo e conceito que não se confunde com a atividade inerente a que se refere o art. 94 da Lei nº 9.472/97. Afinal, quando editada essa lei o termo atividade-fim já era consagrado na linguagem jurídica e se o legislador ordinário dele não fez uso é porque não a ela não quis se referir, devendo ser considerado, para fins hermenêuticos, que a lei em exame foi redigida sob a notória influência do *lobby* das concessionárias dos serviços de telefonia, pelo que se não usou o termo *atividade-fim* e preferiu usar o termo *atividades inerentes* é porque eles não se equivalem. O que houve neste caso foi mais que terceirização ilícita, foi fraude e *marchandage*, pois, de fato, o reclamante era empregado da segunda reclamada-recorrente, que simulou um contrato de prestação de serviços com a primeira reclamada-recorrida (folhas 196-214). E tanto assim o é que o superior hierárquico do reclamante era empregado da reclamada-recorrida e como gestor dela determinava *as tarefas a serem cumpridas pela primeira reclamada* (folha 231), fraude confessada expressamente pela primeira reclamada, confissão que deve prevalecer e surtir efeitos contra a segunda reclamada.

As circunstâncias deste caso concreto atraem a incidência da Súmula nº 331 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, conforme a qual *a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974)*. O recurso é, nesse ponto, manifestamente contrário à essa Súmula.

Em assim sendo, são aplicáveis ao caso os acordos coletivos de trabalho celebrados entre a segunda reclamada e o sindicato que representa seus empregados (folhas 21-52), pelo que o reclamante-recorrido tem mesmo os direitos que foram assim reconhecidos na sentença recorrida (folhas 240-241).

Recusam-se as razões recursais (folhas 263-268), deixando expressamente prequestionado tudo o que nelas se contém, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Rejeita-se a questão prejudicial.

2.4 MÉRITO

2.4.1 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, CESTA BÁSICA, HORAS EXTRAORDINÁRIAS E REPERCUSSÕES

Ainda que com evidente atecnia, porque encabulhada com a questão prejudicial de inexistência de contrato de emprego (folha 263), impugna a segunda reclamada-recorrente a condenação em auxílio-alimentação, cesta básica, horas extraordinárias e repercussões (folha 240) alegando, basicamente, a licitude da terceirização, sua ilegitimidade passiva e a inaplicabilidade do acordo coletivo que celebrara com o sindicato representativo de seus empregados (folhas 263-268).

Reiteram-se os fundamentos da seção terciária ***2.2.2 ILEGITIMIDADE PASSIVA*** e da seção terciária ***2.3.1 INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO*** acima para assim reafirmar que o reclamante-recorrido era mesmo empregado da segunda reclamada-recorrente e, por isso, tinha mesmo direito ao auxílio-

alimentação, cesta básica, horas extraordinárias e repercussões nos exatos termos e limites estipulados nos acordos coletivos de trabalho que ela celebrou com o sindicato profissional que representa seus empregados (folhas 21-52).

Rejeitam-se as razões recursais (folhas 263-268) e acolhem-se as contrarrazões (folhas 305-310) e os fundamentos da sentença (folhas 237-241, versos), deixando expressamente prequestionado tudo o que neles se contém, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4.2 INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS

Inconformada com a sentença que condenou-a a pagar indenização compensatória por danos morais (folhas 241-243), recorre a segunda reclamada-recorrente alegando, em resumo, má apreciação da prova documental e testemunhal, e mesmo admitindo as ofensas praticadas por seu empregado e superior hierárquico do reclamante-recorrido, não estaria demonstrado que isso causara *constrangimento que pudesse ser taxado como assédio moral* (sic, folhas 268-271).

Na petição inicial foi alegada a prática de assédio moral pelo superior hierárquico do reclamante-recorrido, empregado da segunda reclamada-recorrente (folhas 1-5).

O documento - mensagem eletrônica impressa - trazido com a petição inicial é particular e só faz prova contra seus próprios signatários (folhas 14-15), não podendo prevalecer contra a recorrente.

Como antes demonstrado, há confissão da primeira reclamada de que esse empregado da segunda reclamada recorrente era mesmo superior hierárquico do reclamante, também confessando que seus empregados reclamaram-lhe do tratamento que lhes era dispensado por esse empregado (folha 231).

Testemunho produzido pelo reclamante-recorrido (folhas 233-234), valorado positivamente porque isento de vícios, prova as ofensas desse empregado contra todos os seus subordinados, o reclamante inclusive, gerando um ambiente de constrangimento e de terror psicológico coletivo, como se demonstra com a transcrição a seguir:

Que nunca houve qualquer atrito entre o depoente e o sr. Ronaldo. Que o sr. Igor e o Sr. Josemir tiveram atritos com o sr. Ronaldo, que o depoente qualifica como excessivo, pois envolvia gritos e palavrões com ofensas pessoais. Que essas agressões partiam do Sr. Ronaldo. Que o sr. Ronaldo chegava o setor corporativo ou varejo e chamava todos os empregados de "burro, safado, incompetentes". Que o depoente trabalhava no setor de varejo. Que se sentia ofendido com as palavras do Sr. Ronaldo e em 2007 o depoente reportou a atitude do Sr. Ronaldo ao Sr. Paulo Vilela e este disse que iria falar com os superiores, que houve uma melhora por cerca de 02 semanas e depois retornou o mesmo tratamento e forma de tratar as pessoas. Que chegou a presenciar o Sr. Ronaldo brigando com o reclamante de forma bem mais veemente que os demais trabalhadores. Que o depoente presenciou o Sr. Ronaldo chamar palavrões e destratar o reclamante. Que em uma ocasião a Yamada acertou de primeiro devolver o material e após, as notas fiscais, que o Sr. Ronaldo perguntou porque as notas fiscais não vieram. Que o reclamante respondeu que havia feito acerto nesse sentido com o representante da 2ª reclamada junto à Yamada. Que ao obter a resposta o Sr. Ronaldo começou a falar "porra, eu já te falei que esse negócio não dá certo" e começou a xingar toda sorte de palavrões (sic, abreviaturas no original, folha 233, verso).

O uso de palavrões e ofensas assume ou não a forma de assédio moral, dependendo do ambiente. A reclamada é uma empresa de tecnologia da comunicação

e lida com o que há de mais avançado nesse mundo. É - ou deve ser - ambiente de progresso e de civilização. Por isso não poderia tolerar as ofensas sistemáticas e o ambiente malsão produzido por seu empregado que designou para trabalhar nas instalações da sua contratada (empresa interposta), vale dizer, foi participar da fraude por elas praticada. Esse empregado, superior hierárquico do reclamante, é o que a literatura especializada denomina de *chefe tóxico*[3]. Neste caso concreto houve mesmo assédio moral. E mesmo que não houvesse assédio moral - que houve - houve mesmo ofensa moral bastante e suficiente para produzir dor moral e sofrimento psicológico. O fato das ofensas e grosserias afetar negativamente todos os empregados não é circunstância atenuante, como sustentado no voto condutor, mas sim agravante, pois torna o dano moral coletivo, muito mais grave que o dano individual.

A reclamada, confessadamente, foi leniente com o assédio moral praticado por seu empregado, pois mesmo tomando conhecimento da nota de repúdio contra ele lançada tomou providências tíbias e confessadamente inconclusivas (folha 232).

Em um ambiente de trabalho assim é quase impossível a prestação de trabalho de qualidade, o que bem explica a má qualidade dos serviços prestados pela concessionária recorrente, notória campeã de reclamações de consumidores nos órgãos de defesa e na agência reguladora respectiva, onde é a terceira colocada no *ranking* da quantidade de reclamações [4].

Em suma, pratica assédio moral o superior hierárquico que ofende reiteradamente seus subordinados, agravando o dano moral disso resultante a circunstância de se tratar de dano moral coletivo e o ambiente de trabalho ser de uma empresa de tecnologia da comunicação.

O valor da indenização - quinze mil reais - é modesto, considerando a gravidade do dano e o porte econômico da reclamada-recorrente.

Recusam-se as razões recursais (folhas 268-271) e acolhem-se as contrarrazões (folhas 310-312) e os fundamentos da sentença (folhas 241-243, versos), deixando prequestionado tudo o que neles se contém, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4.3 MULTA ESTIPULADA NO ART. 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Também inconformada com a sentença que condenou-a a pagar a multa estipulada no art. 475-J do Código de Processo Civil (folha 244 verso), recorre a segunda reclamada alegando, em resumo, ser ela inaplicável no processo trabalhista, requerendo sua absolvição (folhas 272-273).

As sucessivas mini-reformas do Código de Processo Civil atualizam e potenciam o processo, assegurando-lhe efetividade, pelo que essas modificações são compatíveis com os princípios reitores do processo do trabalho, inclusive o princípio protetor, pelo que as novas regras processuais civis, quando mais benéficas para os trabalhadores, devem ser aplicadas subsidiariamente no processo do trabalho, conforme o parágrafo único do art. 8º consolidado.

---

[3] Ver revista Você S/A: http://vocesa.abril.com.br/blog/conversadecorredor/tag/chefe-toxico-demissao-empresas-ruim/, consultada em 29 de agosto de 2009.

[4] Ver http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=231293&assuntoPublicacao=Ranking%20SMP%20-%20Julho%202009&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=231293.pdf, consultado em 29 de agosto de 2009.

Ao contrário do que sustenta a recorrente, é exatamente o art. 880, consolidado que autoriza a inclusão dessa multa na sentença de conhecimento, ao fazer referência expressa às cominações nela estabelecidas.

Na verdade, a imposição de multa sempre foi possível no processo trabalhista, o que não era feito por moderação excessiva da magistratura trabalhista, leniência que terminou levando a um quadro grave de inefetividade do processo trabalhista, o que provocou reações - ainda tímidas e desproporcionais à procrastinação sistemática das executadas, a recorrente inclusive - com a adoção dessa prática por alguns magistrados trabalhistas, como o prolator da sentença recorrida, exemplo que deve ser prestigiado e incentivado, como clara política judiciária de coerção e coação contra devedores contumazes, como é o caso da recorrente.

O processo do trabalho deve seguir os novos rumos do processo civil, porque - como já demonstrado - é perfeitamente compatível com os princípios reitores do direito material e processual do trabalho, absorvendo, por filtragem constitucional, os novos institutos e instrumentos do processo civil.

Por adição, não seria razoável atribuir ao credor comum instrumentos processuais que dão efetividade à sentença e, no mesmo movimento, negá-los ao credor trabalhista. É inaceitável que se tente impor ao juiz trabalhista, como pretende a recorrente, restrição para obrigá-lo a interpretar a lei ignorando a Constituição da República e seus princípios, inclusive os da razoável duração do processo, do direito de ação efetiva e tempestiva e do devido processo legal substancial.

A natureza da multa é mesmo sancionatória, é pena pelo não cumprimento da sentença, que assim passa a ter força e efetividade, não havendo óbice à sua aplicação subsidiária no processo do trabalho, pois há muito assim se procede em relação a outras penas impostas no processo civil, inclusive as multas diárias (*astreintes*) pelo não cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (art. 461 do Código de Processo Civil) e as sanções por litigância de má-fé ou desatendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve.

Espera-se que a imposição dessas sanções surtam efeitos pedagógicos e a reclamada-recorrente passe a cumprir as decisões judiciais no devido tempo.

Em suma, a multa pelo descumprimento de sentença tem aplicação no processo trabalhista, conforme inteligência do art. 475-J do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente.

Recusam-se as razões recursais (folhas 272-273), prequestionando-as expressamente.

Nega-se provimento.

A maioria da Egrégia Turma, entretanto, assim não entendeu e excluiu da condenação a multa estipulada no artigo 475-J do Código de Processo Civil, nos termos do voto condutor abaixo transcritos:

> *No tocante à multa do **art. 475-J,** do CPC, esta é inaplicável ao processo trabalhista, tendo em vista a inexistência de omissão na CLT quanto à questão.*
>
> *Assim, quanto à multa do art. 475-J do CPC, entendo que deve ser excluída da condenação, por possuir a CLT regra própria consubstanciada no art. 880, caput, não havendo como aplicar o CPC, pelo que dou provimento ao recurso nesse aspecto, afastando a incidência da multa ora questionada*.

Por tais fundamentos, deu-se provimento ao recurso para excluir da condenação a multa estipulada no artigo 475-J do Código de Processo Civil.

2.4.4 JUROS DE MORA E MULTA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Sustenta o recorrente que o fato gerador da obrigação de recolher as contribuições previdenciárias é o pagamento da condenação das parcelas trabalhistas de natureza salarial, não havendo fundamento para cobrança de juros e multa a partir da sentença condenatória.

A hipótese de incidência tributária (fato gerador) da contribuição previdenciária é mesmo o pagamento dos salários pelo empregador. Entretanto, se este não os paga na época própria, correta e integralmente, incorre em mora e não pode invocar sua própria torpeza para eximir-se da incidência das reparações devidas, inclusive juros e multas. As sanções administrativas são um *plus* a que se submete o empregador relapso assim pilhado na ilegalidade, reconhecida e declarada judicialmente.

Estabelece o § 4º do art. 879, da Consolidação das Leis do Trabalho que a atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária. E na forma dessa legislação o pagamento da contribuição previdenciária deverá ser feito devidamente corrigido e acrescido desses acessórios (juros de mora e multa).

Os créditos trabalhistas ficam sujeitos aos encargos legais consistente na incidência de juros de mora e correção monetária na forma do artigo 39 da Lei 8.177/91 em caso de mora; igualmente a falta de recolhimento das contribuições na época oportuna deve gerar a incidência dos encargos legais previstos no artigo 35 da Lei Nº 8.212/91, acrescentado pela Lei nº 11.941/2009, tal como apurado pelo juízo da execução. As parcelas salariais e previdenciárias devem ser - e efetivamente o são - calculadas mês a mês, conforme a planilha oficial deste Egrégio Regional (Planilha *JURISCALC*).

Em suma, incorrendo o empregador em mora salarial, total ou parcial, declarada judicialmente, a hipótese de incidência tributária (fato gerador) das contribuições previdenciárias ocorre a cada mês dessa mora.

Nega-se provimento.

Observo que nos cálculos das contribuições previdenciárias (fls. 252/253) foram apurados juros e aplicada multa sobre as contribuições apuradas, totalizando o importe de R$ 3.170,56 a título de INSS/Patronal.

Com o trânsito em julgado da decisão judicial, nasce, de forma simultânea, tanto o crédito trabalhista quanto o previdenciário, e, deste modo, não é permitida a incidência prematura de juros, vinculados à efetividade de mora que ainda não se aperfeiçoou. É o que se extrai do ***art. 276, caput, do Regulamento da Previdência Social****:*

"***Art.276****. Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o recolhimento das importâncias devidas à seguridade social será feito no dia dois do mês seguinte ao da liqüidação da sentença."*

Sobre a presente matéria, O C. TST vem se manifestando do seguinte modo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. INCIDÊNCIA DE JUROS E MULTA. Reconhecendo a justiça trabalhista que o fato gerador da contribuição previdenciária é a prestação de serviços, de onde decorrem as verbas trabalhistas deferidas ao reclamante, se a sentença ainda não é líquida, ***o momento próprio para o recolhimento do débito previdenciário definido no art. 276 do Decreto nº 3.048/99 vai até o dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença****. A partir do trânsito em julgado da sentença de liquidação, pode-se ensejar a incidência*

de juros e da multa. Não configurada a violação ao princípio da legalidade, não enseja processamento o recurso, em fase de execução, que não demonstra violação direta e literal ao texto da Constituição Federal, conforme dispõe o art. 896, § 2º, da CLT, combinado com a Súmula nº 266 do TST. Agravo de instrumento não provido." PROC. Nº TST-AIRR-497/2003-079-03-40.3. Rel. JUÍZA CONVOCADA MARIA DORALICE NOVAES. DJ - 03/08/2007.

A incidência desses tributos dá-se no momento do pagamento, quando se consubstancia o fato gerador tributação, desse modo os juros e a multa somente são devidos quando configurada a mora, a qual não resta caracterizada antes do pagamento. Trata-se de posicionamento à luz da legislação infraconstitucional, no caso os artigos 34 e 35, da Lei nº 8.212/91, e 276, caput, do Decreto nº 048/99.

Antes da sentença judicial os direitos postulados eram controversos, não havia ainda a obrigação de pagar e a responsabilidade pelo pagamento, mas apenas a dúvida e a incerteza sobre os fatos objeto do litígio, daí não se poder apenar o empregador por não ter efetuado os descontos mês a mês.

Ocorrido o pagamento, dá-se o fato gerador tributo, e os juros e a multa somente são devidos quando configurada a mora, a qual não resta caracterizada antes do pagamento das parcelas declinadas em sentença.

Assim sendo, acolho a aludida razão recursal para reformar o "decisum" e determinar que sejam excluídos os valores referentes a juros e multa incidentes sobre as contribuições previdenciárias.

Por tais fundamentos, deu-se provimento ao recurso para excluir da condenação os juros de mora e multa sobre as contribuições previdenciárias.

2.5 LIQUIDAÇÃO

Considerando que a petição inicial traz pedidos líquidos e, ainda, o dever legal do juízo em proferir sentença líquida, nos termos do art. 459 do Código de Processo Civil e do Provimento nº 4/2000 da Corregedoria Regional, este Relator propõe a liquidação dos valores da condenação, inclusive os devidos ao Imposto de Renda e contribuições previdenciárias, conforme fundamentos acima. As atualizações futuramente realizadas deverão obedecer ao disposto na Lei nº 8.177/91.

Ressalvados os parâmetros alterados por este acórdão, é aproveitado o cálculo de liquidação de folhas 246-254.

2.6 PREQUESTIONAMENTO

Recusam-se, por todo o exposto, parcialmente a argumentação do recurso ordinário da reclamada (folhas 259-281), deixando expressamente prequestionado tudo o que nela se contém. Afirma-se, desde já, que não foram violados os artigos 5º, XXXVI, LIV e LV, 7º, XXVI, 114, VIII, 195 e 240 da Constituição da República; 333, I, 475-J e 614, II do Código de Processo Civil; 62, II, 769 e 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; 60 da Lei nº 9.472/1997; 276 do Decreto nº 8.541/92 e Súmula nº 357 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, desde já prequestionados, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Ante todo o exposto e em conclusão, conhece-se do recurso ordinário; rejeitam-se as questões preliminares de ilegitimidade passiva e contradita de testemunha; acolhe-se a questão preliminar para declarar a incompetência da justiça do trabalho para impor as contribuições compulsórias para terceiros; no mérito, nega-se provimento ao recurso ordinário, ficando vencido o Relator pela maioria da Egrégia Turma que exclui da condenação os juros de mora e multa sobre as contribuições previdenciárias e a multa estipulada no artigo 475-J do Código de Processo Civil;

liquida-se o acórdão, conforme planilha em anexo, dele parte integrante, cominando custas processuais pela reclamada no importe de R$298,28 (duzentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), na forma da lei, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; POR MAIORIA, EM REJEITAR AS QUESTÕES PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E CONTRADITA DE TESTEMUNHA, VENCIDO PARCIALMENTE O EXCELENTÍSSIMO RELATOR QUE ACOLHIA A QUESTÃO PRELIMINAR DE CONTRADITA DE TESTEMUNHA; AINDA, À UNANIMIDADE, EM COMO ACOLHER A QUESTÃO PRELIMINAR PARA DECLARAR A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA IMPOR AS CONTRIBUIÇÕES COMPULSÓRIAS PARA TERCEIROS; NO MÉRITO, POR MAIORIA, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO OS JUROS DE MORA E MULTA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E A MULTA ESTIPULADA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, VENCIDO PARCIALMENTE O EXCELENTÍSSIMO RELATOR QUE EXCLUÍA DA CONDENAÇÃO AS PARCELAS DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, CESTA BÁSICA E HORAS EXTRAORDINÁRIAS E REDUZIA A INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS E VENCIDO PARCIALMENTE O EXCELENTÍSSIMO REVISOR QUE NEGAVA PROVIMENTO AO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, EM LIQUIDAR O ACÓRDÃO, CONFORME PLANILHA EM ANEXO, DELE PARTE INTEGRANTE, COMINANDO CUSTAS PROCESSUAIS PELA RECLAMADA NO IMPORTE DE R$298,28 (DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), NA FORMA DA LEI, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. PROLATOU O ACÓRDÃO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ REVISOR.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 26 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 14/09/2009)

JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Revisor e Prolator do Acórdão.

****

LUCROS CESSANTES.

ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 02188-2007-117-08-00-1
RELATORA: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN

RECORRENTE: **EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA**
Procuradores: Dr. Henrique Correa Baker e outros

RECORRIDOS: **FALCONIER BATISTA DOS REIS**
Advogados: Dr. George Antônio Machado e outros
E
ALAR SERVIÇOS GERAIS LTDA

LUCROS CESSANTES. O art. 950 do atual Código Civil, dispõe que, "***Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para o qual se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu***." **Restando comprovada a existência de diminuição da capacidade laborativa em decorrência de redução na visão do olho direito proveniente do acidente de trabalho é devida a indenização por dano material por lucros cessantes.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Ordinário**, oriundos da **MM. 2ª Vara do Trabalho de Marabá**, em que são partes as acima identificadas.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso, porque atendidos todos os pressupostos legais de admissibilidade.

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA

Insiste a litisconsorte INFRAERO que não tem legitimidade passiva *ad causam* para figurar na lide, alegando que o reclamante é carecedor de ação, por não possuir vínculo empregatício com ela, empresa pública, então tomadora dos serviços, pois não foi contratado por ela através de concurso público, mas sim pela empresa prestadora de serviços, a reclamada ALAR SERVIÇOS GERAIS LTDA., com a qual a INFRAERO manteria apenas vínculo jurídico por força de contrato administrativo.

Pugna por sua exclusão da lide, com a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

Quanto à legitimidade no pólo passivo, em princípio é legitimado para figurar em juízo, como parte passiva, o "titular da obrigação" (art. 6º, do CPC), ou seja, o empregador (arts. 2º e 3º, CLT). Mas também aquele de quem o autor busca uma obrigação, ou a quem o réu imputa a responsabilidade pela pretensão deduzida na inicial, é legitimado para figurar como reclamado, cabendo ao Juízo, ao examinar a lide, sob a perspectiva do direito material, definir os titulares da relação processual.

Ainda que a litisconsorte passiva alegue que o reclamante era empregado da empresa contratada, sendo ela a tomadora dos serviços, pode ser considerado parte legítima para figurar em juízo na demanda onde o empregado reclama seus direitos trabalhistas, embora no pólo passivo também seja parte legítima a titular da obrigação, a empresa que contratou o trabalhador, em virtude do desdobramento da obrigação, entendida como "*o vínculo jurídico em virtude do qual uma pessoa pode exigir de outra uma prestação economicamente apreciável*", que se denomina responsabilidade.

Assim, a responsabilidade surge quando ocorre o inadimplemento da obrigação e, em decorrência dela, alguém garante uma dívida de outra pessoa. A responsabilidade pode decorrer de ato culposo, sendo, até, indiferente a vontade do agente de causar o dano, ou mesmo a consciência da violação. A culpa, que dá origem à responsabilidade, tanto pode ser contratual quanto extracontratual, também chamada aquiliana.

A culpa aquiliana "*é a transgressão do dever legal positivo de respeitar o bem jurídico alheio, ou o dever geral de não causar dano a outrem, quando a conduta*

do agente não está regulada por uma convenção". Assim sendo, o reclamante pode buscar a responsabilidade pela via judicial, na ação trabalhista, e aquele a quem deseja imputar a responsabilidade deve ser, necessariamente, parte passiva na demanda.

Agora se será ou não reconhecida a responsabilidade, a questão cinge-se ao mérito da demanda, não dizendo respeito às partes no processo.

Rejeito a preliminar.

DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

A r. sentença recorrida decidiu que inexiste vínculo de emprego entre a INFRAERO e o reclamante, entendendo, no entanto, ser ela titular de legitimidade passiva para responder pelos ônus decorrentes do inadimplemento das obrigações trabalhistas pecuniárias contraídas pela reclamada para com o reclamante.

A litisconsorte pugna pela inexistência de responsabilidade subsidiária em vista ao disposto nos arts. 37, XXI e § 6º, da CF/88, e art. 71, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

Embora com isso não concorde a recorrente, cinge-se a matéria à questão de terceirização, onde a INFRAERO figura como tomadora de serviços ou cliente e a prestadora de serviços é a reclamada ALAR SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Reputo correta a posição do Juízo *a quo*.

O recorrente lastreia sua defesa no preceito contido no §§ 1º e 2º do art. 71 da Lei 8.666, de 21.06.93 (Lei de Licitações), o qual dispõe que:

> ***Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.***
>
> ***§1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.***
>
> ***§2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.***

Ocorre que à Administração Pública Direta e Indireta (inclusive Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) aplicam-se as regras sobre responsabilidade civil, inclusive trabalhista, por força do disposto no § 6º, do art. 37, da CF/88.

O dispositivo constitucional em epígrafe assim reza: "*as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa*".

Trata-se da aplicação da teoria do risco, segundo a qual se o ente público ou o agente cometeu uma falta em prejuízo a alguém, no desempenho das tarefas que interessam à coletividade, cabe ao litisconsorte suportar a responsabilidade, independentemente da identificação do sujeito que praticou a falta.

Na Justiça do Trabalho não se aplica a Lei de Licitações Públicas, pois à litisconsorte aplicam-se as regras sobre responsabilidade civil, inclusive trabalhista, decorrentes do disposto no art. 186 do Código Civil, segundo o qual: "*aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito*", combinado com o art. 927, da mesma lei substantiva, que reza: "*aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*".

Admite-se a responsabilidade indireta da pessoa jurídica de direito privado e do próprio Estado, por fato de outrem e a responsabilidade direta, aplicando-se inclusive a presunção de culpa consagrada na Súmula nº 341 do Excelso STF, presumindo-se a culpa *in eligendo* e *in vigilando*, como na hipótese *sub judice*, não se tratando de incidência do disposto no art. 5º, II, da CF/88.

Na culpa ocorre sempre violação de um dever preexistente, que advém do contrato ou da violação de um preceito geral, nesse último caso configurando-se a culpa extracontratual ou aquiliana.

No caso dos autos é alegada violação aos preceitos legais que tutelam direitos do reclamante, pela satisfação dos quais incumbia ao litisconsorte passivo velar, sendo ou não integrante da administração pública direta, isso não o exime da responsabilidade objetiva.

O litisconsorte não fiscalizou a empresa contratada, não comprovando nos autos haver dela exigido o cumprimento das obrigações para com o reclamante, a fim de prevenir pretenso acidente de trabalho, o que a torna responsável subsidiária por qualquer indenização que vier a ser reconhecida, diante da culpa *in eligendo*, pois determinou ao reclamante que realizasse poda de árvores na área residencial de seu Superintendente, que fica nas cercanias do aeroporto e descuidou-se de verificar se o reclamante estava usando EPIS e se a reclamada possuía engenheiro florestal, e a culpa *in vigilando*, que promana dessa ausência de fiscalização quanto aos EPIS protetivos de acidente.

Nesse caso, o reclamante estava trabalhando sob as ordens da INFRAERO quando sofreu o acidente, conforme relatado pelo preposto da INFRAERO em seu depoimento, o qual confessou que o reclamante foi *"designado para realizar serviços em uma das dependências do aeroporto, na residência do superintendente da 2ª reclamada no dia do acidente; que o reclamante no momento do acidente não estava utilizando EPI's, de modo que o maribondo atingiu o olho do reclamante; que dentro das atribuições do reclamante, este estaria obrigado a realizar a limpeza da residência do superintendente da 2ª reclamada , por ser essa localizada dentro do aeroporto*", respondendo ao patrono do reclamante "*que no contrato realizado entre as reclamadas existia especificação de que o reclamante teria de realizar serviços em toda a área do aeroporto".*

Com efeito, se a contratante transfere a responsabilidade quanto à mão-de-obra a uma pessoa jurídica e deixa de proceder à fiscalização da execução do contrato, fica obrigada a reparar os danos causados pela contratada a terceiros, no caso, os empregados da empresa contratada, não podendo valer-se de qualquer dispositivo contratual relativo à transferência da responsabilidade pelos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários à conta exclusiva da empresa interposta, porque esse preceito viola regras de ordem pública atinentes aos direitos dos trabalhadores.

Conforme lecionam *Desirré D. A. Bollmann e Darlene Dorneles de Ávila*, em Artigo publicado na Revista LTR 61-02/183 a 187, intitulado "*Inconstitucionalidade do Art. 71, § 1º, da Lei de Licitações: Responsabilidade da Administração Pública Direta e Indireta (inclusive Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista) à luz do Enunciado nº 331 do C. TST*", verificado o dano causado a terceiros, por ação da Administração Pública, direta ou indireta, é que surge ao prejudicado o direito à reparação, independentemente da prova da prática de ato culposo ou doloso pelo ente administrativo que é presumida.

Em decorrência, a recorrente não pode escusar-se da responsabilidade pelo prejuízo causado a terceiros de boa-fé por empresa por ela contratada, face ao previsto no art. 186 do Código Civil e item IV da Súmula nº 331 do C. TST.

A respeito da matéria, há jurisprudência iterativa e notória de nossas Cortes de Justiça, consubstanciada da Súmula nº 331 do colendo TST que, revendo o então Enunciado nº 256, consagrou o fundamento da responsabilidade subsidiária da empresa tomadora de serviços, com base na culpa *in eligendo*.

Outrossim, a nova redação do item IV da Súmula nº 331 do colendo TST, alterada por meio da Resolução nº 96/2000 e publicada no DJU de 18/09/2000, dispondo sobre a responsabilidade subsidiária de entes públicos assim preconiza:

> ***IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (artigo 71 da Lei nº 8.666/93).***

O caso dos autos se enquadra nessa situação, conforme a análise supra despendida.

In fine, cumpre repisar que, no caso dos autos, não houve reconhecimento de vínculo de emprego com a recorrente, não se podendo analisar a questão da nulidade da contratação, uma vez que não foi proclamada e tampouco postulada a existência de contrato de trabalho com o ente público contratante do serviço, pelo que não se pode cogitar de afronta ao arts. 22, I, XXVII, 37, XXI e § 6º, da CF/88, e art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93.

Tampouco há se falar na alegada inconstitucionalidade ou ilegalidade da nova redação da Súmula nº 331 do colendo TST, uma vez que a *contrario sensu*, não busca esta Justiça Especializada legislar sobre Direito do Trabalho, mas, efetivamente, a observância do comando constitucional preconizado no art. 114 da Carta e Magna e na legislação obreira, sedimentada pela jurisprudência reiterada do colendo Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada da súmula em comento, motivo porque não há se cogitar qualquer violação aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.

A Súmula é perfeitamente válida, uma vez que não foi cancelada, ou teve sua eficácia suspensa pelos Tribunais Superiores, sendo esses os motivos que levaram o Juízo a firmar o seu convencimento.

O verbete de jurisprudência guarda respeito aos princípios constitucionais e não é lei para ter questionada sua inconstitucionalidade, apenas tendo interpretado preceitos de lei ordinária dentro do princípio *jura novit curia*.

Diante do acima exposto, o juízo limitou-se a interpretar e aplicar a lei ao caso concreto, no mais lídimo exercício da função jurisdicional do Estado-juiz que é resolver as demandas, não incorrendo o julgado em mácula a quaisquer dos preceitos elencados.

Outrossim, esta Corte está aplicando o inteiro teor da Súmula nº 331, item IV, do C. TST, que continua a ser empregada pelo C. TST, mesmo depois da edição da Súmula vinculante nº 10, tendo inclusive o Ministro Cezar Peluso decidido monocraticamente na Reclamação nº 6969/SP -DJ 21.11.2008, págs. 121/122 que "*Não há falar em ofensa à Súmula Vinculante nº 10 do STF porque a atual redação do item IV da Súmula 331 do TST resultou de julgamento unânime realizado pelo Plenário do TST nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência*".

Assim vem se pronunciando o C. TST, conforme demonstram os seguintes precedentes:

"***EMBARGOS DECLARATÓRIOS - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - RESERVA DE PLENÁRIO - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO***

DE INCONSTITUCIONALIDADE. Não há de se falar em ofensa ao artigo 97 da Constituição Federal, já que não foi declarada a inconstitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Esta Corte apenas interpretou as normas que regem a matéria e firmou o entendimento de que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações. Embargos Declaratórios providos para prestar esclarecimentos, sem efeito modificativo- (TST-ED-RR-160/2004-014-10-00.9, Rel. Min. Simpliciano Fernandes, 2ª Turma, DJ de 01/08/08).

-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PREQUESTIONAMENTO - MATÉRIA NÃO DISCUTIDA NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO - DESPROVIMENTO.

1. Não se acolhe os embargos de declaração, mesmo objetivando o prequestionamento, quando a matéria ventilada no mencionado recurso não foi discutida na instância ordinária, nem surgiu do julgamento proferido pela instância extraordinária. Na espécie, ao reconhecer a responsabilidade subsidiária da reclamada, apenas aplicou esta colenda Corte entendimento consolidado na Súmula 331, IV, segundo o qual o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica responsabilidade subsidiária do tomador do serviços, quanto àquelas obrigações. Não houve, desta feita, declaração de inconstitucionalidade incidental do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e, por conseguinte, violação à reserva de plenário, prevista no artigo 97 da Constituição Federal.

2. Quanto à alegação de omissão no acórdão embargado acerca das ofensas aos artigos 2º, 5º, 22, XXVII, 37, XXI, 44 e 48 da Constituição Federal, não há como ela prosperar. Pelo que se observa, as matérias relativas aos artigos 2º, 5º, 22, XXVII, 44 e 48 da Constituição Federal sequer foram aventados nas razões do apelo, o que afastaria a possibilidade de seu exame, e o artigo 37, XXI, também da Constituição Federal, não guarda pertinência com a hipótese particular que diz com a responsabilização subsidiária da União nos casos de terceirização de mão-de-obra, questão não tratada no referido dispositivo constitucional.

3. Embargos de declaração a que se nega provimento- (TST-ED-AIRR-320/2002-801-04-40.4, Rel. Min. Caputo Bastos, 7ª Turma, DJ de 19/09/08)."

Ademais, no caso, o C. TST também tem entendido que o art. 71, da Lei 8.666/93 apenas veda atribuir ao ente público a responsabilidade principal, razão porque a imputação de responsabilidade subsidiária não acarreta ofensa à sua literalidade, não havendo, portanto, necessidade deste Tribunal enfrentar incidente de inconstitucionalidade, não se cogitando afronta à Súmula Vinculante nº 10, uma vez que a matéria já foi submetida ao Pleno do C. TST.

Irretocável a r. sentença recorrida que manteve a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora da mão-de-obra.

PENSÃO MENSAL ALIMENTÍCIA DE MAIO/2006 A AGOSTO/2007

Alega a INFRAERO que o reclamante esteve de benefício previdenciário até 26.04.2006, quando obteve alta médica, por estar apto ao trabalho, logo, não estava incapacitado.

Segundo argumenta a recorrente, o reclamante já postulou e lhe foi deferida, nos autos do Processo 1447-2006-107, indenização correspondente a doze meses de salário pela estabilidade acidentária (maio de 2006 a abril de 2007), e o atendimento do pedido de pensão alimentícia de maio/2006 a agosto/2007 caracterizaria enriquecimento ilícito.

Aduz, ainda, que conforme documento de fls. 30, bem como laudo pericial, o reclamante se encontra apto ao trabalho, além de restar provado que o reclamante não está cego e, ainda, que o olho esquerdo não sofreu lesão pela picada de inseto e se encontra em plenas condições.

Analiso.

Perseguiu o autor com a presente demanda a condenação das reclamadas ao pagamento das parcelas de pensão mensal alimentícia de 05/2006 a 08/2007, lucros cessantes até o fim da convalescença – 67 anos de idade e indenização pelo dano estético e moral.

A pensão mensal no período acima seria porque ficou sem receber salários nesse lapso, em virtude da primeira reclamada ter encerrado suas atividades quando recebeu a alta previdenciária.

A r. sentença de fls. 92/97, declarou a prescrição das parcelas da inicial, o que foi objeto de recurso por parte do reclamante, tendo o v. Acórdão de fls. 121/126, pronunciado a coisa julgada no que diz respeito ao pedido de dano estético e moral, que foi objeto de condenação em outro feito, e afastado a prescrição decretada pelo primeiro grau, determinando a baixa dos autos ao douto juízo de primeiro grau para apreciar os pleitos de pensão alimentícia e lucros cessantes.

O douto juízo de primeiro grau colheu depoimentos das partes e, com fundamento no art. 765 da CLT, determinou a notificação do Dr. Luiz Madeira, médico que atendeu ao reclamante após a picada do inseto, para ser inquirido como testemunha no feito, consoante termo de audiência de fls. 133/134, o que foi realizado às fls. 146/148. Na mesma oportunidade, foi requerida pela reclamada INFRAERO a realização de perícia médica, a fim de ser verificada a suposta enfermidade que acomete o reclamante, o que deferido pelo douto juízo *a quo*.

O laudo pericial produzido consta às fls. 165/174.

A r. sentença recorrida, considerando que o reclamante se encontra com a capacidade para trabalhar reduzida, diante da redução de visão de seu olho direito, bem como pelo fato de depender de intensos tratamentos oftalmológicos, inclusive com a possibilidade de realizar transplante de córnea, além do fato do reclamante ter ficado sem trabalhar e sem receber salário pelo desaparecimento da primeira reclamada no período de 05/2006 a 08/2007 e levando em conta, ainda, o desaparecimento da primeira reclamada, que dificultará a percepção de pensão mensal, deferiu ambos os pedidos do reclamante, da seguinte forma: R$6.080,00 a título de pensão mensal de 05/2006 a 08/2007 e R$83.980,00, a título de lucros cessantes.

O reclamante pleiteou pensão mensal alimentícia de 05/2006 a 08/2007, alegando que nesta data cessou o benefício previdenciário. Portanto, o reclamante alegou que no período ficou sem meios para prover sua subsistência.

O reclamante alegou na inicial dos presentes autos, que foi admitido na reclamada em 01.12.2000 e sofreu acidente de trabalho em 02.06.2001, sem mencionar a data do afastamento da reclamada.

Ocorre que ajuizou reclamação anterior Processo 1447-2006-107, em trâmite na MM. 1ª Vara do Trabalho de Marabá, onde postulou a rescisão indireta de seu contrato de trabalho e indenização correspondente a doze meses de salário pela estabilidade provisória acidentária que a reclamada alegou ter sido reconhecida pelo período de maio de 2006 a abril de 2007, sendo coincidentes os períodos de deferimento dos pedidos.

Quanto à pensão alimentícia, do período de 05/2006 a 08/2007, merece reforma a r. sentença que deferiu seu pagamento, haja vista que a r. sentença prolatada nos autos do Processo nº 1447-2006-107-08-00-9 reconheceu o direito à rescisão indireta do contrato de trabalho do reclamante com a reclamada ALAR SERVIÇOS em

26.04.2006, sendo deferidas as verbas rescisórias devidas. Portanto, a partir desta data, 26.04.2006, encerrou-se o vínculo com a reclamada, não sendo mais devidos salários de períodos posteriores.

Realmente, examinando a r. sentença recorrida nos autos do **PROC. Nº01447-2006-107-08-00-9**, integralmente mantida pelo v. Acórdão de fls. 47/49, verifico que ali foi decidido o seguinte:

"... ***O reclamante FALCONIER BATISTA DOS REIS ingressou com reclamação trabalhista contra a reclamada Alar Serviços Gerais Ltda e Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária – Infraero, aduzindo que trabalha para a primeira reclamada desde 01/12/2000, exercendo a função de auxiliar de serviços gerais, recebendo como última remuneração R$ 333,73 (trezentos e trinta e três reais e setenta e três centavos).***

Asseverou que, na data de 02/06/2001, quando podava árvores, sofreu acidente de trabalho, em virtude de uma picada de inseto que lesionou seu olho direito. Foi emitida Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, por força de decisão judicial, ficando de benefício acidentário no período de 25/07/2002 a 26/04/2006, quando recebeu alta do INSS.

Ao retornar a seu posto de trabalho, foi comunicado pela litisconsorte que o contrato de prestação de serviços com a primeira reclamada não mais vigorava. Procurou então, o representante da reclamada, bem como telefonou para a sede da empresa em Belém, porém, não logrou êxito, quando registrou ocorrência policial comunicando o fato.

.....

O reclamante informa na petição inicial que sofreu acidente de trabalho em 02/06/2001, permanecendo de benefício previdenciário no período de 25/07/2002 a 26/04/2006, quando recebeu alta do órgão previdenciário e tentou retornar a seu posto de serviço, localizado na sede da litisconsorte, quando foi informado que a reclamada não mais prestava serviços à Infraero, restando infrutífera a localização de seu paradeiro.

Ante o descumprimento contratual por parte da demandada, pleiteou a rescisão indireta do contrato de trabalho, bem como indenização pelo período de estabilidade referente a doze meses de salário, isto é, de maio de 2006 a abril de 2007.

Ante a revelia e confissão ficta aplicada, entendo como pacífico o pleito postulado na inicial, razão pela qual passo ao exame direto dos pedidos postulados, levando em consideração o depoimento do reclamante e do preposto da litisconsorte prestado nos autos, bem como as provas documentais carreadas.

Portanto, julgo procedente o pedido de declaração de rescisão indireta do contrato de trabalho, fixando como data término da relação laboral o dia 26/04/2006, data do ajuizamento da presente ação.

Quanto à indenização decorrente da estabilidade, ressalto que às fls. 13/15, restou robustamente comprovado que o obreiro sofreu acidente de trabalho, tendo recebido benefício previdenciário no período de 25/07/2002 a 26/04/2006, quando recebeu alta do órgão previdenciário.

Pois bem.

O artigo 118 da Lei 8.213/1991 garantiu o emprego ao acidentado após a cessação do auxílio-doença acidentário, persistindo por 12 (doze) meses depois da alta previdenciária.

No caso dos autos, verificou-se que a reclamada emitiu a CAT (comunicação de acidente de trabalho), ficando o autor de benefício acidentário

por um período de aproximadamente quatro anos, sendo que, por ocasião da alta previdenciária, não teve assegurado o seu retorno ao labor.

Desta forma, há direito ao reclamante em perceber os salários decorrentes da estabilidade, vez que a reclamada descumpriu sua obrigação legal quando não proporcionou ao autor seu retorno ao trabalho pelo período determinado pela legislação previdenciária.

Sendo assim, julgo procedente o pedido de pagamento indenização correspondente a doze meses de salário pelo período da estabilidade acidentária (maio de 2006 a abril de 2007), conforme requerido na petição inicial (artigo 128, do CPC).”

O reclamante alegou que tinha assegurado o direito de retornar ao trabalho, após o encerramento do benefício previdenciário, o que não ocorreu dada a ausência da primeira reclamada e negativa da litisconsorte, pelo que requereu a rescisão indireta do contrato laboral, nos termos do artigo 483, alínea ‘d’ da CLT. Além disso, pleiteou indenização pela estabilidade acidentária e por danos morais, verbas rescisórias, assim como a responsabilidade subsidiária da litisconsorte, com base na Súmula 331 do C. TST.

Portanto, como o reclamante postulou a rescisão indireta de seu contrato de trabalho e teve seu contrato de trabalho rescindido após a alta previdenciária em 26.04.2006, tendo ficado de benefício acidente até aquela data, recebendo as verbas rescisórias porque pleiteou a rescisão indireta, e lhe foram assegurados os direitos aos salários do período de maio de 2006 a abril/2007, não vislumbro que ele tenha sofrido prejuízo financeiro pela ausência de trabalho que justifique o deferimento de pensão mensal nesse período.

A meu ver, como o reclamante teve assegurados seus salários no período da estabilidade acidentária, de maio/2006 a abril/2007, inclusive aviso prévio, e tendo rompido seu contrato de trabalho em 26.04.2006, porque a reclamada não estava mais em atividade, não pode postular pensão no período em que estava em curso a reclamação anterior, decorrente da falta de pagamento dos salários, pois recebeu as verbas salariais e indenizatórias com juros e correção monetária, que repõem a demora do adimplemento dessas verbas.

Repiso, quanto à pensão alimentícia, do período de 05/2006 a 08/2007, merece reforma a r. sentença que deferiu seu pagamento, haja vista que a r. sentença prolatada nos autos do processo nº 1447-2006-107-08-00-9 reconheceu o direito à rescisão indireta do contrato de trabalho do reclamante com a reclamada ALAR SERVIÇOS em 26.04.2006, sendo deferidas as verbas rescisórias devidas. Portanto, a partir desta data, 26.04.2006, encerrou-se o vínculo com a reclamada, não sendo mais devidos salários de períodos posteriores, pois inclusive não sofreu nenhum prejuízo em sua fonte de renda neste período, tendo recebido seus salários pela estabilidade provisória e verbas rescisórias, com juros e correção monetária.

Por tais fundamentos, excluo da condenação a parcela de pensão mensal pelo período de maio/2006 a agosto/2007.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS POR LUCROS CESSANTES ATÉ O FIM DA CONVALESCENÇA DECORRENTE DA REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA

A recorrente investe contra a r. sentença recorrida por entender não ser devido o pagamento dos lucros cessantes, pois segundo o laudo pericial, o reclamante possui capacidade laborativa, tanto que obteve a alta previdenciária.

No tocante aos lucros cessantes até o fim da convalescença, também entende não serem devidos, ao argumento de que, conforme relatado pelo obreiro,

este esteve em benefício previdenciário até 26.04.2006, quando lhe foi concedida alta pelo médico do INSS, que determinou o retorno do reclamante ao trabalho.

O reclamante postulou na inicial indenização por danos materiais por lucros cessantes até o fim da convalescença, estimando que esta convalescença perduraria até os 67 anos de idade.

Analiso.

O art. 950 do atual Código Civil, dispõe que, "***Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para o qual se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu***."

A fim de obter lucros cessantes, espécie de indenização por dano material, no caso em que a vítima se vê impossibilitada de exercer sua atividade profissional após a ocorrência do sinistro e, via de conseqüência, de auferir a renda correspondente, se precisa averiguar se do acidente de trabalho resultou dano permanente ou temporário, e o nexo causal entre o acidente e o alegado dano.

É correto que a indenização decorrente de acidente de trabalho, quer pelo dano material quer pelo dano moral, está prevista na Carta Magna (art. 5º , incisos V e X, da CF) e na legislação infraconstitucional (arts. 186, 187 e 927, parágrafo único, do Código Civil), porém para torna-se imperiosa a comprovação da lesão, do ato omissivo ou comissivo do empregador e do nexo de causalidade entre o acidente e a lesão sofrida pelo empregado.

O reclamante, em depoimento às fls. 133 e verso, narrou que foi contratado pela primeira reclamada ALAR SERVIÇOS, na função de serviços gerais em 1º.12.2000 e que, desde sua admissão, sempre prestou serviços à segunda reclamada INFRAERO, e que no dia do acidente, 02.06.2001, foi autorizado a podar uma árvore na residência do Superintendente da segunda reclamada, quando foi picado por um marimbondo em seu olho direito, sendo socorrido pelo Superintendente da segunda reclamada e pela esposa deste, que o levaram até um hospital.

O reclamante em depoimento sustentou que em virtude do acidente, a picada de um inseto no olho direito, sofreu perda parcial da visão no olho direito. Portanto, a perda não foi total e ao reclamante ainda restaria a visão integral do olho esquerdo.

Relatou, ainda, "*que o depoente atualmente não está trabalhando; que o depoente não consegue trabalhar em virtude do problema de seu olho direito; que o acidente ocorrido causou problemas apenas no seu olho direito; que o depoente não perdeu totalmente a visão de seu olho direito; que as atribuições do depoente na 2ª reclamada consistiam em fazer limpezas e roçar a grama; que o depoente não sabe informar se teria que realizar as limpezas e podar as árvores que ficavam nas residências dos empregados da 2ª reclamada; que o depoente recebia ordens dos empregados da 2ª reclamada para que podasse as árvores nas casas desses que ficavam vizinhas ao aeroporto*", respondendo à patrona da reclamada "*que recebeu benefício do INSS em virtude do acidente; que o depoente permaneceu de auxílio previdenciário em 02 períodos, sendo inicialmente durante 03 meses após o acidente, voltou a trabalhar por quase um ano e depois obteve novo benefício previdenciário durante 03 anos; que o benefício previdenciário do depoente se encerrou em 26/04/2006; que o depoente foi submetido à perícia no INSS*."

O preposto da recorrente INFRAERO confessou que o reclamante recebeu ordem da INFRAERO para podar árvores na residência do Superintendente que ficava na área do aeroporto e que o reclamante estava realizando essa atividade quando foi acidentado, picado por um inseto no olho direito, tendo admitido que o reclamante

executava serviços gerais e não foi submetido a nenhum treinamento específico para a tarefa de poda de árvores, não comparecendo a palestras de segurança do trabalho, não restando comprovado nos autos que estivesse usando óculos ou capacete de segurança ou que as reclamadas possuíam engenheiro florestal. Portanto, realmente está caracterizado o ato omissivo das reclamadas quanto à segurança do trabalho, o que gera a obrigação de indenizar o possível dano sofrido.

Eis o depoimento do preposto da segunda reclamada INFRAERO: que o reclamante foi "*designado para realizar serviços em uma das dependências do aeroporto, na residência do superintendente da 2ª reclamada no dia do acidente; que o depoente no momento do acidente não estava utilizando EPI's, de modo que o maribondo atingiu o olho do reclamante; que dentro das atribuições do reclamante, este estaria obrigado a realizar a limpeza da residência do superintendente da 2ª reclamada , por ser essa localizada dentro do aeroporto*", respondendo ao patrono do reclamante "*que no contrato realizado entre as reclamadas existia especificação de que o reclamante teria de realizar serviços em toda a área do aeroporto; que a empresa prestadora de serviços (1ª reclamada) estaria obrigada a fornecer ao reclamante os EPI's e não a 2ª reclamada ; que não sabe informar se o reclamante no momento do acidente, não estava utilizando os EPI's porque esses não haviam sido entregues pela 1ª reclamada; que a 2ª reclamada fiscalizava os serviços realizados pelo reclamante; que no momento do acidente do reclamante, não havia ninguém da 2ª reclamada fiscalizando os serviços; que no dia do acidente do reclamante, o depoente estava presente no aeroporto; que a 2ª reclamada não realizou nenhum curso de treinamento com os empregados da 1ª reclamada que lhe prestavam serviços; que o superintendente da 2ª reclamada, através do preposto da 1ª reclamada , foi quem determinou que o reclamante realizasse que podasse as árvores*."

Mas ainda assim se precisaria averiguar se do acidente de trabalho resultou dano permanente ou temporário, e a existência ou não do nexo causal entre o acidente e o alegado dano.

O Juízo chamou a depor o Dr. **Luiz Antônio Madeira Filho**, médico que realizou diversos exames no reclamante, sendo que o mesmo esclareceu que o reclamante é portador de leucoma no olho direito, onde sofreu o acidente, e também de redução de visão no olho esquerdo, sendo que não poderia vincular a lesão do olho direito ao acidente, porque atendeu o reclamante mais de um ano depois do acidente: "*que o depoente realizou 02 exames médicos no reclamante; que o 1º exame o depoente realizou em 09/07/2002 e o 2º exame foi realizado em 29/07/2004; que o reclamante em 2002, chegou acompanhado de um funcionário da empresa, se queixando que estava enxergando apenas vultos no olho direito, devido a um acidente por causa da picada de inseto (marimbondo), que havia ocorrido há um ano e um mês; que o objetivo da avaliação em 2002 seria obter um laudo para ajuizamento de uma ação; que na 1ª avaliação em 2002, o depoente constatou uma diminuição em torno de 60% da transparência da córnea (leucoma) do reclamante; que havia também uma distrofia da íris do olho direito (foco localizado da distrofia); que no exame de acuidade visual, que é o que demonstra se o paciente está enxergando e a qualidade da visão, o depoente constatou que no olho direito, que teria sido afetado, o reclamante tinha uma visão de 20/400, sem correção visual, o que significaria que o reclamante estaria enxergando em grau mínimo da tabela visual; que um paciente com 100% da visão, apresentaria no exame de acuidade visual 20/20; que no exame realizado no reclamante, o depoente utilizou a tabela "Snellen"; que acrescentando-se correção visual ao reclamante, o depoente constatou que não houve qualquer melhora na visão do reclamante; que quanto ao olho esquerdo, que também foi examinado pelo depoente, a acuidade visual do reclamante era de 20/50 sem correção visual e com*

a correção visual, chegaria a 20/20 (mais 1.00 esférico); que o olho do reclamante apresentava uma pressão intra-ocular dentro dos padrões normais (14 mm Hg) em ambos os olhos; que no exame de fundo de olho, o olho direito apresentava-se dentro dos padrões normais e o olho esquerdo apresentava alteração, chamada de cornonetinite cicatricial perimacular, que significa uma cicatriz na retina próximo a área macular; que a maioria (80% a 90%) dos pacientes que apresentam cicatriz na retina é porque são portadores de toxiplasmose; que o teste de motilidade ocular, realizada no reclamante em 2002, que seria para verificar algum desvio, apresentava-se normal (ortofólico); que o depoente foi perguntado pelo reclamante ainda durante o exame realizado em 2002, se teria alguma solução para o problema que foi constatado no olho direito; que o depoente respondeu ao reclamante e ao funcionário da reclamada que o acompanhava, que haveria a possibilidade de ser solucionado problema do olho direito, através de um transplante de córnea; que o depoente sugeriu ao reclamante que procurasse o CBCO (Centro Brasileiro de Cirurgia ocular), em Goiânia/GO; que o depoente não pode afirmar se no caso do reclamante o problema do olho direito foi desencadeado especificamente devido a picada de marimbondo, pois somente veio a examiná-lo um ano e um mês após o ocorrido; que uma picada de inseto como marimbondo pode desencadear a perda da transparência corneana; que outras patologias também podem desencadear a perda da transparência corneana; que no 2º exame realizado em 2004, 02 anos depois do 1º exame, o reclamante já apresentava um leucoma em torno de 70%; que o reclamante também apresentava fibroses de íris mais acentuadas, mantendo a mesma acuidade visual constatada no exame realizado em 2002; que ao exame biomicroscópico constatou-se uma opacificação moderado do cristalino no olho direito, que significa uma catarata, portanto nessa época, somente o transplante córnea não resolveria o problema apresentado no olho direito do reclamante; que para solucionar o problema do olho direito do reclamante, seria necessário um transplante de córnea e a cirurgia de catarata; que o depoente após tais exames chegou a seguinte conclusão: que ocorreu uma progressão entre o 1º e o 2º exame realizado no reclamante em relação ao leucoma e alterações na distrofia da íris, referente ao olho direito e no olho esquerdo permanecia a mesma cicatriz na retina e que, neste caso, não tem qualquer relação à cicatriz gerada por toxiplasmose no olho esquerdo do reclamante em relação ao problema apresentado no olho direito; que qualquer ácido ou outros fatores podem ocasionar leucoma nos olhos; que uma pancada também pode ocasionar o leucoma; que a alteração apresentada na transparência da córnea pode sim levar a alteração à opacificação do cristalino, catarata; que o problema apresentado pelo reclamante no olho direito poderia evoluir ante a ausência de tratamento, provocando perda da visão; que se admitisse que realmente o reclamante teve seu olho picado por um marimbondo, não teria como saber se ocorreu perfuração corneana gerada pelo ferrão, pois somente examinou o reclamante um ano e um mês após o ocorrido; que apenas o veneno do marimbondo poderia ocasionar o leucoma."

O douto juízo determinou a juntada de laudos e prontuários dos exames realizados no reclamante em 2002 e em 2004, o que consta às fls. 136/145.

A perícia médica realizada em 20.08.2008, por determinação do Juízo, cujo laudo pericial consta às fls. 165/174, concluiu inexistir prejuízo na visão relativa ao olho esquerdo do reclamante que esteja associado à picada de inseto. A perda de visão existente pode ser corrigida com óculos. Contudo, no que diz respeito ao olho direito, concluiu o *expert*:

"*Pela história narrada pelo paciente, pelos laudos oftalmológicos presentes nos autos e pelo exame oftalmológico pericial ora realizado por este perito-médico, pode-se concluir que, considerando a veracidade relatada pelo paciente sobre a picada*

de insento (marimbondo), a ação da toxina do inseto causa reação inflamatória na superfície da córnea, levando a edema de córnea, que persistindo, pode levar à perda da transparência da córnea (leucoma), o que deve ter ocorrido com o paciente. A referida toxina também causa reação inflamatória intra-ocular, que persistindo, mesmo com o tratamento, pode levar à despigmentação da íris e consequente atrofia iriana, o que deve ter ocorrido no paciente. Ainda mais, tal reação inflamatória intra-ocular, pode levar à desestruturação bioquímica do cristalino e sua consequente perda da transparência, opacificando-se (catarata), o que deve ter ocorrido com o paciente. A terapia indicada nestes casos é fortemente baseada no uso de anti-inflamatórios locais e sistêmicos, preferencialmente os cortizosteróides, que apesar de sua excelência de ação favorável, pode causar o aparecimento de infecções secundárias oportunistas, virais ou fúngicas principalmente, como pode ter acontecido com o paciente, ainda considenrando a possibilidade do fungo já estar presente por inoculação durante a própria picada do inseto. Comprovada, neste caso, pela possitividade da pesquisa de fungo em material coletado pelo Dr. Couto, e pelo exame laboratorial presente nos autos, e conforme relato do paciente de aquisição da meicação específica em laboratório farmacêutico em São Paulo-SP, que apesar de ter sido efetivo na sua cura, não conseguiu evitar o aprofundamento da úlcera de córnea ainda em atividade, com provável perfuração corneana espontâne no local da ulceração, evidenciada pela presença da sinéquia anterior da íris, que no mecanismo natural do olho, veio tamponar a referida perfuração, ocasionando o desvio da pupila óptica (corectopia) na direção da perfuração. Esta complicação, aliada à ação da toxina do inseto, no interior do olho, justifica a evolução da opacidade cristaliniana (catarata), o que deve ter acontecido com o paciente na sua evolução. Ressaltamos que as alterações extra e intra-oculares poderiam ser de maior de vulto sem o pronto atendimento e tratamento do paciente, com a eficácia da medicação prescrita durante o tratamento pelos médicos oftalmologistas que o atenderam, mesmo diante das complicações possíveis que se sucederam.

...

A recuperação visual do paciente poderá acontecer de maneira parcial através de tratamento cirúrgico, constando de cirurgia de catarata, pupiloplastia e possível transplante de córnea, sendo os primeiros procedimentos passíveis de serem realizados nos serviços de oftalmologia de Marabá, públicos e privados, e no último, no caso de transplante de córnea, somente em centro onde se disponha de banco de olhos".

Pois bem.

Não se aferiu pelo laudo médico a capacidade ou incapacidade do reclamante para o trabalho, é verdade. Além do mais, a perda parcial da visão, em princípio não é incapacitante para o trabalho, tanto que o reclamante, segundo afirma, não está em gozo de benefício previdenciário.

Mas, restou comprovada que a perda de quase 70% da visão do olho direito do reclamante decorreu da picada de inseto, quando o reclamante estava no exercício de suas atividades profissionais a serviço da INFRAERO, portanto, comprovada a existência do dano que poderá vir a ser permanente se não tratado o paciente e do nexo causal com o acidente, além da culpa das reclamadas por negligência no fornecimento e fiscalização de uso de EPIS, falta de treinamento específico e realização de palestras para evitar acidentes em poda de árvores.

Embora o documento de alta do INSS (fls. 30) tenha considerado o reclamante apto ao trabalho, recomendou à empresa que fizesse a adaptação em ambiente e função adequados, sem risco de reexposição às mesmas condições de trabalho, a fim de evitar o agravamento do quadro. Referido documento atesta restrições à

capacidade para o trabalho do obreiro, o que se confirma pelo contexto probatório analisado anteriormente, onde se constata a perda de mais da metade da visão do olho direito do reclamante, com dificuldade de reversão do quadro. Ademais, o comprometimento da visão do olho direito pode ocasionar dificuldade de recolocação no mercado de trabalho, em virtude da anomalia adquirida.

O reclamante nestes autos pleiteou lucros cessantes até o fim da convalescença (67 anos de idade).

A r. sentença, considerando que o reclamante se encontra com a capacidade para trabalhar reduzida, diante da redução de visão de seu olho direito, bem como pelo fato de depender de intensos tratamentos oftalmológicos, inclusive com a possibilidade de realizar transplante de córnea, deferiu R$-83.980,00, a título de lucros cessantes.

Também entendo um pouco excessivo o valor atribuído à indenização por lucros cessantes.

E explico.

De acordo com a perícia do INSS, o reclamante não perdeu a capacidade laborativa. No entanto, não há dúvida que tenha tido redução desta capacidade, em virtude de enfermidade no olho direito. Mas ainda lhe resta a capacidade para prover seu próprio sustento em outro emprego ou trabalho, o que é inegável, não se justificando uma indenização correspondente ao salário integral do reclamante até 67 anos, pois inclusive não há como se aferir que para o futuro ele não poderá prover integralmente sua subsistência e, caso não o possa, resta-lhe o recebimento da pensão previdenciária, hipótese em que a indenização por lucros cessantes deve corresponder a uma ajuda financeira.

Por esses motivos, reduzo os lucros cessantes até o fim da convalescença, para R$-50.000,00.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, dou parcial provimento ao apelo para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação a parcela de pensão pelo período de MAIO/2006 A AGOSTO/2007 e reduzir a parcela de lucros cessantes para R$50.000,00, tudo de acordo com a fundamentação supra. Custas pelas reclamadas, reduzidas para R$1.000,00, calculadas sobre R$50.000,00, valor da condenação.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO,SEM DIVERGÊNCIA, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A PARCELA DE PENSÃO PELO PERÍODO DE MAIO/2006 A AGOSTO/2007; POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A EXCELENTÍSSIMA JUÍZA CONVOCADA MARIA DE NAZARÉ DE MEDEIROS ROCHA, REDUZIR A PARCELA DE LUCROS CESSANTES PARA R$50.000,00, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA. CUSTAS PELAS RECLAMADAS, REDUZIDAS PARA R$1.000,00, CALCULADAS SOBRE R$50.000,00, VALOR DA CONDENAÇÃO.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 26 de agosto 2009. (Publicado no DEJT em 31/08/2009)

ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN, Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. CLÁUSULA QUE VEDA A CONTRATAÇÃO DO TRABALHADOR PELA EMPRESA QUE PROMOVEU O PLANO, BEM COMO POR SUAS TERCEIRIZADAS. NULIDADE.

ACÓRDÃO TRT/1ªT./RO 01836-2006-114-08-00-2
RELATOR: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

RECORRENTES: **SEBASTIÃO RODRIGUES COELHO**
Dr. Ademir Donizeti Fernandes

KSG KASERGE SERVIÇOS GERAIS LTDA
Drª. Josiane Maria da Silva
E
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
Drª Josiane Maria da Silva

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. CLÁUSULA QUE VEDA A CONTRATAÇÃO DO TRABALHADOR PELA EMPRESA QUE PROMOVEU O PLANO, BEM COMO POR SUAS TERCEIRIZADAS. NULIDADE. Cláusula constante de Plano de Demissão Voluntária - PDV, que veda a recontratação do empregado ou quaisquer das empresas prestadoras de serviços terceirizados fere o princípio constitucional que assegura aos cidadãos o direito ao trabalho, sendo nula de pleno direito, por desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos direitos trabalhistas, nos termos dos arts. 3º, I e IV, 6º e 7º, I, todos da Constituição da República, bem como do art. 9º da CLT.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário,** oriundos da 1ª MM. Vara do Trabalho de Parauapebas, em que são partes, como recorrentes, SEBASTIÃO RODRIGUES COELHO, KSG KASERGE SERVIÇOS GERAIS LTDA e COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD e, como recorridos, OS MESMOS.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Conhecimento

Conheço dos recursos ordinários porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE (FLS. 429/433)

Indenização por danos morais

Não se conforma com a decisão que indeferiu o pagamento da indenização por danos morais, mesmo provando que era discriminado pelas reclamadas, após contra-indicação por gerente da 2ª reclamada, resultando em sua dispensa em curto prazo; que a defesa das recorridas se firmou na tese de que o reclamante, outrora, fora empregado da CVRD e havia aderido ao Plano de Demissão Voluntária, não podendo mais ser contratado pela mesma empresa no futuro.

Ressalta que a sentença declarou a sucessão de empregadores, a responsabilidade solidária, por integrarem o mesmo grupo econômico, a redução salarial, deferindo as diferenças salariais pleiteadas, mas não reconheceu a existência dos danos morais pleiteados, não vislumbrando qualquer irregularidade.

A seu ver, o ônus da prova era das empresas reclamadas, já que alegaram fato impeditivo ou modificativo do direito do autor.

Aduz que não existe prova nos autos de que o Plano de Demissão Voluntária tivesse cláusulas vedando a recontratação do empregado que o aderiu; que o juízo se equivocou na interpretação do termo de audiência de fl. 269, já que naquela ocasião o recorrente declarou de forma expressa que não tinha conhecimento da referida obrigação decorrente do Plano de Demissão Voluntária.

Afirma que a decisão sustentou sua tese em fato não provado nos autos, qual seja a previsão de não fazer, o que legitimaria sua dispensa pela CVRD, não havendo prova nos autos nesse sentido.

Argumenta que, mesmo que existisse no referido Plano cláusula de não recontratação do aderente pela CVRD, aquela seria ilegal, nos termos do art. 3º, IV, da Constituição da República, que proíbe a discriminação em razão de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas que discrimine os cidadãos, bem como do art. 6º da mesma Carta, que considera o direito ao trabalho um direito social.

Entende também violado o art. 166, II e VI, do Código Civil, bem como o princípio do *pacta sunt servanda*, combinado com o art. 9º da CLT, determinantes para a nulidade da cláusula obrigacional alegada pelas reclamadas.

Invoca a Convenção nº 111, art. 1º, 1, *b*, da OIT, que estabelece como discriminatória toda distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou tratamento no emprego ou profissão, sobretudo do acesso ao emprego e ao exercício de profissões.

Dispõe que o Plano de Demissão Voluntária é estabelecido para atender às necessidades recíprocas das partes, quando o empregador desejar reduzir o Quadro de Pessoal, razão pela qual seus termos são impostos pelo empregador, facultado ao empregado sua adesão.

Que a inserção proposital de cláusula impeditiva de recontratação no PDV constitui punição ao trabalhador que o aderir, ferindo a dignidade humana, por ultrapassar o âmbito do contrato de trabalho, atingindo a moral do ser humano.

Diante das alegações, requer o deferimento da indenização por danos morais.

Entendo assistir razão ao reclamante, pelos fatos emanados da instrução processual, como se verá adiante.

A sentença de fls. 420/423 verso indeferiu a indenização por danos morais porque não provado nos autos o ato ilícito, o nexo causal e o dano, uma vez que o reclamante teria confessado em depoimento que sabia de que sua opção pelo PDV implicava na impossibilidade de ser recontratado futuramente.

Ocorre, todavia, que às fls. 268/269, o reclamante declarou o contrário. Disse ao juiz: "que o depoente <u>não tinha conhecimento que os termos do PDV por ele aderido, proibiam que ele fosse contratado pela CVRD ou empresa terceirizada</u>" (destaquei).

Em defesa às fls. 61/73, a 1ª reclamada, KSG, inicialmente alegou que o contrato do reclamante expirou em março de 2005, sendo que alguns trabalhadores foram contratados pela CVRD, outros não, gerando insatisfação, dentre eles o reclamante. Posteriormente, afirmou que o autor aderiu ao Plano de Demissão Voluntária - PDV, através da DDE/SUMAN-021/93 e, dentre as condições, estava a de não ser admitido novamente em quaisquer das empresas CVRD, nos termos da Cláusula 9ª, item 9.2 das Disposições Gerais.

Por sua vez, a 2ª reclamada, Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, em contestação às fls. 220/242, sustentou as mesmas teses da 1ª reclamada, KSG.

Nota-se que, a despeito de as reclamadas afirmarem que o reclamante não provou suas alegações, conforme os arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC, incontroverso que uma das condições para adesão ao Plano de Demissão Voluntária - PDV era a de que o trabalhador jamais poderia ser contratado pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD ou por quaisquer das empresas terceirizadas, prestadoras de serviços à VALE, como confirmado pela 1ª reclamada, KSG, em sua defesa às fls. 61/73, nos termos da Cláusula 9ª, item 9.2 das Disposições Gerais do respectivo Plano.

Resta saber, então, se a inserção de cláusula proibitiva de recontratação pela mesma empregadora ou por suas terceirizadas, em sede e PDV, é constitucional ou não, é legal ou não, é admissível no ordenamento jurídico ou não.

O art. 4º da Convenção nº 158 da OIT, ratificada pelo Brasil em 04 de janeiro de 1995, apesar de denunciada, posteriormente, de *lege ferenda*, dispõe que: *Não se porá fim à relação de trabalho de um trabalhador, a menos que exista para isto uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou sua conduta ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço*.

O art. 8º da mesma Convenção estabelece que: *O trabalhador que considere injustificada a terminação de sua relação de trabalho terá direito a recorrer contra a mesma perante um organismo neutro, como um tribunal, um tribunal do trabalho, uma junta de arbitragem ou um árbitro*.

Sérgio Torres Teixeira, comentando sobre direito de despedir e a disciplina legal sobre sua execução, *in* Proteção à Relação de Emprego, São Paulo, LTr, 1998, p. 173, observa que:

> "A terminação de um contrato individual de trabalho mediante a despedida de um empregado, consubstanciada na prática de um ato de vontade unilateral do empregador, constitui um legítimo direito da entidade patronal. Apesar da sua natureza potestativa, contudo, não se apresenta como um direito absoluto, cujo exercício depende única e exclusivamente da vontade do empregador, sem sujeição a regras quanto à forma e à causa. Para ser validamente exercido, o direito de despedir necessariamente terá que se submeter às diretrizes estabelecidas pelo legislador".

E continua às fls. 217/219:

> "A chamada dispensa abusiva, conforme analisado anteriormente, constitui uma modalidade de despedida digna de repulsa. Quando a causa do abuso do direito de despedir, por sua vez, é um motivo de natureza discriminatória, a questão adquire contornos ainda mais relevantes.
>
> ...
>
> Através da Lei n. 9.029 de 13 de abril de 1995, assim, foi introduzida na legislação nacional uma outra espécie de medida inibitória, correspondente a uma sanção pecuniária aplicável

> ao empregador quando a despedida de um empregado é fundamentada na prática discriminatória. Em virtude do seu caráter 'reparatório', a medida passou a ser denominada por alguns juristas de indenização reparatória.
>
> ...
>
> Caracterizada a dispensa por ato discriminatório (via de regra através de processo judicial ajuizado pelo obreiro mediante ação trabalhista) a Lei n. 9.029 de 1995 assegura ao empregado o direito de optar pela anulação da despedida, com o conseqüente retorno do obreiro ao seu antigo posto empregatício.
>
> Caso escolha a segunda opção, entretanto, além da indenização compensatória prevista na Lei nº 8.036/90, o empregado vítima de discriminação perceberá uma indenização especial, correspondente a duas vezes a remuneração devida durante o período compreendido entre a dispensa e a declaração judicial da prática discriminatória, devidamente atualizada.
>
> Tal indenização especial, destarte, revela uma finalidade igualmente peculiar. Destina-se a coibir a dispensa abusiva, praticada com fundamento em motivo discriminatório".

O art. 3º, IV, da Constituição da República, veda expressamente a prática de ato discriminatório, resguardando a dignidade da pessoa humana ao rezar: *promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação* (grifei).

Quanto à caracterização da despedida abusiva ou arbitrária, Sérgio Torres Teixeira, *op. cit*., p.160, conceitua:

> "É a denominada 'dispensa abusiva'.
>
> Corresponde tal subespécie de despedida arbitrária, incluída na seara da dispensa sem justa causa, à despedida efetivada mediante o exercício abusivo do direito de despedir, ou seja, a dispensa cuja prática constitui verdadeiro abuso de direito. Ocorre quando concretizada por motivo ilegítimo, cuja relevância transcende a relação individual de emprego, constituindo violação expressa a princípios de fundamental interesse público e/ou social, ao ponto de ser considerado um abuso de direito desfrutado pelo empregador. Tal dispensa, em decorrência da causa ensejadora da vontade patronal, ultrapassa a seara do Direito do Trabalho e atinge postulados maiores, levando o exercício do direito de despedir a ser considerado com abusivo".

O art. 7º, *caput*, inciso I, da Constituição, estabelece: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".

No presente caso, entendo violada a Constituição da República, que assegura o trabalho a todos os cidadãos, elevando-o à condição de direito social, além de constituir um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Está no art. 3º, inciso I e IV, segundo o qual: *Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade justa, livre e solidária; II - omissis; III - omissis; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa*.

Já o art. 6º da mesa Carta reza que: *São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*.

Ora, se 1ª reclamada foi considerada revel e confessa quanto à matéria de fato, e dispensado o depoimento do preposto da 2ª reclamada (fl. 269), aplicando-se a revelia e a confissão ficta quanto à matéria de fato, temos que as alegações feitas na petição inicial produzem verdade relativa, fato reforçado pelas próprias reclamadas, que declararam a existência de cláusula no PDV vedando a contratação do trabalhador tanto pela CVRD como por suas terceirizadas.

Diante disso, tenho por verdadeiros os fatos alegados na inicial, isto é, que a dispensa do reclamante decorreu da adesão, outrora, ao Plano de Demissão Voluntária da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD.

Nesse caso, a cláusula que vedou a recontratação do autor pela 2ª reclamada ou quaisquer de suas terceirizadas fere princípio constitucional assegurado aos trabalhadores, sendo nula de pleno direito, por desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos direitos trabalhistas, nos termos do art. 9º da CLT, tratando-se de dispensa arbitrária.

Por tais razões, defiro o pedido de indenização por danos morais, por se tratar de dispensar arbitrária, por tolher o direito do autor ao trabalho, ainda que limitado à Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e suas terceirizadas.

No que refere ao *quantum*, levando-se em conta o porte econômico das empresas, que a dispensa ocorreu em 23.03.2005, bem como a data do reconhecimento da dispensa arbitrária (dezembro de 2008), fixo o valor da indenização em R$30.000,00, determinando, por outro lado, que a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD se abstenha de contra-indicar o reclamante a qualquer das empresas prestadora de serviço terceirizado.

RECURSOS ORDINÁRIOS DAS 1ª E 2ª RECLAMADAS - KSG E CVRD (FLS. 436/439 e 442/445, RESPECTIVAMENTE)

Aprecio em conjunto os apelos das 1ª e 2ª reclamadas, por terem as mesmas matérias e o mesmo teor.

Efeito suspensivo do recurso

Pretendem as reclamadas que presente recurso recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, nos termos do arts. 558, *caput*, parágrafo único, e 789 do CPC, por se tratar de questão de difícil reparação.

Sem razão.

Nos termos do art. 899 da CLT, o recursos na Justiça do Trabalho serão recebidos apenas no efeito devolutivo.

Indefiro o pedido.

Diferença salarial

Sustentam que, a despeito de o reclamante requerer o pagamento de diferenças salariais, não indicou, na inicial, o valor do salário, ensejando inépcia da inicial; que mesmo que o juiz de primeiro grau não tenha rejeitado o demonstrativo dos cálculos juntados com a inicial, o valor apontado pelo recorrido não corresponde ao efetivamente pago por ocasião da dispensa, conforme os contracheques juntados aos autos.

Caso mantida a decisão, requerem seja considerado o valor salarial de R$431,52, conforme o campo 1 do TRCT juntado aos autos.

Alegam que o juízo *a quo* se equivocou quando declarou que a CVRD aumentou o salário do reclamante para R$998,00, tendo em vista que referida quantia não constou na inicial, devendo ser reformada a sentença recorrida.

Sem razão.

Não há que se falar em inépcia da inicial, tendo em vista que o reclamante, às fls. 02/03, indicou os valores decorrentes do aumento salarial, demonstrando o valor da diferença às fls. 05/06.

Ademais, correta a sentença de fls. 420/423 verso. É que os documentos de fls. 10 e 12 revelam que o reclamante foi transferido da 1ª para 2ª reclamada. Nesse interregno, houve aumento salarial para R$998,00, todavia, cancelado nos termos da CTPS de fl. 20, violando o princípio da irredutibilidade salarial.

Mantenho a decisão.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso do reclamante, bem como dos apelos das reclamadas, recebendo-os apenas no efeito devolutivo; no mérito, nego provimento aos recursos das reclamadas e dou provimento ao do reclamante para, reformando a sentença recorrida, deferir o pagamento de indenização por danos morais no valor de R$30.000,00, determinando que a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD se abstenha de contra-indicar o reclamante a qualquer das empresas prestadoras de serviço terceirizado, bem como a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, para as providências que entender cabíveis, nos termos da fundamentação. Custas, pelas reclamadas, no valor de R$600,00, calculadas sobre o valor de R$30.000,00.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO DO RECLAMANTE, BEM COMO DOS APELOS DAS RECLAMADAS, RECEBENDO-OS APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DAS RECLAMADAS E DAR PROVIMENTO AO DO RECLAMANTE PARA, REFORMANDO A SENTENÇA RECORRIDA, DEFERIR O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$30.000,00, DETERMINANDO QUE A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD SE ABSTENHA DE CONTRA-INDICAR O RECLAMANTE A QUALQUER DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO TERCEIRIZADO, BEM COMO A REMESSA DESTES AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, PARA AS PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER CABÍVEIS, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS, PELAS RECLAMADAS, NO VALOR DE R$600,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR DE R$30.000,00.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 14 de abril de 2009. (Publicado no DEJT em 22/05/2009)

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO, Desembargador Relator.

****

RECURSO ORDINÁRIO - SUPERVENIÊNCIA DO AUXÍLIO-DOENÇA NO CURSO DO PERÍODO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

ACÓRDÃO TRT 8ª 3ª T./RO 01020-2008-004-08-00-5
RELATOR: Desembargador MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO

RECORRENTE: **BELÉM RIO TRANSPORTES LTDA**
Dra. Nathalia Ruffeil Rodrigues Aita

RECORRIDO: **FRANKLIN RONALDO DA SILVA FARIAS**
Dr. Silvestre Fonseca Filho

RECURSO ORDINÁRIO - SUPERVENIÊNCIA DO AUXÍLIO-DOENÇA NO CURSO DO PERÍODO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. Quando ocorre superveniência do auxílio-doença no curso da prorrogação do contrato de trabalho, em razão do aviso prévio indenizado, os efeitos da dispensa só se concretizam após a cessação do benefício. Portanto, com a emissão da CAT efetuada no curso do período do aviso prévio indenizado, correta a decisão a quo que declarou a estabilidade provisória do reconvinte até 12 meses após a cessação do benefício.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário**, oriundos da **MM. 4ª Vara do Trabalho de Belém**, em que são recorrente e recorrido as partes acima identificadas.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário, por observar os pressupostos de admissibilidade.

Contra-razões em ordem.

2.2. MÉRITO

2.2.1. AVISO PRÉVIO INDENIZADO - PROJEÇÃO - EFEITOS - GARANTIA DO EMPREGO - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Alega a recorrente que o reconvindo não possui direito à garantia no emprego por ter sido demitido em 23 de junho de 2008 e, somente após esta data teria procurado o INSS. Afirma, ainda, que o reconvindo agiu de forma maliciosa por ter procurado o INSS ciente de que não era mais empregado da empresa.

Vejamos.

Primeiro, é necessário um breve relato para melhor compreensão da lide.

A empresa BELÉM RIO TRANSPORTES LTDA, ajuizou ação de consignação em pagamento em face de FRANKLIN RONALDO DA SILVA FARIAS, aduzindo que demitiu o empregado em 23 de junho de 2008 e que este não teria comparecido para receber suas verbas rescisórias (folhas 01 e 02).

O consignado apresentou defesa oral (folha 56), com reconvenção (folhas 56 e 57), pedindo sua reintegração na empresa, bem como pagamento das vantagens legais e, sucessivamente, o pagamento da estabilidade pelo período estabilitário.

O Juízo de Primeiro Grau decidiu julgar totalmente improcedente a ação de consignação em pagamento e totalmente procedente a reconvenção, declarando a estabilidade provisória do reconvinte até 12 meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, determinando, ainda, a sua reintegração no emprego no prazo de 5 dias, contados da ciência da decisão, bem como, após a cessação do benefício previdenciário, conceder todo o material e condições de trabalho para o reconvinte, inclusive pagamento das vantagens salariais e, em caso de descumprimento, condenar o reconvindo ao pagamento da multa prevista no § 4º do artigo 461, da CLT (folhas 67-72).

Analiso.

Da análise dos autos é indubitável que o reconvinte foi demitido em 23 de junho de 2008 e que se recusou em efetuar a homologação de sua rescisão contratual, pelo fato de estar doente, em razão de um acidente que ocorreu no ano de 2007.

Nos autos, às folhas 44 e 45, há Comunicação de Acidente de Trabalho, na qual se observa que o reconvinte sofreu acidente de trabalho durante a prestação de labor à reconvinda, tendo o INSS concedido auxílio-doença até 15 de junho de 2007 (código 31).

Em seguida, o segurado, ora recorrido, insurgiu-se contra a decisão que concedeu auxílio-doença solicitando ao INSS a transformação para benefício auxílio doença acidente de trabalho (folha 47).

Às folhas 50 e 51 dos autos, há Comunicação de Acidente de Trabalho, na qual observa-se que a CAT emitida anteriormente(folha 44 e 45) foi reaberta em 25 de junho de 2008, sendo o reconvinte solicitou, em 09 de julho de 2008, a concessão do auxílio doença acidentário, sendo deferido o pedido pelo INSS, ao fundamento de que o reclamante teria sofrido acidente de trabalho.

Por tudo isso, conclui-se que o empregado foi demitido em 23 de junho de 2008, sem prévia comunicação, tanto que o aviso prévio seria indenizado, conforme consta na ação de consignação em pagamento. Com efeito, com a projeção do aviso prévio o contrato de trabalho estender-se-ia por 30 dias, logo com a solicitação do auxílio previdenciário efetivada em 09 de julho de 2008, o contrato de trabalho ainda produzia efeitos.

Assim, restou evidenciado pelo conjunto probatório que, logo que o empregado tomou ciência da demissão, procurou demonstrar, por meios legais, que ainda estava doente em razão do acidente sofrido em março de 2007 e, desta forma, obteve do órgão previdenciário a concessão do auxílio-doença acidente, por força do artigo 118 da Lei 8213/1991, portanto, não poderia ter sido demitido no prazo de doze meses após a cessação do benefício.

Quanto à alegação recursal de que a superveniência do auxílio-doença no curso da projeção do aviso prévio indenizado não gera direito à estabilidade provisória, também não tem razão.

A diretriz da Súmula 371 do c. TST, dispõe:

AVISO PRÉVIO INDENIZADO. EFEITOS. SUPERVENIÊNCIA DE AUXÍLIO-DOENÇA NO CURSO DESTE. A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio,todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.

Como se vê, a superveniência de auxílio-doença durante o gozo do aviso prévio tem o poder de sobrestá-lo; assim os efeitos somente se concretizam com a expiração do benefício previdenciário.

Por tudo isso, nada a reformar na decisão a quo.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 18 de março de 2009. (Publicado no DEJT em 31/03/2009)

MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE VÍNCULO DE EMPREGO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

ACÓRDÃO TRT/2ª T./RO 01834-2008-117-08-00-4
RELATOR: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

RECORRENTE: **MUNICÍPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL**
Procuradora: Drª. Rosalba Fidelles Maranhão

RECORRIDOS: **ILDENIR JESUS DUTRA LOPES**

SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE VÍNCULO DE EMPREGO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

I - Compete à Justiça do Trabalho dirimir os conflitos entre trabalhador, admitido sob regime contratual (celetista), antes do advento da Constituição Federal de 1988 e antes da adoção de regime jurídico único estatutário, em nível de Município.

II - Não se trata de litígio sobre matéria previdenciária, senão ação declaratória para reconhecimento de relação de emprego, cuja sentença deve ser obrigatoriamente observada pelas partes e pelo INSS, não só por força da garantia constitucional da coisa julgada (se esta ocorrer), como também em face da norma disposta no art. 11, § 1º, da

CLT. É dizer: os inevitáveis efeitos previdenciários resultam da sentença trabalhista.
III - Confirma-se a sentença que declarou a existência de vínculo empregatício, na função de professora, no período de 01/03/1977 a 31/08/1989, para fins de averbação de tempo de serviço perante o órgão oficial da Previdência Social (INSS).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da MM. 2ª Vara do Trabalho de Marabá, em que são partes, como recorrente, **MUNICÍPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL**, e, como recorrido, **ILDENIR DE JESUS DUTRA LOPES**.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso ordinário, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Da incompetência material da Justiça do Trabalho

O ente público recorrente suscita a preliminar em epígrafe, sob o argumento de que esta Justiça Especializada não tem competência para processar e julgar processos relativos a direitos previdenciários.

Sustenta que a pretensão da autora é obter a produção de efeitos previdenciários para averbação de tempo de serviço junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Assevera que deve ser acolhida a preliminar de incompetência material da Justiça do Trabalho, "vez que o INSS - que é parte diretamente interessada - tem foro privilegiado na Justiça Federal, nos termos do art. 109, da Constituição Federal, dada sua condição de autarquia federal. E ainda, nos termos do art. 114, da CF/88, falta à Justiça do Trabalho competência para decidir matéria previdenciária" (fl. 27).

Examino.

A r. sentença recorrida examinou a preliminar e a rejeitou, pelos fundamentos adiante expostos (fls. 20-verso/21):

> "2.1 - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA
>
> Argüi o reclamado a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar a ação declaratória de reconhecimento pleiteado na inicial, uma vez que o INSS, sendo autarquia federal e a entidade que faz a averbação do tempo de serviço, é parte diretamente interessada na lide, o que atrai a aplicação do art. 109 da CF/88, o qual dispõe sobre a competência da Justiça Federal.
>
> Acrescenta o reclamado que esta Justiça do Trabalho também não seria incompetente para dirimir a controvérsia em comento, já que a relação mantida com a reclamante é de natureza jurídico-administrativa, o que não abarcaria o entendimento do art. 114 da CF/88.
>
> Com a edição da Emenda Constitucional nº 45, de 31.12.2004, foi ampliada sobremaneira a competência da Justiça Trabalhista, modificando o art. 114, da CF/88, inclusive quanto a qualquer pedido decorrente da relação de emprego ou de trabalho por ventura existente entre as partes (inciso IX do art. 114).

> No presente caso, o pedido da reclamante é de declaração de vínculo de emprego para averbação do tempo de serviço, o que se inclui na competência da Justiça do Trabalho, ainda mais quando o período postulado não abrange a regra estampada no art. 37, II, § 2º da CF/88 (sem a exigência de concurso público).
>
> Dessa forma, não postulando a reclamante o pagamento de contribuição previdenciária do período de trabalho vindicado, vê-se que o INSS não teria interesse na causa a ponto de atrair a competência da Justiça Federal.
>
> Ressalte-se que, nas ações trabalhistas declaratórias, havendo o reconhecimento do vínculo empregatício, a competência da Justiça do Trabalho limitar-se-á a este reconhecimento do período laborado e não à cobrança de contribuição previdenciária.
>
> Por tais fundamentos, rejeita-se a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho".

De fato, se a reclamante foi admitida, sob o regime contratual (celetista), antes da Constituição Federal de 1988 e antes da Lei Municipal nº 13.733/1995, que adotou o regime jurídico único estatutário, é patente a competência da Justiça do Trabalho, para processar e julgar a causa.

Não se trata de litígio sobre matéria previdenciária, senão ação declaratória para reconhecimento de relação de emprego, cuja sentença deve ser obrigatoriamente observada pelas partes e pelo INSS, não só por força da garantia constitucional da coisa julgada (se esta ocorrer), como também em face da norma disposta no art. 11, § 1º, da CLT. É dizer: os inevitáveis efeitos previdenciários resultam da sentença trabalhista.

Em conseqüência, ***rejeito*** a preliminar, tal como apresentada.

Do mérito

No mérito, o ente público reclamado insurge-se contra a r. sentença do MM. Juízo de 1º Grau que reconheceu a existência de vínculo empregatício entre as partes, no período de 01/03/1977 a 31/08/1989, na função de professora e com remuneração de um salário mínimo da época.

Assevera que "*a recorrida trabalhou no serviço público municipal como professora A, nos exatos períodos declinados na Certidão de Tempo de Serviço/ Contribuição nº 035/2008, fornecida pelo Recorrente. Não há nenhum registro de trabalho nos períodos de agosto de 1982 a fevereiro de 1985, em janeiro e fevereiro de 1988, e de setembro de 1989 a dezembro de 1991, nos termos da declaração fornecida pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Marabá"* (fl. 29).

Argumenta que a reclamante não produziu qualquer prova material para comprovar que laborou para o Município reclamado, de forma ininterrupta, no período de 01/03/1977 a 30/12/1991, eis que o ônus probatório era da recorrida, na forma do art. 818, da CLT, c/c o art. 333, I, do CPC.

Enfatiza que "*o tempo de serviço trabalhado pela recorrida e reconhecido expressamente pelo recorrente se encontra demonstrado nos autos, através dos documentos de fls. 03/04 dos autos - Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 035/2008 de 14/05/2008"* (fl. 30).

Examinemos a matéria.

A autora ingressou com ação declaratória de vínculo de emprego e alegou, na exordial, que "trabalhou para a reclamada entre 01/03/1977 e 30/12/1991, cumprindo

horário TURNOS e exercendo a função de Professor de Ensino Fundamental. Alega a reclamante que trabalhou para a reclamada de 1977 a 1991, porém, não consta em arquivo da reclamada os períodos mencionados no documento em anexo. Que requer para fins de aposentadoria declaração de todo o período laborado" (fl. 01).

O ente público reclamado, ao contestar, aduz que "a autora trabalhou no serviço público municipal como professora A, nos exatos períodos declinados na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 035/2008, fornecida pelo Reclamado. Não há nenhum registro de trabalho nos períodos de agosto de 1982 a fevereiro de 1985, em janeiro e fevereiro de 1988, e de setembro de 1989 a dezembro de 1991, nos termos da declaração fornecida pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Marabá" (fl. 15).

A reclamante apresentou declaração firmada pelo ente público demandado, na qual consta que "após pesquisa no Arquivo Público desta Prefeitura Municipal de Marabá não localizamos dados referentes aos períodos de agosto de 1982 a fevereiro de 1985, de janeiro e fevereiro de 1988 e de setembro de 1989 a dezembro de 1991, em nome da Srª. ILDENIR DE JESUS DUTRA LOPES, portadora do CPF nº 066.453.212-87" (fl. 03).

A Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 035/2008, da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Marabá, testifica que a reclamante exerceu a função de professora A, no período compreendido de 01/08/1977 a 31/12/1981, de 01/01/1982 a 31/07/1982, de 01/03/1985 a 31/12/1987, de 01/03/1988 a 31/08/1989.

A autora, em depoimento pessoal, declarou:

> "que a depoente foi admitida como professora na escola municipal Artur Guerra Guimarães, que se localizava neste Município no núcleo Cidade Nova; que a depoente trabalhou nessa escola no período de 1977 a 1991; que a depoente acha que ganhava na época cerca de um salário mínimo; que a depoente tinha CTPS assinada e não se lembra se havia recolhimento previdenciário; que o pagamento dos salários era feito mediante assinatura em uma folha de pagamento; que a depoente entrou em 01/03/1977 e saiu em 30/12/1991" (fls. 35/36).

O preposto do reclamado, ao depor, afirmou:

> "que a escola municipal Artur Guerra Guimarães ainda existe até a presente data; que a escola sempre foi do Município de Marabá; que a reclamante chegou a trabalhar nessa escola como professora, recebendo salário mínimo e tendo a CTPS assinada; que o período de trabalho realizado pela reclamante foi o apurado na certidão de tempo de serviço anexado aos autos" (fl. 36).

Aufere-se dos autos que a reclamante ingressou no serviço público municipal bem antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, que passou a exigir concurso público para admissão em cargo ou emprego público (art. 37, II, § 2º, da CF). Logo, não se pode cogitar da hipótese de nulidade do contrato de trabalho.

Consoante testificado na certidão de fl. 04 dos autos, a demandante laborou para o ente público demandado desde o ano de 1977, com CTPS anotada, porém sob regime contratual ou celetista, conforme se vê do "Registro de Empregado" à fl. 18, apresentado pelo ente público demandado.

Por outro lado, o Município reclamado esclareceu, em sua contestação, que somente estabeleceu o regime jurídico único estatutário a partir da edição da Lei

Municipal nº 13.733/1995, portanto depois da saída da reclamante, daí porque a ela não se aplica.

Em consequência, sou levado a confirmar a r. sentença do MM. Juízo de 1º Grau, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, pelo que peço vênia para transcrever trechos da r. decisão recorrida, *in verbis*:

> "2.3 - DO RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO
>
> A partir dos documentos de fls. 03/04 e 16/18, bem como dos depoimentos das partes, restou incontroverso nos autos que a reclamante foi admitida na escola municipal 'Artur Guerra Guimarães' para exercer a função de professora, em 01/03/1977 até 31/08/1989, recebendo um salário mínimo, com CTPS anotada e sem prestar concurso público, já que na época não havia esta exigência em nível constitucional.
>
> Nesse contexto, a reclamante começou a prestar seu trabalho de forma pessoal (pessoalidade), durante todos os dias da semana, no horário de trabalho (habitualidade), de maneira subordinada (subordinação), bem como sendo remunerada pelo reclamado pela contraprestação do seu serviço (onerosidade).
>
> Como se observa, o reclamante desde de 01/03/1977 já prestava serviços de professora ao reclamado, nos termos do art. 2º e 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), conforme certidão de fls. 04 e registro de fl. 18.
>
> Destaca-se que ainda por ser a escola municipal, órgão estadual, vinculado à Prefeitura de Marabá (pessoa jurídica de direito público), è época, esta relação de emprego não maculava o art. 37, II, § 2º da CF/88, pois o vínculo se estabeleceu antes do advento do Regime Jurídico Único e sem a exigência da prestação de concurso público, sendo a reclamante considerada servidora pública celetista.
>
> Dessa maneira, havendo provas documentais (fls. 03/04 e 16/18) de que a reclamante passou a prestar serviço ao reclamado desde 02/04/1977, sob a modalidade de servidora pública celetista (contrato de emprego), com base nos arts. 2º, 3º, 11 e 29, todos da CLT, este Juízo julga procedente o pedido de reconhecimento de relação de emprego entre as partes desde 01/03/1977 a 31/08/1989 com salário mínimo.
>
> Por tais motivos, julga-se parcialmente procedente o pedido da reclamante de declaração de vínculo de emprego deduzido na petição inicial.
>
> Reconhecido o vínculo de emprego em epígrafe, determina-se que seja oficiado à DRT e ao INSS, após o trânsito em julgado da decisão, para conhecimento e providências cabíveis" (fls. 21/22).

Nego provimento.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso ordinário; e nego-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas, como no 1º Grau.

ISTO POSTO,
ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA

EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; E, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. SENTENÇA RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS, COMO NO 1º GRAU.

Sala de Sessões da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 12 de agosto de 2009. (Publicado no DEJT em 17/08/2009)

VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, Desembargador Federal do Trabalho Presidente e Relator.

****

VÍNCULO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00442-2008-003-08-00-7
RELATORA: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

RECORRENTE: **EDILMA ESTUMANO DE QUEIROZ**
Advogada: Dra. Renata Milene Silva Pantoja

RECORRIDOS: **WILLIAM A F TERRASSE**
OLIVIER FRANÇOIS TERRASSE
Advogado: Dr. Antônio Marcos Alencar da Silva

VÍNCULO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA. É da reclamante o ônus da prova do fato constitutivo de seu direito, nos termos dos arts. 818 da CLT e 333, inciso I, do CPC, ônus do qual se desincumbiu. O contrato de trabalho é um contrato-realidade. A caracterização da relação de emprego emerge da realidade fática pela qual se desenvolve a atividade contratada; depende da realidade dos fatos, ou seja, da maneira como são prestados os serviços. No caso dos autos, restou comprovado o vínculo de emprego entre as partes.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário, oriundos da MM. 3ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente, EDILMA ESTUMANO DE QUEIROZ, e, como recorridos, WILLIAM A F TERRASSE e OLIVIER FRANÇOIS TERRASSE.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DO CONHECIMENTO

Conheço do recurso, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade: tempestivo e subscrito por advogada habilitada nos autos à folha 09.

2.2 DA AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO *AD JUDICIA* DO PRIMEIRO RECLAMADO

A reclamante alega que o primeiro recorrido não está regularmente assistido por advogado, devendo ser-lhe, em vista da ausência de defesa, decretado a revelia.

Não assiste razão à autora.

No processo trabalhista, não há, como no processo civil, a necessidade de exibição de mandato expresso pelo advogado. Nesta Justiça Especializada, o advogado poderá atuar, como procurador, sem qualquer restrição, por instrumento próprio -a procuração *ad judicia*-, constituído através de mandato expresso, ou por procuração tácita, que resta configurada pela sua simples presença nas audiências, acompanhando a parte e praticando por ela - sem oposição - os atos processuais que possam ser praticados por procurador.

Verifico a presença do Dr. Antônio Marcos Alencar à audiência realizada em 17/04/2008, constante às fls. 61 dos autos, na qualidade de representante processual dos reclamados, configurada a concessão de procuração tácita ao primeiro reclamado, com fulcro na súmula nº 164, do C. TST.

Dessa maneira, inexiste qualquer irregularidade a ser apreciada, neste particular.

Rejeito a preliminar.

2.3 DO VÍNCULO DE EMPREGO

A autora alega na petição inicial foi admitida para laborar como relações públicas para os reclamados no período de 05/05/07 a 31/01/08.

Acrescenta que foi fixado inicialmente o salário de R$1.000,00 (um mil reais), no entanto, posteriormente, foi ajustado novo salário, qual seja, R$760,00 (setecentos e sessenta reais).

Assevera ainda que com a proximidade existente na relação laboral passou a manter relacionamento amoroso com o 2º reclamado e que se passaram 09 (nove) meses e a reclamante nunca recebeu salário.

Requer o reconhecimento do vínculo de emprego.

Os reclamados apresentaram contestação conjuntamente alegando que não houve prestação de qualquer serviço aos demandados, informando que na verdade a reclamante manteve relacionamento amoroso com o 2º reclamado OLIVIER FRANÇOIS TERRASSE, passando inclusive a morar definitivamente com o mesmo.

Analisemos.

Não custa relembrar, que na distribuição das provas compete ao autor provar os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, I do CPC), e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo, ou extintivo do direito do autor (art. 333, II, do CPC).

Para configuração da relação empregatícia é necessário que estejam presentes todos os pressupostos previstos no art. 3º da CLT, como a pessoalidade, trabalho não eventual, onerosidade e subordinação.

Frise-se inicialmente que o simples fato da reclamante passar a manter relacionamento amoroso com o segundo reclamado não inviabiliza o reconhecimento do vínculo de emprego se presentes os requisitos caracterizadores da relação empregatícia. Até porque quanto ao vínculo amoroso existente entre a reclamante e o segundo reclamado não há controvérsia, tendo a própria autora já informado tal circunstância na petição inicial.

Enfatize-se também que a autora não apresentou testemunhas. E os reclamados apresentaram apenas uma testemunha que foi dispensada, porque informou que tinha interesse no deslinde do conflito por ser amigo dos reclamados há mais de 06 (seis) anos e frequentar a residência dos mesmos.

No entanto, entendo que apenas a análise dos depoimentos dos reclamados e da reclamante é suficiente para solucionar a questão.

A reclamante em depoimento às fls. 61 afirmou que "*que a depoente viajou para a França em companhia do segundo reclamado, de 02 de setembro a 26 de novembro do ano passado; que a viagem teve por objetivo a participação de salão em Paris, ou seja ocorreu a trabalho; que a depoente manteve relacionamento amoroso com o segundo reclamado do final de junho ou julho até inicio deste ano; que a depoente morou em companhia do segundo reclamado durante o período acima referido; que a depoente e o segundo reclamado moravam, no Mosqueiro; que o primeiro reclamado tem por atividade comercial artesanato; que o primeiro reclamado não mantém comércio; que a empresa do primeiro reclamado não produz nem comercializa artesanato, sendo uma terceirizada; que a e do primeiro reclamado fez apresentação, de material produzido pelo desing, da região; que o primeiro reclamado atua como intermediário do comércio em referência; que que a depoente trabalhou em marketing e relações públicas; que a depoente foi contratada pelo segundo reclamado e posteriormente pelo primeiro...que o salão de paris durou 04 dias; que o restante do período que a depoente permaneceu em paris atuou fazendo marketing nas lojas dessa cidade...que não haviam outras pessoa trabalhando para o primeiro reclamado além da depoente, esclarecendo que o mesmo argumentou que não poderia contratar qualquer pessoa em razão da firma estar irregular...*". (grifo nosso)

O primeiro reclamado WILLIAM A F TERRASSE afirmou em depoimento às fls. 105 "*que a empresa trabalha no ramo de eventos; que o evento em Paris, ligado a jóias com matéria primas Amazônicas, não teve vinculação direta com a empresa, sendo uma atividade pessoal do segundo reclamado. A PATRONA DA RECLAMANTE, respondeu: que após conhecer a reclamante essas atividades em nada alteraram, uma vez que a mesma simplesmente, mantinha um relacionamento amoroso como segundo reclamado; que a reclamante nunca lhe prestou qualquer serviço; que a firma é legalizada desde 2000; que os e-mails juntados aos autos são fruto simplesmente da manutenção de um contato com seu pai, na ocasião em que estava em Paris; que, por exemplo, o email de fls. 23, retrata o momento em que o depoente estava fazendo um contato profissional a pedido do pai, para as atividades do próprio segundo reclamado; que acredita que a reclamante viajou a Paris com o segundo reclamado para passear, pois a mesma era sustentada pelo seu pai; que não sabe informar quem preparou o local para o evento em Paris; que não sabe informar se o seu pai possui empregados em Paris para realizar essas atividades; que a reclamante lhe falou que apenas estudava na UNAMA; que a reclamante freqüentava bastante a casa de seu pai em Mosqueiro*". (grifo nosso)

O segundo reclamado FRANÇOIS TERRASSE afirmou em depoimento às fls. 105 "*que conheceu a reclamante, tornando-se sua amiga e depois namorada; que em nenhum momento se vinculou com a reclamante por motivos profissionais; que a reclamante viajou para o evento em Paris como sua companheira e ajudou na montagem e decoração do stand; que não fez qualquer pagamento a reclamante; que a reclamante acompanhou o depoente ao longo dos três dias do evento; que a reclamante usava um crachá, pois esse documento era obrigatório; que iniciou o trabalho com jóias alguns meses antes do evento em Paris, provavelmente em junho de 2007; que conheceu a reclamante em maio de 2007; que o documento de fls. 44, se refere a um curso pago pela empresa WILIAN TERRASSE a favor da autora, curso esse que era necessário para a aquisição de um estágio; que o conteúdo do curso não era tão importante para a sua atividade profissional. Instada a respeito, a reclamante relatou que o curso foi realizado para aprimorara seus conhecimentos e qualifica-la para os eventos que iriam ser feitos, sendo que esse curso foi ministrado depois do evento de Paris. PROSSEGUINDO O DEPOIMENTO: que o depoente continua atuando no mesmo ramo;* ***que AMMAZÔNIA LINE, é o nome de fantasia da primeira***

reclamada, *sendo o cartão de fls. 30, foi fornecido a reclamante para a us própria promoção*; ***que a reclamante foi quem realizou os desenhos estampados as fls. 32 e 38***; *que o depoente escrevia um texto e repassava para a reclamante, que redigia os e-mails; que sobre o documento de fls. 15, destaca que o nome da demandante é colocado no final do e-mail para a sua própria promoção*". (grifo nosso)

Verifico primeiramente que o 2º reclamado informou em seu depoimento que a empresa AMAZONIA LINE é o nome fantasia do 1º reclamado WILLIAM A F TERRASSE.

Observo que o 1º reclamado informou em seu depoimento que a autora nunca prestou serviços à empresa e acrescentou ainda que "a empresa trabalha no ramo de eventos; que o evento em Paris, ligado a jóias com matéria primas Amazônicas, não teve vinculação direta com a empresa, sendo uma atividade pessoal do segundo reclamado; que a reclamante nunca lhe prestou qualquer serviço".

Contrariamente à tese defendida nos depoimentos dos reclamados são os elementos comprobatórios constantes nos autos. desenhos das jóias constantes às fls. 32/38 há indicação de que a criação é da empresa Amazonia Line (nome fantasia do 1º reclamado A F TERRASSE). Às fls. 32/38 consta o nome da empresa Line e ao lado do nome da empresa consta o nome do 2º reclamado OLIVIER FRANÇOIS TERRASSE, o que comprova que a reclamante prestava serviços ao 1º reclamado e ao 2º reclamado conjuntamente. Frise-se que o 2º reclamado informou em seu depoimento que os desenhos foram realmente feitos pela autora.

Outro fato que corrobora a tese de que a autora realmente prestava serviços à empresa Amazonia Line (nome fantasia do 1º reclamado WILLIAM A F TERRASSE) é a existência do cartão de fls. 30 e os e-mail's encaminhados pela autora para Paris, os quais identificam a reclamante como sendo funcionária da empresa atuante na área de marketing/comunicação.

Qual seria o interesse da 1ª reclamada em fornecer o cartão de fls. 30 para a reclamante se promover como alegou o 2º reclamado?

Que interesse em nível de promoção pessoal teria a reclamante em utilizar um cartão onde sua atividade constava como marketing/comunicação se o curso que a autora fazia era Pedagogia (comprovado às fls. 86)?

A tese de que a autora utilizava o cartão de fls. 30 para se promover pessoalmente, bem como de que ela assinava os e-mail's ao final para se promover, é totalmente insubsistente.

Percebe-se que não há nenhuma lógica nas colocações do segundo reclamado de que a autora utilizava o cartão, mandava e-mail, desenhava jóias, efetuava inscrição da empresa em evento internacional (Paris) apenas para se promover pessoalmente.

Se o evento em Paris, ligado a jóias com matérias primas amazônicas não teve vinculação direta com a empresa, sendo uma atividade pessoal do 2º reclamado então por que o 2º reclamado utilizava nos e-mail o nome da empresa do 1º reclamado Amazonia Line**,**que conforme afirmado pelo 2º reclamado era o nome fantasia do 1º reclamado?

Percebe-se na verdade uma verdadeira confusão entre 1º e 2º reclamados, entre as atividades exercidas por ambos, é só analisar o CNPJ do 1º reclamado WILLIAM A F TERRASSE constante às fls. 50 e constatar que entre as atividades econômicas desenvolvidas encontra-se a fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria, exatamente a mesma atividade desenvolvida pelo 2º reclamado FRANÇOIS TERRASSE, conforme comprovam os e-mail's que não foram impugnados em seu teor.

Como se constata diante dos depoimentos, a reclamante foi sim empregada dos reclamados, a teor do art. 3º consolidado. Isto é, a autora, realizava diversos serviços essenciais e ligados diretamente à atividade fim da empresa WILLIAM A F TERRASSE, inclusive criando as peças que seriam vendidas pelos reclamados em Paris, como afirmado pelo segundo reclamado em depoimento ao informar que os desenhos de fls. 32/38 são realmente de autoria da reclamante.

Se a reclamante nunca prestou nenhum serviço à amazônia line (nome fantasia da 1ª reclamada), então por que a 1ª reclamada lhe pagou o curso de fls. 13/14?

Enfatize-se que o curso realizado pela depoente enquadra-se perfeitamente no perfil da função que a reclamante alega que ocupava, qual seja, Marketing/ Comunicação, conforme se observa às fls. 43, no qual consta que um dos objetivos do curso era: Noções de Marketing, atendimento ao cliente, barreiras da comunicação, negociação e postura e aparência pessoal.

Ora se a relação existente entre o 2º reclamado e a autora era apenas e tão-somente um namoro ou relação conjugal, seria mais coerente que ele próprio tivesse financiado tal curso e não a empresa OLIVIER FRANÇOIS TERRASSE.

Se a reclamante era estudante de pedagogia, por que a 1ª reclamada (Amazonia Line) pagou o curso e mais um curso que não tinha tanta importância para a atividade profissional da autora como reconhecido pelo 2º reclamado?

Resta comprovado que a 1ª reclamada e o 2º reclamado atuam no mesmo ramo, porque o 2º reclamado ao enviar e-mail para Paris requerendo a sua inscrição para participar do evento sempre utilizou o nome fantasia da empresa do 1º reclamado (Amazonia Line).

A análise cuidadosa do conjunto probatório confirma a tese da autora de que realmente prestou serviços para os reclamados na condição de empregada e que a relação existente entre ela e o 2º reclamado não era tão somente amorosa como alegam os demandados.

O próprio segundo reclamado confessa que nunca pagou salários a autora, o que comprova que o demandado estava se locupletando ilicitamente do trabalho alheio, apenas pelo fato de ter mantido um vínculo amoroso concomitante ao trabalho desenvolvido pela autora para os demandados, entendeu que a autora devia prestar serviços sem receber o salário acordado como informado na petição inicial.

Poder-se-ia até admitir que a existência de vínculo amoroso entre a autora e o segundo reclamado afastaria o vínculo de emprego, no entanto, isso apenas seria possível se restasse demonstrado nos autos pela análise do conjunto probatório que inexistiu a prestação de serviços, o que não vislumbro no caso concreto. Ao contrário, emerge dos autos a prestação de serviços pela autora aos reclamados de forma pessoal, subordinada e mediante remuneração que foi acordada pelos reclamados, mas não foi paga durante o pacto corretamente.

Dessa maneira, reformo a sentença de primeiro grau, para reconhecer o vínculo de emprego entre a reclamante e os reclamados no período de 05/05/07 a 31/01/2008, com salário de R$760,00 (setecentos e sessenta reais), conforme informado na petição inicial e não impugnado especificamente pelos demandados.

2.4 DA MULTA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E INDENIZAÇÃO DE 20%

A recorrente requer a exclusão da multa de litigância de má-fé, bem como da indenização de 20% sobre o valor da causa, alegando que cumpriu com o seu dever de lealdade, informando a verdade ao MM. Juízo.

O art. 17 do CPC estabelece os motivos para alguém ser reputado como litigante de má-fé. E o art. 18 do mesmo diploma legal, fixa para o litigante de má-fé o pagamento de uma multa não excedente a 1%, e de uma indenização.

Por outro lado, litigante de má-fé, segundo Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, na obra CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, "É a parte ou interveniente que, no processo, age de forma maldosa, com dolo ou culpa, causando dano processual à parte contrária. É o *improbus litigator*, que se utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo procrastinando o feito."

Entendo que a recorrente não está agindo de forma maldosa, com dolo ou culpa, causando dano processual à parte contrária, nem se está utilizando de procedimentos escusos, apenas está se valendo de um direito amplamente garantido pela Carta Magna, não incorrendo em qualquer abuso no exercício do direito constitucional de ação.

Assim, defiro a pretensão da recorrente, para determinar que sejam excluídas a multa de 5% sobre o valor da causa e a indenização no percentual de 20% sobre o valor da causa.

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário da reclamante. Rejeito a preliminar de ausência de procuração *ad judicia* do primeiro reclamado. No mérito, dou-lhe provimento para o vínculo de emprego entre a reclamante e os reclamados no período de 05/05/07 a 31/01/2008, com salário de R$760,00 (setecentos e sessenta reais), conforme informado na petição inicial e não impugnado especificamente pelos demandados. Determino o retorno dos autos à Vara de origem para julgar as demais parcelas como entender de direito. Defiro ainda a pretensão da recorrente, para determinar que sejam excluídas da condenação a multa de 5% sobre o valor da causa e a indenização no percentual de 20% sobre o valor da causa. Custas pela reclamada no valor de R$20,00, calculadas sobre o valor ora arbitrado de R$1.000,00 (um mil reais). Tudo conforme a fundamentação.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RECLAMANTE, POIS PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. REJEITAR A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO *AD JUDICIA* DO PRIMEIRO RECLAMADO. NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO PARA RECONHECER O VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE A RECLAMANTE E OS RECLAMADOS NO PERÍODO DE 05/05/07 A 31/01/2008, COM SALÁRIO DE R$760,00 (SETECENTOS E SESSENTA REAIS), CONFORME INFORMADO NA PETIÇÃO INICIAL E NÃO IMPUGNADO ESPECIFICAMENTE PELOS DEMANDADOS. DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM PARA JULGAR AS DEMAIS PARCELAS COMO ENTENDER DE DIREITO. DEFERIR AINDA A PRETENSÃO DA RECORRENTE, PARA DETERMINAR QUE SEJAM EXCLUÍDAS DA CONDENAÇÃO A MULTA DE 5% SOBRE O VALOR DA CAUSA E A INDENIZAÇÃO NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELA RECLAMADA NO VALOR DE R$20,00 (VINTE REAIS), CALCULADAS SOBRE O VALOR ORA ARBITRADO DE R$1.000,00 (UM MIL REAIS). TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 07 de julho de 2008. (Publicado no DEJT em 10/07/2009)

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - Desembargadora Federal do Trabalho - Relatora.

****

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

A

ABERTURA DO COMÉRCIO VAREJISTA AOS FERIADOS. A partir de setembro de 2007, com a alteração da Lei 10.101/2000, passou novamente a ser obrigatória, para abertura de comércio varejista aos feriados, a prévia autorização em norma coletiva. (ACÓRDÃO TRT/1ª T./RO 00517-2008-106-08-00-7; origem: VT de Castanhal; julgado 14/04/2009; publicado no DEJT em 24/04/2009; Revisor/Prolator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

ABONO SALARIAL. NORMA COLETIVA. NATUREZA INDENIZATÓRIA. Se há previsão em instrumento coletivo quanto à natureza indenizatória do abono, o qual não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, deve-se priorizar a autonomia de vontade das partes convenentes, pois, entender de modo diverso implica em desprezar o princípio do conglobamento e com isso todas as vantagens obtidas na negociação coletiva. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00785-2002-005-08-40.3; origem: 5ª VT de Belém; julgado 23/09/2009; publicado no DEJT em 02/10/2009; Prolatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

ACIDENTE DE TRABALHO. EXISTÊNCIA DE CULPA PATRONAL. A responsabilidade civil do empregador, em matéria de acidente de trabalho, está prevista no art. 7° inciso XXVIII da CF, que prevê a concorrência de dolo ou culpa do mesmo para ocorrência do sinistro. No caso, demonstrado que o acidente ocorreu por culpa do empregador, que muito embora adotasse medidas de segurança, tais medidas não foram suficientes para evitar o acidente, já que deixou de vistoriar as péssimas condições em que se encontrava a mangueira de ar comprimido. Assim, reforma-se a decisão, deferindo o pleito de indenização por danos morais, materiais e estéticos, decorrentes de acidente do trabalho. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00507-2009-127-08-00-3-; origem: 2ª VT de Tucuruí; julgado 15/09/2009; publicado no DEJT em 18/09/2009; Relatora: Juíza Relatora Convocada MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO)

ACORDO. MERA LIBERALIDADE. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. I - No acordo, firmado por mera liberalidade, são devidas, em princípio, contribuições previdenciárias tanto pela empresa demandada (20%), quanto pelo demandante, suposto prestador de serviço (11%), com alíquotas calculadas sobre o valor total da conciliação. **II -** Entretanto, se a demandada não efetuou o desconto previdenciário, no percentual de 11%, deve responder também por esse encargo, nos termos do art. 33, § 5º, da Lei nº 8.212/1991, que consagra o princípio da "responsabilidade por substituição". (ACÓRDÃO TRT/2ª T./AP 00730-2007-113-08-00-6; origem: VT de Itaituba; julgado 06/05/2009; publicado no DEJT em 28/05/2009; Prolator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

ACORDO POR MERA LIBERALIDADE. ALÍQUOTA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. É de trinta e um por cento o percentual devido a título de contribuição previdenciária quando é homologado acordo por mera liberalidade, sendo de responsabilidade da reclamada, nos termos dos artigos 12, "caput" e inciso V, g, artigos 21, 22, III e 30, § 4º, todos da Lei 8.212/91, combinados com o artigo

4º da Lei 10.666/03. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00140-2004-111-08-00-8; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado 12/08/2009; publicado no DEJT em 18/08/2009; Relator: Desembargador MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO)

ACÚMULO DE FUNÇÃO - NÃO CARACTERIZAÇÃO. Uma vez provado que o trabalho da reclamante limitava-se a auxiliar na linha de produção dos sabonetes fabricados pela reclamada, correta a sentença que não reconheceu a existência de acúmulo de funções. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T / RO 00064-2009-006-08-00-1; origem: 6ª VT de Belém; julgado em 04/08/2009; publicado no DEJT em 04/09/2009; Relator: Desembargador MARCUS LOSADA)

ACÚMULO DE FUNÇÕES. *JUS VARIANDI* DO EMPREGADOR. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. Salvo a hipótese em que se demonstre, de forma clara, a existência de prejuízo, o trabalho em dupla função para o mesmo empregador não dá direito ao pagamento de diferenças salariais por acúmulo de funções, uma vez que configura manifestação do *jus variandi* ou poder de comando do empregador. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 01461-2008-011-08-00-5; origem: 11ª VT de Belém; julgado 14/07/2009; publicado no DEJT em 03/08/2009; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ENFERMEIRO. ATENDIMENTO EM ÁREA DE RISCO. O caso do enfermeiro que é chamado para prestar primeiros socorros a trabalhadores que atuam em área considerada de risco é a hipótese típica do risco invisível e afeto a situações imprevisíveis, circunstância em que é devido o adicional questionado, independente do tempo de exposição do trabalhador. Já está assente na doutrina e na jurisprudência que o tempo de exposição ao risco é irrelevante e a perícia é desnecessária, pois sendo o perigo invisível e afeto a situações imprevisíveis, o acréscimo remuneratório é sempre devido. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 00918-/2008-110-08-00-6; origem: 1ª VT de Tucuruí; julgado 01/07/2009; publicado no DEJT em 06/07/2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - PROVA. Havendo prova de que as atividades desempenhadas pelo empregado eram exercidas no pátio de manobra de aeronaves, é devido o adicional de periculosidade durante todo pacto laboral. (ACÓRDÃO TRT 8ª 3ª T./RO 00032-2009-010-08-00-5; origem: 10ª VT de Belém; julgado 12/08/2009; publicado no DEJT em 19/08/2009; Relator: Desembargador MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESERÇÃO. PESSOA JURÍDICA. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Não se defere os benefícios da justiça gratuita ao reclamado que não demonstra a situação econômica precária. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AI 00408-2009-008-08-01-8; origem: 8ª VT de Belém; julgado 23/09/2009; publicado no DEJT em 02/10/2009; Relatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO. PRÉ-PROTOCOLO. O recurso apresentado por meio de pré-protocolo não dispensa a assinatura do advogado, que necessariamente deve constar dos originais a serem apresentados posteriormente, conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 13 da Resolução nº 312/2008, que regulamenta a utilização do sistema de transmissão de dados por meio eletrônico para a prática de atos processuais nesta Justiça do Trabalho da 8ª Região. (ACÓRDÃO

TRT 1ª T./AI/RO 00851-2008-124-08-01.5; origem: VT de Xinguara; julgado 21/07/2009; publicado no DEJT em 24/07/2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

AGRAVO DE PETIÇÃO. DANO MORAL. PROCESSO REMETIDO DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTES SOBRE O VALOR DE CONDENAÇÃO HISTÓRICO ARBITRADO NA SENTENÇA DE CONHECIMENTO. Nega-se provimento ao agravo de petição interposto pela executada, mantendo-se r. Sentença de embargos do devedor hostilizada, que reputou por corretos os cálculos dos juros e da atualização monetária da dívida, pela aplicação da Lei n. 8.177/91. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 01995/2005-110-08-00.0; origem: 1ª VT de Tucuruí; julgado 08/07/2009; publicado no DEJT em 24/07/2009; Relator: Desembargador MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO)

AGRAVO DE PETIÇÃO. DEVOLUÇÃO DE VALORES. COISA JULGADA. Transitada em julgado a sentença de impugnação aos cálculos, com o consequente pagamento da quantia apurada ao autor e o recolhimento do imposto de renda pelo ora agravante, não há como determinar-se devolução de valores que teriam sido pagos a maior nesses autos. Processo extinto, sem resolução do mérito. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 01716/1999-114-08-00.5; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado 28/07/2009; publicado no DEJT em 31/07/2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

AGRAVO DE PETIÇÃO. I - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A sentença de conhecimento, confirmada pelo Tribunal, condenou o agravante a pagar, à reclamante, o montante devido a título de depósitos do FGTS, relativo ao período contratual (16.09.93 a 31.12.06), o que guarda harmonia com a jurisprudência dominante dos Tribunais e do próprio TST (Súmula 363). Não há, portanto, nada de imoral, conforme pretende fazer crer o recorrente. **II - INAPLICABILIDADE DA DECISÃO LIMINAR PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE 11/DF.** A questão relativa à constitucionalidade do art. 1º-B, da Lei nº 9.494/97, acrescentado pelo art. 4º, da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que ampliou para 30 (trinta) dias o prazo que os arts. 730/CPC e 884/CLT concediam à Fazenda Pública para oferecimento de embargos à execução, aludida no recurso, se encontra prejudicada, eis que os embargos à execução foram opostos em 30 (trinta) dias, tendo sido considerados tempestivos pelo Juízo de 1º Grau, não havendo, portanto, qualquer prejuízo à municipalidade. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 00585-2007-104-08-00-2; origem: VT de Breves; julgado 10/07/2008; publicado no DEJT em 18/07/2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

AGRAVO DE PETIÇÃO DO INSS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DÍVIDA DE PEQUENO VALOR. DISPENSA DE COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES. A situação prevista no art. 232 do Provimento n° 2/2002 requer, dentre outros requisitos, a intimação do devedor por via postal ou pelo Diário Oficial da Justiça do Trabalho para comprovação do pagamento da contribuição previdenciária. Prevê, ainda, que, persistindo a inadimplência, sejam efetuadas reiteradas tentativas no sistema *on line* BACENJUD, bem como busca nos bancos de dados de consulta pelo TRT referentes ao DETRAN, JUCEPA, etc. No processo em tela, não houve cientificação do devedor, bem como a única tentativa de ver solvida a dívida previdenciária foi através do sistema BACENJUD, não cumprindo o juízo com a orientação do Provimento pelo

qual firmou o seu convencimento. *Recurso provido.* (ACÓRDÃO TRT 3ªT./AP 00120-2008-202-08-00-8; origem: 2ª VT de Macapá; julgado 22/04/2009; publicado no DEJT em 29/04/2009; Relatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGA PROVIMENTO. Com apoio no *caput* do artigo 557 do Código de Processo Civil, aplicado ao processo laboral por força do artigo 769, da Consolidação das Leis do Trabalho, deve o Relator negar provimento a recurso contra decisão proferida em consonância com STF. Agravo Regimental a que se nega provimento. (ACÓRDÃO TRT-8/3ª T/AG/RO 00338-2008-116-08-00-7; origem: VT de Paragominas; julgado em 08/07/2009; publicado no DEJT em 15/07/2009; Relator: Desembargador LUIS J. J. RIBEIRO)

AJUIZAMENTO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DISPENSA DO EMPREGADO. DANOS MORAIS. Provado nos autos que o reclamante foi dispensado porque ajuizou reclamação trabalhista em desfavor da reclamada, correta a decisão que a condenou ao pagamento de indenização por danos morais, em quantia razoável, nos termos dos arts. 186 e 927 do Código Civil, considerando-se que o direito de ação está assegurado na Constituição da República, art. 5º, XXXV, não podendo ser tolhido pelo empregador. (ACÓRDÃO TRT 1ªT. RO 00537-2005-120-08-00-1; origem: 2ª VT de Ananindeua; julgado em 16/06/2009; publicado no DEJT em 10/07/2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC. MATÉRIA TRANSITADA EM JULGADO. DEPÓSITO RECURSAL CORRESPONDENTE AO VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO. HIPÓTESE DE EXCLUSÃO. A decisão transitada em julgado deve ser cumprida no prazo e nas condições nela estabelecidas, tendo força de decisão irrecorrível, como reza o art. 836 da CLT. Ficou estabelecido na sentença exequenda que "*transitada em julgado a presente decisão, disporá a reclamada do prazo de 15 dias para pagamento da quantia líquida devida ao reclamante, independentemente de intimação, sob pena de não o fazendo, ser majorada a condenação em 10%, iniciando-se a execução com a penhora e avaliação de bens*". No entanto, se no momento da interposição do recurso, foi efetuado o depósito integral do valor da condenação, a aplicação da multa do art. 475-J ficou esvaziada, e não poderia voltar a ser aplicada antes de oportunizar-se à executada complementar o valor da atualização. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./AP 01026-2008-006-08-00-5; origem: 6ª VT de Belém; julgado 26/08/2009; publicado no DEJT em 31/08/2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

B

BANCÁRIO - HORAS EXTRAS - NÃO CONFIGURAÇÃO DE CARGO DE CONFIANÇA. Não desempenhando o empregado atividades que envolvam a coordenação, supervisão ou fiscalização, com subordinados sob seu comando, ou ao menos que envolvam especial confiança entre as partes, não se configura o exercício de cargo de confiança bancária apto a enquadrá-lo na exceção do art. 224, § 2º, da CLT, fazendo jus, assim, o empregado, à jornada especial de 6 horas, devendo receber a 7ª e 8ª horas trabalhadas como extra. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00269-2009-011-08-00-2; origem: 11ª VT de Belém; julgado 02/09/2009; publicado no DEJT em 11/09/2009; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

C

CATEGORIA DIFERENCIADA. APLICABILIDADE DOS INSTRUMENTOS COLETIVOS. HORAS EXTRAS INDEVIDAS. Não pode o empregado pertencente a uma categoria profissional, pleitear benefícios previstos em acordo coletivo firmado por outra categoria. O reclamante era trabalhador externo e não trabalhava no comércio varejista portanto, não há como aplicar-lhe norma coletiva direcionada aos trabalhadores no comércio. Portanto improcedente o pleito de horas extras. (ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 00383-2009-119-08-00-1; origem: 4ª VT de Ananindeua; julgado em 12/08/2009; publicado no DEJT em 18/08/2009; Relator: Desembargador LUIS J. J. RIBEIRO)

CONCILIAÇÃO. CONFIGURAÇÃO DO INADIMPLEMENTO. Comprovado o inadimplemento do ajustado entre as partes, são aplicáveis as penalidades estipuladas. Agravo improvido. (ACÓRDÃO TRT/1ªT/AP 01336/2008-008-08-00.2; origem: 8ª VT de Belém; julgado 07/07/2009; publicado no DEJT em 10/07/2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR DE JUROS E MULTA. Não há que se falar em juros moratórios e multa por atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias, haja vista que apenas com o trânsito em julgado da decisão é que nasce o crédito trabalhista e, simultaneamente, o crédito previdenciário, nos termos do art. 276 do decreto regulamentar nº 3.048/99. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./AP 03471-2006-114-08-00-0; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado 05/08/2009; publicado no DEJT em 12/08/2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. EXECUÇÃO. VALOR. PORTARIA MPAS 296/2007. O valor mínimo fixado pela Portaria MPAS 296/2007, baseado no princípio da insignificância, é aplicável em relação às contribuições previdenciárias executadas na Justiça do Trabalho, vez que, apesar da competência desta especializada para a execução, há que se considerar o princípio da economia processual, como disposto no Provimento nº 02/2002 deste Tribunal Regional.(ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 00294-2008-011-08-00-5; origem: 11ª VT de Belém; julgado 02/06/2009; publicado no DEJT em 04/06/2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

D

DANO MORAL. PRESSUPOSTOS ESSENCIAIS. NÃO-COMPROVAÇÃO. Para obter êxito na pretensão de ressarcimento por dano moral, o obreiro precisa comprovar a presença dos pressupostos essenciais e delineadores da responsabilidade civil aquiliana, quais sejam, o dano por ele efetivamente suportado, a culpa do empregador e o nexo de causalidade entre o evento danoso e o ato culposo, do qual não se desincumbiu. Recurso provido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 01768/2008-012-08-00.2; origem: 12ª VT de Belém; julgado 07/07/2009; publicado no DEJT em 10/07/2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRABALHO. INDEFERIMENTO. Se o empregado ao ser admitido já apresentava perda auditiva, não havendo provas do agravamento da doença, impossível o reconhecimento do acidente de trabalho, passível de

indenização por danos morais. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 00841-2007-002-08-00-0; origem: 2ª VT de Belém; julgado 12/05/2009; publicado no DEJT em 15/05/2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE ATO DO PODER PÚBLICO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO INCOMPETENTE. EFEITOS. São nulos os atos praticados ao amparo da Lei estadual n. 1.160, de 26.12.2007, do Estado do Amapá, posto que o ente público em questão, exorbitou os limites de sua competência ao declarar nulos atos praticados pelo liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil para proceder à liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá-BANAP, não podendo tal lei gerar qualquer tipo de efeito ou direito, seja para os antigos empregados do BANAP como a terceiros. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00140-2009-205-08-00-9; origem: 4ª VT de Macapá; julgado 21/07/2009; publicado no DEJT em 31/07/2009; Relatora: Juíza Relatora Convocada MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO)

DEMANDA ADVINDA DA RELAÇÃO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Nas hipóteses em que o profissional liberal - ramo de engenharia, no caso - atua como pessoa física, obrigando-se a prestar serviços à determinada pessoa física ou jurídica (contrato para execução de obra sob regime de empreitada), nos termos das alterações introduzidas no art. 114 da Constituição da República pela Emenda Constitucional n.45/2004, é da Justiça do Trabalho a competência para conciliar, instruir e julgar os litígios advindos do contrato firmado, porque se está diante de uma relação de trabalho, em que figura, como prestador dos serviços, o profissional liberal, pessoa física, e como tomador, uma outra pessoa física ou jurídica. A aplicabilidade imediata do dispositivo constitucional não está condicionada à existência de previsão legal, especificando as controvérsias inerentes à relação de trabalho, conforme decidido pelo Juízo de origem. Recurso provido para modificar a sentença. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00370-2008-015-08-00-8; origem: 15ª VT de Belém; julgado 20/01/2009; publicado no DEJT em 23/01/2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

DEPÓSITO RECURSAL. TRABALHADOR. CONDENAÇÃO. EXIGÊNCIA. DESERÇÃO. I - No processo trabalhista, o depósito recursal "não tem natureza jurídica de taxa de recurso, mas de garantia do juízo recursal, que pressupõe decisão condenatória ou executória de obrigação de pagamento em pecúnia, com valor líquido ou arbitrado". Inteligência do art. 899, § 1º, da CLT, c/c o art. 8º, da Lei nº 8.542, de 23.12.1992 (Instrução Normativa nº 3/1993, do C. TST). **II -** Em caso condenação em pecúnia, exige-se, em regra, tanto da empresa quanto do trabalhador, se condenado, a realização do depósito recursal, sob pena de deserção do apelo. **III -** O depósito recursal não se confunde com as custas processuais (art. 789, da CLT). (ACÓRDÃO TRT/2ª T./AG/AI 01037-2008-012-08-01-0; origem: 12ª VT de Belém; julgado 06/05/2009; publicado no DEJT em 25/05/2009; Prolator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

1) DESVIO DE FUNÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS. Tendo a reclamante provado que exercia as atribuições inerentes à função de gerente administrativa e que recebia a remuneração de Chefe de Serviço F, faz jus às diferenças salariais respectivas e seus reflexos. Recurso provido. **2) INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VIOLAÇÃO À HONRA E BOA FAMA. DISPENSA IMOTIVADA.** Ainda que a reclamante tenha sido dispensada sem justa causa, se o contexto em que foi realizada a dispensa

revelou que a empregadora flagrantemente extrapolou o seu poder diretivo e colocou a empregada em situação constrangedora e humilhante perante os demais empregados, o que repercute na sociedade, comprometendo a boa fama e a imagem da reclamante, deve pagar-lhe indenização por dano moral. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 01123-2008-003-08-00-9; origem: 3ª VT de Belém; julgado 16/06/2009; publicado no DEJT em 19/06/2009; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

DEVOLUÇÃO DE ABONOS SALARIAIS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. JUROS DE MORA. DESCABIMENTO. Tratando-se de uma situação peculiar onde, trabalhadores aposentados (autores da reclamação), que já vivem com dificuldades financeiras inerentes a sua condição de inativos, estão sendo compelidos a devolver parcela de natureza trabalhista que receberam de boa-fé, por força de decisão judicial, não podem ser tratados como simples devedores de parcela de natureza alimentícia. Como não deram causa à demora, não podem ser penalizados com o pagamento de juros de mora. (ACÓRDÃO TRT-8ª/1ª.T/ AP 01448-2000-012-08-00-5; origem: 12ª VT de Belém; julgado 12/05/2009; publicado no DEJT em 15/05/2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

E

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUTENTICAÇÃO DE CÓPIAS (ART. 830. da CLT. NOVA REDAÇÃO). I - Incumbe ao patrono da parte formalizar, no prazo recursal, a autenticação do documento apresentado, sob pena de preclusão, haja vista que o art. 830, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 11.925, de 17 de abril de 2009 - que entrou em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação (DOU de 17.04.2009) -, hoje estabelece que "o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal". Se essa providência não foi tomada em tempo hábil, não há como acolher a autenticidade da cópia, como pretende a embargante, nem tampouco reabrir novo prazo para a parte suprir o procedimento que deixou de realizar na oportunidade adequada. **II -** Devem ser rejeitados os embargos de declaração, à falta de qualquer vício na prestação jurisdicional. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./ED/RO 02047-2008-117-08-00.0; origem: 2ª VT de Marabá; julgado 23/09/2009; publicado no DEJT em 28/09/2009; Relator Regimental: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENTE PÚBLICO. PRAZO EM DOBRO. A Fazenda Pública tem prazo em dobro para recorrer, nos termos do disposto no artigo 188 do CPC e do Decreto-Lei nº 779/196 e, tendo os embargos de declaração natureza de recurso, o prazo é de 10 dias. Recurso provido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 00317/2007-015-08-00.6; origem: 15ª VT de Belém; julgado 10/08/2009; publicado no DEJT em 14/08/2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

EMBARGOS DE TERCEIRO. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO PORQUE DESACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. A EMENDA DETERMINADA NÃO FOI ATENDIDA. De acordo com o disposto no art. 1.050 do CPC, "o embargante, em petição elaborada com observância do disposto no art. 282, fará a prova sumária de sua posse e a qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas". Um dos documentos indispensáveis à propositura de uma ação de Embargos de Terceiro *é a prova da apreensão do bem que o embargante pretende seja liberado*. No presente caso não existe essa

comprovação, não se sabe se houve de fato apreensão de algum bem pertencente à embargante. É bom lembrar que a ação de embargos de terceiro é uma ação autônoma, com autuação própria e, mesmo sendo incidental ao processo do trabalho em sua fase de execução, a ela se aplica o Código de Processo Civil, porque a CLT não regula essa espécie de ação. A petição inicial, de acordo com a regra que acima transcrevemos, tem que observar o disposto no art. 282 do CPC. E nos termos desse dispositivo a petição inicial indicará "as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados". Essa prova poderá ser realizada ou mediante certidão expedida pelo juízo que determinou a apreensão do bem ou por fotocópia autenticada do mandado correspondente. Não sendo produzida, a inicial deverá ser indeferida, pois desacompanhada de documento indispensável ao ajuizamento da ação (CLT, art. 787; CPC, arts. 283 e 295, VI). (PROCESSO TRT 8ª/2ªT./AP 01518-2008-011-08-00.6; origem: 11ª VT de Belém; julgado 09/09/2009; publicado no DEJT em 18/09/2009; Relator: Desembargador JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES)

EMPREGO PÚBLICO. INDISPENSÁVEL O CONCURSO. CONTRATO NULO. Se a reclamada é pessoa jurídica de direito privado, criada e organizada através de lei emanada, por pessoa jurídica de direito público - Estado do Amapá e seus estatutos exigem a aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, para a contratação celetista. Porém, a exigência legal não foi atendida, correta a sentença. Recurso improvido. (PROCESSO TRT/3ª T/RO 00694-2008-202-08-00-0; origem: 2ª VT de Macapá; julgado em 03/06/2009; publicado no DEJT em 16/06/2009; Relator: Desembargador LUIS J. J. RIBEIRO)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS. PROGRESSÕES SALARIAIS. As prerrogativas da Administração Pública direta e indireta encontram limites não apenas no art. 37 da Constituição Federal, mas também em princípios como a motivação de seus atos, a razoabilidade, a finalidade e o interesse público (art. 2º, "caput", da Lei nº 9.784/99). A motivação é uma exigência do Estado de Direito, ao qual é inerente o direito a uma decisão fundada, motivada, com explicação dos motivos, sob pena de desvio ou abuso de poder. Nesse norte, competia à reclamada indicar, fundamentadamente, as razões pelas quais deixou de conceder progressão salarial à empregada que implementou os requisitos necessários à obtenção do direito, nos termos do Plano de Carreira, Cargos e Salários, regulamento interno que aderiu ao contrato de trabalho mantido entre as partes.(ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00029-2009-012-08-00-4; origem: 12ª VT de Belém; julgado 02/06/2009; publicado no DEJT em 04/06/2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PROGRESSÕES DEVIDAS AOS EMPREGADOS PELA IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Da complexidade resultante das regras do PCCS, extrai-se que, da parte do empregador, devem ser cumpridas condições para concessão de progressões horizontais: promoção de três em três anos - requisito tempestividade -, disponibilidade financeira - requisito lucratividade - e ato da diretoria, consistente em reunião deliberativa para tanto. Esta última revela que as concessões de progressões - por merecimento e por antiguidade - vêm a ser atos unilaterais de liberalidade do empregador, de natureza benéfica, que são interpretados restritivamente, à luz do artigo 114 do Código Civil. Assim, se as concessões postuladas devem resultar, também, de ato facultativo patronal, e se a reunião deliberativa não foi implementada, não são devidas as diferenças salariais requeridas pelo reclamante. (ACÓRDÃO TRT

8ª / 3ª T./RO 00083-2009-014-08-00-2; origem: 14ª VT de Belém; julgado 24/06/2009; publicado no DEJT em 02/07/2009; Relator: Desembargador MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO)

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DELEGADO SINDICAL. Empregado não submetido a processo eletivo nos termos do art. 522, caput da CLT não tem direito à estabilidade provisória do art.8º, VIII, da CF e 543, § 3º da CLT, eis que, além de não satisfazer o requisito legal, tal garantia é exclusiva dos exercentes de cargos de direção no sindicato. Inteligência da OJ nº 369, da SBDI-1 do Colendo TST. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00430-2009-103-08-00-1; origem: VT de Altamira; julgado 02/09/2009; publicado no DEJT em 11/09/2009; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DO SÓCIO-GERENTE OU ADMINISTRADOR DA EXECUTADA. POSSIBILIDADE. A empresa deixou de funcionar no endereço indicado e desapareceu sem deixar nova direção, é presumivelmente considerada como desativada e irregularmente extinta, o que autoriza a responsabilização do sócio-gerente, a quem cabe provar não ter agido com dolo, culpa, fraude ou excesso de poder. (ACÓRDÃO TRT-8ª/1ª.T/AP 00728-2008-009-08-00-0; origem: 9ª VT de Belém; julgado 26/05/2009; publicado no DEJT em 29/05/2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

F

FRAUDE À EXECUÇÃO. Para que seja configurada a fraude à execução faz-se necessário que a transferência do imóvel acarrete uma das situações previstas no art. 593 do CPC, o que não se vislumbra no caso em tela. Tendo o reclamante recebido mais de 50% de seu crédito líquido, não há como se configurar situação de insolvência à época da transferência do imóvel. *Recurso improvido.* (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 01247-2003-004-08-00-6; origem: 4ª VT de Belém; julgado 23/09/2009; publicado no DEJT em 02/10/2009; Relatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

G

GRÁFICO. DIFERENÇAS SALARIAIS. Se a empresa demandada tem como atribuição, por força de contrato administrativo firmado com o Poder Público Estadual, confeccionar as Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH), é indubitável que esse relevante serviço de impressão gráfica integra também a sua atividade principal, em cuja área trabalhava a reclamante, daí o direito às diferenças salariais e reflexos assegurados em normas coletivas da categoria dos trabalhadores nas indústrias gráficas. (ACÓRDÃO TRT 2ª T./RO 01504-2008-011-08-00-2; origem: 11ª VT de Belém; julgado 05/08/2009; publicado no DEJT em 10/08/2009; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Quando um ou mais de um estabelecimento de ensino, tendo, embora, cada um deles, personalidade jurídica própria, estiverem sob controle ou administração de outro, denotada pela presença de sócios comuns e pela imposição do método de ensino e da marca de um deles, constituindo grupo econômico, serão, para os efeitos do contrato de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00619-2007-013-08-00-1; origem: 13ª VT de Belém;

julgado 26/08/2009; publicado no DEJT em 01/09/2009; Relator: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR)

H

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. NÃO OBRIGATORIEDADE. Não está o juiz obrigado a homologar qualquer acordo apresentado pelas partes, principalmente quando fica convencido de que, na realidade, o ajuste representa tentativa de burlar direitos em prejuízo à parte hipossuficiente. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 01651-2008-003-08-00.8; origem: 3ª VT de Belém; julgado 15/09/2009; publicado no DEJT em 09/10/2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

HORAS EXTRAS. Exclui-se o pagamento das horas extras, pois a empresa reclamada adota o banco de horas, através do qual o empregado quando labora horas extraordinárias as compensa por meio de folgas, ocorrendo o mesmo em relação a domingos trabalhados. (PROCESSO TRT/ 3ª T./ RO 00477-2009-101-08-00-2; origem: 1ª VT de Abaetetuba; julgado em 17/06/2009; publicado no DEJT em 23/06/2009; Relator: Desembargador LUIS J. J. RIBEIRO)

I - HORAS EXTRAS. Afastada a prova da jornada de trabalho por meio dos cartões de ponto juntados aos autos, e uma vez comprovado o labor em sobrejornada, defere-se o pedido da 7ª (sétima) e 8ª (oitava) horas trabalhadas, como extras, que devem ser remuneradas no percentual de 50% (cinquenta porcento) sobre a hora normal. **II - DESVIO DE FUNÇÃO.** Provado que a reclamante exercia outras funções diversas daquelas descritas em seus contracheques, correta a decisão que defere o desvio de função pleiteado. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00064-2008-012-08-00-6; origem: 12ª VT de Belém; julgado 24/04/2009; publicado no DEJT em 04/05/2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

I

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - ACIDENTE DE TRABALHO QUE RESULTA NA MORTE DO EMPREGADO - ESPÓLIO - LEGITIMIDADE. O espólio do empregado falecido tem legitimidade para pleitear indenização por danos morais em virtude de acidente de trabalho. (ACÓRDÃO TRT 8ª/1ª T/ RO 00721-2006-015-08-00-9; origem: 15ª VT de Belém; julgado 12/05/2009; publicado no DEJT em 26/06/2009; Relator: Desembargador MARCUS LOSADA)

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. FASE PRÉ-CONTRATUAL. Havendo prova nos autos que o proprietário da reclamada tratou o reclamante de forma grosseira e humilhante quando estava sendo entrevistado, deve ser mantida a sentença que deferiu indenização por dano moral em valor módico, haja vista que a reclamada não estava obrigada a contratar efetivamente o candidato ao emprego, dispondo do poder discricionário de submeter à entrevista vários candidatos e contratar aquele que melhor atendesse ao perfil por ela exigido para o cargo. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 00740/2009-101-08-00.3; origem: 1ª VT de Abaetetuba; julgado 07/10/2009; publicado no DEJT em 19/10/2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. Confessado pelo representante da reclamada que o autor sofreu acidente de trabalho em atividade que não era de sua responsabilidade, resultando em seqüela, inclusive estética, deve a empresa reparar os danos causados, nos termos dos arts. 186 e 927 do Código Civil. (ACÓRDÃO TRT/1ª T./RO 01093-2008-107-08-00-4; origem: 1ª VT de Marabá; julgado em 30/06/2009; publicado no DEJT em 17/07/2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. O fato gerador da obrigação é a data do reconhecimento do direito ao lesado, ou seja, a data da sentença ou do acórdão que declarou a existência do ato ilícito e condenou o agressor ao pagamento da indenização. Daí que a correção monetária deve incidir a partir da data do pronunciamento judicial. *In casu*, a agravante requer que a atualização incidente na verba citada, tenha como início o mês do ajuizamento da reclamatória, o que se dá provimento. (ACÓRDÃO TRT 1ª T. / AP 00924-2007-111-08-00-9; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado 22/09/2009; publicado no DEJT em 28/09/2009; Relatora: Juíza Relatora Convocada MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO)

ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI Nº 8.177/1991. APLICABILIDADE. DÉBITO TRABALHISTA. Se o objeto da demanda diz respeito a débito trabalhista, ressarcimento de valores pagos a título de verbas rescisórias e a título de multa de 40% sobre o FGTS, é aplicável o disposto na Lei nº 8.177/91, que estabelece os critérios de atualização monetária e juros de mora. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00006-2009-004-08-00-5; origem: 4ª VT de Belém; julgado 29/09/2009; publicado no DEJT em 02/10/2009; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

J

JUSTA CAUSA - INSUBORDINAÇÃO - NÃO CARACTERIZAÇÃO. Se a empresa reclamada instituiu, para todos os seus empregados, o pagamento de um bônus mediante o cumprimento de um plano trimestral de redução de custos - isto sem explicitar, previamente ou ao longo do trimestre, as metas a serem atingidas - criou um clima de incerteza e insegurança nos trabalhadores, dando azo a que estes, justificadamente, exigissem explicações a respeito, antes de assumirem suas atividades diárias, mormente depois de ter sido adiada a data para o pagamento do referido bônus, paralisação que, por ter sido ordeira e temporária, não caracterizou a insubordinação autorizadora da rescisão motivada do contrato de trabalho. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01442-2008-124-08-00-3; origem: VT de Xinguara; julgado 31/07/2009; publicado no DEJT em 14/08/2009; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

JUSTIÇA DO TRABALHO - SERVIDORA ADMITIDA ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO - INCOMPETÊNCIA. Nada obstante a reclamante tenha trabalhado para o ente público através de contrato administrativo, o período reclamado se refere àquele em que a mesma já ocupava cargo público, através de concurso público, o que afasta a competência desta Justiça Especializada, conforme entendimento do STF na ADIn 3395.(ACÓRDÃO TRT 8ª/1ª T/ RO 01233-2008-104-08-00-5; origem: VT de Breves; julgado em 10/08/2009; publicado no DEJT em 21/08/2009; Relator: Desembargador MARCUS LOSADA)

M

MEMBRO DA CIPA - ESTABILIDADE - EXTINÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS. A extinção das atividades produtivas, ainda que mantidos poucos empregados responsáveis pelo encerramento contábil e documental, autoriza a dispensa do empregado membro da CIPA, ante a autorização legal, normativa e jurisprudencial, consoante art. 165 da CLT, item 5.26 da NR-5 do MTE e Súmula nº 339, II, do C. TST. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00593-2009-001-08-00-3; origem: 1ª VT de Belém; julgado 02/09/2009; publicado no DEJT em 11/09/2009; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

P

I. PEDIDO DE DEMISSÃO. NULIDADE. Pleitear a nulidade do pedido de demissão, ao argumento de ameaça de dispensa por justa causa, procede, não se tratando de mero arrependimento, uma vez que o preposto da empresa confessou em juízo que, realmente, ocorria atraso no pagamento dos salários; de igual modo, confirmado pelas testemunhas o atraso no fornecimento de vale-transporte e as ameaças de dispensa por justa causa quando os empregados reclamavam seus direitos. **II. RESCISÃO INDIRETA.** Considerando-se que o salário tem natureza alimentícia e que os riscos da atividade econômica são de responsabilidade do empregador (art. 2º da CLT), o atraso constante no pagamento dos salários enseja a rescisão indireta do contrato de trabalho. (ACÓRDÃO TRT/1ª T./RO 01148-2008-008-08-00-4; origem: 8ª VT de Belém; julgado em 24/04/2009; publicado no DEJT em 08/05/2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

PEDIDO DE DEMISSÃO - NULIDADE - INDEFERIMENTO. O reclamante não provou qualquer coação que justificasse a nulidade do seu pedido de demissão, sobretudo quando comprovado ter sido o responsável pelo desvio de valores no caixa que operava na reclamada. (PROCESSO Nº TRT 8ª - 1ª T/RO 01099-2008-118-08-00.5; origem: VT de Redenção; julgado em 10/08/2009; publicado no DEJT em 18/09/2009; Relator: Desembargador MARCUS LOSADA)

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA". I - O pedido é genérico, pois o requerente não indica a identificação das partes e do(s) número(s) do(s) respectivo(s) processo(s), pendente(s) de julgamento neste E. Tribunal, em que pretende ver instaurado o incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos da legislação processual pertinente (art. 896, § 3º, da CLT; arts. 476 a 479, do CPC; arts. 161 a 164, do Regimento Interno do TRT-8ª). **II -** Não se trata propriamente de "*incidente* de uniformização de jurisprudência", mas de "pedido de uniformização de jurisprudência", apresentado em tese e desvinculado de processo(s), devidamente identificado(s), que esteja(m) sob julgamento de órgão(s) deste E. Tribunal Regional. **III -** Rejeita-se o "pedido de uniformização de jurisprudência", apresentado pelo suscitante, por desatender as normas processuais e regimentais. (ACÓRDÃO TRT PL/IUJ 00192-2009-000-08-00.7; julgado 25/06/2009; publicado no DEJT em 29/06/2009; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

I - PENHORA. EXCESSO. NÃO CONFIGURAÇÃO. A empresa agravante não consegue demonstrar o excesso de penhora, limitando-se ao campo das alegações. Decisão agravada que se mantém. **II - IMPENHORABILIDADE. BEM MÓVEL. ARTIGO**

649, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO APLICAÇÃO À ATIVIDADE EMPRESARIAL. A atividade empresarial não é albergada pela norma contida no art. 649, V do CPC (antes inciso VI), já que não se enquadra no conceito jurídico de "profissão". Desse modo, não há que se falar em impenhorabilidade de bens móveis pertencentes à executada, com base no referido preceito legal.(ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 00240-2008-111-08-00-8; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado 30/06/2009; publicado no DEJT em 03/07/2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

PETROBRAS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REAJUSTE SALARIAL. EXTENSÃO PARA OS INATIVOS. Tendo em vista a natureza de aumento geral de salários, estende-se a complementação de aposentadoria dos ex-empregados da Petrobras benefício concedido, via norma coletiva, indistintamente a todos os empregados da ativa, ainda que prevista a concessão de aumento de nível salarial "avanço de nível". Trata-se de reajuste salarial camuflado, devendo ser preservada a paridade entre ativos e inativos assegurada no art. 41 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. Turma/ RO 01265-2008-009-08-00-4; origem: 9ª VT de Belém; julgado 08/09/2009; publicado no DEJT em 18/09/2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. CONTRATO DE TRABALHO VIGENTE. PRESCRIÇÃO. Estando o pacto laboral em curso, a prescrição não pode ser total, o que afasta a aplicação da Súmula nº 275, item I, do C. TST. *In casu*, o descumprimento do Plano de Classificação de Cargos e Salários renova-se, anualmente, desde 1988, de tal sorte que a prescrição a ser aplicada é a parcial, alcançando apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, nos termos do disposto no art.7º, inc. XXIX, da CF/88. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. Turma/ RO 02443-2008-205-08-00-X; origem: 4ª VT de Macapá; julgado 14/07/2009; publicado no DEJT em 17/07/2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

PRESCRIÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL. CÔMPUTO. DOENÇA DO TRABALHO. O pleito de pagamento de indenização por dano moral e material associado a doença ocupacional, na espécie doença de trabalho (osteoartrose do joelho esquerdo), tem como marco inicial da prescrição a ciência inequívoca da incapacidade laboral, tendo em vista a consolidação das lesões e impossibilidade de reabilitação, fatos geradores do referido direito. (ACÓRDÃO TRT/4ª T./RO 01413-2008-202-08-00-2; origem: 2ª VT de Macapá; julgado 08/05/2009; publicado no DEJT em 13/05/2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE. CLÁUSULA CONTRATUAL DE REGULAMENTO EMPRESARIAL. ATO DE LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. O regulamento interno da empresa, através do qual se obriga a conceder promoções aos seus empregados, constitui ato de liberalidade, comportando interpretação restritiva. Assim, para se configurar o inadimplemento da obrigação deverá o empregado demonstrar o preenchimento dos requisitos ensejadores da promoção, ou seja, interstício máximo de 3 (três) anos de efetivo exercício, deliberação da diretoria, lucratividade. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00125-2009-109-08-00-8; origem: 1ª VT de Santarém; julgado 12/08/2009; publicado no DEJT em 19/08/2009; Relatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

R

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA DEVEDORA PRINCIPAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. O benefício concedido pelo *caput* do art. 6º, da Lei 11.101/2005, é restrito à massa falida, em recuperação judicial e ao sócio solidário, não abrangendo outros devedores subsidiários ou solidários do título executivo trabalhista. O prazo da benesse é de 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis, contado do deferimento do processamento da recuperação. Agravo improvido. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00345-2006-106-08-00-0; origem: VT de Castanhal; julgado em 20/05/2009; publicado no DEJT em 01/06/2009; Relator: Desembargador LUIS J. J. RIBEIRO)

I - RECURSO ORDINÁRIO. INTEMPESTIVIDADE. PRÉ-PROTOCOLO. A opção feita pela parte deve ser única e não promover alternância de meios, pena de gerar verdadeiro tumulto processual. O aviso feito ao juiz de que havia utilizado pré-protocolo não elide a intempestividade, porque a remessa do apelo via peticionamento eletrônico não foi apresentada. **II -** Não pode a parte dispor do prazo conferido aos atos praticados pelo sistema de informática para apresentar recurso ordinário. Estabeleceu-se, no caso, a preclusão lógica, pois a agravante praticou ato processual incompatível com o eleito anteriormente, abdicando espontaneamente do peticionamento eletrônico. **III -** Cabe às partes zelar pelo bom andamento do feito, em atenção ao princípio da segurança jurídica, que permeia o Direito, inclusive o do Trabalho. Portanto, correta a decisão *a quo* que negou seguimento ao recurso ordinário da agravante, inexistindo afronta ao art. 5º, XXV, LIV e LV, da Lei Maior. (ACÓRDÃO TRT/1ª T./AIRO 01601-2008-114-08-01-5; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado em 30/06/2009; publicado no DEJT em 17/07/2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

REPRESENTANTE COMERCIAL. VÍNCULO DE EMPREGO. Uma vez constatado que as atividades do obreiro estavam sob a supervisão da empresa, posto que suas vendas submetiam-se sistematicamente à análise de crédito por parte desta, bem como o percebimento de sua remuneração estava condicionado à apresentação de relatório de vendas, inequívoca a subordinação do trabalhador. Assim sendo, não há como rotulá-lo de autônomo, porquanto notório o vínculo de emprego entre as partes, inteligência do art. 3º da CLT. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01725-2007-003-08-00-5; origem: 3ª VT de Belém; julgado 25/03/2009; publicado no DEJT em 14/04/2009; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. OBRIGAÇÃO JÁ SATISFEITA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. O reclamante não demonstrou seu interesse de agir, pois pretende obter uma obrigação já satisfeita pelo reclamado espontaneamente, não havendo litigiosidade, visto que a reserva de poupança já foi reconhecida pelo reclamado e está habilitada no Juízo competente, sendo a pretensão da inicial justamente a habilitação do crédito atualizado junto à 1ª Vara Cível Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, que já foi satisfeita. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 01914/2008-011-08-00.3; origem: 11ª VT de Belém; julgado 05/08/2009; publicado no DEJT em 12/08/2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

RODOVIÁRIO. I - RECURSO DA RECLAMADA. DIFERENÇAS SALARIAIS. O depoimento do reclamante é suficiente para a rejeição dos pedidos da inicial, tanto

porque não confirmou os valores recebidos a título de "produção", quanto porque declarou fato gerador diverso do que foi noticiado na peça de ingresso. **II - RECURSO DO RECLAMANTE.** A peça recursal não se encontra disponibilizada, na íntegra, no sistema de Protocolização Eletrônica deste TRT, em descumprimento ao art. 9º da Resolução 352/2006, do Regional. Decretada a deserção, não se conhece do recurso do obreiro. (ACÓRDÃO TRT 8ª / 3ª T./RO 01778-2008-012-08-00-8; origem: 12ª VT de Belém; julgado 12/08/2009; publicado no DEJT em 21/08/2009; Relator: Desembargador MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO)

S

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO. NECESSIDADE DE PROCESSO SELETIVO. Os Serviços Sociais Autônomos, embora sejam entidades não consideradas integrantes da administração direta, são incentivadas pelo Poder Público, mediante subvenção garantida por meio da instituição compulsória de contribuições parafiscais. Logo, administram verbas decorrentes de contribuições parafiscais, pelo que gozam de uma série de privilégios próprios dos entes públicos, como à exigência de processo seletivo para a seleção de pessoal. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 01266-2008-001-08-00-8; origem: 1ª VT de Belém; julgado 28/07/2009; publicado no DEJT em 04/08/2009; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

SÓCIO. DESLIGAMENTO DA SOCIEDADE. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS. LIMITAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES ANTERIORES AO DESLIGAMENTO. Ao se desligar da sociedade, o sócio responde pelas obrigações perante terceiros até dois anos depois de averbada a alteração do contrato social. Porém, a responsabilidade limita-se às obrigações anteriores ao desligamento, conforme se depreende do disposto pelos artigos 1.003, parágrafo único e 1.032, do Código Civil Brasileiro. (ACÓRDÃO TRT/SE-I/MS 00025-2009-000-08-00-6; julgado 27/08/2009; publicado no DEJT em 31/08/2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

T

TRABALHO EXTERNO - HORAS EXTRAORDINÁRIAS - DEFERIMENTO. O trabalho externo excluído da proteção do capítulo da CLT destinado à duração do trabalho é aquele que mostre ser incompatível a fixação de horário de trabalho, o que não foi o caso do reclamante, razão pela qual são devidas as horas extraordinárias. (PROCESSO Nº TRT 8ª - 1ª T/RO 00310-2007-015-08-00.4; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 10/08/2009; publicado no DEJT em 18/09/2009; Relator: Desembargador MARCUS LOSADA)

I - TRCT. RESSALVA. DESNECESSIDADE. A falta de ressalva no TRCT quanto à quitação das verbas ali descritas não é um empecilho para a percepção de diferenças de parcelas rescisórias, nos termos do item I da Súmula de n. 330 do C. TST. A Súmula nº 330 refere-se à parcela expressamente consignada. Assim, deve se conceder eficácia liberatória não ao título da parcela quitada, mas ao valor pecuniário efetivamente recebido pelo empregado, segundo entendimento jurisprudencial pacífico dos Tribunais do Trabalho, eis que deve se aplicar a interpretação mais benéfica ao empregado. **II - SALÁRIO BASE. VERBAS RESCISÓRIAS.** Nos termos do art. 457, § 1º, da CLT e no art. 477 da CLT, a base de cálculo das verbas rescisórias deve ser a maior remuneração percebida pelo empregado. (ACÓRDÃO TRT/1ª T./RO 01158-

2008-115-08-00-6; origem: VT de Santa Izabel do Pará; julgado em 15/09/2009; publicado no DEJT em 28/09/2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

U

UTILIZAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO. PORTARIA N. 540/2004. INCLUSÃO DO NOME DO EMPREGADOR NO CADASTRO. PROCEDIMENTO LEGAL. Verificada a identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas de escravo, aquando da fiscalização procedida pelos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, há de se considerar legal a medida relativa ao procedimento de inclusão do nome do empregador na lista de cadastro negativo, porquanto a situação revolve matéria que afronta princípios e direitos fundamentais do cidadão, atreladas ao trabalho escravo, cuja luta pela erradicação permanece. (ACÓRDÃO TRT/1ªT/ RO 02118-2008-117-08-00-4; origem: 2ª VT de Marabá; julgado 29/09/2009; publicado no DEJT em 02/10/2009; Relatora: Juíza Relatora Convocada MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO)

V

VÍNCULO EMPREGATÍCIO - INEXISTÊNCIA. É de ser mantida a sentença quando é inequívoco que a contratação através de empresa interposta foi legítima, não havendo que se falar na fraude argüida pelo reclamante, bem como no reconhecimento de vínculo de emprego diretamente com a empresa tomadora. (ACÓRDÃO TRT 4ªT. / RO 00255-2009-121-08-00-4; origem: 3ª VT de Ananindeua; julgado 22/09/2009; publicado no DEJT em 28/09/2009; Relatora: Juíza Relatora Convocada MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO)

ISSN 0100-1736

DOUTRINA • JURISPRUDÊNCIA • LEGISLAÇÃO

REVISTA DO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 8ª REGIÃO

R. TRT - 8º Região | Belém | v. 39 | n. 77 | Julho/Dezembro - 2006

NOTICIÁRIO

CAMPUS VIRTUAL

O Portal de Educação a Distância do TRT-8ª (http://campusvirtual.trt8.jus.br) proporcionou, em 2009, oportunidades de aprimorar os conhecimentos de seus participantes ofertando diversos cursos virtuais, decorrentes de parceria firmada entre o Tribunal e o Senado Federal/Interlegis, dentre os quais:

- *Fundamentos de Educação a Distância* - 11 de maio a 06 de junho de 2009. Tutora: Zilá do Socorro do Carmo Martins Pereira.
- *Pregão Eletrônico* - 24 de agosto a 02 de outubro de 2009. Tutor: Herlon Carlos Ribeiro Pereira.
- *Práticas de Orçamento Público* - 21 de setembro a 30 de outubro de 2009. Tutor: Norma Cristina Diniz Barroso.
- *Noções Básicas de Administração* - 21 de setembro a 30 de outubro de 2009. Tutor: Maria Cristina da Paz Gemaque.
- *Licitações e Contratos* - 21 de setembro a 30 de outubro de 2009 (2ª Turma). Tutor: Paulo André Pessoa da Silva.
- *Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal* - 28 de setembro a 30 de outubro de 2009. Tutor: Marilson Silva.
- *Busca da Qualidade* - 28 de setembro a 06 de novembro de 2009. Tutor: Rodopiano Rocha da Silva Neto.
- *Lei de Responsabilidade Fiscal Avançado* **-** 09 de novembro a 11 de dezembro de 2009. Tutor: Marilson Silva.

CONCILIAÇÃO

Mês da Conciliação

Em junho/2009, as Varas do Trabalho da 8ª Região - 16 em Belém e 29 fora da sede - não mediram esforços para alcançar bons resultados no Mês da Conciliação: o saldo foi de 55,31% processos conciliados, superando a meta prevista pelo Planejamento Estratégico do Tribunal, fixada em 45%. O total das conciliações, no primeiro e no segundo grau, incluindo os precatórios acordados no mês, fechou em cerca de R$15 milhões, com mais de R$ 1 milhão recolhidos aos cofres da União, a título de INSS.

Tendo como filosofia “Conciliar é a maneira mais humana de dirimir um conflito”, a 8ª Região concluiu o primeiro semestre de 2009 com índice superior ao de 2008, quando os processos conciliados chegaram a 41,12%.

Semana Nacional de Conciliação - Meta 2

Desde agosto, todas as Varas da Justiça do Trabalho da 8ª Região começaram a receber material de divulgação da Semana Nacional de Conciliação, alinhando-se à Meta 2, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça, com o tema: “Bater recordes é garantir direitos”. O evento aconteceu no período de 14 a 18 de setembro de 2009. Para o TRT-8ª, o clima foi de continuação, afinal, em junho, a 8ª Região promoveu o seu Mês da Conciliação.

O cumprimento da Meta 2: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores)” visa assegurar o direito constitucional à razoável duração do processo judicial, o fortalecimento da democracia, além de eliminar os estoques de processos responsáveis pelas altas taxas de congestionamento.

Durante a Semana, 7 dos 8 processos pendentes na fase de conhecimento não puderam entrar em pauta em razão de pendências de laudos periciais realizados

por outras instituições. Com o reduzido número de processos entrados até 2005, em fase de conhecimento, foco da Meta 2 do Judiciário Nacional, as Varas Trabalhistas da 8ª Região colocaram em pauta, também, processos desse período na fase de execução.

Estatística de processos conciliados:

Setembro - Semana Nacional de Conciliação: Meta 2 (*fase de conhecimento)* - 1ª VT de Abaetetuba (01). Mais 27 em fase de execução - 1ª VT de Belém (8), 3ª VT de Macapá (7), 2ª VT de Marabá (4), 3ª VT de Belém (2), 2ª VT de Belém (1), 4ª VT de Belém (1), 5ª VT de Belém (1), 12ª VT de Belém (1), 1ª VT de Ananindeua (1) e VT de Santa Izabel do Pará (1).

Meta 2: Outubro - VT de Laranjal do Jari-Monte Dourado (02); Novembro - 3ª VT de Belém (01), VT de Laranjal do Jari-Monte Dourado (05). Assim, a 8ª Região Trabalhista cumpriu a Meta 2.

AMATRA 8 PROMOVE CURSOS

Sentença Trabalhista

Vinte pessoas participaram do Curso de Sentença Trabalhista, promovido pela AMATRA 8, no período de 6 de junho a 16 de julho de 2009, tendo como instrutores os magistrados Maria de Nazaré Medeiros Rocha, titular da 7ª VT de Belém, e Ney Stany Morais Maranhão, juiz do trabalho substituto.

Um dos objetivos do curso foi preparar os candidatos do Concurso Público C-319, destinado ao provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região, para a prova prática. A metodologia utilizada foi explanação teórica e prática acerca da sentença trabalhista; fornecimento de apostilas; apresentação de *slides*; elaboração de sentenças em ambiente simulado de concurso, com posterior correção; comentários às sentenças elaboradas, inclusive com orientações pessoais; apresentação de quadro de desempenho individual ao longo do curso, com orientações finais dos instrutores.

Prova Oral do C-319

De 13 a 17 de agosto de 2009, aconteceu o curso preparatório para a prova oral, destinado aos candidatos do Concurso C-319, para cargos de Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região, ministrado pelo desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho, presidente da AMATRA 8, e pela juíza Paula Maria Pereira Soares, titular da 15ª VT de Belém e vice-diretora da EMATRA VIII.

O objetivo geral do curso foi auxiliar os candidatos a estabelecer um diálogo interdisciplinar visando transmitir confiança e o melhor aproveitamento do conhecimento adquirido. Na parte prática do curso foram feitas simulações de prova oral, com perguntas sobre pontos do programa, sorteados previamente, sendo filmadas para análise individual e conjunta.

JUSTIÇA ITINERANTE FLUVIAL NO AMAPÁ

O Fórum Trabalhista de Macapá participou, pela primeira vez, de expedição itinerante para levar a prestação jurisdicional até o arquipélago do Bailique, localizado na costa do Estado do Amapá, distante 12 horas de barco da cidade de Macapá, integrando-se ao projeto de Justiça Itinerante Fluvial, realizado pelo Tribunal de Justiça do Amapá, iniciado em 1992, com o objetivo de levar jurisdição às comunidades interioranas, acessíveis apenas por via fluvial.

Bailique, com acesso por 185 km navegáveis pelo Rio Amazonas, é formado por oito ilhas com área de 1.700 km^2, incluindo água e continente, e uma população de 7.000 habitantes, espalhados por 32 comunidades. A economia é baseada na pesca, em atividades extrativistas e no comércio em empresas de cunho familiar.

No barco de dois andares do TJE "Tribuna-A Justiça a Bordo", do projeto coordenado pela Comarca de Macapá, a equipe da Justiça do Trabalho da 8ª Região-Fórum de Macapá, integrada pela juíza substituta Meise Oliveira Vera e pelos servidores Samuel Veiga Silva e Walter Pantoja do Amaral, partiu na madrugada do dia 14 de junho de 2009, domingo, e enfrentou um longo percurso até seu destino. Também participaram da viagem instituições que já faziam a itinerância.

No primeiro dia de atividade (2ª-feira - 15.06), a Justiça do Trabalho prestou atendimento no Centro Comunitário da Vila Progresso, ocasião em que um dos reclamantes relatou não haver procurado seus direitos anteriormente devido ao custo de deslocamento até Macapá. No decorrer da manhã, foram prestadas orientações trabalhistas e cumprido um mandado de penhora em processo em trâmite no Fórum Trabalhista de Macapá. No período da itinerância, até 20.06, foram atendidas quatro comunidades do arquipélago: Vila Progresso, Livramento, Itamatatuba e Ipixuna Miranda.

Como medida pedagógica e de esclarecimento, os participantes do Fórum Trabalhista de Macapá concederam entrevistas à rádio local.

NOVOS TUTORES EM EAD DO TRT-8ª

Fruto de Termo de Cooperação Técnica firmado com o Senado Federal/ Programa *Interlegis,* servidores do TRT-8ª participaram de uma variedade de cursos que os capacitaram a ministrar, aos demais servidores da 8ª Região, já no 2º semestre de 2009, inúmeras oportunidades de ensino a distância, por meio do Plano Anual de Capacitação do TRT-8ª e do *Campus Virtual*.

Na segunda quinzena de junho, no Laboratório de Informática do Tribunal, aconteceram os seguintes cursos: Aplicação/Customização da Plataforma Moodle (1º módulo), de 17 a 19.06.2009; Capacitação em Elaboração de Material Didático para EAD, dias 22 e 23.06.2009; Tutoria no Ensino a Distância, dias 24 e 25.06.2009.

JUSTIÇA SOLIDÁRIA MARABÁ

Com espírito solidário, servidores, magistrados e voluntários de vários órgãos e serviços de Marabá realizaram, pelo segundo ano consecutivo, o Projeto Justiça Solidária naquele município da Região Sul do Pará, no dia 20 de junho de 2009.

Aproximadamente 3.000 pessoas foram ao evento, que prestou mais de 5.000 atendimentos, com emissão de documentos, serviços jurídicos, médicos e odontológicos, dentre outros. O grande diferencial do projeto em relação ao de Belém, foi a realização de 500 casamentos, celebrados pelo pastor da Assembléia de Deus e oficializados por ato de 4 juízes de Direito, no ginásio de esportes do SESI-Marabá.

A iniciativa do Fórum Trabalhista de Marabá, com apoio do TRT-8ª, em parceria com o SESI-Marabá e a Prefeitura Municipal, teve a colaboração de 27 entidades e voluntários de diversas instituições públicas e privadas e deixou a certeza de que a função social da Justiça do Trabalho não se restringe à resolução dos conflitos trabalhistas entre empregados e empregadores, mas vai além, ao levar atendimento a uma população carente, em busca de cidadania.

Após a abertura do evento, o juiz Francisco Milton Araújo Júnior, diretor do Fórum Trabalhista de Marabá, lançou o livro de sua autoria "Doença Ocupacional e Acidente de Trabalho - Análise Multidisciplinar".

TRT DOA BENS À COMUNIDADE

Em cerimônia simples, no dia 22 de junho de 2009, na Sala de Despachos da Presidência do Tribunal, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do órgão, assinou junto a representantes de instituições e associações Termo de Doação que beneficiou 9 órgãos.

Arrolados e avaliados em processos, os bens móveis, ainda em boas condições de uso, considerando suas utilizações e operacionalidades para o TRT e por se acharem inoperantes ou ociosos, em virtude da troca por equipamentos mais modernos, foram ofertados a outras instituições.

Veículos e motocicletas foram doados ao 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), à Guarda Municipal de Belém, à Prefeitura Municipal de Moju e à Escola Salesiana do Trabalho. As entidades Centro de Valorização da Criança, Prefeitura Municipal de Moju, 2º BIS, Guarda Municipal de Belém, Escola Salesiana do Trabalho, Pastoral da Criança e Preventório de Santa Terezinha receberam equipamentos de informática, como microcomputadores, impressoras, *scanner* e *notebooks*. A Secretaria do Estado da Fazenda também recebeu equipamentos de informática para o programa de inclusão digital Navegapará. Já a Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR), recebeu o acervo de exemplares dos Diários Oficiais da União e da Justiça, publicados desde a década de 1950.

"Além da prestação jurisdicional, o Tribunal do Trabalho também tem seu lado social. A doação desses bens não foi realizada para desocupar espaços, mas para que possam ser aproveitados de maneira especial, para o atendimento da demanda da população", afirmou a presidente Francisca Formigosa, durante o ato da assinatura. O tenente-coronel Marcos de Sá Affonso da Costa, comandante do 2º BIS, agradeceu em nome das instituições, ressaltando o exemplo dado pelo Tribunal com o bom zelo pela coisa pública.

VARA ITINERANTE

Gurupá

Com o objetivo de melhorar o acesso à Justiça do Trabalho nos municípios mais afastados, a VT de Laranjal do Jari/Monte Dourado, pela primeira vez, implementou um grupo móvel para receber reclamações no município de Gurupá.

O atendimento iniciou dia 22 de junho de 2009 e estendeu-se até o dia 26 seguinte. Para essa ação, foram deslocados dois servidores, sendo um responsável pela Tomada de Reclamações e um oficial de justiça, para realizar as diligências e notificações. No final de julho, a Vara Itinerante voltou a Gurupá, para realizar as audiências das reclamações recebidas na primeira etapa da ação.

Curuá e Alenquer

De 08 a 11 e de 15 a 18 de setembro de 2009, a VT de Óbidos realizou etapa inicial de itinerância nos Municípios de Curuá e Alenquer, para receber reclamações trabalhistas e realizou atendimento presencial naquelas cidades.

Em Curuá, no Salão Paroquial, os servidores Raimundo José Imbelloni e Maria de Fátima Moreira foram os responsáveis por prestar 33 atendimentos, todos pedidos de informações. Já em Alenquer, o Fórum Cível da cidade cedeu uma sala para a equipe, que efetuou 65 atendimentos.

No dia 15 de outubro, após 1 mês da itinerância em Alenquer, o titular da VT de Óbidos, juiz Jáder Rabelo de Souza, acompanhado dos servidores Renato Canto e José Augusto, estiveram naquela cidade para realizar as audiências agendadas

durante o período de reclamações. Dos 11 processos em pauta, 7 foram conciliados (63,63%), somando R$23 mil arrecadados aos trabalhadores.

LANÇAMENTO DE LIVROS

Direito do Trabalho no STF e *Trabalho da Mulher - Homenagem a Alice Monteiro de Barros*

No dia 22 de junho de 2009, duas obras do desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Direito do Trabalho no STF e Trabalho da Mulher - Homenagem a Alice Monteiro de Barros - foram lançadas durante o 49º Congresso de Direito do Trabalho da LTr Editora, em São Paulo. No evento, o desembargador Georgenor Franco Filho proferiu palestra sobre "A Nova Lei do Estágio".

Direito do Trabalho no STF traz importantes decisões comentadas da mais alta Corte Jurídica do país, referentes ao exercício de 2008, sobre Direito Individual, Coletivo e Processual do Trabalho, Serviço Público e Previdência Social, dentre outros temas de interesse geral. A coletânea alcança seu 12º ano de publicação ininterrupta.

Trabalho da Mulher - Homenagem a Alice Monteiro de Barros, obra coletiva, coordenada pelo professor Georgenor Franco Filho, reúne artigos de 16 jurisconsultos brasileiros versando sobre temas polêmicos, como o Trabalho da Mulher, um dos focos preferidos da homenageada, que é uma das maiores juristas brasileiras.

Doença Ocupacional e Acidente de Trabalho - Análise Multidisciplinar

Em manhã de autógrafos, o juiz Francisco Milton Araújo Junior, titular da 2ª VT de Marabá, lançou o livro "Doença Ocupacional e Acidente de Trabalho - Análise Multidisciplinar", no dia 26 de junho de 2009, no Espaço Cultural Ministro Orlando Teixeira da Costa. O magistrado é mestre em Direito do Trabalho pela Universidade Federal do Pará e especialista em Higiene Ocupacional pela Universidade de São Paulo.

Na ocasião, usou da palavra a presidente do Tribunal, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, que destacou as qualidades e a competência do juiz, lembrando um dissídio, realizado às vésperas do Natal, em 24 de dezembro, demonstrando a sensibilidade do titular da 2ª VT de Marabá para solucionar conflitos. O procurador regional do Trabalho José Claudio Monteiro de Brito Filho, orientador da dissertação de mestrado do autor, base do livro, ressaltou as qualidades do juiz e escritor Francisco Milton para a pesquisa e elaboração do trabalho.

No livro, também lançado durante o Projeto Justiça Solidária Marabá, no dia 20 de junho de 2009, o autor transfere sua experiência, por meio de uma linguagem didática e abrangente. Analisa as profundas transformações nas relações sociolaborais e as respectivas repercussões na tutela da saúde, higiene e segurança do trabalho. Neste contexto, analisa as principais lesões ocupacionais de ordens física e psicológica, enfatizando o enquadramento jurídico do dano sofrido e as formas de reparação, de modo a realizar profícua análise da teoria da responsabilidade civil e da responsabilidade penal.

O evento contou com o apoio do TRT-8ª Região, EMATRA VIII, AMATRA 8 e LTr Editora.

1º CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM GESTÃO DE ESCOLAS JUDICIAIS

De 23 a 25 de junho de 2009, na Sala de Aulas da EMATRA VIII, aconteceu o 1º Curso de Formação de Formadores em Gestão de Escolas Judiciais, promovido

pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho-ENAMAT.

O curso foi ministrado por videoconferência, transmitido de Brasília/DF, para todas as Escolas de Magistratura Trabalhista de todas as Regiões do Brasil. No TRT-8ª, participaram do evento oito magistrados e dois servidores, ligados à diretoria da EMATRA VIII-biênio 2007/2009.

DESENVOLVENDO A CIDADANIA CORPORATIVA

O Seminário Desenvolvendo a Cidadania Corporativa, que integra o Plano Anual de Capacitação do TRT-8ª (PAC), aconteceu de 23 a 26 de junho de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, e trouxe à discussão importantes temas como Valores Institucionais, Ética, Clima Organizacional e Planejamento Estratégico Institucional.

O Seminário teve como facilitadores a juíza Paula Maria Pereira Soares, titular da 15ª VT de Belém, e Rodopiano Rocha da Silva Neto, assessor de planejamento e gestão, especialista em Informática e Educação pela Universidade do Estado do Pará - UEPA.

CAMPANHA PELA VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA

A AMATRA 8 lançou, no dia 24 de junho de 2009, o manifesto da Campanha pela Valorização da Magistratura, aprovada em Assembléia Geral, com objetivo de esclarecer a população sobre a necessidade de ter um Poder Judiciário forte e estável, para a consolidação da cidadania. A 8ª Região é pioneira e idealizadora da campanha, que deverá ser estendida a outras regiões do país.

Na ocasião, estiveram presentes, o presidente da AMATRA 8, desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, o presidente da Associação dos Magistrados do Pará-AMEPA, juiz Paulo Roberto Ferreira Vieira, e o presidente da ATEP, advogado Bernardino Greco, além de outros magistrados, que prestaram apoio à causa.

ACADEMIA ARTÍSTICA E LITERÁRIA DE ÓBIDOS

Aconteceu no dia 25 de junho de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, a solenidade de instalação da Academia Artística e Literária de Óbidos-AALO, sob a presidência do jurista do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Célio Simões de Souza.

Dos 40 acadêmicos investidos em suas respectivas Cadeiras, 34 receberam as opalandas e condecorações na cerimônia. Os demais tomaram posse em solenidade realizada no dia 23 de julho seguinte, em Óbidos, a “Cidade Presépio”.

Fundada em 27 de março de 2009, a Diretoria e o Conselho Fiscal da Academia para o biênio 2009/2011 foi empossada em 16 de abril de 2009, sendo Presidente Célio Simões de Souza e Vice-Presidente o desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, do TRT-8ª.

Além da instalação da Academia e a condecoração dos imortais, a AALO outorgou os títulos de Membros Honorários e Grandes Beneméritos, escolhidos entre personalidades com contribuição elevada e significativa para a cultura obidense e para os objetivos da Academia. Os homenageados: Membros Honorários: o médico Manuel Ayres, Podalyro Amaral de Souza e o ministro do TST Rider Nogueira de Brito. Grandes Beneméritos: o professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza

Franco, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, Hélcio Amaral de Souza e a desembargadora Sonia Maria de Macedo Parente.

Em momento especial, foi outorgado pela Câmara Municipal de Óbidos, por proposição do vereador Francisco Soares de Aquino Filho, o título de "Cidadã Obidense", à presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Formigosa, que desempenhou o cargo de Presidente da então Junta de Conciliação e Julgamento daquela cidade.

2ª SEMANA DO MEIO AMBIENTE DO TRT-8ª

2ª Caminhada Ecológica

Na manhã do sábado, 27 de junho de 2009, um grupo de aproximadamente 300 pessoas participou da 2ª Caminhada Ecológica do TRT-8ª, no Parque Ambiental do Utinga, abrindo a programação da Semana do Meio Ambiente do TRT-8ª, que se estendeu nos dias 29 e 30 seguintes, na sede do Tribunal.

Em contato direto com a natureza, o aroma da floresta e a beleza dos lagos do grande manancial do parque, o grupo participou de trilha ecológica e das explicações dos guardas florestais sobre o meio ambiente. Na ocasião, foi realizado o sorteio de bicicleta oferecida pela CREDIJUSTRA.

Participaram da caminhada a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª e presidente da Comissão de Gestão Ambiental do TRT-8ª, o desembargador José Maria Quadros de Alencar, a juíza Maria Vitória Torres do Carmo, titular da Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente do TJE/PA e os pesquisadores do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Ganem Amiden Neto e Pedro Henrique de Pádua Amorim, de Brasília, além de servidores e familiares.

Feira Ambiental

Nos dias 29 e 30 de junho de 2009, esteve montada Feira Ambiental, no *hall* do Tribunal, com *stands* de ONGs Ambientalistas, que expuseram seus trabalhos e produtos. O Serviço Integrado de Saúde do TRT-8ª-SIS realizou exames laboratoriais e medição de massa corporal.

Cine Ambiental

Na tarde do dia 29 de junho de 2009, houve a exibição do filme-documentário "Uma Verdade Inconveniente", ganhador do "Oscar" de melhor documentário em 2007. Na ocasião, sorteio de bicicleta, ofertada pela ASTRA 8.

Agenda Ambiental A3P

Na tarde do dia 29 de junho de 2009, durante a 2ª Semana do Meio Ambiente, houve a assinatura conjunta pela presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, e pelo presidente do TJE-PA, Rômulo José Ferreira Nunes, do Termo de Adesão à Agenda Ambiental A3P, do Ministério do Meio Ambiente.

Foi a primeira vez que duas instituições do Judiciário brasileiro se uniram para realizar este ato de compromisso e de consciência ambiental. A cerimônia, que também lançou o "Prêmio Qualidade Ambiental do TRT-8ª", foi realizada no Auditório Aloysio da Costa Chaves e trouxe a Belém o coordenador da Conferência Nacional do Meio Ambiente, Geraldo Vitor de Abreu, representando o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e os senhores Ganem Amiden Neto e Pedro Henrique de Pádua, pesquisadores do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ.

Também presentes, a vice-presidente do TJE-PA, desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, a juíza Maria Vitória Torres do Carmo, titular da Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente e presidente da Comissão do Meio Ambiente do TJE-PA, e os juízes membros da Comissão do Meio Ambiente do TJE-PA, Max Ney do Rosário Cabral e Vera Souza.

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um projeto do Ministério do Meio Ambiente, iniciado em 1999, que preconiza o combate às formas de desperdício de recursos naturais; a inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais; e a sensibilização de servidores públicos acerca dos aspectos ambientais e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho. Dezenas de instituições já aderiram à Agenda, entre Prefeituras, Universidades, Ministérios, Secretarias e órgãos do Poder Judiciário.

Prêmio Qualidade Ambiental

Também na tarde do dia 29 de junho de 2009, aconteceu o lançamento do "Prêmio Qualidade Ambiental". O Prêmio será concedido anualmente pelo TRT-8ª como reconhecimento às unidades administrativas e judiciárias que se destacarem na busca pela melhoria contínua da gestão ambiental e da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Uma vez premiada, a unidade passa a ter suas práticas divulgadas como referenciais para a transformação de outras unidades.

O Prêmio Qualidade Ambiental é mais uma das ações do TRT-8ª para estimular o cumprimento de Meta 28 de seu Planejamento Estratégico Institucional: "Beneficiar, anualmente, no mínimo 10.000 pessoas com as ações de responsabilidade socioambiental promovidas pelo Tribunal".

HONRARIAS

Cidadão de Marabá

O titular da 2ª VT de Marabá e diretor do Fórum Trabalhista daquela cidade, juiz Francisco Milton Araújo Júnior, recebeu, no dia 30 de junho de 2009, o título de "Cidadão de Marabá", outorgado pela Câmara Municipal, em razão das atividades jurisdicionais e ações sociais desenvolvidas em prol do município.

O Projeto Justiça Solidária em Marabá, atualmente na segunda versão, e o trabalho desenvolvido durante o Natal Solidário, realizado pelos integrantes do Fórum Trabalhista de Marabá, dirigido pelo magistrado, são ações de cidadania e responsabilidade social que oferecem benefícios à população do município.

O magistrado deixou registrado que a homenagem é extensiva a todos os servidores que contribuíram com o trabalho desenvolvido.

Ordem do Mérito de Dom Bosco

O TRT da 10ª Região, sediado em Brasília (DF), concedeu à juíza Maria Zuíla Lima Dutra, titular da 5ª VT de Belém, a Comenda da Ordem do Mérito de Dom Bosco, no grau "Comendador", em reconhecimento por sua contribuição ao engrandecimento do Poder Judiciário e do Direito do Trabalho. A cerimônia de outorga da insígnia ocorreu no dia 31 de agosto de 2009, na capital federal. Outro agraciado foi o ex-desembargador do TRT-8ª, hoje ministro do TST, Walmir Oliveira da Costa, que recebeu a honraria no grau "Grande Cruz".

A juíza Maria Zuíla, natural de Santarém (PA), ingressou na magistratura trabalhista em 1995, mediante concurso público em que obteve o 1º lugar. É professora do Curso de Direito na Universidade da Amazônia (UNAMA); mestre em Direitos

Fundamentais e Relações Sociais, pela Universidade Federal do Pará; e autora de diversos trabalhos jurídicos, como o livro “Meninas Domésticas, Infâncias Destruídas: legislação e realidade social”.

Medalha Intendente Antônio Lemos

A desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª, foi uma das autoridades agraciadas com a Medalha Intendente Antônio Lemos - mais alta honraria conferida pelo município -, durante solenidade de comemoração pelos 18 anos da Guarda Municipal de Belém, no dia 28 de setembro de 2009. Outros convidados receberam o diploma “Amigo da Guarda”. Dirigiu a solenidade, na Aldeia Amazônica, a inspetora-chefe da corporação, Ellen Margareth Rocha Souza.

ATUALIZAÇÃO JURÍDICA EM DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

A Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento “Itair Sá da Silva”, visando ao aprimoramento profissional dos servidores, firmou parceria com a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 8ª Região-ASTRA 8ª, para a realização de eventos de capacitação. Fruto dessa parceria, a ASTRA 8ª ofertou 40 vagas para o Seminário de Atualização Jurídica em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, realizado no período de 30 de junho a 3 de julho de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

No primeiro dia de programação (30/06), o desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho falou sobre “O Direito Internacional do Trabalho e suas Perspectivas”. No dia seguinte (01/07), a desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal tratou do tema “O Direito Civil e sua Influência na Justiça do Trabalho”. Em prosseguimento, em 02/07, “Generalidades do Processo do Trabalho” foi o assunto apresentado pelo desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes. Encerrando o evento, em 03/07, a desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury proferiu palestra sobre “Direito Comercial na Justiça do Trabalho”.

APOSENTADORIA DO MINISTRO RIDER NOGUEIRA DE BRITO

Exemplo de retidão, disciplina, dedicação e espírito público, o ministro Rider Nogueira de Brito aposentou-se após cinco décadas dedicadas ao Judiciário Trabalhista no Brasil, sendo quarenta anos de serviços prestados à magistratura.

Natural de Óbidos, no Pará, Rider Nogueira de Brito é casado e tem quatro filhos. Formou-se em Direito na Universidade Federal do Pará no ano de 1966. Passou por todos os estágios na Justiça do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá), desde sua posse como servidor, em 1959, no cargo de Técnico Judiciário, e, em junho de 1968, como Juiz do Trabalho Substituto. Promovido, por merecimento, para presidir a então Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém e, posteriormente, a 4ª de Belém. Chegou à segunda instância como Juiz Togado, em 1985. Exerceu os cargos de Vice-Presidente (1988/1990) e Presidente/Corregedor Regional (1990/1992). Convocado várias vezes para o Tribunal Superior do Trabalho, passou a integrar aquela colenda Corte, como Ministro, em dezembro de 1995, por indicação do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Foram quase 14 anos no TST, onde exerceu o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no biênio 2004/2006, e Vice-Presidente, a partir de abril de 2006. Assumiu a Presidência no período de 8/2/2007 a 1º/3/2009. No dia 26/02/2009 participou, pela última vez, da sessão da Seção Especializada em Dissídios Individuais

(SDI-1), que considera a "essência do TST", onde é uniformizado o Direito do Trabalho no país. A partir de 2 de março gozou licenças-prêmios até o dia 8 de julho de 2009, quando atingiu a idade limite para a aposentadoria compulsória.

Como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, exerceu com dinamismo seu mandato, cumprindo as metas que elegeu para sua gestão. Durante sua Administração, em 2008, a produtividade do TST cresceu 45%. O ministro Rider de Brito atribuiu o bom desempenho, principalmente, ao aumento no número de ministros na Corte, a mudanças administrativas e à informatização do Tribunal, tudo sempre visando à melhoria do atendimento aos jurisdicionados.

A Justiça do Trabalho da 8ª Região agradece ao ministro Rider Nogueira de Brito pela sua competência, integridade e comprometimento com a causa pública e social.

OUVIDORIA

O Ouvidor Regional, desembargador Luis José de Jesus Ribeiro, divulgou o relatório de atividades do 1º semestre de 2009. No documento, destaca a prioridade dada à estrutura político-administrativa da Ouvidoria após a inauguração do novo espaço, em dezembro de 2008, no *hall* do edifício sede do Tribunal, bem como a implantação das novas formas de atendimento ao público e do sistema de protocolo próprio.

Foram recebidas 689 manifestações, entre reclamações, pedidos de informações, sugestões, denúncias e elogios aos serviços prestados pelo TRT-8ª, sendo todas atendidas, respondidas ou encaminhadas às unidades competentes. Merecem destaque as 29 manifestações de elogio aos servidores e aos serviços da JT-8ª.

Os canais disponíveis aos públicos externo e interno desta Justiça Especializada para contactar a Ouvidoria são: pessoalmente (*hall* do prédio sede); telefone (4008-7250); e-mail (ouvidoria@trt8.jus.br); Spark (grupo Ouvidoria); além de urnas coletoras. Essas urnas, instaladas nos locais de grande circulação de pessoas do prédio do Tribunal e dos prédios das Varas do Trabalho de Belém, Macapá e Ananindeua são outro canal de comunicação rápido e fácil entre a instituição e os jurisdicionados, o que facilitará o acesso à Justiça do Trabalho, ampliando os mecanismos de controle e aperfeiçoamento das atividades administrativas e jurisdicionais.

O Ouvidor Regional ratificou o compromisso da Ouvidoria em contribuir para elevar os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares do TRT-8ª.

NOVOS VÍDEOS DA TRTV8 NA CN

A Central de Notícias conta com cinco novos vídeos sobre as ações do TRT-8ª. Um trata do "Lançamento do Gibi", outro do "Justiça Solidária 2009" e mais três sobre "Transmissão de Videoconferências", "Mês da Conciliação" e "Semana do Meio Ambiente". Para assisti-los, basta acessar o link: http://cn.trt8.jus.br/index.php/trtv8videos?latestnavstart=8

No endereço, é possível também acessar as outras produções da Assessoria de Comunicação Social, dentre eles: 1ª Fase do Concurso C-319, para Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região; Fórum de Gestão Estratégica do TRT8; Oficina de Gestão Estratégica; Oficina de Gestão Estratégica-Parte II; Abertura do Ano Letivo da EMATRA8 e da ECAISS; Abertura do Ano Judiciário; Posse da Presidente do TRT da 8ª Região; e Natal em Cantos 2008.

TRABALHO FORÇADO EM ENTREVISTA

O programa Balanço Geral, que foi ao ar no dia 24 de julho de 2009, às 12h, pela TV Record, teve o desembargador José Maria Quadros de Alencar como entrevistado. Falou sobre o tema trabalho forçado, análogo ao de escravo. O desembargador Alencar, grande conhecedor da matéria, prestou esclarecimentos aos telespectadores sobre as ações da Justiça do Trabalho no combate a esse problema social.

ESPAÇO CULTURAL

"Valeu Che!" - de 05 de agosto a 24 de setembro de 2009

A exposição intitulada "Valeu Che!", do artista plástico Jair Jr., trouxe cores e formas ao Espaço Cultural Ministro Orlando Teixeira da Costa, seduzindo o público pela dinâmica do olhar sobre o polêmico revolucionário Ernesto Guevara de la Serna, mais conhecido como Che Guevara.

Dezenove obras compuseram a mostra, sendo 18 telas, em técnica acrílica e mista, e 1 instalação, produzida a partir de objetos ligados à imagem de Che Guevara, constantes do acervo pessoal do desembargador curador Mário Leite Soares, um admirador do revolucionário.

Com obras vibrantes e coloridas, o imaginário do apreciador transitou pela história de Che Guevara, mostrando as múltiplas faces do personagem, desmistificando o líder revolucionário. Para Jair Junior, a exposição retratou a figura humana de Che: o médico, o amigo, a criança, o pai, o companheiro, com virtudes e falhas.

"Nazaré de todos nós" - de 28 de setembro a 02 de outubro de 2009

Baseada em projeto de pesquisa que o Museu do Círio mantém desde 1994, em conjunto com a Secretaria de Cultura do Estado, cujo principal objetivo é conhecer todos os Círios de Nossa Senhora de Nazaré que acontecem no interior do Estado, a exposição "Nazaré de Todos Nós" mostrou as peculiaridades da festa em 12 localidades paraenses (Vigia, São Miguel do Guamá, Mojú, Barcarena, Marabá, Bragança, São João Pirabas, Apeú, Macapazinho, Pitimandeua, Boa Vista e Cametá), além da capital Belém. A mostra divulgou não só as festas religiosas, mas também o que ocorre por trás dessas comemorações, como a história de cada festividade, procissões e o arraial como fator socioeconômico e cultural.

CANÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA

Acolhendo proposta da desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, diretora da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, o Pleno do TRT-8ª oficializou, em sessão de 6 de agosto de 2009, a "Canção da Escola da Magistratura" como Hino Oficial da Escola, com letra de autoria do desembargador Almir de Lima Pereira, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e música do desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca, ex-presidente do TRT-8ª, composta em 5 de setembro de 1998.

A música foi cantada, em primeira audição, na posse do desembargador Vicente Fonseca como Presidente do TRT-8ª, em dezembro de 1998, pelo Coral Desembargador Delival Nobre, do TJE-PA, sob a regência do maestro João Bosco Castro, quando também foi executado, em primeira audição, o Hino da Justiça do Trabalho, de autoria do aludido desembargador, pela Orquestra Jovem Maestro Wilson Fonseca, regida pelo maestro José Agostinho da Fonseca Neto (*Tinho*), que vieram

especialmente de Santarém (PA) para o evento. Estavam presentes, naquela ocasião, o desembargador Almir de Lima Pereira e o maestro Wilson Fonseca (Maestro Isoca), pai do compositor.

Estão disponíveis, no Portal do TRT-8ª Região, na internet, a letra, a partitura (Quarteto de Cordas), o midi e o mp3 (execução simulada por computador), além de uma pequena biografia dos autores da "*Canção da Escola da Magistratura*".

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO TRABALHISTA

Em 22 de fevereiro de 2008, o então presidente do Tribunal, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, designou Grupo de Trabalho visando à elaboração de Manual de Procedimentos das Fases de Conhecimento e Execução Trabalhista, integrado pelos juízes Océlio de Jesus Carneiro de Morais e Ney Stany Morais Maranhão e pelos servidores Nilson do Carmo Barroso, Juscelino Carvalho Araújo, Lauro Melo da Paixão Neto, Paulo Sérgio Lopes da Gama Alves e Enaemayra Duque Machado Fontoura, sob a coordenação da Corregedoria Regional, função exercida, à época, pela desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal.

Diversas reuniões aconteceram ao longo desse tempo. No dia 7 de agosto de 2009, a equipe responsável pela elaboração do manual entregou ao Corregedor Regional, desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos, o relatório final dos trabalhos.

Na oportunidade, o corregedor destacou a importância do produto, que confere maior segurança jurídica na tramitação processual, bem como assegura a razoável duração do processo, sendo disponibilizados instrumentos à adoção de procedimentos comuns. A padronização de métodos trará benefícios a juízes, servidores, advogados e, acima de tudo, ao jurisdicionado.

O manual, que materializa as ideias de uniformidade, celeridade e efetividade do procedimento, é uma das iniciativas integrantes do Plano de Gestão Estratégica 2008.

CIRENE ALBA MORRE AOS 98 ANOS

A servidora aposentada Cirene Alba de Oliveira e Silva faleceu no dia 10 de agosto de 2009, aos 98 anos de idade. Seu sepultamento ocorreu no dia seguinte (11.08), data em que se comemora a instituição dos cursos jurídicos no Brasil. Era uma das mais antigas servidoras da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

Cirene Alba ingressou na JT-8ª como escriturária, em 2 de junho de 1941, iniciando suas atividades na então 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, unidade que passou a chefiar. A aposentadoria aconteceu em 18 de julho de 1980 e, apesar de estar afastada de suas atividades profissionais, sempre demonstrou carinho, amor e dedicação pela instituição na qual trabalhou.

Constantemente presente nos eventos deste Tribunal, contando suas experiências e fatos passados, demonstrava muita alegria em estar entre os atuais integrantes da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

VIDEOCONFERÊNCIA NOS JULGAMENTOS DE RECURSOS TRABALHISTAS

O TRT-8ª inaugurou um novo momento na Justiça Trabalhista brasileira, possibilitando que, por sistema virtual de videoconferência nos julgamentos de recursos trabalhistas, advogados, diretamente da cidade onde os processos foram

originados, façam a sustentação oral junto ao Tribunal. O novo recurso reduzirá distâncias e facilitará o acesso à Justiça.

A proposta de videoconferência para a sustentação oral a distância é uma iniciativa pioneira do Tribunal, nascida na Comissão de Informática, na busca de resolver alguns dos problemas da Amazônia: as longas distâncias territoriais e dificuldades de transporte. A ideia surgiu depois que o TST disponibilizou a todos os Regionais a tecnologia para implantação da videoconferência.

A princípio, uma ferramenta para expandir o intercâmbio para capacitação e reduzir gastos em reuniões de trabalho. No entanto, o grupo da 8ª Região vislumbrou o repasse da tecnologia não somente para a sede do Tribunal, mas foi além, utilizando o meio para facilitar o acesso da justiça ao cidadão.

Ao longo dos meses de junho e julho, a própria equipe de informática do TRT-8ª instalou, em quatro Fóruns Trabalhistas (Macapá, Santarém, Marabá e Parauapebas), os equipamentos necessários ao uso da videoconferência.

Macapá

A transmissão, por videoconferência, entre a Sala de Sessões da 1ª Turma, em Belém, e o Fórum Trabalhista de Macapá, que aconteceu no dia 10 de agosto de 2009, constitui-se em um marco histórico para a Justiça do Trabalho da 8ª Região. Em Macapá, advogados realizaram sustentação oral em processos apreciados pelo Tribunal, em Belém.

Aberta em Macapá, pela presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, a transmissão contou com a presença da desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida; da juíza Tereza Cristina de Almeida Cavalcante Aranha, diretora em substituição do Fórum Trabalhista de Macapá; das juízas substitutas Núbia Soraya da Silva Guedes e Ginna Isabel Rodrigues Veras; do presidente da OAB/AP, advogado Washington Caldas; de advogados trabalhistas e servidores. Em Belém, participaram os integrantes da 1ª Turma, presidida pelo desembargador Marcus Augusto Losada Maia.

A videoconferência iniciou com ótima qualidade, monitorada pelo diretor da SETI, Théo Flexa Ribeiro Pires, que se deslocou até a capital amapaense para garantir o sucesso da transmissão. Vários advogados inscreveram-se para realizar defesa em seus processos julgados pela 1ª Turma do TRT-8ª.

Segundo a presidente do TRT-8ª, o Fórum de Macapá foi escolhido para a primeira videoconferência por se tratar de um dos locais onde há o maior número de usuários do peticionamento eletrônico.

Parauapebas

No dia 26 de agosto de 2009, a 3ª Turma do TRT-8ª Região utilizou o sistema de videoconferência com a 1ª VT de Parauapebas.

O advogado Rômulo Oliveira da Silva fez sustentação oral diretamente de Parauapebas, por meio de videoconferência, durante a sessão presidida pelo desembargador Luis José de Jesus Ribeiro. O Recurso Ordinário teve como relator o presidente da sessão e como revisor o desembargador Miguel Raimundo Viégas Peixoto.

TRT-8ª PIONEIRO NO ALINHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Pleno do TRT-8ª Região aprovou, por unanimidade, em sessão extraordinária realizada no dia 14 de agosto de 2009, a adequação do seu Planejamento Estratégico ao Plano Estratégico Nacional do Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de

Justiça (CNJ). Tal ajuste resultou do Fórum de Gestão Estratégica, ocorrido em 29 e 30.04.2009. A abrangência do Planejamento foi estendida até 2013.

De acordo com o Núcleo de Gestão Estratégica do CNJ, o TRT-8ª foi o primeiro Tribunal brasileiro a adequar seu Planejamento à Estratégia Nacional. Com isso, a 8ª Região Trabalhista cumpre a Meta de Nivelamento nº 1, estabelecida no 2º Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em Belo Horizonte-MG, no dia 16.02.2009. De acordo com essa Meta, todos os Tribunais brasileiros deverão elaborar ou adequar seu Planejamento Estratégico à estratégia nacional e aprová-los até o dia 31.12.2009.

Para cumprir sua missão de "assegurar o acesso à Justiça, de forma efetiva, na composição dos conflitos decorrentes das relações de trabalho" e alcançar a sua visão de futuro de "ser reconhecido como um dos melhores tribunais para se trabalhar e de melhores resultados", o TRT-8ª traçou objetivos estratégicos e estipulou um conjunto de metas e iniciativas estratégicas.

O Plano contém 7 objetivos, 31 metas e 64 iniciativas estratégicas, agrupadas em 4 perspectivas de gestão: sociedade; gestão de processos; aprendizado e crescimento; e gestão orçamentária e financeira. Na definição das iniciativas, foram consideradas as propostas encaminhadas por magistrados, servidores e representantes de associações; as ações do Plano de Gestão Estratégica 2008; os resultados do diagnóstico institucional, bem como algumas das ações constantes do Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário, disponíveis no sítio do CNJ.

Sociedade

Na perspectiva voltada à sociedade, o TRT-8ª pretende, entre outras metas, até 2013, reduzir para 40% a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau; elevar para 50% a taxa de conciliação na primeira instância e realizar 200 atividades itinerantes, em média, por ano.

Para o alcance dessas metas, foram definidas ações como a criação de novas Varas do Trabalho, unificação do leilão eletrônico e criação da Central de Conciliação.

Gestão de Processos

Na gestão de processos, algumas metas que se destacam são quanto ao alcance, até 2013, de 100% das decisões judiciais na forma líquida, além da redução para 120 dias o prazo médio de tramitação das ações submetidas ao rito ordinário na fase de conhecimento, em 1º e 2º Graus; além da realização de reuniões de análise da estratégia para acompanhamento dos resultados das metas institucionais.

Para isso, deverão ser feitos treinamentos sobre a liquidação de sentenças e acórdãos com as ferramentas JURISCALC e E-CALC; uniformização da jurisprudência do Tribunal; implementação de banco indexado de acórdãos e implantação do sistema de videoconferência nas unidades de fora da sede para realização de sustentação oral a distância.

Aprendizado e Crescimento

Sob a perspectiva de aprendizado e crescimento, o Regional busca com o seu Planejamento chegar, até 2013, a 75% de satisfação com os sistemas corporativos, 70% de satisfação com a comunicação interna, 80% de satisfação dos usuários com os serviços do Tribunal e publicar, anualmente, 2 ações, em média, no Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário.

Entre as ações previstas estão a implementação do Plano Anual de Comunicação; aperfeiçoamento da estrutura de funcionamento e gestão da Ouvidoria Regional; instituição do Comitê Gestor do Portal; colaboração na formação dos alunos do ensino fundamental das escolas públicas dos Estados do Pará e Amapá, informando

sobre direitos trabalhistas; Mostra Anual de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas; implementação do sistema de gestão por competências; regulamentação do novo sistema de avaliação de desempenho de servidores; Plano Anual de Capacitação de Servidores; Programa Permanente de Capacitação de Magistrados; estimular a realização de processos seletivos internos para exercício de cargos e funções comissionadas e ampliar o Projeto Justiça Solidária para os municípios jurisdicionados que tenham interesse.

Gestão Orçamentária e Financeira

Na área de gestão orçamentária e financeira, o Tribunal do Trabalho destaca a destinação de recursos orçamentários específicos para iniciativas estratégicas e à assistência judiciária gratuita.

Com vistas a esse fim, o TRT-8ª deverá elaborar banco de projetos voltados à modernização da infraestrutura física e tecnológica, fazendo levantamento das reais necessidades em cada setor; regulamentar a adoção de critérios sustentáveis a serem observados nas aquisições e contratações realizadas pelo Tribunal; e celebrar convênio com a OAB e Universidades para, sem prejuízo de franquear-se o exercício do *jus postulandi* e do direito à reclamação verbal na Justiça do Trabalho, propiciar ao interessado assistência jurídica mediante módicos honorários advocatícios.

EMATRA VIII / ESCOLA JUDICIAL DO TRT-8ª

Durante os dois últimos anos, a EMATRA VIII, sob a direção da desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, realizou vasta programação, incluindo cursos, seminários, congressos e palestras proferidas por profissionais altamente qualificados em diversas áreas, proporcionando a magistrados e também a servidores oportunidades de busca da qualificação dentro do próprio local de trabalho, cumprindo, assim, seu papel educativo e didático. Nessa gestão, foram executados diversos convênios e parcerias com instituições como Universidade Federal do Pará, UNICAMP, Fundação Getúlio Vargas, Academia Nacional de Direito do Trabalho-ANDT, Centro Universitário do Pará-CESUPA, dentre outras.

Com a desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida na direção, a Escola Judicial iniciou o segundo semestre do ano letivo de 2009 com a oferta de vários cursos de capacitação.

Confira a programação:

Curso de Administração Judiciária de Vara do Trabalho

14.08 - Módulo I, presencial. “Gestão de Pessoas em Varas do Trabalho” - facilitadora: juíza Paula Maria Pereira Soares, titular da 15ª VT de Belém.

15 a 31.08 - Módulo II, a distância. “Gestão de Processos em Varas do Trabalho” - facilitadora: juíza Melina Russelakis Carneiro, titular da 3ª VT de Ananindeua.

Ciclo de palestras “Acesso à Justiça - A Busca da Efetividade do Direito”

1º.09 - Módulo I - “Técnicas de Instrução e Julgamento” - Instrução - desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes e juíza Paula Maria Pereira Soares. Julgamento - juiz Antonio Oldemar Coêlho dos Santos. Técnicas Aplicadas na Instrução e Julgamento de Instrução - desembargador Luis José de Jesus Ribeiro.

02.09 - Módulo II - “Execução” - Incidente na Execução - juiz Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior. A Efetividade da Execução, com ênfase no arquivamento provisório e definitivo. Conciliação na fase de execução - desembargadora Pastora do Socorro

Teixeira Leal. Citação, Penhora, Fiel Depositário e outros - juíza Maria Zuíla Lima Dutra. Hasta pública: Praça, Leilão, Arrematação, Adjudicação, Dação em Pagamento - juíza Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga.

03.09 - Módulo III - "Medicina e Segurança do Trabalho" - Saúde Física e Mental: acidentes e adoecimentos ocupacionais - Tais Braga Silva, perita do trabalho. Acidente do Trabalho-Questões Processuais - juíza Maria de Nazaré Medeiros Rocha. Fixação da indenização decorrente de acidentes do trabalho - juiz Francisco Milton Araújo Júnior. Doença Ocupacional e Acidente de Trabalho - juiz Francisco Milton Araújo Júnior.

04.09 - Módulo IV - "A Efetividade do Direito Social no Brasil" - As possibilidades para a efetividade judicial dos Direitos Sociais - desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha. Os Problemas da Efetividade no âmbito da aplicação do Direito Social - desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho. Os Problemas da Efetividade no âmbito da Judicialização do Direito Social-Os limites da atuação do MPT como agente e interveniente - Procurador Sandoval Silva. A Efetividade da Justiça Social como garantia do Estado Democrático de Direito - desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca.

Espanhol instrumental II - Aulas: 16/10 a 18/12/1009 (sextas-feiras) e *Curso de Atualização Ortográfica da Língua Portuguesa* - Aulas: 19 e 26/11 e 03 e 10/12 (quintas-feiras), ministrados por Nélia de Almeida Martins, professora da Universidade Federal do Pará, com licenciatura plena em Letras, graduação em Comunicação Social e pós-graduação *Latu Sensu* em Ensino Superior.

"*Gestão de Pessoas - Qualidade de Vida no Meio Ambiente de Trabalho*" e "*Gestão de Pessoas - Habilidades de Liderança*" - 03/11/2009 - palestras proferidas pelo professor Daniel Kroeff de Araújo Corrêa, doutor em Administração com ênfase em Marketing/Estratégias Competitivas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor ganhador do Prêmio Mérito Docente FGV-2008.

FÓRUM DE MARABÁ LANÇA "PROCESSO VERDE"

O Fórum Trabalhista de Marabá (PA) lançou, no dia 19 de agosto de 2009, o Projeto "Processo Verde - Faça o seu Papel" e o Prêmio "Advogado Amigo da Natureza".

O "Processo Verde" objetiva disseminar a todos que participam das atividades jurisdicionais nos órgãos do Judiciário Trabalhista local a importância socioambiental da utilização de papel reciclado nas peças processuais, da impressão em ambas as faces do papel e da digitalização do processo mediante o uso do peticionamento eletrônico. Já o Prêmio "Advogado Amigo da Natureza" será concedido como reconhecimento aos advogados e aos escritórios de advocacia que alcançarem as metas estipuladas pelo Projeto.

A solenidade de lançamento, conduzida pelo juiz Francisco Milton Araújo Junior, titular da 2ª VT de Marabá e diretor do Fórum Trabalhista, contou com a presença do juiz João Carlos Travassos Teixeira Pinto, titular da 1ª VT de Marabá, dos juízes substitutos Eduardo Ezon Nunes dos Santos Ferraz e Maria Gizélia Lima de Barros, além de servidores e advogados que militam naquele Fórum Trabalhista.

As iniciativas estão alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional e às diretrizes do Programa TRT Ambiental.

CREDIJUSTRA PROMOVE PALESTRA SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Em comemoração aos 18 anos de fundação do SICOOB CREDIJUSTRA, a representação da Cooperativa no Pará, dirigida pelo servidor João Vasconcelos de Carvalho, realizou evento, com o apoio do TRT-8ª e da AMATRA 8, no dia 20 de agosto de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

A CREDIJUSTRA trouxe o palestrante Gustavo Cerbasi, que falou sobre o tema Planejamento Financeiro (finanças dos negócios, planejamento familiar e economia doméstica), para um público alvo formado por magistrados, servidores, estagiários e familiares.

Com larga experiência no assunto, o professor Gustavo Cerbasi é mestre em Administração e Finanças pela FEA/USP, formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização em Finanças pela Stern School of Business - New York University e pela Fundação Instituto de Administração. É autor de várias obras, dentre as quais: “Dinheiro - Os Segredos de Quem Tem” e “Casais Inteligentes Enriquecem Juntos”.

PRESERVAR A MEMÓRIA TAMBÉM É UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA

No dia 21 de agosto de 2009, o TRT-8ª sediou o Fórum Nacional em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, com a promoção do Seminário “Preservar a memória também é uma questão de justiça”, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

O evento contou com a participação de magistrados de diversos locais do Brasil, além de servidores do Judiciário, advogados, bibliotecários e arquivologistas. Na ocasião, a juíza trabalhista do Rio Grande do Sul, Magda Biavaschi, presidente do Fórum, falou sobre o tema “Processos judiciais como fonte de pesquisa”.

O presidente da comissão de gestão documental do TRT-8ª e membro do Fórum Permanente, desembargador Luis José de Jesus Ribeiro, destacou como outro objetivo do Seminário a discussão sobre a guarda e conservação de documentos processuais por meio eletrônico.

SELO MEMÓRIA

Durante o Seminário “Preservar a memória também é uma questão de justiça”, no dia 21 de agosto de 2009, aconteceu a cerimônia de lançamento, pelos Correios e pela presidência do TRT-8ª, do Selo Memória do TRT8 “Fez História!”, que passará a ser fixado nos processos judiciais e administrativos que tramitam nas 45 Varas Trabalhistas da 8ª Região, e nos que já estão no Arquivo Geral, quando o magistrado identificá-lo como de interesse histórico, probatório e informativo. Todos os documentos que receberem o selo irão integrar o acervo histórico do TRT-8ª e serão disponibilizados para consulta de pesquisadores, profissionais da área jurídica, historiadores e estudantes, entre outros.

A parceria do Tribunal com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos personalizou o Selo Memória do TRT8 “Fez História!”. A gerente regional de vendas dos Correios, Diane Ferreira da Mata, entregou a réplica do selo comemorativo aos desembargadores Luis José de Jesus Ribeiro, Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, Lygia Simão Luiz Oliveira (aposentada) e Magda Biavaschi (RS). Durante um mês, o carimbo alusivo ao TRT foi usado em todas as correspondências postadas na

agência filatélica dos Correios em Belém. Depois deste período, selo e carimbo foram encaminhados ao Museu dos Correios, em Brasília.

Durante o evento, também foi exibida a versão adesiva do selo, que será usada pela Justiça do Trabalho da 8ª Região para identificar processos com alto valor histórico e que deverão ser guardados para manutenção da memória da Justiça do Trabalho e 8ª Região.

JUSTIÇA SOLIDÁRIA 2009

O grande projeto de cidadania e responsabilidade social, realizado pelo TRT-8ª em parceria com o SESI/PA e mais de 70 instituições, aconteceu no dia 22 de agosto de 2009 (sábado), das 9h às 15h, na Praça Brasil.

Na abertura do evento, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, destacou o valoroso apoio de instituições parceiras, em especial do SESI/PA, presente desde a primeira edição. Segundo o superintendente regional do SESI/PA, José Olímpio Bastos, a parceria terá vida longa e confirmou o Justiça Solidária já como integrante do calendário de eventos daquele órgão.

O público teve a sua disposição emissão de documentos (Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento e Título de Eleitor), além de serviços na área jurídica (pedidos de separação, divórcio, reconhecimento voluntário de paternidade e certidão de nascimento de adultos, dentre outros). Na área da saúde, foram oferecidos atendimentos médicos e odontológicos, realizados em unidades móveis por profissionais do próprio TRT e diversos parceiros. Para integrar e divertir, foram disponibilizadas à população noções básicas sobre informática e acesso à internet, bem como oficinas de arte, música e atividades culturais, de lazer e lúdicas. O leilão de veículos realizado pelo Fórum Trabalhista de Belém alcançou 100% dos bens arrematados.

Uma grata surpresa teve a equipe do lanche, que conseguiu um número maior de doações de alimentos, o que possibilitou a distribuição de almoço às pessoas que ainda esperavam por atendimento nas filas.

O contingente de voluntários - 800, na 6ª versão do projeto - é um ponto essencial no bom desempenho da ação. Aqueles que se dispõem, propiciam benefícios à vida de milhares de pessoas que almejam por cidadania em busca de serviços essenciais.

A seguir, a estatística do evento: Público estimado: 6.000 pessoas, de acordo com a Guarda Municipal e Corpo de Bombeiros. Atendimentos: 13.096, além da distribuição de 4.000 pratos de sopa, 3.500 de baião-de-dois, 500 marmitas de refeição e 200 sanduíches. Atendimentos por área: Jurídico: 1.276; Saúde: 4.047; Emissão de Documentos: 1.980; Informática: 117; Educativo/Cultural: 5.676.

ATUALIZAÇÃO EM EXECUÇÃO TRABALHISTA

De 24 a 28 de agosto de 2009, o juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, titular da VT de Capanema, ministrou o Curso de Atualização em Execução Trabalhista, no Salão Nobre da Justiça Federal do Amapá, destinado aos servidores do Fórum Trabalhista de Macapá, incluindo os da VT de Laranjal do Jari-Monte Dourado.

O juiz Océlio Morais é mestre em Direito Constitucional pela UFPA e participou do 1º Curso Nacional de Formação de Formadores em Execução, na ENAMAT.

O curso integra o processo de formação continuada dos servidores do Tribunal, sob a coordenação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Itair Sá da Silva e contempla a meta projetada pelo TRT-8ª, pelo TST e pelo CNJ, no sentido de criar e promover os meios práticos à garantia da razoável duração do processo. Nesse

sentido, foi expressivamente destacada a necessidade da prolação de sentenças líquidas, a citação do reclamado e a desconsideração da pessoa jurídica na própria sentença, a efetividade da execução pela penhora *on line* e, alternativamente, a penhora sobre bens preferenciais à adjudicação.

O 2º módulo do curso "Execução Trabalhista Atualizada - efetividade na execução", voltado aos servidores das VTs de Santarém, Itaituba, Altamira e Óbidos, aconteceu de 13 a 16 de outubro, na cidade de Santarém.

NOVA DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 8ª REGIÃO

A solenidade de ratificação de posse da nova Diretoria e do Conselho Consultivo e de Programas da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, eleita para o biênio 2009/2011, aconteceu no dia 28 de agosto de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves. Eleitos em sessão do Tribunal Pleno, de 8 de junho de 2009, os novos membros tomaram posse, administrativamente, nos dias 30 de junho e 23 de julho de 2009.

A então Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região (EMATRA VIII) foi instituída e regulamentada como órgão de preparação e formação para a magistratura, bem como aperfeiçoamento e qualificação de Magistrados da Justiça do Trabalho.

Nos termos da Resolução TRT nº 281/2009, considerando a Recomendação nº 01/2009, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), foi alterado o nome da EMATRA VIII para "Escola Judicial do TRT da 8ª Região".

Dirigiram a EMATRA VIII, os desembargadores Georgenor de Sousa Franco Filho, Rosita de Nazaré Sidrim Nassar e Suzy Elizabeth Cavalcante Koury.

Foram confirmados como novos membros da Escola: desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida (diretora); juíza Paula Maria Pereira Soares (vice-diretora). Conselho Consultivo e de Programas: desembargadores Vicente José Malheiros da Fonseca, Luiz Albano Mendonça de Lima e José Edílsimo Eliziário Bentes (representantes de magistrados de 2º Grau); juíza Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga (representante de juízes titulares de Varas da sede); juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais (representante de juízes titulares de Varas de fora da sede); e juíza Odaíse Cristina Picanço Benjamim Martins (representante de juízes substitutos).

Na ocasião, usaram da palavra, a presidente do TRT-8ª desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, abrindo a cerimônia; a desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, ex-diretora da EMATRA VIII, que entregou o balanço de sua gestão; o desembargador Vicente Fonseca apresentou o perfil dos novos membros da Escola Judicial; e, finalizando, a desembargadora Sulamir Almeida, nova diretora da Escola.

Durante a cerimônia, o Quarteto Maestoso, composto por violinos, viola e violoncelo, executou a "Canção da Escola da Magistratura", com letra composta pelo desembargador Almir de Lima Pereira e música do desembargador Vicente Malheiros, oficializada como Hino Oficial da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, em 6 de agosto de 2009. A canção também foi interpretada pelo Coral Adulto da JT-8ª, regido pelo maestro Elias Carvalho, acompanhado da pianista Adriana Azulay. A Banda de Música do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, regida pelo subtenente Manacés, em mais uma apresentação nesta Justiça do Trabalho, executou os hinos oficiais.

GESTÃO DE PESSOAS

Trabalho em Equipe, Relacionamento e Competências Interpessoais no Trabalho, Comunicação Organizacional e Gestão do Clima Organizacional foram

alguns dos temas tratados no curso Gestão de Pessoas, ministrado pelo instrutor/facilitador João Batista Neto, analista judiciário lotado no Serviço de Distribuição do Fórum Trabalhista de Macapá. Iniciado em 31 de agosto de 2009, prosseguindo até 4 de setembro, o curso capacitou 30 servidores lotados naquele Fórum Trabalhista.

TRT-8ª LANÇA GIBI EDUCATIVO SOBRE DIREITOS TRABALHISTAS

Salário Mínimo, assinatura da Carteira de Trabalho, 13º salário, pagamento de horas extras... estes são apenas alguns dos temas tratados no gibi "A Justiça do Trabalho em suas mãos", editado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Pará e Amapá.

A revistinha, produzida pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal, utiliza linguagem simples, com ilustrações coloridas e personagens criados especialmente para cativar o leitor. A revista tem argumento de Antônio Sérgio Pinto dos Santos (ASCOM8) e de Fernando Brito, e desenhos de Fernando Brito.

A história conta um dia na vida de Oitavinho e sua família. As explicações sobre os direitos trabalhistas acontecem de forma didática, a partir do momento em que Oitavinho descobre que sua filha passará por uma entrevista para o primeiro emprego. O livrinho traz, ainda, um breve histórico da Justiça do Trabalho, jogo dos sete erros e de perguntas.

Durante a sessão do Tribunal Pleno, realizada no dia 3 de setembro de 2009, a presidente do Tribunal, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, apresentou o gibi aos demais membros da Corte e destacou que a criação faz parte das ações para cumprimento da Meta 18 do Planejamento Estratégico do TRT-8ª, que pretende "elevar para 70% o nível de conhecimento institucional, até dezembro de 2013".

No dia 27 de outubro seguinte, o TRT-8ª lançou o gibi na Escola Salesiana do Trabalho, durante palestra proferida pela presidente do Tribunal. Para complementar a iniciativa, os magistrados passarão a visitar escolas para ministrar aulas sobre os Direitos Trabalhistas utilizando a revistinha como material didático.

O TRT-8ª já desenvolve o Projeto "Visitas Monitoradas", destinado a estudantes e associações que vêm ao Tribunal, entretanto, desta vez, os magistrados sairão dos gabinetes para o local onde o cidadão se encontra. O Projeto, chamado "TRT na Escola", visa colaborar na formação dos alunos das escolas públicas dos Estados do Pará e Amapá, informando sobre direitos trabalhistas, assim como repassando informações sobre a missão, a estrutura e o funcionamento da Justiça do Trabalho.

I ENCONTRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

De 9 a 11 de setembro de 2009, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho realizou o I Encontro de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, no Auditório do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, reunindo representantes do CNJ, do TST e dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho para discutir os desafios existentes na atividade da Justiça do Trabalho e os caminhos para sua superação.

Entre os objetivos do evento: a integração entre magistrados e servidores de todas as Cortes Regionais, a troca de experiências e a adesão às orientações previstas pelo CNJ, quanto à implantação dos respectivos planejamentos estratégicos. O encontro também ratificou a necessidade do trabalho com base em metodologias que orientem e estabeleçam prioridades para os projetos e os investimentos da Justiça do Trabalho.

No primeiro dia (09/09), foi apresentado o Planejamento Estratégico do TRT da 8ª Região. A desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª, falou da sua satisfação em compartilhar a experiência do Tribunal num momento

histórico para a Justiça do Trabalho. Em seguida, o assessor de Planejamento e Gestão do Tribunal, Rodopiano Rocha da Silva Neto, apresentou as etapas do processo de construção do Planejamento Estratégico Institucional, com destaque para os resultados já alcançados. Também ressaltou que o TRT do Pará e Amapá foi o primeiro Tribunal brasileiro a alinhar seu planejamento à estratégia nacional, cumprindo integralmente a Meta 1 do Planejamento Nacional do Poder Judiciário. O TRT 23ª Região também apresentou seu modelo de gestão.

Ao final do Encontro, os magistrados e servidores participantes aprovaram a proposta do mapa estratégico da Justiça do Trabalho, alinhada à estratégia nacional do Poder Judiciário, em cumprimento à Resolução nº 70/2009, do CNJ. A proposta será submetida à deliberação do CSJT.

IMAGEM PEREGRINA

A visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do povo paraense, ao TRT-8ª emocionou servidores e magistrados, na tarde do dia 11 de setembro de 2009.

A imagem peregrina foi recebida na entrada do Tribunal e seguiu em procissão, nas mãos da vice-presidente do TRT-8ª, desembargadora Odete de Almeida Alves, acompanhada por devotos entoando músicas e distribuindo pétalas de flores pelo caminho.

O Rito da Benção, celebrado pelo padre George, faz parte das peregrinações do Círio 2009.

CERTIDÃO NEGATIVA *ON LINE*

Focado no bom atendimento ao jurisdicionado, o TRT-8ª, com jurisdição nos Estados do Pará e Amapá, disponibilizou *on line*, desde o dia 15 de setembro de 2009, a emissão de certidão negativa de processos em execução.

O novo serviço, que atesta a ausência de débitos com a Justiça do Trabalho, acelera e simplifica o trabalho dos servidores nas Secretarias das Varas e o cidadão passa a ter acesso ao documento a partir do *site* do Tribunal (www.trt8.jus.br), no *link* "Serviços". No mesmo endereço virtual, será possível autenticar as certidões e reimprimi-las.

A iniciativa tornou-se possível graças ao esforço conjunto da Corregedoria Regional, dos órgãos de 1º Grau e da Secretaria Especial de Tecnologia da Informação do Tribunal, para que todos os processos na fase de execução tramitassem com a informação do CPF/CNPJ das partes.

Os benefícios para os jurisdicionados são muitos, entre eles, a economia financeira no recolhimento de emolumentos para as certidões solicitadas, a celeridade na obtenção da certidão e a desburocratização no procedimento, além do melhor acesso a informações da 8ª Região.

De acordo com o diretor do Serviço de Informática, Marco Aurélio Fidélis Rêgo, "o próprio sistema de acompanhamento de processos, desde 2005, ajuda nesse controle, impedindo que execuções sejam iniciadas sem a informação do CPF/CNPJ das partes, salvo com autorização do Juízo da Vara, que pode autorizar, através de sua senha particular, o início da execução de um processo sem essa informação, mas, de maneira diligente, deve buscar sanar essa lacuna durante toda a fase de execução".

Segundo a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, "com a disponibilização da certidão negativa *on line*, o Judiciário Trabalhista demonstra seu compromisso global com as metas do Conselho Nacional de Justiça,

pois vai ao encontro da Meta nº 7 ao 'tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça'", conclui.

ORDEM DO MÉRITO *JUS ET LABOR* E MEDALHA DO MÉRITO FUNCIONAL

A cerimônia anual de outorga da Ordem do Mérito *Jus et Labor* e Medalha do Mérito Funcional aconteceu no dia 16 de setembro de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

A Ordem do Mérito *Jus et Labor* encontra-se constituída em cinco graus: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro, sendo destinada a agraciar pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços ao país, à Justiça do Trabalho em geral e à 8ª Região, de modo especial. A Medalha do Mérito Funcional destina-se a premiar servidores que se tenham destacado pelos relevantes e assinalados serviços que prestam ao Estado e se distinguido no exercício de suas atividades.

Participaram do evento a Banda de Música da Guarda Municipal de Belém, regida pelo inspetor Eduardo, e os cadetes do Centro de Instrução Braz de Aguiar-CIABA, que conduziram as condecorações.

A seguir, os agraciados:

Instituição
Centro Universitário do Pará-CESUPA

Grau Grande Oficial
Odair Santos Corrêa, vice-governador do Estado do Pará (2007)
Dôglas Evangelista Ramos, presidente do TJE-AP
Decio Sebastião Daidone, presidente do TRT-2ª Região

Grau Comendador
Jeferson Luiz Pereira Coelho, vice-procurador-geral do trabalho
José Augusto Torres Potiguar, procurador-chefe da Procuradoria Regional da República no Pará
Francisca Rita de Alencar Albuquerque, desembargadora do TRT-11ª Região
Célia Regina de Lima Pinheiro, desembargadora do TJE-PA (2008)

Grau Oficial
Jônatas dos Santos Andrade, juiz titular da 1ª VT de Parauapebas
Harley Wanzeller Couto da Rocha, juiz do trabalho substituto da 8ª Região
Giovanna Corrêa Morgado Dourado, juíza do trabalho substituta da 8ª Região
Jorsinei Dourado do Nascimento, procurador do trabalho da 11ª Região
Sebastião Jorge de Macedo Castro, pastor
Raul Luiz Ferraz Filho, professor universitário e advogado
Jaciel de Moraes Papaléo Paes, advogado
Sérgio Augusto da Cruz, funcionário do SESI-PA

Grau Cavaleiro
Maria Augusta de Oliveira Barbosa, servidora (assessora de desembargador)
Daniela Chamma Farias de Souza, servidora (assistente de desembargador)
Augusto Cézar Affonso Filho, servidor (odontólogo)
Evandro Jorge Alves de Araújo, servidor (agente de segurança)

Medalha do Mérito Funcional
Ana Carla Cal Freire de Souza, Dírcio Ramos Nunes, Ediméia Silva dos Santos, Eliseu da Silva de Farias, Helder Antonio Rebelo Pontes, Helena Maria Carvalho Pereira, Lissandra Carneiro Pinagé, Lúcia de Fátima Silva Pinho, Luciana Duarte Cardoso, Lúcio Antônio da Purificação Ramos, Marlene Macedo Porfiro Bacelar, Miguel Nunes Miranda, Neide Teles Sirotheau da Fonseca, Reila Fagundes de Azevedo, Vania Maria Costa de Mendonça e Jânio Luiz Marques Trindade (2005).

DOENÇA OCUPACIONAL E ACIDENTE DE TRABALHO

No dia 24 de setembro de 2009, no Auditório da Secretaria de Saúde de Marabá, o juiz Francisco Milton Araújo Júnior, titular da 2ª VT de Marabá, ministrou a palestra "Doença Ocupacional e Acidente de Trabalho". Durante o evento, organizado pela Faculdade Metropolitana de Marabá, com a presença dos alunos daquela instituição, advogados e servidores, foram arrecadados brinquedos para a campanha "Natal Solidário", organizada por aquela VT.

NOVOS JUÍZES SUBSTITUTOS

* Tomaram posse, no dia 25 de setembro de 2009, na Escola Judicial do TRT da 8ª Região, oito novos Juízes Federais do Trabalho Substitutos da 8ª Região. Além do preenchimento das 7 vagas, previstas no edital do Concurso C-319, mais 1 vaga foi aberta, após a remoção da juíza Anelise Haase de Miranda para o TRT-1ª Região (RJ).

Em sua saudação aos novos magistrados, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, destacou que o sentimento de amor ao trabalho deve estar presente, diariamente, em cada um deles, e externou o anseio de vê-los se aposentarem na 8ª Região Trabalhista.

O desejo de ser Juiz do Trabalho motiva diversos concluintes de Direito a percorrer o Brasil para prestar concursos. Com os candidatos aprovados no C-319 não foi diferente, assim destacou o novo juiz Xerxes Gusmão, aprovado em 1º lugar.

No dia 28 de setembro, os novos juízes iniciaram Curso de Formação Inicial, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), em Brasília-DF, com duração de um mês. Depois, retornam à 8ª Região, onde concluem os estudos na Escola Judicial do TRT da 8ª Região e iniciam suas atividades nas Varas Trabalhistas.

O Concurso para Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região iniciou no mês de maio/2009, com 553 candidatos inscritos. Após passarem por 5 fases, no dia 3 de setembro, o resultado final foi homologado, com 9 aprovados. Apesar de ser o 2º colocado no concurso, Daniel Augusto Moreira, não tomou posse, pois solicitou sua reposicionamento após o último classificado.

A seguir, o nome dos novos Juízes do Trabalho Substitutos da 8ª Região: Xerxes Gusmão, Lecir Maria Scalassara, Abeilar dos Santos Soares Junior, Nágila de Jesus de Oliveira Quaresma, Guilherme José Barros da Silva, Roberta de Oliveira Santos, Adriana Lima Queiroz e Marcelo Soares Viégas.

* Em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência do Tribunal, na manhã do dia 20 de novembro de 2009, o bacharel Daniel Augusto Moreira tomou posse no cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região, em vaga decorrente da remoção da juiza Danielle Vianna Soares para o TRT-2ª Região (SP) .

A INCLUSÃO SOCIAL DO TRABALHADOR PELA VIA PREVIDENCIÁRIA

No dia 25 de setembro de 2009, o juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais ministrou a palestra "A inclusão social do trabalhador pela via previdenciária - A competência da Justiça do Trabalho para determinar averbação do tempo de serviço". O convite ao titular da VT de Capanema foi feito pela Diretoria Executiva Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá-SINDJUF-PA/AP. O evento aconteceu na sede do Sindicato, em Belém.

EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

O TRT-8ª, por meio da Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento Itair Sá da Silva-ECAISS, promoveu o Curso de Excelência no Atendimento ao Público, ministrado pelo professor do Departamento de Administração da UNB, Godofredo Gonçalves Filho.

O curso faz parte das metas estratégicas do Tribunal, focada na gestão por competências. De acordo com a Meta 22, até 2013, 100% dos processos e instrumentos aplicados no desenvolvimento de pessoas devem estar voltados para o sistema de gestão por competências. Ou seja, planejar, monitorar e avaliar ações de treinamento a partir da identificação das aptidões necessárias para que o servidor exerça determinada atividade ou função.

Programado em duas turmas, com trinta alunos em cada, a primeira desenvolveu-se no período de 28 de setembro a 2 de outubro de 2009, e a segunda, de 5 a 9 de outubro seguinte, ambas no Salão Nobre do Tribunal.

SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE DIREITO ELEITORAL COMPARADO

No dia 1º de outubro de 2009, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, integrou a mesa de abertura do Seminário Latino-Americano de Direito Eleitoral Comparado, com o tema: O papel da Justiça Eleitoral na promoção da cidadania e na consolidação da democracia. O evento aconteceu nos dias 1º e 2 de outubro, no Hangar-Centro de Convenções e Feiras da Amazônia.

ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JT

O TRT-8ª foi escolhido anfitrião do V Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, que irá ocorrer em outubro de 2010. A seleção, unânime, aconteceu no dia 9 de outubro de 2009, no TRT-3ª Região, em Belo Horizonte/MG, que acolheu, este ano, o IV Encontro, no período de 7 a 9 de outubro.

No evento, a 8ª Região esteve representada pelos desembargadores Luis José de Jesus Ribeiro e Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, eleitos, respectivamente, Conselheiro Regional e Diretora de Integração das Escolas Judiciais da JT, do Fórum Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (MEMOJUTRA), que coordena a realização dos Encontros anuais.

BANCO DO BRASIL E TRT-8ª ASSINAM CONVÊNIO E CONTRATO

No dia 13 de outubro de 2009, o Banco do Brasil, representado pelo superintende estadual, João Batista Trindade, e a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, firmaram Contrato de Cooperação

Técnica e Financeira, com objetivo de proporcionar a modernização do espaço físico e da tecnologia nas áreas meio e fim do Tribunal.

Na mesma ocasião, também foi celebrado Convênio para financiamento de imóveis a magistrados e servidores, pelo Banco do Brasil, por seu gerente geral da Agência - Setor Público, José Batista Capeloni Junior, e pelo Tribunal do Trabalho da 8ª Região.

Representando o Banco do Brasil, estiveram presentes ao evento a gerente de contas - Setor Público, Marluce Castro, e o gerente de mercado da Superintendência, Luiz Claudio Sampaio, que foram recepcionados pelo diretor geral do TRT-8ª, George Rocha Pitman Júnior, pela secretária-geral da presidência, Marcolina Paiva Amoedo, pela diretora adjunta, Neide Teles Sirotheau da Fonseca, e pela diretora administrativa, Norma Cristina Barroso.

ECAISS PROMOVE NOVOS CURSOS

A seguir, outros cursos promovidos pela Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento "Itair Sá da Silva", destinados a servidores da 8ª Região:

Curso de Atualização em Gestão de Equipes (2ª turma), de 19 a 23 de outubro de 2009, na empresa VT Transformação Humana, palestrante: Tatiana Figueiredo.

Curso de Atualização em Gramática da Língua Portuguesa e Redação Oficial (2ª turma), de 9 a 20 de novembro, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, palestrante: professor Jair Alcindo Lobo de Melo (mestre em Linguística Aplicada).

TRABALHO INFANTIL E CONCILIAÇÃO

* A titular da 5ª VT de Belém, desembargadora Maria Zuíla Lima Dutra, proferiu palestra sobre Trabalho Infantil, no dia 23 de outubro de 2009, em Campo Grande (MS), durante seminário promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Escola Superior da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e Ministério Público do Trabalho.

Com a exposição, a magistrada objetivou sensibilizar a sociedade quanto aos prejuízos acarretados pelo trabalho infantil no desenvolvimento de crianças e quanto à necessidade de proteção ao trabalho dos adolescentes, possibilitando a troca de informações para aperfeiçoamento dos operadores do direito e demais setores governamentais e da sociedade civil organizada.

* No período de 9 a 13 de novembro de 2009, a titular da 5ª VT de Belém ministrou aulas da disciplina Difusão da Cultura de Conciliação como Busca da Paz Social, aos candidatos-alunos do I Curso de Formação para o Ingresso na Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, totalizando 30 horas-aula.

SEMANA DO SERVIDOR

A Semana de Servidor 2009 foi realizada no período de 22 a 29 de outubro, com intensa programação, incluindo exames laboratoriais, feira de produtos artesanais, divulgação do resultado do Servidor Destaque Setorial 2009, Concurso de Fotografias e palestras, além de outras novidades, entre elas o *blog* da Semana do Servidor, contendo a programação, Fórum do Servidor e Mural.

No Fórum do Servidor, os participantes puderam responder e fazer comentários sobre a indagação: Você sente orgulho em ser servidor público?

O Mural do Servidor foi criado para que todas as unidades mandassem foto de seus integrantes. Exclusivamente para os servidores de fora da sede, a participação no Mural foi recompensada com a elaboração de um painel de metal, para fixação com imãs das fotos e recados da equipe, com um detalhe: a foto encaminhada será transformada em uma divertida caricatura, em forma de calendário para o ano de 2010. Para os lotados na sede, as premiações aconteceram nas palestras, durante os concursos de fotos, *show* de calouros e entre os vencedores do Servidor Destaque Setorial.

Patrocinaram o evento: ASTRA 8, CREDIJUSTRA, SINDJUF, AAJUTRA 8 e CEF.

Feirinha do Servidor

A feira de produtos artesanais teve 37 *stands*, instalados no *hall* de entrada do prédio sede do TRT-8ª, contando com artigos produzidos por magistrados, servidores, aposentados e seus familiares, além de exposição do "Programa TRT Ambiental", bem como *stands* da ASTRA 8 e CREDIJUSTRA.

Palestras

22/10 - Para abrir o evento, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, apresentou Jefferson Leonardo, conferencista, com ênfase em motivação, mudança, criatividade e atendimento, que apresentou o tema "Fazer Acontecer e Fazer por Merecer: uma questão de ATITUDE".

26/10 - Saúde do Servidor do Judiciário: "Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais" - juiz Francisco Milton Araújo Júnior, titular da 2ª VT de Marabá. "Processo Digital e suas Consequências" - Rogério A. Nedir Dornelles, pós-graduado em Medicina do Trabalho pela UFRS e assessor do SINTRAJUFE-RS.

29/10 - "Ética e Política", palestra proferida pelo professor Wesley Oliveira Collyer, juiz aposentado da 8ª Região e pós-graduado em Política e Estratégia, abrangendo os seguintes assuntos: 1. A Ética e a Política, segundo Aristóteles; 2. Ética da Convicção e Ética da Responsabilidade; 3. A crise ética que vivemos; 4. Congresso Nacional, o retrato do Brasil; 5. O cidadão, participante da coisa púbica; 6. Votar em branco, anular o voto, ou não votar?; 7. O voto ético e a exigência da ética na política.

Descarte Solidário

O projeto de responsabilidade social do TRT-8ª, "Descarte Solidário", arrecadou materiais (roupas, sapatos, eletrodomésticos, móveis, brinquedos etc.) durante a Semana do Servidor 2009, destinados à Comunidade do Aurá. Estima-se que cerca de mil famílias vivam no entrono do Lixão do Aurá, que fica nos limites dos municípios de Belém e Ananindeua.

Engajados no projeto de solidariedade do Tribunal, a TV RBA, pelo Programa Atitude, disponibilizou veículos para coleta dos bens de grande porte nas casas dos doadores.

Exames Laboratoriais e Vacinas

A Comissão de Saúde da Semana do Servidor comandou a campanha de vacinas, no dia 22/10/2009, e de realização de exames laboratoriais, de 27 a 29/10/2009, para prevenção das dislipidemias, doenças hepáticas e cardiológicas, inclusive avaliação cardiológica (com testes ergométricos).

Show de Humor

No Auditório Aloysio da Costa Chaves, no dia 28/10/2009, aconteceu o *show* "Delivery de Humor", do comediante paraense Serginho Cunha. Após, *Show* de Talentos, com a participação de servidores. Puderam se inscrever cantores, instrumentistas, compositores, comediantes e diversas outras expressões artísticas.

SERVIDOR DESTAQUE SETORIAL 2009

Além de certificado e portaria de elogio, este ano, no dia 28 de outubro de 2009, os vencedores do concurso Servidor Destaque Setorial ganharam medalha. Veja os escolhidos pelos integrantes de cada unidade: Gabinete da Presidência/Secretaria Geral da Presidência/Assessoria Jurídico Administrativa/Assessoria de Comunicação Social/Assessoria de Planejamento e Gestão - Enaemayra Duque Machado Fontoura; Gabinete da Vice-Presidência e Gabinete Desembargadora Vice-Presidente - Aline de Oliveira Silva Teixeira; Corregedoria e Gabinete do Corregedor - Rodrigo Monteiro de Oliveira; Secretaria da 1ª Turma e Gabinetes de Desembargadores - Zaudir Barbosa Pereira; Secretaria da 2ª Turma e Gabinetes de Desembargadores - Rúbia Ribeiro Reis; Secretaria da 3ª Turma e Gabinetes de Desembargadores - André Luiz Lauro; Secretaria da 4ª Turma e Gabinetes de Desembargadores - Michel de Souza Trindade; 1ª VT de Belém - Maria de Nazaré Nascimento Miléo; 2ª VT de Belém - Raimundo Santana Perdigão; 3ª VT de Belém - João Batista Silva Negrão; 4ª VT de Belém - Paulo Ney Alves Siqueira; 5ª VT de Belém - Maria Luzia da Conceição Ferreira; 6ª VT de Belém - Jofrane Lima do Nascimento Maranhão; 7ª VT de Belém - Rosangela da Silva Rocha; 8ª VT de Belém - Luciana de Fátima Oliveira Eiró do Nascimento; 9ª VT de Belém - Márcia Pereira Maciel; 10ª VT de Belém - Áurea Raimunda de Moraes; 11ª VT de Belém - Maria Lúcia dos Santos Cordovil; 12ª VT de Belém - Manoel Juscelino Castro Silva; 13ª VT de Belém - Márcia do Socorro Piani Albuquerque; 14ª VT de Belém - Eneida Marlise Limão de Oliveira; 15ª VT de Belém - Maria Aparecida Brasil Souza; 16ª VT de Belém - Narlicelia Sobral Santos; 1ª VT de Ananindeua - João Carlos Gonçalves Barbosa; 2ª VT de Ananindeua - Fernando Antonio Palheta das Neves; 3ª VT de Ananindeua - Adilson Sales de Sousa; 4ª VT de Ananindeua - Alantarso da Silva Barbosa; 1ª VT de Abaetetuba - Edinelza Ruth Alves da Mota; 2ª VT de Abaetetuba - Marta Marques Corrêa; VT de Altamira - Luiz Gonzaga Castelo Santana; VT de Breves - José Arimatéa da Costa; 1ª VT de Macapá - Daniele do Nascimento Silva; 2ª VT de Macapá - Jorge Fernando Avelar Barbosa Júnior; 3ª VT de Macapá - Eduardo Edson Cavalcante Ferreira; 4ª VT de Macapá - Sebastião Evaldo Mello Correa; VT de Castanhal - Marcos Cardoso de Oliveira; VT de Santa Izabel - Suely Quaresma Lima; VT de Paragominas - Maria Herminia Rodrigues de Oliveira; VT de Xinguara - Antonizio Fontes de Sousa; VT de Redenção - Anailton dos Reis Nascimento; VT de Laranjal do Jari / Monte Dourado - Antonio Carlos Neves Barros; VT de Capanema - Alessandra Corrêa de Souza; 1ª VT de Marabá - Cícero Lucas de Aquino; 2ª VT de Marabá - Jorge Mário de Oliveira; 1ª VT de Santarém - Ana Tereza Miléo Câmara Sirotheau; 2ª VT de Santarém - José Carlos Mota Branches; 1ª VT de Parauapebas - Andrea Cristiane Campos de Oliveira; 2ª VT de Parauapebas - Luiz Otávio Monteiro Ribeiro; 1ª VT de Tucuruí - Adriano Andrade do Rosário; 2ª VT de Tucuruí - Wilton Pantoja Quaresma; VT de Itaituba - Francisco das Chagas Silva Sousa Júnior; VT de Óbidos - Raimundo José Batista Imbelloni; Secretaria do Pleno e Seções Especializadas - Milton José Soares Ribeiro; Fórum Trabalhista de Ananindeua - Maria José Borges Paixão; Fórum Trabalhista de Macapá - Silvano Silva dos Santos; Fórum Trabalhista de Parauapebas - Manoel Socorro Pereira de Sousa; Fórum Trabalhista de Marabá - José Elísio Ferreira Pantoja de Jesus; Fórum Trabalhista de Santarém

- Lidiane Rodrigues Almeida; Fórum Trabalhista de Abaetetuba - Lúcio Dias de Lima; Fórum Trabalhista de Tucuruí - Miguel Sebastião Soares Sodré; Diretoria Geral/ Secretaria Administrativa/Seção de Engenharia/Seção de Reprodução e Impressão de Documentos - Miltoniel Narciso Sobral Santos; Central de Mandados do Fórum Trabalhista de Belém - Raimunda Nunes de Souza; Serviço de Execução Financeira e Orçamentária - André Luiz Mello Amarante; Serviço de Material e Patrimônio/ Seção de Almoxarifado - Bernardino Barros da Silva; Central de Atendimento - Carlos Augusto Pantoja Barros; Seção de Precatório - Roberto Rubens Rodrigues Santos; Seção de Arquivo Geral/Biblioteca/Depósito Público - Emanoel Garibaldi Farias de Lima; Secretaria Especial de Tecnologia da Informação - Vilma Maria Machado de Azevedo; Serviço de Auditoria e Controle Interno - Maria Luiza Figueira Cruz Rabelo; Secretaria de Recursos Humanos/Serviço de Benefícios e Pagamento de Pessoal - Maria José Costa Moda Beltrão; Serviço de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal - Rosa Maria Silva de Mendonça; Serviço Integrado de Saúde/Plano de Assistência Saúde - Virgínia Castro dos Santos; Zeladoria/Artífices/Telefonista - Martinho Dias Brito; Transporte/Segurança - Naldir Fernandes de Oliveira; Eletricidade - Iednaldo Valério Cardoso.

CONCURSO E EXPOSIÇÃO DE FOTOS

A Semana do Servidor 2009 encerrou no dia 28 de outubro, com a exposição de fotos dos selecionados no Concurso de Fotografia, no Espaço Cultural Ministro Orlando Teixeira da Costa, onde foram entregues os prêmios aos três primeiros colocados.

Em 2009, o Concurso de Fotografia foi realizado sob a curadoria do Espaço Cultural Ministro Orlando Teixeira da Costa, sobre o tema “Landi em Detalhes”. As fotos exibidas mostraram detalhes de obras arquitetônicas de Antônio Landi no Estado do Pará, realçando a técnica e o estilo do artista.

As fotografias selecionadas ilustrarão o Calendário 2010 do TRT-8ª e ficaram expostas no Espaço Cultural de 28 de outubro a 18 de dezembro de 2009. Os três primeiros colocados, escolhidos por júri composto pelas fotógrafas profissionais Walda Marques e Bárbara Freire e pela arquiteta Elna Trindade, integrante do Fórum Landi, receberam prêmios de R$ 1.000,00, R$ 600,00 e R$ 400,00.

Os vencedores do 4º Concurso de Fotografias do TRT-8ª foram: 1º lugar - Marise Maués Gomes - POR INSPIRAÇÃO GREECO-ROMANA; 2º lugar - Luiz Eduardo Pereira dos Santos - TORRE; 3º lugar - Mauro Antonio Chaves Raiol - DETALHE DE LANDI NA IGREJA DO CARMO.

ANTÔNIO LANDI

Antecedendo o Concurso de Fotografias “Landi em Detalhes”, realizado durante a Semana do Servidor 2009, que culminou com a exposição dos trabalhos no Espaço Cultural Ministro Orlando Teixeira da Costa, o desembargador e curador Mário Leite Soares ofereceu uma série de eventos visando dar subsídios aos participantes do evento.

Os interessados tiveram tempo e mecanismos para conhecer a fundo a obra do arquiteto italiano Antônio José Landi, nascido em Bolonha, que veio para a Amazônia a convite do rei, na delegação portuguesa para as demarcações dos limites entre os domínios de Castela e Portugal na América, chegando a Belém em 1753. Durante sua permanência na região deixou obras arquitetônicas e uma herança cultural imensurável.

Oficina

Em parceria com o Fórum Landi em Belém, foi realizada Oficina sobre a trajetória e as obras do arquiteto Antônio Landi, no dia 6 de agosto de 2009, na Sala de Aulas da EMATRA VIII, ministrada pela arquiteta Elna Trindade, que falou sobre a obra do italiano Antônio José Landi e sua herança cultural e arquitetônica na Região Amazônica.

Minicurso de Fotografia

Dentro das programações da exposição fotográfica "Landi em Detalhes", foi realizado Minicurso de Fotografia, ministrado por Celso Renan Viana, estudante de Comunicação Social - Multimídia, nos dias 14, 15 e 17 de agosto de 2009.

Circuito

No dia 16 de agosto de 2009, quinze pessoas do TRT-8ª participaram do Circuito Landi - um roteiro pela arquitetura setecentista na Amazônia, que se constitui em um passeio pelas monumentais obras arquitetônicas espalhadas pela Cidade Velha. O percurso iniciou na Praça do Carmo e foi conduzido por guias do Fórum Landi, que explicaram sobre a época, história e estilo trazido pelo arquiteto para a Região Amazônica. A caminhada proporcionou uma lição de história sobre obras tão presentes em Belém.

Palestra

Na sequência, no dia 18 de agosto de 2009, na Sala de Aulas da EMATRA VIII, o arquiteto Flávio Nassar, representante do Fórum Landi, ministrou palestra sobre Antônio Landi, responsável pelo plano urbanístico de Belém. O expositor falou sobre aspectos econômicos, históricos e a trajetória do renomado arquiteto italiano pela Amazônia.

5º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Com um diálogo descontraído, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, ministrou, no dia 26 de outubro de 2009, a aula inaugural do 5º Curso de Formação Inicial-Módulo Regional aos novos juízes substitutos da 8ª Região, aprovados no Concurso C-319.

A diretora da Escola Judicial do TRT-8ª Região, desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, na abertura do Curso, chamou a atenção dos novos magistrados para a realidade amazônica, tendo em vista que a maioria é proveniente de outros Estados da Federação.

A juíza Paula Maria Pereira Soares, vice-diretora da Escola, apresentou o palestrante daquele dia, o ex-conselheiro do CNJ e juiz Antonio Umberto de Souza Júnior, do TRT-10ª Região (DF), que falou sobre a nova execução civil e a trabalhista.

De 27 a 29 de outubro, a programação do Curso foi desenvolvida em Salinópolis, durante o XII Encontro Regional da AMATRA 8.

A Formação Inicial prossegue até 18 de janeiro de 2010. Em novembro, iniciou com as seguintes palestras:

03/11 - Gestão de Pessoas - Qualidade de Vida no Meio Ambiente de Trabalho e Habilidades de Liderança - Daniel Kroeff de Araújo Corrêa, psicólogo.

04/11 - Administração Judiciária de Vara do Trabalho - Paula Maria Pereira Soares, titular da 15ª VT de Belém. Meio Ambiente Saudável - Qualidade de Vida - Francisco Milton Araújo Júnior, titular da 2ª VT de Marabá.

05/11 - Apresentação da Secretaria de Recursos Humanos do TRT da 8ª Região - Roseneide dos Santos Marques, assistente do diretor da SRH. A Estrutura Organizacional do TRT da 8ª Região - George Rocha Pitman Júnior, diretor geral da secretaria. O Sistema de Saúde do TRT da 8ª Região - Ana Vera Maia Rodrigues, assistente do diretor do SIS. Política de Comunicação Institucional da Justiça do Trabalho da 8ª Região. Relacionamento com a Mídia - Elane Magno Coelho da Silva, assessora de Comunicação Social. Planejamento, Orçamento e Finanças do TRT da 8ª Região - Norma Cristina Diniz Barroso, diretora da Secretaria Administrativa. A Atividade Correcional. O Estágio Probatório. As Regras do Processo de Vitaliciamento no TRT da 8ª Região - desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos, corregedor regional.
06/11 - Realidade da Amazônia Oriental - desembargador José Maria Quadros de Alencar.
09/11 - Mercado de Trabalho. Emprego e Salário, com enfoque na Região Amazônica - Roberto de Sena Bentes, economista do DIEESE. Contribuição Previdenciária e Fiscal - Océlio de Jesus Carneiro de Morais, titular da VT de Capanema.
10/11 - Central de Mandados - Antonio Oldemar Coêlho dos Santos, titular da 14ª VT de Belém e diretor da Central de Mandados de Belém. Análise da instrução processual do processo em grau de recurso - desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes.
11/11 - Barreiras na comunicação e a instrução processual. A inteligência emocional e a instrução processual. Relacionamento interpessoal. Múltiplas inteligências - Paula Maria Pereira Soares, titular da 15ª VT de Belém.
12/11 - Análise dos procedimentos do Juiz nos momentos de produção, impugnação e dispensa de provas. Incidentes protelatórios na audiência. Prova pericial. Central de Mandados - Antonio Oldemar Coêlho dos Santos, titular da 14ª VT de Belém e diretor da Central de Mandados de Belém. Procedimentos para a utilização dos Convênios locais e parcerias - Maria de Nazaré Medeiros Rocha, titular da 7ª VT de Belém. A Cláusula Geral de Responsabilidade Civil Objetiva no Direto Brasileiro: Uma Perspectiva Civil-Constitucional - juiz substituto Ney Stany Morais Maranhão.
13/11 - Conteúdo ético das Sentenças Judiciais (transmissão por videoconferência da ENAMAT) - desembargador Renato Nalini. Relacionamento Interpessoal (com partes, advogados, membros do Ministério Público, outros magistrados e servidores) - Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga, titular da 13ª VT de Belém. O Sistema de Acompanhamento de Processos Trabalhistas-APT - Marco Aurélio Fidélis Rego, diretor do Serviço de Informática. Informática judiciária e sistemas corporativos do TRT. Tecnologias aplicadas na jurisdição trabalhista - Théo Carlos Flexa Ribeiro Pires, diretor da SETI.
16/11 - Limites e questões éticas da conciliação judicial trabalhista Fase de conhecimento: pré-julgamento e propostas de conciliação. Fase de execução: as vantagens e desvantagens do estabelecimento de pauta de conciliação - Maria Edilene de Oliveira Franco, titular da 8ª VT de Belém. A conciliação diante da aceitação da proposta pelas partes e discordância do advogado do reclamante ou exeqüente. Providências adequadas diante de lides simuladas ou com propósito meramente homologatório. Pedido de homologação na ausência das partes (processo de conhecimento e processo de execução) - Maria Zuíla Lima Dutra, titular da 5ª VT de Belém. Observação de audiências. Despachos.
17 e 18/11 - Observação de audiências. Despachos. Atividade prática - Simulação de audiências.
19/11 - Observação de audiências. Despachos. Comentários sobre as audiências assistidas - Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga, titular da 13ª VT de Belém.

XII ENCONTRO REGIONAL DA AMATRA 8

O XII Encontro Regional da AMATRA 8 (Pará e Amapá) ocorreu de 27 a 29 de outubro de 2009, no Hotel Privê do Atalaia, em Salinópolis(PA), com o tema central "Associativismo e Valorização da Magistratura".

Durante o evento, dois momentos inéditos: 1. Lançamento da Campanha pela Valorização da Magistratura, idealizada pela AMATRA 8, com apresentação das ações e materiais de divulgação. 2. Programação especial para os juízes aposentados, com atividades de integração e dinâmicas de grupo.

Nessa edição do Encontro, a AMATRA 8 contou com a parceria da Escola Judicial do TRT-8ª Região, que elaborou a programação específica, em caráter opcional aos associados e obrigatório aos juízes substitutos recém-empossados.

A seguir, a programação científica:

27/10

14h30 - Abertura - Gabriel Napoleão Velloso Filho (presidente da AMATRA 8), Odete de Almeida Alves (vice-presidente do TRT-8ª), Sulamir Palmeira Monassa de Almeida (diretora da Escola Judicial do TRT 8ª Região).
15h - Palestrante: Airton Mozart Valadares - presidente da AMB. Tema: Associativismo e a Valorização da Magistratura.
15h30 - Palestrante: Grijalbo Fernandes Coutinho (juiz do Trabalho-AMATRA X). Tema: Associativismo em uma sociedade pluralista e a magistratura trabalhista.
16h30 - Palestrante: Sebastião Vieira Caixeta (procurador do Trabalho). Tema: Associativismo e Regimes Jurídicos do Ministério Público e da Magistratura.

Programação Encontro dos Aposentados
17h40 - Palestrante: Cristina Ottoni (diretora de aposentados da ANAMATRA). Tema: Propostas da ANAMATRA para os magistrados aposentados.

28/10

9h - Palestrante: Marcos Neves Fava (juiz do Trabalho-AMATRA 2). Tema: Fundamentos éticos da justiça social. Código ético do magistrado. A ética, a moral e o direito. A ética e a declaração de suspeição pelo juiz.
11h - Palestrante: Francisco Sérgio Silva Rocha (desembargador TRT-8ª). Tema: Eficácia das normas constitucionais sobre a justiça social.

Programação Encontro dos Aposentados
14h30 - Palestrante: Wesley Oliveira Collyer (AMATRA 8). Tema: Ética e Política.
15h - Painel: Gabriel Velloso (presidente da AMATRA 8) - Marcos Fava (juiz do Trabalho-AMATRA 2). Tema: A valorização da Magistratura.
16h - Palestrante: Morgana Richa (juíza do Trabalho-AMATRA IX e conselheira do CNJ). Tema: O CNJ como instrumento de concretização de um Judiciário democrático.
16h40 - Palestrante: Germano Siqueira (diretor de prerrogativas da ANAMATRA). Tema: O papel do magistrado em uma visão pós-moderna.

29/10

8h30 - Discussão e leitura da Carta de Salinas.
9h30 - Palestrante: Vicente José Malheiros da Fonseca (desembargador TRT-8ª). Tema: O futuro do Processo do Trabalho (repercussões das reformas no Direito Processual Civil).

8ª MÍDIA

O que passou a ser comum para se informar em *shoppings*, aeroportos e grandes lojas chegou ao TRT-8ª. A Assessoria de Comunicação Social do Tribunal lançou, no dia 6 de novembro de 2009, a mídia *indoor*: a "8ª MÍDIA", sistema de comunicação de massa para aumentar a divulgação das ações, serviços e eventos da 8ª Região ao público que circula pelo Tribunal, estimado em 2 mil pessoas por dia. A nova mídia está instalada no *hall* dos elevadores do edifício sede e no corredor do prédio das Varas de Belém.

LICENÇA MATERNIDADE NA TV

A juíza Paula Maria Pereira Soares, titular da 15ª VT de Belém, recebeu em seu gabinete a equipe da TV Nazaré (canal 30), no dia 06 de novembro de 2009, para falar sobre licença maternidade. A entrevista foi exibida na manhã do dia 10 de novembro e reprisada à noite, no Jornal da TV Nazaré. A magistrada discorreu sobre o Projeto "Empresa Cidadã", que possibilita ampliar o direito à licença para mães, após o parto, até 6 meses.

ENCONTRO NACIONAL DOS ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, de 09 a 13 de novembro de 2009, o primeiro Encontro Nacional dos Assessores de Gestão Estratégica do Poder Judiciário, com o objetivo de discutir e ajustar a estratégia para o alinhamento dos Tribunais à estratégia nacional, visando cumprir a Meta 1 até 31 de dezembro de 2009.

Como resultado da mobilização do encontro, os assessores redigiram a Carta de Brasília, na qual reafirmam e tornam público o seu comprometimento, apoio e engajamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, aprovada pelos presidentes dos Tribunais no II Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Belo Horizonte, em fevereiro/2009. Reafirmaram, também, seu compromisso de atuar na integração do Judiciário com foco na execução da estratégia e no seu desdobramento para os tribunais e suas unidades, além de registrarem importantes sugestões.

4ª TURMA REALIZA SESSÃO EM MACAPÁ

Em iniciativa inédita, a 4ª Turma do TRT-8ª realizou sessão ordinária, no dia 10 de novembro de 2009, em Macapá, para apreciar quase 100 recursos em processos oriundos do Estado do Amapá.

A realização de uma sessão fora da sede do Tribunal teve origem com a proposição da desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, acatada pelo Tribunal Pleno, para que um julgamento de 2º Grau fosse realizado na capital do Estado do Amapá. Em sessão de 3 de agosto de 2006, foi autorizada a realização de sessões das Turmas do Tribunal não só em Macapá, mas também nos Fóruns Trabalhistas de Santarém e Marabá, com o fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo, conforme previsão constitucional.

Compuseram o *quorum* da 4ª Turma, no dia 10 de novembro, os desembargadores: Sulamir Palmeira Monassa de Almeida (Presidente da Turma), Georgenor de Sousa Franco Filho e Pastora do Socorro Teixeira Leal, além dos juízes convocados: Julianes Moraes das Chagas, Maria Edilene de Oliveira Franco

e Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga, titulares da 3ª, 8ª e 13ª VTs de Belém, respectivamente. A desembargadora Odete de Almeida Alves, vice-presidente do Tribunal, decidiu os julgamentos nos casos de empate. O desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca, decano da Corte, representou a presidente do Tribunal, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa.

A sessão foi realizada no plenário do Tribunal de Justiça do Estado Amapá, com a presença de várias autoridades, inclusive desembargadores do TJE-AP, a procuradora Vanessa Patriota Fonseca, representante do Ministério Público do Trabalho, que funcionou na sessão de julgamento da 4ª Turma, o advogado Washington dos Santos Caldas, presidente da OAB-AP, o deputado federal Jurandil Juarez, diversos magistrados trabalhistas de 1º Grau que atuam em Macapá, advogados e estudantes.

Durante a solenidade de abertura, o desembargador Vicente Fonseca proferiu discurso e entregou ao presidente do TJE-AP, desembargador Dôglas Evangelista Ramos, as partituras do "Hino do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá", com arranjos para Canto e Piano e, ainda, para Coro, Orquestra, Percussão e Piano, de sua autoria (letra e música), composto a pedido do ilustre magistrado que preside a Justiça Amapaense. Na ocasião, o Coral do TJE-AP, sob a regência da maestrina Leandra Valério Pinto, cantou o "Hino da Justiça do Trabalho".

NOVOS TITULARES DE VARA

Na manhã do dia 20 de novembro de 2009, na Sala de Reunião da Presidência, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do Tribunal, deu posse a dois novos juízes titulares de Vara Trabalhista da 8ª Região: Camila Afonso de Nóvoa Cavalcanti e Pedro Tourinho Tupinambá.

Promovida por merecimento, a juíza Camila Cavalcanti tomou posse no TRT-8ª em 27/09/2004. Assumirá a titularidade da VT de Laranjal do Jari-Monte Dourado. O juiz Pedro Tupinambá ingressou na magistratura em 27/05/2002. Promovido por antiguidade, irá para a VT de Xinguara. A promoção dos magistrados aconteceu na sessão do Tribunal Pleno, realizada no dia 05 de novembro de 2009.

ATIVIDADES DO DESEMBARGADOR VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

* *Participação em Conclaves Jurídicos:* 1. A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA SOCIAL COMO GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - palestra proferida em 04/09/2009, no encerramento do Ciclo de Palestras "Acesso à Justiça - A busca da efetividade do Direito", promovido pela Escola Judicial do TRT da 8ª Região, no período de 1º a 4 de setembro de 2009. 2. FUNDO DE GARANTIA DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS - palestra proferida em 23/10/2009, no 16º Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, promovido pela AMATRA-XVIII e Instituto Goiano do Trabalho - IGT, no período de 22 a 24.10.2009, na cidade de Goiânia (GO). 3. O FUTURO DO PROCESSO DO TRABALHO (REPERCUSSÕES DAS REFORMAS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL) - palestra proferida em 29/10/2009, em Salinópolis (PA), tema integrante da grade curricular do 5º Curso de Formação Inicial - Módulo Regional, promovido pela Escola Judicial da Justiça do Trabalho da 8ª Região, nos períodos de 26/10 a 18/12/2009 e de 11 a 15/01/2010, destinado precipuamente aos 8 juízes recém-empossados no cargo de

Juiz Federal do Trabalho Substituto e demais Magistrados Trabalhistas do Oitavo Regional. 4. FUNDO DE GARANTIA DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS - palestra proferida no "Ciclo de Palestras: Atualidades do Direito", promovido pela Comissão de Formatura da Turma 060/2007, do Curso de Direito da Universidade Federal do Pará, em 10/11/2009, no Fórum Cível de Belém (PA).

* *Artigo Jurídico:* EXECUÇÃO PROVISÓRIA TRABALHISTA, publicado na Revista nº 82 do TRT-8ª Região.

* *Descentralização de Turma e Videoconferência:* Na condição de decano da Corte, acompanhou a 4ª Turma do Tribunal na realização de sessões daquele órgão em Macapá, capital do Estado do Amapá, no dia 10/11/2009, quando foram julgados diversos processos oriundos daquela cidade. Acolhendo ideia da desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do Tribunal, a 2ª Turma, presidida pelo desembargador Vicente Malheiros da Fonseca, realizou, no dia 25/11/2009, a transmissão da sessão de julgamento por videoconferência entre a Sala de Sessões de Turmas, em Belém, e o Fórum Trabalhista de Santarém, ocasião em que foram apreciados processos oriundos das Varas de Trabalho de Santarém, Óbidos e Itaituba. Diversos advogados fizeram sustentação oral, pela via virtual, sem necessidade de deslocamento até a sede do Tribunal, em Belém.

* *Atividades Administrativas:* 1. Membro do Conselho Consultivo e de Programas, da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, para o biênio 2009/2011, como representante de magistrado de 2º Grau, em eleição realizada na Sessão do Tribunal Pleno, de 08.06.2009. 2. Presidente da Comissão responsável pela elaboração de minuta de Resolução, com vistas à regulamentação, no âmbito do TRT-8ª Região, dos procedimentos a serem adotados acerca de aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle de veículos da frota oficial.

* *Discursos e Entrevistas:* 1. Entrevista para Rádio Liberal, a respeito do Mês da Conciliação (Projeto Conciliar), em 09/06/2009. 2. Entrevista para o programa "Alô Comunidade", da Rádio Marajoara FM, sobre Direitos Trabalhistas, em 14/08/2009. 3. Discurso de saudação na solenidade de posse dos novos dirigentes da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, realizada em 28/08/2009. 4. Entrevista para o programa "Alô Comunidade", da Rádio Marajoara FM, sobre "diaristas", em 22/09/2009. 5. Entrevistas para os Programas "Fala Pará" (TV Record) e "Bom Dia Pará" (TV Liberal), sobre o lançamento da revistinha "*A Justiça do Trabalho em suas mãos*", em 27/10/2009, quando ocorreu a aula inaugural do Projeto "TRT na Escola", proferida, na mesma data, pela desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do Tribunal, na Escola Salesiana do Trabalho, em Belém.

* *Homenagens:* 1. PRAÇA DA MATRIZ - No dia 22/06/2009, por ocasião dos 348 anos da fundação de Santarém (PA), como parte integrante da programação do Projeto "Produção de Réplicas e Catalogação dos Prédios Históricos de Santarém", realizado pelas Faculdades Integradas do Tapajós-FIT, com o patrocínio do Ministério da Cultura e da Mineração Rio do Norte, foi lançada a revista "Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Santarém" e afixada uma placa, na Praça da Matriz de N. S. da Conceição daquela cidade, contendo a partitura da obra "Praça da Matriz" (música: Vicente Malheiros da Fonseca; e letra: Emir Bemerguy), que foi cantada, na ocasião, pelo Coral da FIT, sob a regência da maestrina Ádrea Taiana Figueira Lopes. 2. NOME DE TURMA (UNAMA) - Escolhido nome da Turma de Colandos do Curso de Direito

DIN13 (2009), da Universidade da Amazônia (UNAMA), onde o desembargador Vicente Malheiros da Fonseca leciona a disciplina Direito Processual do Trabalho. 3. HOMENAGEM DA UNAMA - Na semana em que completou 35 anos (27/08/2009), o Curso de Direito da UNAMA realizou um Encontro Jurídico, no período de 27 a 29/08/2009, quando foram homenageados professores mais antigos da instituição, dentre os quais o desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca. A cerimônia ocorreu no Auditório do Hotel Crowne Plaza, em Belém.

Além de magistrado e professor, o desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca também é músico amador. A sua obra musical conta, atualmente, com mais de mil (1.000) composições (setembro/2009), dentre as quais se destacam diversas peças para piano, como a série intitulada "*Valsas Santarenas*" (81).

ATIVIDADES DO DESEMBARGADOR GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

De outubro de 2008 a setembro de 2009, o desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho, que também é professor titular da Universidade da Amazônia (UNAMA), coordenou a obra coletiva *Trabalho da Mulher*, em homenagem a *Alice Monteiro de Barros,* editada pela LTr, e lançada dia 22.06.2009, em São Paulo; lançou o volume 12 de *Direito do Trabalho no STF*, pela Editora LTr, também no dia 22.06.2009, em São Paulo; escreveu o prefácio da *Competências constitucionais ambientais e a proteção da Amazônia*, da profª. drª Luzia do Socorro Silva dos Santos, juíza de Direito no Estado do Pará e professora do Mestrado em Direito da Universidade da Amazônia, pela Ed. Unama, de Belém, em agosto.2009; publicou os artigos *Preposto sempre empregado*, na revista *Decisório Trabalhista*, de outubro.2008, de Curitiba (PR); *O trabalho intelectual na era da informação: pejotização, blogs de consulta e contratos de imagem*, na revista do TRT da 9ª Região, Curitiba, 33(60):165-73, jan./jun.2008; *Critérios para distinguir o estagiário e o falso estagiário*, na Revista do TRT da 8ª Região, Belém, 41(81):61-64, jul./dez.2009; *Os tratados sobre direitos humanos e a regra do art. 5º, § 3º, da Constituição do Brasil*, no Suplemento Especial Comemorativo da Revista do TRT da 8ª Região, Belém, 41(81):33-40, jul./dez.2009; *Reengenharia do processo: produtividade e celeridade*, na Revista *A Leitura - Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará.* Belém, 1(1):20-57, nov.2008; *Contrato de trabalho por prazo determinado e garantia de emprego da gestante*, na Revista do TRT a 8ª Região, Belém, 42(82):51-7, jan./jun.2009.

Proferiu as seguintes conferencias: *Re-identificação dos direitos humanos*, em Seminário promovido pelos bacharelandos em Direito da Universidade da Amazônia, em Belém, em novembro.2008; *Novas formas de trabalho e aplicação das normas trabalhistas*, na Oficina Jurídica promovida pela Associação Latino Americana de Juízes do Trabalho, durante o Fórum Social Mundial em Belém, em janeiro.2009; *Dia a dia do direito de todo dia*, na Assembléia Paraense, em Belém, dia 02.03.2009; *Do sonho imaginado à realidade conseguida*, na abertura do IV Colóquio Nacional de Direito do Trabalho, em Salvador (BA), dia 05.03.2009; *Deontologia Jurídica* e *Novas formas de trabalho*, na Escola da Magistratura Trabalhista da 6ª Região, em Recife (PE), dia 20.03.2009; *As relações de trabalho: precarização e terceirização*, no 13º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública, promovido pelo Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, em Belém, dia 10.06.2009; sobre *A nova lei do estágio: natureza jurídica e efeitos do recesso*, no 48º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela LTr, em São Paulo, a 23.06.2009; sobre *O Direito Internacional do Trabalho e suas perspectivas*, no I Seminário de Atualização Jurídica em Direito do Trabalho

e Processual do Trabalho, promovido pela ASTRA-8ª, em Belém, dia 30.06.2009; *Perspectivas do ensino jurídico no Brasil*, na Semana do Calouro da Universidade da Amazônia, em Belém, dia 13.08.2009; sobre *Competência constitucional da Justiça do Trabalho*, no VIII Seminário de Pesquisa e IX Seminário de Iniciação Científica da UNAMA, em Belém, dia 21.08.2009; sobre *A prisão do depositário infiel no processo do trabalho*, no Seminário alusivo aos 35 anos de criação do Curso de Direito da UNAMA, em Belém, no dia 28.08.2009.

Também proferiu o discurso de saudação ao Ministro *Rider Nogueira de Brito*, então Presidente do TST, por ocasião da entrega do título de Doutor *honoris causa*, na Universidade da Amazônia, em Belém, em janeiro.2009; o discurso de orador oficial da sessão alusiva aos 109 anos de fundação da Academia Paraense de Letras, intitulado *Súplica pela segurança de Belém*, dia 04.05.2009, em Belém.

Participou da banca de mestrado do desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, na Universidade Federal do Pará, em Belém, sobre o tema *O agravo de petição como provimento recursal adequado para impugnar sentenças, decisões interlocutórias e despachos-decisórios na execução trabalhista*, em novembro.2008; foi membro da Comissão Julgadora do Concurso Literário Barão de Guajará, da Academia Paraense de Letras, em maio.2009; ministrou aulas sobre *Direito Internacional e Comparado do Trabalho*, no Curso de Especialização em Direito do Trabalho na Universidade da Amazônia, em Belém, de 11 a 20.05.2009; membro da banca examinadora da prova oral do Concurso de Juiz Federal do Trabalho Substituto da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, de 19 a 21.08.2009; homenageado com placa de prata ao ensejo dos 35 anos de criação do Curso de Direito da UNAMA, como um dos professores mais antigos da instituição, no dia 27.08.2009.

Todas as atividades desenvolvidas pelo magistrado foram sem ônus para o TRT-8ª.